Maria José da Silva Aquino Teisserenc
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
Neide Esterci
Organizadores

TERRITÓRIOS, MOBILIZAÇÕES E CONSERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

São Luís

EDUFMA

2016

Copyright© 2016 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho
Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL
Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos, Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin,
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa, Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima,
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire, Profa. Dra. Maria Mary Ferreira,
Profa. Dra. Raquel Gomes Noronha, Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi,
Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz

CRÉDITOS
Revisão: Joelma Baldez
Design: Ladrilho Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental / Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterci, Organizadores.- São Luís: EDUFMA, 2016.

456 p.
ISBN: 978-85-7862-608-2

1.Território – Aspectos sociais. 2. Amazônia – Aspectos socioeconômico. 3. Mobilizações sociais. I. Teisserenc, Maria José da Silva Aquino. II. Sant'Ana Júnior, Horácio Antunes de. III. Esterci, Neide.

CDD 301.910 02
CDU 316:911.2

2016. Todos os direitos dessa edição reservados à Editora da Universidade Federal do Maranhão – EDUFMA – Av. dos Portugueses, s/n CEP: 65080-040 – São Luís – MA – Brasil – Fone (98) 3272-8156.

SUMÁRIO

5 Iniciando a conversa: ações locais e dinâmicas socioterritoriais emergentes na Amazônia e no Brasil
Maria José da Silva Aquino Teisserenc; Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior; Neide Esterci

31 Capítulo 1: Dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia brasileira
Maria José da Silva Aquino Teisserenc; Pierre Teisserenc

61 Capítulo 2: Os Awá nas trilhas de Carajás
Elizabeth Maria Beserra Coelho; Rodrigo Folhes

95 Capítulo 3: Território (híbrido) e territorialidade tenetehar-tembé
Vanderlúcia da Silva Ponte

129 Capítulo 4: Do "pau-brasil" à siderurgia: lutas extrativistas no Pará e no Maranhão
Viviane Vazzi Pedro; Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

163 Capítulo 5: A natureza da conservação: RESEX, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável
Bartolomeu Rodrigues Mendonça

187 Capítulo 6: Institucionalização e recomposição territorial da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: aberturas e impasses da ação local e da gestão compartilhada
Gercilene Teixeira; Madian de Jesus Frazão Pereira

221 Capítulo 7: O Conflito como estratégia para a garantia de territórios
Benedito Souza Filho

245 Capítulo 8: O "fator participativo" nas audiências públicas em São Luís
Jadeylson Ferreira Moreira

261 Capítulo 9: Limites e desafios da participação em processos decisórios numa Unidade de Conservação
Tânia Guimarães Ribeiro

285 Capítulo 10: Disputa pela natureza e a natureza da disputa: o problema da governança no Parque Nacional dos Lençóis
Roseane Gomes Dias; Benedito Souza Filho

309 Capítulo 11: Socioambientalismo, mercados ecológicos e mudanças sociais na várzea amazônica
Edila Arnaud Ferreira Moura; Ana Claudeise do Nascimento; Dávila Suelen Souza Corrêa

337 Capítulo 12: Turismo e políticas de desenvolvimento em Resex marinhas do Pará
Laércio Bezerra Falcão; Denise Machado Cardoso; Voyner Ravena-Cañete; Maria Regina Ribeiro Reis

359 Capítulo 13: Processo de construção da legislação ambiental no Brasil: uma abordagem sócio-histórica
Ana Caroline Pires Miranda; Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

383 Capítulo 14: Modalidades de produção da carne bovina em Açailância–MA: os conflitos em torno da coexistência de uma rede global e local de produção da carne
Ana Paula Perrota

415 Capítulo 15: Território-rede de agroecologia: ciência(s) e saberes locais na ambientalização de lutas na zona oeste e Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Annelise Caetano Fraga Fernandez; Silvia Regina Nunes Baptista

445 Notas biográficas dos autores

452 Lista de siglas

INICIANDO A CONVERSA

AÇÕES LOCAIS E DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS EMERGENTES NA AMAZÔNIA E NO BRASIL

Maria José da Silva Aquino Teisserenc
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
Neide Esterci

Dinâmicas de reconfiguração territorial têm-se constituído em objeto de análise sobretudo no campo da geografia. No entanto, tais dinâmicas têm sido também abordadas em estudos socioantropológicos e, nessa perspectiva, o que se busca compreender são novos processos sociopolíticos com efeito local relacionados a dimensões extra-locais – regionais, nacionais e internacionais. Em meio a esses processos, ações públicas locais, em especial aquelas envolvendo a criação e gestão de Unidades de Conservação, projetos de assentamento, territórios quilombolas e indígenas, áreas protegidas de modo geral, vêm-se colocando e, de algum modo, procurando responder a exigências de caráter ambiental. Estas exigências aqui são percebidas como reativas a um contexto global no qual se reconhece um estado de crise permanente no controle e fornecimento de energias não-renováveis, com efeitos sociais de curto e médio prazos e efeitos ambientais amplos, tornando bastante atual e desafiador o debate sobre a implementação de ações de desenvolvimento que não questionem a racionalidade econômica hegemônica.

Há de se considerar, portanto, certa ampliação de ações nos territórios segundo pressupostos, talvez, de uma possível racionalidade ambiental (LEFF, 2006). Tais ações estão possivelmente integradas em um processo de *ambientalização* (LEITE LOPES, 2004), que se traduz em discursos, preocupações com a questão social,

valores, contextos e práticas que integram a dimensão ambiental, restando então verificar no que concernem tais práticas, uma vez que numerosos atores afirmam que elas, efetivamente, ainda não existem (AQUINO; SANT'ANA JÚNIOR, 2009; LEFF, 2001; ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

No plano regional, a Amazônia brasileira, desde os anos de 1990, tem conhecido importantes transformações institucionais, refletindo a política do governo federal de proteção da biodiversidade de modo que, neste espaço, verifica-se a formação, por exemplo, de um imenso mosaico de Unidades de Conservação. Na Amazônia Legal, que ocupa 59% do território brasileiro, de acordo com Benatti e Fischer (2008), a partir de levantamentos realizados e publicados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), verifica-se que 36% das terras encontram-se sob algum regime legal de proteção. No estado do Pará, por exemplo, verifica-se que 70% do seu território estão reconfigurados em termos de Áreas Protegidas, destacando-se neste universo as Unidades de Conservação de Uso Sustentável[1], dentre estas as Resex, historicamente identificadas com a mobilização e reivindicações de base local que, ao lado das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, podem ser consideradas como instrumentos de política pública bastante inovadores não somente do ponto de vista do estabelecimento de fronteiras físicas. Na aplicação desses instrumentos de política pública, as Reservas, o que se identifica sobretudo são os resultados em termos de emergências territoriais de ações públicas.

No caso das Resex, por exemplo, ainda que sejam decretadas, na maior parte das vezes, pelo governo federal, elas são também adotadas em função do estado do movimento social, de uma capacidade local de organização, da existência de comunidades organizadas, de associações diversas, e que vão constituir os Conselhos Deliberativos, instituições

1. A legislação ambiental brasileira, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9985, de 18/07/2000 (BRASIL, 2000), prevê dois tipos de unidade de conservação: Unidades de Proteção Integral, cuja característica fundamental é "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais"; e Unidades de Uso Sustentável, caracterizadas por "compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais" (BRASIL, 2000, p. 15).

novas susceptíveis de funcionar de acordo com novos princípios, dentre eles a participação. A cargo destes Conselhos, verifica-se a exigência de gerir os recursos vindos do Governo, utilizando-se instrumentos como os diagnósticos, os planos de manejo, com vistas a organizar e desenvolver os territórios. São, portanto, inovações que enfrentam grandes dificuldades para se fazerem aceitar pelas tradicionais instituições da gestão local – as prefeituras por exemplo. Das fricções com os sistemas de poder local advém riscos de conflitos e desafios de legitimação. Além disso, esses instrumentos apresentam um caráter inovador, pois representam definições diferentes em relação à ação pública, co-construída a partir de um território, em resposta a desafios gerados pela globalização e pelos requisitos do desenvolvimento sustentável.

Estas definições diferentes inspiram-se em referências presentes na Agenda 21[2], sendo então acionadas na justificação e legitimação da pertinência das ações envolvidas na criação e gestão de novos territórios, bem como, na justificação e legitimação da construção e uso de novas instituições, instrumentos e dispositivos para realizar esta gestão. Nesse quadro temos, por exemplo, a criação, em 2007, do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMbio), autarquia criada a partir de uma divisão resultante de ingerência do Governo Federal no interior do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e que assumiu a incumbência da gestão de Uni-

2. Segundo O Ministério do Meio Ambiente do governo brasileiro, "A **Agenda 21** pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A **Agenda 21 Brasileira** é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002. A **Agenda 21 Local** é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos (Disponível em http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21, consultado em 17/12/2016).

dades de Conservação. É nesses territórios de ação local que ressaltamos algumas questões a exigir conhecimento e reflexão, como *o acordo*; *as novas instituições, sua organização e gestão; e a legitimidade*.

1. Territórios alvo de *desenvolvimento(s)*: particular e universal

A dinâmica de implantação de Unidades de Conservação e de outras Áreas Protegidas nos estados do Pará e Maranhão, onde se situam a grande maioria dos casos estudados e compilados neste livro, caracterizam de certa maneira uma perspectiva sobre a Amazônia oposta à perspectiva desenvolvimentista sobre essa parte do Brasil. Para este território foram dirigidas as políticas do Estado a partir dos anos de 1960 com o objetivo de integrá-la à economia nacional. Uma integração realizada através dos chamados Grandes Projetos de exploração agropecuária, mineral e madeireira, construção de rodovias, de ferrovia e de infraestrutura de produção de energia hidrelétrica (FERRETTI, ESTERCI e RAMALHO, 2009).

Entre os estados da Amazônia reconhecidos como mais atingidos por tais operações, compreendidas como "ofensivas modernizadoras" (BRITO, 2001; SANT'ANA JÚNIOR, 2004), encontram-se o Pará e Maranhão. Nesses territórios a pecuária extensiva, uma estrutura fundiária concentrada, a ocupação ilegal das terras públicas, a monocultura e a economia mineradora para exportação, de fato, transformaram as paisagens, promoveram deslocamentos compulsórios[3] de populações humanas, interferiram em manifestações culturais e organizações religiosas, mudaram significativamente as condições de reprodução da vida de pequenos agricultores, pescadores artesanais, quilombolas e povos indígenas. Tais dinâmicas vêm sendo acompanhadas pelo esforço de pesquisa sociológica e antropológica que remonta ao período dos governos ditatoriais de 1964 a 1985, documentado em trabalhos como os de Hall (1989), Ribeiro (1990), Hébette (1991), para lembrar algumas referências do debate so-

3. Operamos com a definição de deslocamento compulsório de Magalhães (2007, p. 15): "processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa".

bre o significado do desenvolvimento na Amazônia brasileira nas três últimas décadas do século XX.

Nesse período, grande destaque foi assumido pelo Programa Grande Carajás (PGC), um programa governamental de desenvolvimento regional com vultosos investimentos em infraestrutura e unidade de produção (Mina, Estrada de Ferro Carajás, Terminal Portuário da Ponta da Madeira) para garantia da exploração de gigantescas jazidas de minério de ferro de boa qualidade localizadas no sudeste do Pará, além de fomentar inúmeras outras atividades econômicas, com vistas a integrar a Amazônia oriental brasileira à dinâmica capitalista em expansão.

No debate sobre desenvolvimento na Amazônia, se reconhece notadamente o agravamento das questões sociais e ambientais advindas da inversão de grande volume de capital em atividades como a mineração, a agropecuária, a indústria de base, a exploração florestal, em grande medidas voltadas para a exportação. Nesse processo, encontramos correspondências a ideias e estratégias sobre a Amazônia percebida como "fronteira" econômica, oportunidade de reprodução do "grande capital", espaço a ser integrado, além de ser considerada uma questão relevante para a "segurança nacional", fornecendo justificativas para os planejadores do desenvolvimento para a Amazônia (SANTOS, 2009).

Já em fins dos anos de 1980, quando a capacidade de investimentos do Estado no Brasil experimenta um declínio importante, quando 3.500 índios reúnem-se na cidade de Altamira, no Pará, para protestar contra a construção, no rio Xingu, do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, quando o líder seringueiro Chico Mendes é assassinado e o Banco Mundial adia o repasse de meio bilhão de dólares para o setor de infraestrutura no Brasil, quando são criadas as quatro primeiras Reservas Extrativistas (Resex) e, poucos anos mais tarde, as primeiras Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), fortalecia-se assim certo contexto. Qual seja, o contexto internacional preparatório à realização da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92, na qual projetou-se a Amazônia para o centro do debate ambiental como uma das últimas fronteiras (novamente a fronteira) a ser protegida e desenvolvida, desta vez de acordo com as exigências da sustentabilidade. Considerava-se a finitude dos recursos naturais, mudanças climáticas

e ampla gama de argumentos presentes no documento publicado em 1987 pela Organização das Nações Unidas, "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como o Relatório Brundtland (CMMAD, 1991). E para simbolizar essa centralidade da Amazônia nessa perspectiva, convém referir o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PP/G-7), um importante aporte de recursos que, na década de 1990 e na seguinte, financiaram iniciativas de pesquisa, criação e gestão de novos territórios, de apoio a atividades econômicas e de organização das populações, de acordo com os princípios da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, concepções assumidas nas políticas ambientais no Brasil, especialmente para a Amazônia, ocupando um lugar e, em boa medida, concorrendo com outros interesses representados no Estado.

Como territórios exemplares da Amazônia alvos das *investidas modernizadoras*, tanto quanto de investidas que buscam contrariá-las, estão os estados do Pará e Maranhão integrados pelo eixo central dos chamados Grandes Projetos, o Projeto Ferro Carajás[4]. Tanto quanto o Projeto Ferro Carajás, objeto de grande controvérsia, outra situação a afetar um território estratégico da Amazônia está sendo a construção da barragem de Belo Monte, no vale do rio Xingu, constituindo um desafio

4. O Projeto Ferro Carajás foi concebido na década de 1970 com o fim de garantir a exploração da minas de ferro do sudeste do Pará. Inicialmente, foi operacionalizado pela Amazônia Mireração S.A. (AMZA), um consórcio formado pela, então, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e pela estadunidense U. S. Steel. Na década de 1980, a CVRD comprou todas as ações da AMZA, se tornando a única responsável pela implementação do Projeto (COELHO; COTA, 1997). É importante distinguir o Projeto Ferro Carajás, de responsabilidade da CVRD e voltado exclusivamente para a logística destinada a garantir a exploração minerária, e o Programa Grande Carajás, um vultuoso programa de desenvolvimento regional, implementado pelo governo brasileiro entre os anos de 1980 e 1991 e que, mesmo tendo como eixo a exploração minerária, visava expandir a economia capitalista na Amazônia oriental fomentando os mais variados ramos produtivos. Atualmente, a denominação Projeto Ferro Carajás se refere à expansão da atividade de extração de minério de ferro no sudeste do Pará pela Vale S.A. (nome assumido pela antiga CVRD, desde 2007), através da abertura da mina S11D, que pretente, até 2020, dobrar a capacidade de exploração do minério na região Norte do Brasil (disponível em www.vale.com/s11d, acesso em 17/12/2016).

dos mais elevados, em todos os planos: econômico, social, ambiental e político. A realização deste projeto implica transformações que afetam um grande número de comunidades, constrangidas a se adaptar às exigências de um empreendimento que oficialmente se justifica em nome de um interesse geral, da sustentabilidade (energia limpa!) susceptível de responder aos desafios de uma política energética, mas que põe em causa – de maneira ambígua – o bem-estar das populações locais locais, as suas relações com os recursos, os seus saberes e práticas em grande medida mais apropriados à conservação dos recursos. Como pode ser percebido em vários dos capítulos que compõem o presente livro, os resultados para as populações concernidas são, na maior parte das situações estudadas, *constrangimentos econômicos e sociais fortes* testemunhando também, à sua maneira, que operações realizadas em nome do desenvolvimento sustentável podem ser portadoras de contradições e obrigam certas categorias de populações a assumir os seus efeitos, com custos sociais e econômicos que não são desprezíveis. Estas contradições inscritas em iniciativas orientadas pelas exigências do desenvolvimento sustentável constituem desafios à análise e compreensão sociológica e antropológica. Como? Qual perspectiva? Continuemos.

2. Territórios emergentes, novas instituições e o debate sobre a legitimidade

No Brasil, a instituição de territórios como as Resex habitualmente se dá como uma resposta do governo central a uma reivindicação apresentada localmente por uma parte da sociedade civil organizada em movimento social e em conflito com os poderes econômicos e/ou políticos locais. A partir deste momento, o território define-se, organiza-se e decide suas modalidades de gestão por etapas sucessivas, que fazem, geralmente, apelo a múltiplas e complexas negociações entre atores heterogêneos, a interesses diferentes e frequentemente divergentes, e que são confrontados, ao mesmo tempo, pelos desafios da decisão e aos imperativos da inovação. Assim sendo, compreender e analisar como se constroem os acordos, os processos comunicativos e de deliberação e como nestes são traduzidas diferentes perspectivas sobre o território, constitui uma tarefa interessante destacada por autores como Pierre

Teisserenc (2007) que abordou, a partir de uma sociologia cognitiva, o papel das controvérsias e do aprendizado coletivo em processos de mobilização com vistas a produção de ações locais que demandam, muitas vezes, inovações institucionais para assegurar a administração e a gestão de novos territórios com base em princípios de cogestão e da coprodução, que se diferenciam de concepções convencionais da gestão burocrática e expressam sentidos compartilhados pelos atores do território em processos de criação institucional.

Caracterizando as perguntas sociológicas, antropológicas e jurídicas que inspiram os autores aqui reunidos, estão menos as preocupações com o funcionamento de instituições novas, e mais as preocupações com a sua *originalidade*, em um contexto de crise das instituições territoriais face a exigências de iniciativas locais, isto é, de como elas se definem em função da ação e do seu êxito e motivam a constituição de atores sociais nos territórios. Atores sociais envolvidos em mobilizações e lidando com repertórios de ação coletiva na defesa de interesses e ambições coletivas (TILLY, 1984) que, embora herdados, são permanentemente atualizados e modificados de acordo com as singularidades dos contextos.

A análise, então, das ações relacionadas à questão do acesso e uso dos recursos atribuídas a outros níveis de competência locais e extralocais que beneficiam sua realização, bem como, as normas e os valores que acompanham a avaliação destas ações e de seus resultados, justifica-se. Justifica-se uma vez considerado que estas ações são realizadas por novas instituições que mantêm relações de concorrência e, na maior parte das vezes, de conflito com as instituições do poder local. Além disso, esse enfoque justifica-se também uma vez considerada a histórica marginalização das populações no meio rural amazônico, assim como em outras partes do Brasil, a exemplo de uma realidade abordada na tese de Annelise Fernandez sobre um Parque Estadual no Rio de Janeiro, com a qual está relacionada uma dinâmica de territorialização protagonizada por redes agroecológicas, objeto de um dos capítulos deste livro. E, justifica-se também este enfoque pelos processos decisórios relacionados com ações públicas de impacto sobre os espaços nos quais incidem as Unidades de Conservação, espaços nos quais práticas políticas "tradicionais" continuam caracterizando formas de ação individual e coletiva e nas relações interclasses (CONCEIÇÃO e MANESCHY, 2003).

Os estados de concorrência ou de conflito explicam a importância dos debates locais sobre a *legitimidade* das novas instituições e, ao mesmo tempo, sobre a natureza, as modalidades de aplicação e os indicadores de êxito das ações, bem como os valores por elas promovidos. Esta questão da legitimidade tem não apenas fundamentos sociológicos e históricos, dado que se refere a uma certa identidade coletiva dos atores, mas também fundamentos jurídicos particularmente complexos como o são, na Amazônia brasileira, a secular problemática fundiária e, mais recentemente, a problemática dos direitos de acesso e uso dos recursos naturais.

A análise destas novas instituições enquanto instrumentos de gestão de territórios emergentes como as Resex, RDS, outras modalidades de Unidades de Conservação, assim como as Terras Indígenas, considera a ação propriamente dita como uma ação pública, de caráter territorial, de natureza coletiva e que se define enquanto resposta aos desafios do desenvolvimento sustentável e que encontra sua coerência na integração a um projeto de território (DURAN; THOENIG, 1996).

A questão dos instrumentos de política pública na realização de ações locais constitui problemática tratada pela ciência política, vertente das ciências sociais que tem tratado de processos de emergência de novos territórios. Reconhecida por Pierre Teisserenc (2009), em diálogo com Pierre Lascoumes e Patrick Le Galés (2009), os instrumentos através dos quais se realiza uma ação pública, como "dispositivos técnicos genéricos", pois se relaciona à criação de enquadramentos ou contextos relativamente estáveis de ação e de negociação que permitem reduzir as incertezas e oferecem suporte à ação coletiva. Teisserenc (2009) agrega, ainda, o caráter histórico e social desses dispositivos que, desse modo, vai além da necessária eficácia técnica, tendo que se relacionar com os valores e princípios coletivos de ação sobre o território, adaptando-se à ação coletiva, sendo por ela moldado ao mesmo tempo em que a molda.

Por isso, buscamos, em cada um dos contextos estudados, esclarecer as *démarches* utilizadas, os debates que as acompanham, os acontecimentos que as marcam e os atores por elas mobilizados. Pois, a coconstrução das ações acompanha-se de um trabalho de elaboração e aprofundamento do diagnóstico do território. Este constitui, inegavelmente, um dos instrumentos chave da emergência destes novos territórios e de sua gestão e, portanto, é bastante adequada a compre-

ensão da maneira como estes diagnósticos são elaborados e apropriados pela totalidade, ou parte, dos atores envolvidos nas ações e no uso que deles são feitos localmente.

No caso de criação das Unidades de Conservação, como as Resex por exemplo, os diagnósticos por serem divididos em setores (socioeconômico, levantamento de recursos naturais e ambiental) têm levado a limites no seu uso para fundamentar, de modo eficaz, a tomada de decisão. Ora, se o objetivo dos diagnósticos é instruir planos de uso, de gestão e outros acordos, logo eles são decisivos para imprimir coerência a um conjunto de ações informadas em um determinado projeto de território, um projeto que muitas vezes se justifica no reconhecimento e valorização de competências culturais e sociais das populações tradicionais em termos de exploração sustentável dos recursos naturais, competências que possuem sua base em um conhecimento complexo e não setorializado. Mas, ao setorializar, reproduz-se o distanciamento e não o diálogo entre os saberes especializados e os saberes complexos, dificuldades no estabelecimento de parcerias, a ascendência do conhecimento científico-especializado em relação aos conhecimentos e práticas nativos, configurando-se, então, a partir daí, um dos grandes desafios na constituição e na sustentabilidade de novos territórios.

Procuramos inscrever o conjunto de nossas investigações no debate, tanto ideológico como científico, sobre o desenvolvimento sustentável, contribuindo com a análise de ações locais. Para tal, faz-se necessário considerar que este debate é em grande parte dominado pelas abordagens das ciências "duras", como a biologia e a agronomia, bem como da economia. Nestes campos de saber, não raramente, a tendência é privilegiar os critérios de viabilidade imediata, arriscando-se a simplificar as situações e os seus desafios. Percebe-se, então, como fundamental reintroduzir a complexidade na análise destes fenômenos que são, em si mesmos, complexos, tomando-os como campo privilegiado de uma abordagem pluridisciplinar que mobilize o conjunto das ciências sociais. A complexidade é perceptível, de imediato, quando se considera a variedade de sentidos, necessidades e expectativas que os atores coletivos e individuais aportam à constituição dos territórios. Além disso, a complexidade se exprime pela crescente interligação entre o local e o global e, notadamente, pela imbricação entre problemas e questões que

se manifestam localmente e que não mais podem ser resolvidos por enfoques e competências setoriais, a exemplo dos problemas de emprego, de exclusão social, de discriminação ou de segurança pública, conforme destacam Duran e Thoenig (1996). O enfrentamento desta questão reclama, pois, mais e mais ações concertadas, envolvendo "parceiros heterogêneos", uma vez que, ainda de acordo com os autores, as situações de gestão local levantam problemas difíceis, cuja formulação requer conhecimentos que, em parte, são novos e a construir também. Eis, a propósito, uma parte importante dos desafios inerentes à constituição dos novos territórios.

Há, em primeiro lugar, a questão do *engajamento das populações* que é ainda mais significativa, no contexto brasileiro, porque praticamente se impõe como um dos critérios de criação de uma Unidade de conservação, como a Resex, e legitima, assim, a decisão do poder central como resposta às reivindicações do movimento social local. Mas este engajamento coletivo – como mostram numerosos estudos – inscreve-se numa história, mantém-se com o apoio de instituições e atinge o seu objetivo à custa de um enorme trabalho de qualificação dos recursos humanos locais. No contexto amazônico, sempre conflituoso, nos limites da legalidade, embora os atores se defrontem com questões comuns e compartilhem de objetivos e iniciativas ligadas às repercussões do desmatamento, à sobrepesca, à busca de crédito e assistência técnica, ou à participação em conselhos municipais e conselhos de gestão de unidades de conservação (MANESCHY; KLOVDAHL, 2007).

Esta questão do engajamento coletivo junta-se obviamente, sem se confundir, à questão da pertinência e dos efeitos dos procedimentos de participação que são intrínsecos às exigências do desenvolvimento sustentável. Assim, de acordo com Teisserenc (2007), é preciso notar o potencial dos debates e, portanto, dos dispositivos de participação, que não se resumem a facilitar a adição de pontos de vista, mas tendem a favorecer, por tentativa e erros, a emergência de um "mundo comum", aberto a explorações e a novos aprendizados coletivos. Trata-se de processo dinâmico no qual se mobilizam atores em busca de inovações sobre o território enquanto contextos de suas vidas e que se tornam, assim, as instâncias participativas, em espaços públicos nos quais se expressam lutas por reconhecimento e elaboração de identidades. Além disso, as instâncias participativas envolvendo atores

heterogêneos suscitam a produção de novos conhecimentos ("rupturas cognitivas"), fruto da apreciação do território em suas múltiplas dimensões e problemáticas, o que propicia a elaboração de um projeto de território.

A manutenção destes engajamentos coletivos depende do êxito de certas formas de *aprendizagem coletiva*, na medida em que resultem de confrontações entre "especialistas" e "não especialistas", dicotomia esta, aliás, a ser questionada no processo de engajamento. Na linha desse raciocínio, observa-se, a partir de Teisserenc (2007) que os fóruns híbridos, assim como uma participação plural, leva a aprendizagens coletivas, das quais depende o êxito de uma ação. Nesses processos, especialistas e não-especialistas são confrontados, é posta em xeque a maneira como eles se percebem, as disposições conjuntas para engajamento e compromisso com uma ação podem ser despertadas e é preciso, pois, considerar as *competências culturais e sociais das populações tradicionais*. Populações que seriam portadoras de um "conhecimento" que as predisporiam a explorar de maneira sustentável os recursos naturais de seus territórios de pertencimento. Apesar das reservas das Ciências Sociais em tratar da questão, as contribuições reunidas neste livro procuraram ultrapassá-las, ainda que indiretamente, tratando, de certo modo, das competências culturais e sociais das populações tradicionais – estas populações reconhecidas como portadoras de um conhecimento que as predisporiam a explorar de maneira sustentável os recursos naturais do seu território. Assim, buscou-se não contornar o obstáculo colocado em termos de *modelo alternativo ao desenvolvimento* no cenário mundial e as Resex, em particular, como parte das respostas a este desafio (ALMEIDA e CUNHA, 2001).

Convém lembrar, outrossim, que o território da ação local é também o espaço de construção de um poder político (ALMEIDA, 2004). A esse respeito, admitimos que a emergência de novos territórios como as unidades de conservação, em particular as Resex, é acompanhada da criação de novas instituições que entram em concorrência ou conflito com as instituições tradicionais de poder local. Este estado de concorrência explica a importância dos debates que daí resultam sobre a legitimidade destas novas instituições e coloca em novos termos a questão da pertinência das ações propostas ou realizadas e de seus

resultados. Nesse sentido, importa bastante dar conta dos jogos de atores suscitados por esta situação de concorrência entre instâncias de poder e das novas regulações sociais que desta situação se originam, utilizando instrumentos de análise da sociologia dos sistemas de ator e da ação coletiva organizada[5].

Pressupondo que na coprodução das ações intervêm uma diversidade de atores e recursos – atores heterogêneos, recursos provenientes dos diferentes níveis de competências territoriais (mundial, nacional, estadual e regional) –, segue-se que o poder local não pode ser analisado apenas a partir do funcionamento de uma instituição única, somente legitimada para produzir as ações e as políticas públicas, mas como o resultado de uma *governança territorial*. Esta geralmente diz respeito ao conjunto dos atores implicados na ação local, quer se trate de atores locais ou atores externos ao território e que intervêm em nome de interesses superiores e das competências que estes interesses mobilizam (pensamos em especial, aqui, em certas ONGs e nos representantes de organismos mundiais ou outros Estados envolvidos em algumas destas ações). É isto que se entende, habitualmente, por "governança multinível", analisada pela ciência política.

Como contribuição à compreensão e análise desses processos que, acreditamos, precisam ser situados localmente, trazemos neste livro um conjunto de trabalhos de professores e estudantes de mestrado e de doutorado participantes de uma cooperação acadêmica apoiada pela Capes6 entre três programas de pós-graduação de três universidades brasileiras: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, até 2013 em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA); Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universida-

5. Em Le Pouvoir et le Règle – Dynamique de l'action organisée, Erhard Friedberg (1993) traz uma contribuição também interessante sobre a maneira pela qual a ordem local se impõe como lugar privilegiado de regulações de ação coletiva. Segundo este autor, "a partir do momento em que a ação coletiva dos homens constitui uma preocupação é absolutamente importante de se situar no plano local, isto é, no terreno onde esta ação se desenrola" (traduzido pelos autores).

6. Programa de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras (Procad-NF), através do projeto "Territórios emergentes da ação pública local e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira", realizado entre os anos de 2010 e 2015.

de Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA), e Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).

Essa cooperação que, formalmente, foi operada no período de 2010 a 2014, de fato, remonta ao final dos anos de 1990, quando da formação de dois dos organizadores deste livro, professores Horácio Antunes e Maria José no PPGSA/UFRJ, sob a orientação da professora Neide Esterci, em um intercâmbio orientado por problemáticas de pesquisa relacionadas aos atores, às ações e aos territórios socioambientais na Amazônia brasileira. Como desdobramento dessa experiência e do trabalho acadêmico em colaboração com colegas franceses se chegou mais recentemente à abordagem da ação local e dos territórios emergentes na Amazônia brasileira. Abordagem que vem sendo discutida, animando debates em encontros, seminários, participação em bancas, grupos de trabalhos e mesas redondas nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e nas reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), propiciando assim a consolidação de um conjunto de estudos e a sua publicação em livros, dos quais este é um dos resultados trazendo a público 14 contribuições organizada na forma de capítulos.

No primeiro deles, **Dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia brasileira**, Maria José da Silva Aquino Teisserenc e Pierre Teisserenc procuram enfatizar nas dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia brasileira a heterogeneidade de situações, o que não é exclusivo à Amazônia nem ao Brasil. Trata-se de realidade compartilhada pelo conjunto dos países do planeta. Um conjunto de países que vivem processos correspondentes, mas, na Amazônia, mais que em qualquer lugar talvez, a grande diversidade de contextos locais geograficamente próximos, a exemplo da chamada província mineradora de Carajás e seu mosaico de Unidades de Conservação, do território de Tucuruí, de Porto de Moz ou de Altamira. A magnitude de interesses e desafios inscritos em cada um deles faz com que diferentes dinâmicas se manifestem nos territórios em questão. Ao se identificar os principais fatores que originam essas situações novas e considerando suas interferências, passa-se à descrição de alguns aspectos por elas compartilhados para indicar uma concepção do território permeável às influências

externas. Uma permeabilidade que se relaciona à busca de autonomia que traz ao debate a coesão que até hoje se atribui a sociedade brasileira. Assim, a questão que se põe é como conciliar a unidade nacional e a disparidade de seus territórios? Um desafio a ser assumido pelo Estado brasileiro e que deste não é prerrogativa. Mas, sua atualidade, embora a homogeneização modernizadora presente, é que as diferenças entre os territórios afetam os mais próximos uns dos outros e resultam tanto de fatores internos quanto externos.

No segundo capítulo, **Os Awa nas trilhas de Carajás**, Elizabeth Maria Beserra Coelho e Rodrigo Folhes nos oferecem uma análise de um processo de *territorialização* no qual se situa o Programa Grande Carajás e suas consequências para as terras indígenas que se encontram sob sua influência. Ao discutirem o significado oficial de Terra Indígena, os autores procedem a uma descrição e reflexão sobre a exposição dos povos indígenas em contato com empreendimentos do porte Estrada de Ferro Carajás, que afeta violentamente o ambiente e o modo e condições de reprodução da vida de povos inteiros e está relacionado com o surgimento de vilarejos carentes de equipamentos públicos, aos quais recorrem grupos indígenas em busca da sobrevivência inviabilizada em seus territórios. Com a duplicação, em curso, da ferrovia para atender à expansão da atividade de mineração de ferro, as questões sociais e ambientais se agravam, sobretudo com as repercussões e tensões provenientes dos procedimentos administrativos de licenciamento ambiental.

No terceiro capítulo, **Território (híbrido) e territorialidade Tenetehar-Tembé,** a autora, Vanderlúcia da Silva Ponte, nos proporciona uma análise do processo de constituição do território Tembé, um território híbrido, marcado por referências simbólicas e cosmológicas, mas também sensível à ação pública local. O estudo analisa as lógicas distintas, correspondentes a territórios "híbridos" que possibilitaram aos dois grupos de aldeias Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá, situada na porção nordeste do Pará, ampliar seus recursos e desenvolver novas estratégias que lhes foram úteis no processo de integração do território tradicional ao contexto e ao conjunto de exigências da mundialização. O estudo no qual se fundamenta este capítulo, resultado de sua tese de doutorado defendida em 2013, abordando relações entre sistemas de atores, coloca como questão a relação que as "lideranças

Tembé" estabeleceram entre "saúde diferenciada" (discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena nas aldeias), o território e territorialidade Tembé, no âmbito de estratégias, ações, recursos mobilizados com o objetivo de reforçar a "indianidade" Tembé e a legitimidade deste povo em permanecer em seu território.

De sugestivo título, o quarto capítulo, **Do "Pau brasil" à Siderurgia: o contexto do desenvolvimento e das lutas extrativistas nas Resex Renascer (Pará) e Tauá-Mirim (Maranhão)** de Viviane Vazzi Pedro e Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, nos traz uma reflexão teórica a propósito do acompanhamento sociológico da emergência de movimentos sociais extrativistas pela criação de Resex nos estados do Pará e Maranhão. A partir de uma síntese conceitual baseada nas teorias do processo político e dos novos movimentos sociais, os autores desenvolvem o argumento de que a natureza dos conflitos ambientais e as tendências e políticas desenvolvimentistas constituíram-se em eixos fundamentais da estrutura de oportunidade política na qual atuaram esses movimentos sociais, contribuindo para a identificação e aglutinação em termos de interesses comuns, o que os fortaleceu nos enfrentamentos e disputas, por meio de uma identidade compartilhada, em um mesmo ciclo de confrontos.

No quinto capítulo, intitulado **A natureza da conservação: Resex, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável**, Bartolomeu Rodrigues Mendonça, põe em confronto as ideias de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, assim como as noções de natureza e de sustentabilidade para pensar experiências de territorialização nas quais Unidades de Conservação constituem motores, em especial as Reservas Extrativistas, que vem consideradas adequadas aos modos de vida das chamadas populações e, por outro lado, também propícias a articulações com economia e política de mercado.

No sexto capítulo, **Institucionalização e recomposição territorial da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: aberturas e impasses da ação local e da gestão compartilhada**, Gercilene Teixeira e Madian de Jesus Frazão Pereira procedem uma análise da institucionalização e recomposição territorial da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, localizada no Litoral Ocidental do Estado do Maranhão. Neste exercício são identificadas as demandas e instrumentos que foram sendo institu-

cionalizados com o processo de criação, consolidação e recomposição territorial de uma Resex, e demonstrada a maneira como diversos atores concernidos, integrantes do Conselho Deliberativo, da Associação de Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (AMREMC), do Sindicato de Pescadores, assim como o poder local e os técnicos do governo, interagem, interpretam e acionam essas demandas e instrumentos no processo de gestão e recomposição territorial. Para tal empreendimento, foi necessário pensar em termos de ação local, da questão da governança, inscritas nos desafios produzidos pelas relações entre territórios e comunidades tradicionais, poder local e novas instituições e posturas normativas do Estado, como o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em **Ação coletiva e governança: o conflito como estratégia para a garantia de territórios**, sétimo capítulo, Benedito de Souza Filho procura dar conta de emblemática dinâmica socioterritorial e ambiental situada em área de cerrado no Leste do Maranhão, drasticamente afetada pela implantação de empreendimentos de soja e eucalipto. Os efeitos de um ordenamento territorial dirigido pelos interesses do agronegócio sobre os camponeses situados nessa região, constituem o objeto da análise deste capítulo no qual é demonstrado como modos de vida estão comprometidos pela supressão da vegetação para dar lugar à monocultura da soja e a plantação e exploração do eucalipto. Intensificados os conflitos socioambientais, têm-se em contrapartida a elaboração e implementação de estratégias para conservar os territórios dos camponeses. Dentre elas, é destacado o processo de criação da

Reserva Extrativista Chapada Limpa em área de tensões mais expressivas, acompanhando de maneira mais direta a ação coletiva das famílias e suas articulações. Nesse caso estudado, é interessante a abordagem de novos modos de gerir os interesses públicos, apontando para as exigências de uma governança territorial e ambiental, uma vez que a autonomia das famílias é contrariada por regras de uso dos recursos nos diferentes ambientes da Resex, assim como passam a se confrontar com gestores públicos, cuja visão da conservação, das práticas e saberes camponeses muitas vezes são por eles considerados inadequadas.

No oitavo capítulo, **O "fator participativo" nas audiências públicas em São Luís,** Jadeylson Ferreira Moreira aborda a interconexão entre os diferentes modos de apropriação dos espações públicos na Zona Rural II, da cidade de São Luís, capital do Maranhão. O foco é voltado para as audiências públicas realizadas para apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) do Distrito Industrial de São Luís e das obras de dragagem e manutenção do Pier IV do Terminal Portuário da Ponta da Madeira. Nesse acompanhamento o autor percebe as possibilidades de ampliação de competências, repertórios de ação e estratégias de resistência e, por essa via, de exercício do discurso reconhecido em espaços específicos da esfera de mobilização frente a grandes empreendimentos, por parte das comunidades que pleiteiam a criação de uma Unidade de Conservação, a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. São observadas as disputas de interesses diferenciados na constituição desse território e interpretadas as posições e a evolução da participação dos atores em cada audiência pública, o que leva a questionar as formas de operacionalização desse dispositivo, sempre apresentado como de participação.

Em **Limites e desafios da participação em processos decisórios numa Unidade de Conservação**, nono capítulo, Tânia Guimarães Ribeiro identifica e analisa na Resex Caeté-Taperaçu, situada no município de Bragança, no estado do Pará, a especificidade dos conflitos gerados na participação dos agentes sociais comunitários. Conflitos esses que se constituem em limites para a inserção equilibrada dos agentes nos espaços institucionais de participação. Refletir sobre o tema da participação no contexto da Amazônia é justificado pela autora dada a hegemonia do sistema de poder tradicional enfrentado por mobilizações e ações, o que enriquece o debate e as reflexões das ciências sociais. Através da análise das reuniões das atas das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex, assim como dos registros das oficinas de elaboração do Plano de Manejo e de entrevistas com Conselheiros e gestores municipais e do ICMbio, visualizou-se possibilidades de atuação dos conselheiros comunitários nos arranjos institucionais que visam a gestão compartilhada desses territórios. As diferenças de sentidos presentes nas experiências de cada grupo social se expressam em conflitos entre os representantes das populações tradicionais e os *experts* e técnicos

das instituições públicas. No entanto, são verificados, também, importantes tensões entre os aqueles identificados como usuários da Resex, moradores das comunidades a esta relacionada e os Conselheiros que as representam. Esses conflitos, que traduzem dilemas da participação e da decisão, vêm ampliar a complexidade das relações entre o polo político, o polo técnico (dos *experts*) e o polo social, que compõem o sistema de relações engendrado pela implementação de um instrumento de política pública socioambiental que se faz acompanhar de inovações institucionais como o Conselho Deliberativo.

A disputa pela natureza e a natureza da disputa: conflitos e governança territorial no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é o título do décimo capítulo. Os autores, Roseane Gomes Dias e Benedito Souza Filho, tratam da relação das populações tradicionais com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, criado em 1981, com uma área de 155 mil hectares e abrangendo áreas dos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. A presença dessas populações tradicionais, no que é hoje a área do Parque, remonta ao século XIX e, desde então, nela vivem e trabalham, desenvolvendo atividades agrícolas, extrativas, artesanais, de pesca e de pequena criação de animais. Com a instituição do Parque e suas leis de proteção que restringem sua atuação, desenvolvem-se conflitos entre as populações e a gestão desta Unidade de Conservação. Esses conflitos têm evidenciado a oposição entre concepções de natureza, das famílias e do ICMBio respectivamente. Assim, grupos familiares, situados no município de Barreirinhas, que vivem há gerações no interior do Parque disputam com o Estado brasileiro o direito de permanecer nos seus territórios e continuar reproduzindo o seu modo de vida. A concepção normativa e restrita de natureza demonstra, no caso estudado, seus limites ao se buscar efetivar uma governança territorial baseada numa concepção de natureza inclusiva o que necessariamente põe em questão as negociações, os arranjos e os conflitos produzidos.

No capítulo 11, **Socioambientalismo, mercados ecológicos e mudanças sociais em pequenos agrupamentos populacionais da várzea amazônica**, Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudeíse Silva do Nascimento e Dávila Suelen Souza Corrêa proporcionam aos leitores uma análise das principais características dos projetos de desenvolvimento

sustentável e suas influências sobre as condições socioeconômicas e mudanças sociais trazidas por iniciativas geradoras de renda, dos quais participam grupos populacionais habitantes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, criada em 1990, no Médio Solimões, estado do Amazonas. Nesta porção do estado do Amazonas, onde há reduzida incidência dos empreendimentos "desenvolvimentistas" clássicos (agropecuária e extração da madeira, mineração, por exemplo) da Amazônia, estão ocorrendo iniciativas ditas de desenvolvimento sustentável, com envolvimento dos moradores locais que vêm atuando como protagonistas da emergência de um território, participando dos processos de gestão coletiva da Reserva, considerada emblemática na conservação da biodiversidade baseada no conhecimento científico, assim como na concepção e implementação de iniciativas de geração de renda monetária familiar de acordo com exigências ambientais. Verifica-se como resultado de projetos experimentais (turismo de base comunitárias, artesanato e exploração manejada de espécies) uma diferenciação social importante entre agrupamentos populacionais, consideradas as dimensões da organização social, da escolaridade e da economia, componentes do Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Esta diferenciação, na análise, é relacionada a empreendimentos geradores de renda e integrados a um mercado ecológico e, esta integração, põe em xeque políticas de desenvolvimento sustentável mais voltadas para o mercado do que para o melhoramento das condições de vida.

Laércio Bezerra Falcão, Denise Machado Cardoso, Voyner Ravena-Cañete e Maria Regina Ribeiro Reis, no capítulo 12, **O Turismo e as políticas de desenvolvimento para as Resex Marinhas no Estado do Pará: o caso de Soure e de Mãe Grande de Curuçá**, procuram compreender o desenvolvimento de atividades turísticas em Unidades de Conservação, envolvendo agências de governo, ONG e populações tradicionais, a partir de observações sobre o sobre o incremento do conjunto de atividades relacionadas ao Turismo (hospedagem, o transporte, a alimentação, dentre outras) com a participação dos membros das comunidades na inclusão socioeconômica. Dois contextos territoriais constituem os campos de observação perspectivados pela sociologia e antropologia com o intuito de comparar a incidência de instrumentos de política pública, dita sustentável em territórios onde incidem Resex marinhas na costa do

estado do Pará. O que as experiências com o turismo nos municípios de Soure e Curuçá, onde se situam as Resex homônimas, respectivamente criadas em 2001 e 2002, vêm mostrando, de acordo com os autores, é que as políticas de turismo não produziram ainda resultados significativos no sentido, sobretudo, do envolvimento das populações locais em atividades de lazer articuladas aos objetivos das Resex, classificadas como de Uso Sustentável. O que mais chamou a atenção dos autores é o distanciamento das populações locais, seus modos de vida, saberes e práticas, das inciativas turísticas, ainda que o envolvimento local seja sempre acionado ao nível do discurso, como um dos aspectos mais representativos para o êxito de iniciativas sustentáveis.

No décimo terceiro capítulo, **Processo de construção da legislação ambiental no Brasil: uma abordagem sócio-histórica**, Ana Caroline Pires Miranda e Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior fazem uma análise do processo de consolidação da legislação ambiental no Brasil à luz de uma compreensão da formação histórica do país, considerando a heterogeneidade de situações verificadas, da colonização aos dias atuais, no vasto território nacional em relação ao padrão hegemônico do uso dos chamados recursos naturais nas atividades produtivas. Os autores procedem, então, um exame da construção da legislação ambiental considerando contextos e interesses econômicos dominantes que a conformaram. No mesmo movimento, é também problematizada a construção social da estrutura fundiária brasileira e suas relações com as instituições econômicas, políticas e sociais que possibilitam a reprodução do padrão de concentração de terras e de conflitos agrários no Brasil. Neste sentido é enfatizado o processo de exploração exaustiva dos recursos ambientais no país nos períodos da colonização e da pós-colonização, bem como o processo de flexibilização das exigências legais ambientais nas últimas décadas.

No capítulo 14, intitulado **Modalidades de produção da carne bovina em Açailância–MA: os conflitos em torno da coexistência de uma rede global e local de produção da carne**, Ana Paula Perrota contribui com um estudo realizado em município do interior do Maranhão, Açailância. Neste é abrigado o maior polo guseiro do Norte e Nordeste e o maior rebanho bovino do estado. Dois ramos de atividades econômicas responsável pela projeção do município como detentor do ter-

ceiro maior PIB do estado do Maranhão. Observando especificamente a bovinocultura destinada ao corte, foram identificadas características próprias ao regime industrial, inclusive com a integração das exigências normativas sanitárias comuns ao Brasil, atualmente adequadas a padrões internacionais. Essas práticas produtivas nas quais se integram exigências sanitárias, consideradas de alto padrão, por sua vez, contrastam com uma estrutura produtiva local, baseada no saber e costume das populações locais e que são distintas do projeto industrial e cientificista de estruturação do mercado da carne. As diferentes regras e formas de organização para produção e comercialização deste item alimentício demonstram uma desqualificação das práticas e dos saberes dos moradores face a um ideal de modernização, valores e práticas marcados por uma lógica técnico-industrial que se impõe como legítima para se avaliar a qualidade da carne. Como resposta, os moradores, se articulam informados em valores e representações locais para enfrentar a lógica produtiva voltada ao atendimento de exigências pertinentes à racionalidade de um mercado globalizado.

Fechando as contribuições que compõe este livro, no capítulo 15, Annelise Caetano Fraga Fernandez e Silvia Regina Nunes Batista nos apresentam **Território-rede de agroecologia: ciência(s) e saberes locais na ambientalização de lutas na zona oeste e Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Trata-se de resultados de pesquisa pensados à luz da seguinte compreensão: os territórios como espaços de apropriação e trabalho humano expressam uma totalidade dinâmica, sendo ao mesmo tempo, fluxo e fixidez produzidos em espaços de construção política, portanto, por meio de múltiplas trocas. Se, como afirmam as autoras, nos territórios, por um lado, podem ser encontradas as dinâmicas, as contradições entre processos econômicos globais, as políticas e projetos de diferentes esferas federativas e suas múltiplas interações e significações com o lugar, por outro, são também nos territórios que nascem os movimentos de transformação social, de produção de novidades e inovações, de resistência e contestação das práticas econômicas e culturais dominantes. A partir desse entendimento se delineia um território-rede de agroecologia que nasce no Maciço da Pedra Branca, revelador de novas formas de territorialização a partir de projetos de ressignificação dos laços pré-existentes, de subversão de tessituras de poder e expropriação

que incidem sobre a condição dos agricultores em face da cidade e nos limites de um território oficialmente definido como Parque. O que é acompanhado por Annelise e Silvia Regina é a produção de um território em recomposição e de ação local, no qual conflitos ganham novos sentidos à medida que são percebidos como efeitos de contradições socioeconômicas mais amplas e se articulam a outros territórios e grupos, exercendo sua capacidade de produzir políticas públicas. O território de agroecologia analisado, além de estar articulado nacionalmente a outros territórios, procura reverter as representações dominantes e oficiais atribuídas à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Apresentado o conjunto das contribuições aqui reunidas ao qual nomeamos **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**, esperamos que a leitura de cada um e cada uma possibilite críticas, sugestões, estímulos para continuar-se a investir no campo temático das ações coletivas e públicas socioterritoriais e ambientais.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Amazônia: a dimensão política dos "conhecimentos tradicionais". In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 37-56.

ALMEIDA, Mário William Barbosa e CUNHA, Manuela Carneiro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliações e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001. p. 92-107.

AQUINO, Maria José da Silva; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Ferro, "Canga", Mangue, Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira. In: FERRETTI, Sergio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambinte e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 49-75.

BENATTI, José Heder; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. As Áreas Protegidas no Brasil: uma estratégia de conservação dos Recursos Naturais. In: COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. (Org.). **Direitos Humanos em Concreto**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 225-256.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF, 2000.

BRITO, Daniel Chaves. **A Modernização da Superfície**: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro e MANESCHY, Maria Cristina Alves Maneschy. Pescadores, agricultores e ribeirinhos na Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade. **Boletim Rede Amazônia**, ano 2, n. 1, 2003. p. 61-69.

DURAN, Patrice; THOENIG Jean-Claude. L'État et la gestion publique territoriale. In: **Revue Française de Science Politique**, vol. 46, n°4, août 1996. p. 580-623.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca**: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, PPGSA/IFCS/UFRJ, 2009

FERRETTI, Sérgio Figueiredo; ESTERCI, Neide e RAMALHO, José Ricardo. Amazônia, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural – Introdução. In: FERRETTI, Sergio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambinte e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 5-15.

FERRETTI, Sergio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambinte e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009.

FRIEDBERG, Erhard. **Le Pouvoir et le Règle** – Dynamique de l'action organisée. Paris: Seuil, 1993.

HALL, Anthony. **Desenvolvimento Para Quem?** Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21, acesso em 17/12/2016

HÉBETTE, Jean. **O Cerco Está se Fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: FASE; Vozes: Belém: NAEA/UFPA, 1991.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. **Sociologie de l'action publique** Paris: Armand Colin, 2009.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. v. 7, n. 1 (ene.-abr.). p. 149-160.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). **A "ambientalizaçao" dos conflitos sociais:** participação e controle público da poluiçao industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém: UFPA, 2007.

MANESCHY, Maria Cristina Alves e KLOVDAHL, Alden S. Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social? **REDES**, Revista Hispana para El Análisis de Redes Sociales. v. 12, 2007. p. 4-23.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **Amazônia urgente**: cinco séculos de história e ecologia. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1990.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania**: a saga acreana e o Governo da Floresta. Rio Branco: Edufac, 2004.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Estado Nacional – o desenvolvimento econômico na Amazônia Oriental: modelos de ação estatal e representações da modernização induzida nos últimos 40 anos. In: FERRETTI, Sergio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambinte e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 73-90.

TEISSERENC Pierre. La mobilisation des acteurs sur les territoires de l'action publique. In : AMRI, Laroussi. **Les politiques de développement territorial dans le Maghreb contemporain**. Approches comparées. Tunis: Editions du CERES (Centre d'Etudes et de Recherches Economiques et Sociales), 2007.

TEISSERENC, Pierre. les Resex comme instruments des politiques publiques de développement durable en Amazonie brésilienne. **Revista Pós Ciências Sociais.** São Luís, v. 06, n. 12, fevereiro de 2009. p. 41-68.

TILLY, Charles. Les origins du repertoire d'action collective contemporaine en France et en Grande-Bretagne. **Vingtième Siècle**, revue d'Histoire, n. 4, octobre 1984. p. 89-108.

www.vale.com/s11d, acesso em 17/12/2016.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CAPÍTULO 1

DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Maria José da Silva Aquino Teisserenc
Pierre Teisserenc

Introdução

Pode-se afirmar a existência de uma sociedade brasileira, uma vez existente uma unidade linguística, uma unidade territorial, uma coesão social conferida pelas instituições públicas e pelo compartilhamento de valores comuns e maneiras de viver que têm sido expressas desde a constituição de 1988.

Esta unidade da sociedade e a coesão resultante não são incompatíveis, juridicamente falando, com a existência de subconjuntos, reconhecidos no âmbito da constituição como distintos do ponto de vista de sua situação econômica e social e do ponto de vista de sua cultura e que, portanto, são beneficiários de direitos específicos. Tal é o caso de povos indígenas ou de povos quilombolas, também chamados de populações tradicionais.

Esta unidade e essas diferenças que a sociedade brasileira em seu conjunto conseguiu produzir se encontram atualmente em questão, dentro de uma mesma região ou de um mesmo estado, dada a grande disparidade e heterogeneidade de situações locais resultantes de dinâmicas territoriais diferentes. O propósito, então, deste capítulo é dar conta dos fatores e processos que estão na origem desta diversificação de dinâmicas, limitando nossas observações ao contexto amazônico.

Evidentemente a existência de dinâmicas heterogêneas não são exclusivas à Amazônia, ou ao Brasil. O conjunto dos países do planeta passam por evoluções correspondentes. Mas, aqui mais do que em

qualquer lugar, e particularmente na Amazônia, a grande diversidade de contextos locais geograficamente próximos – basta comparar o território minerador de Carajás, o território de Carajás composto pelo mosaico de unidades de conservação, o território de Tucuruí, o de Porto de Moz ou de Altamira – a amplidão dos desafios aos quais esses diferentes territórios devem responder oferecem uma oportunidade de analisar como emergem essas diferentes dinâmicas, como se manifestam e quais são seus efeitos nos territórios em questão. Identificando os principais fatores que estão na origem dessas situações novas e considerando suas interferências, é possível descrever algumas das características comuns das transformações pelas quais passam esses territórios e de indicar os elementos de uma nova concepção do território que considerará muito mais, ao contrário de outras concepções, a permeabilidade desses territórios às influências de fatores tanto de ordem interna quanto de ordem externa. Tal permeabilidade faz-se acompanhar muitas vezes da busca de uma maior autonomia suscetível a colocar em causa certa coesão atribuída à sociedade brasileira até hoje. Como conciliar a unidade nacional e a disparidade de seus territórios? Este é um grande desafio a ser assumido pelo Estado brasileiro; desafio que não é novo nem específico ao Brasil. Seu caráter atual relaciona-se ao fato de que essas disparidades afetam, mais que antes, territórios próximos uns dos outros e resultam tanto de fatores internos quanto externos. Deixando de lado o debate sobre a coesão nacional, pois ultrapassa e muito os propósitos desse capítulo, apresentaremos os principais fatores que intervêm e algumas de suas interações mais significativas. Como já anunciado, dentro dos limites de uma análise do contexto amazônico, apresentaremos sucessivamente os principais fatores exógenos e os principais fatores endógenos integrando uma das características maiores desse contexto que são os mecanismos de dependência que marcaram a história recente das populações do espaço amazônico, de modo a identificar um certo número de condições susceptíveis de serem influenciadas por esses fatores.

1. Fatores exógenos que contribuem para a heterogeneidade das dinâmicas territoriais

Em meio aos fatores exógenos, o primeiro que assinalamos é *a globalização*, um fenômeno essencial que afeta progressivamente todos os aspectos da vida de cada território não importa sua extensão e sua localização. Seja a globalização analisada como o resultado do avanço do capitalismo e da sociedade de classe que o corresponde, seja como consequência do liberalismo mundializado, ela se manifesta notadamente por uma concorrência que atinge pouco a pouco todos os setores de atividades de nossas sociedades, como o da produção dos bens e de serviços. Esta concorrência atinge igualmente e cada vez mais, no seio de cada país[1], as cidades entre si, as regiões e os Estados e o conjunto dos territórios, incitando-os a se organizarem de modo a se tornarem mais atrativos. Eis a razão pela qual, em alguns anos a "atratividade dos territórios" terminou por se impor como palavra de ordem das políticas de ordenamento e desenvolvimentos dos territórios mais dinâmicos dentro de uma competição mundial na qual se percebe os efeitos em todas as escalas dos territórios nacionais.

Outra manifestação dos efeitos desta concorrência entre os territórios é *a migração de populações*. Um fenômeno que não é novo; mas atualmente se reveste de uma importância maior e constitui uma das características mais presentes em muitos territórios amazônicos,

1. O Pará não é um estado suficientemente industrializado para nos permitir uma apreciação das estratégias operadas por donos de empresas para decidir sobre a localização de novos parques industriais. No entanto, pode-se aqui e acolá lembrar algumas das manifestações desses efeitos. Por exemplo, quando da escolha das cidades brasileiras que acolheram os jogos de futebol da Copa de 2014, pôde-se verificar a severa disputa entre Belém e Manaus; as múltiplas concorrências desenvolvidas entre os territórios predominantemente rurais em torno da questão turística balneária, florestal, ecoturismo, turismo comunitários etc. O desafio é tamanho em um país emergente no qual a atividade turística passa por uma expansão proporcional ao seu desenvolvimento econômico e social; é claro, no entanto, que todos os territórios não poderão se beneficiar igualmente e que, nesta árdua competição, não são necessariamente os territórios melhor guarnecidos pela natureza a ganharem se não são capazes de se dotarem de uma infraestrutura de base necessária à recepção e ao bem-estar dos turistas.

sendo este o caso de Tucuruí, Marabá e, mais recentemente Altamira e Anapu. Mais à frente voltaremos sobre a importância que, para a Amazônia, representa a migração em relação ao desenvolvimento desses territórios.

No âmbito desta concorrência a nível mundial, é essencial integrar a prioridade que quase sempre é atribuída à exploração de produtos para a exportação, tanto no setor agrícola quanto no de recursos florestais e minerais, em detrimento dos recursos necessários ao autossustento das populações, sobretudo as tradicionais. Sabe-se das numerosas consequências desse modelo, não somente em termos de desflorestação na Amazônia em particular, mas também em termos de degradação das condições de vida das populações, cuja sobrevivência depende cada vez mais de produtos vindos de fora[2] vendidos a preços que evoluem em função dos jogos do mercado mundial. O risco resultante é duplo: primeiro, o comprometimento das condições de vida das populações – risco que se amplia com o aumento consequente do preço dos produtos de primeiras necessidades -; segundo, o risco concernente à exaustão de recursos como as águas e a floresta. E, nesse sentido, chega-se ao segundo fator que ativamente participa das dinâmicas territoriais, as *exigências ambientais*.

Em artigo recente (TEISSERENC, 2010b), procurou-se demonstrar que um dos fenômenos que mais afeta o contexto amazônico é o da *ambientalização* dos conflitos como consequência da integração formal progressiva das exigências de um desenvolvimento sustentável nas políticas públicas. Esta ambientalização concerne antes de tudo aos conflitos que, originalmente de caráter econômico e social, tendem a se colocar numa perspectiva ambiental. O resultado é um novo *ambientalismo social* (LEFF, 2006) traduzido nas reivindicações das populações tradicionais, do direito à terra, do reconhecimento de suas práticas econômicas e sociais, assim como sua capacidade em promover um modo de produção e gestão adaptado às exigências ambientais.

Essas reivindicações que acompanham mudanças pelas quais passam os conflitos sociais sob o efeito da *ambientalização* preconizam

2. No município de Porto de Moz, que conta com uma população de 30000 habitantes, mais de 70% dos produtos consumidos vêm do exterior e, no entanto, 50% da população é composta por agricultores, pescadores, coletores.

uma *ambientalização dos movimentos sociais*. Trata-se, sobretudo, de manifestação de uma diversificação dos grupos implicados nas lutas, assim como dos interesses, a tal ponto que é possível falar, a propósito, de *novos movimentos sociais*. Movimentos que, para defenderem seus próprios interesses estabelecem acordos em defesa de objetivos comuns; em meio aos quais: uma democratização da vida política local pela denúncia do sistema de poder e a busca de uma maior participação na gestão local, uma reivindicação territorial para defender a gestão dos recursos naturais e a operação de um novo modo de produção que respondam às exigências ambientais, um reconhecimento estatutário ao mesmo tempo que identitário etc.

Considerar as exigências do desenvolvimento sustentável afeta ao mesmo tempo o conteúdo das políticas públicas, os objetivos que elas propõem e os instrumentos com os quais operam e que dizem respeito especialmente à gestão e ao desenvolvimento dos territórios. Fazemos aqui referência particular ao SNUC[3], cuja aplicação levou a uma aceleração de iniciativas do Estado brasileiro orientadas para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Em meio a esses impactos, existem aqueles que dizem respeito aos atores locais, seus engajamentos nas novas instituições que novos instrumentos de políticas públicas, como as Unidades de Conservação, permitem criar (TEISSERENC, 2010a), por exemplo, o Conselho Deliberativo das Reservas, seu reconhecimento e o de suas comunidades de pertencimento e identidade. Tais contextos favorecem geralmente a evolução dos motivos de engajamento dos atores em nome de valores, referências ou de princípios novos; esta evolução progressivamente influencia os discursos dos atores locais e suas retóricas (BAQUÉ e SINTOMER, 1999).

Portanto, para satisfazer as exigências do desenvolvimento sustentável, as dinâmicas territoriais acompanhadas de tais mudanças são propícias ao desenvolvimento de ações inovadoras que põem em causa o reconhecimento de novos atores locais implicados nessas dinâmicas, as alianças que esses novos atores conseguiram estabelecer, assim como a valorização de sua capacidade de iniciativas tanto individual quanto

3. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000.

coletiva. Eis a razão pela qual esta ambientalização dos movimentos sociais, por levar em consideração as exigências do desenvolvimento sustentável, abre novas perspectivas à ação local, pois se interessa, sobretudo, pelo caráter inovador e pela maneira como os resultados dessas ações interrogam o sistema de poder local.

O terceiro fator exógeno concerne às mudanças que se operam em nível de Estado quanto à sua maneira de redistribuir os recursos por uma oferta institucional cada vez mais diversificada a conduzir os decisores locais para uma relação de oferta e procura em face do Estado. Tais mudanças permitem aos territórios se dotarem de meios de acesso a novos recursos tanto nacionais quanto internacionais proporcionalmente às suas demandas e aos projetos que as justificam. Essas mudanças nas relações entre o Estado, as coletividades locais e seus parceiros se traduzem geralmente por transferências de competências do nível central para níveis locais no âmbito de uma descentralização ou através de arranhos de competências entre diferentes escalas territoriais objetivando mais coerência econômica e social à administração de territórios locais.

Mudanças advindas das transferências de competências ou arranjos não são específicas ao Brasil. Elas se dão em todas as partes do mundo de formas diferentes de um Estado a outro. Assim, constata-se que, em meio aos países industrializados, e face à mundialização, o desafio da reequilibragem institucional é claramente o de dotar os territórios de meios de administração e de gestão novos para lhes permitir cada vez mais competitividade e atratividade. Nesse sentido, na Amazônica brasileira, essas mudanças se manifestam notadamente pela criação de novas coletividades locais – estudadas por Gilberto de Miranda Rocha[4] – em resposta às consequências do povoamento dos territórios, graças a mobilidades sociais resultantes da política de colonização, de exploração dos recursos minerais ou ainda de políticas de desenvolvimento de energias renováveis através da construção de grandes equipamentos de infraestrutura.

Assim, à medida em que essas diferenças políticas produzem seus efeitos, assiste-se à criação de novos municípios e então se apresenta

4. Ver especialmente, "Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial?", autoria de Gilberto de Miranda Rocha. In: TEISSERENC, Pierre; ROCHA, Gilberto de Miranda e MAGALHÃES, Sonia 2008, p. 35-50.

ocasião de definir uma partilha de competências entre o nível local, o nível estatual e o nível federal. Além disso, nesse mesmo contexto, a criação de Unidades de Conservação, aqui já mencionada, constitui uma outra manifestação dessa reequilibragem institucional na medida em que propiciam a atribuição de recursos e de competências do nível Federal para novos territórios, como as Reservas Extrativistas, especialmente convocadas a se dotarem de instituições novas (os Conselhos Deliberativos) para assegurar uma gestão a serviço do novo território.

Tal transferência de competências e de recursos entre o nível Federal, o da União, e o nível local, o dos municípios, pode ser analisada como um processo de descentralização que, por consequência, conferem mais meios e poder em nível local, criando assim uma situação nova. Ao se observar as Reservas Extrativistas, uma das consequências desse modo de transferência é criar uma situação local de caráter conflitual na medida em que coexistem no mesmo território duas instituições públicas que dispõem de recursos distintos e cujas legitimidades são igualmente distintas. De um lado, o poder local e suas instituições cuja legitimidade se baseia na eleição pelo povo e, de outro, o Conselho deliberativo da Reserva cuja legitimidade resulta das condições de sua criação, decretada pelo Presidente da República e reivindicada pelo movimento social organizado com base nas exigências do desenvolvimento sustentável.

Esta situação conflitual se complica quando a Reserva é obrigada a ser administrada de acordo com as exigências da participação, utilizando novas ferramentas de gestão como os diagnósticos socioeconômicos, sociais, ambientais do território que contribuem a reforçar o caráter deliberativo do Conselho e suas práticas. Resulta disso, então, uma ampliação da dualidade já referida anteriormente na medida em que não somente as duas instituições não dispõem da mesma legitimidade mas funcionam segundo princípios e práticas diferentes; de fato, o Conselho é obrigado a funcionar com base em práticas participativas que conferem a seu trabalho um caráter deliberativo, enquanto que as instituições do poder local funcionam baseadas em uma lógica da representação geralmente beneficiária de práticas clientelistas.

Esta situação nova cria condições de operação de uma "*governança territorial*" [5], resposta à complexidade produzida pela diversidade e a heterogeneidade dos atores implicados na gestão do território e nos projetos assumidos por esta gestão. Pensamos, em particular aqui, nas relações que se desenvolvem entre os dois componentes do poder local, a Prefeitura e o Conselho Deliberativo de um território no qual foi criada uma Reserva Extrativista por intermédio dos atores que participam direta ou indiretamente da animação desses dois componentes. Esta nova governança interpela o conjunto dos atores do território e seus parceiros, convocando-os a encontrar acordos e compromissos necessários para governar juntos o território em questão.

A experiência demonstra que esta situação nova geralmente tem modificado pouco a pouco o sistema de poder local e suas instituições. Em várias Reservas[6], essa mudança do sistema de poder local se manifestou por novas alianças entre o antigo poder em parte renovado pela emergência de uma liderança mais *aberta* e um segmento ou um representante do movimento social, ou ainda pela eleição de um presidente da associação dos usuários da Reserva para a prefeitura do município. Este foi o caso de um município no qual 60% dos eleitores habitavam comunidades de usuários da Reserva. A nova configuração do poder local favorece a evolução das instituições locais no sentido em que resta a analisar, mas cujos efeitos são precisamente facilitar uma melhor integração do Conselho Deliberativo, de suas exigências em termos de funcionamento e de suas práticas em termos de gestão local.

Para resumir, do que apresentamos, de maneira geral, o reequilíbrio institucional, que pode ser interpretado como representativo de um modo de descentralização, quando da emergência de territórios que são capazes de se impor como territórios pertinentes do ponto de vista da ação local. Esses novos territórios que contam com novas instituições

---

5. V. conceito de governança territorial no artigo de Patrick Le Galès (1995) "Du gouvernement des villes à la gouvernance urbaine", Revue française de science politique, n. 3, p. 57-95.

6. As observações aqui referidas têm sido realizadas desde 2007 nas Reservas Extrativistas de Porto de Moz, de São João da Ponta, de Mãe Grande do Curuçá e de Caeté-Taperaçu, respectivamente situadas nos municípios paraenses de Porto de Moz, São João da Ponta, Curuçá e Bragança.

(como o Conselho Deliberativo, ou outros Conselhos que apoiam o poder local) e com instituições locais renovadas quanto ao seu funcionamento e aos métodos de trabalho, capazes de assegurar o comando das ações que os tomadores de decisão empreendem para responder às exigências do desenvolvimento sustentável do território de acordo com os imperativos de uma «boa» governança. Como pôde-se constatar, os três fatores exógenos referidos interagem em cada um dos territórios para desenvolver dinâmicas cada vez mais diversificadas que dependem dos diferentes recursos neles encontrados, da natureza desses recursos e dos interesses correspondentes à sua exploração (basta lembrar mais uma vez o modo como intervém o capital, sobretudo o transnacional, em territórios como Tucuruí, Belo Monte, ou parte de Carajás), das políticas públicas em vigência voltadas para questões econômicas e sociais que, por sua vez remetem para a gestão e exploração dos recursos – política ambiental, no que diz respeito às Reservas Extrativistas, política energética, no que diz respeito às barragens, política de desenvolvimento econômico, no que diz respeito à exploração mineral e sua transformação), assim como o jogo de atores local, complexo pois composto de atores diversos e heterogêneos, e de sua capacidade a se entender coletivamente em um engajamento a serviço de cada um desses territórios.

Na Amazônia brasileira, o que nos interessa particularmente aqui, essas mudanças devem, para se impor e permanecer, testemunhar sua aptidão para enfrentar uma situação geral bem marcada por uma história de tradições de forte dependência, o que afeta o comportamento geral das populações.

2. Amazônia: um contexto e uma história de tradições de dependência

De fato, o que surpreende o observador exterior, estrangeiro ao contexto amazônico, quando se aprecia a diversidade e a complexidade, é a importância da presença de mecanismos de dependência acumulados e reproduzidos no curso de um período algo recente (a partir de fins do século XIX), a permanência de tais mecanismos, mesmo depois do desaparecimento dos fatores que originaram essa dependência, sempre que as circunstâncias são favoráveis. A título indicativo, daremos aqui

quatro exemplos dessas formas de dependência, entre as quais algumas resultam de condições de operação de políticas públicas.

2.1. O ciclo da borracha e o sistema de aviamento

O "aviamento" está na base das relações de endividamento e dependência do seringueiro para com o seringalista e deste para com as casas aviadoras, situadas em Belém e Manaus. Por sua vez, as casas aviadoras, por não possuírem capital imobilizado, eram dependentes das empresas de importação e exportação, normalmente sediadas fora do Brasil (TEISSERENC, 2011a, p. 44). O seringueiro, trabalhando habitualmente sozinho em seu percurso de colheita da seiva da seringa, em um espaço de 300 hectares no fundo da floresta, possuía apenas ligação com o mundo exterior através de seu patrão, o seringalista, do qual dependia para a troca dos produtos de seu trabalho pelos meios de subsistência fornecidos na forma de adiantamentos (O'DWYER, 2003, p. 73-82). Uma situação de dependência através de dívidas sempre crescentes, uma vez que o preço da borracha apresentada pelo seringueiro na forma de bolas ou *pelas*[7], estabelecido pelo seringalista, estava sempre abaixo do preço dos produtos por estes vendidos ao seringueiro, como certos alimentos e meios de trabalho. Os seringueiros encontravam-se, assim, de pés e mãos atados aos seus patrões, que não possuíam direito de propriedade sobre os seringais, e, sim, somente a posse, dentro de um sistema de poder – em grande parte, garantido aos patrões graças ao domínio das vias fluviais, caminhos de transporte de produtos, caminhos de acesso ao mundo exterior. As relações entre o seringueiro e seu patrão se justificavam, então, pela estrutura de poder criada a partir de relações eminentemente clientelistas, pois comprometida com uma "oferta de produtos do extrativismo destinada a redes de clientela" capaz de satisfazer às expectativas dessas redes e de responder ao mesmo tempo à "necessidade de troca

7. Para transportar a produção até a sede do seringal onde se encontrava o patrão, fornecedor de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, o seringueiro processava a borracha em sua forma líquida, obtendo, através de defumação, bolas do produto; bolas também chamadas *pelas* (BENCHIMOL, 2009).

de mercadorias no interior da floresta, lá onde o dinheiro nada valia" (AUBERTIN, 1996, p. 232-33).

Esta estrutura de poder da qual se beneficiava o seringalista era tão forte que, findo o período de exploração da borracha, essa economia exportadora que se encerra definitivamente no fim da Segunda Guerra mundial, de renda extremamente concentrada e pouco monetarizada, foi possível mantê-la e o seringueiro então se encontrou na situação de um trabalhador independente e sem recursos, endividado para com um patrão, senhor da vida e da morte dos seus subalternos, "que muitas vezes arranjava os casamentos, era o padrinho das crianças, emprestava a embarcação e fornecia medicamentos" (AUBERTIN, 1996, p. 104). Como se pode constatar, a dependência resultante era não somente econômica, mas também social e simbólica. Ela afetava todos os aspectos e todas as dimensões da vida do seringueiro, procedendo enquanto uma "instituição totalitária" (GOFFMANN, 2005) em relação aos indivíduos. É a situação gerada por esse sistema de poder que veio a ser questionada no fim dos anos de 1970 pelo movimento social dirigido por Chico Mendes em um contexto no qual seringueiros e descendentes, que continuaram a viver da e na floresta criaram o Sindicato de trabalhadores Rurais (STR) e mais tarde, já nos anos de 1980, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Iniciativas destinadas a coordenar as ações desses trabalhadores e à distribuição de meios para os mesmos.

Esta situação absolutamente atípica dos seringueiros, e o sistema social daí resultante, trouxe como consequência, principalmente, a produção de uma identidade cultural particularmente significativa. Portanto, conforme Enrique Leff,

> Os seringueiros não são a atualização de uma identidade originária; foram formados em um processo social a partir das suas lutas sindicais como trabalhadores no negócio de exportação de látex no século XIX até a invenção de suas reservas extrativistas no estado do Acre, no Brasil. São protagonistas de uma luta pela reapropriação de sua natureza, pela afirmação de sua cultura e pela criação de um projeto próprio de sustentabilidade. A geografia traçada pelo seringueiro é o resultado de um movimento no pensamento que acompanha uma ação social que reconfigura identidades coletivas,

> reorganiza um espaço ecológico e constrói novos territórios teóricos, políticos e culturais (2006, p. 501).

A imposição desta identidade explica, em parte, por que o movimento social que apoiou Chico Mendes, no fim dos anos de 1970, origem do conceito de Reserva Extrativista, deu-se pela reivindicação de um território definido a partir de sua biodiversidade e dos saberes e práticas de suas populações em termos de valorização e de gestão dos recursos naturais. Esse território reivindicado se justificou, pois, para essas populações enquanto espaço de exercício de suas atividades produtivas e enquanto suporte de uma redefinição de identidade cujo reconhecimento estava sendo demandado.

2.2. A política de "colonização" da Amazônia

Durante a ditadura militar, uma política de "colonização" da Amazônia foi posta em operação. Elaborada nos anos de 1950, durante o segundo Governo de Getúlio Vargas, esta política é implementada em fins dos anos de 1960 até 1980, no âmbito do Programa de Integração Nacional das regiões norte e nordeste do Brasil, em tese com o propósito de mudar a realidade das desigualdades regionais do país, fazendo com que o nível de vida do sul e sudeste do Brasil, consideradas hegemônicas e, portanto, "modelo de desenvolvimento" fosse atingido pelas outras partes do país.

Esse Programa, que envolveu uma grande parte do conjunto da Amazônia brasileira, concretizou-se pela abertura da rodovia Transamazônica, equipamento a serviço da colonização da Amazônia através da execução de uma reforma agrária nos territórios a serem beneficiados pela rede rodoviária. Esta política, ambiciosa e voluntaristas, objetivava permitir a esses novos territórios de conquista, para alguns, territórios de pecuária, transformando-se a floresta em zonas de atividades "produtivas" pela criação de pastos e de desenvolvimento da monocultura de grãos para exportação, entre eles a soja, e, para outros, territórios de implantação e de desenvolvimento de uma agricultura familiar.

Na prática, os governos ditatoriais se viram, em face da chegada na Amazônia de um número grande de trabalhadores agrícolas, emancipados

da tutela de seus patrões, vindos de muitas regiões do Brasil, principalmente do Nordeste e de zonas peri-urbanas de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, atraídos pela promessa de terras disponíveis na Amazônia para desenvolver agricultura, desflorestando-a intensivamente. E, além disso, com o objetivo de controlar e organizar a instalação de coletivos de camponeses ao longo da Transamazônica, à medida em que iam sendo abertos trechos da rodovia programados nos Planos Nacionais de desenvolvimento durante os governos ditatoriais, foi criado, em 1970, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA)[8], assumindo, no contexto da época, um papel de controle e de repressão.

O desenvolvimento desta agricultura ao longo e a partir da Transamazônica tomou formas as mais diversas como testemunham, em particular, os trabalhos de Jean Hébette. Ela permitiu especialmente a constituição de uma classe de camponeses, que se desenvolveu com o apoio de instituições sindicais, de estruturas de apoio técnico como EMATER e EMBRAPA, além do apoio da igreja católica e de algumas de suas instituições emblemáticas, caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esse desenvolvimento igualmente trouxe a estruturação de um movimento social a partir dos objetivos da agricultura familiar, sobretudo em torno dos desafios que representa para os agricultores e suas comunidades: o acesso à terra para aqueles que ainda não haviam sido beneficiados – o caso do Movimento dos Sem Terra (MST), a partir dos anos de 1980, e a legalização da situação para beneficiários deste acesso.

As análises das condições de desenvolvimento desta agricultura familiar (HEBETTE, 2004) têm mostrado que a estabilização desses trabalhadores emancipados e o reconhecimento destes como camponeses depende de um distanciamento deles em relação ao clientelismo que poderes locais buscam impor, de uma organização coletiva com o apoio de instituições parceiras já referidas anteriormente.

---

8. Resultado da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ambos criados em 1964 quando da edição do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 1964), o INCRA foi criado através do Decreto 1.110 de 09 de julho de 1970. Atualmente esta autarquia é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado através do Decreto n. 3.338, de 14 de janeiro de 2000.
Cf.: www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria.

2.3. Exploração de recursos minerais e construção de grandes barragens no âmbito da política de independência energética no país

Escolhemos reagrupar em uma mesma abordagem duas realidades bem diferentes mas cujos efeitos nos territórios concernidos e nas populações desses territórios têm muitos pontos em comum. De nosso ponto de vista, trata-se de apreciar de que maneira as transformações resultantes da execução desses grandes projetos energéticos e desses grandes programas de exploração de recursos minerais fazem-se acompanhar da emergência de formas novas de dependência entre as populações e as instituições locais e nacionais. De fato, esses dois tipos de operações de grande envergadura têm em comum a capacidade de atrair populações vindas do exterior à busca de um emprego, ao mesmo tempo em que essas operações necessitam de deslocamento de populações que viviam nos territórios antes da operação dos grandes empreendimentos, colocando em causa demandas por reparação de perdas de um modo ou de outro. Em meio às populações que vêm se instalar no território em questão, há aquelas que o fazem a partir de um contrato de trabalho com uma empresa e que, por vezes, fazem-no por um período determinado durante a fase de construção ou por um período indeterminado quando o trabalho concerne à gestão da mina e a produção ou, no caso da barragem, à sua operação e manutenção. Geralmente, trata-se de pessoas qualificadas para as quais os principais problemas postos vêm do emprego de um dos membros de um casal e dos serviços em termos de habitação, da vida cotidiana, de saúde, de educação dos filhos, lazer para a família e, de modo mais geral, de segurança para todos na medida em que a atratividade do território em razão da oportunidade de trabalho e da riqueza nova que possa ser gerada geralmente traz uma ampliação dos problemas de segurança.

De fato, esta insegurança resulta em grande parte da chegada massiva de populações desenraizada, sem estatuto particular, sem qualificação profissional, à busca de um emprego direto nas empresas que executam as obras em curso ou de empregos indiretos graças ao desenvolvimento de serviços vários que o estabelecimento do conjunto dessas populações novas necessita. Em um passado recente, Tucuruí e as regiões limítrofes de Carajás e Marabá passou por fenômenos

dessa natureza. Mais recentemente, em Marabá, com a implantação de empreendimentos siderúrgicos e em Altamira e regiões limítrofes, com a construção da barragem de Belo Monte, verifica-se incidência da mesma dinâmica. A título indicativo, em dois anos, a população de Altamira se ampliou em 50% e cidades menores próximas como Anador, Senador Porfírio, viram dobrar o número de seus habitantes. O grande paradoxo dessas grandes operações e desses programas de equipamento é que, de um lado, eles trazem certa elevação de salários para os beneficiários dos contratos de trabalho com as empresas diretamente vinculadas aos empreendimentos e com as estruturas de serviços que se desenvolvem; de outro lado, elas promovem precarização para muitas dessas populações atraídas pelas perspectivas de empregos e de riqueza que não consegue encontrar um posto de trabalho e passam a desenvolver atividades paralelas na forma de permutas geralmente geradoras de instabilidade, de insegurança, ao fim e ao cabo, de formas novas de dependência para com terceiros que se aproveitam de tais contextos.

Essas grandes operações e esses grandes programas igualmente têm, por consequência, afetado, por longo tempo, os territórios implicados, constrangendo as populações locais a partirem. O problema para essas populações, a partir do momento em que elas esgotam os meios à sua disposição para se oporem, resistir, contestar etc., tanto em termos jurídico e institucional, quanto em termos de pressões outras com o apoio muitas vezes de um movimento social que encontra condições de ampliar a mobilização das populações e a internacionalizar a pressão, é negociar compensações na forma de indenizações e obter, para isso, o apoio de autoridades competentes e o suporte do movimento social internacional em um contexto global de ambientalização dos conflitos sociais.

Evidentemente existe um aparato legal capaz de facilitar as negociações. Mas é necessário insistir no fato de que esse aparato pode não ser aplicado, ou aplicado parcialmente, haja vista o número de objetos de desacordo: a natureza da terra, a natureza do prejuízo, o caráter não somente financeiro e material do prejuízo, mas também moral, simbólico, até mesmo psicológico; em especial quando se trata de comunidades para as quais o problema da territorialidade (SAQUET, 2009) é um dos componentes essenciais da existência social e do conhecimento de

um espaço que é de seus ancestrais de quem herdaram valores, saberes e ritos (CASTRO; PINTON, 1997). O sofrimento social (MAGALHÃES, 2007) resultante de tais rupturas é dificilmente auditável e a experiência de Tucuruí, trinta anos depois da represa construída, mostra que o desgaste causado pelos sofrimentos são ainda presentes hoje.

Essas dificuldades de negociação na busca de compromissos se complicam pelas estratégias dos principais dirigentes encarregados de conduzir as operações em nome do interesse geral (o das necessidades energéticas do país no que respeita aos programas de barragens e o do desenvolvimento econômico do país quando se trata da exploração mineral).

Em geral, os grandes empreendimentos tendem a privilegiar acordos diretos com as famílias mais ou menos selecionadas dentro de uma lógica clientelista, e não a busca de acordos coletivos em negociações difíceis. Geralmente essa atitude gera uma situação extremamente ambígua, como é ainda o caso atualmente em Tucuruí, onde os operadores (caso concreto dos dirigentes da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte) continuam a negociar um plano coletivo e, ao mesmo tempo, procedem a arranjos caso a caso de modo a "acalmar os ânimos", arriscando a produzir-se deste modo profundas divisões no seio do movimento social mesmo.

Em um plano mais geral, essas grandes operações e esses grandes programas se justificam, como já sublinhado, em nome do interesse geral do conjunto do país. Esta justificação em nome do interesse geral origina, em muitas das populações amazônicas, um sentimento de que – desde a época da exploração da borracha; em seguida, a da Transamazônica e, após, a dos Grandes Projetos – a exploração mineral, florestal e energética dessa região tem sido sempre destinada a satisfazer exigências de uma divisão social e de um desenvolvimento econômico que privilegia o fornecimento de matérias primas e energia para complexos industriais do centro e do sul do país, assim como privilegia as exigências de uma política de exportação para os países industrializados e os emergentes. Resulta disso uma diferença de nível de vida entre as populações do centro e do sul do país, beneficiárias de um crescimento econômico vivido em país que emerge rapidamente em detrimento de regiões do norte do país de

onde provêm a matéria prima e recursos energéticos. A propósito, foi assim intitulado por seu editor, Lúcio Flávio Pinto, edição publicada em 21 de maio de 2012 em Belém (PA), "A Vale engorda. O Pará emagrece" (PINTO, 2012).

Continuamos nossa apresentação lembrando o desenvolvimento do "trabalho escravo" que, mesmo se proibido, perseguido legalmente e fortemente denunciado, não somente se mantém como tende a se propagar em novos setores de atividades ou em novas formas de organização do trabalho; basta lembrar que certos modos de exploração da floresta ou certos modos de produção de carvão vegetal extremamente nocivos para os trabalhadores, muitos deles sequer adultos, é também atualizador de um sistema de dependência que liga os trabalhadores a chefes imediatos. Como o exprime claramente, para o caso do seringal, Eliane Cantarino O'Dwyer:

> [...] o termo "seringal" continua, contudo, a ser utilizado para designar tais propriedades, a despeito do término da extração da seringa. As antigas relações de subordinação e endividamento características da situação do seringal também foram reconstituídas em novas bases, com a introdução dos agentes econômicos, como os intermediários das empresas madeireiras que comercializam ao longo dos rios e a nova rede de aviamento estabelecido para a extração de madeira (O'DWYER, 2003, p. 75).

Outros casos podem ser citados. Por exemplo, a situação dos pequenos produtores de abacaxi de Salvaterra, município situado na Ilha do Marajó. Após se beneficiarem de um programa governamental de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dessa cultura, logo que este foi reduzido e tornou-se necessário que os agricultores negociassem diretamente com os bancos, o financiamento do investimento, eles escolheram o entendimento direto com os compradores de sua produção, "atravessadores" estabelecidos na capital, Belém (PA). Eles compram a produção antes de ser mesmo plantada. Na forma de prestação por adiantamento de dinheiro, os "atravessadores" possibilitam o investimento na plantação e o atendimento de necessidades básicas dos produtores que, desse modo, adentram em um sistema de relações de dependência como o do "aviamento", revisto e corrigido mais recentemente.

A hipótese é que a imposição de sistemas de dependência e a tendência à *perenização* em formas atualizadas se explicaria como um fenômeno de internalização dos mecanismos em questão pelas populações da Amazônia, e esta internalização permite o desenvolvimento de um *habitus* como entendido por Pierre Bourdieu. Compreender-se-ia, então, por que existe uma certa predisposição dessas populações a desenvolver, até mesmo buscar, relações de dependência que tendem a se desenvolver na forma de sistemas que se perpetuam pela reprodução em função das características de cada um dos contextos territoriais. De um contexto territorial a outro, "as relações interpessoais que vinculam indivíduos e grupos, certamente variam, porém, os processos sociais podem ser considerados do mesmo tipo, e expressam uma estrutura de rede e de relações que se revestem praticamente da mesma forma" (O'DWYER, 2003, p. 74).

Esta interpretação, em parte fundamentada na maneira como Chico Mendes soube responder à situação dos seringueiros prisioneiros do sistema de "aviamento" e nos resultados que esta resposta permitiu obter com o reconhecimento de um estatuto de seringueiro, o que já foi referido anteriormente, e da possibilidade de dispor de um território no qual se propôs colocar suas competências e as de sua comunidade de pertencimento a serviço do chamado desenvolvimento sustentável. O debate que suscita tal hipótese permitirá justificar a escolha dos fatores endógenos que contribuem para a diversidade das dinâmicas territoriais.

3. Os fatores endógenos que contribuem para a diversidade das situações territoriais e para a heterogeneidade das dinâmicas

Para dar conta dos principais fatores endógenos que contribuem para a diversificação das situações e dinâmicas, parece-nos pertinente privilegiar a análise da evolução pela qual passa o poder local. Tradicionalmente baseado em relações diretas, bipolares, entre os políticos e os cidadãos justificadas em eleição por sufrágio universal e o sistema de representação resultante cujo objetivo é a realização do programa político aprovado por ocasião da eleição, o sistema local de poder tende a evoluir, no contexto de recomposição territorial, na direção de uma tripolaridade de relações entre os polos constituídos – social, técnico

e político – que desenvolvem entre si uma intensa interatividade em razão das interdependências que os caracterizam. Este esquema corresponde à situação dos territórios onde existem cenas locais (como os Conselhos Deliberativos) e nas quais o sistema de poder é levado a concordar com a importância do trabalho coletivo de identificação de problemas, de oportunidades e de formulação de proposições a partir de debates e de confrontos entre atores locais prontos a se engajar em certo número de projetos.

O "polo social" representa a sociedade civil que possui como uma das características, no novo contexto, a natureza dos debates nos quais ela se implica, seus motivos e objeto[9]. O "polo técnico" é constituído pelo conjunto dos serviços das coletividades envolvidas e seus parceiros prestadores de serviço implicados na administração e desenvolvimento do território. O "polo político" é composto pelo conjunto dos políticos engajados na administração e desenvolvimento do novo território.

3.1. A sociedade civil e o movimento social

Em meio aos fatores que permitem explicar o engajamento do movimento social, existe sua organização, muito comumente a partir de comunidades de base que servem de referência para o desenvolvimento da sociabilidade e da convivialidade cotidianas das populações e para uma divisão social do trabalho específica. A eficácia de uma tal organização está na qualidade dos líderes comunitários e na autoridade que demonstram possuir. Esta autoridade é tanto maior se eles dispõem de um quadro de análise e se eles dominam as aplicações, como muitas vezes foi o caso da Teologia da Libertação elaborada por teólogos progressistas da igreja católica e de certas tendências no seio das igrejas protestantes. Oferecendo aos líderes um quadro de análise da evolução de contextos cada vez mais marcados pelo impacto do desenvolvimento do sistema liberal, a teologia da libertação lhes permite desenvolver uma retórica "híbrida" de caráter social e religioso ao mesmo tempo, com base em valores e normas que os debates locais nos quais se im-

9. Este é particularmente o caso em termos de desenvolvimento sustentável. Cf. a propósito Pierre Teisserenc (2010).

plicam oportunizam confrontar com os valores e normas dos atores dos dois outros polos – o técnico e o político.

Esses debates e os confrontos, os quais dão lugar à busca de acordos, são ocasião de uma abertura de sua retórica inicial, social e religiosa, à uma retórica de caráter mais político de cujas referências eles se apropriam progressivamente (MOREIRA, 2005). Enquanto isso os efeitos dos fatores externos resultantes do contexto no qual evolui cada território se traduz por um fenômeno de "ambientalização" dos conflitos locais (TEISSERENC, 2010b) que contribui, a seu modo, para a evolução da retórica dos atores engajados, de suas referências assim como de suas estratégias.

De fato, na busca de acordos para trabalhar conjuntamente na operação de projetos, cada um dos atores em presença e cada categoria de atores, notadamente os atores da sociedade civil, são levados a adaptar suas estratégias privilegiando geralmente estratégias de alianças com atores dos outros polos em presença. Além do que, esses confrontos oferecem aos atores sociais a oportunidade de estender e enriquecer suas competências uma vez que aprendizagens coletivas das quais tiram proveito no âmbito dos engajamentos nos quais investem uma parte de seus recursos e de suas competências.

3.2. O polo dos técnicos e dos experts

No contexto de recomposição territorial, são muito mais as competências dos técnicos e dos experts que nos chama a atenção neste momento, assim como sua legitimidade quanto aos problemas tratados, soluções propostas e iniciativas a promover. Estes técnicos e experts se apresentam como atores heterogêneos, atores privados e atores públicos cujas lógicas e interesses podem ser diferentes. Bastante imaginar, por exemplo, o que seria o confronto entre lógicas de atores do setor privado inspiradas pelas exigências do mercado buscando exercer suas competências na gestão de assuntos públicos e as lógicas dos atores do setor público inspiradas pelas exigências do interesse geral buscando um compromisso com colegas do setor privado na condução das ações locais.

O mundo dos técnicos e dos experts é não somente um mundo heterogêneo, mas também um mundo complexo e, nesse sentido, um certo número desses atores possuem grande mobilidade, levando-os a se

encontrar, por vezes, no polo político em razão de suas trajetórias ou de desempenhar um papel de líder no seio do movimento social em razão de engajamentos religiosos e sociais que eles podem ter ao lado do exercício profissional. Tal heterogeneidade e tal combinação de referências a "mundos" tão diferentes (BOLTANSKI; THEVENOT, 1991) explicam a diversidade das estratégias que podem resultar tanto em relação aos atores de seu polo de pertencimento quanto em relação a atores políticos ou da sociedade civil.

A isso adicione-se o fato de que a "ambientalização" dos conflitos, já referida, traz especialmente como efeito o questionamento dos fundamentos e da legitimidade das competências desses atores e de sua expertise por terem ocasião de prestar atenção ao modo como os atores da sociedade civil manifestam através de suas proposições uma outra compreensão das situações locais e um conhecimento diferente resultante não somente da proximidade com as situações em questão mas também em razão dos saberes e práticas ligados à sua própria experiência. É o caso quando existem contextos favoráveis ao desenvolvimento de "controvérsias sociotécnicas" descritas nas análises de Michel Callon, Pierre Lascoumes e Yannic Barthe (2001). Mas é sempre também o caso quando as populações locais são convidadas a contribuir no âmbito dos Conselhos Deliberativos (VASCONCELOS, 2010).

3.3. O polo político

Em sua forma tradicional, o poder local é geralmente monopolizado pelas grandes famílias e por alianças (MOREIRA, 2010, p. 219); é exercido a partir de relações fortemente marcadas pelo caráter clientelista que, em função dos contextos, podem tomar formas muito diversas e que, de todo modo, levam a manter fortes laços de dependência entre eleitos e eleitores.

Por exemplo, em um município de 20.000 hab., no qual tivemos ocasião de conduzir trabalhos de pesquisa, o prefeito que estava finalizando seu mandato conseguiu assinar 1.800 contratos de trabalho[10],

10. Informações obtidas em entrevista concedida pelo presidente da Câmara de Vereadores do município de Salvaterra, em 14 de junho de 2013

sem concurso público, destinados a eleitores de todos os meios sociais, habitantes do território. Neste município, reinava um clima de medo, o medo de que a denúncia de tais práticas trouxesse perda de vantagens que cada um pode obter ou esperar para si e para sua família.

Certos municípios afetados por mudanças tão significativas como a criação de uma Reserva Extrativistas passaram no curso dos últimos anos por transformações importantes concernentes especialmente à composição e funcionamento do poder local. Tais evoluções são a consequência de uma maior implicação na gestão do território de políticos de níveis de competência territorial os mais diversos, pois a criação de uma Reserva se acompanha de uma presença efetiva da União através, até 2007, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e, depois, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Mas, também, verifica-se a presença de serviços técnicos intermediários como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), ligada ao Governo estadual.

Nesta nova configuração, em que se verifica a União e o Governo do estado participando da gestão de uma Reserva, a imbricação resultante entre o sistema de poder local, e os níveis nacional e estadual é um polo de atores políticos, ao mesmo tempo autônomos e interdependentes, perseguindo objetivos diferentes e, até mesmo, divergentes em certos casos, e que partilham a preocupação comum de criar um contexto favorável à administração e o desenvolvimento do novo território.

Outra mudança muito significativa possível de observar nesse novo contexto é o perfil dos novos políticos, as alianças por eles estabelecidas para acessar o poder e sua implicação no processo de ambientalização dos conflitos que eles procuram regular. De fato, pudemos verificar que, em três dos municípios tocados pela criação de uma Reserva Extrativistas nos quais fizemos nossas observações, Porto de Moz, São João da Ponta e Curuçá, todos no estado do Pará, o sistema de poder local passou por importantes modificações quando das últimas eleições. Estas permitiram a novos eleitos acessarem o poder através de um novo jogo de alianças que, em cada caso, envolveu o movimento social totalmente ou em parte. O caso mais simples, é o do município de São João da Ponta, no qual 60% dos eleitores são usuários da Reserva. O presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta

(MOCAJUIM) conseguiu se eleger prefeito com o apoio do movimento social, sem proceder a alianças com adversários que estavam até então no poder. Nos dois outros casos, os usuários das Reservas Extrativistas constituíam em torno de 40% dos eleitores e dois dos candidatos ligados a famílias importantes que tradicionalmente partilhavam o poder travam um combate dentro de seu próprio campo para ganhar as eleições. No caso de Porto de Moz, um dos candidatos faz aliança com uma pequena parte do movimento social contra um tio que era candidato às eleições. No caso de Curuçá, um dos candidatos faz aliança com um líder do movimento social, um técnico da EMATER, militante, formado pelo trabalho da igreja católica, implicado no processo de criação da Reserva. Nos dois casos, os novos líderes conseguiram chegar ao poder graças ao apoio do movimento social. Desse modo, esses novos eleitos se apropriam em parte do discurso, das referências e dos valores do movimento social e, tratando-se da Reserva, eles se implicam ainda mais nos desafios da ambientalização que, pouco a pouco, terminam por integrar, mesmo se em cada caso, esse trabalho de apropriação e de integração que acompanha a definição de novas perspectivas de futuro para o território é lenta, caótica, perigosa, colocando regularmente em dificuldade o funcionamento da engrenagem vinda dos acordos eleitorais (VASCONCELOS, 2010).

O sistema de poder local que emerge em tais contextos é um sistema que se mostra mais aberto que o precedente no qual coexistem geralmente práticas clientelistas do sistema anterior e as relações novas que a gestão participativa exigida pela criação da Reserva impõe a seu modo. É muito cedo para apreciar os resultados dessas transformações recentes cujos efeitos se manifestam pouco a pouco e de maneira específica a cada um dos territórios. Mas, é possível constatar que tais transformações são muito importantes e que elas afetam o conjunto do sistema de poder local: seu funcionamento, o sistema de atores sobre o qual se baseia, suas práticas, seu discurso, seus valores de referência, os instrumentos nos quais se apoia para gerir o território etc. Até onde podem ir tais transformações? É ainda muito cedo para dizer; assim como é também para apreciar seus efeitos sobre o funcionamento das instituições do poder local e sobre sua gestão. No entanto, o que é já possível assegurar é que, nos três territórios, o debate sobre a partici-

pação e sua função de deliberação preparatória à tomada de decisões, estão postos de maneira concreta. Assim também, nos três casos analisados, a Reserva não é mais considerada como um elemento estrangeiro, fruto de uma vontade externa e seu lugar e sua integração ora em diante fazem parte dos grandes desafios aos quais deve responder a nova governança local.

A experiência desses três municípios quanto à maneira como conseguem integrar pouco a pouco a Reserva enquanto um dos desafios dos territórios confirma a pertinência e o caráter de vanguarda da proposição feita pelo movimento social liderado por Chico Mendes. Um movimento que levou à existência das Resex como um dos instrumentos maiores da política pública do Estado brasileiro em termos de desenvolvimento sustentável (TEISSERENC, 2010a). Esta pertinência vem do fato de que este instrumento não se limita a oferecer às populações um quadro para experimentar novos modos de desenvolvimento. Trata-se de uma oferta de meios e de exigências capitalizadas pelo movimento social, que, ao reconhecer os integrantes da localidade como membros da resex, oferece-lhes um novo estatuto e novos direitos[11] e espera deles compromisso coletivo. Procedendo assim, a Reserva permite às populações concernidas organizadas em comunidades abandonar sistemas de dependência através dos quais sobrevivem e experimentar em toda legalidade novas vias de desenvolvimento sustentável de seus territórios cujo futuro até então estava bastante hipotecado.

As novas perspectivas que conseguiram se dotar esses três municípios não são evidentemente aquelas vividas em outros territórios confrontados a transformações tão ou mais importantes como é o caso de Tucuruí, Belo Monte, Carajás e Marabá. Nesses territórios, à falta de instrumentos de política pública eficazes e pertinentes, como é o caso das Reservas Extrativistas, a origem dos conflitos gerados pelas transformações em curso vai depender de novas relações de força que tais

11. Todo um conjunto de elementos que fazem parte da criação da Reserva acompanha a assinatura de um contrato entre o Estado e a associação de usuários, representante das comunidades locais e das famílias que as compõem, fundado na ideia de um reconhecimento estatutário em troca de um engajamento na gestão do território segundo as exigências do desenvolvimento sustentável. Através desse contrato, obtém-se a concessão de direito real de uso coletivo e gratuito da Reserva.

transformações produzirão, do sistema de poder local que resultará e da possibilidade de encontrar um compromisso que responda aos desafios da ambientalização dos conflitos locais que tais transformações aceleram, reforçam, legitimam. A via traçada pela experiência das Reservas Extrativistas, em um outro contexto, confirma que esse novo compromisso só será possível se as populações mais afetadas por essas transformações se beneficiarem não somente em termos de compensações, mas também, de reconhecimento em termos de estatuto e de novos direitos individuais e coletivos.

Esta perspectiva vai ao encontro da proposta de Carlos Walter Porto Gonçalves, quando considera lutas que nos últimos anos vêm ocorrendo na Amazônia Brasileira e a ambientalização dos conflitos que o movimento social representa. Diferente do que ocorreu na primeira metade do século XIX com a Cabanagem, as lutas atuais testemunham a capacidade do movimento social em estabelecer contatos e ligações, a se aliar com outros movimentos da sociedade civil, nacional e internacional, e de tirar proveito dos debates que esses encontros e essas alianças ocasionam, levando-se em conta diferentes contextos. Esses movimentos têm em comum a mobilização não somente pela defesa de seus direitos tradicionais e a reapropriação de seus meios de produção; eles são, ao mesmo tempo, movimentos de resistência pela sobrevivência das populações implicadas e que aparecem, por isso, como movimentos de *re-existência*, quando visam a defesa de uma forma de existência que integra um modo de vida e de produção tanto quanto modos diferenciados de sentir, de pensar e de agir (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 130).

Desse modo, essas mobilizações em nome da *re-existência* combinam a reivindicação de direitos e de reconhecimento com a de um território no qual essas populações querem exercer sua soberania. Tais reivindicações necessariamente significam, segundo Enrique Leff, uma "apropriação pelas populações tradicionais de um discurso e de uma política de desenvolvimento sustentável e [...] reinvenção de identidades em relação aos outros e à natureza" (LEFF, 2006, p. 501). Portanto, o desafio territorial se apresenta como indissociável do desafio identitário. Compreende-se melhor, nessas condições, por que territórios atravessados por importantes desafios emanando de fatores externos

passam por dinâmicas internas que correspondem à maneira como as comunidades, que se sentem ameaçadas em sua sobrevivência pelas transformações, conseguem se mobilizar em nome da re-existência no âmbito de movimentos sociais que tendem, em contexto parecido, a se diversificar em função da diversificação das categorias sociais em presença e da diversidade de seus interesses. Essas novas formas de mobilização compartilham de objetivos comuns e mobilizam dispositivos e recursos idênticos, o que não as impedem, no entanto, de proceder de maneira específica em cada um dos territórios concernidos em função de fatores tanto internos quanto externos, de suas interações e do jogo de atores resultante. Assim se explica a diversidade de dinâmicas territoriais que constitui uma das características maiores das mudanças em curso no coração da Amazônia brasileira.

Considerações finais: a qualidade dos territórios dessas dinâmicas

Para concluir apresentaremos algumas reflexões, a título de pistas de trabalho, esperando assim contribuir com os estudos das dinâmicas territoriais pelas quais passam os novos territórios em emergência na Amazônia brasileira, bem como com a análise dos territórios e com a compreensão de suas dinâmicas, para uns, e de sua ausência, para outros.

Os territórios como discutido ao longo desse capítulo se apresenta como territórios de ação local em recomposição no qual uma parte das transformações vividas é resultado das mudanças da ação pública. Essas transformações se revestem de muitas e diversas formas de um território a outro. Mas, de modo geral, temos sido particularmente atentos ao fato de que elas questionam o poder local enquanto sistema de poder e, em particular, as relações que os políticos mantêm com os seus representados. Tradicionalmente marcadas pelo clientelismo, essas relações não resistem às transformações incessantes, como, por exemplo, a criação dos Conselhos Deliberativos e os debates que nele têm lugar. As práticas participativas exigidas pelo funcionamento desses Conselhos, o uso de instrumentos novos como os diagnósticos ou os planos de manejo, uso e gestão contribuem para essas mudanças. A operação de tais instrumentos e dispositivos oferece, além disso, oportunidade

de confrontos de um novo tipo entre os políticos, seus serviços e os experts aos quais recorrem no âmbito de sua implicação nos debates com a sociedade civil.

O território, como discutido ao longo deste capítulo, é um território mundializado sob efeito de certo número de fatores externos que afetam o seu futuro de maneira cada vez mais presente. A aproximação entre essas duas características do território permite compreender a importância em considerar fatores que justificam a emergência da questão local em um contexto de mundialização e permite explicar por que o território da ação pública é, ao mesmo tempo, um território mundializado.

Esse território mundializado reivindica uma certa autonomia que impede que seja considerado como complementar a territórios vizinhos ou como parte em uma relação hierárquica com outras escalas territoriais como o Estado e a União. Esta busca de autonomia pode ser interpretada como o resultado de uma vontade de descentralização por parte do Estado, o que nos parece limitado, dado não permitir considerar a diversidade e a heterogeneidade das dinâmicas territoriais observadas. Eis a razão pela qual nos parece que esta diversidade e esta heterogeneidade nos remetem muito mais à ideia de territórios que se apresentam como sendo o receptáculo de "um processo permanente, reflexivo e societal de deslocalização, de relocalização e de definição de formas territoriais" (BOURDIN, 2001, p. 88) que permite a um meio social de nele se desenvolver, aproveitando os benefícios dos efeitos de proximidade e que, portanto, suscita nas populações locais a necessidade de reconhecimento e de pertencimento que está relacionado à sua identidade e à sua necessidade de território. Esse meio social se desenvolve integrando os efeitos de escala em termos de quadro de trabalho assim como as escolhas políticas das quais tiram proveito o território em termos de recursos. De fato, há proximidade entre escalas específicas, no seio das quais se multiplicam interações necessárias à condução de ações coletivas, enquanto que a escolha dos instrumentos oferecida pelas políticas públicas pode facilitar a exploração de recursos do território permitindo satisfazer certas exigências, como as do desenvolvimento sustentável.

O meio social do território mundializado é marcado por uma tendência a se organizar como um sistema local em busca de uma homogenei-

dade entre os elementos que o compõem a partir do desenvolvimento de relações de troca em bases não-hierárquicas que privilegiam as lógicas de grupos de pessoas com características comuns distanciadas de outros. Trata-se, é certo, de uma tendência que não afeta do mesmo modo todos os territórios, mas que se mostra como uma das consequências da diversificação dos grupos sociais e dos interesses que eles defendem em um contexto de *ambientalização* dos conflitos e emergência de novos movimentos sociais. A manifestação da diversificação dos interesses em presença, muitas vezes, leva a novas divisões espaciais dentro de um território, o que se constata em áreas urbanas. Além do que, mesmo se a organização geral do território se estrutura a partir de necessidades das populações em conservar e valorizar suas raízes, as redes nas quais investem os atores locais são cada vez mais mundializadas, facilitando certas formas de mobilidade e encorajando deslocalizações das quais os territórios não podem escapar.

Esse território da ação pública, mundializada, pode ser apreendido como um território reflexivo no sentido posto por Anthony Giddens (GIDDENS, 1991), na medida em que as mudanças que nele ocorrem permitem adquirir uma certa agilidade e uma certa flexibilidade para se organizar e se administrar em função das aquisições de sua história e das instituições que nele se conseguiu construir. Há de se considerar também a capacidade dos atores locais para recorrer a novos instrumentos de governo para responder coletivamente às suas necessidades de *territorialização* e de pertencimento a redes crescentemente mundializadas. Desse modo seria possível explicar a busca de flexibilidade como princípio de organização desses territórios, o caráter pouco normativo das práticas desenvolvidas e a grande diversidade resultante em termos de administração e de gestão. A existência desta diversidade explica igualmente porque esses territórios mundializados podem se tornar territórios escolhidos em razão da atratividade que eles exercem, o que constitui, aliás, um dos grandes desafios para a existência dessas dinâmicas territoriais.

Referências

BACQUÉ Marie-Hélène et SINTOMER Yves. «L'espace public dans les quartiers populaires d'habitat social». In: NEVEU, Catherine (Dir.). **Espace public et engagement politique. Enjeux et logiques de la citoyenneté locale**. Paris: l'Harmattan, «Logiques politiques», 1999. p. 115-148.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De la justification. Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Papirus: Campinas, 2007.

BOURDIN, Alain. **A questão Local**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique**. Paris: Seuil, 2001, (La couleur des idées).

CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido. Conceitos e Questões sobre desenvolvimento e meio Ambiente**. Belém: Editora Cejup, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOFFMANN, Erwing. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HEBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belem**: EDUFPA, 2004.

LE GALES, Patrick. Du gouvernement des villes à la gouvernance urbaine. **Revue française de science politique**, n. 3, p. 57-95, 1995.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental - A reapropriaçao social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor. Uma análise sócio-antropologica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará (co-tutela com Universidade Paris - 13. Orientadores: Jean HÉBETTE e Pierre TEISSERENC), 2007.

MOREIRA, Edma do Socorro Silva. Mobilização comunitária, ordenamento territorial e territorialidades do Rio Xingu, Pará. In: GOMES Ana Célia, MANESCHY, Maria Cristina Alves, MAGALHÃES, Sônia Barbosa e FERREIRA, José Maria (Org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

MOREIRA, Edma do Socorro Silva. **Movimento social Amazônico em defesa de Territórios e de modos de vida rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará (co-tutela com Universidade Paris - 13. Orientadores: Jean HÉBETTE e Pierre TEISSERENC), 2008.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Reserva extrativista e sistema de aviamento na Amazônia: o caso da exploração madeireira no rio Juruá. **Boletim Rede Amazônia "Dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos e Repostas socioculturais**, ano 2, n. 1, p. 73-82, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio (2012). A Vale engorda. O Pará emagrece. **Dossiê, Jornal Pessoal**, n. 3, mai. 2012.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Município e território: dividir por quê? As interpretações geográficas sobre a redivisão político-administrativa no Brasil. In: CORREA, Aureanice de Melo; OLIVEIRA, Marcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: Espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina. Coedição D P & A, Anpege e Faperj. V. II, 2008.

SANTOS, Milton e BECKER, Berta. **Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed., Lamparina: Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio e SAVÉRIO SPOSITO, Eliseu. **Territórios e Territorialidades – teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TEISSERENC, Pierre (2010a). Les RESEXs, un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. **Revista Pós Ciências Sociais**, n. 12, EDUFMA, Dossiê: "Amazônia e paradigmas de desenvolvimento", p. 41-68, fev. 2010.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Revista Antropolítica**, n. 29, segundo semestre, 2010b.

TEISSERENC, Pierre, ROCHA, Gilberto de Miranda e MAGALHÃES, Sônia (2009). **Território de Desenvolvimento e Ações Públicas**. Belém: EDUFPA. p. 23-64.

VASCONCELOS, Aloma Tereza. **Gestão pública e participação**: Uma análise do conselho deliberativo da Reserva extrativista Mãe Grande de Curuçá. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará - PPGDAM/NUMA, Belém, 2010.

CAPÍTULO 2

OS AWÁ NAS TRILHAS DE CARAJÁS

Elizabeth Maria Beserra Coelho
Rodrigo Folhes

Introdução

As reflexões aqui apresentadas baseiam-se em pesquisas iniciadas nos anos 1986, que tiveram continuidade até os dias atuais, parte das pesquisas foi realizada, em equipe (2005-2009), no bojo do projeto: *Etnoarqueología de los Awá (Guajá) -Maranhão, Brasil, un grupo de cazadores-recolectores en transición a la agricultura*[1]. Conta, também, com uma contribuição das experiências vivenciadas pelo antropólogo Rodrigo Folhes que, como assessor da Fundação Nacional do Índios (FUNAI)[2], acompanhou diversos procedimentos administrativos de licenciamento ambiental. O objetivo é analisar o processo de *territorialização* (OLIVEIRA, 1988) *awá*[3], focalizando os impactos que o Projeto Ferro Carajás, uma estratégia desenvolvimentista do governo brasileiro, tem exercido sobre esse povo.

O tema aqui explorado assume grande importância no momento em que o Projeto Carajás completa 30 anos. Ao longo desse período, em algumas publicações foram abordados os efeitos que esse projeto estava trazendo aos povos indígenas que se encontram na área de influência

1. Projeto financiado pelo Ministério de Cultura da Espanha. Desta investigação participaram Elizabeth Maria Beserra Coelho (Brasil) Gustavo Politis (Argentina), Alfredo González Ruibal e Almudena Hernando (Espanha), além de Eliane Cantarino O'Dwyer (Brasil). Esse projeto teve continuidade no âmbito do Projeto Territórios Emergentes da Ação Pública Local e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira-PROCAD-NF, que articulou a UFPA/UFMA/UFRJ.

2. Órgão indigenista oficial, criado em 1967, sucedendo o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

3. Os awá são denominados, pelos de fora, como guajá.

do empreendimento[4]. Coelho (1987) publicou, em 1987, "Cultura e sobrevivência dos índios no Maranhão", dedicando uma parte aos problemas que o referido projeto vinha ocasionando aos povos indígenas no Maranhão. Naquela ocasião, afirmou:

> A implantação de grandes projetos na Amazônia tem sido a expressão maior da febre desenvolvimentista que há cerca de três décadas acomete o Brasil. Em nome do desenvolvimento nacional são projetadas e executadas obras faraônicas, como as grandes rodovias, hidroelétricas e projetos de mineração. Dentre essas grandes obras destaca-se o Programa Grande Carajás, que tem sido nos últimos tempos alvo de debates e das grandes manchetes da imprensa local e nacional (COELHO, 1987, p. 56).

Chamou, ainda, atenção para a obra que já se encontrava em execução, a construção da Ferrovia Carajás-Itaqui, e afirmou que esta afetaria mais diretamente as terras indígenas Caru e Pindaré, no Maranhão, pois seu traçado passa no limite sul dessas terras. Antes mesmo da finalização das obras da ferrovia, os sinais deletérios já podiam ser observados, pois o trecho já concluído da ferrovia estava servindo para facilitar o acesso terrestre a uma região que se comunicava exclusivamente por meios fluviais. Com isso, intensificaram-se as disputas pelas áreas que se localizavam nos limites das terras indígenas e passaram a ocorrer invasões esporádicas para coleta de coco babaçu, abertura de roças e caça, nestas últimas.

O Programa Grande Carajás (PGC) havia sido construído pressupondo um grande vazio demográfico na área de sua instalação, assim como, segundo a lógica desenvolvimentista que o movia, pressupunha um vazio tecnológico e científico no Maranhão. Conforme afirmado em artigo escrito, também em 1986, as repercussões locais dos grandes projetos sobre os estudos e pesquisas de caráter científico e tecnológico foram mínimas:

> Verificamos que os grandes projetos Industriais implantados no Maranhão-indústria de alumínio, pela Alumar e Mineração e exportação de ferro, pela Vale do Rio Doce – se caracterizam pela autonomia tecnológica e pela força empresarial,

4. Cf. "Índios no Maranhão: da selva aos trilhos de Carajás". In: Cadernos de Pesquisa UFMA. São Luís, 2 (1): 62 - 71 jan./jul. 1986; "Cultura e sobrevivência dos índios no Maranhão, São Luís: SIOGE, 1987.

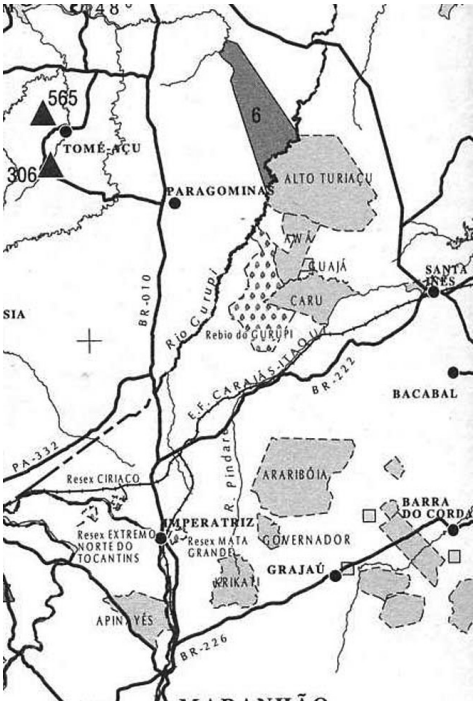
> cujo poder de influência e de cisão lhes permite excluir a comunidade científica local (TETSUJI et al., 1986, p. 41).

A implantação do PGC ocorre no bojo de uma dinâmica de *territorialização* que tem obrigado os *awá* a reformular seu cotidiano e suas relações com o ambiente e com os demais povos que os rodeiam. Esse povo constitui-se num dos últimos das terras baixas da América do Sul que mantém a caça e a coleta como atividade fundamental ao seu *modus vivendi*. O Estado brasileiro, através da FUNAI, seguindo uma lógica *desenvolvimentista,* realizou a atração dos *awá* e fixou-os em aldeias, introduzindo a prática da agricultura. Trata-se de uma estratégia para direcioná-los para a única *ordem possível*, que para Lander (2005) seria a sociedade moderna, liberal, como expressão espontânea e natural do desenvolvimento histórico da sociedade. Segundo Escobar (1995), foi promovido nas Américas um tipo de desenvolvimento que correspondia às ideias e expectativas do Ocidente "próspero", o que os países ocidentais consideravam ser o curso da evolução e do progresso. Nesse sentido, a estratégia de "desenvolvimento" tornou-se um poderoso instrumento para a normalização do mundo. A ciência e a tecnologia são concebidas não apenas como a base do progresso material, mas como a origem da direção e do sentido do "desenvolvimento".

A estratégia de sedentarizar os *awá* pode ser compreendida como uma dinâmica de *territorialização*, pois até 1973 os *awá* praticavam o nomadismo característico de povos coletores/caçadores e foram sendo confinados em áreas restritas, nas terras indígenas demarcadas, que são continuamente invadidas, principalmente por madeireiros. Nesse contexto sua sobrevivência vem sendo continuamente ameaçada. Os limites impostos aos grupos *awá* são resultado de um processo de redução drástica do espaço tradicionalmente utilizado para suas rotas de caça e coleta. Em 1973, a FUNAI iniciou o contato com esse povo, que foi sendo alocado em torno de quatro postos indígenas[5], localizados nas Terras Indígenas: Alto Turiaçu, Caru e Awá, no Maranhão.

5. Postos Indígenas são repartições em nível local, da FUNAI. O Decreto que reestruturou a FUNAI, de dezembro de 2009, extingue os Postos Indígenas. No entanto, manteremos essa designação como uma forma de identificar onde estão os diferentes grupos Awá. Ademais, trata-se de terminologia ainda utilizada localmente.

Figura 1: Terras indígenas no Maranhão, em destaque as onde foram aldeados os *awá* e o traçado da Estrada de Ferro Carajás



A construção da ferrovia Carajás expôs esse povo a um contato brusco e avassalador, ao abrir caminho numa região de mata e favorecer a instalação de povoados em suas margens. As terras onde vivem os *awá* limitam-se com a ferrovia e o trajeto dos trens afeta intensamente o equilíbrio da região, afastando, com seu barulho, a caça. Os *awá* estão buscando estratégias para fazer frente ao novo contexto, que passa pela reconstrução do seu cotidiano e da forma de organização econômica, cultural e social.

1. A Vale entra nos trilhos redirecionando as trilhas *Awá*

As tensões decorrentes do avanço de frentes de expansão[6] da sociedade

6. A categoria Frentes de expansão é utilizada no sentido de Cardoso de Oliveira, 1972, para expressar a concepção de ocupação do espaço, tomando como referên-

brasileira, especialmente aquelas de caráter extrativista, provocaram o início da ação de atração dos *awá*, realizada pela FUNAI, em 1973. Essa foi uma das primeiras ações oficiais no sentido de impor limites aos deslocamentos dos *awá*. O contato entre *awá* e brasileiros[7] vem se dando em diferentes momentos para os vários grupos, que vão sendo "aldeados"[8], de forma aleatória, em três terras indígenas: Alto Turiaçu, Caru e *Awá*.

Esse processo de sedentarização reuniu, inicialmente, 56 pessoas, das quais, em 1980, restavam apenas 26, redução comum aos processos de atração. Foram acometidos por doenças, especialmente respiratórias, além de malária (GOMES, M. 1996). Foram aldeados na Terra Indígena Alto Turiaçu, nas proximidades das margens do rio de mesmo nome. Neste local foi instalado o Posto Indígena Guajá.

O segundo grupo contatado, em 1980, foi instalado na terra indígena Caru, onde foi criado o posto indígena *Awá*. Outros grupos contatados foram instalados no mesmo local, constituindo a maior aldeia. Em 1994 parte de seus moradores foi transferida para as proximidades de um novo posto indígena, o posto Tiracambu, na mesma terra indígena.

O terceiro grupo com o qual a FUNAI estabeleceu contato, em 1989, tinha 22 pessoas, reduzidas a 15, em poucos anos. Esses *awá* foram instalados na área projetada para ser demarcada como Terra Indígena Awá e passaram a ser atendidos pelo Posto Indígena Juriti (GOMES, 1996). A Terra Indígena Awá foi definida em 118.000 hectares, após reduções e acréscimos, entre 1985, quando a FUNAI constituiu o Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da TI Awá, e 2005, quando, enfim, foi homologada por Decreto Presidencial. Mas, os invasores que nela se encontravam começaram a ser retirados em decorrência de diversas ações judiciais que protelaram a desintrusão[9], como já havia ocorrido com a demarcação.

---

cia as populações indígenas ou mestiças.

7. Consideramos que os povos indígenas constituem nações diferenciadas da nação brasileira, que vivem no Estado brasileiro.

8. O termo aldeamento é oriundo dos descimentos realizados pelos missionários católicos no Brasil Colônia. Os índios eram trazidos de seus *habitat* tradicionais e reunidos numa aldeia para ser catequizados.

9. A decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de março de 2012, confirmou a validade da Portaria 373/92 do Ministério da Justiça, que declarou a Terra Indígena Awá como de uso permanente do povo Awá-Guajá. Confirmou ainda a

Desde a instalação dos primeiros grupos *awá*, informações circulavam sobre a existência de seis ou sete grupos que viviam autonomamente. Um deles, que Gomes (1996) descreve como sendo de conhecimento antigo, era estimado em cerca de 40 pessoas, vivendo na Terra Indígena Araribóia. Outro viveria na Terra Indígena Alto Turiaçu e mais dois na Terra Indígena *Awá*. Os demais estariam localizados em terras não demarcadas para índios (GOMES, 1996). Recentemente, três Awá que resistiam ao contato aceitaram a aproximação de outros de seu povo e permanecem com eles na Terra Indígena Caru, nas proximidades da aldeia Tiracambu.[10]

O PGC foi um elemento intensificador dos problemas que os *awá* vinham enfrentando com o estabelecimento das relações interétnicas. Iniciado em 1982, o PGC consistia em exploração mineira, agrícola, pecuária e energética, que se estendia sobre uma área de 895.265 km (10,6% de área total do país), afetando substancialmente as rotas de caça e coleta percorridas pelos *Awá*. Tratava-se de iniciativas para efetivar o "desenvolvimento" na região. O PGC foi financiado pelo Banco Mundial, pela Comunidade Europeia, pelo Japão e pelo Governo brasileiro, através da companhia mineira Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente Vale S.A. Basicamente, trata-se de um projeto de extração mineral (bauxita, cobre, manganês, cassiterita, níquel, ouro e, principalmente ferro), embora envolva, também, projetos de desenvolvimento agrícola ou pecuário. Esse conjunto de empreendimentos resulta numa grave ameaça para os povos indígenas que habitam a região. Portanto, uma das exigências do Banco Mundial e da Comunidade Europeia para efetivar a remessa de fundos para viabilizar o projeto foi a concordância dos povos indígenas envolvidos e a destinação de parte do orçamento (13,6 milhões de dólares que deveria ser administrada pela FUNAI) para melhorar suas condições de vida.

Legalmente o Projeto foi extinto em 1992, mas foram implementadas iniciativas econômicas em todas as áreas que o compunham, como,

---

nulidade de todos os títulos de domínio concedidos pelo poder público em relação às propriedades inseridas no perímetro demarcado, restabelecendo os efeitos da sentença e determinando que a Funai/União promovesse a retirada de todos os ocupantes não indígenas da TI Awá.

10. Cf. Jornal o Estado do Maranhão de 03 de janeiro de 2015.

por exemplo, o cultivo de eucalipto numa proporção gigantesca em relação a outros cultivos no Maranhão.

Dentre os principais problemas ambientais provocados pela instalação do PGC, podem ser destacados: desmatamento de grandes áreas para produção de carvão vegetal e extração madeireira; perambulação de trabalhadores ao longo da ferrovia e concentração de trabalhadores sem emprego, sem terras, nas periferias das cidades; especulação imobiliária tanto urbana quanto rural pelas atividades madeireiras e agropecuárias; exploração desordenada dos recursos naturais com o consequente comprometimento de reprodução e sobrevivência de diversos ecossistemas e grupos humanos; mudanças nos hábitos e costumes dos grupos em sua área de influência; perda de paisagem ecológica e cultural; perda de referências socioculturais e territoriais para os povos indígenas; aumento de caça e pesca predatórias, em função do aumento populacional na região.

Esses problemas podem ser potencializados quando os *awá*, um povo de contato muito recente, passa a se relacionar com esse conjunto de problemas ambientais. A pressão sobre os *awá* foi incrementada em 1983, com a promulgação do decreto n. 88.985, que autorizava a extração mecânica de minerais por parte de empresas públicas e privadas em todas as terras indígenas, demarcadas ou não. A partir deste momento, diversas empresas, entre as quais se encontrava a estatal CVRD, começaram a exploração massiva dos recursos destas terras. O núcleo do PGC é o projeto de extração mineral *Carajás Ferro*. Este está destinado a extrair o mineral das montanhas Carajás, a oeste do rio Araguaia, e fazer seu transporte, em trem, até São Luís do Maranhão, onde se instalou o terminal Ponta da Madeira, com o objetivo de preparar o ferro para exportação. O trem transporta atualmente, cerca de 130 milhões de toneladas métricas por ano (mtpa) de minério de Carajás até São Luís. Numa conta fria, estima-se um volume de um pouco mais de 360 mil toneladas/dia, contando com 330 vagões que se estendem por cerca de 2 km, numa frequência de um trem a cada quarenta minutos. Dois, dos então Postos Indígenas a*wá* (*Awá* e Tiracambú, na T.I. Caru), se encontram na área imediata à ferrovia. Isto representa uma ameaça ao modo de vida caçador-coletor, tanto pelas restrições à mobilidade que acarreta, quanto pelo efeito que tem sobre os recursos potenciais de caça.

Diante da necessidade de permanecer mais tempo em um mesmo lugar, os *awá* têm buscado adaptar suas tradicionais formas de relacionamento com o espaço às novas circunstâncias. O movimento dos grupos *awá* no uso de rotas e áreas de caça-coleta, que resultava na formação de uma rede pela qual circulavam as informações e as trocas, atualmente tem sido prejudicado especialmente pelo cerco formado por madeireiros e outros invasores de suas terras. Por outro lado, as rotas de caça tiveram que ser alteradas e foram construídos novos *harkwas*[11].

Gallois (2004) chama a atenção para o fato de que não há um conhecimento indígena do que seja um território, nem o conhecimento dessa noção. A mobilidade espacial utilizada por povos indígenas seria uma comprovação dessa ausência: "a mobilidade espacial funciona como uma espécie de prova de que não há território, ou de que há 'ausência de um senso de territorialidade". No caso específico do povo Wajãpi, Gallois afirma não existir um 'território', mas zonas suporte do 'modo de ser fragmentado', como pode traduzir a expressão *ekowa* (lugar onde 'eu' vivo meu modo de ser) usada por um indivíduo para designar seu pertencimento a um grupo local" (GALLOIS, 2004, p. 39). É nessa perspectiva que compreendemos os *harkwa*.

A imposição de limites territoriais, decorrente do contato com os não índios, vai configurar o que Oliveira (1988) denomina *territorialização,* que se caracteriza como uma intervenção da esfera pública que associa, de forma prescritiva e insofismável, um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. Desencadeia um processo de reorganização social mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora. Esse processo implica na elaboração de mecanismos políticos especializados, na redefinição do controle social sobre recursos ambientais e na reelaboração da cultura e da relação do grupo com o passado. Nessa dinâmica, os povos indígenas passam a incorporar ao seu discurso e às suas reivindicações as noções de território e terra indígena.

No caso dos *awá,* a maneira de praticar a caça tem sido alterada e novos *harkwa* vão sendo definidos. As expedições de caça que envolviam vários dias ou mesmo meses, passaram a ser mais raras.

11. Nome dado pelos *Awá* às áreas de caça-coleta.

Frequentemente retornam no mesmo dia, quando partem pela manhã ou, quando partem à tardinha, retornam até o meio do dia seguinte. No entanto, continuam realizando os acampamentos na mata, onde permanecem muitos dias e de onde se deslocam para caçar. A caça também tem sido modificada pela introdução da espingarda, doada pela FUNAI, gerando mais uma forma de dependência.

Gomes (1996) afirmou que os *awá* viviam em grupos formados por duas ou mais famílias que se comunicavam com outros grupos num determinado território. Juntos eles formavam um supra grupo que permitia a reprodução biológica e dava sentido mais amplo à etnia. Cada grupo *awá* reconhece como seu uma parte do território que compartilha, que chamam *harkwa* ("meu território") e que usam integralmente como fonte de vida e conhecimento. O *hakwa* determina seus limites e reconhece os seus pontos e tempos de permanência e exploração. A incursão de um grupo ou indivíduo no *hakwa* do outro constitui motivo de cautela que deve ser observada e respeitada. Assim constituem rotas de nomadismo, seguindo percursos regulares.

Nas novas condições os *hakwa* vão sendo resignificados. O'Dwyer (2005) identificou, durante a elaboração do laudo pericial para a demarcação da Terra Indígena Awá, que esse povo costumam referir-se aos nomes das famílias pelos territórios de caça-coleta por eles utilizados – os *harkwas*. Além disso, observou que através dos topônimos que utilizam seria possível decifrar a combinação que fazem entre as localidades atuais e o *habitat* que deixaram para trás. Esta estrutura territorial se reproduz nas novas condições de redução da mobilidade. Na mesma dinâmica, o que Gomes identificou como supra grupos são redimensionados pois, com o aldeamento, vários grupos convivem em um mesmo espaço.

As três terras indígenas onde vivem os *awá* são palco de diferentes tipos de invasões por parte de não- índios, praticadas por moradores do entorno, que visam caçar ou pescar na terra indígena e de invasões de caráter permanente, como povoados e fazendas, com razoável infraestrutura, e das empresas de extração de madeira.

Atualmente, os *awá* em contato somam mais de 300 e encontram-se ilhados nessas diferentes terras. A impossibilidade de percorrer as rotas tradicionais de nomadismo, devido às invasões, dificulta os intercâmbios para intercasamentos, situação agravada pelos desequilíbrios

demográficos. Em 2000, Coelho, Correa e Pinto (2000) observaram a carência de mulheres na aldeia Guajá e excesso de homens na aldeia Juriti. As distâncias entre as aldeias poderiam ser facilmente percorridas pelos *awá*, mas seu raio de mobilidade, com um mínimo de segurança, atualmente oscila de cinco a, no máximo, quinze quilômetros.

A estratégia escolhida pelo órgão de proteção oficial, de fixar os *awá* em aldeias, tem implicado na necessidade de introdução da agricultura como forma de complementar as suas necessidades dietéticas. Esse novo contexto tem alterado bastante o *modus vivendi awá*. A natureza, antes mantenedora de suas necessidades sem que fosse necessária a utilização de recursos tecnológicos fabricados por outros, agora é palco de ações de cultivo com instrumentos agrícolas. Por outro lado, a caça, antes realizada exclusivamente com instrumentos de fabricação *awá*, agora é praticada, também, com a utilização de armas de fogo.

A FUNAI manteve-se ausente do cenário de implantação do PGC até que denúncias efetivadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), veiculadas na imprensa nacional, obrigaram uma manifestação desse órgão. A primeira ação administrativa desse órgão foi a elaboração de um documento intitulado "Projeto Ferro Carajás: apoio às comunidades indígenas", em Janeiro de 1982, em colaboração com a Companhia Vale do Rio Doce, que foi previsto para ser executado no quinquênio 1982/86, com financiamento do Banco Mundial. Na apresentação do referido Projeto, a FUNAI justifica seu "empenho" em oferecer maior assistência aos índios afetados pelo Projeto Carajás:

> Em um empreendimento de tal envergadura, a FUNAI tem que se fazer presente, pois que afetando as comunidades indígenas em todos os aspectos, do cultural ao social e econômico, terá que oferecer maior aporte de assistência em saúde e saneamento, serviço social, educação, promoção comunitária, habitação, urbanismo, comunicação, transporte, agropecuária, energia e administração, delineados no presente Projeto (VALE DO RIO DOCE, 1982, p. 1).

Em seguida, reconhece que o projeto atingirá diretamente:

> Aos grupos indígenas Urubu-Ka'apor e Guajá da área indígena Alto Turiaçu; Guajajara e Guajá, da área indígena

> Caru; Guajajara das áreas indígenas Araribóia, Canudal e Angico Torto; Gavião, da área indígena Governador; Krikati, da área indígena Krikati e Guajajara da área indígena Pindaré (VALE DO RIO DOCE, 1982, p. 1, grifo nosso).

O referido Projeto, ao tratar do povo *awá*, faz referência ao relatório do antropólogo Mércio Gomes, de novembro de 1981[12], no qual há a indicação da existência de cinco grupos *awá* que se encontravam nas terras indígenas Caru e Alto Turiaçu. Acrescenta como característica desse povo a necessidade de pequena densidade populacional por grupo, devido ao nomadismo, de forma a não necessitarem de deslocamentos a grandes distâncias para dividir o espaço vital. No contexto atual de sedentarização, há agrupamentos *awá* com mais de cem pessoas.

As ações previstas para os *awá* da aldeia Guajá, que no documento é descrita como sendo no Posto Indígena Caru[13], estão relacionadas à contratação de um sertanista responsável pela orientação de todo o trabalho de atração da área. Foi criado um subitem dentro do Posto Indígena Caru, designado "Atividade de Atração Guajá". Essa atividade seria desenvolvida com recursos da ordem de Cr$ 199.425,00 distribuídos conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Recursos da Atividade de Atração Guajá

Posto de Vigilância Guajá I	10.995
Posto de Vigilância Guajá II	27.220
Posto de Vigilância Guajá II	27.220
Posto de Vigilância Guajá IV	27.310
Posto de Vigilância Guajá V	27.310
Equipe móvel Guajá	24.335
Criação e interiorização do Pin Guajá	55.035
Total	199.425

Fonte: Dados de CVRD, 1981.

12. Mércio Gomes. Situação dos Guajá. Relatório em 20.11.81

13. Caru é o nome da terra Indígena onde se encontram as aldeias Awá e Tiracambu. Aldeia Guajá está na terra indígena Alto Turiaçu.

Não há nenhuma referência à demarcação de terra para os *awá*, mas apenas a instalação de Postos de Vigilância nas áreas já demarcadas como indígenas, onde foram situados os *awá* contatados.

Para a instalação do denominado "Posto Indígena de Atração Guajá", foram previstos gastos com construções de instalações do posto, equipamentos como rádio amador, barco a motor, grupo gerador, contratação de trabalhadores, mateiros, intérpretes indígenas, fixação de placas de limites da terra indígena, contratação de auxiliares e atendentes de enfermagem, formação de roças, aquisição de material para pequenos socorros. O total de Cr$21.580 para o Posto Indígena de Atração Guajá, foi assim distribuído:

Quadro 2 - Discriminação dos Recursos Previstos para Criação e Interiorização do PIN de Atração Guajá

Posto Indígena de Atração Guajá	Valor em Cr$
Saúde e saneamento	6.800,00
Agrícola	1.200,00
Administração	10.600,00
Agropecuária	2.500,00
Transporte	480,00
Total	21.580,00

Fonte: dados de CVRD 1982

Cabe observar que os maiores gastos são com atividades de administração. Por outro lado, não há nenhuma atividade prevista para os *awá* que já estavam assentados na Terra Indígena Alto Turiaçu, os primeiros contatados.

O "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas", foi executado de 1982 a 1986, para cumprir a exigência do Banco Mundial. Sua elaboração não levou em consideração as especificidades dos povos indígenas e foi pouco enfática em relação a uma questão crucial para esses povos, o resguardo e a garantia do território. Embora o dinheiro para a execução do projeto tenha sido concedido, as condições de sua utilização nunca foram controladas. A própria CVRD, que deveria administrar

os fundos, consistia em uma das empresas que concorriam pelos direitos de exploração das reservas mineiras que estavam sendo licitados. A FUNAI foi alvo de importantes críticas por parte da Associação Brasileira de Antropologia, a qual denunciava que os recursos haviam sido desviados à manutenção de sua própria infraestrutura e a planos desenvolvimentistas dentro das terras indígenas. O acordo para conceder os fundos exigia, também, que a CVRD financiasse o trabalho de antropólogos, escolhidos pela Associação Brasileira de Antropologia, para acompanhar e supervisionar o trabalho dos servidores da FUNAI em cada posto, além de determinar as necessidades básicas e os planos de investimento. No caso dos *awá* foi designado o antropólogo Mércio Pereira Gomes, que passou a argumentar a necessidade de demarcar a terra indígena Awá, à revelia do que estava disposto no projeto de Apoio. Esta conquista foi alcançada apenas em 2005, quando foi homologada uma terra para os *awá*.

Outras iniciativas, na mesma linha de programas de assistência, dessa feita específica aos *awá,* foram sendo propostas. Em 1999 um novo Programa de "apoio", então específico aos *awá,* foi gestado. Intitulado "Programa de Capacitação dos Awá-Guajá à Gestão Territorial e Promoção da Auto Sustentação de suas Comunidades"[14], sua coordenação cabia à Associação Indígena Awá e a CVRD, contando com a supervisão da FUNAI, através do então Serviço de Apoio de Santa Inês, que era vinculado à Administração Regional desse órgão em Belém, Pará. Um dos objetivos desse Programa era garantir a continuidade do apoio da CVRD aos Awá, porém "segundo diretrizes adequadas à situação do grupo" e tendo como critério a implementação de ações que favorecessem sua autonomia, sem prejuízo de sua cultura e organização social. (BINDÁ, 1999). As diretrizes que inspiravam esse Programa eram a capacitação dos *awá* para as relações com não-índios e com outros povos indígenas e sua preparação para gerir autonomamente formas de garantir a satisfação de suas novas necessidades, geradas no próprio contato permanente (BINDÁ, 1999). Dentre as ações para atingir esses fins, estavam algumas voltadas explicitamente para a introdução dos *awá* em uma economia de mercado:

14. Programa elaborado pela antropóloga Nadja Havt Bindá.

> Promover a autoestima do grupo através de ações e projetos que vinculem a melhoria da qualidade de vida e/ou estratégias de geração de renda à valorização e afirmação da cultura Awá-Guajá;
> Capacitar o grupo para a geração de renda, visando à satisfação de necessidades resultantes do contato permanente e do processo de sedentarização;
> Realizar pesquisas de mercado e avaliação da aceitação de produtos Awá-Guajá em diferentes níveis (local, regional, nacional e externo)
> Programar e executar ações educativas, voltadas para a valorização da diferença cultural a conservação ambiental junto às comunidades não-indígenas do entorno das áreas de ocupação Awá-Guajá, privilegiando as crianças e adolescentes em idade escolar, tendo em vista seu poder como agente multiplicador (BINDÁ, 1999, p. 4-5) (grifos nossos).

No âmbito desse Programa estava prevista, também, a estruturação e fortalecimento de uma instância de representação externa, designada "Associação Indígena Awá", apesar do reconhecimento de que os *awá* não possuíam qualquer informação ou conhecimento sobre o significado, o papel, os objetivos, as formas de funcionamento e os possíveis desdobramentos dessa forma de organização.[15]

Em 2001, o estado do Maranhão, através da Gerência de Desenvolvimento Social do Estado do Maranhão e da Gerência de Desenvolvimento Regional de Estado de Santa Inês, contratou um "Diagnóstico Socioeconômico e Geoambiental das Terras Indígenas, Caru, Awá e Alto Turiaçu". O objetivo afirmado na apresentação desse Diagnóstico era o interesse da CVRD em dar um novo direcionamento às ações desenvolvidas junto às populações indígenas localizadas na área de abrangência da Ferrovia Carajás. O referido trabalho foi realizado em parceria estabelecida entre o Governo do Estado e CVRD, através do Convênio GDS nº052/2000, e contou com a interveniência da FUNAI.

15. Em 2000 foi criada a Associação Awá e também o "Selo Awá" para identificar os produtos que os *awá* lançariam no mercado como cipó titica e mel de abelha. Participamos como observadores da "solenidade" de lançamento do Selo *Awá* em Santa Inês, em novembro de 2000.

Além da realização de um diagnóstico, estava prevista a elaboração de um plano de trabalho para ser desenvolvido no período de 2001 a 2005, a ser implementado pelas instituições envolvidas com a questão indígena e com a anuência e participação das comunidades indígenas.

O Diagnóstico contém uma introdução feita pela Gerência de Desenvolvimento Regional de Estado de Santa Inês, na qual é afirmada a importância de políticas específicas e diferenciadas para as populações indígenas e é ressaltado o fato de que teriam ocorrido grandes investimentos patrocinados pela CVRD, ao longo de 10 anos, mas que "infelizmente não resultaram em significativa melhoria da qualidade de vida dessas populações e seu consequente desenvolvimento social e econômico de forma específica" (GDS/GDR, 2001, p. 02; grifo nosso). Na mesma introdução é afirmada a "competência científica" dos profissionais que realizaram essa empreitada:

> O diagnóstico socioeconômico e geoambiental das terras indígenas Pindaré, Caru, Awá e Alto Turiaçu, foi realizado por profissionais das áreas de Antropologia, Educação, Serviço Social, Sistemas Agrários, Etnobiologia, Engenharia Civil e Geoprocessamento. Profissionais ligados às universidades UEMA e UFMA existentes no Estado, e várias instituições que trabalham com a questão indígena na região como a FUNAI, FUNASA e Conselho Indigenista Missionário. Além da presença indispensável e continua de todas as lideranças indígenas de cada aldeia (GDS/GDR, 2001, p. 3).

Elizabeth Coelho, Kátia Corrêa e Rogério Pinto participaram desse Diagnóstico constituindo a equipe de Antropologia. Na ocasião identificaram que os *awá* mantinham seu modo de vida caçador/coletor, a despeito da introdução da agricultura por funcionários da FUNAI que os estimulavam a exercer essa atividade e contavam com significativa resistência.

A equipe responsável pela avaliação dos recursos bióticos, embora reconhecendo que a floresta de terra firme, predominante na região, encontrava-se de modo geral bem preservada, apontou a importância do babaçu na dieta *awá* e chamou a atenção para a precariedade da conservação das palmeiras. Destacou o impacto negativo do plantio de roças:

> As roças de mandioca estão sendo implantadas dentro do babaçual, com o sacrifício de um grande número de palmei-

> ras. Um pequeno número de palmeiras mais altas (com mais de 20 metros) que são eliminadas a casa nova roça instalada e um grande número de palmeiras mais jovens, indicam continuado uso do babaçual como área de roça. Neste ritmo, as palmeiras produtivas de babaçu (aquelas mais velhas) desaparecerão em muito pouco tempo, restando um babaçual em formação e muito pouca produção de frutos, por um longo período de tempo. "Uma prática agrícola destrutiva e pouco produtiva parece agora fazer parte das atividades de sobrevivência do povo Awá" (GDS/GDR, 2001, p. 48).

A equipe da antropologia identificou, ainda, possíveis danos que a introdução da escolarização poderia trazer a esse povo. Nessa época estava em curso uma experiência efetivada pelo CIMI (que tem continuidade até os dias atuais) que se constituiu com o objetivo de preparar os *awá* para a autonomia e a autogestão. No entanto, trazia em seu bojo a alfabetização, que então acontecia em língua portuguesa. Os antropólogos alertaram para o fato de que a alfabetização implicava na introdução brusca da instituição escola entre um povo para o qual ela não fazia sentido. Reconheceram a necessidade dos *awá* aprenderem o português, mas que isso não implicaria na introdução da escola e de um processo de alfabetização para um povo até então sem escrita alfabética. Informaram sobre o cuidado com a introdução de uma língua estranha entre um povo com uma população pequena, pois havia o risco de perda da língua *awá*.

Não só a escolarização em curso prosseguiu como, outra experiência sob o encargo da Secretaria de Estado da Educação, conduzida por um missionário da Associação Linguística Evangélica Missionária (ALEM), foi posteriormente implantada (2006) e permanece em curso no PI Guajá.

Com a construção da estrada de ferro Carajás, alguns grupos *awá* ficaram às margens dos trilhos da ferrovia. Como já foi indicada, a abertura da estrada de ferro favoreceu a constituição de povoados que propiciaram um contato muito brusco e precoce dos *awá* com regionais. Gomes (1985, p. 4) já chamava a atenção para incidentes envolvendo trabalhadores da construção da estrada de ferro Carajás e *awá*. Ao relatar que um motorista da empresa Tratex, empreiteira da CVRD havia sido ferido por uma flecha, afirmou:

> Este sucedido é o terceiro que se deu nesta área desde janeiro deste ano. O primeiro foi na altura do km 410, quando um homem que pescava próximo a embocadura do rio Verde com o Pindaré foi ferido no antebraço direito. O segundo se deu alguns dias depois a uns 25 km ao sul, próximo do rio Azul, onde um homem recebeu uma flechada na altura do ombro.

Na ocasião, Gomes chamou a atenção para o risco de reincidência desses acontecimentos e para o fato de que o inverso, ataques aos *awá* por parte de brancos, também poderiam ocorrer.

Três décadas após esses primeiros encontros conflituosos, os *awá* que vivem às margens da ferrovia mantêm diferentes formas de relação com os moradores do entorno.

Na primeira vez que estivemos no PI Awá, em 1993, a grande reclamação dos *awá* era relativa ao barulho do trem, que diziam espantar a caça. O mesmo observou o antropólogo Uirá Garcia, ao realizar pesquisa entre os Awá entre 2007 e 2009. O referido antropólogo afirmou:

> Os Awá tem toda uma teoria sobre o barulho, sobre o som, que inclusive forma o conhecimento deles sobre a caça. O silêncio na mata é muito valorizado. Eles conseguem ouvir a chuva quando está chegando, minutos antes de ela cair. Então eles têm toda uma teoria nativa sobre o barulho e o barulho do trem é um barulho do terror (Disponível em: <http://www.apublica.org/2013/02/awa-guaja-trem-vale-carajas>).

Mas, até quando realizamos as primeiras viagens às aldeias *awá* situadas na terra Caru, em início da década 1990, o contato com o povoado Auzilândia, apesar de tão próximo da aldeia, era quase inexistente. O mesmo foi observado, em 2000. O grupo que havia sido transferido da aldeia *Awá* para a Tiracambú, em 1994, pouco se relacionava com os moradores do povoado Roça Grande, o mais próximo da aldeia.

Esse cenário mudou muito no intervalo de uma década. Em 2007 alguns *awá* da aldeia *awá* participaram, juntamente com *Tentehar* da aldeia Massaranduba (TI Caru), da construção de uma estrada contratada por madeireiros, dentro da TI Caru.

Figura 2 – Foto da abertura de estrada na TI Caru



Fonte: Acervo da pesquisa, agosto de 2007.

A participação na construção da estrada não é o único exemplo da grave aproximação dos *awá* com madeireiros. Na terra indígena Alto Turiaçu, os *awá* estão concedendo "liberdade" aos madeireiros para realizar a derrubada das árvores de maior valor comercial. Segundo Ferreira (2013), é possível ouvir dia e noite o barulho de motosserra. Tanto homens quanto mulheres da aldeia Guajá têm passado dias nos acampamentos dos madeireiros e, quando retornam à aldeia, geralmente trazem bens industrializados. Parecem seduzidos pelos bens da sociedade regional.

O deslocamento entre aldeias e para os povoados tem se intensificado, especialmente em busca de adquirir produtos nos comércios locais, especialmente bebida alcóolica, que passou a fazer parte da rotina de alguns *awá*, com exceção dos que vivem na terra Awá. Já se tornaram dependentes de vários bens, muitas vezes introduzidos pela FUNAI, como a espingarda e sua munição, roupas industrializadas, sal, lanternas e suas pilhas, sabão, dentre outros.

Como não ocorre por parte dos órgãos competentes (FUNAI e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

- IBAMA) a vigilância da terra, os *awá* ficam vulneráveis, sem nenhum preparo para lidar com os invasores que exploram suas riquezas naturais.

Apenas no PI Juriti (TI *Awá*) ainda podemos encontrar uma situação diferente. Os *awá* que ali vivem optam por manter distância dos não índios, sendo raros os motivos que os levam a sair da aldeia. Em geral são viagens promovidas e patrocinadas pela FUNAI. Vivem alertas e temerosos em relação à invasão dos madeireiros, que reduz continuamente seus percursos de caça. Por outro lado, são rigorosos em relação às tentativas de abertura de roças por regionais em suas terras. Em 2008 um homem foi assassinado por esse motivo.

Figura 3 – área desmatada na TI Awá, por não índio, para plantio de roça



Fonte: Acervo da pesquisa, setembro de 2008.

O acesso à aldeia Juriti ainda é difícil se comparado às aldeias *Awá* e Tiracambu. Até 2009, o único acesso era fluvial, sendo necessário um dia subindo o rio Caru, a partir de São João do Caru. Agora já há a possibilidade de chegar bem próximo em carro equipado com tração nas quatro rodas. No período chuvoso as estradas ficam ruins e mesmo o acesso à cidade de São João do Caru fica complicado.

Esse relativo afastamento tem permitido um maior resguardo ao modo de vida *awá*, apesar das influências externas e da pressão por

parte dos madeireiros. Em abril de 2014 os *awá* receberam, da Justiça Federal, o "auto de desintrusão", ato que pretende simbolizar a posse definitiva da área que esteve por tanto tempo em disputa. Em matéria veiculada no dia 22 de abril de 2014, o Jornal Pequeno assim se refere às invasões na Terra Indígena *Awá*:

> Desde o reconhecimento pelo Estado brasileiro do direito de permanência dos índios na região com a criação da então chamada Reserva Florestal Gurupi, não índios foram se apropriando da área. Ao mesmo tempo a área foi sendo desmatada, conforme mostram dados do monitoramento da Amazônia (Prodes) que apontam devastação de mais de 30% do território.

Relatório produzido pela FUNAI indica a intensidade do desmatamento na área, ao relatar que até o ano de 2009, 36.277,9 hectares haviam sido desmatados na TI Awá -correspondendo a 31% de sua área total, e 89.988,7 do seu entorno para proteção etno-ambiental (43,6%). Isto representa a maior taxa de desmatamento em relação a todas as terras indígenas da Amazônia Legal (FUNAI, 2010).

2. Mais trilhos, mais trens...mais *awá* fora de suas trilhas

Os problemas que o Projeto Carajás trouxe aos *awá* serão superdimensionados com a duplicação da ferrovia. A VALE, como estratégia inicial para obter aceitação dessa empreitada, apresentou, em diferentes municípios, do Pará e do Maranhão, o projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que, segundo a referida empresa, pretende aumentar a capacidade de transporte de minério de ferro. A apresentação foi marcada pelo objetivo de convencer às comunidades da "importância" da "expansão", que agregaria programas ambientais e seus benefícios. Com a coordenação do IBAMA, os encontros foram realizados em Marabá (PA), Açailândia (MA), Alto Alegre do Pindaré (MA) e Santa Rita (MA).

A obra foi divulgada pela empresa como sendo apenas uma interligação dos 54 pátios de manobra (ou pátios ferroviários) já existentes ao longo da ferrovia, que possui 892 km, permitindo que os trens circulem nos dois sentidos. Atualmente, a EFC possui apenas uma linha e os pá-

tios funcionam como desvios no cruzamento dos trens. Essa conexão, segundo a empresa, representaria a instalação de 559 km de trilhos.

A referida expansão foi apresentada como um dos maiores investimentos da empresa em logística e como potencial gerador de mais de oito mil empregos no pico das obras, previstas para acontecer em 27 cidades, sendo quatro no Pará e 23 no Maranhão.

As obras foram iniciadas por um trecho de 60 km que já havia sido licenciado pelo IBAMA e que abrange os municípios de Santa Rita, Itapecuru-Mirim, Anajatuba, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas e Açailândia. A realização do restante da obra ficou na dependência da concessão da Licença de Instalação por parte do IBAMA, que apesar das críticas de movimentos sociais que atuam na região, emitiu a autorização para as obras de duplicação da ferrovia. A licença ainda autoriza a remodelação de pátios e a implementação de viadutos e pontes na região.

Percebe-se, assim, uma estratégia bem articulada para driblar os procedimentos administrativos de licenciamento ambiental, pois a construção de uma nova ferrovia, ou seja, a duplicação da existente, está sendo apresentada como uma simples ligação dos pátios. Diga-se de passagem que o termo duplicação sempre foi usado com muita cautela pela empresa, sendo seu uso mais bem aceito e recorrente em tempos recentes. Costumavam se referir ao empreendimento nos termos expansão e/ou ampliação. Além das vicissitudes que emergem do licenciamento, duplicar ainda enseja uma noção de duplicar os lucros da empresa. Fato que deveria preocupar seus diretores na distribuição da renda e na suposta necessidade em promover o *desenvolvimento* regional.

Entre 2005 e 2007 a VALE realizou a ampliação dos pátios, que permitiu aumentar o número de vagões de 220 para 330. Conquistou as licenças ambientais junto ao IBAMA, sem a participação direta da FUNAI, negociando caso a caso as demandas indígenas por meio dos Termos de Compromisso e/ou Acordo de Cooperação[16]. O fracionamento das licen-

16. Em 2007, por exemplo, firmou-se um Termo de compromisso com os Gaviões do Pará, leia-se os Parkatejê, onde previa-se a ampliação do pátio em 1600 metros. Em 2011, esse e os demais grupos indígenas da Terra Indígena Mae Maria, já declararam que a empresa agiu conforme seus interesses e reclamavam do fato da não realização do Estudo do Componente Indígena para identificar os impactos das obras e do empreendimento em si. Entendimento, em grande medida, ocorrido em

ças chamou a atenção da própria FUNAI, por meio da então Coordenação de Licenciamento (COLIC), que solicitou à VALE, em 2011, esclarecimento sobre a situação das licenças relacionadas com a ampliação dos pátios e duplicação da ferrovia, marcando reuniões nas terras indígenas para esclarecimentos aos interessados. Ao IBAMA foi solicitado que não fossem emitidas novas licenças, sem a manifestação do órgão indigenista sobre os trechos incidentes ou próximos as terras indígenas.

Deve-se registrar que as medidas tomadas pela coordenação de licenciamento da FUNAI se deram a partir do alerta dado por lideranças de três povos que vivem na Terra Indígena Mãe Maria (Parkatejê, Kyikatejê e Akrãtikatejê). Estes informaram que a Vale S.A. estava querendo ligar os pátios em um único trilho. Essa informação motivou a retomada da participação da FUNAI nos procedimentos de licenciamento ambiental, exigindo estudos específicos para avaliar os impactos da ferrovia e sua duplicação nas terras de povos indígenas Mae Maria, Caru e Rio Pindaré. Tais estudos são conhecidos por "Estudos do Componente Indígena". Apesar de sua aplicação administrativa ser anterior ao ordenamento publicado pela Portaria Interministerial 419, de 26 de outubro de 2011, é com ela que se estabelece a primeira norma claramente voltada para a participação da FUNAI nos procedimentos administrativos de licenciamento ambiental e, com isso, da necessidade do empreendedor realizar o citado estudo de forma integrada ao Estudo de Impacto Ambiental – EIA.

No caso em questão, o IBAMA não demandou da Vale S.A. a Licença Prévia - LP do empreendimento, a partir do entendimento de que a obra a ser licenciada seria realizada na *faixa de domínio* já existente da ferrovia em operação há mais de 30 anos. Por isso, não se exigiu um EIA do empreendimento, mas sua forma simplificada e concomitante aos programas ambientais ("Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental – EA/PBA. Duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC"). Essa liberalidade deve ser entendida dentro dos esforços de setores do governo para a simplificação do licenciamento ambiental e sua agilidade para obtenção das licenças ambientais.

---

função das disputas internas por recursos financeiros e da eminência de renovação do TC em 2012. Recursos esses que influenciaram nos novos arranjos territoriais dos grupos da Terra Indígena Mãe Maria e suas participações nos dividendos.

Ainda em 2011, a FUNAI realizou reuniões nas terras indígenas para esclarecer os índios sobre as normas do licenciamento ambiental e a necessidade de realizar os estudos[17]. A partir de então, foi apresentada aos povos indígenas impactados pela Vale S.A. uma "nova" maneira de pensar e executar projetos desenvolvimentistas. Com base na concepção de conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, foi apresentado, então, um "novo" instrumento de gestão. Os estudos foram realizados, inclusive com os *awá* da Terra Indígena Caru, mas até a finalização deste texto não se tornaram públicos, em função dos ajustes solicitados pela FUNAI e das adequações a serem feitas pelos coordenadores dos estudos e seu difícil diálogo com o empreendedor. Não se sabe, portanto, quais foram os impactos identificados, se existem medidas que possam reverter esses impactos e quais serão os programas ambientais propostos. Considerando os desmembramentos do licenciamento e suas diversas licenças de instalação (por trechos) já emitidas pelo IBAMA, com a anuência dá própria FUNAI[18], é bem provável que a *análise de viabilidade* do empreendimento seja veementemente desconsiderada e as licenças sejam anuídas por tais *condicionantes*[19].

Esse novo contexto jurídico, aliado às novas demandas indígenas de participação política, bem como as novas configurações de capital priva-

17. Cabe destacar que, na reunião realizada na TI Caru, quem falou pelos *Awá* foram lideranças *Tentehar e* o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Awa-Guajá.

18. Por meio do expediente, ofício nº. 1101/2011/DPDS-FUNAI-MJ, a FUNAI informa ao IBAMA que não tinha óbices para a emissão de Licença de Instalação, desde que fossem excluídos os trechos contíguos às terras indígenas afetadas, podendo-se proceder a instalação da segunda linha nas áreas contíguas às terras indígenas somente após a aprovação do Plano Básico Ambiental (PBA) para o componente indígena. Se se cumprir com essa determinação, a VALE, após a apresentação dos estudos aos povos indígenas e sua validação pela FUNAI, ainda terá que esperar pela elaboração e aprovação do PBA indígena, para iniciar as obras nos segmentos de contenda indígena. Não se trata, portanto, do questionamento da duplicação da ferrovia como um todo, mas de determinados segmentos por um órgão de governo que não é o responsável direto pelas as emissões das licenças ambientais.

19. Nota-se, entretanto, que o TR da FUNAI encaminhado para o IBAMA prevê a análise de viabilidade ambiental do empreendimento sob o ponto de vista do componente indígena.

do da empresa mineradora, criou distintas percepções sobre as possibilidades de resolução de conflitos. Por parte da FUNAI, o estabelecimento de uma nova relação que não seja baseada nos acordos de conveniência dos termos de compromisso, livrando-se da herança problemática da renda indígena, instituindo um novo instrumento de gestão; por parte da empresa, a possibilidade de acabar com os "acordos de ponta de flecha"[20], no sentido de dar novos direcionamentos as ações praticadas pela empresa; e, por parte dos índios, deixar claro que os compromissos assumidos pela Vale S.A. não são provenientes de "mera liberalidade", como alegada pelos advogados da empresa, e a necessidade de negociação de novas medidas compensatórias. Espera-se, nesse sentido, que os estudos possam de fato identificar os impactos causados pela passagem da ferrovia até os dias de hoje, os esquecidos passivos, e aqueles que serão potencializados com a duplicação da ferrovia para estruturar medidas que, aparentemente, se tornariam mais claras e objetivas.

Em nota, a Vale S.A. destacou que o licenciamento "abre caminho para obras que totalizam 786 quilômetros (km) de extensão, com conclusão prevista para 2017 e que incluem, entre outras, a duplicação de 559,7 km de ferrovia". (http://www.ebc.com.br/2012/11/vale-obtem-licenca-de-instalacao-para-expandir-estrada-de-ferro-carajas). De acordo com a assessoria de imprensa da mineradora, o órgão ambiental também concedeu Autorização para Supressão de Vegetação (ASV).

Esse é outro ponto polêmico, visto que para atender a questões técnicas e, provavelmente, a alguma legislação específica, a entrevia (distância entre os eixos das vias) precisa ser de no mínimo 5 metros. Quando foram realizadas as ampliações de pátio, mantiveram a distância antiga de 4, 75 m. Esses poucos centímetros constituem o detalhe que separa a ampliação, da duplicação. Nas categorias do licenciamento foi chamado de *remodelagem*. No entanto, todas as obras de terraplanagem, assentamento dos trilhos, aplicação e fixação de dormentes, aplicação e regularização de lastro, entre outras, terão que ser refeitas para toda a sua extensão. Do ponto de vista técnico e

20. Termo comumente empregado nos interstícios dos debates e embates entre empresa, FUNAI e povos indígenas acerca dos atendimentos às demandas indígenas por melhorias e/ou continuidade das ações e participações financeiras.

administrativo, trata-se de uma estrada de ferro de linha dupla; do ponto de vista das relações sociais, trata-se mais do que a duplicação de seus efeitos socioambientais e econômicos aos povos indígenas e quilombolas, mas de novas relações de poder que precisarão de outros mecanismos de enfrentamento.

Para conseguir as autorizações, a empresa foi obrigada a se comprometer, até o momento, com dezoito condicionantes definidas pelo IBAMA. Uma delas, a implantação de viadutos e passarelas de pedestres e de passagem para animais que compõem a fauna local. Outra, a demarcação de Áreas de Proteção Permanente (APPs), assim como a definição de planos e programas ambientais como os de apoio a comunidades tradicionais, de monitoramento e controle de ruído e de capacitação de trabalhadores no Plano Ambiental de Construção. Mais uma vez entra em cena a promoção de programas de apoio, como moeda de troca compensatória pelos danos causados, tal como havia ocorrido em 1982, em 1999 e, em 2000. Só que agora amparada no cumprimento de uma *nova* legislação ambiental e indigenista. Reside aí uma oportunidade para observar se há diferenças entre medidas de projetos de *desenvolvimento* e medidas de projetos de *desenvolvimento sustentável*, que orientam as novas normas ambientais. De todo modo, não há alusão explícita aos povos indígenas, mas a comunidades tradicionais.

Representantes de movimentos sociais locais conseguiram a suspensão das obras através de uma decisão judicial no estado do Maranhão, alegando que as licenças concedidas pelo IBAMA estavam irregulares. Representantes da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) destacaram a estratégia da empresa em solicitar autorizações com base em fracionamentos da obra em pequenos trechos, que não havia sido feito o Estudo de Impacto Ambiental nem o Relatório de Impacto Ambiental e que a empresa não havia consultado, previamente, as comunidades locais.

No mês de outubro de 2012, os povos *Awá* e os *Tentehar* interditaram por três dias a Estrada de Ferro Carajás, em trecho próximo às suas aldeias. O movimento era contra a Portaria 303 da AGU[21]. Mas capi-

21. A Portaria 303, de 16 de julho de 2012, da AGU, "dispõe sobre as salvaguar-

talizaram essa mobilização contra a duplicação da ferrovia, colocando em documento que a Vale S.A., muito embora não fosse responsável pela revogação dessa portaria, é beneficiária da exploração das riquezas existentes, a exemplo da duplicação da estrada de ferro Carajás.

No entanto, em novembro do mesmo ano a Vale S.A. recuperou seu direito a prosseguir com a expansão da estrada de ferro. Conforme matéria veiculada pela agência Brasil em 20.11.2012, a luta para impedir a continuidade da obra foi vencida. Em notícia postada no site da Vale S.A., em 16.12.2013 foi possível ler que as obras do Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) estão a todo vapor no Maranhão e no Pará e que a previsão é de que até 2018 a EFC seja duplicada. Anuncia ainda a conclusão do primeiro trecho até fevereiro de 2014, em Cidelândia[22].

Antes disso, em julho de 2013 a Vale S.A. já havia finalizado o trecho da obra que já estava autorizado desde 2011.

> A Vale finalizou, no início de julho, a primeira fase da expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC). As obras fazem parte do programa Corredor Logística Norte 150 (CLN 150), por onde será escoada a produção de minério de ferro do S11D, o maior projeto da história da Vale, previsto para entrar em operação no segundo semestre de 2016. Essa primeira fase de obras envolveu a duplicação de trechos da EFC (totalizando 63 km) em cinco municípios maranhenses: Santa Rita, Itapecuru, Açailândia, Bom Jesus das Selvas e Cidelândia, no Maranhão[23] (Disponível em: < http://www.vale.

---

das institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3388 RR". Determina que as ditas salvaguardas, devem ser obedecidas, uniformemente, em todo o País, pelos órgãos jurídicos da Administração Pública. Assim, para os processos demarcatórios, dever-se-á cumprir todas as condicionantes, como a que proíbe a ampliação dos territórios já homologados e a que permite a atuação das Forças Armadas e Polícia Federal nas áreas indígenas, independentemente de consulta às comunidades lá existentes ou à FUNAI. A Portaria cria uma jurisprudência a fim de uniformizar a atuação de promotores e advogados públicos e contribui, sobremaneira, para reduzir a insegurança jurídica no campo. Entretanto, em vista de pressões nacionais e internacionais, a sua entrada em vigor já foi adiada por duas vezes.

22. Cf. http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/expansao-da-estrada-de-ferro-carajas-avanca-no-paranhao-e-no-para.aspx

23. Cf. http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/concluida-primei-

> com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/concluida-primeira-fase-da-expansao-da-estrada-de-ferro-carajas.aspx>).

O CIMI, em matéria publicada no Porantim de outubro de 2012, afirmou que a modalidade de convite individual, utilizada pela Vale S.A. para contar com a participação dos caciques das aldeias awá na reunião pública, atenta contra a consulta às comunidades impactadas, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[24] e, mais ainda, atenta contra a organização sociocultural awá-Guajá. E acrescenta:

> Entendemos que toda a violência cometida ao povo Awá-Guajá e seus territórios tem origem no Projeto Carajás, e sua expansão continuará a impactar a população indígena mais ameaçada hoje no Mundo.

Na mesma matéria, apresentam manifestações dos awá contra essa ampliação:

> Nós não aceitamos a ampliação do trem passando em frente ao nosso território. É muito ruim! Faz muito barulho! Caçador não caça nada, a caça fica arisca e vai embora pra longe.

A *Survival International* disponibilizou em seu *website* a informação de que a Vale S.A. havia assumido o compromisso de 'ouvir todas as preocupações dos *awá* e não obter a licença sem isso'. No entanto, considerou as audiências públicas da companhia 'ineficazes' e advertiu a companhia sobre o perigo de causar 'gravíssima degradação ambiental'. A grande questão é como se dá essa escuta e em que bases de representatividade ou delegação a Vale S.A. se fundamenta.

A Vale S.A. tem afirmado ser seu interesse manter uma relação respeitosa e realizar ações que evitam, mitigam ou compensam possíveis impactos

---

ra-fase-da-expansao-da-estrada-de-ferro-carajas.aspx.

24. Convenção 169-OIT Artigo 6º1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

de suas operações nessas populações. Afirma, ainda, que tem dado apoio ao povo *awá*-guajá e outros povos indígenas que vivem próximo à Estrada de Ferro Carajás, seja através da FUNAI ou diretamente com as associações indígenas (Jornal O Imparcial, 20.04.2013). Referindo-se ao primeiro apoio prestado em 1982, através do convênio firmado com a FUNAI (aqui já referido) a Vale S.A. afirma ter colaborado nos processos de demarcação territorial na região, que, no seu entender, era o prioritário para os povos indígenas. Em relação à Terra Indígena Awá, incluída nesse apoio inicial, alega que as dificuldades de demarcação foram devidas a contestações judiciais impetradas por terceiros, contrários aos direitos indígenas.

A Vale S.A. acrescenta que, devido à especificidade cultural dos *awá*, firmou outro Acordo de Cooperação com a FUNAI para que esta pudesse atender às necessidades e demandas dos que habitam as terras indígenas Caru, Awá e Alto Turiaçu, acordo que foi renovado em 2007 e tem vigência até 2016. Ao tratar da "expansão" da Estrada de Ferro, afirma que as obras ocorrerão rigorosamente dentro da faixa de domínio existente e reforça que o que será feito é a interligação dos pátios de manobra. No entanto, se trata de outra ferrovia, paralela à existente. Insiste a empresa que a Estrada de Ferro não corta nenhuma terra indígena do Maranhão e que atualmente as aldeias *awá* mais próximas à ferrovia estão a cerca de 1100 e 1700 metros.

Quanto ao processo de licenciamento da "expansão" da Estrada de Ferro, informa que as comunidades indígenas são permanentemente informadas sobre os diversos aspectos do empreendimento e consultadas sobre os procedimentos a serem adotados no processo de licenciamento junto aos órgãos de governo IBAMA e FUNAI. Acrescenta:

> Este diálogo é feito através de equipe multidisciplinar habilitada no trato com Povos indígenas, inclusive empregados com formação em antropologia, que fazem permanentes visitas, reuniões e oficinas junto a estas comunidades. Um tradutor indígena facilita o diálogo, que é acompanhado pela equipe da Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI. Os estudos são conduzidos por antropólogos experientes e independentes e seguem com fidelidade as diretrizes da FUNAI. Neles serão identificados cada um dos impactos da expansão da ferrovia sobre as comunidades indígenas, assim como sugeridas medidas de mitigação, contribuindo para a preservação da sua in-

> tegridade física e cultural. A perspectiva indígena é priorizada neste processo e será devidamente registrada no relatório do estudo (JORNAL O IMPARCIAL, 20 abr. 2013).

De forma diferente do que ocorreu nos anos 1980, quando foi pressuposto um vazio demográfico na área de implantação do PGC, a Vale S.A. reconhece a presença de grupos na área de influência da ferrovia e assume o discurso da mitigação dos prejuízos que o projeto possa causar e da legitimidade de sua implantação que contaria com a concordância e participação do "componente indígena". Mais uma vez aciona o discurso das medidas compensatórias, ao afirmar que também, e necessariamente com a *participação* do Povo Indígena Awá-Guajá, será elaborado o Plano Básico Ambiental com as medidas mitigadoras e compensatórias pertinentes, tudo em obediência à legislação brasileira e a Convenção 169 da OIT.

3. Territorialidades indígenas e território brasileiro

O reconhecimento do direito dos povos indígenas à terra está limitado pelo poder do Estado, *brasileiro*, de defini-las e demarcá-las. O Estado brasileiro, através de dispositivos constitucionais, prevê a demarcação de terras indígenas. Isso significa a eleição e posterior demarcação de áreas para usufruto exclusivo de um ou mais povos indígenas. O termo usufruto indica que a propriedade da terra é do Estado brasileiro, cabendo aos índios unicamente a posse. Por outro lado, significa que o poder de afirmar legitimamente a configuração de uma terra indígena está nas mãos do estado.

Segundo a legislação brasileira terras indígenas são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para as suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessária a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (Parágrafo 1º do artigo 231, da Constituição Federal - CF). Segundo o inciso XI do artigo 20 da CF, as terras indígenas são bens da União e, o §4º do art. 231, são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis".

A demarcação dessas terras deveria assegurar o seu usufruto pelos povos indígenas em sua completa extensão, e sua proteção, impedindo a ocupação por não-índios. No entanto, isso não tem ocorrido desta maneira.

A construção do território de um povo é um processo que envolve a luta pelo poder de definir seus limites. No caso dos povos indígenas no Brasil, essa luta tem como atores fundamentais o estado brasileiro, através de diferentes segmentos, e o povo indígena ou povos indígenas, no caso de território compartilhado. Diferentes configurações são construídas e entram em disputa, num processo que, em princípio é administrativo e, em geral, assume desdobramentos que se dão no âmbito judicial.

A construção da relação entre índios e não índios no Brasil foi se dando ao mesmo tempo em que este país estabelecia sua política de terras. A terra, um bem inicialmente disponível em abundância, foi tendo seu acesso regulamentado. Os povos que viviam soberanamente no espaço que foi definido como Brasil, nos anos de mil e quinhentos, passaram a disputar com os colonizadores o controle sobre a terra.

A legislação colonial portuguesa reconhecia o direito originário à terra e a soberania desses povos. Esse reconhecimento, no entanto, referia-se as terras que já haviam sido alocadas para os índios e não ao seu habitat original. No Brasil República manteve-se o reconhecimento do direito dos índios à terra, sendo definida como terra indígena aquela de ocupação tradicional. No mesmo Estatuto é assegurada a inalienabilidade e exclusividade das terras indígenas.

Mas, para que uma terra seja demarcada como indígena, faz-se necessário um processo administrativo que em uma de suas etapas delimitará as fronteiras dessa terra, que não será reconhecida como território de um povo indígena, mas como terra da União. A decisão final sobre seus limites cabe ao Estado brasileiro, através do Ministério da Justiça.

Os povos indígenas vivenciam um processo de redefinição da relação com o meio ambiente e o território no qual constroem suas estratégias de sobrevivência. O que vai se definindo como território de um povo indígena é o resultado de uma disputa de poder que envolve de um lado o povo indígena e, do outro, segmentos da sociedade brasileira, representados por fazendeiros, madeireiros, extratores intermediados ou não por órgãos oficiais.

A concepção de território dos povos indígenas remete, sem dúvida, para uma noção geométrica, mas uma geometria que não está subordinada às formas jurídico-políticas. A definição de um território é resultado de uma construção simbólica e implica no estabelecimento de fronteiras que expressam a concepção que a sociedade faz da alteridade.

Alguns brasileiros questionam a demarcação das terras indígenas alegando ser muita terra para pouco índio. A lógica de ocupação da terra, presente no discurso dos vários funcionários públicos envolvidos com a questão costuma ser inspirada em uma geometria de lotes familiares, voltados para o sustento de cada uma delas. A ideia de um espaço coletivo escapa a essa lógica, que não vê a necessidade de abrir mão de *tanta terra* para os índios. Essa é a lógica da negação da alteridade. Esse é um argumento comum aos cidadãos de um Estado que se mantém à revelia da discussão sobre a sua plurinacionalidade. Os povos indígenas são concebidos da mesma forma que os trabalhadores rurais, e não como nações em defesa de um território específico.

4. Considerações finais

Após trinta anos ocorre uma reedição da implementação do Projeto Carajás, através da duplicação da ferrovia. Os efeitos deletérios de uma obra desse porte são agora mais graves pelo seu caráter sinérgico e cumulativo. Ao longo de três décadas os *awá* conviveram com o barulho do trem que espantava sua caça, que os impedia de perceber os sinais da natureza e que agora será, no mínimo, duplicado. Foram constrangidos a alterar suas trilhas de caça e coleta em decorrência do assédio em suas terras, intensificado pela instalação do Projeto Carajás.

A Vale S.A. tem sustentado a legitimidade de sua ação em três aspectos: a concordância indígena, a participação indígena e a contratação de peritos para avaliação de impactos e proposição de ações. A concordância indígena e a participação indígena, quando ocorrem, se dá de modo questionável. Os *awá* não operam com nossa lógica de delegação e se organizam, como outros povos de língua tupi, sem formas centralizadas de poder. Por outro lado, possuem pouco domínio do português e menos ainda dos códigos do mundo dos brancos. A estratégia da contratação de peritos, especialmente antropólogos, que

discutirão com os *awá* ações e farão a mediação do diálogo, não passa de figura de legitimação das ações da Vale S.A., pois as sugestões fornecidas por esses profissionais, não costumam ser consideradas.

A luta pela desintrusão da Terra Indígena Awá ocorreu paralelamente à luta contra a ampliação da ferrovia Carajás. A desintrusão foi efetivada. Os *awá* conquistaram o usufruto de uma terra exclusiva após um processo que se estendeu por três décadas envolvendo a delimitação, demarcação e desintrusão. No entanto, isso não significa que a terra esteja resguardada. A invasão de madeireiros nas terras indígenas Caru e Alto Turiaçu, onde também existem aldeias *awá*, tem sido uma constante pela falta de fiscalização dos órgãos competentes, fazendo-nos pressupor que o mesmo vá ocorrer na TI Awá.

Por ocasião da duplicação da ferrovia Carajás, mais uma vez entra em cena a promoção de programas de apoio, como moeda de troca compensatória pelos danos causados, tal como havia ocorrido em 1982, em 1999 e, em 2000.

Novamente os *awá* estão sendo vitimados por uma lógica desenvolvimentista que fundamenta o imaginário do mundo colonial moderno. Escobar (2005) refere-se aos estudos que nos permitem pensar para além dessa lógica do desenvolvimento, para uma conceitualização pós-desenvolvimento, mais favorável à criação de novos tipos de linguagens, compreensão e ação. A proposta seria questionar a "naturalidade" da identidade do capitalismo como padrão para toda identidade econômica.

A forma como vem se delineando o que hoje denominamos território *awá* é produto do jogo de poder no qual os *awá* vão sendo subalternizados por interesses econômicos da sociedade brasileira. Essa dinâmica expressa uma estratégia de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Programas e Políticas são propostos, repetem-se os argumentos de respeito à especificidade dos povos indígenas, são acionados os peritos para legitimar as ações que acabam não sendo concretizadas, ou não o são devidamente.

Referências

BINDÁ, Nadja Havt. **Termo de Referência para a contratação de empresa para a execução dos serviços do "Programa de Capacitação dos Awá-Guajá à gestão territorial e promoção da auto sustentação de suas comunidades"**. Fortaleza. 1999. Mimeo

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira, 1972.

CLASTRES, P. Arqueologia da Violência. COSAC-NAIF, 2004.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. Índios no Maranhão: da Selva aos trilhos de Carajás. **Cadernos de Pesquisa**. UFMA2(1) jan-jun 1986.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Cultura e Sobrevivência dos Índios no Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1989.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Projeto Ferro Carajás Apoio às comunidades Indígenas.** Superintendência de Implantação do Projeto Carajás. 1982. Mimeo.

ESCOBAR, Arturo. **Encoutering Development. The Making and Unmaking of the Thirld Word**. Orincento: Princenton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER. E. org. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo, ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico Sócio-Econômico e Geoambiental das Terras Indígenas do Pindaré, Caru e Alto Turiaçu.** Santa Inês, 2001, Mimeo.

FERREIRA, Valéria da Conceição. **Relatório de Iniciação Científica**. UFMA. PIBIC, 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Disponível em http://www.FUNAI.gov.br/

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO. Processo n. 08620.2108/07.

GOMES, M. P. **Os índios Guajá: demografia terras perspectivas de futuro**. Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa, 1996. Mimeo.

GOMES, M. P. **Situação dos Guaja**. Relatório. Novembro de 1981. Mimeo.

GOMES, M. P. **Relatório sobre os índios Guajá próximos à ferrovia Carajás.** Agosto de 1985. Mimeo.

JORNAL PEQUENO. São Luís, MA, 22 de abril de 2014, 28 de abril de 2013.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís-, 03.12.2002 e 03.01.2015.

JORNAL O IMPARCIAL. São Luís- Maranhão 20 de abril de 2013.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER. E. org. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo, ciências sociais perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: A **viagem de volta**. Rio de Janeiro: Contra capa, 1999.

QUIJANO, A. In: Colonialidade do Poder: Eurocentrismo e América In: LANDER. E. org. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo, ciências sociais perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TSUJI, Tetsu, et al. OS Grandes Projetos Industriais e seus Impactos sobre a Ciência e a Tecnologia no Maranhão. **Cadernos de Pesquisa**. UFMA2(1) jan-jun 1986.

CAPÍTULO 3

TERRITÓRIO (HÍBRIDO) E TERRITORIALIDADE TENETEHAR-TEMBÉ

Vanderlúcia da Silva Ponte

Introdução

O território Tenetehar-Tembé e sua territorialidade (território em movimento) são marcados por disputas e diásporas, cujas marcas se expressam na forma como esse povo se defende, se organiza e se articula para garantir sua permanência nesse território. A territorialidade Tenetehar-Tembé se expressa por um processo dinâmico e permanentemente conflituoso. A literatura antropológica, no entanto, não tem dado o devido destaque a esse bloco de aldeias, localizada no nordeste paraense, razão pela qual esse estudo, fruto de uma pesquisa de doutorado, se deteve com maior atenção.

A Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG) onde habita o povo Tenetehar-Tembé foi criada em 1945 e sua homologação concluída na década de 1990, no entanto, até os dias atuais, é grande a ameaça de perda desse território. Por essa razão, os Tenetehar-Tembé têm desenvolvido inúmeras estratégias e se apropriado de numerosos recursos políticos para garantir sua permanência na TIARG e exercer maior controle sobre ela.

Os Tenetehar, tanto do lado do Pará como do Maranhão, de acordo com Wagley e Galvão (1961), partilham a mesma língua, a tupi-guarani[1], a mesma tradição cultural e se consideram um só povo, de denominação tribal Tenetehar. Os Tenetehar foram diferenciados por natu-

1. A palavra tupi-guarani que, entre nós, designa o xamã é *paé*, grafada em português como pajé. Cf. (LARAIA, 2005.)

ralistas e viajantes em dois subgrupos. Os que fixaram aldeamento no Maranhão foram denominados Guajajara; os que passaram a habitar no estado do Pará, Tembé. Quanto aos Tenetehar-Tembé do Pará, de agora em diante, serão denominados Tembé. Embora tenham sido agrupados em um único subgrupo, é possível verificar diferenciações marcantes entre grupos de aldeias distintas.

No Estado do Pará, de acordo com levantamento realizado na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existem atualmente quatro Terras Indígenas (TI) Tembé[2] homologadas. As TI Alto Rio Guamá e Alto Rio Turiaçu formam um bloco único e são margeadas pelo rio Gurupi. As outras duas são a Turé Mariquita e a Rio Acará Mirim. Além dessas quatro TI, a Marakaxi (dos Tembé de Jeju e Areal – Santa Maria) já passou pelo processo de identificação e aprovação pela FUNAI, mas ainda não foi homologada.

Este trabalho se propõe a estudar particularmente os Tenetehar-Tembé pertencentes à Terra Indígena Alto Rio Guamá. Trata-se de uma terra de 279.997,70 hectares[3], para onde o grupo Tembé foi deslocado junto com os Timbira, Ka'apor e Guajajara, por meio do decreto 307-21/1945, do então interventor Federal Joaquim Magalhães Barata. Seu perímetro total, segundo dados da FUNAI (2013), é de 366.292,90 m. Localizada no nordeste do Pará, à direita do rio Guamá e à esquerda do Gurupi (PA/MA), esta área faz limite com os municípios de Garrafão do Norte, Santa Luzia, Nova Esperança do Piriá e Paragominas. Os demais municípios, a saber, Vizeu, Ourém e Capitão Poço foram incluídos após o desmembramento[4] da área.

---

2. Para que ocorra o reconhecimento das terras indígenas pela FUNAI, existem várias etapas a serem cumpridas: estudos antropológicos de identificação, aprovação de relatório antropológico pela FUNAI, contestações a quem possa interessar a terra, delimitação dos limites da terra, demarcação física, homologação pelo Presidente da República, registro no cartório.

3. Nos mapas da FUNAI, a RIARG possui uma extensão territorial de 279.897,70 Ha, precisamente.

4. Esse desmembramento diz respeito a um processo longo de impasses e disputas entre o Estado e as populações Tembé do Guamá e do Gurupi pela ocupação da área, o qual só foi resolvido com a homologação da TIARG na década de 1990. Os Termos RIARG e TIARG demarcam momentos históricos diferentes. Como uma reserva, a RIARG demarca uma forma de conceber o indígena, em estado transitório,

Os Tembé que se encontram ao longo do rio Gurupi estão distribuídos em 14 aldeias, tal qual descrito a seguir: aldeias Cajueiro, Sussuarana, Araruna, na margem do rio Uraim; aldeias Floriano, Tekohaw, Anoirá, Ikatu, Canindé, Bate-Vento, no rio Gurupi; aldeias Piahu e mangabeira, às margens do Gurupi, mais ao sul. Todas fazem limite com o Pará. Na margem oposta do rio Gurupi, limite com o Maranhão, encontram-se três aldeias, Arassatiwa, Sítio Novo (aldeia Ka'apor) e Cocalzinho (Kokal). Esse número de aldeias não corresponde ao número oficial registrado na FUNAI, e isso se deve a novas modalidades de ação política e novas maneiras encontradas pelos Tembé para ocupar o território. Tal fenômeno ocorre tanto no lado do rio Gurupi como no do Guamá, já que assim como no Gurupi, também no Guamá as aldeias identificadas pelos Tembé não correspondem ao número de aldeias registradas oficialmente.

Na margem do rio Guamá, existem 14 aldeias assim identificadas pelos Tembé: Ypid'hô, Ytwuaçú, Sede, Jacaré, São Pedro, Frasqueira, Ita Putyr, Tawari, Zawaruhu (Onça), Santana, Ytahú, Pirá, Pinawá e Yarapé.

Como salientam Ponte e Aquino (2013), ter a Terra Indígena homologada não significa o alcance de reconhecimento e de direitos sociais na sua totalidade. Não raro, com a demarcação da terra, intensificou-se um processo de reocupação do território por indivíduos e famílias que se encontravam mais ou menos dispersos, em situações nas quais os saberes, as práticas, os valores, uma memória coletiva, os rituais, marcas de sua identidade estavam já em vias de desaparecimento. Uma vez reagrupados em territórios legalmente designados, vêm ocorrendo, no caso dos Tembé, iniciativas no sentido de retomada de traços culturais como estratégias, suportes legitimadores de reivindicações e fortalecimento do reconhecimento de direitos sociais, como a terra, a escola e a saúde pública.

---

cuja ação do Estado se opera por meio da proteção. Então reserva está relacionada à ideia de resquício, como algo criado artificialmente para estabelecer relação com o passado, atrelado à noção museológica. Já a denominação Terra ou TIARG demarca uma ação imbuída de um contexto histórico, momento demarcado pelos movimentos sociais indígenas, que buscam legitimar seus direitos às terras tradicionalmente ocupadas, direitos que são consagrados na Constituição de 1988.

Busco, aqui, refletir sobre a relação que as "lideranças Tembé"[5], em particular, estabelecem entre "saúde diferenciada" (discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI) nas aldeias), a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque, por meio dessa relação, é possível perceber o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Para bem precisar essa dinâmica territorial, utilizei o método de análise comparativa, que me permitiu definir com exatidão a dinâmica do território e a relação com o sistema de atores. Esse viés metodológico me ajudou a entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias, mas também, de forma indireta, as transformações políticas, socioculturais e ambientais decorrentes da política nacional ambiental brasileira.

1. O Território e a Territorialidade

O território Tembé é territorialidade, é territorialização, dimensão de uma relação com a terra, com os lugares de vida, marcada por conflitos. Esses conflitos se manifestaram e foram criados desde o período do controle colonial, que criou obstáculos para a circulação dos indígenas, deslocando-os à habitação em aldeamentos e, portanto, confinando-os a viver em espaços restritos. Também por meio da política indigenista empreendida pelo Serviço de Proteção ao índio (SPI) e pela FUNAI, percebe-se a sucessão de ações caracterizadas com a mesma lógica. Vide, por exemplo, a criação dos "postos de atração"[6] e a "política de pacificação"[7], que tentou criar arbitrariamente uma "certa ho-

5. Ao me referir ao termo "liderança", quero com isso expressar, conforme menciona Garnelo (2003), que se trata de uma organização específica dos grupos étnicos que integram ações políticas voltadas para acessar direitos, aos moldes não indígenas, e também uma organização particular remetida ao universo da aldeia.

6. Política indigenista implantada pelo SPI cujo intuito era estimular a interação dos grupos étnicos ditos "brabos" com os outros ditos "mansos", criando entre eles certa homogeneidade. Para maiores informações, consultar: Ponte (2014a).

7. "Pacificar", de acordo com a política indigenista do SPI, consistia em "amansar"

mogeneidade" dos grupos étnicos, "facilitando" a convivência entre grupos distintos e impulsionando-os para a ocupação das "reservas", como foi o caso da TIARG e da Terra indígena do Alto Turiaçu, que agrupou os Tembé e os ka'apor.

Conflitos de outra natureza, opondo os indígenas a madeireiros, colonos e fazendeiros também vieram intervir na trajetória das "velhas lideranças"[8]Tembé e na consolidação do surgimento das "novas lideranças", conferindo visibilidade a diferentes formas possíveis de apropriação do espaço e a uma diversidade de representações que foi criando novos fluxos, fronteiras e espaços de interseção entre o que é característico do modo de vida Tembé e o que é produto de experiências e contatos com culturas adversas ao mundo da aldeia.

Pacheco de Oliveira (1998) mostra, de forma magistral, o processo de dominação do aparelho do Estado sobre os indígenas, ao fazer uma

---

os índios considerados "brabos", possibilitando sua integração com a sociedade nacional. Para maiores informações, consultar: Ponte (2014a).

8. Existem diferenças na utilização das categorias "velhas lideranças" e "novas lideranças" entre os Tembé do Guamá e do Gurupi. Para os Tembé do Guamá, o significado das categorias "liderança", "nova liderança" e "velha liderança" varia de aldeia para aldeia. De maneira geral, ou seja, aquele que diz respeito ao conjunto das aldeias, a "velha liderança" tem sempre uma relação com as ações do passado, relações essas que possuem uma vinculação com a condição de tutela ou com o estágio intermediário entre a tutela e a autonomia do grupo, e também com as "lutas pelo território". Para os Tembé do Gurupi, no entanto, as experiências dos mais velhos se referem àqueles que exerciam uma autoridade absoluta sobre o grupo; os Tembé do Gurupi se autorreferem à categoria de "cacique ou "capitoa". Para este grupo, as "novas lideranças", identificadas simplesmente como "lideranças" por seus integrantes, são as pessoas que ganharam certa autoridade e legitimidade perante o grupo, à medida que passaram a mediar entre a vida na aldeia e o mundo externo. Isso significa que se trata de indivíduos que aprenderam o idioma português e sabem bem se expressar por meio dele, que incorporaram certa linguagem utilizada pelos órgãos oficiais e que assumiram determinados papéis institucionais exigidos pelas políticas públicas, como o de conselheiro, professor, agente de saúde indígena, agente de saneamento, motorista, assessor, e que adquiriram certa habilidade para negociar os interesses internos do grupo em face das exigências impostas pelos órgãos estatais. Essas habilidades exigidas das "novas lideranças" do Gurupi são as mesmas que se exigem das "novas lideranças" das aldeias do Guamá. Cf. (PONTE, 2014 a).

microanálise antropológica da tessitura das relações normativas quotidianas dos aparelhos de poder, deixando ver como eles foram determinantes na dimensão fundiária e na constituição das Terras Indígenas. Para ele, portanto, o indigenismo e a ação indigenista são focalizados como forma de territorialização das populações indígenas, e ainda como expressão da força e potência dos grupos étnicos em se autoafirmarem como povos diferenciados e se defenderem, por eles mesmos, a sua indianidade e seus direitos ancestrais à terra.

Assim, ao mencionar os conflitos de ordem fundiária, quero dar destaque às marcas simbólicas que eles tiveram na condução da vida política do grupo, assim como nas novas condutas, que, tanto para o grupo do Guamá como para o grupo do Gurupi, interferiram de maneira muito particular na lógica da defesa do território. A territorialidade que eles produzem é o conceito que melhor traduz esses vínculos emocionais, identitários, cosmológicos, entre os grupos e o território, porque é assim que as experiências vividas, marcas da história Tembé, estão em interação com os eventos externos, que tiveram sobre o cotidiano dos grupos impactos diversos, expressos pela incorporação e pela percepção de novos desafios, principalmente, daqueles inerentes aos processos de ambientalização[9], municipalização e descentralização dos serviços públicos.

A territorialidade pode ser aqui entendida no sentido que Saquet evoca (2009, p. 87-88), como um processo de mediação simbólica, cognitiva e prática que se materializam a partir dos lugares e das relações exercida nas ações sociais. Assim, para o autor,

> é importante valorizar as condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo". Sendo, portanto, a territorialidade

9. A "ambientalização" como uma questão pública pode ser referida, segundo supõe alguns autores, à produção de grandes acidentes industriais e de grandes riscos no âmbito global. Esta reflexão sobre a base de uma sociedade industrial preexistente leva autores como Anthony Giddens (1996), UrichBech (1992) e Mary Douglas: Wildawsky (1982) a caracterizarem tal sociedade como "sociedade de risco", pelo fato de ela sofrer processos de "incerteza artificial e de modernização reflexiva" (cf. LEITE LOPES, 2006).

> um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte ou não do mesmo grupo social, estando esse fenômeno intimamente ligado a história de cada lugar e a sua geografia.

Para bem fundamentar o exposto, recorro ao depoimento de Piná, "liderança" do Guamá, e de Reginaldo, "liderança" do Gurupi, que nos mostram como eles pensam que se produz o território e a territorialidade Tembé.

> **Vanda**: qual a diferença entre terra e território?
> **Piná**: a gente diz assim, terra é terra, tu pode pegar um rastro lá é terra; território é mais completo, é uma terra onde você tem mais garantia, condições de se manter física e cultural. Pra você se manter indígena, você tem que ter a importância da cultura e a cultura são vários itens, não é só a dança, a pintura, é a pintura, é a dança, é o significado de tudo isso, é a língua, não é? É a maneira de se organizar, é a língua, é o pajé, é a parteira, é tudo isso. É tudo isso que nos faz no final ter uma cultura completa, tudo é a soma de tudo isso, e, aí, e pra nós manter isso aqui nós temo que ter onde buscar essa matéria prima, não temos isso. Às vezes a gente fica pensando, hoje mesmo aqui, poxa como é pra gente se pintar, porque nós não temos jenipapo, isso é um problema sério, quer dizer, não se pinta porque não tem o jenipapo? Não basta se pintar com qualquer tinta não, nós temos uma cultura, jenipapo é da cultura do povo Tembé, então tu vê tudo isso, tu vê o artesanato já todo maquiado não é, todo maquiado, como é que agente chama a continha?
> **Vanda**: miçanga.
> **Piná**: miçanga, o fio já não é mais o original, o colar é nylon, então você começa a ver que já não é o mesmo, já não é tão original. Então eu acho que a terra e o território têm essa diferença, não basta termos só terra, temos que ter o território que possa nos dar condições de vida cultural e material. Entendeu? E nós temos que entender que a cultura é que nos mantêm como povo. Se nós não tivermos a cultura como vamos nos manter como povo?
> **Vanda:** e como é que vocês fazem para manter a cultura? Porque, como você disse, já tem outros elementos de fora que vocês já incorporaram, como a miçanga?

> **Piná**: a gente, pelo fato de ter a consciência da importância da cultura, sente a necessidade de manter. (..) Então o que nós sentimos falta... por exemplo, os brancos, os não índios, eles tem a biblioteca pra buscar a cultura deles, como era no passado e tal, tem os museus e mais não sei o quê, e nós não temos isso. A nossa biblioteca são os mais velhos, e tão indo, eles tão morrendo, e nós não temos nenhum registro dessa história, nenhum mito, de como nasceu o povo Tembé, os que falavam a língua foram embora, não é? Acabaram, e agente não tem muita alternativa de buscar isso, tem pouca alternativa, e dessas pouca que nós tem, nós não estamos tendo condições de buscar (Informação verbal)[10].

Em uma entrevista com a antropóloga Andréa Borghi, da Universidade do Estado do Amazonas[11], Reginaldo Tembé afirma:

> **Andreia**: eu queria que o Senhor contasse para a gente, como é o mundo Tembé. Aqui assim do ponto de vista não só do território, da cultura, o senhor representando o seu mundo, o que é que o senhor acha que é importante falar?
> **Reginaldo**: a nossa reserva ela é 239.000 hectares, né, de terra distribuído. Nós estamos aqui, no lado sul da reserva, o pessoal do Guamá fica no norte que fica na frente da reserva. Então, até hoje nós estamos em 22 aldeias no total todo, não sei se já criou mais algumas aldeias lá pelo Guamá, mas até então estava em 11 aldeia e nós estamos aqui em 11 aldeias, então nós estamos em 22 aldeias, nós estamos em mil e poucos indígenas. Cada dia sabe que está nascendo índio, então a gente vê essa necessidade de estar preservando essa reserva pros nossos filhos que está nascendo. Aí, a gente sabe que essa reserva não é só importante pra nós, também pra outras pessoas que possam tá vindo, tá precisando fazer estudos, nós temos muitos remédios, muitos animais, e com certeza nós vamos ter parceiros, aí, que vão precisar. Nós

10. Entrevista concedidas pela liderança do Guamá (Piná) à pesquisadora, em 15 de outubro de 2012.

11. Entrevista concedida pela liderança do Gurupi, Reginaldo Tembé, à pesquisadora e à Andreia Borghi Moreira, em 29 de março de 2011, durante a filmagem de Bora gente! direitos e conhecimento em movimento.

> estamos bem encostadinho aqui da nossa capital. Então por que a gente não se unir, não preservar, né? A gente com nossos governantes, eu falo de um modo geral, tanto governo municipal, quanto estadual, né, federal, que eu acho que a responsabilidade de tá trabalhando na defesa, eu acho que não seria só o federal, mas o estadual, o municipal, e todo mundo junto porque é uma coisa nossa, uma coisa que é pra usufruto do indígena, mas também os nosso posseiro quando precisar a gente tá aqui. Então eu acho que vale a pena essa parceria, pra tá defendendo esse lado da gente, da nossa reserva (Informação verbal).

Na retórica de Piná e Reginaldo, estão postas as novas condições que cada grupo de aldeias teve que promover para manter a integridade do território. Do lado do grupo do Guamá, essas condições incluem o fortalecimento da cultura e a necessidade de integrar elementos externos à vida da aldeia, medida essa imposta pela escassez dos recursos naturais nessa parte da TIARG, que já se encontra bastante devastada. Essa condição, em certa medida, dificultou a dinamização da cultura e sua reprodução. Então, introduzir novos elementos, mesmo que estes não sejam "originais da cultura Tembé", para produzir o artesanato ou reatualizar o ritual, é uma medida válida para que se mantenha a cultura viva, que, como diz Piná, está em vias de ser perdida com a morte dos mais velhos, fonte de informação e a "biblioteca" a que os Tembé recorrem para atualizar seus conhecimentos.

No caso do Gurupi, as alianças e a necessidade de estabelecer novos acordos e diferentes "parcerias", mesmo que elas se façam com "invasores" que utilizam de forma ilegal os recursos florestais da TIARG, resulta da necessidade vital de "preservar a floresta em pé", como diz o Senhor Reginaldo, porque lá está contida toda a "matéria prima", não só de medicamentos, mas de alimentos necessários para a reprodução do grupo. Assim, dividir a responsabilidade por sua manutenção significa ampliar as possibilidades de sobrevivência do grupo e das gerações futuras. Em ambos os discursos, manifesta-se a necessidade de constituir um território híbrido, marcado pela incorporação de elementos do mundo externo e pela cultura Tembé, capazes de criar condições de resistência à pressão externa, de um mundo globalizado.

A perspectiva analítica de Haesbaert e Limonad (2007, p. 43) sobre o território tradicional e o território moderno traduz muito bem a ideia desse território híbrido como o denomino, pois, para eles,

> O território mais estável nas sociedades tradicionais era em geral fragmentador e excludente em relação a outros grupos culturais, mas profundamente integrador e holístico no que se referia ao interior do grupo social, no mundo moderno capitalista a fragmentação territorial interna ao sistema é uma necessidade vital para a sua reprodução (a começar pela instituição da propriedade privada e pela dessacralização da natureza, separada do social), sendo que esta forma de organização territorial, cada vez mais moldada pela mobilidade, pelos fluxos e pelas redes, tende a fragmentar e, destarte, assimilar todo tipo de cultura estrangeira.

É dessa forma flexível, acredito, que Teisserenc (2010b) entende o território atual ou emergente, como diz. Para o autor, o território é resultado das ações dos atores, dos acordos que eles são capazes de fazer para solucionar os problemas e amenizar os conflitos, sendo, portanto, o território a expressão ao mesmo tempo da vida cotidiana, da conflitualidade, da solidariedade e do uso dos espaços[12], mas também das exigências das ações públicas, que se apresentam de forma fragmentada, ao modo como os serviços de saúde, educação e autossustentação chegam às aldeias Tembé.

Os desafios advindos com a implantação nas aldeias das políticas públicas de educação, saúde, autossustentação, meio ambiente impulsionaram os Tembé à articulação de uma ampla rede de parceiros e aliados, e, também, os lançaram em espaços de debates diversos que foram importantes para a produção de novos argumentos, principalmente daqueles vinculados à ambientalização e à luta por direitos específicos

12. Para Reffestin (2008, p. 26), espaço é diferente de território, pois, segundo ela, o espaço é anterior ao território, sendo que o território é gerado a partir do espaço. Assim, a apropriação do espaço ocorre em função do resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível, sendo que é se apropriando concretamente ou abstratamente, por meio da representação, de um espaço que o ator o "territorializa".

e "diferenciados", sobretudo nos campos da educação, saúde e meio ambiente. O que constituiu, do meu ponto de vista, um aprendizado importante para lidar com as questões do poder local, reconfigurado por outros atores, como prefeitos, secretários de saúde e educação, especialistas das diversas áreas, organizações não governamentais, determinando, como afirma Teisserenc[13], na força do argumento por meio do qual foi possível aos Tembé acionar novos recursos, sobretudo os relacionados à questão ambiental.

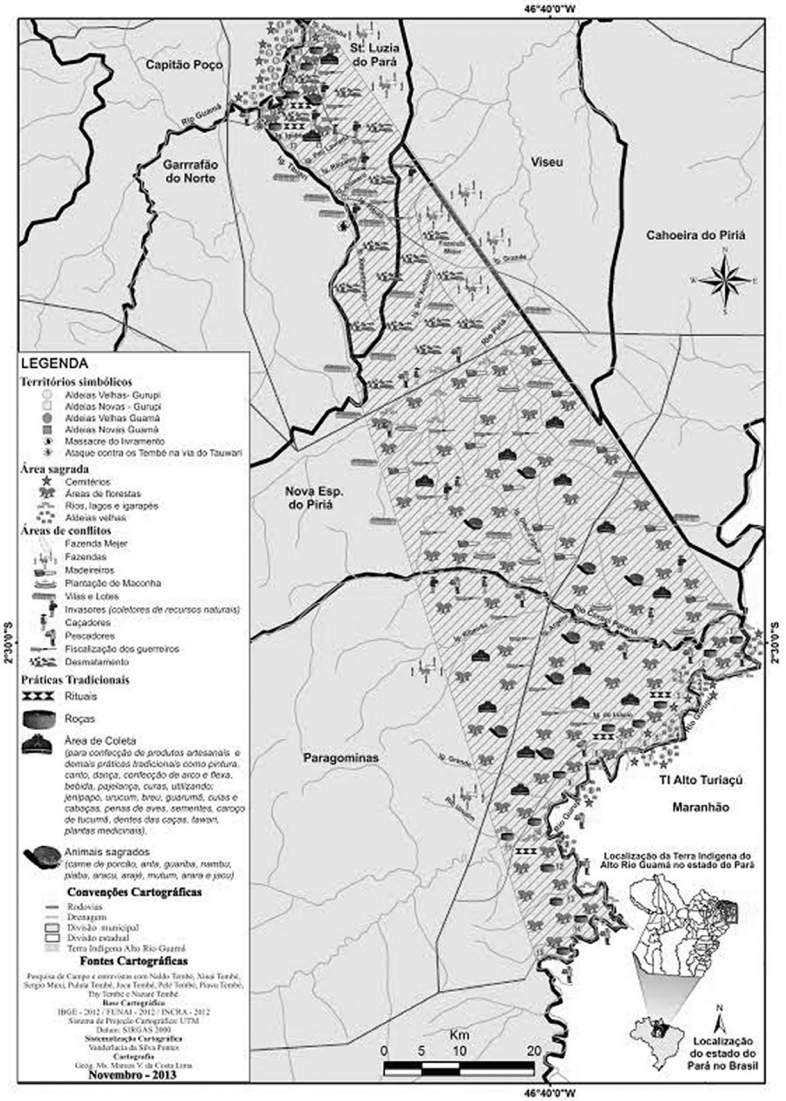
O mapa[14] etnográfico, a seguir, construído conjuntamente com alguns dos Tembé, permite entender melhor as inter-relações múltiplas que fazem a tessitura do território Tembé. Conversas informais, passeios, histórias contadas e a observação dos rituais, entre tantos outros momentos, contribuíram para a consolidação de uma visão própria sobre a emergência de um território multifacetado, com muitas marcas e significados. Com a colaboração de alguns Tembé, pude identificar e organizar as informações obtidas em campo e produzir o mapeamento das diferentes dinâmicas e eventos marcantes característicos de cada uma das áreas, que foram traduzidos em quatro categorias: territórios simbólicos; áreas sagradas; áreas de conflitos; e práticas tradicionais. Ver legenda do quadro 1 e o mapa etnográfico na figura 1.

13. Essas afirmações foram consolidadas com base em discussões em sala de aula, por meio da disciplina TTCH Ação local e Desenvolvimento sustentável do território, ministrada pelo Prof. Dr. Pierre Teisserenc.

14. Agradeço ao Marcos V. Costa Lima pela grande colaboração e absoluto desprendimento em me ajudar na composição e cartografia do território Tembé. Marcos Lima compõe a equipe da Nova Cartografia Social na Amazônia, coordenada pelo Professor Dr. Alfredo Wagner.

Quadro 01 - Legenda das "aldeias novas" e "aldeias velhas" enumeradas no mapa etnográfico

ALDEIAS VELHAS - GURUPI	ALDEIAS NOVAS – GURUPI	ALDEIAS VELHAS - GUAMÁ	ALDEIAS NOVAS - GUAMÁ
1. Kokal (Gurupi - MA)	1. Kokal (Gurupi - PA)	1. Jeritequara (Guamá - lado oposto do rio)	1. Ytwuaçú (Guamá)
2 . Tekohaw Ywy-tu (Bate Vento) - (Gurupi - MA)	2. Bate Vento (Gurupi – PA)	2. Igarapé Vermelho (lado oposto do rio)	2. Sede (Guamá)
			3. Pirá (Guamá)
3. Jararaca (Gurupi - PA)	3. Canindé (Gurupi - PA)	3. Igarapé Panelão (Guamá - lado oposto do rio)	4. Jacaré (Guamá)
4. Rabo de Mucura (Gurupi - MA)	4. Ikatú (Gurupi - PA)	4. Rdo. Carneiro - tapera (Guamá - lado oposto do rio)	5. São Pedro (Guamá)
5. Banha (Gurupi - PA)		5. João Antônio (Guamá - lado oposto do rio)	6. Fraqueira (Guamá)
			7. Ita Putyr (Guamá)
6. Pedra de Anoirá (Amolar) (Gurupi - MA)	5. Faveira (Gurupi - PA)		8. Tawari (Guamá)
7. Rio das Pedras (Gurupi - MA)	6.Tekohal (Gurupi - PA)	6. Igarapé Ipiranga (Guamá - lado oposto do rio)	9. Zawaruhu / Onça (Guamá)
8. uru'ai (Gurupi - PA)	7. Soldado (Gurupi - PA)	7. Pedro Soares (Guamá - lado oposto do rio)	10. Santana (Guamá)
9. Ywatyw (Gurupi - MA)	9. Araruna (Gurupi - PA)	8. Curupiraquara (Guamá - lado oposto do rio)	11. Ytahú (Guamá
	10. Sussuarana (Uruaim -PA)	9. Ig. Miri (Guamá - lado oposto do rio)	12. Ypyd'hô (Guamá)
	11. Cajueiro (Uruaim -PA)		13. Yarapé (Guamá)
	12 Boa Vista (Uruaim -PA)		14. Pinawá (Guamá)
	13. Três Furos (Gurupi - PA)		
	14. Mangueira (Gurupi - PA)		
	15. Piahu (Gurupi - PA)		



Fonte: Naldo Tembé, Xinai Tembé, Sergio Muxi, Puluta Tembé, Joca Tembé, Pelé Tembé, Piavu Tembé, Thy Tembé, Nazaré Tembé.

Os territórios simbólicos se referem às "aldeais velhas" e às "aldeias novas"[15] do Guamá e do Gurupi. O "Massacre do Livramento"[16] e o "Ataque do Tawari"[17] se converteram em símbolos fortes, geradores de representações do dinamismo que levou o grupo a realizar, por conta própria, "missões"[18] e a assumir o enfrentamento com os "invasores".

As áreas sagradas também representam símbolos e afetos de valor para o grupo, porque neles estão contidos a história do grupo e de seus antepassados, os mitos e as mais valiosas informações a respeito da cultura Tembé. São áreas interditas e de pouco acesso, que são carregadas de sentido e de prescrições, onde não se deve circular de qualquer maneira, onde é preciso submeter-se a certas exigências,

---

15. As "aldeias velhas" referem-se à existência dos aldeamentos e forte vinculação dos Tembé do Guamá e do Gurupi com terras consideradas pelos Tembé como sendo de uso sagrado, porque ali estão seus antepassados e porque foram, outrora, seus locais de moradia. Atualmente, esses locais são denominados "aldeias velhas" pelos Tembé. A lista das "aldeias velhas" das "aldeias novas" e das áreas consideradas de uso sagrado pelos Tembé podem ser visualizada no mapa etnográfico.

16. Refere-se à reação violenta dos "jagunços" do fazendeiro Mejer (que ocupou 11ha das Terras dos Tembé) por ocasião do confronto com os Tembé no trecho entre a estrada do fazendeiro e a vila do Livramento, que faz limite com a TIARG e o município de Garrafão do Norte. Após uma "missão" de fiscalização às vilas próximas à estrada do Mejer, os Tembé ameaçaram os "invasores" e queimaram a ponte que ligava a área indígena à estrada. Em reação a essa atitude, o fazendeiro mandou apreender nove Tembé que ficaram reféns dos "jagunços" e sofreram ameaça de morte e tortura.

17. Diz respeito a um confronto com os "colonos", que resultou da expansão da família de Naldo, que pretendia criar uma aldeia nas proximidades da moradia dos "colonos", de modo a ampliar não só o domínio do território, mas também sua liderança sobre o grupo. Nessa ação, Naldo, em "missão" com os "guerreiros" da aldeia Sede, queimaram os roçados das famílias dos "colonos", expulsaram as famílias das casas instaladas na TIARG e apreenderam seus animais domésticos. Os "colonos" reagiram e invadiram as aldeias, numa ação que resultou no deslocamento das famílias da aldeia Sede para o outro lado do rio.

18. As "missões" são ações de fiscalização desenvolvidas pelos Tembé para manter maior controle sobre o território. Essas "missões" foram implantadas na década de 1990, pelo Agente de Posto da FUNAI Dílson Marinho e permanecem sendo realizadas até os dias atuais pelos Tembé. Esse período foi caracterizado por grandes "invasões" do território Tembé, mas também, de forte organização e mobilização política do grupo pela homologação e demarcação da TIARG.

como horários de uso, condição de saúde, estado de liminaridade e, principalmente, onde é preciso observar regras e preceitos morais. É neles que são encontrados os recursos por meio dos quais os Tembé do Guamá e do Gurupi reatualizam os rituais, desenvolvem e dinamizam a pintura, as danças, os cantos, a pajelança, controlam a saúde e a doença, mas também adquirem as fontes alimentares para a sobrevivência do grupo.

As áreas de conflito, por sua vez, dizem respeito aos eventos marcantes e às disputas com fazendeiros, madeireiros e "colonos" que os Tembé enfrentaram no passado e continuam a enfrentar diariamente para manter o controle do território. São as áreas de maior ameaça que colocam grandes desafios para o grupo, porque sofrem diretamente as pressões externas e porque é através deles que o território se manifesta e interage com o mundo atual. É a tradução das disputas entre mundos opostos, visões de mundo diverso e formas divergentes de apropriação do espaço, que se expressam nos conflitos e nas disputas que envolvem diferentes representações e formas de conceber a vida e as relações com o meio natural.

Nas áreas onde se concretizam as práticas tradicionais, materializam-se também as relações dos Tembé com a natureza e com os seus recursos. São apropriações que revelam toda a cosmologia do grupo, porque ali estão postas as alianças e as crenças nos sobrenaturais e nos poderes que eles exercem sobre a vida do grupo. São relações de caráter mitológico, cercadas de simbolismo e de valor intrínseco, fontes de sabedoria e da riqueza cultural do grupo. Porque é por meio da coleta dos recursos naturais e de sua "preservação" que os Tembé podem reproduzir a "tradição" e manter os "costumes". É por meio desses recursos que eles veem à cultura dinamizada e atualizada e podem, assim, cantar, dançar, fazer suas festas, caçar, plantar a roça, curar e exercer suas práticas tradicionais. É importante notar, contudo, que as práticas tradicionais não acontecem por si sós, de forma isolada dos demais elementos e das áreas anteriormente referidas (territórios simbólicos, áreas sagradas, áreas de conflitos). Para os Tembé, crenças e práticas se expressam de forma totalizante e holística, como forma de conceber e integrar o mundo e a vida Tembé.

Essa representação do território Tembé aparece nos moldes das referências construídas por Raffestin (2003), que caracteriza o território

em quatro níveis e situações distintas e complementares: território do cotidiano; das trocas; de referência; e território sagrado. Para a autora, o território do cotidiano corresponde à territorialização das ações que ocorrem no dia a dia e por meio das quais garantimos a satisfação das necessidades. Há relações entre as pessoas e lugares. O território das trocas também é cotidiano, porém está relacionado à articulação entre os níveis regional, nacional e internacional, que são de um dinamismo contínuo, mas marcado pela descontinuidade (ruptura) temporal, espacial e linguística. Já o território de referência tem uma dimensão predominantemente histórica e imaginária. É material e imaterial (memória individual e/ou coletiva). O território sagrado está ligado diretamente à atuação das igrejas (religiões), mas, entre os Tembé, compreendo que está vinculado à cosmologia que lhes é própria. Para Raffestin, essas relações são campos de força estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política e/ou sagrada.

3. Os Recursos dos Tembé Frente à Ação Pública Local

A territorialidade Tembé permite a abordagem de uma questão fundamental: De que maneira, na perspectiva de suas referências culturais e da necessidade de defender seu território, reagiram e reagem os Tembé, em geral, e suas "lideranças", em particular, aos efeitos produzidos pela ação pública local, mediante a criação do Subsistema de Saúde Indígena e a implantação dos DSEI?"

A resposta a essa questão deve considerar duas referências de mundo opostas e conflitantes: a primeira é a da ação pública de abordagem voltada a uma lógica setorial, estritamente marcada pela visão universalizante (global), que caracteriza o setor da saúde; a segunda é a do grupo étnico Tembé, que é integradora com o território e voltada para a lógica diferenciada (específica).

Por intermédio dos DSEI, os atendimentos básicos de saúde chegaram às aldeias indígenas e, com base na Política de Saúde Indígena, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) criou trinta e quatro DSEI nas diversas regiões do país, sendo quatro no Estado do Pará, conforme descritos a seguir: DSEI Guamá-Tocantins - GUATOC, DSEI Altamira, DSEI Kaiapó e DSEI do Rio Tapajós (ANDRADE; BARRETO *et al.*,

2007. De acordo com as recomendações legais, a Política de Saúde dos Povos Indígenas deveria assegurar a implantação dos conselhos locais e distritais, por meio dos quais os indígenas fariam o controle social, e a criação dos Polos Bases, estrutura administrativa que deveria dar suporte para a atuação das equipes de saúde nas aldeias (ANDRADE; BARRETO, *ibid*).

Os Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI) e os Conselhos Distritais de Saúde indígena (CONDISI) se constituem em instâncias de caráter consultivo, o que significa que cada Conselheiro Local (integrados por representantes indígenas eleitos nas aldeias) deve, junto com os demais membros da aldeia ou das aldeias, dependendo da abrangência do Conselho Local (um mesmo Conselheiro Local pode ser responsável por mais de uma aldeia), identificar problemas que interferem na condução das ações e serviços de saúde e encaminhá-los para o fórum de Conselhos Locais, quando da realização de suas reuniões periódicas, ou para o gestor local do Polo Base. Os CONDISI, por sua vez, são instâncias deliberativas, que têm a função de articular junto aos gestores locais encaminhamentos de discussões do âmbito das ações de saúde desenvolvidas e operadas nos Distritos (BRASIL, 2009).

Os Polos Base são a primeira referência para as equipes multiprofissionais que estão vinculadas aos Postos de Saúde instalados nas aldeias. Eles podem funcionar em município próximo a uma aldeia de referência e/ou na própria aldeia. Nesse último caso, a estrutura de apoio deixa de ser o Polo Base e passa a ser o Posto de Saúde.

Os Postos de Saúde funcionam dentro das aldeias e são, geralmente, organizados pelas Equipes multiprofissionais de Saúde Indígena (EMSI), integradas por Agentes de Saúde Indígena (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem, odontólogos, e técnicos de higiene bucal que, em média, permanecem quinze dias nas aldeias e/ou nos Polos-Base e realizam as ações de prevenção e cuidados básicos de saúde. (ANDRADE, BARRETO *et al.,* 2007).

Pude perceber, ao longo de todo o trabalho de pesquisa, que, curiosamente, os efeitos das políticas públicas nas aldeias, em particular aqueles decorrentes das ações de saúde, não produziram um rompimento das referências ditas tradicionais dos Tembé. Mas elas possibilitaram, isto sim, o desenvolvimento de estratégias de articula-

ção entre o universo do "mundo moderno"[19] e o "universo da aldeia". Um processo integrativo. Essa integração, entretanto, expressa-se de diferentes maneiras entre um grupo e outro, demonstrando, nos Tembé do Guamá, por exemplo, maior aceitação e, nos Tembé do Gurupi, maior resistência.

O antagonismo que identifico entre as duas visões do mundo que se manifestam no território Tembé tem a ver com a impossível aceitação, por parte dos Tembé, da ideia de desarticular o conhecimento de saúde e da educação da questão do território, das crenças, do modo de viver e de se relacionar, já que, para eles, o mundo é entendido como um processo interligado holisticamente. A cosmologia indígena não permite a setorização. Para os Tembé, tudo acontece em torno do sentido e do significado que tem a terra. A terra e o significado que a relação com ela produz permitem aos Tembé se interligarem ao mundo e construírem suas representações, quer do ponto de vista da saúde, da educação quer da vida de um modo geral.

Não se pode esperar dos Tembé que eles desenvolvam suas ações sem que todos os elementos da vida estejam interligados. Nesse sentido, não é possível obter saúde, sem garantir a defesa do território, nem é possível exigir educação sem discutir a questão cultural e a questão dos recursos da floresta, sem pensar o modo de sobreviver e de se relacionar com o mundo, sem pensar a cultura e sem articular esta última com a saúde, com a educação.

É interessante notar, entretanto, que, na medida em que se expressa pela via do discurso e pela via do saber-fazer cotidiano, essa visão integradora do mundo não se manifesta de maneira idêntica nos dois grupos.

Do ponto de vista do discurso, entre os Tembé do Gurupi, por exemplo, o mundo da aldeia se mantém integrado com os universos do so-

19. A noção de vida moderna, com bem pontua Garnelo (2003, p. 177), deve ser precedida de outro importante conceito, o de ocidentalização, habitualmente interpretado como processo civilizatório associado à ideia de modernização, cujo parâmetro é dado pela cultura dominante em relação às subalternizadas (GARNELO, 2003 *apud* LATOUCHE, 1996). Assim, baseando-se em Ianni (1995), Garnelo destaca algumas das características da modernização/ocidentalização que privilegia o indivíduo, o culto à propriedade, a racionalidade e o urbanismo, habituais às classes dominantes da Europa Ocidental e Estados Unidos da América.

brenatural, natural e cultural. É por meio da ação dos sobrenaturais que os indivíduos agem, já que estes mantêm o controle de suas ações e, neste sentido, determinam como serão utilizados os recursos florestais.

Desde muito cedo, as crianças são inseridas nesse universo e aprendem a respeitar os espaços da floresta e seus recursos, a acreditar no poder e no modo de agir dos "bichos da mata" e, em caso de desobediência, a temer suas reações. Os rituais de passagem servem como processos de aprendizagem e de controle desses seres, mas também como demarcadores da cultura e do modo como os Tembé aprenderam a respeitar e a manter o domínio da natureza. Nesse aspecto, os Tembé do Gurupi revelam todo o sentido simbólico dessa relação (com os seres sobrenaturais, a natureza e a cultura), já que o sentimento de pertencimento à terra e toda sua simbologia remete à memória mitológica das histórias contadas pelos mais velhos sobre o "dono das águas" e o "dono das matas", que são os seres que determinam o modo de vida na aldeia, suas regras e modos de conduta.

Para os Tembé do Gurupi, a crença nos seres sobrenaturais implica aceitar a ideia de que todos os moradores da aldeia estão sujeitos às suas ações e vivem permanentemente em ligação com a terra, como tributários que são do saber que lhes permite lidar e dominar estes seres e os meios de que dispõem para a manutenção da vida e reprodução do grupo.

Do ponto de vista concreto da ação, observa-se, entretanto, a integração entre esse universo dito "tradicional" e o universo mais voltado ao mundo "moderno", como vivido nas cidades. Os Tembé do Gurupi são afeitos às intervenções das ações da medicina biomédica, utilizam os medicamentos industrializados e aceitam as condutas médicas, embora não acreditem totalmente em sua eficácia, principalmente em relação às doenças que são decorrentes de ações dos "encantados", como dores de cabeça, doença mental e nervosa. Alguns deles possuem televisão em casa, cultuam alguns santos, como é o caso da crença em São Benedito, que é uma irmandade já incorporada nas crenças dos Tembé. Na Aldeia Cajueiro, bem como em outras, há aqueles que se tornaram protestantes. Quase todos aprenderam a língua portuguesa e frequentam as escolas, aos modos das escolas públicas das cidades, além de consumir produtos industrializados com certa regularidade.

No caso do uso dos recursos florestais, alguns já se envolveram na rede de exploração da madeira, dada a pressão constante que os madeireiros exercem sobre a TIARG, já que é muito grande o apelo da exploração desse recurso na região. Alguns Tembé foram aliciados e tornaram-se colaboradores desses agentes na extração da madeira, embora esta seja uma ação contraditória e de difícil controle para os Tembé do Gurupi. Digo que é de difícil controle para eles porque se trata de uma situação na qual se materializa a evidente contradição que há, por um lado, entre a ideia da preservação dos recursos florestais e o respeito à reação dos seres sobrenaturais que os controlam e, por outro, a ação de exploração e degradação da área.

Confrontadas com as permanentes incursões dos madeireiros, muitas vezes facilitadas por moradores das aldeias que atuam na extração de madeira, as "lideranças" fazem o que podem para afastar os Tembé do Gurupi desse tipo de envolvimento. Algumas vezes, optam por agir com violência para chamar a atenção das autoridades sobre as invasões constantes a que estão expostos. Nem sempre é fácil controlar as ameaças internas e externas a que o grupo está sujeito. Muitas vezes, aproveitando-se, com sagacidade, de suas próprias contradições internas, os Tembé do Gurupi atraem para dentro das aldeias madeireiros que estabeleceram relação de cumplicidade com integrantes do grupo, prendem-nos e chamam as autoridades públicas. Trata-se de uma estratégia desenvolvida com o objetivo de fazer ver aos poderes públicos que estão permanentemente expostos a diferentes formas de violência.

Mas é grande, também, a mobilização dos Tembé do Gurupi na dinamização da cultura. De forma muito intensa, eles investem na revitalização dos rituais, das danças, dos cantos e dos conhecimentos sobre os efeitos terapêuticos dos recursos da floresta, mas, sobretudo, no recurso permanente à língua nativa como forma cotidiana de dinamizar a cultura. A língua é para eles um elemento fortalecedor do modo de ser Tembé, por meio do qual se identificam e se diferenciam dos demais grupos.

No discurso dos Tembé do Guamá, a integração com o mundo natural e sobrenatural não é tão evidente, mas está implícita em retóricas que relacionam a questão da terra a todos os elementos da vida da aldeia. Para eles, a terra tem um caráter sagrado, que lhes dá acesso ao mundo e lhes proporciona referências culturais e identitárias. A terra

tem caráter primordial também, porque é dela que advém a possibilidade de sobrevivência e o suprimento das necessidades alimentares e de saúde. A possibilidade de aprender e ensinar também está a ela relacionada, já que é preciso saber de seus recursos florestais e da maneira apropriada de explorá-los para garantir vida às gerações presentes e futuras, e aos meios de reprodução do grupo. Não se pode pensar na forma de existir dos Tembé do Guamá sem pensar a floresta, pois é ela que demarca uma referência da própria história desse povo, do seu passado e do seu futuro.

Do ponto de vista da ação, percebe-se uma luta incessante dos Tembé do Guamá para fazer valer o que eles dizem no discurso, já que suas ações são muitas vezes contraditórias e/ou ambíguas. Em seu dia a dia, a pressão do modo de vida dito "moderno" se manifesta sistematicamente em oposição à vontade que têm os Tembé de reviver o passado, de buscar e fazer emergir os conhecimentos de seus antepassados e de reaprender os rituais, a língua, o artesanato, os cantos e as danças, mesmo sabendo que os recursos disponíveis na TIARG já são escassos e que a área sobre a qual eles têm domínio já está a bastante devastada.

A proximidade com as cidades vizinhas, sobretudo Capitão Poço e Santa Luzia, assim como Belém, contribui para intensificar ainda mais os conflitos inerentes ao encontro desses dois universos tão contraditórios. O fácil acesso aos meios tecnológicos, o consumo facilitado no mundo industrializado, as atividades de lazer e o modo de se vestir e agir do universo não indígena exercem crescente e acelerada influência sobre o cotidiano do grupo. Embora já recorram rotineiramente a medicamentos industrializados e a todo o aparato dos serviços de saúde baseados na biomedicina, e mesmo tendo incorporado em seu cotidiano os veículos de comunicação e toda espécie de tecnologias modernas, o mundo industrializado ainda se apresenta aos olhos da maioria dos Tembé do Guamá como ameaçador. Apesar do fascínio exercido pela vida e pelo consumo das mercadorias na cidade, são poucos os Tembé que conseguem se imaginar vivendo fora da aldeia e longe de suas origens e cultura.

Nas aldeias, os conflitos gerados pela necessidade de fortalecimento da "indianidade" Tembé se manifestam no cotidiano, seja por meio de

regras explicitas, como a que proíbe o casamento com pessoas de fora da aldeia, seja por meio de conversas com as "lideranças", que, recorrendo a argumentos diversos, tentam fazer ver ao grupo quais são as vantagens e as desvantagens das ameaças de perda da referência cultural que lhes é própria.

No caso da saúde, acordos e tensões estão sempre relacionados ao convívio das práticas tradicionais com as práticas da biomedicina. Por um lado, apresentam-se as ações da Política de Saúde Indígena que, no Brasil, se orientam pelos propósitos e princípios da *equidade* e, no discurso, reconhecem a legitimidade da cultura, das crenças e dos hábitos dos povos indígenas; mas, na prática, estão longe de ter desenvolvido a sensibilidade necessária ao convívio e à interação com universos cosmológicos diferentes e ao diálogo e à interseção dos conhecimentos e experiências da saúde tradicional indígena.

Do outro lado, apresentam-se as práticas e os conhecimentos ditos tradicionais dos Tembé do Guamá, que nem sempre resistem às intervenções das práticas biomédicas. O que se vê é uma tentativa de ação permanentemente contraditória, manifestada pela aceitação dos serviços de saúde nas aldeias, mas que tem um efeito não desejado sobre as práticas locais de saúde realizadas pelos seus conhecedores e praticantes da cultura Tembé. No entanto, se percebe que, em geral, esses conhecimentos sanitários não se apresentam aos Tembé do Guamá como excludentes, mas como um recurso complementar para fazer operar os cuidados de saúde nas aldeias.

Posso dizer que estamos falando do encontro de visões de mundo antagônicas. Embora aceitem os procedimentos de saúde alopática e queiram trazer os serviços públicos para dentro da aldeia, os Tembé do Guamá querem ter em suas próprias mãos o controle sobre as ações de saúde. Para mim, o que se manifesta nesta postura é uma visão de futuro. São eles, os Tembé do Guamá, que querem gerir seus serviços em sua totalidade, desde a gestão até a execução, porque, para eles, esse controle sobre a saúde faz parte do controle sobre o território. Para os Tembé do Guamá, não é possível imaginar que se possa garantir a saúde sem ter o controle sobre o território, que é, para eles, o elemento agregador de todas as ações de educação, cultura, religião e, sobretudo, políticas. Ao buscarem se qualificar e desenvolver parcerias direciona-

das para um modo sustentável de viver no território, o que os Tembé do Guamá propõem é uma integração de seus conhecimentos tradicionais com o saber do "mundo moderno", num processo continuado de interação permanente entre os dois universos.

Os Tembé do Gurupi também querem a integração com os serviços de saúde. Eles querem ver os serviços dentro das aldeias, mas há uma diferença marcante entre seu jeito de agir e a maneira de proceder do grupo do Guamá. Eles, embora queiram manter o controle do território, fazem isso articulando-o em relação à retomada do passado, um movimento que busca manter presente os conhecimentos considerados mais característicos da cultura Tenetehar. Nesse sentido, a realização da "Festa da Menina Moça"[20] e sua reedição, bem como a língua, a dança, os cantos, o artesanato, alimentam e reforçam, de modo constante, a crença nos sobrenaturais e em seus poderes mágicos - aos quais é tributado o controle sobre a natureza, o corpo e a saúde - como mecanismos que se mantêm em contínua integração. Crenças e práticas tradicionais acabam por se constituir, de certa forma, em fontes de resistência à integração com o "mundo moderno", que representa uma ameaça à "perda da cultura". Os recursos e as estratégias às quais recorrem as principais "lideranças Tembé" passam, portanto, pela realimentação permanente do conhecimento tradicional, mas sem que isso implique a exclusão dos conhecimentos introduzidos pelo "mundo globalizado". Parece tratar-se de um movimento ambíguo, de simultânea recusa e aceitação, regulado pelo próprio território, que aparece como o elemento que mantém a integração do grupo e a dinamização da cultura.

O território, aliás, é um elemento de interseção e de coesão entre os grupos do Guamá e do Gurupi, mas também entre as aldeias de cada um dos grupos. Para os Tembé, de forma geral, os recursos naturais são fonte de sobrevivência, ou melhor, parte dela, na medida em que eles já possuem outros meios de sobrevivência, como o trabalho remunerado, por meio das políticas públicas implantadas nas aldeias, por intermédio da educação e saúde.

---

20. É um ritual de passagem para avida adulta das meninas-moças Tenetehar-Tembé. Um ritual de passagem que vincula homens e mulheres, casamento e fertilidade, saúde e alimentação, corpo e xamanismo.

3.1. O Recurso do Discurso Ambiental da Saúde e da Educação

Nesse contexto de ambietalização dos conflitos sociais, faz-se importante, também, considerar a questão das políticas de preservação do meio ambiente. No Brasil, a questão do território indígena foi associada ao tema ambiental. Para muitos, a ideia de desenvolvimento sustentável passa pelo fortalecimento das populações tradicionais. Trata-se de uma visão que começou a se expandir, principalmente, após a Eco-92 no Rio de Janeiro, quando foram estabelecidos acordos e agendas entre os governos e os setores da sociedade que se mostravam preocupados em garantir um futuro comum para o planeta, ou seja, uma forma sustentável de sobrevivência para as gerações futuras. O que me parece é que esse princípio foi, de alguma forma, incorporado nos discursos dos movimentos indígenas. No caso dos Tembé, sua incorporação veio viabilizar a consolidação de uma série de recursos simbólicos e políticos, que tiveram interferência direta na condução das controvérsias geradas em torno da questão do território. No caso dos grandes proprietários e fazendeiros, estes se mantiveram apegados ao discurso hegemônico segundo o qual "há muita terra para pouco índio", ou então ao discurso da integração dos índios à sociedade nacional, baseado na premissa de que "os Tembé não são mais índios" e "já não precisam de tanta terra porque já estão integrados e vivem que nem o branco". Os Tembé, por sua vez, absorveram a ideia da sustentabilidade e buscaram reforçar o discurso da diferença, da cultura e da preservação, demonstrando que o território mantém uma relação de pertencimento, de integração ou extensão do *modus vivendi*: "o branco não é igual o índio, o índio preserva, mantém, o branco destrói e vende, o índio não vive sem a terra, o branco vive".

No caso dos Tembé dos dois grupos, é importante diferenciar, com cuidado, a relação que cada um deles estabelece com os recursos naturais, território e sustentabilidade, já que essa relação se dá de maneiras distintas entre os Tembé do Guamá e do Gurupi.

No caso do Guamá, o discurso das "lideranças" faz referência a uma relação de harmonia com a floresta e seus recursos e a um sentimento de integração entre o homem e a natureza. Além disso, permite ver a apropriação do conceito da sustentabilidade, traduzido em esforço de preservação intergeracional, conforme se observa nas palavras de Piná:

> A nossa metodologia é outra, e a nossa estratégia é de preservação da cultura. Para isso, o nosso principal instrumental é a educação, com um currículo próprio (...), para nós só interessa a regularização da escola indígena, pois a educação formal ajuda a perder nossa cultura. A cultura tem que ser uma matéria transversal. A saúde tem que estar ligada à educação ambiental. O ambiente é mais importante, isso é saúde. Na floresta, tudo é natural, ali está a saúde. A solidariedade do povo também é saúde, na comunidade você sai de corpo aberto, a liberdade é importante. A violência é da cidade, lá você não tem amigo. O parente é de coração, um sente a dor por todos, todos sentem a dor por um. Existe a partilha; se um não tem, todos têm, todos ajudam. No final de semana, vai para a beira do rio, faz a pesca e as crianças brincam. Se tem um problema, chama o cacique e resolve; o diálogo é a fonte do negócio, não precisa de delegado. A gente se preocupa com as pessoas mais velhas, nós precisamos aprender com eles, fora da aldeia (Informação verbal)[21].

Esse mesmo discurso é encontrado entre os Tembé do Gurupi, sendo que, para as "lideranças" desse grupo, o discurso da sustentabilidade aparece permeado pelo conhecimento do mundo mítico e sobrenatural. Nesse sentido, a floresta, a mata, como eles evocam, tem um sistema controlado pelos sobrenaturais, motivo pelo qual seus recursos podem ter uma ação sobre os humanos que desrespeitam seus preceitos e regras. Trata-se de uma abordagem que envolve a questão da sustentabilidade em um saber mitológico mais amplo, como destaca Waldecy Tembé:

> O ser humano é muito ignorante com ele mesmo, né? Ele acha que sabe tudo, mas ele acaba num sabendo nada. Assim, nós índio, nós já temos um outro conhecimento sobre a vida. Aí já fica complicado dizer que vida é essa, por exemplo, nós temos - como é que chama? - seres não vivos de outro mundo, por exemplo, nós temos o dono da água, que vocês acham que a água não tem dono, a mata não tem dono, o vento não tem dono, e isso é muito complicado pra explicar, isso. Então, por exemplo, a água tem o dono

21. Entrevista fornecia à pesquisadora em 18 de janeiro de 2011.

> da água, quem comanda a água, a mãe d'água, né? Quem comanda a mata, né? É o dono da mata, né? Certo, então, quem que comanda o vento? É o dono do vento, e quem é o dono do vento, né? A gente tem que perguntar pro pajé, então é assim, essas coisas muita das vez agente ignora; pra isso tem o pajé que sabe fazer esses tipo de remédio que vai observar essas coisas (Informação verbal).

Do ponto de vista da ação, entretanto, são muitas as questões controvertidas que vêm agregar complexidade ao contexto das relações estabelecidas. Como base comum de pensamento e ação, a questão da área indígena é consensual para os Tembé do Guamá e do Gurupi. Os dois grupos compartilham a mesma visão sobre essa questão. É ela que possibilita a integração entre os dois grupos de aldeias, seja em situações de ameaças de perda do território, seja quando se trata de controlar, monitorar e regular o acesso aos recursos naturais.

Nem por isso a situação é homogênea nos dois grupos. Entre os Tembé do Guamá, percebe-se que há uma fragmentação entre os grupos de aldeias devido a disputas políticas de grupos de família e pela relação de poder entre eles e à própria dinâmica cultural do grupo, que se organiza pela coesão e pelo conflito (ZANNONI, 1999). Cada grupo de aldeias estabelece relações diferenciadas na defesa dos recursos naturais e da área indígena como um todo. No caso do grupo de aldeias interligado pela AGITASY (Associação das aldeias Sede, Ytwuaçú, Pynawá e Ypyd'hô), há maior consenso de que os recursos da floresta sejam preservados. As "lideranças" ligadas a essa associação inserem-se em projetos de sustentabilidade apoiados pelo Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA). Embora tal ação seja extensiva também para os demais grupos de aldeia.

Por sua vez, as "lideranças" integradas à AGITARGMA (aldeias São Pedro, Frasqueira, Ita Putyr, Ytahú, Yarapé, Zawaruhu, Pirá, Jacaré, Tawari) aparecem muito dispersas e fazem uso dos recursos naturais de formas muito diversificadas. As "lideranças" das aldeias São Pedro e Frasqueira apresentam uma tendência a certa flexibilização em relação aos recursos naturais, utilizando outros recursos econômicos, além dos tradicionais. Têm criação de gado, algumas pastagens e criadouros de

peixe. Outras aldeias, como a aldeia Pirá, Yta Putyr, Ytahú, Zawaruhu e Yarapé atêm-se às práticas produtivas tradicionais, como roça e cultivo da mandioca, caça, pesca e coleta. Há quem diga que, em certas ocasiões, alguns negociam os recursos florestais com os madeireiros e colonos, mas este processo é sempre muito criticado pelo grupo e é pauta frequente de inúmeras reuniões e discussões.

As "lideranças" das aldeias Yta Putyr e Yarapé atuam numa lógica inversa. No caso da aldeia Ita Putyr, buscam uma estratégia parecida com as "lideranças" do Gurupi, fortalecendo a cultura e buscando nos recursos da floresta uma relação com o sobrenatural. No caso da aldeia Yarapé, as "lideranças" se inserem em projetos de sustentabilidade e procuram utilizar os recursos da floresta para produzir economicamente sem prejudicar o uso de seus recursos.

Temos, ainda, o recurso do discurso. O apelo da "sustentabilidade", da "sociodiversidade" e do "tradicional" permite às "lideranças indígenas" inserirem-se em uma rede de atores cada vez mais ampla. Esse recurso abre possibilidades para um extenso processo de alianças com o poder público e organizações não governamentais. Algumas dessas alianças caracterizam-se pela relação pessoal com indivíduos de reconhecimento público, ou com pessoas que podem facilitar o acesso a redes de interesse relevantes para o grupo. Este é o caso do Procurador da República Felício Ponte; do deputado Edmilson Rodrigues; do sociólogo Claudemir Couto Monteiro, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); de Eneida de Assis, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); e, de forma mais esporádica, de Claudionor Dias e Thomas Mitschein, do Programa Pobreza e Meio Ambiente da Amazônia (POEMA), considerados aliados.

O recurso da saúde e da educação são meios intermediários de apropriação do território. São eles que permitem o acesso a determinados mecanismos e a espaços que potencializam a ação desenvolvida pelos Tembé para garantir a defesa do seu direito à terra. Trata-se de um recurso que demanda aprendizagem e desenvolvimento de determinadas competências, sobretudo burocráticas, administrativas e políticas.

Os efeitos da política de saúde indígena na vida e na dinâmica local dos Tembé, tanto do Guamá como do Gurupi fazem emergir um processo de ação política em que se visualizam claramente duas perspectivas.

De um lado, a política universalizante do Estado que, ao tentar adaptar e flexibilizar um modelo de saúde racional, homogeneíza práticas de cuidados e fortalece um saber científico em que a relação homem-natureza aparece fortemente fragmentada. De outro lado, as reivindicações por direito à "saúde diferenciada"[22] das "lideranças Tembé" reafirmam um modo de existir e de pertencer ao mundo claramente diferenciado da população em geral, pois aciona uma identidade cultural fortemente integrada entre o homem, a cultura e a ecologia.

Conforme referido em Ponte e Aquino Teisserenc (2014), a interação entre as duas perspectivas imprime um aprendizado particular, certa hibridação, em que é possível visualizar a produção e o reconhecimento de continuidades e descontinuidades territoriais e de ação, nas quais se entrelaçam terra indígena, limites político-administrativos municipais, territórios de aplicação de uma política de saúde, como os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, compondo-se, aí, dinâmicas singulares, em que o jogo da cultura permite adicionar novas referências em correspondência às exigências da sustentabilidade, como a preservação da biodiversidade, do patrimônio genético, da sociodiversidade e, principalmente, do potencial humano prático, de seu saber e de variadas possibilidades de existir.

3.2. O Recurso Político e o Fortalecimento das "Lideranças"

Entre as "lideranças", Kelé, Piná, Naldo e Waldecy e Sergio Muxi – os três primeiros das aldeias Zawaruhu, Ytwuaçú, Sede do Guamá e os dois últimos da aldeia Sussuarana e Tekohaw do Gurupi – são, segu-

22. Saúde diferenciada será abordada na perspectiva de Langdon (2004), ou seja, como um processo histórico demarcado, sobretudo, a partir da década de 1980, quando da reformulação da política de saúde para os povos indígenas. Essa política teve como base a criação do Subsistema de saúde Indígena que criou os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e toda a estrutura para o funcionamento da Política de Saúde Indígena pelo governo federal. Por meio da Política de Saúde Indígena, o estado brasileiro garantiu os direitos dos povos indígenas e atendeu aos apelos e princípios do pluriculturalismo e da tolerância previstos na Constituição brasileira de 1988 e em documentos internacionais sob a orientação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

ramente, as pessoas mais envolvidas na defesa do território. Para agir, utilizam uma grande gama de recursos. Em primeiro lugar, e de forma mais visível, recorrem à política. Buscam estabelecer várias alianças, sejam internas ou externas. No caso do Guamá, o grupo desenvolveu a estratégia do fortalecimento da "liderança". Embora assumam internamente funções e papéis diferenciados, Piná ("liderança" da aldeia Ytuaçú) e Naldo Tembé (cacique e "liderança"da aldeia Sede) se projetaram no mundo exterior como legítimos e importantes representantes da expressão política do grupo. Piná, por exemplo, assume o papel de gerador de consensos. Ele é a expressão do líder carismático, no sentido weberiano da palavra, cuja função é de cuidar das relações externas e internas do grupo. Está inserido em uma rede relacional atinente às discussões sobre saúde, educação e território, que se integra com as discussões nacionais. Sua articulação é, ao mesmo tempo, de macro e micropolítica. Representa o grupo nas relações com o mundo exterior, ao mesmo tempo em que possibilita maior aproximação entre os grupos de aldeias, aparentemente rivais.

Essa articulação ocorre porque as rivalidades que marcam as relações entre diferentes blocos de aldeias, apesar de serem geradoras de tensão, não levam a rupturas radicais. Momentos de grande coesão e consenso também permeiam essas relações e, nesse sentido, é muito correto afirmar que o conflito entre os grupos é bem assimilado pelo grupo. Trata-se de uma percepção que ganha contornos muito nítidos e muita visibilidade, quando da realização das grandes "missões". Quando elas acontecem, eventuais divergências de ideias e concepções tornam-se imperceptíveis aos olhos de observadores externos não treinados. Quando seus interesses e seu território se tornam objeto de ameaças externas, tamanho é o consenso entre diferentes grupos de aldeias do Gurupi ou do Guamá, ou até entre grupos de aldeias de um mesmo bloco, que, pontualmente, Piná pode ser chamado a representar os Tembé de todas as aldeias, inclusive as do Gurupi.

Naldo, por outro lado, representa a articulação interna do grupo das aldeias Sede, Ytuaçú, Pynawá e Ypyd'hô (aldeias do Guamá), exercendo um papel regulador do grupo. Eleito vereador em Santa Luzia, acredita, assim como seu grupo, que só com novas parcerias e boa inserção nos espaços políticos será possível garantir a sobrevivência dos Tembé, por

isso busca apoio nas cidades vizinhas para fortalecer a luta pelo controle do território. Internamente, ele é o responsável por manter o grupo coeso e por monitorar uma área que tem sido constantemente ameaçada de invasão e ocupação por "colonos", madeireiros, fazendeiros e citadinos, que procuram se apropriar dos recursos florestais.

3.3. O Recurso da Rede Familiar, da Identidade e dos Dispositivos Simbólicos

Outro recurso utilizado pelos Tembé para a defesa do território é o que passa pela singular importância da organização social da família. É por meio das redes de famílias que as "lideranças" acumulam capital social e poder. Trata-se de redes que se constituem em herança social, transmitida pela figura paterna, no caso das "lideranças" do Guamá, e pela figura materna, no caso das "lideranças" do Gurupi. No Guamá, a referência de Felix Tembé (já falecido), pai de Piná e tio de Naldo, é extremamente importante. É a ele que é reservado o reconhecimento de ter liderado, junto com Kelé (considerado "velha liderança"), as primeiras iniciativas de defesa do território. É a ele que se credita, também, a consciência desenvolvida pelas principais "lideranças" do Guamá (inclusive de outras aldeias além da sua, como S. Pedro, Fraqueira e outras), da responsabilidade que recai sobre elas – e sobre mais ninguém – de controlar e zelar pela manutenção do território (Trata-se de um legado nunca esquecido pelo grupo). No caso do Gurupi, D. Verônica é, por sua vez, reconhecida por tudo o que diz respeito à cultura. É a ela que é creditado todo o conhecimento cultural que o grupo soube preservar até os dias atuais, assim como muito do que o grupo aprendeu sobre as melhores maneiras de se defender e de resistir diante das ocupações do território.

O recurso da identidade e da cultura também é utilizado pelos Tembé, por serem elementos fundamentais para o processo de mobilização e articulação do grupo, na medida em que traduzem o significado de "ser índio", suas representações e o sentido da identificação com a terra. Não existe cultura sem os recursos da floresta, nem índio sem cultura. Trata-se de um acervo dinâmico que, segundo as "lideranças" do Guamá e do Gurupi, precisa ser "monitorado" de modo a perpetuar o

sistema de transmissão cultural para que as novas e futuras gerações não percam sua indianidade.

Os dispositivos simbólicos e mitológicos também fazem parte dos recursos utilizados pelos Tembé. É a memória e a relação afetiva com a terra que permitem acionar o sentimento de pertencimento a ela. Uma memória viva, de um coletivo que se expressa por meio dos mitos, da dança dos cantos, do artesanato, dos rituais, mas principalmente pela memória afetiva de experiências vividas pelos antepassados. Esses dispositivos são acionados permanentemente. Podemos ver esses elementos acionados de diferentes maneiras, como pela ação das "lideranças", que são considerados na maneira de agir como verdadeiros "guerreiros" ou os antigos "grandes chefes", que se constituíam como exímios caçadores e detentores de força e coragem para lidar com as intempéries das matas e da vida cotidiana. Para os Tembé do Guamá, a escola é o principal espaço onde se deve formar o "guerreiro", modo de se constituir o homem Tembé, o que, aliás, é reforçado no discurso das "lideranças" do Guamá e do Gurupi, embora entre as "lideranças" do Gurupi se considere como mais relevante a prática da "língua nativa" como o principal elemento para se constituir um Tembé.

Considerações Finais

Conforme demonstrei ao longo deste estudo, os desafios impostos pela ação pública local aos Tembé do Guamá e aos do Tembé do Gurupi possibilitaram uma ampliação de seus recursos simbólicos e cognitivos e permitiram que as "lideranças" encontrassem novos argumentos e novas formas de agir sobre o território. Desta maneira, alimentaram as ricas e complexas dinâmicas da territorialidade Tembé e estimularam as diferentes modalidades de ação que esse grupo desenvolveu para recuperar o domínio sobre a TIARG e para regular seu modo de ser Tembé.

Compreendo que a disputa pelo território ou pelos territórios se configura em um espaço de poder, porque põe em confronto projetos e concepções de sociedade e modo de vida distintos. A lógica universalizante da biomedicina traduzida nas ações e serviços de saúde é incompatível com as demandas específicas e de reconhecimento das diferenças étnicas do grupo. Com a introdução dos serviços de saúde

nas aldeias, cria-se uma nova territorialidade sobrepondo-se ao modo e à dinâmica cultural do grupo, o que acirra ainda mais os conflitos e, ao mesmo tempo, permite aos Tembé criar pontos de interseção, já que eles aceitam tais práticas em seus cotidianos, usam e incorporam os medicamentos alopáticos, se inserem na rede de serviços e na gestão do sistema, embora façam isso para ampliar ainda mais seu poder para garantir o acesso às fontes materiais e simbólicas de reprodução da vida do grupo e sua permanência no território.

No Guamá, uma maior abertura evoca a maneira como o grupo soube integrar as novas condicionalidades institucionais e tecnológicas advindas da vida nas cidades ao universo Tembé. Trata-se de uma territorialidade que se expande e tem uma perspectiva de futuro, que se integra e amplia as possibilidades de parcerias e aciona outras redes, alheias ao universo cultural do grupo. Nesse sentido, entre os Tembé do Guamá, o território se manifesta por um processo híbrido, entre o que é pertinente e interligado à "tradição" e às novas maneiras de ver o mundo.

Para os Tembé do Gurupi, no entanto, essa possibilidade de maior abertura é interdita, ou pelo menos evitada, barrada por uma resistência ao contato permanente com o mundo externo. No entanto, essa resistência não significa o isolamento total, mas uma maneira de reagir à força avassaladora do universo globalizado, que uniformiza e homogeneíza a riqueza cultural desse povo. É uma maneira de manifestar a singularidade do grupo e de expressar uma existência que tem uma lógica própria, um sentido cosmológico que interliga o mundo Tembé a todos os aspectos da vida. É um mundo constituído por um sistema total, que se comunica e cria as interseções entre o mundo natural, cultural e sobrenatural. Assim, a territorialidade se constrói pela retomada ao passado, uma forma de atualizar a memória do grupo, a "tradição" e os "costumes".

É importante destacar que a disputa pelo território e a defesa da "saúde diferenciada" não estão desvinculadas de um processo de territorialização (SAQUET, 2009) constante (o território em movimento), porque, nas ações dos atores locais, estão postas as marcas da diáspora, dimensão de uma relação com a terra, com os lugares de vida carregados de significados e conflitos, principalmente com fazendeiros, madeireiros, mas também com o cidadão comum e com o próprio Estado.

Essas marcas possibilitaram momentos de coesão e conflitos entre o grupo, o que, como vimos durante o estudo, foi relevante para as estratégias e os recursos pelos quais os Tembé puderam realizar a organização interna do grupo, a ocupação e defesa do território, mas também o fortalecimento dos elementos culturais do grupo.

Referências

ANDRADE, L.O. M.; BARRETO, I.C.de H.(col.). **SUS passo a passo**: história, regulamentação, financiamento, políticas nacionais. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Lei Arouca**: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena. Brasília, 2009.

GARNELO. Luiza. **Poder, hierarquia e reciprocidade**: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc, espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. n. 2(4), v. 1, 15 ago. 2007.

LANGDON, E. J. Uma avaliação crítica da atenção diferenciada e a colaboração entre Antropologia e profissionais de saúde. In: LANGDON, J. E.; GARNELO, L. (org.). **Saúde dos povos**. Reflexões sobre Antropologia Participativa. Rio de Janeiro: Contra Capa; ABA, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **As religiões Indígenas**: o caso Tupi-Guarani. Revista USP, São Paulo, n.67, p. 6-13, set./nov. 2005.

LOPES, J. S. L. Sobre a "ambientalização" e os "dilemas da participação". **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. **Os Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi,** *Povo Verdadeiro***!**: "saúde diferenciada", território e indianidade na ação pública local. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014a.

PONTE, **Vanderlúcia** da Silva; AQUINO TESSERENC, **Maria José** da Silva. **Ação local, território e serviço público de saúde**: os Tenetehara-Tembé entre a diferenciação e a universalização. Belém, Pará, 2014b. (no prelo)

PONTE, **Vanderlúcia** da Silva; AQUINO, **Maria José** da Silva. "Para ser mulher verdadeira!" - os Tenetehara-Tembé: relações entre ritual, direitos e estratégias de afirmação cultural em ações locais». **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Enligne], Questions du temps présent, mis enlignele 11 décembre 2013, consultéle 01 avril 2014. URL: http://nuevomundo.revues.org/66051; DOI: 10.4000/nuevomundo.66051.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed.São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2008.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, n. 29, p. 153-179, 2. sem. 2010b.

WAGLEY, C.; GALVÃO, E. **Os índios Tenetehara**: uma cultura em transição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

ZANNONI, Claudio. **Conflito e coesão**: o dinamismo Tenetehara. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999.

CAPÍTULO 4

DO "PAU-BRASIL" À SIDERURGIA: LUTAS EXTRATIVISTAS NO PARÁ E NO MARANHÃO

Viviane Vazzi Pedro
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Introdução

Esse capítulo visa realizar um exercício comparativo e interrelacional de macropolíticas globais, nacionais e estaduais, a partir do estudo dos conflitos ambientais e da micropolítica que envolve a atuação de dois movimentos sociais extrativistas da Amazônia Legal Brasileira. Os casos que subsidiam a presente análise referem-se ao processo de luta pela criação da Reserva Extrativista Renascer (RESEX Renascer), situada no município de Prainha, na região oeste do Pará, e pela criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim (RESEX Tauá-Mirim), na zona rural da cidade de São Luís, Maranhão.

O primeiro caso foi objeto dos estudos para elaboração de dissertação de mestrado realizados entre 2009-2011 (PEDRO, 2012; VIDAL; PEDRO, 2012), e o segundo vem sendo estudado pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão[1].

1. Os conflitos ambientais e o movimento social pela criação da RESEX de Tauá-Mirim vêm sendo estudados por pesquisadores do GEDMMA desde 2006. Os resultados das pesquisas resultaram em diversos trabalhos acadêmicos e em um livro denominado "Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim" (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009). Atualmente, esses estudos estão sendo realizados através da pesquisa

Procuramos situar esses casos e confrontá-los com mudanças econômicas e político-institucionais, a partir de eventos significativos nos âmbitos global, nacional e estadual. Apesar de serem retomados, brevemente, alguns contextos macropolíticos das políticas de desenvolvimento iniciadas na década de 1970, o foco deste capítulo é o período compreendido entre a década de 1990 e o ano de 2014. Nossa finalidade é a de avaliar a relação dos "ciclos de desenvolvimento" com os conflitos ambientais e a consequente ação coletiva dos grupos sociais neles envolvidos. Nesse percurso, procuramos identificar tendências políticas, econômicas e institucionais que possam expressar "ciclos de desenvolvimento", a partir de lógicas presentes em estratégias, planos e algumas políticas públicas globais, nacionais e estaduais. Igualmente, a partir de estudos sobre a "estrutura de oportunidade política" (TARROW, 2009; TILLY, 1978, 1984; McADAM et al., 2009), procuramos situar os eventos de resistência aos processos desenvolvimentistas que possibilitaram a emergência do ambientalismo no Brasil e do movimento social extrativista das comunidades das RESEX Renascer e Tauá-Mirim, situando-os em "ciclos de protesto" (TARROW, 2009; TILLY, 1978, 1984; McADAM et al., 2009).

1. Relações entre processos globais, conflitos ambientais e movimentos sociais extrativistas

Antes de abordar, brevemente, os conflitos e as ações coletivas envolvendo a RESEX Tauá-Mirim e a RESEX Renascer, faz-se oportuno situar a emergência social e histórica de algumas categorias utilizadas nesse capítulo, as quais são basilares para o seu método narrativo e analítico, bem como para sua fundamentação teórica.

Da metade do século XVIII até a metade do século XX, as sociedades industriais europeias deflagraram cenários aparentemente irreversíveis com a dissolução dos vínculos sociais e das identidades tradicionais. O capitalismo industrial provocaria fortes alterações das

"Conflitos Ambientais no Maranhão", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da Chamada Universal 14/2013, e pela Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), através do edital FAPEMA nº 01/2014 Universal. Agradecemos a essas agências de fomento pelo fundamental apoio.

atividades produtivas baseadas em relações familiares e locais, introduzindo formas específicas de exploração assalariada da mão de obra dos trabalhadores; acelerando a urbanização das sociedades em processos de industrialização e tornando dominantes, doravante, valores voltados para o cálculo econômico racional, a acumulação do capital e orientação para o crescimento econômico. A partir do século XIX, esses processos foram ampliados e difundidos para várias partes do planeta, assumindo contornos globais.

As consequências desses processos alcançaram a segunda metade do século XX e geraram novos conflitos – econômicos, ambientais, étnicos, de gênero etc. – e fizeram emergir a reivindicação de novas identidades no contexto que pode ser identificado como uma "crise de civilização global". Ao mesmo tempo, aceleraram-se os fluxos de ideias, informações, arranjos e articulações sociais que ampliam as intervenções na esfera pública e democrática, inclusive no Estado.

Ao analisar o cenário da esfera econômica global desse período, David Harvey (2005) chama a atenção para a constatação de escassez de matérias-primas nas regiões que mais se industrializavam e para a expansão de um processo de acumulação de capital, que já não se refere apenas à acumulação primitiva – que tem origem na reprodução expandida e na exploração da mais valia na relação capital-trabalho –, mas em uma *acumulação por espoliação*. A acumulação por espoliação diz respeito à mercadificação e privatização de terras, expulsão violenta de populações camponesas, agressão ou ameaça a formas tradicionais ou alternativas de produção e consumo, processos coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos (inclusive recursos naturais), comércio de escravos, biopirataria, usura no sistema de créditos e tantos outros métodos que se reinventam na contemporaneidade (HARVEY, 2005, p. 121-123). Isso incentiva os empreendedores a buscarem novos territórios para implantar seus complexos industriais em países e regiões onde possam encontrar legislações trabalhistas e ambientais menos rigorosas (pelo menos em sua aplicação), em face da degradação ambiental e social que irão promover.

A resposta ao primeiro modelo de acumulação primitiva teria gerado a luta e a mobilização – já conhecidas pelo paradigma tradicional

marxista de análise da ação coletiva –, a partir de sindicatos, movimentos sociais e partidos dos trabalhadores. Já a resposta ao segundo modelo (acumulação por espoliação) estaria gerando a insurgência de novos movimentos sociais em diversas escalas (locais, regionais, nacionais e globais), de forma muitas vezes difusa, reconfigurando o campo da luta anticapitalista, anti-imperialista e antiglobalização (HARVEY, 2005).

Nesse campo de insurgência, Alain Touraine (2009) identifica grupos de ação coletiva que passou a denominar como "novos movimentos sociais"[2]. Estes apresentam conteúdo contestador fortemente subjetivo – que substitui o caráter classista dos antigos movimentos – e, mesmo quando faltam a esses movimentos a organização e a capacidade de ação permanente, eles são capazes de demonstrar problemas e conflitos contemporâneos, tanto do ponto de vista social quanto cultural, contestando, ainda, a racionalização da sociedade produtiva.

Embora considere principalmente o caráter cultural das ações coletivas, Touraine (1989) considera, também, a estrutura ou macroestrutura indissociável da ação coletiva. Para o autor, um dos fatores fundamentais para a análise de uma ação coletiva é a observância da especificidade de orientações e tensões internas do tipo de desenvolvimento impingido a cada região. Tal dinâmica define o modelo de interação social e econômica bem como a identificação da elite dirigente de cada sociedade. Nesse sentido, Touraine acrescenta: "A cada uma das dimensões principais do modo de desenvolvimento corresponde uma ação social e política" (TOURAINE, 1989, p. 51).

Na década de 1980, sob influência das correntes europeias dos novos movimentos sociais, coexistindo com a teoria norte-americana das estruturas de ação (GOHN, 2007), foi desenvolvida, nos Estados Uni-

2. Para estudar esses movimentos sociais, Touraine (1989) desenvolveu a chamada "teoria da ação social", que tem como pressupostos *o princípio da identidade, o princípio da oposição e o princípio da totalidade* como os elementos constituintes da ação coletiva dos movimentos sociais. Esses elementos se referem à compreensão de que a identidade de um movimento social se define pela luta de um ator social "contra um adversário pelo controle dos principais recursos de uma sociedade, ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento" como um todo (TOURAINE, 1989, p. 16-23).

dos, a perspectiva teórica de ações coletivas denominada como "escola do processo político" (TARROW, 2009; TILLY, 1978, 1984; McADAM, 2009), a qual é empregada no presente capítulo. A característica distintiva desta escola é o explícito reconhecimento da importância do sistema político (contexto macropolítico) para a ação coletiva, o que se manifesta na extensão e na forma adotadas por cada movimento social.

Para exemplificar a possível análise da estrutura de oportunidade política num caso concreto, Tarrow (2009) analisa o confronto político ocorrido na ex-União Soviética, entre 1989-1992, que culminou na dissolução do governo centralizado e comunista daquele e na queda do Muro de Berlim. Tarrow (2009, p. 105-110) destaca dimensões do ambiente político, não necessariamente formais ou permanentes, mas que foram consideradas como as mais influentes para compor a estrutura de oportunidade política na qual se inseria o movimento pela democratização naquele país. São elas: *(i)* abertura do acesso à participação de novos atores, com o aumento da permeabilidade das instituições e políticas às demandas da sociedade civil, *(ii)* realinhamento político/eleitoral no interior do sistema; *(iii)* aparecimento de aliados influentes, como partidos, componentes do sistema judiciário, mídia e outros movimentos; *(iv)* divisões emergentes do interior da elite por crises de coalizão do poder; *(v)* mudanças no estilo de interações entre estado e sociedade civil, com desistência ou declínio da capacidade do estado em reprimir os insurgentes.

Em cada caso concreto, é preciso se despender grande grau de esforço para captar quais são as dimensões específicas dos sistemas políticos que catalisam marcos para a ação coletiva. Nesse capítulo, apoiamo-nos na teoria de Touraine (1989; 2009) e na compreensão das características dos conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) para enfatizar a dimensão analítica mais específica para a estrutura de oportunidade política dos movimentos sociais ora estudados. Assim, adotamos como parâmetro as consequências – mais ou menos restritivas de direitos socioambientais – das políticas desenvolvimentistas que levaram à ambientalização[3] dos conflitos sociais por estes gru-

3. Segundo José Sérgio Leite Lopes (2006, p. 34), "no caso da ambientalização, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública ´meio ambiente´.

pos de ação coletiva (LEITE LOPES, 2006; MARTINEZ- ALIER, 2007). A partir desse critério, buscamos discutir o grau de tendência à abertura do sistema político institucionalizado aos interesses em disputa.

Adiante-se que, a partir da década de 1990 e até 2014, os principais elementos desencadeadores das ações coletivas dos movimentos sociais aqui estudados foram as consequências causadas por projetos de desenvolvimento baseados na exploração da madeira, no caso da RESEX Renascer (no Pará), e pelas derivações da cadeia de exploração de minério (principalmente ferro e bauxita), no caso da RESEX Tauá-Mirim. Foram essas consequências, a necessidade de defesa do território e o enfrentamento da negação política que fizeram com que as comunidades estudadas passassem a buscar o reconhecimento jurídico de "extrativistas" num cenário de alternativas institucionais existentes no país reconhecidas como instrumentos de garantia de controle de territórios tradicionalmente ocupados (ALMEIDA, 2008; LITTLE, 2002).

Nesse ponto, é importante esclarecer que emprego a categoria conflito ambiental para expressar o processo de oposição entre os interesses desenvolvimentistas e os das comunidades extrativistas que lutaram pela criação das RESEX Renascer e Tauá-Mirim. Segundo Acselrad (2004, p. 26), conflitos ambientais são

> aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc.

Nas palavras de Zhouri e Laschefski (2010, p. 17-18), esses conflitos surgem

---

Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial".

> das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, tais conflitos não se restringem apenas a situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial e territorial (...).

A fim de identificar processualmente as estratégias de ação coletiva dos grupos de resistência aos impactos desenvolvimentistas, recorremos à categoria ciclo de confrontos[4] empregada por Tarrow et al. (1999); Tarrow (2009); Tilly (1978, 1984) e McAdam et al. (2009). Esses ciclos de confronto expressam, em suma, momentos de abertura nas estruturas de oportunidades políticas para certos movimentos sociais com interesses afins. Eles, por sua vez, afetam tanto os sistemas de aliança de grupos afins, impulsionando ciclos de protestos por parte destes, quanto os de conflito e oposição, uma vez que os opositores aos seus interessem também tendem a se articular em um "contramovimento". Consequentemente, os ciclos de confronto vão gerando novas respostas por parte do Estado, as quais formarão uma nova estrutura de oportunidades políticas tanto para movimentos como para contramovimentos.

2. Do "pau-brasil" à siderurgia: desenvolvimento e conflitos ambientais

2.1. Mascarando conflitos: a ideologia do desenvolvimento sustentável

Na década de 1960, diversos movimentos sociais começaram reflexões teóricas e debates políticos sobre os impactos do desenvolvimen-

4. Os movimentos sociais, normalmente, agregam suas lutas em um *ciclo de confrontos* com o sistema social. Este ciclo tem a seguinte dinâmica: os debates dão início ao ciclo com novas reivindicações, novos demandantes vão se agregando, disputando reconhecimento e resposta até um ponto de intensidade máxima, seguido por um declínio no êxito das conquistas (TARROW, 2009; TARROW et al., 1999). Em geral, os movimentos sociais produzem também novas oportunidades para outros quando suas ações coletivas obtêm êxito, gerando ciclos mais amplos, que se estendem dos ativistas a grupos de interesse.

to, lançando uma crítica ambiental à sociedade moderna industrial. O pensamento ecológico, então, expressava as limitações em relação ao modo de produção capitalista e demarcava a necessidade de imposição de limites do crescimento econômico. Dessa forma, entre as décadas de 1970 e 1980, "o antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento" era característico do debate ambiental (LEFF, 2001, p. 150; ZHOURI et al., 2005, p. 13; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 11; SANT'ANA JÚNIOR; MUNIZ, 2009). Para desqualificar as críticas ecológicas, os "defensores da industrialização enquanto evolução fatalista" taxavam os ambientalistas de "românticos e ingênuos opositores do progresso" (ZHOURI et al., 2005, p. 13).

Nos primeiros anos da década de 1970, foram publicados dois estudos importantes sobre os limites físicos do planeta para o crescimento econômico e produtivo mundial, com base na exploração de recursos naturais. O primeiro foi "A Lei da Entropia e o Processo Econômico", de Georgescu Roegen, em 1971. E o segundo foi "Os limites do crescimento: um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade" (MEADOWS et al., 1972).

Na sequência, em 1972, na Suécia, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), responsável por inserir a questão ambiental na pauta política internacional, fazendo com que as consequências ambientais de processos produtivos e de intervenção na natureza fossem percebidas como transfronteiriças, gerando a necessidade de limites aos padrões de crescimento, produção e consumo das sociedades industriais (LEFF, 2001, p. 151; MUNIZ; SANT´ANA JÚNIOR, 2009, p. 256-257).

No entanto, após a Conferência de Estocolmo, gradativamente foi se dissolvendo o potencial crítico do discurso ecológico, passando a ser configuradas o que Leff (2001) denomina como "estratégias eco-desenvolvimento".

Nesse momento, "las teorías de la dependencia, del intercambio desigual y de la acumulación interna de capital orientan la planificación del desarrollo" (Idem, 2001, p. 151). De fato, na década de 1980, vários países da América Latina eram cobrados por dívidas e estavam em graves processos de inflação e recessão. Por isso, a recuperação econômica mostrava-se como uma prioridade e como uma razão de ordem pública, espalhando-se os programas neoliberais em diferentes

países (LEFF, 2001). No entanto, "a imagem da Amazônia em chamas" naquela década fazia com que se multiplicassem grupos ambientalistas que questionavam os projetos de desenvolvimento – implementados por governos e apoiados por instituições financeiras internacionais – marcados por consequências sociais e ambientais desastrosas (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 11).

O secretário geral das Nações Unidas, em 1983, constituiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para avaliar os avanços do processo de degradação da natureza e a eficácia das políticas ambientais, porém com uma perspectiva de associação entre preocupações ambientais com desenvolvimento e crescimento econômico. Após anos de estudos, em 1987, essa Comissão fez publicar o relatório "Nosso Futuro Comum", conhecido também como Relatório Bruntland, uma referência à Gro Bruntland, ex-primeira ministra da Noruega, que presidiu os trabalhos. O relatório reconhece as disparidades entre os países do Primeiro e Terceiro Mundo e pretende lançar mão de uma fórmula capaz de gerar um consenso político e colaborativo entre os países (LEFF, 2001, p. 152). Segundo Muniz e Sant´Ana Júnior (2009, p. 261), "a Comissão propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, o que permitiria surgir, assim, uma nova fórmula denominada desenvolvimento sustentável".

A sustentabilidade passou, então, a ser propagada como um processo capaz de atender às necessidades da população atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras, a partir do tripé economia-ecologia -equidade social. Essa noção de sustentabilidade passa a ser condição – ambígua – do processo econômico, e amplamente incorporada pelos discursos teóricos e políticos. Contudo, não aprofunda qual seria a capacidade do atual sistema de gerar as condições ambientais e sociais (com equidade, justiça e democracia) neste processo (LEFF, 2001).

Ao analisar o processo ideológico dos paradigmas ambientais que vigoraram a partir da década de 1970, Enrique Leff (2011, p. 155) afirma o seguinte:

> Si en los años 70 la crisis ambiental llevó a proclamar el freno al crecimiento antes de alcanzar el colapso ecológico, en los años 90 la dialéctica de la cuestión ambiental ha producido su contrario: hoy el discurso neoliberal afirma la desaparición de

> la contradicción entre ambiente y crecimiento. Los mecanismos de mercado se convierten en el medio más certero para internalizar las condiciones ecológicas y los valores ambientales al proceso de crecimiento económico. En la perspectiva neoliberal, los problemas ecológicos no surgen como resultado de la acumulación de capital, sino por no haber asignado derechos de propiedad y precios a los bienes comunes. Establecido lo anterior, las clarividentes leyes del mercado se encargarían de ajustar los desequilibrios ecológicos y las diferencias sociales, la equidad y la sustentabilidad.

É dessa maneira que o discurso da sustentabilidade procura legitimar, "com ajustes", o movimento neoliberal da economia do mercado nas políticas ambientais, como se estivesse suavizando o liberalismo. O discurso mascara seu próprio vínculo com os interesses objetivos do capital, escanteando, segundo Carneiro (2005, p. 31-32), a discussão sobre "os nexos entre as relações capitalistas de produção e seus impactos sobre as condições naturais". Isso levaria a crer que seria "natural e incontornável a forma especificamente capitalista de apropriação das condições naturais". Ademais, sob o imperativo consenso dessa ideologia, deixa-se de se discutir "o que se desenvolve" e se "isso que se desenvolve pode fazê-lo sem destruir as condições naturais".

Conforme relembram Andrea Zhouri e Klemens Laschefski (2010), outro paradigma acabou se consolidando, a partir da Rio-92: o da "participação na gestão ambiental". Este princípio, juntamente com o do desenvolvimento sustentável, passou a profissionalizar as discussões sobre o desenvolvimento, criando uma racionalidade própria e hegemônica para as discussões ambientais. Segundo LEFF (2001), desta maneira, os governos procuram acabar com a dissonância, conciliando interesses contrapostos, colocando na mesa de negociação sujeitos diversos, com cosmovisões divergentes, tendo como fio condutor uma racionalidade hegemônica em torno do desenvolvimento sustentável que conferia uma aparência ilusória de democratização e de equidade para as políticas ambientais. Nas palavras de Zhouri et al. (2005, p. 12):

> Prevalece a crença de que os conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos por meio da "gestão" do diálogo entre os atores, com a finalidade de se

> alcançar um "consenso". Essa política de gestão utiliza-se, inclusive, de diversas técnicas e estratégias que visam atender à premissa da "participação", essa última compreendida e empreendida, na maioria das vezes, apenas como uma oitiva da sociedade com ênfase numa imprecisa noção de "população local". Problemas ambientais e sociais são entendidos como meros problemas técnicos e administrativos, passíveis, portanto, de medidas mitigadoras e compensatórias.

Diante das repercussões dessas conferências e paradigmas, no Brasil, os principais marcos jurídicos e institucionais relativos ao meio ambiente foram delineados a partir da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980. O país começou a investir em medidas de comando e controle na área ambiental, na criação de respectivos órgãos para executá-las, na criação de institutos, como o licenciamento ambiental, e na profissionalização de especialistas na área (LEITE LOPES, 2004; 2006; OLIVEIRA, 2008a, 2008b).

A década de 1990 é conhecida como a de consolidação da legislação ambiental brasileira, ocasião em que as ações isoladas no campo ambiental começaram a se estruturar como políticas públicas, processo iniciado em 1981, com a aprovação da Lei nº 6938, que estabeleceu a Política e o Sistema de Meio Ambiente no Brasil.

A partir de 1988, com os debates pela promulgação da Constituição Federal brasileira e, em especial, em torno da construção do capítulo específico sobre o direito ambiental constitucional, acirraram-se diversos campos de disputa, o que representou um momento de abertura de oportunidade política para as demandas socioambientais (ALONSO et al., 2007). Nesses campos, estavam defensores do desenvolvimentismo, da mercantilização da natureza ou do modelo industrial ocidental; ambientalistas inspirados no modelo preservacionista norte-americano de criação de unidades de conservação, que isolavam parques de "natureza intocada" de suas populações (DIEGUES, 2002); comunidade acadêmica, notadamente os "especialistas" em meio ambiente, muitos formados e influenciados em seus discursos pelo ambientalismo europeu ou organizações não-governamentais internacionais (ALONSO et al, 2007; OLIVEIRA, 2008a, 2008b); movimentos sociais e políticos progressistas que lutaram pela redemocratização

do país após o regime militar; representantes políticos, instituições e líderes ligados às lutas no campo; movimentos de populações tradicionais e de "povos da floresta"; movimentos pela reforma urbana; ruralistas e outros.

Como resultado das disputas, destacamos como marcos jurídicos importantes a Lei 9.605, de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais (que ampliou para a esfera penal as possibilidades de responsabilização judicial já previstas, civil e administrativamente, na Lei Federal 7.347/1985, conhecida como Lei da Ação Civil Pública) e a Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e elencou entre as suas unidades a modalidade de Reserva Extrativista.

Foi nesta década também que o setor empresarial começou a se utilizar do discurso "verde" e do marketing ambiental, valorizando ações de responsabilidade socioambiental, gerenciamento ambiental da produção, autorregulação empresarial e do mercado internacional, tanto por meio das normatizações como em outros meios de regulação privada transnacional (LEITE LOPES, 2004; 2006, p. 47; BARTLEY, 2007).

2.2. Projetos desenvolvimentistas para a Amazônia e ciclo de confronto extrativista

Os conflitos ambientais no Brasil e suas respectivas ações coletivas devem ser contextualizados ainda em relação à política desenvolvimentista. Segundo José Sérgio Leite Lopes (2006, p. 37), embora o Brasil tenha se deixado influenciar pelas preocupações ambientais expressas na Conferência de Estocolmo, de 1972, o governo ditatorial da época procurava promover o "milagre econômico" e estava mais preocupado com eventuais restrições de financiamento internacional para o seu processo de industrialização. Esse "milagre econômico", das décadas de 1960 e 1970, consistia no investimento do governo no que este compreendia como o desenvolvimento da modernidade do Brasil, no aproveitamento de suas potencialidades econômicas para diminuir o atraso do país em relação ao processo industrial.

Visando integrar, nacional e internacionalmente, a Amazônia brasileira ao projeto modernizador, o governo iniciou a construção de múltiplos projetos de desenvolvimento, como a construção das primeiras

grandes rodovias amazônicas, a construção de portos e aeroportos e o estabelecimento de programas de desenvolvimento regional como, por exemplo, o Programa Grande Carajás (LITTLE, 2002, p. 12; GASPAR; SANT´ANA JÚNIOR, 2007; 2013). A intenção dessas obras e projetos seria a de garantir a expansão e o escoamento da produção agrícola, florestal, mineral e pecuária.

Essas mudanças desencadeadas na Amazônia e as características socioculturais e econômicas da região fizeram emergir formas próprias de ação coletiva e de organização política das comunidades locais. Desde o final da década de 1970, os grupos sociais cujos modos de vidas são interdependentes da natureza, constituíram múltiplos tipos de território social gerados em decorrência do processo de resistência (LITTLE, 2002), na condição de posseiros, diante de crescentes ameaças de perdas territoriais, do abalo ao seu modo de vida tradicional e da restrição ao acesso a recursos naturais. Assim, buscaram conquistar o reconhecimento de seus direitos de posse em modalidades apropriadas às características econômicas, ambientais e culturais que lhes eram peculiares.

Almeida (2008) narra dois fenômenos relevantes, a partir do final da década de 1980, que são a expansão dos movimentos ambientalistas e o surgimento da categoria "povos da floresta"[5]. Segundo Almeida (2008), a noção de "povos da floresta" sintetiza "um processo social e identitário" de diversas populações tradicionais como seringueiros, ribeirinhos, castanheiros e outros grupos, aglutinando ações coletivas a partir de um senso de pertencimento, com comunhão de interesses e uma agenda política comum. E o movimento ambientalista acentua a contraposição às formas de integração da região aos circuitos do capital em nível nacional e internacional e a indagação das contradições socioeconômicas do modelo desenvolvimentista ditado para a região.

No final da década de 1970 e o começo da década de 1980, iniciou-se o ciclo de confrontos dos "povos da floresta", impulsionado pelo movimento dos seringueiros do Acre[6]. Esse movimento contribuiu para

5. Em 1985, Chico Mendes participou da proposta do "União dos Povos da Floresta", para a defesa dos interesses dos seringueiros e indígenas da Amazônia.

6. Desde 1976, os seringueiros autônomos de Rio Branco, de Xapuri e de Brasiléia,

a organização política e para a coesão dessas populações, desenvolvendo repertórios e deixando como legados grandes conquistas jurídicas e institucionais. Graças a esse movimento, foi criado, por exemplo, o instituto da reserva extrativista, originado de uma demanda por reforma agrária, o que influenciou a expansão de demandas socioambientais, na década de 1990 (SANT´ANA JÚNIOR, 2004).

3. RESEX Renascer e RESEX Tauá-Mirim: resistências locais aos "interesses globais"

Na década de 1990, valendo-se da estrutura de oportunidade política brasileira disponível para o ciclo de confrontos extrativista, lideranças que habitavam as áreas rurais do município de Prainha, no Pará (área da atual RESEX Renascer) e do município de São Luís, no Estado do Maranhão (área que demanda a criação oficial da RESEX Tauá-Mirim[7]), passaram a buscar a proteção da área em que viviam e de suas formas de vida, procurando conhecer e, por posteriormente, reivindicar o instituto das reservas extrativistas.

No caso desses grupos sociais, desde a década de 1970, já se tinha notícias de situações territoriais conflitantes e de ações coletivas para a defesa da posse da terra e da manutenção dos modos de vida ancestrais.

Na região da RESEX Renascer, são narrados diversos casos de resistência comunitária à ação de grandes fazendeiros. Segundo Leroy (1991), entre as décadas de 1970 e 1980, era comum, ao longo da colonização da Transamazônica, a queima das casas, plantações e criadouros em lotes de posseiros por fazendeiros locais, provocando a resistência organizada contra os fazendeiros e o mutirão para a reconstrução das moradias.

Já, em São Luís, as comunidades da região da RESEX Tauá-Mirim vivenciavam conflitos que não se relacionavam apenas às disputas territoriais, mas ao direito de acesso aos recursos naturais, dos quais

---

no Acre, já se organizavam para impedir desmatamentos de áreas extrativas.

7. Compõe a RESEX de Tauá-Mirim um conjunto de doze povoados rurais: Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, parte do Cajueiro (Praia de Parnauaçu), parte da Vila Maranhão (Porto das Arraias), Portinho, Amapá, Jacamim, Ilha Pequena, Embaubau e Tauá-Mirim, sendo que estes últimos seis se localizam na Ilha de Tauá-Mirim.

dependem para a sua subsistência e manutenção do modo de vida. Segundo narram Damaceno e Barboza (2009, p. 130), enquanto "na ilha de Tauá-Mirim, no princípio, a questão fundiária foi mais marcante que a questão ambiental", no povoado do Taim, a questão ambiental esteve em destaque, havendo a influência de movimentos como o Fórum Carajás e o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

Desde a década de 1980, estavam sendo instalados diversos empreendimentos industriais nas proximidades da área pretendida para a RESEX Tauá-Mirim, atraídos pela infraestrutura desenvolvida para facilitar a produção e escoamento do minério explorado pelo Projeto Ferro Carajás e pelas outras atividades econômicas implementadas a partir do Programa Grande Carajás[8]. Essa infraestrutura englobava o complexo portuário de São Luís; o Terminal Ferroviário da Estrada de Ferro Carajás e a Rodovia BR 135, o que causava grandes impactos nas adjacências e fazia com que a região fosse vista pelo governo estadual como "vocacionada para a atividade industrial" (DAMASCENO; SANT´ANA JÚNIOR, 2012, p. 165).

Assim, a concepção da atual proposta da RESEX Tauá-Mirim começou em 1996, por iniciativa das lideranças comunitárias da região, e está vinculada à luta de moradores de povoados ancestrais contra os impactos do Programa Grande Carajás (GASPAR; SANT´ANA JÚNIOR, 2007; 2013; SANT´ANA JÚNIOR et al., 2009).

---

8. O Projeto Ferro Carajás foi concebido pela, então, Companhia Vale do Rio Doce com o objetivo de criar as condições para a extração e escoamento das gigantescas jazidas de minério de ferro localizadas na Serra de Carajás, no sudeste do estado do Pará, através do sistema Mina-Ferrovia-Porto, que envolve as minas no Pará, a Estrada de Ferro Carajás, com quase 900 Km, e o Complexo Portuário de São Luís, localizado na capital do estado do Maranhão (COELHO; COTA, 1997). O Programa Grande Carajás foi institucionalizado como programa interministerial de desenvolvimento regional. Instituído em 1980, funcionou oficialmente até 1991, porém suas consequências continuam atuantes em toda a Amazônia oriental, com fortes influências em São Luís do Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR, 2013). Segundo Damasceno e Sant´Ana Júnior (2012, p. 165), atualmente, além de grandes empreendimentos siderúrgicos operados pelas transnacionais Vale e Alumar, o Distrito Industrial de São Luís – adjacente à RESEX Tauá-Mirim –, ainda comporta fábricas de bebidas, fertilizantes, pesticidas, matadouros, empreendimentos de extração de pedra e areia, termelétrica a base de carvão mineral.

Também em Prainha – Pará, no final da década de 1990, começou a ser demandada a criação de uma reserva extrativista, que abrangeria parte da área rural do Município, em virtude da intensificação ilegal e violenta de exploração madeireira na região (MOREIRA, 2008; MOREIRA et al., 1999).

No início, em 2002, a proposta consolidou-se como pedido de criação da RESEX "Verde para Sempre", com sede em Porto de Moz[9]. Todavia, em virtude de fortes manifestações contrárias[10] a esta proposta, e para que a criação da RESEX[11] "Verde para Sempre" não fosse totalmente inviabilizada, em 2003, acatou-se a decisão de uma considerável redução da área estimada pelo projeto inicial. Com isso, acabaram excluídos deste projeto vários municípios, entre eles, o de Prainha[12] (MOREIRA, 2008).

Para "comemorar" a exclusão do município de Prainha da "RESEX Verde para Sempre", o então prefeito deste município promoveu o sepultamento simbólico do projeto no cemitério da cidade (PEDRO, 2012; VIDAL; PEDRO, 2012). Revoltados com esse sepultamento, os moradores tradicionais da área rural do município de Prainha resolveram, no mesmo ano, fazer "renascer" a iniciativa de criação de uma RESEX própria na região. A partir de então, decidiram apresentar outro projeto de RESEX ao IBAMA, o qual foi renomeado de "Renascer". Segundo participantes deste movimento social, esta era a única alternativa a ser potencialmente reconhecida pelo Estado para a proteção das terras e dos

9. O projeto inicial da RESEX "Verde para Sempre" abrangeria também as áreas rurais dos Municípios de Prainha, Uruará, Medicilândia e Vitória do Xingu e reunia movimentos sociais de todas essas regiões, perfazendo 2.280.000 hectares.

10. A mobilização para a criação da RESEX Verde para Sempre, em Porto de Moz, começou em 1999.

11. Segundo Moreira (2008), havia um contramovimento de resistência ao projeto da RESEX "Verde para Sempre" por parte dos moradores que eram profissionalmente dependentes dos madeireiros e o projeto inicial desta RESEX abrangeria uma área tão grande que a tornaria a maior reserva extrativista do mundo. Além disso, forças políticas contrárias procuravam divulgar na mídia local, regional e nacional que o projeto da RESEX estava relacionado à invasão da ONG internacional *Greenpeace* na Amazônia.

12. Em 2004, após os conflitos entre as comunidades locais e madeireiros, foi instituída a RESEX Verde para Sempre que, mesmo com área diminuída para 1.300.000 hectares, era a maior do País.

recursos naturais contra o que chamavam de seus "inimigos comuns", quais sejam, os madeireiros (PEDRO, 2012; VIDAL; PEDRO, 2012).

Paralelamente a esses conflitos, crescia a demanda pela concessão florestal no Brasil, Indonésia e Malásia. As cadeias de suprimentos na indústria de produtos florestais tornaram-se cada vez mais globais e envolviam uma série de usinas, corretores, fabricantes, distribuidores e varejistas e consumidores da Europa e América do Norte (BARTLEY, 2007). As denúncias ambientais sobre a exploração das madeiras tropicais, as estratégias de boicote por parte dos ambientalistas dos países ricos e a complexidade das cadeias globais de suprimentos madeireiros tornava difícil e dispendiosa a tarefa de elas monitorarem, por conta própria, com real credibilidade ambiental, as condições de produção.

Nesse contexto, começaram a se propagar internacionalmente, entre o final dos anos de 1990 e início de 2000, os projetos de certificação madeireira (BARTLEY, 2007). A certificação, como modelo de governança neoliberal[13], resolveria problemas que iam além das questões de mercado e tinha como forças motrizes os conflitos entre os Estados, as pressões de ONGs, de movimentos sociais e de empresas sobre a legitimidade de várias formas de regular o capitalismo mundial. Segundo Bartley (2007), a forma desses conflitos – incluindo o poder, as oportunidades e estratégias disponíveis para diferentes atores – determinaram as suas trajetórias de desenvolvimento institucional e foram se entrelaçando com os projetos de desenvolvimento dos governos nacionais e das organizações não governamentais.

No Brasil, o modelo de áreas protegidas existia desde 1930, mas, foi a partir da década de 1990 que ocorreu a expansão na criação dessas áreas, especialmente na Amazônia. Schittini (2009) cita alguns fatores que contribuíam para essa expansão: *(i)* a necessidade de se atenuar os índices de degradação ao longo dos grandes projetos de pavimentação de estradas previstos pelo PPA "Avança Brasil" (Programa Plurianual do Governo Federal, vigente entre os anos 2000 e 2003)[14]; e *(ii)* a pres-

13. Bartley (2007) entende por "neoliberalismo" um conjunto de ideias pautadas na fé em mercados livres e em uma agenda política associada de remoção de impedimentos aos fluxos de capital.

14. Nesse cenário, alguns compromissos ambientais foram assumidos para a conservação da floresta. Em 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso aderiu ao

são internacional para o combate ao desmatamento na Amazônia – o mais grave entre as florestas tropicais úmidas remanescentes no mundo.

No caso da região oeste do Pará, considerada como "última fronteira da Amazônia Oriental com grande estoque de reserva florestal", as unidades de conservação se expandiram, a partir de 2000, em virtude da pressão de organizações não-governamentais, sindicatos, institutos de pesquisa e outros, preocupados com os impactos do asfaltamento da rodovia BR-163 (SCHITTINI, 2009) e da repercussão internacional sobre crescente violência, com o aumento disparado de assassinatos de líderes extrativistas da região, destacando-se, em 2005, o assassinato da missionária Dorothy Stang, no Município de Anapu (PONTES JÚNIOR et al., 2004). Desde então, foram criados na região diversos tipos de Unidades de Conservação que compõem o chamado Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio.

Paralelamente, no Maranhão, a partir dos primeiros anos da década de 2000, alguns processos também começaram a se acentuar na zona rural de São Luís, na região onde se aguarda a criação oficial da RESEX Tauá-Mirim. Em 2001, surgiu a proposta de instalação de um pólo siderúrgico com cerca de 2.471 hectares, abrangendo doze povoados rurais, sendo que seis deles estavam entre os que demandam a oficialização da criação da RESEX (Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, Vila Maranhão e Cajueiro). Na época, a negociação do pólo siderúrgico era encabeçada pela Companhia Vale do Rio Doce e envolvia os governos municipal, estadual e federal, dispostos a ceder a área necessária para o projeto, bem como incentivos fiscais e outras facilidades de infraestrutura[15].

O pólo siderúrgico seria um desdobramento do Programa Grande Carajás, contando com as mesmas vantagens de infraestrutura e articulação existentes nessa área para o escoamento de produção. O pólo previa,

---

programa Florestas para a Vida (*Florests for Life*), resultado da parceria entre WWF e Banco Mundial, e aceitou destinar, no mínimo, 10% da floresta Amazônica a Unidades de Conservação de proteção integral.

15. Diversas transnacionais estavam interessadas na área e, além da Vale, grupos estrangeiros estavam envolvidos no projeto, o Baosteel Shanghai Group Corporation (chinês), Arcelor (francês), Pohang Steel Company-Posco (sul-coreano) e Tyssen Krupp (alemã).

assim, a instalação de três grandes usinas para a produção de placas de aço e duas para a produção de ferro-gusa, beneficiando em larga escala a produção de minério de ferro obtido em Marabá, sudeste do Pará.

Ocorre que, embora bastante pressionada por empreendimentos industriais instalados na área adjacente, boa parte da área da RESEX Tauá-Mirim estava classificada, na Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís (Lei Municipal nº 3.252/1992), como Zona Rural II, o que, segundo a legislação brasileira, inviabilizaria a instalação de um pólo siderúrgico. Diversas manobras políticas – legais e ilegais – foram utilizadas pelo governo municipal e estadual para tentar desapropriar a área, promover o deslocamento compulsório[16] das comunidades e para transformar a área em zona industrial. O governo municipal tentava converter grande parcela dessa área de zona rural para zona industrial e o fazia ignorando as exigências legais de realização obrigatória de audiências públicas.

Um grupo da sociedade civil, atento a essa manobra política ilegal e aos riscos socioambientais acarretados pelo projeto, promoveu esse debate público, mobilizando diversos outros grupos e associações ludovicenses. A partir desse debate, foi constituído o Movimento Reage São Luís por aqueles que passaram a se manifestar contrariamente à instalação do pólo (SANT´ANA JUNIOR; GASPAR, 2007). A pressão dos grupos sociais não impediu que a Câmara Legislativa de São Luís aprovasse a modificação da Lei de Zoneamento, no entanto, apenas uma porção da área rural foi convertida à zona industrial, sendo excetuadas as áreas de maior relevância ambiental, como as áreas de preservação permanente. Dos cerca de 2.471 ha pretendidos para a construção do pólo siderúrgico, apenas cerca de 1.068 ha foram convertidos em Zona Industrial. A restrição da área inicialmente prevista para o projeto (que não foi totalmente revertida para zona industrial), aliada a fatores políticos e econômicos globais – como a queda do preço do aço no mercado

16. Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório como "o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos".

internacional – e à forte resistência local acabaram gerando o desinteresse dos empreendedores, que desistiram do projeto na região. Sobre os interesses na exploração do aço brasileiro no mercado internacional, Milanez e outros esclarecem:

> (...) em 2007, o país foi o nono maior produtor de aço bruto do mundo (2,5% da produção mundial) e o 13º maior exportador (World Steel Association, 2009). Segundo estimativas do Ministério de Minas e Energia, em 2015, a capacidade de produção brasileira deve chegar a 80 milhões de toneladas de aço bruto, subindo para 109 milhões de toneladas até 2025 (MILANEZ et al., 2013, p. 180).

A participação do Brasil na exportação vem oscilando. Desde outubro de 2008, a siderurgia brasileira – notoriamente exportadora e dependente do mercado externo – enfrenta uma conjuntura extremamente desfavorável diante dos efeitos da forte queda na demanda e comércio no mercado mundial. No mercado do aço, a oferta superou a demanda, ocasionando a queda de preços na ordem de 40% a 60%, e "alguns dos produtos mais relevantes na pauta de exportações de aço do Brasil estão sendo comercializados, em grande parte, a preços inferiores a seus custos" (INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA, 2009). Mesmo com esses prejuízos, ainda assim, segundo Milanez et al. (2013, p. 181), as características locacionais da área continuam a interessar às indústrias globais:

> nos últimos anos, as indústrias globais têm distribuído sua capacidade produtiva de forma a concentrar a 'fase quente' do processo siderúrgico (que inclui a produção de ferro-gusa e produtos semiacabados) nos países periféricos, mantendo a 'fase fria' (menos poluente, com menor gasto energético e com produtos de maior valor agregado) próxima aos mercados consumidores dos países centrais.

Esse reposicionamento do Brasil dentro do mercado global tem provocado uma intensificação da produção de aço no país para atender a demanda de outros países e, ainda, "altera a distribuição dos empreendimentos mínero-metalúrgicos no território nacional". Segundo Milanez e outros (2013, p. 181), atualmente, tal como ocorre em São Luís, "a infraestrutura produtiva do aço está se deslocando para o litoral, tendo

em vista a facilitação da logística de importação de carvão mineral[17] e de exportação do aço" (Idem). Com isso, ampliam-se e modificam-se os conflitos envolvendo a instalação desses empreendimentos no país, que promovem o saque aos recursos minerais em favor da economia dos países centrais.

Em resposta a esse quadro, a partir de 2013, o governo federal tenta aprovar no Congresso Nacional, em regime de urgência, um novo Código da Mineração. Segundo os movimentos sociais dos atingidos por esse tipo de atividade e os representantes de sindicatos de todo o país, a proposta não tem a necessária discussão com a sociedade e é feita para atender somente aos interesses das grandes mineradoras. Trata-se de uma estratégia legislativa de gerar mudanças que atendam ao mercado e a ampliação de lucros por parte das empresas, mas que não discute a lógica exploratória das riquezas naturais e sociais do país e o esgotamento desses recursos naturais não-renováveis à custa, principalmente, de direitos sociais e ambientais dos atingidos por esses empreendimentos.

Segundo a Nota de Repúdio lançada pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, o novo Código não altera as relações dos empreendimentos com os impactos sociais e ambientais provocados pela exploração mineral. A proposta situa

> a mineração como uma prioridade absoluta, acima de todos os outros usos do território. Chega ao absurdo de propor que a criação de unidade de conservação ambiental, demarcação de terra indígena, assentamentos rurais e definição de comunidades quilombolas dependerão de anuência prévia da Agência Nacional de Mineração - ANM (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2013).

A consequência dessas mudanças impulsionadas pelo mercado e seguida pela política e legislação nacional é sentida localmente, na zona rural de São Luís, pelas comunidades tradicionais atingidas pelas grandes transnacionais mineradoras e seus relacionados projetos de infraestrutura. A proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim nessa área foi aprovada em todas as fases do processo administrativo.

17. O carvão mineral é um redutor importante na produção do aço e sua produção no Brasil não atende à demanda da indústria, implicando em importação.

No entanto, o processo administrativo encontra-se sem andamento desde 2008, por conta da pressão política do governo do Estado do Maranhão[18] e de agentes do Governo Federal e da forte pressão dos grandes empreendedores pela ampliação da ocupação industrial da área.

Essas pressões, além das manifestações diretas do governo estadual contrárias à criação da RESEX, podem ser constatadas pelas intervenções de órgãos federais como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que alega existirem interesses de expansão portuária na área, e o Ministério de Minas e Energia (MME), que afirma que há interesses em exploração de minerária de areia e pedra para abastecer a construção civil de São Luís. Esses órgãos públicos têm defendido interesses da iniciativa privada e da expansão de seus negócios.

Em função dessas alegações, no ano de 2012, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal que desde 2007 passou a ser responsável pela criação e gerenciamento de unidades de conservação, promoveu uma rodada de negociações, incluindo visitas técnicas e discussões com as comunidades, sobre o perímetro da RESEX. Após a realização das negociações, ficou acordada a revisão dos limites da unidade de conservação, atendendo demandas da ANTAQ e no MME. O Governo do Estado do Maranhão se comprometeu a se pronunciar posteriormente. Através do Ofício nº 07/2013 – GG, subscrito pela então Governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB) e datado de 22 de janeiro de 2013, o Governo do Maranhão se posicionou afirmando que "a implantação de uma RESEX numa área como essa, em vez de estimular, certamente se ergueria como obstáculo a todo um processo de desenvolvimento econômico, de interesse local, regional e nacional" (informação obtida através Inquérito Civil Público – ICP – do Ministério Público Federal de número 1.19.000.000719/2008 – 89).

No final de 2014, o grupo político vinculado à governadora perdeu a eleição estadual para um candidato de oposição, Flávio Dino (PCdoB). Houve, então, entre as lideranças da RESEX, a esperança de que

18. Em 2012, por exemplo, através de carta ao Ministério do Meio Ambiente, o governo do estado declarou que a implantação da RESEX "se ergueria como obstáculo a todo um processo de desenvolvimento econômico, de interesse local, regional e nacional" (informação obtida através Inquérito Civil Público – ICP – do Ministério Público Federal de número 1.19.000.000719/2008 – 89).

a orientação do Governo do Estado fosse alterada. No entanto, apesar de inúmeras reuniões e audiências com secretários do governo estadual, sua posição não sofreu qualquer alteração oficial. Continua havendo um entendimento de que aquela é uma área estratégica para o grande comércio internacional, em função de sua proximidade com o Complexo Portuário de São Luís e de que, portanto, a criação de uma unidade de conservação pode se constituir em obstáculo para a ampliação de atividades relacionadas ao transporte marítimo, de armazenamento e de produção industrial.

Alguns dos fatores supracitados podem ajudar a explicar os motivos pelos quais a RESEX Tauá-Mirim não foi decretada até o momento, em suma: o interesse locacional do capital de empresas transnacionais na área; a importância do Brasil enquanto fornecedor de minério não beneficiado para os países mais industrializados; a relação destes fatores globais com o projeto desenvolvimentista implementado pelo governo federal; e, ainda, os interesses políticos e econômicos de grupos políticos e econômicos que se revezam na condução do governo do estado do Maranhão.

Sem obter uma resposta definitiva do Governo Federal, as lideranças dos povoados rurais que demandam a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim convocaram, para o dia 17 de maio de 2015, uma Assembleia Popular e nela decidiram, por um ato de desobediência civil, decretar criada a RESEX, instituindo seu Conselho Gestor provisório, para a gestão autônoma do território. Desde então, o Conselho se reúne mensalmente e continua a luta pela oficialização da unidade de conservação, além de discutir mecanismos para a conservação ambiental da área e de enfrentamento das agressões sofridas por empreendimentos privados ou pelo Estado.

Por outro lado, o decreto de criação da RESEX Renascer, no Pará, também solicitado, em 2003, pelos moradores locais, foi expedido em junho de 2009, também após longo período de espera. Mesmo com forte oposição por parte de grupos políticos e econômicos poderosos, a RESEX foi criada, mas apenas com a metade da área inicialmente proposta, restando excluída da reserva justamente a área de remanescente florestal mais preservado. Em algum ponto da estrutura de oportunidade política e do ciclo de confrontos extrativista, o governo federal parece ter vislumbrado alguma forma de atender aos interesses hegemônicos

do capital na área e, ao mesmo tempo, de conferir a aparência de cumprimento dos compromissos ambientais assumidos para a conservação da floresta e proteção de suas populações tradicionais. Nossa hipótese é a de que a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas tenha servido como um dos fatores facilitadores desse "consenso".

O governo do Pará e os madeireiros do Brasil também tinham interesse na exploração madeireira da área. Entre os anos de 2000 e 2006, a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) do Estado do Pará aprovou cerca de 40 Planos de Manejo madeireiros para a área onde se aguardava a criação da RESEX Renascer e emitiu dezenas de licenças estaduais, consideradas ilegais pelo IBAMA (TORRES, 2007). Em 2006, governo estadual ainda tentou promover a criação, no mesmo local, da Floresta Estadual Amazônia (FLOTA) e da Área de Proteção Ambiental (APA) Santa Maria de Prainha, unidades de conservação que possibilitam a exploração de madeira mediante planos de manejo que preveem o "uso sustentável dos recursos naturais" e não impõem qualquer limitação administrativa que possa proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais (TORRES, 2007, p. 106).

Nesse quadro, e não por acaso, no ano de 2006, deu-se um dos confrontos mais violentos da história da RESEX Renascer, com o enfrentamento direto entre ribeirinhos, madeireiros e Polícia Militar do estado (TORRES, 2007). A gravidade do conflito levou o IBAMA e a Polícia Federal a deflagrarem a "Operação Renascer" que resultou na prisão de madeireiros e policiais militares estaduais, aumentando, então, a pressão social e, até mesmo, judicial para que o governo federal decretasse a Reserva Extrativista Renascer.

Mesmo com a criação da RESEX Renascer, em 2009, continuava a exploração ilegal da madeira no interior da unidade de conservação. Porém, agora, o governo federal já dispunha de alguns mecanismos institucionais recém-criados no bojo dessas disputas de interesses que permitiam uma intervenção mais eficaz no controle do desmatamento em unidades de conservação. Isto porque, em 2007, foi criado por lei o órgão público específico responsável pelas políticas ligadas às Unidades de Conservação - o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, ao mesmo tempo, o governo federal também investia no gerenciamento das concessões da exploração florestal, de interesse global.

Não foi por acaso também que o Ministério do Meio Ambiente conseguiu aprovar, em tempo recorde, no Congresso Nacional, o projeto de lei de iniciativa do executivo que estabeleceria o mecanismo de Gestão das Florestas Públicas (Lei n.º11.284, de 2 de março de 2006)[19]. A lei era aguardada com grande expectativa por empresários do setor florestal porque poderia resolver "a principal dificuldade apontada pelos empresários do setor florestal na Amazônia para o desenvolvimento da atividade madeireira – o acesso seguro à matéria-prima florestal" (CARNEIRO, 2012, p. 78).

Com a edição da Lei de Gestão de Florestas Públicas, o governo federal começou a definir as "áreas vocacionadas" para a atividade florestal a serem exploradas por meio do manejo florestal sustentável. Essas seriam repassadas, mediante licitação, para um usuário – empresa florestal, cooperativa ou uma comunidade –, o qual deveria demonstrar capacidade para explorar a área, cumprindo os requisitos estabelecidos no edital que organiza o processo de concessão (CARNEIRO, 2012, p. 78-79).

Após excluir a área de remanescente florestal mais preservado e valioso da RESEX Renascer, guardando-a como reserva de mercado para o setor madeireiro, atualmente, o Governo Federal percorre as comunidades da RESEX Renascer e de outras unidades de conservação adjacentes, como a RESEX "Verde para Sempre", promovendo "oficinas participativas" com o intuito de compor o estudo de viabilidade econômica do manejo florestal nessas áreas, para que comunidades realizem extração sustentável de madeira.

No entanto, para os líderes do movimento social da Renascer, as lembranças deixadas pela passagem dos madeireiros pela região e a inoperância fiscalizatória por parte do Estado acarretam a descrença no projeto federal. O usufruto da proposta de manejo florestal comunitário na Reserva é visto como algo "distante", conforme expressou o Parecer da As-

19. A concessão florestal é uma modalidade de contrato pelo qual um usuário privado recebe o direito de exploração do recurso florestal em terras de domínio público, em troca do pagamento de uma taxa pelo aproveitamento desse recurso (CARNEIRO, 2012, p. 78). Segundo esclarece Carneiro (2012, p. 78), essa forma de governança da exploração florestal não implica a privatização das terras ou florestas públicas da Amazônia; ao contrário, representa uma retomada da atuação estatal no fomento da atividade florestal.

sessoria Jurídica Terra de Direitos (TDD/STM nº 01/2011, enviado à Coordenação Geral de Florestas Nacionais do ICMBio - CGFLOR-ICMBIO).

Mesmo sem abordar as questões que envolvem diferentes cosmovisões por parte de moradores tradicionais e empreendedores madeireiros, o parecer aponta dezenas de graves falhas na legislação. O parecer ainda exprime a omissão quanto às condições administrativas estruturantes para a proposta[20].

Entretanto, mesmo diante de todo o histórico de resistência local, o discurso da sustentabilidade parece emergir como inimigo oculto das comunidades, presente em seus próprios repertórios. Após diversas ressalvas, o referido parecer conclui que, para as condições mínimas de fruição do manejo florestal comunitário na RESEX Renascer, seria preciso "um esforço integrado e estratégico do Estado brasileiro, em suas diversas frentes de ação, para detonar o processo de crescimento sustentado da região" (TDD/STM nº 01/2011).

Considerações finais

Os movimentos sociais pela criação da RESEX Renascer (Pará) e Tauá-Mirim (Maranhão) organizaram-se a partir do final da década de 1990, no contexto do ciclo de confronto aberto pelos "povos da floresta", como o Movimento Nacional dos Seringueiros do Acre. Esses movimentos buscaram o reconhecimento jurídico de "extrativistas" num cenário de alternativas institucionais existentes no país. Desde então, os principais elementos desencadeadores das ações coletivas das comunidades locais foram os impactos causados pelos projetos de desenvolvimento baseados na exploração da madeira, no caso da RESEX

20. Como exemplos da omissão, a Terra de Direitos menciona algumas necessidades como: o desenvolvimento de planos de manejo facilitados, o suporte de assistência técnica especializada em sistemas agroflorestais; a política de fomento e crédito específico para recuperação produtiva para manejo florestal comunitário; o programa de Produção e Aquisição de Mudas e Sementes; a política de preço mínimo e de compra; a política de agroindustrialização voltada para produtos oriundos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro; o sistema de transportes, de energia elétrica, a comunicação, a verticalização e o armazenamento da produção, o acesso aos mercados com preço justo e apoio à negociação dos produtos.

Renascer (no Pará), e os impactos causados pela exploração do minério (principalmente ferro e bauxita), no caso da RESEX Tauá-Mirim. Em ambos os casos, verifica-se a ambientalização dos conflitos e, ao mesmo tempo, a resistência das populações contra políticas econômicas e desenvolvimentistas que expressam o processo capitalista de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) na Amazônia brasileira.

A criação das reservas extrativistas Renascer e Tauá-Mirim foi formalmente pleiteada por ambos os movimentos no ano de 2003. Entre 2006 e 2007, as duas reservas foram aprovadas e consideradas relevantes pelo órgão ambiental competente federal (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, posteriormente substituído, em 2007, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação à Biodiversidade - ICMBio). Com a aprovação desse órgão, faltava apenas o Decreto da presidência da república para instituí-las. Ocorre que uma série de fatores da conjuntura econômica global e da macropolítica brasileira influenciaria a criação oficial ou não dessas RESEX.

De 1990 até os primeiros anos da década de 2000, os movimentos sociais ainda atuaram em um período de abertura das estruturas de oportunidade política, especialmente junto ao governo federal. Embora ambas as RESEX tenham sofrido, por anos – ou quase uma década – a resistência e oposição direta por parte dos governos estaduais e locais (prefeituras municipais) e de setores da iniciativa privada, que tinham outros projetos desenvolvimentistas para as mesmas áreas, o diálogo desses movimentos com o governo federal parecia estar aberto, encontrando alternativas "favoráveis" em algumas legislações, órgãos e institutos com conteúdo socioambiental, contando com aliados influentes e cenários fortalecedores decorrentes do ciclo de confrontos dos "povos da floresta".

De 2010 em diante, fecharam-se essas estruturas de oportunidade política, ocorrendo o "recrudescimento das políticas e desregulamentação de legislações ambientais" do Brasil. Em âmbito local – e não por acaso –, os movimentos sociais extrativistas da RESEX Renascer e RESEX Tauá-Mirim também passaram a enfrentar certos retrocessos ou embaraços às suas conquistas institucionais.

Em ambos os casos, o interesse locacional do capital de empresas locais, nacionais e transnacionais, bem como o interesse exploratório dos

recursos naturais das regiões ajudam a explicar a condução das políticas públicas, projetos de desenvolvimento e conformações institucionais dos governos estaduais e federal. Em última instância, tal interesse exploratório é um dos fatores que ajudam a explicar o porquê a RESEX Renascer foi decretada oficialmente e a Tauá-Mirim ainda não o foi[21].

No caso da Renascer (Pará), o Governo Federal parece ter vislumbrado alguma forma de atender aos interesses hegemônicos do capital na área e, ao mesmo tempo, de conferir a aparência de cumprimento dos compromissos ambientais assumidos para a conservação da floresta e proteção de suas populações tradicionais. A aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas e o interesse do governo em fomentar futuros projetos de manejo florestal certificado – sob o pretexto de gerar o "desenvolvimento sustentável" para a região – podem ter servido como fatores facilitadores desse "consenso" que gerou o decreto dessa RESEX.

Por outro lado, o projeto da RESEX Tauá-Mirim ainda enfrenta forte oposição. Apesar de essa área rural abrigar um forte e antigo movimento social extrativista, que, há décadas, luta contra o deslocamento compulsório de suas populações, toda a região é foco de interesses econômicos crescentes. O território consensuado para a RESEX – afetado pela atuação do Programa Grande Carajás, desde a década de 1980 – situa-se no litoral, próximo a portos, rodovia e ferrovia, o que favorece as políticas brasileiras de exploração e exportação de minério e outras commodities, a fixação de empresas transnacionais que realizam a "fase quente" da siderurgia no local e os interesses econômicos e políticos do governo estadual e prefeitura municipal.

O interesse do atual governo federal em aprovar com urgência, no Congresso Nacional, seu projeto do novo Código de Mineração e o próprio conteúdo desse projeto de lei nos revelam a priorização da mineração sobre os outros usos de território. A atual estrutura de oportunidade política – com a união entre elites econômicas, governos federal, estadual, deputados ruralistas, deputados especuladores

21. Lembrando que as lideranças reunidas em Assembleia decidiram decretá-la criada, de fato, e de forma autônoma, por entenderem que não poderia uma carta de anuência do governador – ato político – limitar os direitos que a União já havia reconhecido a elas, desde 2007, por processos administrativos.

imobiliários e representantes das construtoras, deputados reacionários da bancada evangélica e liberais – é totalmente contrária aos interesses demarcatórios de populações tradicionais, camponesas e indígenas, facilitando a espoliação de terras, recursos naturais e direitos pelo capital nacional e internacional.

Referências

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. mai./ago., 1996, p. 3-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: OGSCA; UFAM, 2008.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2007, n. 79. p. 151-167.

BARTLEY, Tim. Institutional Emergence in an Era of Globalization: The Rise of Transnational Private Regulation of Labor and Environmental Conditions. **American Journal of Sociology**. v. 113, n. 2. 2007. p. 297-351.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Entre o Estado, a sociedade e o mercado: análise dos dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia. **Cadernos CRH** (UFBA), 2012, v. 25, p. 73 – 86.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; AMARAL NETO, Manuel; CASTRO, Edna Maria Ramos. (Org.) **Sociedade, floresta e sustentabilidade**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil; NAEA, 2013.

COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997

DAMASCENO, Elena Steinhorst; Barboza, ELIZÂNGELA Maria. O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista

de Tauá-Mirim, São Luís – MA. In: SANT´ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus F.; ALVES, Elio de Jesus P.; PEREIRA, Carla Regina A. (Org). **Ecos dos conflitos socioambientais:** a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 125-152.

DAMASCENO, Elena Steinhorst; SANT´ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Conflitos Ambientais e a Criação da RESEX Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão. In: ALMEIDA; Jalcione; GERHARDT, Cleyton; MAGALHÃES, Sônia Barbosa (Org.). **Rede de Estudos Rurais – Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil:** práticas, políticas, conflitos, interpretações - Dossiê 3. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012. p. 158-173.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.

GUENEAU, Stéphane; DRIGO, Isabel. Interações entre regulação pública e privada: a influência da certificação florestal privada sobre a renovação da ação pública na Amazônia brasileira. In: CARNEIRO, M.S.; AMARAL NETO, M.; LIMA, J.V.R.B.C. (Orgs.). **Sociedade, Floresta e Sustentabilidade**. Belém; Maceió: IEB/EDUFAL, 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. **Siderurgia em foco.** n. 10, mar. 2009. Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/siderurgiaemfoco%5CSiderurgia10.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Proposta de Código da Mineração do relator Leonardo Quintão é um enorme retrocesso**. Blog do PPDS. 13 nov. 2013. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/proposta-de-codigo-da-mineracao-do-relator-leonardo-quintao-e-um-enorme-retrocesso>. Acesso em: 06 jun. 2014.

LEFF, Enrique La insoportable levedad de la globalización: la capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In: **Revista Venezuelana de Economia y Ciencias Sociales**, 2001, vol. 7, n. 1 (ene.-abr.), p. 149-160.

LEITE LOPES, José Sérgio Leite. A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre os dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan.-jun. 2006.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma Chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes; FASE, 1991.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322. Brasília: UNB, 2002

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres***:* conflitos ambientais e linguagens de valoração. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**, n. 76, São Paulo, 2009, p. 11-48.

MEADOWS, Dennis L., MEADOWS, Donella H., RANDERS, Jörgen; BEHRENS, William W. **Limites do crescimento – um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MILANEZ, Bruno; SCOTTO, Gabriela; SANT´ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; BOSSI, Dário; KATO, Karina. Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania Pacheco; LEROY, Jean-Pierre (Org.). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa dos conflitos**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. p. 175-205.

MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categoriais:** construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 187-207

MOREIRA, Edma do Socorro Silva. **Movimento social Amazônico em defesa do território e de modos de vida rurais:** estudo sociológico no Baixo Xingu. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 167-186, jun. 2008b.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 51, nº 3, pp. 751 a 777. 2008a.

PEDRO, Viviane Vazzi. **O Movimento Social pela Criação e defesa da Resex Renascer – Pará:** da estratégia de ação ao plano de manejo. 273 p. 2012. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento sustentável dos trópicos úmidos). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.

SANT´ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus F.; ALVES, Elio de Jesus P.; PEREIRA, Carla Regina A. (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais:** a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; MUNIZ, Lenir Moraes. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de sustentabilidade global. In: **Ecos dos conflitos socioambientais:** a RESEX de Tauá-Mirim. SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). São Luís: EDUFMA, 2009. p. 255-274.

SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes. **Florestania**: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes; GASPAR, Rafael Bezerra. Reserva Extrativista do Taim: conflitos sócio-ambientais e projetos de desenvolvimento. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**: Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. São Luís, MA, 28 a 30 de agosto 2007. UFMA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. p. 1-7

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia oriental. **Vias de Fato**, São Luís - MA, 07 ago. 2013. p. 6 - 7. Disponível em:<http://www.viasdefato.jor.br>.Acesso em: 23.12.2013

SCHITTINI, Gilberto de Menezes. **Políticas públicas, conservação e movimentos Sociais em uma área de expansão de fronteira:** a criação de unidades de conservação no âmbito do Plano Br 163 Sustentável. 2009. 225 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

TARROW, Sidney. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer N. **Movimientos sociales:** perspectivas comparadas. Oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Tradução: Sandra Chaparro. Madrid: ISTMO, 1999. p. 71-99.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Reading M.A., Addison-Wesley. [S.l.: sn.], 1978.

TILLY, Charles. Social Movements and Nacional Politic. In: BRIGHT C.; HARDING, S. (Org.) **Statemaking and social movements:** essays in history and theory. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984. p. 297-317.

TORRES, Maurício. A pedra muiraquitã: o caso do rio Uruará no enfrentamento dos povos da floresta às madeireiras na Amazônia. **Revista de Direito Agrário**. INCRA. Ano 20, n. 20, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Tradução: Elia Ferreira Edel. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 409 p.

TOURAINE, Alain. **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural; [Campinas, SP]: Universidade Estadual de Campinas, 1989. 598p.

VIDAL, Josep Pont; PEDRO, Viviane Vazzi. Movimento Social pela criação e defesa da RESEX Renascer – Pará: da estratégia de ação ao plano de manejo. In: ALMEIDA, Oriana; FIGUEIREDO, Silvio Lima; TRINDADE JR., Saint-Clair (Org.) **Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012. p. 193-207.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CAPÍTULO 5

A NATUREZA DA CONSERVAÇÃO: RESEX, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Bartolomeu Rodrigues Mendonça

Introdução

Para este capítulo, as principais bases que utilizaremos para sustentar nossos argumentos sobre natureza, unidades de conservação, desenvolvimento, sustentabilidade, povos e populações tradicionais e as interações das experiências de RESEX (reservas extrativistas) com a sociedade de mercado e de consumo são as referências teóricas da disciplina Sociedade e Ambiente do PPGCsoc/UFMA e as experiências de pesquisa, no âmbito do GEDMMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente), com as comunidades demandantes da RESEX de Tauá-Mirim (2004 a 2014) e do trabalho de dissertação realizado na área requerida para criação da RESEX da Baía do Tubarão (2007 a 2009).

As distintas maneiras de representar e utilizar os diversos ecossistemas, bem como as disputas travadas entre os grupos humanos que os compõem, têm sido, correntemente, analisadas como constituindo a relação sociedade – natureza. Nessa tensão sociedade – natureza, abrem-se infinitas formas de como os grupos humanos pensam, classificam, ordenam, utilizam, conservam, preservam seus sistemas ecológicos.

Partindo-se dessa constatação, sugerimos, neste capítulo, o debate que articula as noções diversas que os distintos grupos humanos têm de natureza e como eles a manejam, dentro de um quadro diverso de possibilidades de usos dos ecossistemas. Analisamos as tensões existentes entre o modelo hegemônico de desenvolvimento das forças produtivas

que utilizam insumos com grande potencial de consumo de matéria e energia e as experiências dos chamados grupos tradicionais que, em razão do seu modo e meios de vida, são considerados como possuidores de modos alternativos de uso da natureza com baixo poder predatório e, por conseguinte, de esgotamento dos recursos.

Considerando que as práticas institucionais de conservação da natureza, no caso em análise as preceituadas pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades Conservação), compõem a mesma gramática de desenvolvimento das forças produtivas dos mercados, com apoio das tecnologias ditas limpas e modernas; sugerimos que as Unidades de Conservação, mesmo aquelas que supostamente incluem as práticas e saberes dos povos tradicionais, estão articuladas com um sistema envolvente e hegemônico de ordenamento dos sistemas ecológicos que preceitua o que, por que, como e por quem devem ser utilizados, e, não, como naturalmente ecossistemas que "merecem" ser preservados, vez que preservar, também, constitui-se um modo de utilização.

1. A natureza da conservação

Nas sociedades ditas modernas, as lutas socioculturais têm-se consolidado nos diversos campos de disputas material e simbólica, quando, por exemplo, assume-se a inevitabilidade da chamada globalização, dos mercados mundiais e de *commodities*, do uso de conceitos e técnicas elaborados ou apropriados pelos centros acadêmicos e, correntemente, legitimados por instrumentos normativos e pelo uso, por parte de instituições públicas e privadas, de forma acrítica, isso privilegia uma única concepção que poderíamos chamar de *dominante* (BOURDIEU; PASSERON, 1992; BOURDIEU, 2002). Mesmo na academia, quando se difunde que o conhecimento racionalmente aceito e verdadeiro como sendo aquele calcado nas referências matemáticas e estatísticas, considerando uma amostra significativa capaz de identificar as regularidades da natureza ou mesmo dos sistemas sociais, também se opera com uma concepção dominante de ciência e conhecimento racional, embora se saiba da existência de inúmeras outras formas de pensar e compreender as realidades objetivas (ESCOBAR, 2005; LANDER, 2005; LEFF, 2007).

Tais considerações são necessárias para iniciar uma argumentação que se refere às formas e maneiras de pensar, ordenar, preservar e utilizar os ambientes ocupados por diferentes grupos sociais humanos. Nessa direção, Leff (2007, p. 23) nos auxilia ao afirmar que: "as práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio".

Em uma análise mais focada, dos modos de perceber, se relacionar e usar a natureza, Alier (2007, p. 22-39) toma as disputas entre o movimento ambientalista e os antiecologistas como referência e sugere a existência de três correntes ambientalistas distintas, de formas de nomear e classificar, ordenar a natureza, que seriam "o culto ao silvestre", "o evangelho da ecoeficiência", e o "ecologismo dos pobres" e "justiça ambiental", as quais são depreciadas, desqualificadas e ignoradas pelos antiecologistas.

Uma abordagem que se insere neste debate tem sido as concepções de natureza, as ações de conservação do ambiente e suas formas ditas legítimas de apropriação e utilização, sejam nos espaços urbanos ou não, embora se tenha enfocado mais a proteção de sítios menos modificados pela ação de grupos humanos, o que para muitos correspondem à "verdadeira natureza", àquela que se mostra com toda exuberância selvagem, livre da mão destruidora do homem genérico[1] (DIEGUES, 1996; PORTO-GONÇALVES, 2005).

As ideias e as práticas de uso e de conservação da natureza estão, geralmente, vinculadas às bases conceituais e simbólicas que cada grupo social humano faz da própria ideia de natureza (LEFF, 2007; ALMEIDA, 2004). Nessa direção, entre outras possibilidades, pode-se conservar para: resguardar um "lugar" sagrado, mítico; garantir o consumo de beleza estética, patrimônio de um povo; reservar valor; garantir equilíbrio ecológico, ambiental. Ações de proteção da natureza que vão da "gestão paisagística" à "gestão ambiental e ecológica" (BRITO, 2003).

---

1. "Homem genérico" seria a concepção que se pode conceituar os grupos humanos indistintamente, sem levar em conta suas culturas, seus modos e meios de vida, suas expectativas como grupos distintos que são e com experiências e necessidades próprias, fazendo uma homogeneização da ideia de homem e, por conseguinte, daquilo que pensam, sentem, fazem.

Como já mencionado, antes de se efetivar qualquer ação de conservação, foi travada uma batalha que envolve diversos grupos e agentes sociais que irão disputar a definição e a efetivação do que e porque proteger, de quem e para quem proteger; como também do que e porque utilizar, consumir. Essas lutas ocorrem tanto no seio das mais distantes[2] comunidades de pescadores, pequenos agricultores, extrativistas, caiçaras, quebradeiras de coco, como nas complexas sociedades urbanas e, no seio de cada uma delas, podem-se verificar diversas formas de organização dos grupos sociais humanos, disputando realidades espaciais e simbólicas em torno dos sistemas ecológicos, que operam ao mesmo tempo com a utilização e conservação da natureza.

Fruto das pelejas entre instituições públicas, governamentais, privadas e os movimentos ambientalistas, surgiram diversos conceitos e procedimentos legais e instituições públicas e governamentais – como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – que se propõem a minimizar os conflitos socioambientais e garantir a conservação ambiental e, em alguns casos, os direitos dos povos e populações chamadas de tradicionais, por meio da criação de normas e leis específicas ou de suas efetivações.

Como resultado da normalização e legalização das ações de proteção e conservação da natureza, têm-se a institucionalização dos setores públicos responsáveis pela implementação dos expedientes legais e a consolidação da própria estrutura que irá regulamentar, ordenar, liberar ou restringir o uso de recursos e insumos naturais; institucionalizando-se, assim, um mosaico de territórios e práticas vinculadas, com supostas características ou vocações que irão servir, quase que naturalmente e cada vez mais definidos pelas chamadas tecnologias ecológicas, para classificar quais deverão servir à utilização moderada à intensiva, como também à preservação, conservação integral ou parcial, nos dois casos, de matéria e energia dos seus ecossistemas.

2. Distância aqui tomando como referência o lugar físico ou simbólico do centro do poder, geralmente o núcleo urbano, mais próximo ou o centro mais legitimamente capacitado no assunto.

2. Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas

A ideia de conservação da natureza parte da concepção de que os sistemas ecológicos, os ambientes são organizados e classificados a partir de uma racionalidade instrumental de uso feito pelos homens (LEFF, 2007; ACSELRAD, 2004); sobretudo com o advento da chamada "questão ambiental" (HANNIGAN, 2009; ALMEIDA, 2004; LEFF, 2001), compreendida, grosso modo, como os resultados colaterais sofridos pelos ambientes das atividades de produção de larga escala industrial para os diversos mercados, dos chamados países industrializados ou desenvolvidos.

Segundo Hannigan (2009, p. 15), foi na década de 1970 que se evidenciaram mais amplamente os resultados de ações de degradação ao ambiente em todo o mundo, evidenciando-se a questão ambiental. O "'Dia da Terra 1970' [...] o 'Dia 1' do ambientalismo, uma interpretação que foi amplamente aceita pela mídia de massa americana, permitindo dessa forma o imediato reconhecimento da causa ambiental por toda a parte".

É nessa década que os resultados dos desastres ambientais passam a ser mais fortemente sentidos pelos grupos humanos em vários lugares do mundo, é quando também passa a favorecer o acúmulo de estudos acadêmicos sobre as questões ambientais, principalmente, pela "queda do determinismo geográfico e biológico" e a superação dos "sociólogos como 'propagandistas' do desenvolvimento e progresso" (HANNIGAN, 2009, p. 15-20).

Esse cenário de avanço do movimento ambientalista, de evidências dos desastres ambientais, do acúmulo acadêmico probatório de contaminações por agroquímicos, desmatamentos, vazamentos radioativos, chuvas ácidas, é favorável para o surgimento de experiências também sistematizadas de proteção da natureza. Ou seja, em face dos desastres ecológicos, era necessário tomar ações de preservação de alguma parte da natureza, portanto a própria ação de preservação já compõe a lógica de uso da natureza, os nichos de reservas ambientais fazem parte da mesma lógica de produção e reprodução das sociedades modernas industrializadas.

Analisando elementos que foram potenciais geradores da chamada crise ou questão ambiental, Sant'ana Júnior e Muniz (2009, p. 255), discorrem sobre

> uma profunda crise ambiental, marcada pela percepção dos efeitos nefastos causados pela disseminação da revolução industrial e, consequentemente, pela difusão de práticas relacionadas à indústria e seus produtos como, por exemplo, as profundas transformações na agricultura, denominadas de Revolução Verde. Estes efeitos são provocados, principalmente, pela demanda intensiva e crescente por matéria prima e territórios e pelas chamadas "externalidades" dos processos produtivos que podem ser traduzidas por poluição das águas, do ar e da terra, efeito estufa e consequentes alterações climáticas, buraco na camada de ozônio, problemas de saúde, destruição de florestas, comprometimento da biodiversidade, etc.

Embora internacionalmente, vários organismos governamentais e da sociedade civil tenham realizado conferências, seminários, painéis para debater e sugerir diretrizes para resolver os impasses ambientais modernos das ditas crises, não é nosso interesse neste capítulo; portanto, não faremos menção a estas ações.

De modo prático, e atendendo a uma gramática legislativa, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN apud BRITO, 2003, p. 19), define o que seria Unidade de Conservação como: "[...] uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejados através de meios jurídicos e outros eficazes".

Procurando sintonizar-se com os preceitos internacionais de preservação ambiental, o Estado Brasileiro, de forma descontínua e com quase nenhum planejamento, historicamente, tem efetivado ações pontuais de conservação ambiental. Somente a partir dos anos 1970 que, em sintonia com a emergência de recomendações internacionais e fortes pressões dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, este mesmo Estado procurou sistematizar e planejar uma política de intervenção na conservação dos biomas nacionais (BRITO, 2003).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, surge, em grande medida, para atender às demandas de planejamento, sistematização e, sem dú-

vida, como resultado de inúmeras disputas entre ambientalistas, cientistas, empresários, fazendeiros, agentes governamentais, lavradores, extrativistas, camponeses.

O SNUC fornece, também, um conceito de Unidades de Conservação; sua definição é dada pelo art. 2º dessa lei, abaixo transcrito:

> I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 7).

É também na Lei nº 9.985/2000 que se encontram a tipologia oficial de Unidades de Conservação3 (art. 7º do SNUC), quais sejam: Unidades de Proteção Integral, composta por: "Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre" e Unidades de Uso Sustentável, na qual se incluem: "Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural" (BRASIL, 2000, p. 13-16).

As Unidades de Conservação criadas até a edição do SNUC resultaram de pressões dos movimentos sociais, de ambientalistas e de decisões políticas isoladas e não havia instrumentos legais que contemplassem sua articulação. Foi o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei 9.985/2000), segundo Santilli (2006) e Brito (2003), que buscou integrar e articular as Unidades de Conservação já criadas e garantir a efetiva participação.

---

3. Nas "Unidades de Proteção Integral não é permitido o compartilhamento de seus espaços com atividades outras que não aquelas especificamente integradas ao objetivo da própria unidade, ou seja, como o objetivo primordial é o de preservar a natureza, admite-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, salvo exceções previstas na própria lei. Nas Unidades de Uso Sustentável, os recursos podem ser utilizados diretamente, desde que de maneira sustentável, uma vez que o objetivo dessa unidade é a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais" (MIRANDA, 2007).

Embora se possa falar em pressão dos movimentos socais na criação de leis e normas ambientais, no cenário da institucionalização, "o Estado assume a tarefa de juntar provas sobre as condições da natureza e os efeitos da ação do homem, de editar normas e leis para dirigir o comportamento impondo obediência às novas regras" (SACHS, 2000, p. 126).

Seguindo mais ou menos esta mesma linha de raciocínio, Acselrad (2004, p. 23) afirma que:

> Ante os indicadores do que um pensamento dominante considera o núcleo do problema ambiental – o desperdício de matéria e energia –, empresas e governos tendem a propugnar as ações da chamada "modernização ecológica", destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e a ativar mercados. Tratam assim de agir basicamente no âmbito da lógica econômica, atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, "economizando" o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas.

A institucionalização da conservação, portanto, pressupõe o controle territorial a partir de disputas de saberes, poderes econômicos, políticos, governamentais e culturais. É o que vem ocorrendo no processo de definição de unidades de conservação, notadamente com a efetivação das RESEX, que têm sido fruto de lutas de grupos sociais que demandam garantia de uso dos respectivos ecossistemas dos territórios ocupados tradicionalmente.

A própria classificação normativa de "Unidades de Proteção Integral" e "Unidades de Uso Sustentável" faz menção às formas de usos dos ecossistemas – visitação, pesquisa ou extrativismo –, ou seja, a proteção ambiental prevê um uso racionalizado a fim de integrá-los ao sistema de produção da sociedade envolvente industrial capitalista. Em última análise, as Unidades de Conservação prestam um serviço ambiental ao modo de produção predatório voltado aos mercados.

3. Reserva Extrativista (RESEX): garantia de território às populações tradicionais!?

As Reservas Extrativistas (RESEX) são modalidades de Unidades de Conservação previstas no SNUC que permitem a presença humana

em suas áreas, mas, pela própria legislação, é requisito fundamental que os grupos ocupantes mantenham atividades de baixo comprometimento do ambiente, ou seja, um modo de vida e meios de produção diferentes dos que fazem parte das sociedades urbanas, industriais e capitalistas, de consumo intensivo de artefatos com grande necessidade de uso de matéria e energia. Senão, vejamos, para o SNUC (BRASIL, 2000, p. 17), RESEX é

> [...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A forma como foram concebidas as primeiras Reservas Extrativistas no País, a partir das lutas de seringueiros para manter a floresta de pé, faz com que sejam compreendidas como meios de garantir o território das populações tradicionais (SANT'ANA JÚNIOR, 2004). Elas, então, deveriam ser uma forma de se contrapor ao fato de que a dinâmica produtiva da natureza é demasiadamente lenta para os fins da produtividade comercial e de mercado, de tal sorte que os processos produtivos das populações tradicionais que as ocupam e manejam sejam mantidos nos limites da renovação da natureza (DIEGUES, 2002).

Ocorre que, de modo corrente, a concepção e a criação de RESEX têm sido pautadas no entendimento de que estas deverão criar condições de disputar mercados e adquirir sua autonomia econômica no mercado local, nacional ou internacional. Então, surge o questionamento: como manter os estoques naturais estáveis produzindo para competir nos mercados urbanos (que demandam bens e serviços acima das capacidades ambientais) onde se concorre com produtos industrializados, de uso intensivo dos ecossistemas?

O modelo de RESEX, ao propor privilegiar o modo de vida tradicional, deve, do mesmo modo, buscar mecanismos que valorizem e reconheçam social, moral, estética e coletivamente maneiras de ser e modos de fazer díspares daqueles da civilização ocidental moderna, urbana, construída ao longo de séculos sob o signo da mercadoria e do consu-

mismo, sob pena de incorrer em fracasso (DIEGUES, 1996; ESCOBAR, 1996). E, conforme compreendeu Esteva (2000, p. 77), "para as pessoas ditas marginalizadas, desligar-se da lógica econômica do mercado ou do plano tornou-se uma condição primordial para sua sobrevivência". E acrescentaríamos, ainda, que se tornou uma condição primordial para garantir a reprodução social e cultural dos grupos nestas situações.

Disso decorre que não deve ser objetivo precípuo incorporar as experiências de RESEX às lógicas de mercado, mas, ao contrário, deve-se buscar o entendimento de que outras formas de se relacionar com a natureza são possíveis, levando homens e mulheres a seguir outro paradigma de produção, organização social e moral, com outras perspectivas de consumo e de necessidades. A proposição e efetivação de RESEX, portanto, são incompatíveis com as bases sociais sustentadas no lucro e na mensurabilidade pautada em incremento de renda monetarizada, conforme grande parte dos seus idealizadores e implantadores tem advogado.

Nesta direção, podemos utilizar os argumentos de Shiva (2000, p. 310), ao mostrar o quanto as "economias tradicionais" têm condições de responder às demandas dos grupos sociais que experimentam alternativas fora da economia de mercado:

> As economias tradicionais, cuja subsistência depende de uma ecologia estável, compartilham com as economias industriais desenvolvidas e afluentes a capacidade de utilizar a natureza para satisfazer suas necessidades vitais básicas de comida, vestuário e abrigo. No entanto, o primeiro tipo de sociedade difere do segundo em duas áreas fundamentais. Em primeiro lugar, nas sociedades industriais, as mesmas necessidades são satisfeitas através de cadeias tecnológicas muito mais extensas, que exigem um gasto bem maior de energia e de recursos naturais e também uma maior produção de lixo e de poluição, e que, além disso, impedem que um grande número de pessoas de baixo poder aquisitivo tenham acesso aos meios de subsistência. Em segundo lugar, a afluência e a superprodução estimulam a criação de necessidades novas e totalmente artificiais, incentivando um consumismo que, por sua vez, exige uma exploração ainda maior dos recursos naturais.

A dessacralização da natureza, a ruptura da relação homem-natureza, fez com que se deixasse de incorporar culturalmente aspectos de conservação e preservação presentes nos grupos sociais e se passasse a fazer a conservação/preservação de modo planejado, institucionalizado, com base na razão instrumental científica, como única capaz de resolver as demandas nefastas da degradação ambiental dos tempos de superproduções industriais. Seria como afirma Acselrad (2004, p. 23), ao se referir às concepções de autores da modernização ecológica, para os quais "a questão ambiental poderia ser apropriadamente internalizada pelas próprias instâncias do capital, de modo a absorver e neutralizar as virtualidades transformadoras do ecologismo".

Essa, por assim dizer, especialização do manejo ecológico tem apartado a conservação/preservação da natureza dos outros aspectos da organização social ou dos sistemas produtivos, o que tem feito, em muitos casos, com que proposições de conservação sejam assimiladas por certos segmentos sociais como sendo exógenas, distantes da realidade social mais imediata. Isto tem criado um descompasso entre as noções e ações oficiais de preservação e aquelas gestadas nas relações objetivas dos grupos que manejam diretamente os recursos naturais, notadamente as chamadas populações tradicionais com suas experiências de organização em torno das RESEX.

4. A "natureza" da sustentabilidade: povos e populações tradicionais e experiências de RESEX

No cenário mundial, a ampliação do alcance do discurso de desenvolvimento sustentável, que passa a dar visibilidade às ações de sustentabilidade de grupos, empresas, governos se deu a partir de conferências organizadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), conforme sintetiza Leff (2001, p. 150),

> El discurso del desarrollo sustentable fue legitimado, oficializado e difundido ampliamente a raiz de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo, celebrada em Rio de Janeiro em 1992. Sin embargo, la conciencia ambiental comenzó a expandirse desde los años 60,

> a partir de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo em 1972.

É nesse cenário de crise diagnosticada pelos encontros internacionais que ao desenvolvimento de então se incorpora a sustentabilidade e, também, passa a admitir a cogestão dos territórios com grupos até então excluídos dos processos políticos, técnicos e empresariais e com governos, que antes eram compreendidos como empecilho da ampliação dos mercados; passa-se admitir as regionalizações, ou seja, os custos ambientais e sociais das experiências de desenvolvimentos, até então, passam a ser responsabilidades da sociedade e não daqueles que geraram a dita crise ambiental e social. Nessa direção, Leff (2001, p. 151), afirma que:

> Em la percepción de esta crisis ambiental se configurán las estratégias del ecodesarrollo, postulando la necessidad de fundar nuevos modos de produción y estilos de vida em las condiciones y potencialidades ecológicas de cada región, así como em la diversidad étnica y la autoconfianza de las poblaciones para la gestión participativa de los recursos. El ecodesarrollo emerge en un momento em que las teorias de la dependencia, del intercambio desigual y de la acumulación interna de capital orienta la planificación del desarrollo.

Ademais, podemos ainda inferir, pelas constatações de Leff (2001), que a opção dos órgãos multilaterais, mercados, governos pelo chamado desenvolvimento sustentável pauta-se na incapacidade do próprio mercado em dissuadir as crises que emergiam, o que fez com que os setores marginais das sociedades e as próprias sociedades marginais (em relação ao capital) fossem recrutados a coparticiparem da gestão da crise, travestida de participação em um novo modelo de desenvolvimento, o agora dito sustentável.

O próprio conceito de RESEX trabalha com a noção de povos ou populações tradicionais. E os "*tradicionais*", que aparecem no conceito jurídico de RESEX, seriam, em uma possibilidade interpretativa, grupos que, por quaisquer motivos, mantiveram seus modos de vida e sistemas produtivos com baixo potencial de consumo de matéria e energia e, por conseguinte, pouca geração de lixo e rejeitos e mínima potencialidade

de impacto aos sistemas naturais que ocupam histórica e culturalmente, perfil muito requerido nos tempos das crises e das proposições de desenvolvimento sustentável.

A constatação científica, política e empresarial da chamada crise ambiental, notadamente a partir da década de 1970, levou governos, instituições civis não governamentais e mercados, pressionados pelos grupos atingidos pelas catástrofes ambientais, a buscarem soluções intermediárias entre a manutenção da produção capitalista de bens e o equilíbrio dos sistemas ecológicos. Nessa direção, a inspiração nas experiências dos povos tradicionais que, em tese, vivem em harmonia com a natureza foi uma via muito utilizada pelos estudiosos, principalmente pelos chamados etnocientistas, que os identificam, na maioria dos casos, como grupos que vivem com sustentabilidade.

Nesse sentido, de maneira corrente, a sustentabilidade estaria diretamente vinculada à capacidade dos grupos garantirem suas necessidades sem ultrapassar os limites de regeneração dos sistemas ecológicos que utilizam direta ou indiretamente, no caso grupos e povos tradicionais; porque as grandes corporações que fazem uso intensivo de matéria e energia, insumos nos seus processos produtivos, embora esgotem os recursos (que pode ser o solo, minerais, águas, florestas) utilizados na produção de mercadorias ainda assim utilizam-se da retórica da sustentabilidade.

Outro elemento que não se pode deixar de lado da análise é que existiria uma "lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais (ACSELRAD, 2004, p. 23)", o que poderia falsear os verdadeiros responsáveis pela produção desses danos, podendo levar a classificar os grupos vítimas dos danos como causadores deles e, consequentemente, de práticas insustentáveis.

Todo esse debate, como veremos, não é tão simples assim, o vocábulo *sustentabilidade*, na verdade, encerra uma polifonia que, em muitos casos, tem dificultado o entendimento e a efetivação do processo de comunicação que objetiva fazer com que os indivíduos que falam, expressam, escutam, lêem, executam, compartilhem de uma mesma interpretação e significado sobre o termo em questão.

Na prática, o próprio conceito de sustentabilidade não se sustenta, senão a partir de adjetivos que o situam no discurso, seja ele técnico, institucional ou acadêmico. A maior parte da literatura que se propõe

a sugerir técnicas e metodologias para objetivar o uso do termo em situações concretas guarda, pouco ou muito, noções que são pelejadas tanto no campo discursivo quanto no operacional (SANT'ANA JÚNIOR; MUNIZ, 2009).

Scotto, Carvalho e Guimarães (2007, p. 8) afirmam que "[...] a noção de desenvolvimento sustentável e a própria ideia de sustentabilidade são, mais do que conceitos homogêneos e bem delimitados, campos de disputa sobre diferentes concepções de sociedade". A problematização de abordagens e utilizações do termo sustentabilidade, juntamente com o *desenvolvimento*, pode servir para uma melhor compreensão do que se referem os autores em questão, já que praticamente todos os documentos, trabalhos acadêmicos, relatórios, projetos que se pautam pelo suposto princípio da sustentabilidade trazem junto o termo desenvolvimento, criando o clássico, e quase incontestável, binômio: *desenvolvimento sustentável*. Daí infere-se que a difusão da noção de sustentabilidade teve, desde a sua gênese, o firme propósito de ressignificar as ações de desenvolvimento que sofreram sérios questionamentos a partir da década de 1960 (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007).

Segundo Horlings e Marsden (2011, p. 144), "desde a apresentação de *Nosso Futuro em Comum* [...], 'desenvolvimento sustentável' tornou-se um conceito chave em políticas relacionadas ao meio ambiente", portanto necessário nas justificativas dos processos produtivos correntes.

A noção de sustentabilidade e suas variações, bem como a adição de termos adjetivos ao seu sentido, como sendo um *locus* de disputas por significados, dialogando criticamente com concepções que advogam a possibilidade de uma suposta prática objetiva e capaz de conduzir a um modo de vida que considere aspectos ecológicos, sociais, culturais, econômicos podem ser percebidas nos trabalhos de Acselrad (2004, 2006), (2005), Sant'ana Júnior e Muniz (2009) e Leff (2002).

Outros estudiosos, entretanto, preferem classificar os aspectos da sustentabilidade como se existissem na realidade objetiva e fizessem parte de um sistema interpretativo homogêneo. Bidone e Morales (2004, p. 34), por exemplo, listam uma série de dimensões da sustentabilidade: "ambiental, ecológica, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional, espacial, tecnológica, legal", conceituando cada uma e demonstrando enorme esforço para compatibilizar aspectos que

historicamente apareceram como espaços de disputas e conflitos, como o crescimento econômico e a equidade social; o aumento de produtividade de uma empresa e a preservação das suas fontes fornecedoras de insumos naturais e áreas de descarte de lixos e rejeitos gerados nos seus processos produtivos.

Autores como Horlings e Marsden (2011, p. 145), embora aparentemente adeptos da modernização ecológica, apresentam e fazem críticas aos paradigmas de sustentabilidade que buscam equacionar o desenvolvimento econômico com práticas sustentáveis:

> De que modo o desenvolvimento sustentável se manifestará nos lugares, não está claro. Não há um caminho único para a sustentabilidade. Na busca por novos modelos de desenvolvimento, diferentes paradigmas podem ser identificados: o paradigma da bioeconomia e o paradigma da ecoeconomia, por exemplo, cada qual sustentando modelos alternativos para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Ambos os paradigmas têm seus próprios argumentos para a sustentabilidade.

Tecnicamente, aparecem várias propostas, como a de "internalizar as externalidades", incorporando os passivos ambientais e sociais nas estruturas empresariais, mas que, na prática, têm sido utilizadas apenas como retórica de uma suposta "responsabilidade social e ambiental", ficando os passivos sociais e ambientais diluídos entre os grupos tradicionais ou com as chamadas minorias das periferias urbanas, no máximo nos mercados consumidores do tecido social (ACSELRAD, 2004, p. 24-27; BULLARD, 2004). Desta discussão podem emergir algumas questões, mas uma impõe-se como fundamental nesta análise: existe uma noção de sustentabilidade unificadora, isenta, objetiva, capaz de levar os diversos agentes e instituições sociais, com seus interesses, às vezes, antagônicos, a compartilharem um mesmo sistema simbólico, compreensivo e objetivo?

Não se trata, entretanto, de uma confusão apenas em função do significado direto do termo sustentabilidade. Por exemplo, se ela é ou não entendida como processo perene, forte, capaz de se manter com as mesmas características, ou se metamorfosear para garantir as condições de manutenção daquilo que se quer dar continuidade, seja social,

econômica, ecológica, política, cultural. Mas o que se põe para análise e debate são, exatamente, quais os alvos da sustentabilidade, que metodologias são empregadas, quais são os agentes sociais legitimados para demandar, direcionar e operacionalizar ações de sustentabilidade, portanto não importa se há acordo sobre o conceito, embora isso seja desejável, mais importa, sim, como essa prática motivada pela cognição tem sido efetivamente veiculada, utilizada e processada no cenário de lutas por prestígio, reconhecimento e legitimação social, econômica, política, acadêmica, institucional, estatal.

Scotto, Carvalho e Guimarães recuperando o relatório do "Fórum de ONGs", realizado em 1997, transcrevem que:

> Quando muito se faz uso da noção de sustentabilidade para introduzir o que equivale a uma restrição ambiental no processo de acumulação capitalista, sem enfrentar, contudo, os processos institucionais e políticos que regulam a propriedade, controle e o uso dos recursos (FÓRUM BRASILEIRO apud SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 49-50).

O que têm demonstrado a literatura consultada e as informações oficiais é que os pleitos, as concorrências pelo controle de espaços, de territórios, insumos e reservas naturais, têm aumentado e os conflitos se acirrado, em alguns casos, o que pode ser indício de que a tal noção unificadora de sustentabilidade inexiste (ACSELRAD, 2004; LOPES, 2004).

Partindo desta constatação, ao utilizar o termo sustentabilidade e suas variações, neste trabalho, assumiremos toda a sua polissemia, contradição e disputas de significados adotados pelos agentes envolvidos, inclusive intelectuais, pesquisadores e autores que analisam a matéria.

Com esta opção conceitual, estaremos apenas em coerência com a compreensão que advogamos sobre o termo em questão: polissêmico, contingente, ambíguo. Ao contrário, quando, no campo acadêmico, é utilizada uma suposta definição de sustentabilidade – nas bases da dita objetividade científica – criam-se, ou melhor, falseiam-se realidades empíricas complexas, tendo em vista que se parte de um recorte extremo das convencionadas dimensões da sustentabilidade que nos processos sociais encontram-se interrelacionadas.

Mensurar separadamente cada uma das dimensões de sustentabilidade e depois classificar se uma atividade, uma empresa, um pequeno povoado, uma cidade é mais ou menos sustentável neste ou naquele aspecto, conforme sugerem alguns estudiosos (BIDONE; MORALES, 2004), pode mascarar resultados ou mesmo dissimular conceitos subsumidos nas técnicas e procedimentos metodológicos ou estatísticos. Como exemplo, podemos citar as conclusões de Soares (2007, p. 67), que, embora, admita certa expressividade da sustentabilidade ambiental, afirma que os sistemas agroecológicos do Caçó[4] não se sustentam socioeconomicamente, ao inferir que "[...] a sustentabilidade ambiental é mais expressiva do que a socioeconômica, pois os sistemas não geram renda e não promovem a melhoria na qualidade de vida das pessoas, não sendo, portanto, socialmente adequados".

Sendo assim, esta assertiva pode levar a compreender que qualquer sistema de produção e de organização social que escape às noções de acumulação de bens materiais e efetivação de renda seria "socialmente inadequado"; e mais, os ditos grupos tradicionais jamais chegariam a práticas sustentáveis, uma vez que, não ultrapassando os limites dos seus sistemas ecológicos, satisfazem à base ambiental do conceito; entretanto, como não produzem renda monetarizada, são, por assim dizer, economicamente insustentáveis; seria o caso das experiências de RESEX, que só podem ser classificadas como sustentáveis se tiverem a capacidade de inserção na lógica dos mercados e auferir renda aos seus moradores.

Inserindo-se no debate, Little (2002, p. 18), dando relevo às características sustentáveis dos modos e meios de vida de grupos tradicionais, enfatiza a relevância da relação mantida entre esses grupos com o movimento ambientalista e com setores governamentais:

> Paralelamente, a consagração do conceito de desenvolvimento sustentável como elemento de um suposto novo paradigma de desenvolvimento criou possibilidades para novas alianças (Ribeiro 1992; Little 1995). Na busca por uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável, os povos tradicionais foram considerados pelos ambientalistas como parceiros com muitas afinidades, devido a suas práticas his-

4. Lagoa do Caçó, ou região lacustre do Caçó, fica localizada no Município de Primeira Cruz / MA e foi o campo empírico utilizado pela pesquisadora.

> tóricas de adaptação. Ou seja, a dimensão ambientalista dos territórios sociais se expressa na sustentabilidade ecológica da ocupação por parte desses povos durante longos períodos de tempo, baseada nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas. A profundidade histórica dessa sustentabilidade é complementada por sua abrangência geográfica, encontrável nos mais diversos ecossistemas do país. Essa sustentabilidade foi um elemento chave no estabelecimento de novas parcerias entre alguns desses grupos sociais e setores do movimento ambientalista, e conduziu à implementação de formas de co-gestão de território, onde o governo – principalmente seus órgãos ambientais – e um grupo social determinado entram em parceria na proteção e uso de uma área geográfica específica (LITTLE, 2001, p. 154-86).

Almeida e Cunha (2001) mostram como vários grupos de pescadores, lavradores, seringueiros, indígenas, quilombolas passaram a reivindicar a condição de tradicionais como estratégia de garantia legal de permanência e defesa dos seus territórios – ocupados ancestralmente – e manutenção das suas práticas produtivas, culturais, sociais; podendo, também, em outras situações, servir de meios para negociar nas economias de mercado às quais estão cada vez mais interligados. E tratando da relação entre os modos de vida dos grupos tradicionais com os demais segmentos da sociedade, sobretudo dos mercados, afirmam: "Se os serviços ambientais forem pagos diretamente nas Reservas, isso inverte o que é figura e o que é fundo: o que era um subproduto, uma consequência não planejada de um modo de vida, tornar-se-ia o próprio produto". Ou seja, na economia de mercado, o próprio modo de vida com baixo custo ambiental passaria a ser produto/mercadoria. Seria a saída para a sustentabilidade econômica dos grupos tradicionais das RESEX?

Nesta mesma direção, os autores descrevem como os chamados povos tradicionais se movimentam, se inserem e negociam na lógica vigente:

> A conservação foi inicialmente uma arma política em uma luta pela liberdade e por direitos fundiários. Hoje, os recursos para a conservação estão sendo utilizados para comprar motores de canoas, barcos, escolas, instalações de saúde. A con-

> servação está se tornando parte de projetos locais e sua importância está crescendo (ALMEIDA; CUNHA, 2001, p. 192).

Embora se constate que os chamados povos e populações tradicionais assimilaram e aderiram à lógica hegemônica de mercado, em diversos casos, estes grupos se organizam ainda para garantir o direito básico de permanecer em seus territórios ancestralmente construídos, significados e manejados; numa perspectiva, ainda que não consciente, distinta da proposição de acumulação material desenfreada dos mercados. Entretanto, em todo caso, observa-se uma nítida continuidade do modelo ou paradigma sustentado na racionalidade instrumental e na economia de mercado, sem forças significativas de imprimir alternativas para a sociedade do consumismo. Disto, os autores terminam dizendo que

> [...] a categoria de "populações tradicionais" é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais (ALMEIDA; CUNHA, 2001, p. 192).

É legítimo que os grupos tradicionais recrutados pelo desenvolvimento sustentável negociem e que façam concessões para alcançarem direitos e acessos aos bens materiais da sociedade de consumo, mas, com isto, não se está construindo novos paradigmas que se contraponham aos modos de vida que utilizam demasiadamente matérias e energias dos sistemas ecológicos, apenas passam a ter uma mercadoria, como qualquer outra trocável no mercado: o comportamento ambientalmente aceito, supostamente próprio dos chamados grupos tradicionais. Contudo, é evidente que não se pode requerer que apenas estes grupos se resignem e saiam do circuito de consumo mundialmente articulado pelas sociedades industriais e de economias de mercado.

Nessa direção, duas experiências de reivindicação de reconhecimento do território tradicionalmente ocupado por grupos de extrativistas marinhos podem nos servir de pistas empíricas já sistematizada, ambas no Estado do Maranhão. A primeira é a luta de mais de uma década dos grupos organizados de quatorze povoados na Ilha do Maranhão que reivindicam a criação da RESEX de Tauá Mirim, no município de São

Luís, capital do Estado do Maranhão, em uma área tensionada, desde a década de 1970, pelas populações extrativistas, que vivem nos povoados há pelo menos uma centena de anos, com empresários e governo estadual (SANT'ANA JÚNIOR et al, 2009).

O outro registro empírico sobre a inserção de populações tradicionais no cenário de disputa pela manutenção dos seus territórios ancestralmente ocupados foi realizado por Mendonça (2008), ao estudar a organização social e as supostas formas de sustentabilidade das populações extrativistas marinhas dos municípios de Icatu, Humberto de Campos e Primeira Cruz, que reivindicam a criação, também, de uma RESEX-Marinha na Baía do Tubarão, que abrange esses três municípios maranhenses.

Em ambos os casos, guardadas suas particularidades, as populações tradicionais reivindicam o direito de permanecer nos seus territórios, atualmente pressionados por especuladores estatais ou privados regionais, nacionais e internacionais, reproduzirem-se biológica, social, cultural e economicamente; para tanto, acionam o discurso palatável aos mercados e governos de serem capazes de conviver de modo harmônico com seus ecossistemas, contrapartida que podem dar ao modelo de desenvolvimento, que carece, para se legitimar, de grupos com modos e meios de vida que preservem "ilhas de natureza".

Mesmo assim, legitimadas no paradigma do desenvolvimento ou do desenvolvimento sustentável, tanto pelos estatutos normativos vigentes que preveem a institucionalização das RESEX, pelos laudos probatórios de viabilidade, quanto, também, pelas suas probas ações de conservação dos ecossistemas; as tensões entre essas populações tradicionais e as elites econômicas, empresariais e políticas que se apropriaram das suas áreas têm sido empecilho para a efetivação dos seus direitos territoriais tradicionalmente conquistados.

Referências

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e liguagem de valoração. Trad. Maurício WALDMAN. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília: Edições Ibama, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. Os fatores étnicos como delineadores de novos procedimentos técnicos de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. p. 169-182.

ALMEIDA, M. W. B. de e Cunha, M. C. Da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Capobianco, João Paulo Ribeiro, *et.al*. (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, p. 92-107, 2001.

BIDONE, Edison Dausacker; MORALES, Paulo Roberto Dias. **Desenvolvimento sustentável e engenharia**: enfoque operacional, Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2004.

BOURDIEU. Pierre. **O poder simbólico**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU. Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 23 jul. 2007.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. 2. ed. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2003.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. p. 41-68.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Barcelona, Grupo Editorial Norma, 1996.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgard (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 59-83.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, 9. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Tradução de Annahid Burnet. - Petrópolis: Vozes, 2009.

HORLINGS, Iná e MARSDEN, Terry. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 142-178, mai./ago. 2011.

LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3ª ed. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo, Cortez, 2007.

LEFF, E. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 7, n. 1, p. 149-160, (ene.-abr.), 2001.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.). **A "ambientalização" dos conflitos sociais;** participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

LITTLE. P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm>. Acesso em: 23 fev. 2014.

MENDONÇA, Bartolomeu. **A natureza "é mina, não acaba nunca"**: uma avaliação da sustentabilidade na Baía do Tubarão na percepção dos seus moradores. São Luís, 2008. 92 p. Programa de Pós Gaduação em Sustentabilidade de Ecossistemas, mestrado. Universidade Federal do Maranhão.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SACHS, W. (editor). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A; PEREIRA, M. J. F; ALVES, E. J. P; PEREIRA, C. R. A (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; MUNIZ, Lenir Moraes. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 255-274.

SANT'ANA JÚNIOR. H. A. Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.

SANTILLI, J. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais:** a visão crítica do socioambientalismo e as tentativas de superação de tais discriminações sociais através de mecanismos jurídicos criados pela Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Brasília, 2006, mímeo.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. de M; GUIMARÃES, L. B. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SHIVA, Vandana. Recursos naturais. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 300-316.

SOARES, A. K. A. **Estudo etnoecológico dos sistemas agro-extrativos de produção na região lacustre do Caçó, município de Primeira Cruz**. São Luís, 2007. 71 p. Programa de Pós Gaduação em Agroecologia, mestrado. Universidade Estadual do Maranhão.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CAPÍTULO 6

INSTITUCIONALIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO TERRITORIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU: ABERTURAS E IMPASSES DA AÇÃO LOCAL E DA GESTÃO COMPARTILHADA

Gercilene Teixeira
Madian de Jesus Frazão Pereira

Introdução

As Reservas Extrativistas (Resex) no Brasil, configuradas como modalidade de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, estão em questão na análise que aqui se apresenta, tomando como parâmetro o contexto da Resex Marinha de Cururupu.

As Resex, enquanto política pública ambiental, nascem da convergência de fatores ligados ao contexto de reabertura democrática do país, através da organização política e da participação de diversos segmentos da sociedade brasileira e da necessidade do País de se alinhar a políticas socioeconômicas e ambientais internacionais. Enquanto demanda, as Resex têm seus fundamentos na organização política dos seringueiros e de outros segmentos das populações ditas tradicionais da Amazônia, tendo sido formuladas dentro de um movimento social como proposta de um projeto de política pública ambiental, de caráter territorial, a ser implementado pelo Estado.

Enquanto projeto de política pública, esse tipo de modalidade de UC foi incorporado e adaptado aos imperativos ambientais, políticos e econômicos, nacionais e internacionais, e foi materializado em forma de instrumento de Ação Pública capaz de responder, de um lado, às necessidades e pressões de uma população decidida a participar e fazer reconhecer seus direitos e, de outro, às necessidades de legitimação de um governo desejoso de reconhecimento do seu novo regime democrático.

A convergência desses fatores, aqui apresentados de maneira resumida, exigiram da parte do governo brasileiro reformas e adaptações através de um processo de descentralização das políticas ambientais e territoriais que, por sua vez, visaram implementações de ações públicas territoriais, estas últimas dentro dos preceitos e dos desafios ambientais. E exigiram, da parte das populações concernidas, um processo de produção e adoção às novas regras, dentro de um processo maior de "aprendizagens coletivas", como aponta Teisserenc (2013), e de gestões territoriais.

É com base nessa pequena introdução que justificamos a necessidade de estudar as reservas extrativistas como um instrumento de ação pública privilegiado para compreender como as ações locais, territoriais, estão sendo construídas nas práticas cotidianas dos atores que foram "chamados" a participar no "desenvolvimento sustentado" do País.

No sentido aqui empregado, tal como em Lascoumes e Le Galès (2009), as políticas públicas são ações púbicas que participam da criação de novas interações sociais e políticas e da regulação de suas tensões, da integração de grupos e atores e, em certa medida, da resolução de conflitos. Segundo esses autores, a visão de política pública, na sua forma clássica, conduzida por um Estado centralizado sobre setores bem delimitados está ultrapassada. As escalas de ações se multiplicaram, e o que se tem observado é uma proliferação de fontes de influências que ultrapassam o âmbito nacional. É por este motivo que pouco empregaremos o termo "política pública" e privilegiaremos a noção de "ação pública", por esta levar em conta o conjunto de interações dos sujeitos em níveis múltiplos, estando mais apropriada a dar conta de situações complexas onde diversos atores se misturam e onde o Estado não está mais em posição dominante dentro de um "jogo" que tem se tornado cada vez mais coletivo.

Pelo caráter territorial, as reservas extrativistas se configuram em um campo privilegiado para essas observações e análises, uma vez que pos-

suem as características de ser ao mesmo tempo um território tradicional e um "novo território da ação pública local", que, enquanto tal, exige da parte dos moradores um processo de recomposição de seu território.

Propomo-nos, nesse texto, a realizar uma análise de como esse processo se deu e está sendo conduzido na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, uma vez que esta se constitui como um dos campos de pesquisa compartilhado pelas autoras, através de estudos iniciados no final da década de 1990 e desenvolvidos até os dias atuais. Ambas trabalharam essa área enquanto territórios tradicionais de pesca e acompanharam, através de estudos diferentes, a transformação do território em Reserva Extrativista. Atualmente, estão interessadas em compreender como vem se dando a construção desse novo território, seu processo de institucionalização e recomposição territorial, através da análise de demandas e instrumentos, da qualificação dos atores, de suas atuações e interpretações.

1. Descrição da Resex Marinha de Cururupu

A Reserva Extrativista Marinha de Cururupu foi criada através de Decreto Presidencial em 02 de junho de 2004. Localizada nos Municípios de Cururupu e Serrano no Maranhão com uma área de 185.046 hectares é, até a presente data, a maior reserva extrativista marinha do Brasil, abrangendo a porção ocidental do litoral do Estado do Maranhão, área denominada Reentrâncias Maranhenses, que abrange diversos canais, rios e três baías: Baía de Lençóis, Baía do Capim e Baía de Mangunça. Compõe-se de 15 ilhas, sendo13 ilhas povoadas[1], distribuídas em quatro arquipélagos, dentre os quais se destaca o Arquipélago de Maiaú como uma das mais importantes reservas pesqueiras de todo o litoral maranhense, a 53 km da sede do Município de Cururupu[2], Município sede de referência.

1. As 13 ilhas habitadas são as seguintes: Mangunça, Caçacueira, Guajerutiua, Mirinzal, São Lucas, Peru, Valha-me Deus, Retiro, Iguará, Porto do Meio, Porto Alegre, Bate-vento e Lençóis. As duas ilhas que não configuram povoamento, e são consideradas apenas como ranchos de pescas, são as ilhas de Beiradão e Urumaru.
2. O município de Cururupu está inserido na microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, considerada um grande produtor de pescado e com uma riquíssima biodiversidade, sobretudo pelo aporte dos manguezais, que nessa região podem chegar

A Reserva abrange as zonas costeiras dos municípios de Cururupu em 94.25%, Serrano do Maranhão em 5.75 % e Apicum-Açu em 0.58 %. As ilhas possuem características de florestas de mangues[3], intercaladas por bancos arenosos, restinga, mata ciliar e águas circundantes, onde a pesca artesanal se destaca como principal atividade praticada por 51,69%[4] dos moradores.

Quanto à origem do povoamento e procedência da população que habitam as ilhas, Teixeira (2000) aponta o final do século XIX e início do século XX como o período de chegada das primeiras famílias no arquipélago. Uma dessas famílias, família dos Pereiras, refugiada da seca de 1877 no estado do Ceará, migrou para a localidade de Jacarequara no Município de Cedral e, posteriormente, para as ilhas do litoral de Cururupu, fundando inicialmente o povoado de Cajual dos Pereiras e posteriormente o povoado da praia de Peru em 1903. Em seguida, uma família associada a esta, denominada Pereira da Cunha, mudou-se, em 1916, para o povoado de Gaujerutiua que, na época, contava com 46 casas e alguns ranchos de pescadores. Pereira (2000) chama a atenção também para o início do povoamento na Ilha dos Lençóis, no arquipélago de Maiaú, nesse período, através, sobretudo, de fontes orais que apontam a origem da alta incidência de albinismo na ilha entre descendentes de Sebastiana Silva, filha de um português e de uma albina, que chegou à Ilha dos Lençóis em 1900.

Não se deve perder de vista, segundo Teixeira (2000), que o povoamento dessas ilhas foi dado por nordestinos provenientes do estado do Ceará e faz parte de um movimento maior da grande leva de refugiados

---

a 40 metros de altura. De acordo com o Censo demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Cururupu está inserido na Amazônia Legal Brasileira e possui uma área territorial de 1.093,062 km², e conta com uma população de 32.652 habitantes (com 22.270 residentes em zona urbana e 10.382 em zona rural). Atualmente, o município possui 39 povoados, 17 praias povoadas e 26 bairros. A base econômica municipal firma-se na pesca artesanal, uma das maiores do Estado.

3.A região é parte da maior área contínua de manguezal do mundo, que vai do Amapá ao Delta do Parnaíba.

4. A produção é destinada para consumo local (Ilhas e Municípios próximos) e para outras cidades, sobretudo, São Luís/MA e Belém/PA, conforme dados do Diagnóstico Socioeconômico do CNPT/IBAMA (2000).

da seca que rumou no sentido norte e que tinham o Estado do Maranhão como passagem e portal de acesso à Amazônia, atraídos pela economia extrativa da borracha. De acordo com Barbosa (2011), em 1878, embarcaram nos portos do Ceará 15 mil retirantes tendo como destino às Províncias do Norte. Neste mesmo ano de 1878, a cidade de São Luís recebeu mais 10 mil retirantes cearenses.

A presença de cearenses na costa Amazônica, em comunidades de pescadores com feições muito próximas às encontradas na Resex de Cururupu foram também referenciadas por Maneschy (1993) em Ajuruteua, município de Bragança no Estado do Pará, tendo as famílias chegado entre os anos de 1913 e 1915, originárias do município de Sobral, no estado do Ceará. Barbosa (2011) também faz referência a um cearense que migrou por volta de 1879 para o município de Cururupu e que tinha objetivo chegar a Viseu/PA, o que nos faz pensar num processo de migração contínua de nordestinos na Costa Amazônica, sobretudo nos litorais dos estados do Maranhão e Pará, região onde hoje se encontram as Resex marinhas de Cururupu, Traquateua e Viseu.

A questão da mobilidade e interação de pescadores em territórios marinhos na costa Amazônica do Pará e Maranhão foi, segundo o ex-coordenador da Regional IV do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio)[5], um dos motivos que justifica o fato da Resex de Cururupu, mesmo que localizada no Estado Maranhão, estar administrativamente vinculada à Regional IV, sediada em Belém, no Estado do Pará. De acordo com Fabiano Costa, o ICMBio tentou "inovar nesse desenho seguindo uma lógica de integração regional"[6], adotando uma lógica de interação que já havia antes; pois segundo o referido coordenador, Cururupu é uma área contígua com o litoral do Estado do Pará e com as unidades e municípios de Bragança, Augusto Correa e Viseu, havendo uma articulação entre essas comunidades no que diz respeito à mobilização dos pescadores.

> As estratégias de gestão que eram adotadas sempre eram consideradas conjuntamente (...) então, se pensou muito nessa lógica de integração pelos acessos principais que já liga-

5. Fabiano Costa, entrevista concedida à G. Teixeira em 30 nov. 2011.
6. Idem.

> vam um bloco de Unidades com outro, por ter experiência de trabalho e realidades de ecossistemas e de ambiente social também semelhantes ...[7].

No entanto, apesar de semelhanças sociais e ecossistêmicas, as tensões também fazem parte da interação dos territórios marinhos; e, dentre as demandas para proteção do litoral de Cururupu, em seu pleito, estava a discussão de se resguardar, através de medidas mitigadoras, da entrada de barcos com grande estrutura pesqueira, vindo principalmente da cidade de Bragança, do Estado do Pará, que tinha o objetivo principal de pescar, ou melhor, como muitos pescadores falam, de "caçar" o mero[8], na região de Cururupu.

Muito antes da criação da Resex, os pescadores faziam menção ao grande incômodo e ameaça que sentiam em relação aos pescadores "de fora", isto é, de outros municípios, como Porto Rico e Raposa (Estado do Maranhão), e pescadores dos Estados do Pará e do Ceará. Um outro aspecto problemático ainda presente segundo informações da coordenadora nacional do CNPT[9]/ICMBio, Kátia Barros, diz respeito à utilização de redes de zangaria[10] (de propriedade de empresários que possuem

---

7. Idem.

8. O mero (*Epinephelusitajara*) está na Lista Oficial de Fauna Ameaçada de Extinção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Conhecido ainda por nomes como canapú, bodete, badejão, merete e merote, o *Epinephelusitajara* passou a integrar em 2004 a lista do governo federal de animais invertebrados aquáticos e peixes com risco de desaparecer da natureza. O mero pode viver até 40 anos, e pesar cerca de 200kg.

9. O CNPT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais - é um dos 11 centros do ICMBio. A sede nacional localiza-se em São Luís-Maranhão, desde 12 jan. 2011.

10. Essa modalidade de pesca é considerada predatória, pois a malha da rede é muito pequena e resistente, e não permite a seleção por tamanho e espécies capturadas durante um cerco. A Instrução Normativa do IBAMA n. 39, de 2 de julho de 2004 (DOU de 05 jul. 04), dispõe sobre a pesca realizada com redes do tipo zangaria, em todo o litoral do Estado do Maranhão, inclusive nas baías e reentrâncias, permitindo seu uso desde que observada determinadas características, expostas no Art. 1º, tais como: I - malha igual ou superior a 50 mm entre nós opostos da malha esticada; II - comprimento máximo da rede em operação de pesca de 1.500 m. A pesca com uso de redes do tipo zangaria é proibida no período de 1º de junho a 31 de agosto no litoral cururupuense.

negócios em Cururupu) com cerca de dois quilômetros de comprimento (o que é proibido por lei), o que caracteriza, em alguns lugares, uma verdadeira tapagem de baías inteiras.

Baseado nisso, poderíamos cogitar a ideia de que o processo de criação da Resex Marinha de Cururupu decorreu da mobilização dos pescadores artesanais em defesa do seu território ameaçado. Contudo, o processo se deu por questões outras. Então, de onde partiram as demandas? Devemos nos questionar como o processo foi aberto e com quais perspectivas. É o que passaremos a discorrer para podermos entender o processo de institucionalização da Resex Marinha na região em estudo, uma vez que a história da Resex permite a compreensão da complexidade de sua implementação.

2. Histórico da implementação

Sobre a demanda da criação da Resex de Cururupu, temos as seguintes informações sobre o processo inicial obtidas em entrevista com a coordenadora do CNPT-MA, Kátia Barros, em sua sala de trabalho na sede do IBAMA (anterior à criação do ICMBio), em São Luís-MA, em 14 de março de 2007:

> A Prefeitura de Cururupu, através da Secretaria de Agricultura, na época... eles entraram com o pedido ao IBAMA de Brasília, pedindo que fosse vista a possibilidade de criar uma reserva extrativista, isso em 1998. Em 1999, começam as primeiras visitas... o IBAMA só começa a responder isso no final de 99. Claro que isso está dentro de uma conjuntura. Até então, o CNPT funcionava muito com a própria operacionalização ligada à Brasília (os técnicos de Brasília é que faziam a vistoria). Essa foi feita por técnicos de Brasília e de São Luís. Eu entrei em 99. Eu entro logo depois das primeiras vistorias. E na primeira visita tem alguns senões: foi feita uma visita do IBAMA com a prefeitura, e nessa primeira visita foi esclarecido o que era reserva extrativista, como ela funcionava e foi dada a oportunidade para as populações de fazerem um abaixo-assinado pedindo a reserva. A gente que veio depois, eu e a Mary, a gente acha que é um processo que nasce fragilizado; talvez ele tenha dado certo porque

> existia nas populações não um desejo de criar uma unidade de conservação, mas existia o mais importante que era o desejo de conservar aqueles recursos e continuar usando eles de uma forma sustentável. Então esse desejo, a gente nota desde quando a gente entra, que ele já existia, partindo da própria comunidade; eles tinham muita preocupação com a pesca predatória, eles tinham muita preocupação com a questão do mangue, do mangue utilizado pra carvão, das encostas, praias, rios. Então essa preocupação era deles, já estava lá colocada. É fragilizado por conta da demanda de um setor [a Prefeitura] que é possível pela lei, embora não é porque tá na lei que a gente legitime dessa forma. É muito melhor que a comunidade manifeste seu interesse, mas muitas vezes a comunidade não conhece esse tipo de unidade, isso é normal.[11]

De acordo com a coordenadora do CNPT-MA, embora o processo nasça fragilizado, justamente por conta da demanda acionada sobretudo pela Prefeitura de Cururupu, os "extrativistas" vão se emancipando ao longo do processo. E isso ela e sua equipe entendem como um grande ganho no contexto das Resex do Estado do Maranhão.

> O grande ganho é que eles começam a ver que são parte de uma coisa só. Hoje quem ta lá Iguará consegue falar de um problema que tá em Caçacueira e se incomodar com ele, quem tá em Caçacueira se incomoda com um problema de Mirinzal. E antes, quando a gente começou, os problemas eram muito localizados, muitos isolados, eles não percebiam que existia uma unidade colocada pela própria natureza. Mexeu com as aves migratórias que vem pra região de Caçacueira e Lençóis, também estava mexendo com o equilíbrio deles; mexeu com o manguezal em determinada área, desequilibra outra área. A gente percebeu que essa consciência de que ninguém vai dar nada pra eles era muito forte... No momento da reunião lá em Lençóis foi um momento muito interessante, porque Lençóis sempre foi uma comunidade que teve muita dificuldade de se expressar diante do que

11. Entrevista concedida à pesquisadora M. de J. F. Pereira.

> considera as autoridades, e lá na reunião da energia discutiram muito, questionaram muito, botaram na parede o pessoal do IBAMA, do Ministério de Minas e Energia, da Universidade, da Prefeitura, e logo após, quando a gente levantou da mesa, eles disseram: "o prefeito fica porque a gente quer saber disso, daquilo..." Então, assim, a gente percebe que houve mudança. Houve alguns frutos nessa história, estão criando grupo de apoio nas comunidades pra responder à questão da violência, da pesca predatória, pra manter a harmonia na comunidade... (Kátia Barros. Em 14 mar. 2007)[12]

Nesse sentido, o processo de criação da Resex de Cururupu, diferente de outras reservas extrativistas, não foi originário de uma demanda espontânea dos moradores, pescadores ou extrativistas que habitam as Reentrâncias Maranhenses, mas possuiu suas origens nos programas políticos implementados na região de Cururupu entre os anos de 1999 a 2004, como teremos a oportunidade de demonstrar.

De modo geral, pode-se dizer que a criação da Resex de Cururupu foi o resultado de diversos fatores que atuaram conjuntamente, entre eles, a implementação da Agenda 21 Local no Município de Cururupu e a inserção do Município em um Pólo de Ecoturismo do Estado do Maranhão, a intervenção de agentes ambientais e técnicos do CNPT/IBAMA, o apoio por parte do poder local que se configurou decisivo no processo e a adesão de alguns moradores sindicalizados chamados a participar e a legitimar a demanda.

No que concerne aos moradores, estes pouco conhecem o processo de criação da reserva e apontam a Prefeitura Municipal e o IBAMA como agentes iniciadores do processo. Dizem terem sido informados sobre a demanda da criação da Reserva por Secretários da Prefeitura que percorreram algumas ilhas no ano de 1999, estabelecendo contatos com pessoas "chave", sobretudo pescadores sindicalizados, para informá-los que receberiam uma visita dos técnicos do IBAMA que lhes falariam a respeito da criação de uma reserva extrativista, a qual deveriam optar positivamente pela criação em função dos benefícios que estas poderiam trazer aos pescadores.

12. Idem.

Se olharmos pela ótica dos moradores, um dos relatos mais completos a este respeito (convergente com o depoimento de Katia Barros) é o do ex-presidente da Associação de Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (AMREMC – Associação Mãe), Sr. Roberto Wagner[13], que relata que, no início do ano de 1999, chegaram à ilha de Guajerutiua um representante do IBAMA do Estado do Maranhão e um funcionário de Brasília representando o Ministério do Meio Ambiente.

Estes funcionários se dirigiram a um comerciante da ilha e solicitaram informações sobre quais eram os pescadores que exerciam papeis de liderança na comunidade. Tendo sido o Sr. Wagner, à época pescador em tempo integral e representante do sindicato dos pescadores, chamado a se apresentar. Os funcionários perguntaram-no se ele poderia reunir os moradores da comunidade, pois teriam uma proposta a apresentar e solicitaram que este conseguisse reunir pelo menos 50% dos pescadores sindicalizados da ilha, não informando, segundo o mesmo, nem a pauta da reunião, nem os motivos de tal convocação.

Tal como solicitado, o Sr. Wagner assim procedeu e, às 16h do mesmo dia, reuniu alguns moradores no local denominado "jardim", uma área comum, em frente à igreja católica da ilha de Guajerutiua. O Sr. Wagner realizou a abertura da reunião e os dois funcionários do IBAMA expuseram aos presentes a proposta de criação de uma Reserva Extrativista Marinha a ser criada na "região de ilhas" com o propósito de beneficiar os moradores, informando que viriam outros técnicos do IBAMA, e, se os pescadores fossem consultados a respeito da criação da Reserva, era para que os mesmos respondessem positivamente.

Segundo o Sr. Wagner, o processo foi lento: "quando quase a gente esquecia, o pessoal do IBAMA chegava e na época era difícil reunir". A segunda visita ocorreu no mês de outubro de 1999; dessa vez, três representantes do IBAMA vieram esclarecer a proposta de uma Reserva Extrativista e consultá-los a respeito de uma demanda. Nesse mesmo dia, 10 de outubro de 1999, foi criada a Associação dos Moradores de Guajerutiua. Nos documentos oficiais, a Prefeitura de Cururupu aparece como um dos atores principais que demanda a criação da Resex. À época, o poder local foi composto, entre outros, pelo Prefeito Municipal

13. Entrevista concedida à pesquisadora G. Teixeira.

José dos Santos Amado, que administrou o Município de Cururupu durante os anos de 1997 a 2004, período de formulação da demanda da Resex e seu Vice, José Francisco Pestana, vencedor da eleição municipal ocorrida em 2004, ano em que a reserva foi criada[14]. No entanto, o Ex-Prefeito Sr. José Amado diz que Prefeitura "atuou com apoio logístico, propiciado pelo contexto favorável da Agenda 21 Municipal"[15]. A instalação da Agenda 21 Local no Estado do Maranhão ocorreu em 1999 e foi implantada no município de Cururupu no ano de 2000. De acordo com uma publicação da Fundação Konrad Adenauer (2003), o município de Cururupu foi nesse período um dos mais atuantes entre os seis Municípios que implementaram a Agenda 21 Municipal no Estado do Maranhão. Em Cururupu, a implantação da Agenda 21 se deu através de iniciativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo criada a Comissão pela Câmara Municipal (Legislativo). Os recursos financeiros foram provenientes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e instituições não governamentais como o Instituto do Homem e Fundação Konrad Adenauer da Alemanha.

A esse respeito, tentando sintetizar o contexto de criação da Resex, o ex-prefeito relata:

> Não partiu de mim, passaram a conhecer meu espírito ambientalista e sabiam que iriam ter apoio; o IBAMA solicitava e a gente apoiava. Nós criamos aqui todo um ambiente para isso, o IBAMA percebendo esse nosso trabalho, essa nossa preocupação com a preservação disseram: 'olha Sr. Prefeito, nós estamos querendo uma reserva, você precisa assinar um documento solicitando um estudo, sua viabilidade, que o pleito vai ser encaminhado'. Então nós criamos esse ambiente favorável para que se desse início ao trabalho de criação da Reserva. Inclusive na época, por conta do apoio que nós demos para a implantação da agenda 21. (...) que tinha essa abrangência com a preocupação com a preservação ambiental, com a preservação de nossa biodiversidade. Então cria-

14. Os dois ex-prefeitos romperam as relações políticas e se tornaram adversários no cenário político local. José Francisco Pestana foi Prefeito do Município de 2004 a 2011 tendo sido afastado em 2011 por improbidade administrativa.
15. Entrevista concedida à pesquisadora G. Teixeira

> mos um clima favorável. O IBAMA vendo isso disse: "Então vamos! Além da riqueza que existe, existe clima! Vamos ter apoio para criar a Reserva". Então eu acho que foi daí. Porque minha experiência sobre reserva era quase nenhuma; a reserva eu não sabia por onde começar, foi aí que eu fui saber. Os técnicos vieram conversar conosco, havia um clima próprio para se deflagrar o processo e foi o que ocorreu. (Zé Amado, ex-prefeito de Cururupu, em 04 jun. 2011)[16]

De acordo com o Ex-Prefeito José Amado, esse contexto foi favorável para que técnicos do IBAMA dessem os primeiros passos para que a reserva extrativista fosse demandada. Uma analista ambiental na época, nascida na ilha de Caçacueira, analista do CNPT/IBAMA intermediou o processo junto às populações locais e Prefeitura do Município. A Prefeitura apoiou a iniciativa dando apoio logístico para a realização de reuniões e seminários, entre outros, realizando o transporte de pescadores.

Ainda a respeito do processo de criação da Resex, o vice-prefeito à época, José Francisco Pestana, em entrevista concedida em 06 jun. 2011[17] também apontou a criação da reserva como resultado direto de toda a movimentação da Agenda 21 Local de Cururupu. No entanto, enfatiza que "a discussão nasceu dentro da Agenda 21 Local" e que depois "houve gente que quis aparecer como o pai da criança". Na ordem das discussões que geraram a demanda da Resex, declara que a demanda nasceu primeiro nas discussões da Agenda 21 Local, depois Prefeitura e CNPT/IBAMA entraram no cenário simultaneamente. E que depois "o CNPT/IBAMA puxou pra si toda a responsabilidade da criação da Reserva, ficando o poder público à margem", fazendo referência ao rompimento das relações entre poder local e Resex, que teremos oportunidade de abordarmos mais à frente.

Quando perguntado sobre o processo de criação da Resex, se esta foi uma demanda dos pescadores ou do Poder público, o presidente da Colônia respondeu:

> Eles [refere-se ao Poder Público] arrumaram uma quantidade de pescadores, fizeram esclarecimentos, aí eles [pescadores]

16.Entrevista concedida à pesquisadora G. Teixeira.
17.Idem.

> ficaram caladinhos escutando, formaram a ata, o estatuto e eles [Poder Público] registraram com a reserva. Esse povo do mar ele só ouve, ele só fica escutando, ele não sabe dizer nada. O desenvolvimento dele é no mar. No mar ele sabe tudo, aqui na terra ele sabe pouca coisa". (Presidente da Colônia de Pescadores de Cururupu, em 06 jun. 2011)[18]

Do que foi exposto até o momento, pode-se dizer que, de maneira geral, a criação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu foi o resultado de diversos fatores que atuaram conjuntamente em um mesmo processo. A análise desse processo aponta para a criação de uma Resex que resultou mais da aplicação de políticas setoriais do poder público do que de um processo de participação política dos moradores ou pescadores das ilhas. Nesse sentido, além das políticas inseridas pelo Poder Local através da Prefeitura e pelo contexto favorável encontrado pelo CNPT/IBAMA, cabe ainda analisar as políticas implementadas pelo Governo do Estado do Maranhão.

O Governo do Estado entra nesse processo a partir do ano de 2000, quando foi implantado na região de Cururupu o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, conhecido como "Plano Maior", elaborado pelo Governo do Estado e voltado para o desenvolvimento do turismo local.[19]

Analisando o processo de criação da Resex, no período que vai de 1999 a 2004, observamos que todas as políticas voltadas para o Município de Cururupu nessa época foram decisivas no seu processo de criação, fazendo parte de sua história, de seu processo de institucionalização e compondo também elementos de sua identidade ainda em construção. Neste último aspecto, uma hipótese é que de todas as polí-

---

18. Idem.

19. A implantação desse Plano foi constituída de duas etapas: estruturação (período de 2000 a 2002) e consolidação (de 2003 a 2010). No Plano Maior, 19 Municípios (dos 217 que compõem o Estado do Maranhão) foram considerados como "municípios de interesse turístico", entre eles os Municípios da microrregião do litoral ocidental da baixada maranhense, municípios de Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão, que passaram a compor o Pólo Ecoturístico Floresta dos Guarás, um dos cinco Pólos de interesses criados no Plano Maior.

ticas inseridas, mais do que a Agenda 21 Local, será a criação do Pólo Ecoturístico Floresta dos Guarás que configurará entre um dos mais fortes elementos de sua identidade em construção, uma vez que o território tradicional das ilhas foi colocado em evidência (no cenário local, regional e internacional) pelas "belezas cênicas de suas praias" e pela sua "vocação para atividades turísticas", tal como preconiza o Pólo, cuja denominação presta homenagem à beleza e à singularidade dos guarás (*Eudocimusruber*), aves de plumagem vermelha.

De início, o argumento para a criação do Pólo Ecoturístico Floresta dos Guarás na região de Cururupu foi de que a mesma já estava inserida na APA das Reentrâncias Maranhenses, considerada como "inquestionável potencial para o ecoturismo", por ser uma área internacionalmente reconhecida como Reserva Hemisférica de Aves Migratórias Continentais e Área Úmida de Importância Internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas (Sítio Ramsar) desde 1993. No Pólo Floresta dos Guarás, o município de Cururupu foi o escolhido pelo Governo do Estado como o "portão de entrada do Pólo".

Quando se consultam os critérios para a seleção dos Municípios para implantação das Agendas 21 Municipais, observa-se que um deles era fazer parte de um Consórcio Municipal ou de algum tipo de cooperação, que, no caso de Cururupu, foi a inserção do Município no Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, tendo sido Cururupu, à época, um dos seis Municípios que implementaram a Agenda 21 no Estado.

No entanto, a compreensão do contexto de criação da Resex exige, ainda, que se escalem as estruturas mais altas do poder e de como estavam representados nesse momento. No Governo do Estado, estava Roseana Sarney, governadora do Estado do Maranhão, de 1998 a 2001; no Ministério do Meio Ambiente, estava seu irmão José Sarney Filho, de 1999 a 2002; ambos na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Roseana e José Sarney Filho fazem parte da família Sarney que possui influência política no Estado do Maranhão desde a década de 1960 e que tem, entre outras, a região de Cururupu como uma de suas bases políticas eleitorais no Estado.

Foi durante a gestão de Sarney Filho que o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luiz, na região de Cururupu, e a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense foram incluídos na lista da Convenção Internacional sobre Áreas Úmidas, a "Convenção Ramsar", no ano 1999. Neste mesmo ano, foi assinado entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – o acordo que garantiu o financiamento ao Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR, sendo o Pólo das Reentrâncias Maranhenses o primeiro projeto aprovado no âmbito do PROECOTUR, do qual fez parte o Pólo Florestas dos Guarás que possui o Município de Cururupu como porta de entrada. A gestão no Governo do Estado e no Ministério do Meio Ambiente no mesmo período pelos irmãos Sarney contaram, sobremaneira, para alocação dos recursos e de políticas ambientais para a região de Cururupu.

Foi na gestão do referido Ministro que foi aprovado, no ano de 2000, o projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, estabelecendo regras para o gerenciamento das unidades de conservação e, sobretudo, abrindo espaço para a construção de parcerias com os Estados, Municípios e a sociedade civil num processo de ampliação e demanda de novas reservas extrativistas. No sentido aqui analisado, a criação da Resex de Cururupu faz parte desse processo.

Outras ações, como a implementação de energia híbrida (eólica/solar) na Ilha de Lençóis, através de projeto do Núcleo de Energias Alternativas (NEA) da Universidade Federal do Maranhão, foi executada com recursos do Ministério de Minas e Energia, iniciado na gestão do Ministro Edison Lobão (PMDB-MA), que visitou diversas vezes a ilha e que é conhecido como um dos mais antigos e leais aliados da família Sarney no Maranhão.

Essas informações nos levam a dimensionar as implicações e interesses políticos que podem comportar a criação de uma reserva extrativista em escalões diferentes do poder. Após a saída do Ministro do Meio Ambiente no ano de 2002 por escândalos que envolveram a sua família em esquemas de corrupção investigados pela polícia federal, Sarney Filho deixou o PFL (Partido da Frente Liberal) e se filiou ao PV (Partido Verde). Após seu ingresso ao Partido Verde, tem apoiado

políticos na região de Cururupu, candidatos à Câmara de Vereadores e Prefeitos, entro de alianças com o PFL[20], seu antigo partido.

Como exposto, a criação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu é o resultado direto do contexto político vivenciado em Cururupu entre os anos de 1999 a 2004. Cabe ainda acrescentar que faz parte desse processo uma certa apropriação geopolítica que políticos do Maranhão fazem da noção "Amazônia Legal". Nesse sentido, a reserva extrativista está dentro da Amazônia Legal e será beneficiada com os programas governamentais aplicados nesta região, como será abordado a seguir.

A Reserva foi decretada no ano de 2004, pelo Presidente Lula, tendo como Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, como parte das comemorações oficiais da Semana Nacional do Meio Ambiente. Na memória de algumas lideranças das ilhas de Cururupu, este é um ato inesquecível, visto jamais imaginarem um dia poder participar de um ato solene e receber das mãos do Presidente da República um documento que agora os concerne.

Nessa mesma ocasião a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, assinou acordos com os Governos da Amazônia para implementação do ARPA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia), um contrato para criação do Fundo de Áreas Protegidas (ARPA/WWF/Funbio) e, entre outros, um termo de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, contrato e acordo que vão garantir os primeiros anos de financiamento da ação pública que se pretende desenvolver no novo território.

3. Institucionalização e recomposição territorial

Com o Decreto assinado, nasce oficialmente uma nova Resex. Com o decreto em mãos, membros da AMREMC, técnicos do CNPT/IBAMA e Prefeito retornam a Cururupu com a missão de "validar"[21] a Resex. Pro-

20. O Partido da Frente Liberal (PFL) foi extinto formalmente em 2007, e em seu lugar surgiu o partido político intitulado Democratas (DEM), com o mesmo viés de direita do PFL.

21. Os termos "validar a RESEX", "validação da RESEX" são termos empregados nos documentos oficiais do CNPT/IBAMA.

vavelmente, cada um com uma interpretação pessoal do compromisso e dos desafios que acabaram de selar. Em termos práticos e, no sentido aqui adotado, inicia-se um processo de "institucionalização e recomposição de um novo território" que muda em diversos aspectos as feições do território tradicional, em particular das relações e interações sociais que os atores locais desempenhavam quotidianamente. No sentido aqui analisado, a criação de uma Resex representa, em termos de ação pública local, a emergência de um novo território, tal como formulado por Teisserenc (2009; 2013). No caso da Resex de Cururupu, a criação desse "novo território" foi se dando aos poucos e ainda se encontra em fase de construção. A criação da Resex passa a representar um marco de mudanças e de novas configurações das relações sociais, políticas e ambientais, que os atores locais passaram a estabelecer entre si e com seus territórios tradicionais. Uma das primeiras alterações das relações com o território surgiu logo no início com a Ilha de Mangunça, no processo de regularização fundiária, uma das primeiras etapas do processo de "validação" da Resex, realizado pelo CNPT/IBAMA.

A área da Resex, mesmo que ocupada, não possuía situação fundiária regularizada, o que provocou no início constantes ameaças aos moradores por parte de pessoas que se diziam proprietárias das terras. Este é o caso da ilha de Mangunça que, antes da criação da Resex, era reconhecida e legitimada pelos moradores como "uma ilha que possuía dono", no sentido de ser propriedade de alguém. O fato de passar a compor uma Reserva Extrativista protegida por lei e sob a égide do Governo Federal fez surgir seus supostos "proprietários" desencadeando conflitos e reposicionando a ação de alguns atores. Este fato nos dá um indício de como as relações e as percepções do território tradicional vão sendo alteradas na construção do "novo território"

A exemplo, Seu Zequinha, 70 anos, nascido na Ilha de Mangunça, à época Presidente do Sindicato dos Pescadores, conta que "quase foi preso por conta disso", pois ao ter assinado documentos pelo Sindicato solicitando a criação da Resex, passou a ser visto pelos herdeiros do suposto proprietário como "um põe fogo", como "um animador para que tomassem a ilha deles"[22].

22. Cf. entrevista concedida à G. Teixeira em 06 mai. 2011.

Outro exemplo da alteração dessa percepção é a desconstrução da percepção de um território tradicional formado por ilhas relativamente "isoladas"[23], algumas com características relativamente próprias, no que diz respeito a práticas associativas, regras de uso e modalidades dos apetrechos de pesca, que vai cedendo lugar à construção de uma nova percepção do território, a Resex, o "novo território" composto pelo conjunto de ilhas.

A incorporação dessa nova percepção pode ser demonstrada na fala da Presidente da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (AMREMC) quando fala da representação da Resex em eventos organizados pelo poder local, particularmente dos motivos de rompimento das relações entre membros da AMREMC e a Prefeitura Municipal na gestão ex-prefeito Jose Francisco Pestana:

> A gente vai, eu ainda vou muito representar a reserva em Cururupu, mas começou a chatear as coisas pra gente quando em Seminários ele [refere-se ao Prefeito] nunca falava da Resex, em seu discurso falava 'comunidade praiana', 'zona praiana', 'as ilhas', mas nunca "Reserva Extrativista Marinha", aí a gente foi se aborrecendo com ele". (Presidente da AMREMC em 29 mai. 2011)[24]

Apesar do termo Resex ser utilizado por alguns moradores, entre eles os que participam diretamente das atividades de gestão da reserva, constatamos o termo "Resex", enquanto percepção de um "novo território" se encontra em construção, pois não é amplamente "auto-atribuído" pelos moradores "de dentro" e nem "atribuído" ou "reconhecido" pelos "de fora". Mesmo na fala da Presidente da AMREMC, em algumas ocasiões, esta utiliza o termo "Unidade", termo utilizado pelos gestores do ICMBio.

No entanto, a desconstrução da percepção do território tradicional enquanto ilhas "isoladas" pode ainda ser recuperado no depoimento de Katia Barros, relatado anteriormente: "O grande ganho é que eles começam a ver que são parte de uma coisa só. Hoje quem tá lá Iguará

23. Relativamente isoladas, pois atividades de iniciativa conjunta como torneio de futebol envolvendo diversas ilhas já existiam antes da criação da Reserva conforme relatado por moradores das ilhas de Lençóis e Mirinzal.

24. Entrevista concedida à pesquisadora G. Teixeira.

consegue falar de um problema que tá em Caçacueira e se incomodar com ele, quem tá em Caçacueira se incomoda com um problema de Mirinzal". E continua sobre a questão da configuração de uma unidade: "E antes, quando a gente começou, os problemas eram muito localizados, muitos isolados, eles não percebiam que existia uma unidade colocada pela própria natureza"[25].

A percepção de um novo território também se faz presente pela incorporação de novas regras de uso do território, configurando-se em um dos desafios de uma Resex, sobretudo com as dimensões territoriais da Resex de Cururupu. A elaboração e adoção dessas regras se mostram como um processo complexo e delicado, visto que exigem abertura, diálogos, trocas, adoção de novas práticas, construção e reafirmação de identidades coletivas e individuais exigindo o que Pierre Teisserenc (2013) chama de "aprendizagem coletiva".

A dimensão desse desafio pode ser percebido na fala do atual chefe da Reserva ao abordar a retomada em 2011da reelaboração do Plano de Uso:

> A Resex ela é formada por treze ilhas, cada uma com a sua cultura e seu costume. Mesmo elas sendo próximas ali quilômetros uma das outras, elas são ilhas, o nome já diz, são muito isoladas. Então, em termos de ICMBio, o Mirinzal (se refere a ilha de Mirinzal) que é lá no norte tem que ter e assumir as mesmas normas de convivências que Mangunça que está no sul, que não tem nada a ver assim em termos de sustento, a maneira que eles extraem os recursos, quais as modalidades que usam, que são diferentes. Então é muito dificil o ICMBio dar normas. Na verdade, a gente não dá normas. A gente só está lá relatando o que eles trouxeram para construir uma norma. Todas normas são vindas deles. Mas o problema é esse, chegarmos a um consenso, onde a mesma norma vai atingir todos, mas ela é trazida especialmente por algumas comunidades. Elas são trazidas, a gente vai absorvendo e expondo aos outros. E aí a gente faz um esforço para os outros entenderem, porque essa é a dificuldade.[26]

25. Entrevista concedida à pesquisadora M. de J. F. Pereira

26. Eduardo Castro Menezes de Borba, analista ambiental 28 nov. e atual gestor da RESEX Marinha de Cururupu em entrevista concedida à pesquisadora G. Teixeira em 2011.

A dificuldade de consenso e a adoção de novas regras do uso do território é relatada pela ótica dos moradores através de um trecho da fala do Secretário Geral do Sindicato dos Pescadores de Cururupu em 2011, quando justifica o motivo de ter deixado de participar das atividades da Resex há mais de quatro anos:

> Fazem mais de quatro anos que deixei de acompanhar a reserva; até nós daqui do sindicato deixamos de acompanhar, que eu tive conhecimento de Kátia e Mary Jane, filha de um grande conhecido meu Miguelzinho e eu era presidente do sindicato nessa época, a gente teve um bom conjunto de trabalho. Mas o que foi que aconteceu? Como presidente do Sindicato querendo levar pautas as reuniões houveram muitas coisas que eu não concordei. Por exemplo, eles diziam: 'olha vamos ter uma reunião lá na praia de Lençóis, cada praia deveria levar oito pessoas para tratarmos de temas para vocês viverem melhor', mas quando a gente chegava lá já havia uma lista de coisas do jeito deles do pessoal do IBAMA junto com reserva, então eu não concordava com algumas coisas. Tivemos diversos confrontos a respeito de madeira. Eu não posso querer que na minha praia se viva de fazer carvão, mas posso fazer uma carvoeira para meu uso, nem todo mundo lá pode ter um fogão com botijão. Outra coisa eu tenho uma casa lá em Mangunça, é uma praia que tem muita maçanduba eu tenho uma casa lá que tem 10 esteios e eu não poderia tirar uma madeira lá? Então essas coisas eu vinha discordando com eles. Colocaram áreas de redes, de Malhadeira, Curral. Eu concordei com malhadeira com zangaria, agora a malha eu não concordei porque colocaram uma malha muito grande que não pega nem piré, camarão cascudo, não pega nenhum, então como é que o pessoal ia sobreviver? Aí o que aconteceu? Eles [se refere aos técnicos do CNPT/IBAMA] passaram a me deixar com bolsa pronta esperando e não vieram mais me buscar para me levar para as reuniões. Aí chegou a tempo das eleições para diretoria do Sindicato que foi a Mocinha que se elegeu presidente, foi o Marcelo que veio como Chefe da reserva, aí foi mesmo que eu me afastei, tomei essa

decisão e não tive mais contato com eles. [27]

Os depoimentos do Secretário Geral do Sindicato dos Pescadores e do gestor da Resex nos mostram a dificuldade de consenso no estabelecimento de novas regras que fazem parte da "contratualização" para gestão sustentável do território. E da exigência de aprendizagens coletivas, com o risco da retirada de alguns participantes na formalização dos acordos, revelando controvérsias sociotécnicas entre peritos e expert do governo e populações locais.

Analisados a partir do prisma da Ação Local, os desafios das "aprendizagens coletivas" se fazem ainda maiores quando vistos a partir da composição e ação dos Conselhos Deliberativos das Resex, que de acordo com Pierre Teisserenc aparecem como "uma forma de institucionalização dos conflitos que conhecem o território depois de numerosos anos", configurando-se como "uma nova instância dotados de recursos próprios advindos do governo federal que lhe dá apoio e legitima seu poder" (TEISSERENC, 2013)[28].

De acordo com Teisserenc (2013), o Conselho Deliberativo não tem somente a função de contribuir para o desenvolvimento do território, mas também de defender os interesses das populações tradicionais em face dos poderes públicos, tanto locais como nacionais, fazendo valer suas aptidões para gerenciar diferentemente e sustentavelmente os recursos do território.

O Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002, no capítulo V, referente ao Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas estabelece nos parágrafos 1º e 2º que: a gestão da resex será feita além das representações das populações tradicionais, também por representações da sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais nos três níveis da federação: municipal, estadual e federal, de acordo com o contexto que ela está inserida a Unidade. Assim, a formação do Conselho Deliberativo da Resex de Cururupu, criado em 23 de maio de 2011, foi formado e formalizado conforme essas orientações para garantir e

27. Entrevista concedida à pesquisadora G. Teixeira.

28. A respeito de sua legitimidade, lembramos que a formação do Conselho Deliberativo está prevista no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) com base nas diretrizes da Lei 9.985/2000 e tem as suas diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento, disciplinadas pela Instrução Normativa IN 02 de 18 de setembro de 2007.

legitimar a gestão compartilhada da Unidade de Conservação e o fortalecimento das comunidades locais.

A formação do Conselho levou aproximadamente um ano, num processo onde foram realizadas oficinas na UC com representantes de órgãos governamentais, de organizações da sociedade civil e das comunidades locais e contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através da contratação de uma consultora para realização das atividades.

Como exposto na PORTARIA n. 35, de 20 de maio de 2011, o Conselho Deliberativo de Cururupu ficou com a seguinte composição:

> DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:
> I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e um suplente;
> II - Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - SR (12)/ Ministério do DesenvolvimentoAgrário - MDA no estado do Maranhão, sendo um titular e um suplente;
> III - Prefeitura Municipal de Cururupu, sendo um titular e um suplente;
> IV - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - SEMA no estado do Maranhão, sendo um titular e um suplente;
> V - Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no estado do Maranhão, sendo um titular e um suplente;
> VI - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, sendo um titular e um suplente;
> VII - Universidade Federal do Maranhão - UFMA, sendo um titular e um suplente;
> VIII - Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA no estado do Maranhão, sendo um titular e um suplente;
> DA SOCIEDADE CIVIL:
> IX - Sindicato de Pescadores de Cururupu - SINPAC, sendo um titular e um suplente;
> X - Comunidade Caçacueira, sendo um titular e um suplente;
> XI - Comunidade Mangunça, sendo um titular e um suplente;
> XII - Comunidade São Lucas, sendo um titular e um suplente;

> XIII - Comunidade Peru, sendo um titular e um suplente;
> XIV - Comunidade Guajerutiua, sendo um titular e um suplente;
> XV - Comunidade Valha-me Deus, sendo um titular e um suplente;
> XVI - Comunidade Porto Alegre, sendo um titular e um suplente;
> XVII - Comunidade Bate Vento, sendo um titular e um suplente;
> XVIII - Comunidade lençóis, sendo um titular e um suplente;
> XIX - Porto do Meio, sendo um titular e um suplente;
> XX - Comunidade Mirinzal, sendo um titular e um suplente;
> XXI - Comunidade Retiro, sendo um titular e um suplente;
> XXII - Comunidade Iguará, sendo um titular e um suplente;
> XXIII - Associação de Moradores da RESEX Cururupu - AMREMC, sendo um titular e um suplente.

No ideal da institucionalização dos Conselhos Deliberativos se propaga uma concepção de que seriam instrumentos de expressão, representação e participação da sociedade, tendo, portanto, um grande potencial de transformação política, posto que toda a condução das reuniões até se chegar a deliberações deveria se adequar ao contexto dos extrativistas envolvidos, o que implica em se considerar as peculiaridades regionais e socializar as questões numa linguagem de fácil acesso. É visto como um espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Visando cumprir essas funções, a gestão das Resex pelo Conselho Deliberativo demandam o estabelecimento de procedimentos que garantam a participação qualificada da população local e o uso de metodologias que permitam gerar uma integração dos conhecimentos tradicionais com os técnico-científicos. Fazendo uso de dois instrumentos fundamentais: o Regimento Interno e o Plano de Ação, sendo este último renomeado como Acordo de Gestão.

O Plano de Manejo da Resex de Cururupu está em processo de construção, e conta com mais de 50% elaborado, segundo afirma Eduardo Borba (chefe da Resex de Cururupu). Por outro lado, já se encontra

finalizado o Acordo de Gestão, publicado em 10 de novembro de 2015 no Diário Oficial da União. Na última reunião do Conselho Deliberativo da Resex de Cururupu, realizada na sede do município de Cururupu, nos dias 16 e 17 de setembro de 2014, o texto do referido Acordo foi distribuído aos representantes do Conselho.[29]

Segundo Eduardo Borba, com o Acordo de Gestão devidamente oficializado, poderá haver maior fiscalização e, consequentemente, mais multas; e essa fiscalização deve ser assegurada pelos órgãos competentes, sobretudo da esfera federal. Em sua fala, ressaltou que "o comunitário não pode fiscalizar o vizinho dele; eles não podem se confrontar, e não podem assumir o que é de competência do Estado (...); e, com o Acordo de Gestão, a tendência é aumentar o número de infratores". (Eduardo Borba, entrevista em 27 jun. 2014, na sede do ICMBio em São Luís-MA)[30]. Com as multas, os extrativistas ficam impedidos de contrair financiamento; ficam com nome sujo no CADIN[31], em dívida com a União. O processo sai de Belém, que é coordenação de área regional, e vai para Brasília. O julgamento pode durar 01(um) ano.

Enquanto o Plano de Utilização teve muita discussão e muitas páginas foram escritas ao longo dessas reuniões, o que havia gerado em torno de 25 páginas, fruto de debates, com participação efetiva de representantes das comunidades, o Acordo de Gestão ficou mais simplificado (em torno de 10 páginas), com o intuito de ser menos detalhista e, consequentemente, menos punitivo[32], segundo Borba, em relação ao

29. Informações obtidas em entrevista concedida em 27 jul. 2014 a M. de J. F. Pereira, bem como através da participação da referida pesquisadora na reunião do Conselho Deliberativo da RESEX de Cururupu.

30. Entrevista concedida à pesquisadora M.J. F. Pereira

31. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal é um banco de dados que contém os nomes das pessoas físicas e jurídicas que sejam responsáveis por dívidas vencidas e não pagas a órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

32. Permissões e proibições são elencadas no Acordo de Gestão, caracterizando-o como um código de conduta e penalidades. No Capítulo XIV – Disposição Transitória, os seguintes itens não deixam dúvidas sobre esse aspecto: "37.As normas contidas nesse acordo de gestão e não regulamentadas em outras leis, aplicáveis em toda a área da RESEX, terão o prazo de 6 (seis) meses para serem cumpridas a partir da publicação do Acordo de Gestão; 37.1. Após esse período ficam os infratores sujeitos às penalidade cabíveis."

que postulava o texto anterior do Plano de Uso/Plano de Utilização. Mas o que efetivamente se nota é que as especificidades pautadas pelos conhecimentos tradicionais, pelo saber local, perderam espaço no texto, e foi-se formando um pretensioso sentido de unidade da Resex pautado em regras a serem cumpridas em nome do uso sustentável dos recursos naturais e que passam a ser instituídas de forma disciplinar no âmbito do ICMBio, que categorizam e, portanto, passam a cadastrar o seguimento que tem direitos dentro da Resex, através do "perfil da família beneficiária", cuja definição foi publicada no Diário Oficial da União, com a Portaria n.126, de 4 de dezembro de 2014, da seguinte forma:

> Família Beneficiária: família que compõe população tradicional que atende aos critérios de definição de perfil da família beneficiária da Unidade de Conservação, e conhecida pela comunidade e pelas instâncias de gestão da unidade como detentora do direito ao território compreendido na UC e acesso aos seus recursos naturais e às políticas públicas voltadas para esses territórios (BRASIL, DOU, 4 dez. 2014).

Ao que tudo indica, categorias como essas com atribuição de especificidades, como a de "família beneficiária da Unidade de Conservação", que antes de qualquer coisa deve ser identificada como "família tradicional" (com referência a populações tradicionais), só são de fato reconhecidas, pelo menos no discurso o são, quando passam a ser agenciadas, supervisionadas, cadastradas por instituições e organizações. No caso aqui em análise, o Estado através da atuação do ICMBio torna-se um representante para autenticar a legitimidade dessas famílias, e, muitas vezes, expostas à apreciação sobre sua legitimidade[33] em assembleias do Conselho Deliberativo da Resex.

33. Essa verificação é que vai permitir o acesso de determinadas famílias a terem o benefício da bolsa verde, por exemplo. Tem-se como designação no § 1º "Beneficiários Residentes: I - A família que mora na comunidade e faz parte da cadeia produtiva; II – O chefe da família que faz parte da cadeia produtiva e mora na reserva, mas o restante da família está fora dos limites da Unidade de conservação" (BRASIL, DOU, 5 dez. 2014).

4. Considerações finais

Mesmo que nossa reflexão parta do fato de uma reserva extrativista criada, uma questão que poderíamos colocar é: quais os motivos que levaram os moradores das ilhas a aceitar que seus territórios fossem transformados em reserva extrativista? Quais foram os elementos fortes para a sua aceitação, visto que, até o ano de 2011, parte deles expressaram não ter conhecimento de que a ilha em que habitavam compunha uma Resex?

Ensaiando algumas possibilidades de respostas, acreditamos que um dos elementos fortes da aceitação foi a própria interpretação do CNPT sobre as reservas extrativistas, que ainda hoje pode ser vista em sua página na internet: "o objetivo principal da Reserva é melhorar as condições de vida dos moradores". Não se pode negar que houve uma certa receptividade por parte de alguns moradores de participarem dessa transformação e assumirem os desafios que comportam uma Reserva.

No sentido aqui analisado, as reservas extrativistas são instrumentos de ações públicas ambientais. De acordo com Teisserenc (2009), a criação de uma Resex representa, em termos de ação pública local, a criação de um novo território, de um "território pertinente", ou seja, pertinente ao tipo de ação pública que o país necessita ou almeja nele implantar. Esse território da ação local coincide e se surperpõe ao território tradicional, exigindo deste um processo de recomposição territorial.

Na Resex de Cururupu, percebemos que aspectos desse processo de recomposição territorial passam pela formulação e adoção de novas regras que exigem, por sua vez, aprendizagens coletivas, entre outras, no exercício de gestão territorial, através do Conselho Deliberativo da Resex que agrega atores sociais múltiplos com visões e posições diferenciadas sobre o mesmo território.

Percebemos, também, nesse processo de recomposição territorial, a emergência de elementos de construção de uma nova identidade coletiva, de carácter territorial, que passa pela incorporação determos como "extrativistas", "Resex", "preservação", "meio-ambiente" e "turismo", apontando para aspectos da apropriação e interpretação que os moradores fazem dos instrumentos de ações públicas e de políticas setoriais, porém necessitando serem aprofundados em estudos e pesquisas

de campos posteriores.

Visto pelo ângulo das aprendizagens coletivas, da implantação do Conselho Deliberativo e de políticas setoriais voltadas para a melhoria das condições de vida das "famílias beneficiárias", podemos supor que a implantação da Resex e sua atual recomposição territorial poderiam ter tornado este território mais atrativo. Porém, restam dúvidas sobre essa questão, quando vista a partir dos moradores que têm deixado a Resex para habitarem em municípios próximos. Restando saber se a Resex vem fortalecendo o sentido de pertencimento daqueles que a vivenciam no seu dia-a-dia e, de lá, tiram o seu sustento, através do manejo dos recursos naturais, por um conhecimento passado de geração a geração, o que implica na reprodução material e simbólica desses grupos marcados por um rico e complexo ecossistema, com todas as peculiaridades que o mar, baías e manguezais imprimem na costa norte brasileira.

Quanto a essa questão, pensar no manejo das reservas extrativistas exige o enfoque do próprio ecossistema do qual fazem parte, sendo que aqui se incluem as funções e os serviços ambientais que são provenientes do uso dos recursos naturais existentes, posto que os objetivos básicos desta unidade de conservação da categoria de uso direto é compatibilizar a manutenção da natureza com o uso sustentável dos seus recursos (IBAMA, 2001). E, também, pensar em manejo das reservas extrativistas requer sobremaneira uma apreciação sobre o enfoque da etnoconservação, conforme aponta Diégues (2000). Mais uma indagação cabe aqui se colocar: em que medida, os modos de vida, o conhecimento tradicional, os saberes locais pautados em uma etnoconservação têm espaço nas pautas do Conselho Deliberativo da Resex? As aprendizagens coletivas deveriam supor essas trocas, de forma mais democrática, como espaço de diálogo.

O que não nos resta dúvida é que os moradores/pescadores artesanais possuem um senso de preservação e conhecimento próprio, e que esse conhecimento tradicional não é pré-lógico ou pré-científico, mas, sim, baseado na observação contínua de fenômenos naturais recorrentes que permitem ao pescador tomar decisões sobre o momento de ir pescar, sobre o local mais adequado e sobre o uso das técnicas mais apropriadas (LÉVI-STRAUSS, 1989; DIEGUES, 2004). Sem esse conhecimento preciso, seria impossível a sobrevivência dessas comunidades e a reprodução de

um modo de vida num ambiente marinho, sujeito a frequentes e perigosas mudanças de tempo e condições adversas. Chama-se a atenção para se perceber que a organização dos espaços faz-se permeada de regras informais que devem ser tratadas como legítimas e que, muitas vezes, são mais eficazes que as estipuladas pelas leis formais.

Nesse sentido, concordamos com Diegues (2000) que, ao analisar as questões ambientais que são críticas para a humanidade, propõe uma síntese entre o conhecimento científico e o tradicional, no qual as bases da "etnoconservação" devem ser fortalecidas levando em conta o papel ativo dos povos e comunidades tradicionais. Ou seja, na elaboração das estratégias de conservação, como afirma Pereira (2007) em sua tese de doutorado, as pessoas das comunidades tradicionais não devem ser tratadas com um peso menor no processo deliberativo no planejamento e execução de ações conservacionistas, mas sim como copesquisadores, como coautores de trabalhos pelas informações concedidas, alicerçadas num rico (etno)conhecimento informal, mas não ilegítimo. E só um efetivo trabalho de escuta etnográfica poderia nos dizer qual o ponto de vista do nativo, as suas categorias de autoatribuição e suas bases de etnoconservação que demarcam um sentido de "tradicionalidade".

As Resex, também consideradas como instrumentos significativos para a manutenção e reprodução da cultura e das práticas socioeconômicas de uma grande parcela de comunidades tradicionais que são localizadas em regiões marinhas, costeiras, estuarinas e ribeirinhas, constituem-se, ou se apresentam, como um sistema de ordenamento e normalização que é baseado no manejo tradicional e na gestão compartilhada dos recursos naturais e sociais.

Para o exercício da gestão compartilhada, é preciso alcançar primeiramente regras claras e flexíveis estabelecidas pelo manejo compartilhado, e também é preciso a resolução de conflitos consentidos de forma coletiva, uma distribuição dos direitos e deveres, justa e equitativa, uma gestão sustentável dos recursos naturais presentes na Reserva em longo prazo, considerando aqui os planos de manejo otimizado pela organização socioprodutiva, desde a agregação de valores à produção, identificação e estabelecimento de formas mais justas de comercialização.

A legitimação da gestão do Conselho Deliberativo, a governança

da Resex, se dá pela atuação e participação dos moradores e conselheiros(as), escolhidos através do voto. O Sindicato de Pescadores e a AMREMC (Associação Mãe) têm sua importância tanto na constituição, que é o caso do sindicato dos pescadores, quanto na consolidação da Resex, que é o caso do Conselho Deliberativo, e têm o desafio de gerir e buscar soluções, sobretudo os interesses dos moradores/usuários da Resex, sendo que em todas as decisões passam por avaliação dos conselheiros(as) e, por fim, votam para a resolução e/ou solução do impasse venha a ser resolvido, o que não é tarefa tão simples, pois têm-se representantes de várias localidades com peculiaridades, isto é, com especificidades de cada ilha.

No processo de construção destes espaços de atuação, percebemos que muito se tem ainda que caminhar na busca de uma gestão verdadeiramente participativa, onde as comunidades tradicionais possam exercer seu papel dentro do Conselho em condições de igualdade com as representações de instituições externas.

Para tanto, é fundamental que imprima cuidados e atenções diferenciados com tais membros do Conselho, levando-se em consideração a capacidade diferenciada para a participação, sendo preciso reafirmar a dimensão política do trabalho de criação, estruturação e fortalecimento dos Conselhos, principalmente como processo de construção de novas dinâmicas democrático-participativas. (Cf. PEREIRA; RÊGO, 2014)

Desta forma, os Conselhos Deliberativos são concebidos como instrumentos de expressão, representação e participação da sociedade, e que devem levar em conta os conhecimentos tradicionais de seus moradores, tendo, portanto, um grande potencial de transformação política.

Por outro lado, a valorização plena do conhecimento local requer aberturas, avanços efetivos. Em espaços como as assembleias participativas, no tocante ao fortalecimento da Resex de Cururupu, percebemos que o sentido holístico entre natureza e cultura ainda não se dá de forma tão evidente nas discussões. Uma coisa interessante a destacar é que a etnoconservação nesse discurso passa pelas questões do dia-a-dia dos pescadores, a forma como vêm manejando os recursos pesqueiros e a área do manguezal, evidenciando o lado pragmático do *modus vivendi*. A importância da inclusão dos saberes desses grupos no delineamento das ações públicas está sendo pontuada, mas de forma muita tímida,

pois ainda não se percebe um discurso aberto que incentive ou valorize as práticas de manejo, de resguardo com o meio ambiente, com os elementos da natureza, ligadas com o mundo não material, tão fortes em sua vivência, mas não explicitadas nas falas que se dão em espaços normatizados pela gestão da Resex, que se pretende sustentável.

Quando se fala em comunidades tradicionais, e se quer realmente trabalhar a questão da etnoconservação, concebe-se que, além das atividades de subsistência, o conjunto de crenças, de mitologia, deva ser considerado nas práticas de manejo realizadas no "lugar" em que dão sentido à sua vida, à sua reprodução material e cultural. Até agora essas questões com os nossos interlocutores só se dão fora da discussão das Resex Não percebemos nenhuma "deixa" sobre o assunto durante as assembleias; embora admitam que existam essas questões (nas conversas informais, isso aparece sem dificuldades) (Cf. PEREIRA; RÊGO, 2014).

Um ponto bastante significativo é que, nas suas próprias falas, dos moradores/extrativistas das ilhas pertencentes à Resex Marinha de Cururupu, há uma clara tomada de consciência de seus direitos, que, a cada momento de crise, é acionada e fortalecida. Quando há problemas de ocupação, uso de espaços comuns e de pesca, os próprios moradores reivindicam seus direitos embasados nas leis que regem a Resex, e até podem levar a fiscalização entre seus pares, causando um certo mal estar, o que fora chamado atenção por Eduardo Borba, de "que o comunitário não pode fiscalizar o vizinho dele". Mas, de fato, isso vem ocorrendo, e relações de solidariedade em certa medida passam a ser reconfiguradas, apontando para interpretações locais, o que mereceria, certamente, um estudo mais aprofundado.

Referências

AMBLARD, Henri et al. **Les Nouvelles approches sociologiques de organisations**. Troisième édition augmentée. Paris : Editions du Seuil, 2007.

BEHAR, D. **Les Nouveaux territoires de l'action publique**. In: PAGÈS, D. (sous La dir.). Territoires sous influence/1. Paris: l'Hatmattan, 2000.

DIEGUES, A. C. Conhecimento tradicional e Apropriação do ambiente marinho. In: **Roteiros metodológicos: plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais**/ Ecio Rodrigues, Alberto Costa de Paula, Carla Medeiros y Araújo;

Organizadores – Brasília: IBAMA, 2004. IBAMA/NEA/RJ.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In:___. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000, p. 2-46.

DURAN, P. e THOENIG, J-C. L'État et la gestion publique territoriale. In: **Revue Française de Science Politique**, v. 46, n. 4, Année 1996.

HASSENTEUFEL, Patrick. **Sociologie politique**: L'action publique. Arand Colin. 2ª édition, 2011.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. **Sociologie de l'action publique** Paris: Armand Colin, 2009. (Collection Domaines et Approches)

_____. **Gouverner par les instruments**. Paris: Presses de Sciences Po, 2004.

LASCOUMES, Pierre ; Louis, Simard. L'action publique au prisme de ses instruments. In: **Revue Française de Science politique**. v. 61, n. 1, fev. 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papirus, 1989. Cap. 1: A ciência do concreto, p. 15-49.

MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua**: uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA, 1995.

MOREIRA, E. **Movimento social Amazônico em defesa de Territórios e de modos de vida rurais:** estudo sociológico no Baixo Xingu. 2008. 185f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS/UFPA/Universidade Paris 13, Belém, 2008.

MULLER, Pierre. **Les Politiques Publiques**. Paris: presse Universitaires de France, 9eme édition, 2011.

OSTROM, Elionor. **Gouvernance des Biens Communs:** pour une nouvelle approche dês ressources naturelles. Paris: Bibliothèque Nationale, 2010.

_____. **Collective Action and Local Development Processes**. Società e ditriceil Mulino: Bologna Sociologica, 3/2007.

PEREIRA, Madian de J. F. **O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião**: bens simbólicos e naturais da Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação. 260 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

_____. **O imaginário fantástico da Ilha dos Lençóis**: estudo sobre a construção da identidade albina numa ilha maranhense. 163 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PEREIRA, Madian J. F.; RÊGO, Ronyere S. Desafios e perspectivas da gestão compartilhada no processo de consolidação da RESEX Marinha de Cururupu. In: **Anais**

do Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. São Luís: EDUFMA, 2014, p.798-808.

TEISSERENC, Pierre. **Les Réserves Extractivistes Comme Instruments des Politiques de Développement Durable Amazonie au Brésil.** CERAL, Université Paris 13, Paris, novembre 2007.

_____. Les Resex: un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. In: **Revista Pós Ciências Sociais** v. 6, n. 12, 2009.

_____. **L'Action Publique dans ses Nouveaux Territoires en France et au Brésil**. Paris : L'Harmattan, 2013.

TEISSERENC, Pierre. et al. (Org.). **Coletividades Locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém, NUMA/UFPA, 2008.

TEIXEIRA, Gercilene. Politiques environnementales de développement durable en Amazonie brésilienne : réflexion à partir des Unités de Conservation Environnementale – UCs. In: **Passages de Paris Édition Spéciale**. Paris: GRIB/APEB, 2010.

_____. **Na Rota do Camarão**: um estudo antropológico sobre pesca e comércio do camarão em zona costeira. Dessertação de Mestrado. Belém: PPGCS/UFPA, 2000.

TOURAINE, Alain. **Le retour de l'acteur, Essai de Sociologie**. Paris : Fayard, 1984.

VANIER, Martin. **Territoires, territorialité, territorialisation:** controverses e perspectives. Collection "Espaces et Territoires". Rennes: Presse Universitaires de Rennes, 2009.

XAVIER, Arnauld de Sartre; BERDOULAY Vicent. De politiques territoriales durables ? Leçons d'Amazonie. Editions Quae, NSS – Dialogue, 2011.

Documentos

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000,** Brasília: MMA/SBF, 2004.

_____. **DECRETO n° 4.340, de 22 de agosto de 2002** – regulamenta artigos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o SNUC, e dá outras providências.

_____. **DECRETO de 2 de junho de 2004** - Cria a Reserva Extrativista de Cururupu, nos Municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. **INSTRUÇÃO Normativa ICMBio nº 02, de 18 de setembro de 2007** -

disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

_____. **INSTRUÇÃO Normativa IBAMA Nº 39, de 02 de julho de 2004** – ordenamento da pescaria com zangaria no litoral do estado do Maranhão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 5 de julho de 2004, p.81.

_____. **PORTARIA N. 126, de 4 de dezembro de 2014** – Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista de Cururupu. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p.121.

_____. **PORTARIA N. 122, de 6 de novembro de 2014** – Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Cururupu. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p.87.

_____. **PORTARIA N. 35, de 20 de maio de 2011** - Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu/MA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p.79.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Agenda 21 Local**: Experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p.13-23.

CAPÍTULO 7

O CONFLITO COMO ESTRATÉGIA PARA A GARANTIA DE TERRITÓRIOS[1]

Benedito Souza Filho

Introdução

A mesorregião Leste do Maranhão, apontada por agentes do agronegócio[2] como nova fronteira agrícola, tem sido alvo da implantação e ampliação de diferentes empreendimentos econômicos, notadamente aqueles relacionados às culturas da soja e outros grãos e, também, do eucalipto. A população camponesa[3] dessa extensa região tem sido historicamente afetada em seu modo de vida em virtude de os novos agentes econômicos interessados na terra consumarem a supressão da vegetação nativa e a destruição de recursos naturais utilizados e manejados pelas famílias que residem e trabalham nas áreas onde se instalam tais empreendimentos ou em suas imediações.

A partir desse contexto de modificação de paisagem e algumas situações de conflito, o artigo procura refletir sobre os elementos que justificaram a criação da reserva extrativista Chapada Limpa[4] como forma

1. Com algumas modificações, o conteúdo deste artigo foi publicado no dossiê Sociedade Ambiente e Governança da Revista Pós Ciências Sociais, v.11, n. 22, jul/dez. 2014.

2. Para uma melhor compreensão sobre o agronegócio e a chamada sociedade do agronegócio, ver (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

3. Adotamos aqui o conceito de camponês, no sentido utilizado por Wolf (1976), para designar aqueles cultivadores de alimentos que realizam suas atividades econômicas segundo um modo de vida característico, ancorado no trabalho familiar. Neste caso, diferentemente deste autor, incluímos no conceito, também, as famílias que, além da agricultura, têm no extrativismo um dos pilares de sua economia.

4. As discussões realizadas no presente artigo são fruto de pesquisa realizada na

de conservar ambientes considerados fundamentais à reprodução material e social das famílias camponesas. Além desse objetivo, o trabalho procura discutir alguns aspectos relacionados com os desafios da gestão dessa unidade de conservação, uma vez que a autonomia territorial dos camponeses ficou limitada pela participação do Estado como co-gestor.

Ainda que a ação de tais empreendimentos tenha se intensificado na década de 1990, sua instalação está relacionada a processos de expropriação que se deram nessa região na década anterior e que permitiram a transferência de grandes extensões de terras para empresas que se dedicavam, por exemplo, à extração de madeira do cerrado para produção de carvão vegetal destinado ao abastecimento de guserias (PAULA ANDRADE, 1995).

A crise do setor de carvoejamento, combinada à intensificação da fiscalização dos desmatamentos ilegais e das condições de trabalho nas baterias de fornos que produziam o carvão vegetal, contribuiu para que parte considerável desse estoque de terras fosse transferido, mediante venda, a distintos agentes econômicos dos ramos da soja e do eucalipto. Esses fatores contribuíram para que essa região do estado fosse transformada em nova área de interesse para produção dessas *commodities*.

Como resultado desse agressivo processo de destruição de áreas de chapada, observa-se a intensificação de conflitos socioambientais[5] que obrigam os camponeses a acionarem estratégias no sentido de garantir a permanência nesses territórios e, ao mesmo tempo, conservar os ambientes que têm assegurado a reprodução material e social de centenas de famílias.

RESEX Chapada Limpa, no município de Chapadinha-MA, relativas ao projeto "Conflitos, Ação Coletiva e Gestão da Biodiversidade: os desafios da governança", que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

5. Para o caso em estudo, adotamos o conceito de conflitos socioambientais como "aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar de disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Segundo os entrevistados, duas razões foram determinantes para a escolha dessa via ambiental: diz respeito às demandas pelo órgão de representação dos trabalhadores rurais e, segundo, porque consideravam o melhor meio para assegurar a manutenção de áreas consideradas estratégicas à sua reprodução material e social.

Chapadinha, assim como outros municípios do Leste Maranhense, tem abrigado empresas de vários portes e produtores particulares, como os chamados *gaúchos* (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2010; PAULA ANDRADE, 2008), oriundos de outras regiões do país, vinculados à sojicultura e à produção de outros grãos. Além da soja, tais municípios têm sido locais de instalação de grandes grupos econômicos voltados à produção de papel e celulose com base na monocultura do eucalipto. Uns e outros passaram a produzir com vistas ao mercado de *commodities*, e a chegada desses novos agentes econômicos à região tem implicado na devastação de amplas áreas de cerrado, conturbando o modo de vida de segmentos camponeses e provocando a emergência de conflitos socioambientais. Os móveis desses confrontos giram em torno da posse e uso da terra, da devastação da cobertura florestal e da poluição, diminuição ou extinção dos recursos hídricos, processos que vêm afetando duramente a agricultura, o extrativismo e a pecuária familiares.

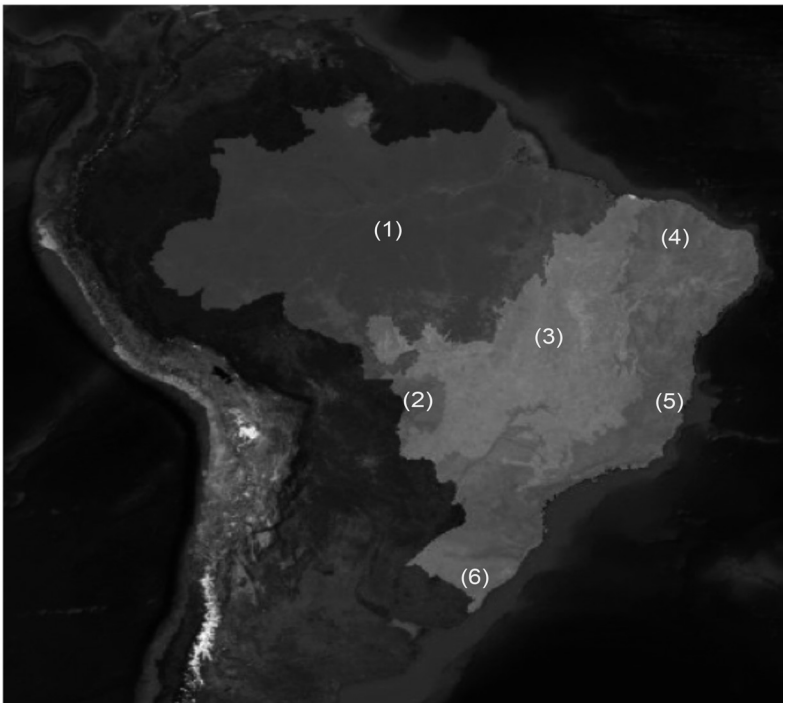
1. As transformações no cerrado maranhense pelos agentes do agronegócio

A supressão da vegetação nativa de distintos municípios do Leste do Maranhão, provocada por esses agentes do agronegócio, além de afetar drasticamente a economia das famílias camponesas que dependem dos recursos ambientais dessas áreas de cerrado, tem contribuído negativamente para as alterações desse bioma que ocupa parte expressiva do território nacional.

O bioma cerrado ocupa cerca de 23,9% do território brasileiro, situando-se em uma área que abrange principalmente o Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão e Tocantins, estendendo-se, ainda, em menor proporção, a outros seis estados. Além de ser o berço das principais bacias hidrográficas brasileiras (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), é considerado o

bioma mais antigo do país, com cerca de 65 milhões de anos (CENTRO DE SENSORIA- MENTO REMOTO/ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE – CSR/IBAMA, 2009).

Figura 1 - Mapa dos Biomas –Brasil



Biomas: Amazônia (1), Pantanal (2), Cerrado (3), Caatinga (4), Mata Atlântica (5) e Pampa (6) Fonte: CSR/IBAMA (2009)

Segundo o Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento do Bioma Cerrado[6], elaborado pelo CSR e pelo IBAMA, esse ambiente

6. O resultado desse trabalho de monitoramento do desmatamento do Bioma Cerrado é fruto de um acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, com recursos oriundos do Projeto Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) BRA 08/11. Esse trabalho, que tinha como objetivo mais amplo monitorar o desmatamento de todos os biomas brasileiros, envolveu um conjunto de instituições, entre elas, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério de Meio Ambiente (SBF/ MMA), a Diretoria de Proteção

recobre uma área de aproximadamente 203 milhões de hectares, representando cerca de 25% do território nacional. Ainda segundo tal relatório, "depois da Mata Atlântica, o cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana. Com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais da região" (CSR/IBAMA, 2009, p. 7).

Figura 2 - localização do bioma Cerrado



Fonte: CSR/IbAMA (2009)

Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (DIPRO/IBAMA), o Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama (CSR), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o PNUD. Para realizar esse trabalho de monitoramento do bioma cerrado, foram usadas imagens de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para identificação de mudanças na cobertura vegetal nativa, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2008 (CSR/IBAMA, 2009).

A devastação progressiva do cerrado brasileiro, verificada entre os anos de 2002 e 2008, segundo o relatório de monitoramento do desmatamento do cerrado (CSR/ IBAMA, 2009), pode ser observada nos dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela I – Desmatamento do Cerrado no Brasil

Desmatamento no bioma Cerrado entre 2002 e 2008 Área total do bioma - 2.039.386 km²		
	2002 (%)	2008 (%)
Áreas desmatadas	43,67	47,84
Vegetação remanescente	55,73	51,54
- Desmatamento de 85.074 km2 entre 2002 – 2008 (4,17%) - Taxa anual média de desmatamento: 14.200 km2 (0.69%)		

Fonte: CSR/IBAMA

O relatório sobre o desmatamento realizado em áreas de cerrado, publicado em 2009, demonstrou o impacto sobre a área original desse bioma em algumas unidades da federação. O objetivo desse levantamento era o de identificar o quantitativo desmatado por estado. A tabela a seguir mostra a evolução desse impacto entre os anos de 2002 e 2008.

Tabela II - Quadro de Desmatamento por Estado – 2002 a 2008

Nome	UF	Desmatamento até 2002 (km²)	Cerrado total (km²)	Desmatamento 2002- 2008 (km²)	%
Maranhão	MA	32.608	212.092	14.825	7,0
Bahia	BA	49.442	151.348	9.266	6,1
Mato Grosso	MT	134.124	358.837	17.598	4,9
Minas Gerais	MG	175.448	333.710	8.927	2,7
Piauí	PI	9.475	93.424	4.213	4,5

Nome	UF	Desmatamento até 2002 (km²)	Cerrado total (km²)	Desmatamento 2002- 2008 (km²)	%
Tocantins	TO	51.933	252.799	12.198	4,8
Mato Grosso do Sul	MS	157.506	216.015	7.153	3,3
Goiás	GO	203.760	329.595	9.898	3,0
Paraná	PR	2.617	3.742	00,5	0,0
Rondônia	RO	5	452	8	1,8
São Paulo	SP	71.190	81.137	903	1,1
Distrito Federal	DF	3.952	5.802	84	1,4
			TOTAL	85.074	

Fonte: CSR/IBAMA

Conforme os dados da Tabela 2, o Maranhão aparece, entre todos os estados elencados, como o que apresenta proporcionalmente a maior taxa de desmatamento do cerrado. Somente em um período de seis anos (2002 a 2008), foi desmatada uma área equivalente a quase a metade do desmatamento realizado até o ano de 2002. Essa acelerada devastação do cerrado no Maranhão, em curto período, pode ser compreendida pelo crescimento vertiginoso das culturas de soja e eucalipto na parte Leste do estado, identificada como uma nova região de interesse dos agentes econômicos desses dois ramos.

O crescimento do desmatamento do cerrado coincide com o processo de transferência de grandes estoques de terras públicas açambarcadas por latifundiários tradicionais da região mediante grilagem, aos chamados *gaúchos* que se dedicavam à cultura da soja. Esse processo, que possibilitou a ampliação da produção dessa *commodity*, concorreu decisivamente para a supressão da vegetação nativa, característica desse bioma.

Foi justamente essa devastação acelerada do cerrado brasileiro que se transformou em tema de matérias de periódicos de grande circulação, como por exemplo aquela publicada pela Revista Época Online. Segundo a matéria:

> Enquanto o desmatamento da Amazônia é amplamente divulgado e gera até reações internacionais, o nosso cerrado, bioma que ocupa um quarto de todo o país, não atrai tantas atenções. No entanto, ele continua sendo desmatado: cerca de 48% de todo o Cerrado já foi derrubado (CALIXTO, 2012).

Ainda na mesma matéria, o autor destaca uma medida adotada pelo Ministério do Meio Ambiente para tentar frear o acelerado processo de desmatamento do cerrado:

> o Ministério do Meio Ambiente (MMA) colocou em prática mais uma medida para tentar reduzir a derrubada no bioma, ao publicar uma lista no Diário Oficial com 53 municípios que mais desmataram o Cerrado no último ano [...]. A situação mais crítica é no Maranhão: o estado conta com 20 municípios listados pelo Ministério (CALIXTO, 2012).

A lista dos municípios maranhenses que mais contribuíram para a degradação do cerrado, segundo o documento publicado pelo Ministério do Meio Ambiente (CALIXTO, 2012), são os seguintes: Aldeias Altas, Alto Parnaíba, Balsas, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriti, Caxias, Chapadinha, Codó, Coroatá, Grajaú, Parnarama, Riachão, Santa Quitéria do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São João do Soter, Timbiras, Tuntum, Urbano Santos e Vargem Grande.

O avanço do agronegócio nessa região do Maranhão obrigou os grupos familiares a se organizarem e a desenvolverem ações de enfrentamento no sentido de garantir essas áreas estratégicas à reprodução de suas atividades econômicas. Contribuiu, igualmente, para pensarem alternativas destinadas a conservar as áreas de chapada.

Uma dessas estratégicas diz respeito à utilização do discurso ambiental (LOPES, 2006) para fins de diálogo com o Estado como forma de defender essas áreas cobiçadas por latifundiários tradicionais, produtores de grãos em escala empresarial e empreendimentos do setor de papel e celulose. A linguagem ambiental (LOPES, 2006) foi acionada pelos camponeses por considerarem uma via alternativa para transformar essas áreas de tensão social em unidades de conservação.

Essa alternativa de converter essas zonas de conflito em reservas extrativistas insere-se em um movimento de modificação do tratamen-

to do problema, ou seja, de fundiário a ambiental. Cabe salientar que o principal objetivo das famílias, em um primeiro momento, era o de impedir a destruição das chapadas ameaçadas pelos novos agentes econômicos. Uma vez conseguido esse objetivo, o seguinte foi o de buscar meios para assegurar a proteção definitiva dessas áreas.

Nesse sentido, o conflito não pode ser pensado como uma ação antecipadamente calculada. Foi uma resposta das famílias a uma ameaça iminente. O conflito não nasce, portanto, motivado por razões ambientais, torna-se ambiental, nos seus desdobramentos, por motivos estratégicos. Como sublinha Lopes (2006, p. 32), "tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações". Ainda segundo este autor, diferentes segmentos "apropriam-se das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecerem-se em conflitos com seus eventuais oponentes" (LOPES, 2006, p. 48).

Segundo os entrevistados, duas razões foram determinantes para a escolha dessa via ambiental: primeiro, porque foram orientados pelo órgão de representação dos trabalhadores rurais e, segundo, porque consideravam o melhor meio para assegurar a manutenção de áreas consideradas estratégicas à sua reprodução material e social.

As tentativas frustradas, de resolução do problema via órgãos fundiários contribuíram para a reorientação das suas ações. Associado ao discurso de conservação da natureza, os trabalhadores argumentavam que a manutenção dos ambientes por eles defendidos era indispensável à reprodução de seu modo de vida, não somente por razões econômicas e sociais, mas como produto de uma relação histórica de uso e manejo dos recursos, definidora de valores e significados específicos.

Foi justamente a utilização da linguagem ambiental, justificadora da conservação da vegetação nativa como indispensável à reprodução do modo de vida de centenas de famílias, que permitiu que intensificassem os diálogos com o órgão de representação dos trabalhadores e também com funcionários do órgão ambiental IBAMA à época – no sentido de verem conservados os ambientes responsáveis por sua organização social e econômica. Nesse sentido, "a ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública" (LOPES, 2006, p. 34).

A mobilização dos segmentos camponeses ameaçados por tais empreendimentos permitiu que travassem enfrentamentos com os pretensos proprietários que tentavam expropriá-los e, ao mesmo tempo, articulassem estratégias, principalmente com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Chapadinha, para assegurar a defesa e permanência em seus territórios. Esses esforços contribuíram para que fosse criada, em 2007, no município de Chapadinha, a Reserva Extrativista Chapada Limpa.

A destruição das chapadas, além de colocar em risco a economia das famílias, comprometia também o acesso aos recursos hídricos, uma vez que provocava o assoreamento de nascentes de rios. Em muitos povoados, o desaparecimento de lagoas, riachos, córregos e outros cursos d'água tem privado as famílias, desses locais, do consumo desse recurso, inclusive para uso doméstico.

2. A mobilização como estratégia de defesa dos territórios

A ameaça à segurança alimentar e a precarização das condições de vida e trabalho têm significado para as famílias de muitas localidades do Leste do Maranhão uma situação limite. A mobilização coletiva para a conservação de áreas de chapada tem sido realizada em muitos lugares dessa ampla região do Maranhão. A criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa, no município de Chapadinha, é resultado dessa mobilização, envolvendo dezenas de famílias de diferentes localidades e tendo sido liderada, segundo os entrevistados, por aquelas dos povoados Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II.

A mobilização das famílias em defesa de espaços estratégicos não representa apenas um mecanismo destinado a assegurar porções de determinados ambientes que utilizam para atender às suas necessidades materiais. Significa, também, uma forma de defender territórios historicamente ocupados e sobre os quais, mediante formas de uso e manejo dos recursos, consolidaram um modo de vida.

Além de um produto histórico, a territorialidade é derivada das práticas que os grupos humanos estabelecem com ambientes específicos. Nesse sentido, a territorialidade pode ser definida "como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com

uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território' ou homeland" (LITTLE, 2002, p. 3).

Alguns entrevistados argumentaram que, quando chegaram aos locais que hoje despertam interesses dos novos agentes econômicos, não tiveram conhecimento da existência, ali, de nenhum proprietário. Nesses espaços, estabeleceram suas moradias, realizando suas atividades econômicas e definindo os limites que separavam os distintos povoados. Essa forma pela qual um determinado grupo social se relaciona com o seu território define o que Little (1994, p. 4) caracteriza como cosmografia, ou seja, o conjunto de "saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território".

Foi somente depois de muito tempo estabelecidos nos seus territórios que apareceram os pretensos proprietários. Como o contexto histórico era outro, foi possível conviver com essa nova situação sem que isso representasse um problema intransponível, já que mesmo sem ter a comprovação de que as terras, de fato, pertenciam àqueles que se diziam proprietários, negociavam a permanência nas distintas localidades mediante pagamento de renda. Esse contexto só foi alterado quando os pretensos proprietários decidiram repassar as terras que alegavam como suas aos novos agentes econômicos que chegavam à região.

Esse contexto de ameaça fez com que, na mobilização em defesa de seus territórios, acionassem princípios de direito, não necessariamente assentados em leis ou documentos que comprovavam a propriedade desses espaços, mas no sentimento resultante da relação histórica com determinado meio biofísico que reconheciam como seu.

> A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002, p. 11).

É por essa razão que, nas situações de conflito que implicam a defesa de territórios, é necessário compreender a dimensão histórica referida ao "contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi

defendido e/ ou reafirmado" (LITTLE, 2002, p. 3-4). A mobilização das famílias de Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II foi motivada principalmente pela defesa dos seus territórios e dos recursos neles encontrados, indispensáveis à reprodução do seu modo de vida.

As tentativas de apropriação fraudulenta de terras por pretensos proprietários com objetivo de vendê-las aos novos agentes econômicos presentes na região, as ameaças de supressão de vegetação nativa, bem como a implantação de empreendimentos sojícolas são apontados como os principais problemas enfrentados e que justificaram a ação coletiva das famílias.

A cobrança abusiva do aluguel da terra para implantação dos roçados das famílias do povoado Chapada Limpa I por um pretenso proprietário; o conflito no povoado Chapada Limpa II, ocorrido em 2004, que redundou na supressão da cobertura florestal nativa e na derrubada de um antigo bacurizeiro[7], por outro suposto proprietário de terras; e a ameaça de derrubada de áreas de chapada no povoado Juçaral, com uso dos chamados *correntões*[8] para o plantio de soja, também ocorrido em 2004, são identificadas como situações-limite para a mobilização coletiva das famílias em defesa dessas áreas.

---

7. O bacurizeiro é uma árvore típica de região do cerrado que produz o bacuri, fruto de grande valor comercial e identificado pelas famílias como o principal item de suas atividades extrativas. Segundo as famílias, entre os elementos que caracterizavam o significado simbólico do bacurizeiro derrubado no povoado Chapada Limpa II, destacava-se o de ser considerado muito antigo e, portanto, como marcador da história da ocupação da área pelas famílias; e de possuir sessenta galhos, característica pouco encontrada em outras árvores dessa espécie. Além desses fatores, o antigo bacurizeiro era utilizado como uma referência de localização para muitos trabalhadores que circulavam pelos povoados da região.

8. Os *correntões,* como são popularmente conhecidos, são mecanismos utilizados pelos denominados *gaúchos* para realizar a derrubada de vegetação nativa nas áreas de chapada para o cultivo da soja. Consistem na utilização de uma grossa corrente de ferro presa a dois tratores que, dispostos e movimentando-se paralelamente, realizam a derrubada de árvores de pequeno e grande portes, desmatando grandes extensões de chapada. Os efeitos dos *correntões* não se fazem sentir somente em relação à cobertura vegetal. Não só comprometem a fauna nativa nessas áreas desmatadas como também eliminam nascentes de pequenos rios e riachos, responsáveis pelo volume hídrico de importantes bacias hidrográficas, como as do Munim, Preguiças e Parnaíba.

Esses três episódios são apontados como principais móveis da ação coletiva das famílias. A derrubada do emblemático bacurizeiro, no povoado Chapada Limpa II, representou um ato de violência simbólica (BOURDIEU, 1989), gerando insatisfação coletiva e o desejo de ver interrompidas ações dessa natureza, que os agrediam naquilo que consideravam importante em termos históricos e simbólicos.

A ameaça de desmatamento de amplas áreas de chapada para o plantio de soja por um dos chamados *gaúchos*[9], que eram utilizadas e manejadas principalmente pelas famílias dos povoados Juçaral e Chapada Limpa I, criou as condições para a mobilização dos agentes dessas localidades e a realização, naquela oportunidade, do que denominaram de *greve*, ou seja, o impedimento da derrubada da vegetação nativa pelos tratores, por meio do enfrentamento direto.

Munidos de facões, foices e outros instrumentos de trabalho, integrantes das unidades familiares de Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II dirigiram-se até onde se localizavam os tratores, preparados para realizar o desmatamento, e impediram sua passagem, ameaçando inclusive incendiar as máquinas caso os encarregados insistissem em realizar o trabalho.

Apesar de a polícia ter sido acionada pelo pretenso proprietário para acompanhar o trabalho dos tratores, o embargo das obras pelos trabalhadores foi mantido. Após terem evitado a devastação das áreas de chapada, as famílias do povoado Juçaral impediram que esse agente adentrasse a área que pretendia como sua, o que gerou a abertura de processo judicial contra as famílias[10].

---

9. Para maiores entendimentos sobre a caracterização e ação desses agentes, ler Paula Andrade (2008) e Gaspar (2010).

10. Essa ação das famílias de Juçaral, que impediu a derrubada de áreas de Chapada e a entrada na área para realização de qualquer obra, permitiu a abertura de processo de acesso à sua propriedade em 2004 por parte daquele que se dizia proprietário, um plantador de soja que residia no Paraná. Em audiência realizada no Fórum de Chapadinha no ano de 2012, para tratar do processo, o juiz que cuidava do caso tornou a ação do proprietário nula em virtude de a área em questão ter sido incluída naquela do Decreto Presidencial que criava a Reserva Extrativista Chapada Limpa, cabendo ao proprietário, comprovada a legitimidade da compra da propriedade da terra, a indenização pelo Estado.

3. Ação coletiva e as estratégias para a governança territorial

Esse quadro de ameaça de supressão das áreas de chapada para implantação de empreendimentos dos ramos da soja e do eucalipto põe em evidência uma situação de antagonismo entre segmentos camponeses e outros agentes econômicos em relação aos efeitos dessa alteração de paisagem para as famílias da região. Segundo Boudon (1995), situações como essa possibilitam a emergência do dissenso, da ruptura e da mudança, categorias próprias do que se pode definir como conflito.

A divergência de objetivos implica um tipo de interação na qual as partes envolvidas mobilizam suas forças para neutralizar ou obstruir a ação do seu oponente. Essa perspectiva encontra sua explicação no pensamento de Simmel (1983) para o qual o conflito é entendido como uma relação social, reveladora de posições convergentes e antitéticas. Essas posições, segundo Simmel (1983, p. 127), são constituídas por elementos de repulsa e também por "forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergências de interesses".

Os elementos sublinhados por Simmel, relativos às posições convergentes e antitéticas, podem ser observados claramente nas situações de conflito envolvendo as famílias dos povoados citados. Os interesses em jogo, relativos ao objeto de disputa, nesse caso, amplas áreas de chapada, tornam explícitos tanto os elementos de repulsa, quanto os de cooperação mobilizados pelas famílias. O enfrentamento realizado pelas famílias de Juçaral, acabou contando com a participação de membros de outras unidades familiares de Chapada Limpa I e II. Esse envolvimento foi possível porque a articulação entre as famílias se explicava pela convergência de interesses, como sublinhado por Simmel.

O conflito, além de revelar oposições e hostilidades, pode ser entendido, também, como elemento propiciador de força positiva e funcional (VANDENBERGHE, 2005) e, como forma de associação, aglutinar em uma mesma luta indivíduos que têm entre si objetivos comuns, já que o "conflito significa a negação da unidade" (SIMMEL, 1983, p. 123), como sinônimo de individualidade.

O conflito torna evidente a existência dos oponentes e dos seus interesses. Segundo Boudon (1995, p. 256), "o conflito é uma das formas mais vivas de interação que não pode ser realizada por um único

indivíduo, constitui um processo de associação". Assim, recolocando o sentido de conflito como um significado positivo, e distanciando-se da idéia de dissociação, Vandenberghe (2005, p. 119) argumenta que "o conflito é uma forma de interação e, portanto, de associação".

Essa dimensão da associação em torno de objetivos comuns, como elemento presente nas situações de conflito, conforme destacado pelos autores, foi o aspecto crucial na articulação das famílias, e decisivo na conquista do que pretendiam: evitar a destruição das áreas de chapada e assegurar os seus territórios, livrando-os de novas investidas de grileiros e dos novos agentes econômicos interessados em suas áreas de residência e trabalho.

Assim, para o caso em estudo, o conflito acaba funcionando, por um lado, como um contexto que permite a aglutinação de pessoas em torno de um objetivo comum, assegurando esse caráter de associação de que fala Vandenberghe e, por outro, possibilita a adoção de estratégias de defesa de território, indispensável à reprodução material e social de centenas de famílias ameaçadas pelo avanço do agronegócio.

O impedimento da destruição de porções de chapada por parte das famílias pode ser pensado como uma situação social que permite compreender a complexidade dessa situação de antagonismo e seus desdobramentos. Segundo Gluckman (1987, p. 228), "as situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo [...] a partir das situações sociais e de suas interrelações numa sociedade particular, pode-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições".

Esses momentos de conflito, como situações sociais, permitem identificar as alterações nas ações dos pretensos proprietários que, em um contexto de expansão do agronegócio na região, modificaram as práticas historicamente estabelecidas com as famílias, já que se interessavam em transferir as terras que alegavam como suas aos novos agentes econômicos. É nesse cenário que se verifica também o envolvimento do órgão de representação dos trabalhadores rurais bem como o acionamento das instituições ambientais como forma de intervir nesse contexto de ameaça de modificação de paisagem. É por essa razão que Gluckman (1987) ressalta que é perfeitamente possível identificar, nessas situações, o envolvimento de agentes, instituições e suas interações nos contextos das relações sociais estabelecidas.

Assim, a mobilização das famílias reúne elementos que devem ser pensados articuladamente, pois se relacionam com aspectos históricos, políticos, institucionais, sociais e identitários que se expressam no momento do enfrentamento. São esses aspectos, vistos articuladamente, que dão sentido à ação coletiva das famílias.

Segundo Tilly (1986), uma ação coletiva consiste em pessoas agirem juntas, objetivando alcançar interesses comuns. Nesse caso em particular, a mobilização destinou-se a evitar a destruição de grandes extensões de chapada. Assim, a ação coletiva revela dois aspectos importantes que merecem ser sublinhados: a capacidade de associação dos agentes e as dinâmicas de mobilização.

A dinâmica que move os agentes sociais a conduzir suas ações em um determinado enfrentamento faz com que ponham em operação o que Tilly (1993) designou de repertório contencioso, ou seja, a gama das formas possíveis que os agentes sociais põem em funcionamento para fazer valer os seus direitos ou alcançar seus objetivos. Os agentes sociais atuam estrategicamente para potencializar os seus ganhos coletivos, realizando as operações necessárias dentro dos limites determinado pelos custos da ação empreendida (TILLY, 1986).

Após terem conseguido impedir a destruição de áreas de chapada nas quais realizavam suas atividades econômicas, as famílias do povoado Juçaral, por meio de sua Associação de Moradores, e mediadas pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Chapadinha, encaminharam ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), em janeiro de 2006, um abaixo-assinado, solicitando que fossem adotados os procedimentos para fins de criação de uma unidade de conservação.

A partir de demanda das Associações de Moradores de Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Chapadinha, o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT) realizou estudos na região no sentido de verificar as condições para criação da unidade de conservação. Os trabalhos do CNPT identificaram na zona reivindicada pelas famílias inúmeras nascentes de rios que poderiam ser comprometidas caso os plantios de soja fossem instalados nessa região. Os trabalhos apontaram a viabilidade para criação de uma reserva extrativista. Em julho de 2006, foi realizada uma Consulta Pública em

Chapadinha, na qual foi apresentada a proposta de criação da unidade de conservação.

Em 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto de criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa, unidade de conservação de uso sustentável localizada no município de Chapadinha (MA), com uma área de 11.971,24 hectares. Dezessete povoados foram beneficiados com a criação dessa unidade de conservação: Brejo do Meio, Califórnia, Chapada Limpa I, II e III, Juçaral, Mata, Morada Nova, Prata, Porco Magro, Riachão, Saco, Santa Rita, Santana, São Martins, São Gabriel e Severo. Chapada Limpa é a quinta reserva extrativista criada no Maranhão, sendo a primeira do bioma cerrado.

Vale destacar que, apesar do crescimento progressivo da cultura da soja no Leste Maranhense, conforme apontam diferentes trabalhos (BARROSO, 2012; CARNEIRO, 2008; FERREIRA JÚNIOR, 2011; GASPAR, 2010), essa ampla região tem sido alvo de empreendimentos diferenciados do setor do carvoejamento e do eucalipto.

Segundo Gaspar (2010), a produção de soja no município de Chapadinha experimentou um crescimento vertiginoso, transformando-se na responsável por cerca de 10% de toda a produção desse grão no Maranhão. Esse crescimento tem propiciado mobilizações movidas por razões ambientais em defesa do cerrado e das famílias camponesas que utilizam os recursos disponíveis nas chapadas.

Em muitas situações de conflitos, as alusões às "questões ambientais" ou ao "meio ambiente" têm sido cada vez mais frequentes nas mobilização de diferentes grupos em defesa de territórios que consideram imprescindíveis à sua reprodução material e social (LOPES, 2006). É justamente essa preocupação em resolver ou evitar os problemas ambientais que tem orientado a ação de diferentes segmentos para criação de reservas extrativistas (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2010).

Teisserenc (2009a, 2009b) argumenta que a reflexão sobre Resex e o conceito de instrumento de política pública servem tanto para compreender os complexos processos de constituição dessa modalidade de unidade de conservação como para permitir a realização de serviços de políticas territoriais na Amazônia. Segundo Teisserenc (2009, p. 42), "les reserves extractivistes constituent incontestablement une de procé-

dure-phares dáppui audéveloppement des territoires brésiliens dans une perspective de développement durable".

Apesar dessa importância ressaltada pelo autor, inúmeros desafios se colocam em relação à governança territorial. Em se tratando de reservas extrativistas de uso sustentável, isso implica levar em consideração os modelos postos em jogo em relação ao uso e à conservação dos recursos: aquele definido pelos órgãos gestores e aquele dos atores sociais usuários dos recursos disponíveis na unidade de conservação.

Circunscrevendo tal discussão à situação que propiciou a criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa, observamos que ela remete à necessidade de entender os diferentes aspectos relacionados com os dispositivos de governança (ARNS, 2010). Os desdobramentos dessa situação, inevitavelmente, levam a pensar, entre outros aspectos, como se processará a governança territorial (COUDEL; TONNEAU; PIRAUX, 2010; DALLABRIDA, 2006; PIRAUX; AZEVEDO; TONNEAU, 2010; TORRE, 2010), já que ela "se expressa na capacidade dos atores sociais dos territórios, de realizar a gestão social, ou seja, na capacidade das pessoas e de elas, em ação social, gerarem resultados políticos e sociais para os territórios, compartilhando o poder de decisão entre o Estado e a sociedade civil" (COREZOLA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010, p. 90).

Os enfrentamentos com os plantadores de soja destinavam-se a conservar territórios e a assegurar a reprodução de um modo de vida segundo formas específicas de relação e uso dos recursos. A criação da Resex Chapada Limpa implicou um novo desafio: relacionar-se com o Estado sem que isso representasse uma perda da autonomia das famílias em relação ao uso dos recursos segundo as particularidades de sua organização social e econômica.

Tal desafio implica administrar uma relação não menos complicada que aquela do confronto com os produtores de soja e eucalipto, e não isenta de conflitos, já que o Estado acaba adotando um conceito de ambientalismo que não necessariamente coincide com o praticado pelos camponeses na relação de uso, apropriação e manejo dos recursos. Aqui, o problema se coloca não mais em relação à possibilidade de perda de território, mas sim em termos de governança do território.

Esse novo quadro, pós-criação da Resex Chapada Limpa recoloca a questão do conflito em outras bases. Ainda que permaneçam alguns problemas enfrentados pelas famílias com alguns proprietários que ainda não receberam as suas respectivas indenizações do Estado, as divergências se apresentam em relação à atuação do ICMBio e a adoção das novas regras para a governança ambiental e territorial da Resex.

4. Governança territorial e ambiental: entre a aprendizagem e as novas modalidades de conflitos

Essa nova situação experimentada pelas famílias da Resex Chapada Limpa coloca a questão da governança como aprendizagem, ressaltada por Arns no diálogo com Torre (2010) e Piroux, Azevedo e Tonneau (2009) como um elemento novo a ser considerado. Para ele, a governança deve ser vista

> como um processo de aprendizagem organizacional, tanto na sua dinâmica interna, onde os atores passam a perceber os seus papéis e ajustar seus comportamentos ao ambiente organizacional, tanto para os operadores das políticas de apoio ao desenvolvimento territorial, que estão experimentando novas formas de apoiar a governança. (ARNS, 2010, p. 124).

Ainda que essa nova situação implique um processo de aprendizagem para as partes – usuários da Resex e técnicos de aparelhos do Estado – não está isenta de novas formas conflito[11] em virtude do modo como cada uma das partes participa do processo, levando em consideração os fatores que orientam as suas posições. Assim, "o conflito é indicador de estrangulamentos que, se não trabalhados, podem oblite-

11. As discussões sobre essas novas possibilidades de conflito não são objeto de análise no presente artigo. Isso envolveria a discussão em outras bases. Cabe apenas a ressalva porque as situações pós-criação da RESEX colocam novos elementos que não permitiriam ser tratados de forma semelhante ao contexto de ameaça de destruição da vegetação nativa por parte dos novos agentes econômicos. O novo cenário implica administrar, a partir de princípios distintos, não só a relação de uso e manejo dos recursos, mas também a interlocução com o Estado como co-gestor da unidade de conservação.

rar o desenvolvimento de dinâmicas territoriais" (ARNS, 2010, p. 126).

Como o cenário pós aprovação dos planos de uso e manejo implicou alterações nas práticas preexistentes – relativas à criação de animais e às atividades agrícolas e extrativas –, manifestações de concordância e insatisfações começaram a aparecer. Os que concordavam viam nessas novas regras introduzidas para a gestão da Resex uma alternativa para solucionar antigos problemas entre trabalhadores relativos à invasão dos espaços de plantio por animais.

As alterações dessas práticas não devem ser lidas rigorosamente como decorrentes da presença do Estado na gestão da Resex neste momento. Tem a ver com a situação anterior à criação da unidade de conservação, pois os problemas relativos ao uso dos recursos pelo conjunto das famílias ou mesmo aqueles decorrentes da destruição de roçados por animais continuaram a existir, não mais resolvidos segundo as regras pactuadas pelas famílias ou mediadas pelo órgão de representação dos trabalhadores, mas tendo agora o ICMBio como novo agente interveniente, já que tudo que diz respeito à Resex passou a ter esse ente do Estado como mediador ou regulador.

Essa situação não elimina, como já mencionado, o conflito, seja entre os próprios beneficiários, seja entre estes e o órgão ambiental do Estado. Como salienta Torre (2010, p. 113) "os conflitos constituem assim uma forma de entrar na discussão sobre os objetivos em jogo e os caminhos do desenvolvimento territorial".

As transformações derivadas da conversão dessas áreas de tensão social em reserva extrativista não foram encaradas pelas famílias como a resolução definitiva de seus problemas. Outros passaram a existir, como a definição de zonas específicas para desenvolvimento das atividades agrícolas e extrativas, segundo outro modelo – o do Estado - que não o costumeiramente praticado pelas famílias. A adaptação a essa nova forma de gestão territorial e ambiental implicou na modificação das regras de uso e apropriação dos recursos, fazendo com que muitos, ainda que insatisfeitos, tivessem que se adequar às novas regras estabelecidas para a gestão de Resex.

A participação do Instituto Chico Mendes, como braço do Estado na política de gestão das unidades de conservação tem sido encarada com enorme expectativa pelos trabalhadores, já que a criação da Resex

implicou a adoção de novas formas de diálogo de modo a não ver alteradas significativamente as práticas tradicionalmente realizadas pelos integrantes das unidades familiares. Em função das lógicas que orientam as práticas de cada uma das partes não serem necessariamente coincidentes, esse diálogo destinado a assegurar a autonomia territorial dos camponeses nunca será tranquilo e implicará novas formas de conflito.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ARNS, Paulo César. "Um olhar sobre os dispositi- vos de governança". **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2 / v. 29, n. 1, p. 121-131, 2010.

BARROSO, Alex Reis. **A roça sem cerca e o cerco da soja:** uma análise dos impactos sociais e ambientais causados pela sojicultura em Matinha-Buriti-MA. 2012, 84 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CALIXTO, Bruno. "Municípios entram para a lis- ta-suja do desmatamento. **Revista Época Online.** Disponivel em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2012/03/27/no-cerrado-53-municipios-entram-para-a-lista-suja-do-desmatamento/>. Acesso em: 30 mar. 2012.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. "A expansão e os impactos da soja no Maranhão". In: SCHLESINGER, Sérgio et al. **Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo de soja no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 77-146.

COREZOLA, Fernanda; OLIVEIRA, Carlos Douglas; ALMEIDA, Maria Graça. "Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania". **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2; v. 29, n. 1, p. 87 - 96, 2010.

COUDEL, Emilie; TONNEAU, Jean-Philippe; PIRAUX, Marc. "Articular dispositivos de formação e de governança: um desafio para o desenvolvi- mento". **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2 / v. 29, n. 1, p. 143-153, 2010.

CSR. IBAMA. **Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no bioma cerrado, - 2002 a 2008**. Brasília, nov. 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque. "Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3, 2006, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: EDU- NISC, 2006. v. 1, p. 1 - 19.

FERREIRA JÚNIOR, Amâncio José. **O castigo do sol além da praga da soja:** repercussões do cultivo da soja sobre o modo de vida dos camponeses do povoado Valença-Buriti-MA. 2011, 89 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos:** deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. 2010, 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN- BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 227 - 267.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. "Sociedade e economia do "Agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159 - 196, out. 2010.

LITTLE, Paul. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". In: Série Antropologia. Brasília: UnB, 2002, p. 1-32. Disponível em: <www.unb.br/ics/ dan/serieantro.htm>. Acessado em 21. nov. 2012.

LOPES, José Sérgio Leite. "Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre dilemas da participação". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31 - 64, jan./jun. 2006.

PAULA ANDRADE, Maristela de. "A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense". In: CONCEIÇÃO, F. Gonçalves da (Org.). **Carajás:** desenvolvimento ou destruição?: relatórios de pesquisa. São Luís: CPT, 1995. p. 15 - 65.

_____. **Os gaúchos descobrem o Brasil:** projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. SãoLuís: Edufma, 2008.

PIRAUX, Marc; AZEVEDO, Sérgio Guilherme de; TONNEAU, Jean-Philippe. "Os mediadores, os políticos e a sociedade civil: a realidade e os limites da governança territorial: o caso do território do TASPP no Nordeste brasileiro. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2 / v. 29, n. 1, p. 97 - 108, 2010.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; SILVA, Sislene Costa da. "Taim: conflitos socioambientais e estratégias de defesa de territórios". **Revista Pós Ciências Sociais – Dossiê Sociologia Econômica**, São Luís: EDUFMA, v. 7, n. 13, p. 159 - 172, 2010.

SIMMEL, Georg. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

TEISSERENC, Pierre. "Lesterritories de l'actionpu- blique." In: ROCHA, Gilberto; MAGALHÃES, Sônia (Org.). **Território de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: Ed. UFPA, 2009a. p. 23 – 64.

_____. LesResexs: une instrumenta au servisse des politique de développementdurableenAmazoniebrésilienne. **Revista Pós Ciências Sociais – Dossiê Amazônia e paradigmas de desenvolvimento**, São Luís: EDUFMA, v. 6, n.12, p. 41 - 68, 2009b.

TILLY, Charles. "Contentiousrepertoires in GreatBritain, 1758-1838". **Social Science History**, v. 17, n. 2, p. 253 - 280, 1993.

_____. **The contentiousFrench:** four Centuriesof popular struggle. Cambridge, Mass., BelKnappressof Harvard University Press, 1986.

TORRE, André. "Conflitos e governança dos territórios". **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2 / v. 29, n. 1, p. 109 - 120, 2010.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel.** Bauru, SP: Edusc, 2005.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CAPÍTULO 8

O "FATOR PARTICIPATIVO" NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM SÃO LUÍS

Jadeylson Ferreira Moreira

Introdução

O debate sociológico sobre os conflitos socioambientais no Brasil tem sido ampliado com o surgimento de estudos que exploram a prática discursiva dos agentes no momento das tomadas de posição no espaço de disputas e lutas pela imposição de uma visão de mundo mais adequada aos interesses de agências, grupos e agentes. O caso por nós analisado, a atuação de agentes sociais em audiências públicas, é objetivado com a ajuda do referencial teórico desse campo de produção (ALONSO, 2002; ACSELRAD, 2004; HANNIGAN, 2009) a partir das observações de três audiências públicas realizadas na cidade de São Luís.

Seguindo a abordagem, que desvela os expedientes acionados nas disputas em torno das visões de mundo e peculiaridades em relação ao espaço de vivência, as estratégias desenvolvidas para legitimar seus argumentos a favor ou contra determinado empreendimento, devem ser compreendidas à luz das suas respectivas fontes recursivas e lógicas de produção de discursos.

No presente texto, ao tratar das audiências públicas que ocorreram durante a apresentação do EIA-Rima relativo ao Distrito Industrial de São Luís e das obras de dragagem de manutenção do Píer IV do Porto da Ponta da Madeira, foram feitas referências aos impactos dos recursos mobilizados pelos indivíduos sobre o desenho e a eficácia das estratégias adotadas em face das questões lançadas nas sessões.

Recursos e estratégias ligadas a competências pessoais, políticas ou institucionais são acionados de forma a demarcar as posições no

campo de disputa tanto quanto possível *afiliadas,* isto é, são opiniões geradas a partir de fontes recursivas que os agentes detêm. Como são interpretadas as audiências por estes e como se posicionaram em cada experiência de modo a fazer disso um fator participativo é o objetivo desse trabalho.

Nesse contexto, dividimos o capítulo em quatro partes, a saber: na primeira, apresentamos uma etnografia das audiências públicas realizadas no mês de janeiro de 2014, em São Luís, com objetivo de perceber os recursos mobilizados pelos agentes no momento da apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. Na segunda, destacamos como as audiências podem funcionar como espaço de mobilização e resistência diante dos empreendimentos, dedicando especial atenção aos recursos mobilizados pelos agentes no momento da intervenção oral. Em seguida, apresentamos as mobilizações dos múltiplos agentes pela criação da Resex de Tauá-Mirim. Por fim, faz-se um balanço dos movimentos de resistência, procurando destacar as estratégias de resistência dos agentes sociais, a partir das diferentes posições ocupadas no quadro de disputas.

1. Audiências realizadas sobre o Distrito Industrial de São Luís (DISAL)

No que tange ao Distrito Industrial de São Luís, apenas duas audiências públicas foram realizadas para apresentar os relatórios, o projeto, os estudos e expor os pontos concernentes ao licenciamento do empreendimento. A primeira audiência ocorreu em 27 de janeiro de 2014, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA, em São Luís, seguida da segunda audiência, realizada no dia 28 de janeiro de 2014, na Unidade de Ensino Básico Gomes de Sousa, localizada à altura da BR 135, bairro da Vila Maranhão; uma terceira foi feita em 29 de janeiro de 2014, no Cine Teatro Municipal, Centro da capital maranhense.

As audiências realizadas no ano 2014 ocorreram numa sequência de dias e foram fortemente contestadas por movimentos sociais, pesquisadores de universidades, agentes e agências. De acordo com o observado, essas audiências públicas foram solicitadas pelo Ministério Público, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, tornaram-se espaço de mani-

festações, desacordos, contestações contrárias ao empreendimento e, também, pela imposição dos agentes (Subsecretário de Meio Ambiente, Subsecretário de Indústria e Comércio do Maranhão e responsável técnico pela elaboração do EIA-RIMA), a partir de argumentos utilizados para justificar a necessidade de desenvolvimento da área pleiteada para o Distrito Industrial.

Vale dizer, participaram como contestadores os membros de movimentos sociais, representantes de comunidades da área pretendida para Resex de Tauá-Mirim, pescadores, lavradores, pesquisadores, advogados, promotor, vereadores, deputados e professores universitários. Estes últimos, com posições diversas, alguns expressando suas preocupações com deslocamentos, impactos na área preservada das comunidades e também sobre a possibilidade de não criação da referida Reserva Extrativista que contemplará uma parcela de povoados e localidade da Zona Rural II de São Luís.

As manifestações em meio às audiências denotavam a indignação com relação às perturbações ambientais sobre a área concedida para o projeto, bem como problemas sociais que recairiam sobre as comunidades próximas da área pleiteada. No embate entre agentes, destaca-se: a primeira pergunta (sobre poluição) foi feita por uma referência comunitária do Rio dos Cachorros, o agente estatal usa um longo período para explicar a dinâmica de funcionamento de audiências públicas. Esse expediente pode ser pensado como uma estratégia de "corte" do tempo de perguntas e intervenções, ao passo que os agentes da Sociedade Civil Organizada, a todo o momento, têm suas falas controladas. Cita que o tempo será dividido da seguinte maneira: três (3) minutos para a pergunta, dois (2) minutos de resposta, e dois (2) minutos de réplica.

Além dos agentes, professores universitários que participaram das audiências manifestaram sua indignação diante da falta de clareza e de discussões no âmbito das entidades de classe e da própria universidade sobre a necessidade de expansão do Distrito Industrial.

Em seguida, o advogado da Rede Justiça nos Trilhos (JnT) e membro da Ordem dos Advogados do Brasil – sessão Maranhão (OAB), contesta com dados os estudos da MRS, indicando que há problemas de ordem técnica apontados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão (o agente apresenta dados pertinentes, quando é cortado pelo subsecre-

tário da seguinte forma; "conclua dois (2) minutos"). A mesa responde ao advogado com base nos estudos feitos pela assessoria. O mesmo não se satisfaz com as respostas e aponta incoerências entre o estudo e o regime de ventos na cidade de São Luís.

Em meio a isso, muitos agentes denunciaram a manipulação dos participantes das audiências, através do uso dos termos técnicos e expressões jurídicas, que foram apresentadas pelos representantes das agências governamentais e de assessoria ambiental, ora por não ser compreendido, causar constrangimentos e evitar maiores divagações no processo da oitiva, ora como estratégia para convencer aqueles que assistiam às apresentações. Contestaram também a possibilidade de terem que deixar suas localidades, as suas atividades e a possibilidade de morar em locais em que não sejam possíveis a reprodução e a continuidade dos seus modos de vida.

A intervenção do advogado da Comissão de Moradia, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – chama atenção para as possibilidades de deslocamento. Em seguida, destaca o caráter consultivo das audiências públicas, afirmando ainda: "O governo do estado não quer sequer ouvi-las (referindo-se às comunidades). Com o mapa projetado (quadro 59, do Volume I do EIA/RIMA)[1], o agente chama a atenção para o iminente deslocamento das áreas próximas ao DISAL - de pronto, a Zona ZIMEP - cuja possibilidade de deslocamento de 65 mil moradores é certa. Reitera, em voz alta, a necessidade da organização das comunidades.

2. Audiência realizada sobre a dragagem de manutenção do Píer IV do Porto da Ponta da Madeira

Em São Luís, no dia 05 de fevereiro de 2014, realizou-se a audiência pública para apresentar as obras de dragagem de manutenção do Píer IV do Porto da Ponta da Madeira, de propriedade da mineradora Vale

1. Segundo o estudo da MRS, ZIMEP seria: Zona Industrial Mineral e de Expansão Portuária, na proposta de zoneamento do DISAL. No entanto, a observação do mapa revela que essa zona abrange as áreas das comunidades do Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim.

S.A. A notícia foi divulgada por via sonora, por carros de som, em algumas comunidades da Área Itaqui Bacanga, e on-line no site da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – SEMA. O horário previsto para o início dos trabalhos era de nove horas da manhã; no entanto, um atraso de uma hora e meia forçou o começo, exatamente, às 10h30min. O local escolhido para a oitiva foi o Parque Botânico da Mineradora Vale, localizado às margens do trecho urbano da BR 135, no bairro do Anjo da Guarda. Na entrada do local, havia recepcionista acolhendo os que chegavam e se dirigiam até o auditório, o que demanda uma caminhada de 10 (dez) minutos por uma trilha aberta em meio uma área de mata. Ao longo do caminho, havia guardas de segurança, de uma empresa privada, assim como uma "brigada florestal" destacada pela mineradora. A entrada do local da oitiva estava indicada por um banner sinalizador cuja iconografia era um fundo branco, escrito com letras verdes e, no canto inferior, constava o ícone da empresa.

Na entrada do auditório, havia um serviço de staff de recepção, contando com cinco moças, todas paramentadas com uniformes, dispostas a demonstrar que ali havia exemplares somente para consulta do EIA-RIMA do empreendimento. Fato interessante nessa observação: as duas primeiras fileiras de cadeira de cada lado do local estavam reservadas para os assessores ambientais (elaboradores de EIA-RIMA), autoridades e executivos da empresa Vale. Na formação da mesa inicial, para ouvir a execução do hino nacional brasileiro, estavam dois representantes comunitários da Área Itaqui Bacanga, um executivo, um responsável pelos estudos de licenciamento e a atual Secretária Estadual de Meio Ambiente. Executada a canção, os dois representantes comunitários foram convidados a deixar a mesa, permanecendo somente o assessor, o executivo e mais dois membros, sendo um coordenador e um executivo de projetos da Mineradora Vale S.A.

Feita a apresentação do projeto, elaborado pela Golder Associates Serviço de Assessoria de Projetos e Construção, deu-se um intervalo de 20 (vinte) minutos. O retorno foi marcado pelo bloco de perguntas escritas, previamente feitas no papel timbrado fornecido pela empresa. As primeiras foram selecionadas no sentido de propostas de emprego, desenvolvimento, sustentabilidade do projeto e benefícios para as áreas de influência. O segundo bloco de perguntas escritas contestava direta-

mente a viabilidade da obra e suas consequências negativas para as atividades extrativistas do entorno. O clima dentro do auditório tornou-se um misto de euforia e apreensão por parte de alguns agentes que ali se encontravam, destaque para os pescadores da localidade de Boqueirão, que a todo o momento se inscreviam para falas que confrontavam o estudo contratado pela empresa. Nesse ínterim, representante da Golder Associates recorria a termos técnicos e vídeos de animação dos slides com o objetivo de desviar o foco das perguntas para expedientes técnicos de ordem gráfica. No entanto, o conhecimento detido pelos pescadores da área chocava-se com as informações dos estudos de licenciamento, particularmente em relação à deposição de sedimentos (areia) retirada do Porto da Ponta da Madeira e posta numa área denominada pela peça de "área de descarte de material dragado".

Esse resumo dos processos de apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental foi feito para apresentar como elas foram conduzidas pelos principais interessados. Relato imprescindível para compreender a disposição dos agentes no campo ambiental da cidade de São Luís. Nesse cenário de disputas, imposição dos princípios de visão de mundo cada agente em disputa investe disposições adquiridas em lutas anteriores com estratégias condizentes com sua posição, visando transformar ou manter os conceitos e regras vigentes.

3. Audiências públicas como espaço de mobilização e resistência

Muitos autores, ao analisarem as formas de mobilização que envolve Populações Tradicionais atingidas por grandes obras, indicam como reivindicação primordial a não construção dos empreendimentos, pelo fato de inviabilizar a reprodução dos seus modos de vida. O território dos atingidos – pleiteado pela iniciativa privada – é entendido nessa perspectiva como patrimônio da família, da comunidade, para além da visão mercantil e burocrática.

A questão colocada por Leite Lopes (2006, p.34), em seu artigo é pertinente, ao passo que a "incorporação e naturalização de uma nova questão pública são notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial", ou seja, a capacidade de mobilização dos agentes está atrelada a um conjunto de

disposições adquiridas ao longo do itinerário individual. No entanto, é interessante destacar que o universo empírico, por nós estudado, revela-nos outros meandros da "ambientalização dos conflitos", diferentes dos observados por Lopes.

Numa perspectiva construtivista, John Hannigan (2009) aciona seis etapas, a saber: 1) Para que haja o reconhecimento do problema, como ambiental, é necessária a autoridade científica para avaliar os seus argumentos; 2) Há a necessidade de haver um ou mais popularizadores científicos que podem transformar o que teria, de outra forma, continuado a ser um argumento baseado somente no senso comum; 3) Em seguida, é necessário que o dito problema ambiental receba a atenção da mídia; 4) Em quarto lugar, um problema ambiental tem que ser dramatizado em termos altamente simbólicos e visuais; 5) Além disso, destaca-se a necessidade de haver incentivo econômico visível para obter ação num problema ambiental; 6) Por fim, há necessidade de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade.

Sendo assim, propõe a substituição das mobilizações em torno dos problemas ambientais pela expertise dos profissionais necessários para a produção e divulgação de questões que poderão se tornar públicas ou não. Em face disso, a perspectiva construtivista não está por toda destoante do atual quadro de reivindicação dos movimentos sociais, ONGs, Sociedade Civil Organizada, etc. Mas trata-se de uma linha de pensamento que não considera a capacidade de mobilização das populações tradicionais ante a intempéries artificiais produzidas pela expansão do capital.

Alinhado a esse pensamento, o trabalho de Jacobi (1995) argumenta que somente atores mobilizados detêm conhecimento suficiente para detectar problemas ambientais e propor soluções próprias, em vez de demandá-las ao Estado. Em suma, o que Jacobi quer dizer é que a percepção dos conflitos é feita por grupos sociais com maior conhecimento sobre as questões e não de estratos sociais baixos (Jacobi apud Alonso; Costa, 2002).

Com base no estudo de "Representação Política" (BOURDIEU, 2008), podemos fornecer algumas respostas para assertiva de Jacobi, argumentando que a posse de capital cultural e tempo livre constituem os meios de ação para interagir com o espaço de tomada de decisão. Ou seja, "a concentração de capital político nas mãos de um pequeno gru-

po é tanto menos contrariada e, portanto, tanto mais provável, quanto mais desapossado de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural".

Quanto a isso, podemos afirmar que (Jacobi apud Alonso; Costa, 2002) recortou seu campo empírico como espaço de tomadas de decisão política, cujo monopólio dos meios de se fazer política está atrelado a um conjunto de agentes com competências específicas para adentrar a arena de decisões, negociações e mediações, o que de fato não se distancia da tese de Leite Lopes (2002) sobre a ambientalização dos conflitos.

A exclusividade da argumentação diante do Estado das questões ambientais constitui-se como uma forma de monopólio; mas um monopólio artificial que, para Leite Lopes (2002, p.48):

> Nos conselhos municipais de meio ambiente, ou em conselhos municipais de outras áreas – de saúde, de educação, de política agrícola, de emprego e renda, etc.- os argumentos aparecem como transversais e conexos a outras questões tratadas. Nessas comissões os grupos populares se apropriam criativamente de questões categorias "ambientais" e "externas" ao seu universo habitual, como população pobre "atingida" ou vulnerável. Grupos como pescadores, trabalhadores rurais, "povos da floresta", operários preocupados com a "saúde do trabalhador" apropriam-se das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecer-se em conflitos com eventuais oponentes.

Entretanto, quanto à apropriação de categorias e linguagem específica, como é o caso percebido nas audiências públicas em São Luís, esta pode tornar-se de grande complexidade, pois suscita outros debates mais aprofundados que implicam o envolvimento de um grande número de questões, demandas, discursos e posições etc., o que pode gerar diferentes tipos de demanda e desafios para o pesquisador.

Ao analisar as argumentações ventiladas nas audiências públicas como espaço de mobilização dos agentes da área da Zona Rural II da cidade de São Luís, podemos perceber que as redes se formam a partir de uma base social informal, composta por relações de parentesco, vizinhança. E as redes associativas que possuem relações de identificação

entre diversos atores coletivos têm como objetivo a manutenção dos seus modos de vida nos seus territórios.

As oitivas tem sido palco constante de reivindicação, revolta, proposições e contra argumentação dos empreendimentos que já se instalaram ou estão em vias fixação no Distrito Industrial de São Luís. As comunidades que estão dentro da área pretendida para RESEX de Tauá-Mirim têm demonstrado uma real capacidade de mobilização de argumentos, alianças externas com pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão, assim como com órgãos do setor de Meio Ambiente a nível federal. Mas nem por isso, incorporaram uma linguagem puramente acadêmica, técnica como tem postos alguns estudos sobre ambientalização dos conflitos sociais, os argumentos dos agentes rompem com essa visão superficial de arena de disputa em torno de interesses e problemas ambientais. O posicionamento dos agentes se torna emblemático à medida que o território, e não somente externalidades produzidas pelos empreendimentos, entra na pauta de discussão.

Na esteira desse argumento, destaca-se que o fator participativo, assim como de mobilização não são puramente "técnico-argumentativo". O caso de São Luís demonstrou que, para além do discurso, existe a necessidade da continuidade do modo de vida, histórica e ancestralmente construído. A proposição da criação de uma Unidade de Conservação tem sido reiterado como estratégia, resultante da mobilização dos agentes. Em breve ruptura com o argumento de Lopes (2002), não corroboramos que o "Ambientalismo propicie uma dessas formas de controle do capitalismo e restabeleça o tecido social". Longe disso, a observação da realidade social tem demonstrado que o uso do termo tem substancializado as estratégias discursivas empregadas nos EIA-RIMA das empresas que ambicionam a entrada no Distrito Industrial de São Luís – a incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável resulta dessa tentativa de tornar flexível e simultaneamente desmobilizar possíveis reações de formas de associativismo comunitário.

No outro extremo da discussão realizada por Henri Acselrad e Maria das Graças da Silva (2009), investiga-se como as "dimensões ambientais e fundiárias articulam-se de modo a constituir uma pluralidade multiforme dos conflitos sociais tendo o meio ambiente como objeto". Segundo os autores, a expansão dos padrões capitalista de ocupação

do espaço incorporou o trabalho, a terra e os recursos naturais em formas sociais distintas das precedentes. À medida que grandes projetos governamentais invadem o território, vale dizer, a partir da afirmação da dinâmica expansionista, particularmente nas áreas sob a influência do Programa Grande Carajás, associaram-se à emergência de novos vetores de transformação que alteraram significativamente a natureza das relações sociais que as populações locais estabeleceram no curso da produção da sua existência.

De fato, a questão proposta pelos autores corresponde à realidade da Amazônia Oriental Maranhense. A expansão do DISAL, associada à expansão da capacidade de atracação do Terminal Portuário da Ponta da Madeira, pode ser vista como consequência do novo projeto de exploração mineral da Vale S.A, denominado Projeto Carajás S11D[2]. A reestruturação produtiva do capital certamente "altera a natureza das relações sociais", não só de forma indireta, mas também de forma direta, quando suscita demandas urgentes de mobilização, como pode ser percebido nas oitivas ocorridas na capital maranhense, ao longo do ano de 2013 e 2014.

Por outro lado, também se pode fazer a seguinte pergunta: pode a reivindicação da Resex de Tauá-Mirim estar na origem de novos estudos para o Distrito Industrial de São Luís? Tal hipótese foi levantada várias vezes à medida que vimos se propagar tantas audiências públicas no espaço mínimo de seis meses, além da "necessidade" de se aprovar um novo estudo para o zoneamento territorial da cidade de São Luís. Em tal cenário, em função da limitação da área de vivência dos povoados que compõe a zona rural, o efeito direto só tende a ser negativo.

4. Mobilizações em torno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim

A luta em torno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim data da década de 1990, segundo Alberto Cantanhede, o Beto do Taim, em entre-

2. O Projeto Ferro Carajás S11D constitui a expansão da capacidade de exploração da mineradora Vale S.A no Complexo Minerador de Carajás, em operação desde 1985. Para os desdobramentos do Projeto, estão previstas obras de expansão do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luis-Ma, assim como a Duplicação da Estrada de Ferro Carajás e a construção da Rodovia do município de Canaã dos Carajás (Final Brooks S11D Port, Vale).

vista concedida ao livro "Ecos dos Conflitos Socioambientais: A Resex de Tauá-Mirim (2009, EDUFMA):

> a ideia (da RESEX) vem de 1996, nós fomos discutindo muito mais assim, nos espaços maiores, por exemplo, quando se reunia a paróquia, a paróquia de São José do Bonfim, a discussão a miúdo na comunidade se dá a partir de 1998. Nós começamos a ir para o Rio dos Cachorros, Porto Grande, e dizer – "olha, isso é viável", até o Poder Público tinha participação. O IBAMA, por exemplo, muito mais espectador do que intervenção mesmo. Quando chega em 2003 que o processo é finalmente oficializado, eles mandam os técnicos para fazerem o estudo biológico, socioeconômico e em todos os passos dados para até chegar na audiência pública de 1996 (Informação verbal)[3].

Apesar da ideia de constituição de uma reserva protegida na área da zona rural do município de São Luís ser anterior a episódios de possíveis deslocamentos compulsórios, a organização do processo só se institucionaliza no ano de 2003 em meio a um turbilhão trazido pela notícia da implantação de um Pólo Siderúrgico composto por 3 (três) grandes usinas siderúrgicas para a produção de placa de aço e uma para produção de ferro gusa (SANT'ANA JÚNIOR, ALVES, F. PEREIRA E PEREIRA, 2009). Isso resulta de uma ampla negociação envolvendo empresas privadas e setores da administração pública municipal e estadual, o que sem dúvida demonstra a operacionalização das chamadas Parcerias Público Privada (PPPs), resultantes das políticas neoliberais demandadas para os setores estratégicos da economia.

Não obstante as características ambientais do local escolhido, ou seja, a área já pretendida para Resex, empresas como Baosteel Shangai Group (chinesa), Arcelor (francês), Pohang Steel Company-Posco (sul coreano) e Thyssen Krupp (alemã) não consideravam esse expediente;

3. Entrevista concedida por Alberto Cantanhede a Ana Caroline Pires Miranda, Maiana Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar, publicada em Miranda, Maia e Gaspar (2009).

mas, sim, a proximidade com o Complexo Portuário de São Luís[4], porta de entrada e saída de milhares de toneladas de mercadorias.

Isso de fato não só evidencia as formas distintas de apropriação do espaço em disputa mas também nos faz refletir em torno do Complexo Portuário de São Luís como catalisador de constantes conflitos na zona rural do município.

Por se tratar de um empreendimento que demanda constantes reparos e registra um alto fluxo de movimentação em seus píeres, as chances da lógica do empreendimento entrar em choque com a lógica das populações próximas, particularmente pescadores, são constantes, haja vista, como pode ser observado nas audiências públicas onde os pescadores da localidade de Boqueirão e outras áreas denunciavam a escassez de pescado desde a construção do porto e suas posteriores obras de manutenção.

Em outra oportunidade, esse mesmo problema foi citado em reunião realizada em 24 de agosto de 2012, na sede do CNPT/ICMbio. Na ocasião, um grupo de pescadores denunciou a queda na produção de camarão, assim como a ocorrência do caranguejo uçá, sururu, sarnambi e outros espécimes, que praticamente sumiram devido às obras de dragagem do canal de navegação/bacias de atracação dos Berços 100 a 103; dragagem e construção do aterro da retroárea dos berços 100 e 101 com material arenoso de jazidas submersas e disposição de material dragado em áreas próximas aos locais de pesca (Parecer ICMbio, 2012).

Diante da explicação atribuída ao documento, não podemos nos furtar de associar conflitos passados e atuais com o Complexo Portuário de São Luís, uma vez que as mesmas demandas surgiram na audiência realizada no dia 05 de fevereiro de 2014, no Parque Botânico da Mineradora Vale.

Como forma de resguardarem seus modos de vida, assim como seus territórios, as comunidades se organizaram diante da possibilidade da criação de uma "zona de segurança" ao longo do corredor industrial de São Luís. Por seu turno, essa área foi sendo cercada ao

4. O Complexo Portuário de São Luís é composto por três portos, a saber: o Porto de Itaqui, administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, o Porto de Ponta da Madeira, de propriedade da mineradora Vale S.A e o Porto do Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, administrado pelo Consórcio ALCOA/BHP Billiton.

longo dos últimos 30 anos por grandes empreendimentos trazidos a reboque do Programa Grande Carajás, destacando-se a instituição da Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale, e a implantação da planta industrial da Alcoa e seus consorciados, além do famigerado Complexo Portuário de São Luís.

Vendo seus horizontes de persistência no local serem minados pela possibilidade constante de novos empreendimentos é que grupos sociais atingidos, e cansados das constantes ameaças de deslocamento e perda da referência territorial, partiram para perspectiva da criação de uma Unidade de Conservação.

Conforme informa Sant'Ana Júnior, Alves, F. Pereira e Pereira (2009, p. 24), sobre a Reserva Extrativista:

> A solicitação de instalação da Reserva Extrativista configura-se, atualmente como um dos desdobramentos conflituosos que surgiram da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento na Ilha do Maranhão. A área proposta para a Reserva abrange os povoados, Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; engloba também parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim, e um amplo espelho d'água, totalizando 16.663, 55 hectares e perímetro de 71, 21 km.

Com vista à manutenção dos modos de vida das comunidades que compõe a área da Unidade de Conservação referida é que, em 1996, os agentes sociais mobilizaram-se em torno dos seus interesses, perante ao atual quadro de expansão dos projetos de desenvolvimento, capitaneados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Projetos de Expansão do Terminal Marítimo da Ponta da Madeira, Projeto de Expansão do porto do Itaqui, Duplicação da Estrada de Ferro Carajás, Expansão do Distrito Industrial de São Luís (DISAL).

Nesse meio tempo, a reivindicação pela criação da Resex ganha em mobilização, ao passo que as notícias de novas indústrias, ou expansão das já existentes, têm causado nas comunidades uma sensação de incertezas e apreensão diante dos EIA-RIMA apresentados nas últimas audiências públicas realizadas em São Luís.

Conclusão: a resistência no contexto da criação da Resex de Tauá-Mirim

Como destacamos nas seções anteriores, a presença de grandes empreendimentos em fase de implantação ou já instalados aceleraram a ambientalização dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2002) na Zona Rural II de São Luís. As audiências públicas constituíram termômetros dessa situação à medida que os agentes das comunidades que contestavam a posição das assessorias ambientais apresentavam seus argumentos contrários à perspectiva proposta pelos empreendimentos e seus contratados.

Vale ressaltar que a mobilização dos agentes vai ao sentido de destacar as benesses que o território ocupado oferece. Não aparece no discurso da maioria dos agentes observados nas audiências públicas, reuniões etc., a incorporação de termos técnicos argumentativos acionados como "ferramentas" no embate no espaço de tomada de posição. Concernente a isso, as formas de resistência são traçadas no tecido social das comunidades pertencentes a área da Resex de Tauá-Mirim; os outros espaços de discussão, como a universidade, instituições do governo, etc., podem ser considerados como acessórios na disputa pelo ambiente.

De fato, a perspectiva de autores (JACOBI apud ALONSO; COSTA, 2002; LEITE LOPES, 2002) são de grande valia para análises como as empreendidas nesse capítulo. Mas suas teorizações não esgotam o campo empírico escolhido por nós. Observou-se a capacidade de organização para reivindicação das comunidades a ponto de desconsiderar os argumentos de Jacobi (1995) que não considerava essa possibilidade para além da classe média carregada de expertise técnica. Nesse sentido, os anos de vivência no território e o conhecimento local são capazes de detectar agressões ao meio sem o uso de instrumentos técnicos.

Por fim, a concepção construtivista de Hannigan não demanda de forma alguma uma mobilização para além da expertise necessária para tornar público um problema ou demanda ambiental. A observação das audiências públicas, reuniões, etc. demonstra que há uma mobilização por parte dos agentes, não advindos do espaço de produção técnica. As comunidades que fazem parte da área da Resex de Tauá-Mirim têm demonstrado ao logo dos anos uma forte mobilização acompanhada de um movimento de resistência que objetiva preservar seus modos de vida

e território ante às tentativas de expansão do capital na Zona Rural II de São Luís. Apesar de algumas limitações, principalmente quanto a uma leitura sobre as formas mobilização, podemos dizer que estamos diante de um processo em que se destaca o fator participativo, no qual os agentes se mobilizam em defesa da continuidade dos seus modos de vida.

Referências

ACSELRAD, Henri; DA SILVA, Maria das Graças. "Rearticulações Sociais da Terra e do Trabalho em Áreas de Grandes Projetos Hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí". In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As Tensões do Lugar:** hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Editora: UFMG, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os fatores étnicos como delineadores de novos procedimentos técnicos de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri et al. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS. n. 53, p. 35-78, 01 set 2002.

GASPAR, Rafael Bezerra; MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiana Roque da S. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de A. et al (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2009.

ICMBIO/CNPT. **Parecer Técnico Acerca de Eventuais Prejuízos à Pesca**. São Luís: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – Maranhão, 2012.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processo de "ambientalização" dos conflitos sociais e sobre os dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, jan/jun. 2006.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiana Roque da Silva; GASPAR, Rafael Bezerra. Entrevista com Alberto Catanhede, o Beto do Taim. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (orgs.). **Ecos dos Conflitos socioambientais**: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 177-204.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de A; PEREIRA, Madian de Jesus F; ALVES, Elio de Jesus P; PEREIRA, Carla Regina P. A Resex de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de A. et al (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

SEDINC – MA /SEMA – MA. **Relatório de Impacto Ambiental do Distrito Industrial de São Luís – DISAL**. São Luís: Secretária de Estado de Indústria e Comércio do Estado do Maranhão/ Secretária Estadual do Meio Ambiente – Maranhão, 2014. MRS Estudos Ambientais LTDA.

VALE. **Projeto Ferro Carajás S11D: um novo impulso ao desenvolvimento sustentável no Brasil**. Disponível em: <http://saladeimprensa.vale.com/_arquivos/Book%20S11D%202013%20_PORTUGUES_FINAL.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2014.

ZHOURI, A. et al (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.

ZHOURI, Andréa (Org.). **As Tensões do Lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Editora: UFMG, 2011.

CAPÍTULO 9

LIMITES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS NUMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO[1]

Tânia Guimarães Ribeiro

Introdução

A implantação das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil, baseada em ações, disputas e acordos envolvendo diferentes agentes sociais, é tema pertinente ao debate sobre o potencial democratizante dos arranjos sociopolíticos na constituição dos novos territórios. Esses espaços tornam-se, no entanto, desafios para a *ambientalização* e territorialização da Amazônia, posto serem marcados por relações de conflito em torno dos usos e apropriação dos recursos naturais. Ao contrário do que pressupõe a gestão compartilhada pautada na institucionalização da participação, não são produzidos consensos "fáceis" em torno das disputas entre os diferentes agentes nesse espaço. Em termos institucionais, trata-se de construir a gestão partilhada de recursos naturais, como está proposto na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, no nordeste do Pará, apostando-se na valorização dos chamados "instrumentos de gestão", constituídos pela Associação-Mãe, pelo Conselho Deliberativo (CD), pelos Planos de Manejo e de Uso da Reserva Extrativista, e gerida pelo representante do Instituto Chico Mendes de Con-

1. Este capítulo reflete resultados alcançados pela pesquisa **O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação**, em andamento, que conta com financiamento do CNPq Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013 - CH. Sendo também, uma versão ampliada de artigo apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em julho de 2015.

servação da Biodiversidade (ICMbio), conforme requerido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2005) e referido no decreto de criação da UC (BRASIL, 2007).

Na produção desse espaço, identificam-se ecos das transformações do cenário sociopolítico que se difundiram no Brasil a partir da década de 1970/80, conferindo uma marca na negociação das questões ambientais. As transformações liberais operadas no Estado, no contexto global, assentam-se na valorização do desenvolvimento com participação (RIBEIRO, 2010; 2014), que tanto visam à solução dos conflitos sociais pela busca do consenso "forçado", quanto refletem as lutas e conquistas dos movimentos sociais. E esta contradição se revela de diversas maneiras na conformação desses espaços das UCs, visto que a gestão compartilhada de territórios baseia-se nas diferenças de sentidos presentes nas experiências de cada grupo social. A constituição dos sentidos envolve a complexidade da ligação que cada ator tem com o território. Assim, deve-se considerar que a tensão gerada pelas disputas e, sobretudo, os ganhos objetivados, dependem das relações dentro e fora do local. Portanto, o debate é parte da disputa pela hegemonia na definição dos sentidos e sua tradução nos projetos e ações.

Após mais de três décadas, as experiências de implantação das Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira ganham visibilidade no debate que envolve sociedade e natureza. Uma das indagações faz-se em torno dos procedimentos pelos quais as populações locais participam e podem influenciar nas tomadas de decisão relativas à gestão do território e nas definições de políticas, considerando-se o reconhecimento de seus saberes e práticas.

A proposição desse trabalho é identificar e analisar, na RESEX Caeté-Taperaçu, a especificidade dos conflitos gerados na participação dos agentes sociais comunitários, que se constituem em limites para suas inserções equilibradas nos espaços institucionais de participação, como o Conselho Deliberativo.

Refletir sobre o tema da participação no contexto da Amazônia é um desafio colocado por antigos e novos problemas regionais e pelo enriquecimento do debate no âmbito prático-teórico da pesquisa social. Dada as características dos problemas gestados pelos projetos de modernização anteriores, a busca das soluções tem se constituído em

torno de uma pauta na qual a participação da sociedade local é colocada como condição de superação do modelo autoritário e burocrático.

Esse artigo tem como base a pesquisa realizada na RESEX Caeté-Taperaçu, localizada em Bragança, no Estado do Pará, na Amazônia. Em sua primeira fase, consistiu no levantamento e análise das atas produzidas pelo Conselho Deliberativo da UC, as quais subsidiaram a elaboração de questões para o acompanhamento das reuniões do mesmo em 2012 e 2013. Além da observação das assembleias foram realizadas entrevistas com Conselheiros e com o gestor do ICMbio, assim como visitas a algumas comunidades da RESEX (Tamatateua, Vila do Treme, Bacuriteua e outras). Uma das atividades fundamentais para a análise da participação dos Conselheiros e demais agentes envolvidos no espaço da UC foi o acompanhamento das Oficinas de Planejamento Participativas para elaboração do Plano de Manejo (PM), realizadas entre junho e julho de 2012, em diversas comunidades dentro dos 8 polos de representação dos moradores e usuários. Dessas oficinas, resultou o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (PA) (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012a; 2012b), cuja análise subsidiará, também, a discussão aqui proposta.

1. Território, *Ambientalização* e Identidade

Os conflitos da participação que se analisam na RESEX Caeté-Taperaçu, em Bragança, refletem questões de um processo histórico mais amplo, que, no Brasil, envolveu a mobilização de agentes sociais locais em busca do reconhecimento de suas reivindicações em defesa dos territórios de uso comum. O aparecimento de inúmeros movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 favoreceu o surgimento de várias comunidades politicamente organizadas que se tornaram agentes incontornáveis no processo de gestão ambiental[2]. Destaca-se o aparecimento das categorias "povos da floresta", "populações tradicionais" e, a partir deste processo, surgiu a categoria "reserva extrativista" como

2. Entre os vários movimentos sociais que se organizaram em torno dessa questão, estavam os das populações atingidas pelas barragens, aqueles em defesa dos territórios quilombolas, entre outros.

expressão de um movimento social – o Movimento Nacional dos Seringueiros – que se articulou com grupos ambientalistas e organizações não governamentais, nacionais e internacionais, liderados, dentre outros, por Chico Mendes, Chico Genu, Antonio Macedo (ALLEGRETTI, 1994; ALMEIDA, 2004; CUNHA, 2010). As primeiras RESEX foram criadas no início dos anos 1990 nos estados do Acre, Amapá e Rondônia, conformando uma nova figura jurídica que, em regra, visava a aliar conservação ambiental com exploração econômica, ao destinar às populações tradicionais a concessão de direito real de uso, garantindo assim, a presença humana nas UCs da categoria de uso sustentável (GOMES e FELIPE, 1994; BRASIL, 2007).

É importante ressaltar que, nesse processo de reconhecimento dos territórios, a mobilização em torno da identidade, simbolizada no saber e "fazer" tradicional, torna-se uma estratégia de legitimação na disputa pelos direitos dessas populações tradicionais. A defesa do seu lugar confere a esses agentes sociais, mais do que uma identificação jurídica, mas uma valorização do conhecimento local, que está ligado a modos de vida de grupos humanos e, portanto, faz parte de seus meios (intelectuais e materiais) de se apropriarem do ambiente e de reproduzirem a sua vida social. A luta foi tecida dentro de um campo de forças em que diferentes agentes mobilizaram estratégias para conquistar bens simbólicos e materiais que se traduzem desde a categorização legal como população tradicional[3] ou conselheiro, passando pela aquisição de benefícios de políticas públicas (seguro defeso, bolsa verde, casas do INCRA[4]), até o direito de uso das terras da RESEX (CCDRU).

---

3. Siqueira (2010) observa que o reconhecimento das populações tradicionais como protagonistas de políticas públicas resgata uma história pregressa de descaso, verificada, por exemplo, nas nomenclaturas utilizadas nos documentos oficiais, as quais as associavam como empecilhos ao progresso, à modernização. Sendo nomeadas como: tabaréus, caipiras, brejeiros, sertanejos, ribeirinhos, peões, sertanejos, caboclos, bugres (SIQUEIRA, 2010, p. 59).

4. "Casas do INCRA" é a forma como os moradores e usuários da RESEX se referem às casas recebidas como benefício social do Crédito Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa de Recuperação do Programa de Crédito Fundiário (PRONAF) "A".

De parte dos grupos comunitários, fez-se mister representarem-se em oposição ao Estado, caracterizando suas demandas como uma possibilidade de exercício autônomo e da manutenção de projetos genuinamente socioambientais. Isto implica também dizer que os movimentos da sociedade civil organizada apresentam o potencial de induzir formas participativas de resolução dos conflitos sociais. E é estratégico, na garantia social e política de seu modo de vida, agregar às expectativas da institucionalização da RESEX o acesso aos benefícios materiais destinados pelas políticas públicas (como casa, pavimentação de ruas, melhoria dos transportes, garantia de emprego e renda etc.) aos moradores e usuários da UC, conforme observado em outro estudo (SILVA JUNIOR; RIBEIRO et al., 2014). Mas, ressalta-se, essas ações também traduzem-se em relações conflituosas posto que são ambientes conformados por grupos locais com aspirações divergentes que não se comportam como um bloco monolítico de interesse.

Cabe observar que outros agentes sociais, antagônicos ou aliados, que atuam nesse território, são parte importante do processo, tais como as lideranças políticas, os atuantes na esfera do mercado e nas várias instâncias do Estado. Deve-se considerar nessa construção, portanto, a diferença de condições entre os diversos atores na mobilização de capital social e econômico como um fator determinante em cada contexto, para dirimir o conflito. Nessa perspectiva, enfatiza-se que os agentes sociais são forças dinamizadoras na construção desses espaços produzindo a territorialização de suas identidades (ALMEIDA, 2008; LITTLE, 2002; TEISSERENC, 2010). No caso das RESEX, o desafio está posto às populações tradicionais, na luta em manter e ampliar a especificidade de sua reprodução social, cultural e física. Apesar de toda a complexidade que categorias como "populações tradicionais" guardam nos seus contextos sociais (SANT'ANA JÚNIOR; MIRANDA, 2013; ALMEIDA, 2008), o seu uso pode legitimar estratégias sociopolíticas que garantam o direito ao território. Sem perder de vista, aqui, o processo dinâmico, permeado por conflitos, inerente à produção do espaço coletivo.

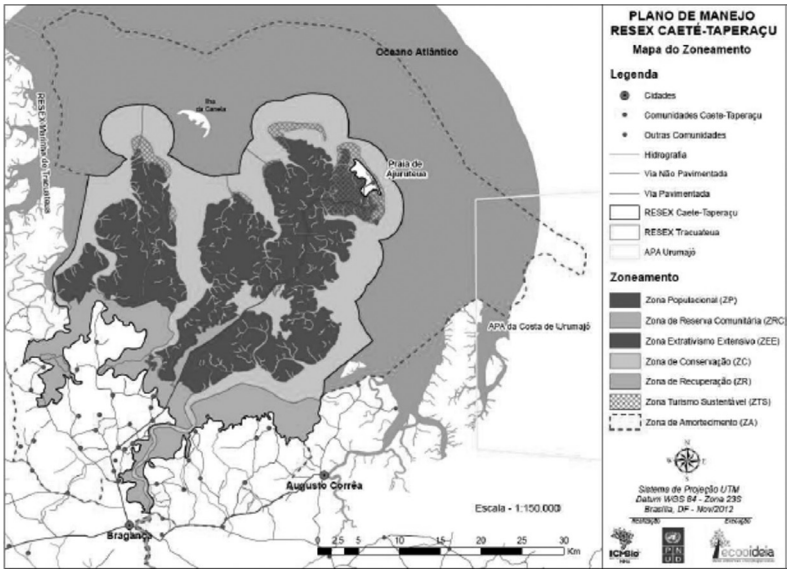
> Em outras palavras pode-se dizer que cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonistas diferenciados, e tal construção implica também numa relação diferen-

> ciada com os recursos hídricos e florestais. Tal relação, de certa maneira, está refletida na diversidade de figuras jurídicas verificadas nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos. (ALMEIDA, 2008, p. 72)

Nessa perspectiva, compreende-se que o ajustamento das relações sociais que se faz na RESEX Caeté-Taperaçu, produzindo redes ou alianças entre agentes sociais, instituições, gestores, *experts*, organizações da sociedade civil, ONGs, empresas, políticos e demais grupos e indivíduos influentes externos, dá forma à territorialização. Esta é caracterizada pela centralidade das questões ambientais e da atuação das populações tradicionais, que se materializa num espaço físico com fronteiras fluídas, tanto no que diz respeito à formação de redes sociopolíticas para participar das instâncias decisórias, quanto na configuração das atividades de reprodução social e econômica das comunidades nos limites da RESEX e seu entorno. Silva Junior (2013), em seu estudo sobre o Conselho Deliberativo, caracteriza a formação das redes de relações, enfocando a preferência dos representantes das comunidades em se associar àqueles ligados ao ICMbio, UFPA e Prefeitura Municipal (SILVA JUNIOR, 2013, p. 97; 102). Conforme observações das reuniões do Conselho Deliberativo e análise de suas atas, essas associações se confirmam e podem ser entendidas como estratégias de participação para se obter ganhos à comunidade. No plano físico/espacial, a confluência de interesses econômicos, sociais e culturais pode ser vista nos mapas de zoneamento da RESEX Caeté-Taperaçu, nos quais a delimitação das diversas zonas[5], a populacional, a do turismo sustentável e do extrativismo extensivo são superpostas (ver Figura 1), gerando conflitos sociais que contrariam as atividades sustentáveis da UC (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012b, 2012, p. 95 e demais).

5. No Plano de Manejo da RESEX Caeté-Taperaçu, foram definidas sete zonas, seis delas dentro da RESEX e uma no seu entorno, a zona de amortecimento. O objetivo do zoneamento é facilitar a gestão da UC, "por meio da consolidação espacial das principais vocações (territoriais e ambientais) e interesses (socioculturais e econômicos) da RESEX." (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012b, p. 19). Ver mapas de zoneamento (Ibdem ARAIVA; WESLEY, 2012b, p. 66).

Figura 1 – Mapa de zoneamento completo - RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.



Fonte: ECOIDEIA (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012a), anexo III.

Dada a especificidade desse território, pode-se falar também que ocorre a "ambientalização" (LOPES LEITE, 2006) das demandas e conflitos sociais locais, cujo significado se traduz, por exemplo, no uso de justificativas ambientais para validar as ações institucionais, políticas, científicas dos grupos concernidos suscitando a busca de soluções amparadas em novas práticas sociais, econômicas e até epistemológicas (LEFF, 2006). Estas relações envolvem, portanto, uma complexa interação entre espaço e tempo, devendo-se apurar o olhar sobre as situações particulares, como se propõe aqui. A pertinência teórica do conceito "ganha, porém, força particular na possibilidade de caracterizar processos de ambientalização específicos a determinados lugares, contextos e momentos históricos." (ACSELRAD, 2010, p. 103). Na análise aqui realizada, o longo processo de institucionalização da RESEX, de 1999 a 2005, ele mesmo, teve como um dos fatores originários as reivindicações de melhorias nas condições de vida da população tradicional que vivia dos recursos extraídos do Rio Caeté e seus mangues. Junto à pressão do movimento dos pescado-

res de Bragança para a diminuição da pesca predatória (PERES, 2011) congregando diversos aliados – agentes do Estado, ativistas das ONGs, movimento social, membros do campo científico, empresários locais - constitui-se o processo para a implantação da RESEX. Essa mobilização em torno de uma questão ambiental – o problema da pesca artesanal – caracteriza a *ambientalização* do conflito social que, conforme Leite Lopes (2006, p. 34), encerra uma nova questão pública. Pois o discurso *sustentabilista*, por força da pressão dos vários agentes envolvidos, implicou a transformação do Estado e do comportamento das pessoas e grupos sociais, assimilando-se novas ideias e estratégias, induzindo, num processo dialético, a transformação na forma e na linguagem dos conflitos sociais, resultando na institucionalização da questão ambiental[6].

2. O território da RESEX e seus agentes sociais

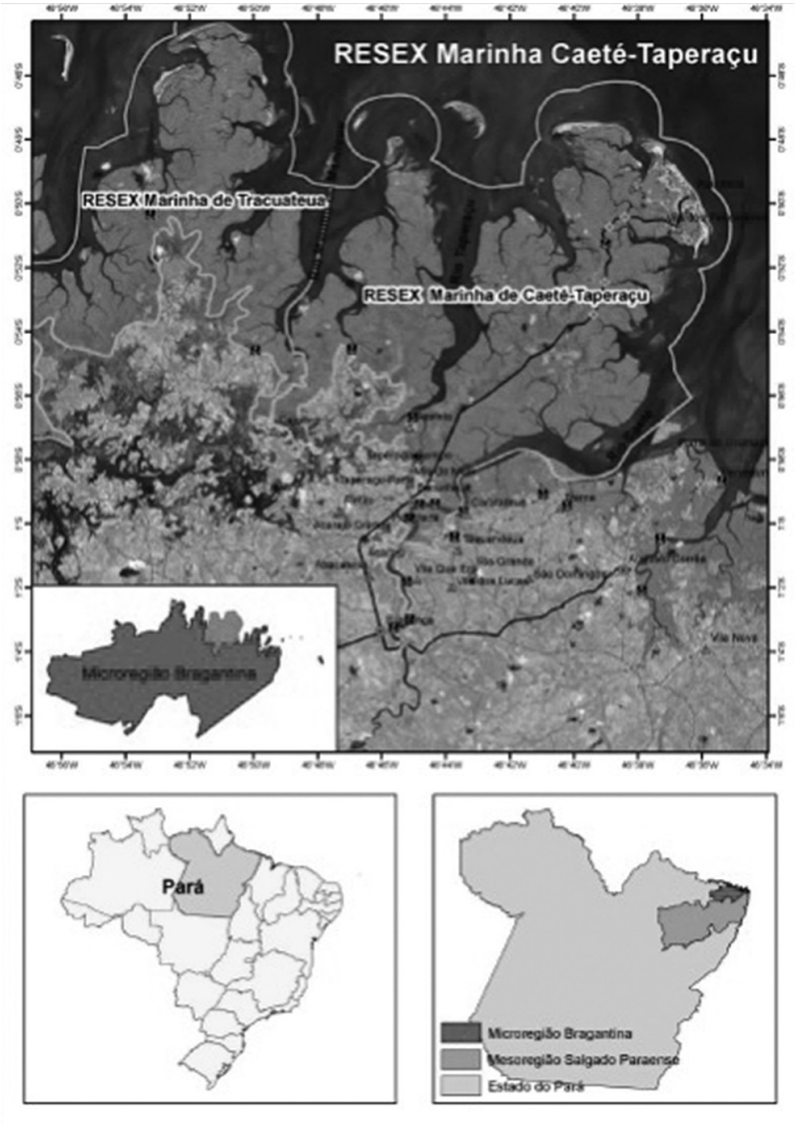
O Município de Bragança, no qual se localiza a RESEX Caeté-Taperaçu, encontra-se, segundo divisão sociopolítica estadual (PARÁ, 2008), na região de integração do rio Caeté, e, segundo o IBGE (2014), faz parte da mesorregião do Nordeste do Estado do Pará. Região que é caracterizada pela existência de manguezais, integrando ecossistemas costeiros de grande importância biológica. Bragança tem grande importância histórica, sendo um das cidades mais antigas do Pará, com mais de 400 anos de fundação. Tem sua história republicana marcada pelo funcionamento da Estrada de Ferro Belém-Bragança (1884-1965), que visava a dinamizar a economia da capital, Belém, com o escoamento dos produtos gerados pelo extrativismo e agricultura locais (CONCEIÇÃO, 1991). A estrada foi de fundamental importância para a colonização da região Bragantina, e motivo principal de sua intensa ocupação, com criação de povoados, vilas e, mais tarde, municípios. Mesmo após a desativação do empreendimento, alguns colonos estrangeiros se fixaram na região por algum

6. Leite Lopes (2006) e a vasta literatura sobre esse tema caracterizam a institucionalização da questão ambiental através da criação de várias instituições nacionais e internacionais, a partir dos anos 1970, assim como da elaboração de leis ambientais e da realização das conferências da ONU, demonstrando a internacionalização do problema ambiental. A miríade de agentes e instituições também dá o tom à importância que o tema adquire, ressaltando-se a atuação do Banco Mundial, movimentos ambientalistas, ONGs e demais.

tempo (italianos, japoneses, portugueses), também os nordestinos, fugidos da seca. Estes, de fato, foram os que consolidaram, na Bragantina e no nordeste paraense, um tipo peculiar de sociedade em relação a Belém (CONCEIÇÃO, 2001), juntamente com os nativos que já ocupavam esse território (ribeirinhos, seringueiros, pescadores, agricultores). Atualmente, a atividade pesqueira no Rio Caeté é responsável por grande parte do abastecimento de pescado na cidade de Bragança e em outras regiões dos estados do Pará, Maranhão e Ceará (PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 2012). Das principais atividades econômicas desenvolvidas neste município, entre os setores da agricultura, indústria e serviços, este último foi o que mais contribui na formação de seu Produto Interno Bruto (IBGE, 2008). O município de Bragança é constituído de 246 vilas. Dentre estas vilas, 45 estão situadas na abrangência da Reserva Extrativista.

A RESEX Caeté-Taperaçu possui 42.068 hectares, o que corresponde a aproximadamente 20% da área total do município. Recobre a porção norte do município, onde se concentram os bosques de manguezais, além de diversos rios, igarapés e águas costeiras. Sua criação originou-se da iniciativa de moradores das comunidades da península bragantina, grupos da sociedade civil organizada local, cuja finalidade foi a de reduzir a pesca e a coleta predatória de crustáceos (PERES, 2011). Com o apoio de instituições oficiais (EMATER, IBAMA), lideranças religiosas, associações comerciais (ICMbio, 1999), as primeiras mobilizações iniciaram-se em 1998, intensificando-se a partir de 1999, culminando com o Decreto Oficial da Reserva, em 20 de maio de 2005 (BRASIL, 2005). Segundo levantamento feito pelo gestor do ICMbio em 2012, cerca de 9000 famílias habitam e/ou dependem desse território, sendo 3000 extrativistas. Vale ressaltar que a criação da Reserva Marinha Caeté-Taperaçu se deu em meio a um significativo movimento de reordenação territorial desde o início dos anos 2000 na região, através da decretação de oito, das nove Reservas Extrativistas Marinhas do Estado. Junto a esse processo, as RESEX marinhas suscitam importante debate sobre o uso de recursos comuns, sobretudo aquelas ligadas a atividades pesqueiras e demais desenvolvidas no território marinho. Assim, ao reivindicar a sua subsistência, as populações envolvidas nessas atividades reafirmam sua identidade, utilizando a luta pelo território como uma estratégia política para defender seu modo de vida (CHAMY, 2004).

Figura 2 – Mapa de localização da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.



Fonte: ECOIDEIA – (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012a).

A gestão participativa, segundo o SNUC (BRASIL, 2007), deve-se constituir como fins de defesa do modo de vida das populações tradicionais, e o Conselho Deliberativo é a instância decisória na gestão da RESEX, no qual são propostas e decididas as regras de apropriação dos recursos comuns aos usuários e moradores. Na Caeté-Taperaçu, o CD foi implantado em 2007. Sua composição definida formalmente é que 50% + 1 dos conselheiros devem ser moradores e usuários tradicionais, e o restante pelas demais representações (BRASIL, 2005). Assim, no Conselho tem que estar representado um conjunto de categorias sociais presentes ou relacionadas de diferentes formas com a reserva. Atualmente, o CD conta com 21 conselheiros, que possuem 8 representantes das 45 comunidades, além da Associação-Mãe, a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), e demais das instituições oficiais e das organizações sociais. A Unidade de Conservação também acessa outros instrumentos de gestão: o Plano de Utilização (PU) (2005) e o Plano de Manejo (2012). O CCDRU (Contrato de Concessão de Direito Real de Uso), de 2012, concedeu à ASSUREMACATA, o uso por 50 anos, da área da RESEX, após severas discussões travadas no CD e na Associação-Mãe (ATAS, 2010; 2011). Ressalta-se que o PU garante que todos os extrativistas sejam considerados coautores e cogestores na gestão da RESEX, devendo ser responsabilizados pela sua execução.

A RESEX e seus habitantes estão ligados à tradição histórica da região bragantina, identificados com a atividade pesqueira, a partir da qual se conquistou a identidade de população tradicional. No entanto, a consagração e ampliação dos direitos legais têm-se constituído, na prática cotidiana, em meio aos conflitos inerentes às diferenças: nas práticas sociais, entre os grupos que disputam o território da Reserva; de aceso à informação; das formas de participação; na produção de discursos e na imputação de significados às instâncias de gestão da UC.

3. A Questão da Participação no Conselho Deliberativo da RESEX Caeté-Taperaçu

A propagação do tema da participação, a partir da década de 1980, exerceu grande influência na elaboração das políticas públicas no

Brasil. A questão, desenvolvida no plano internacional, amplia-se através dos projetos e incentivos das agências multilaterais, das estratégias das empresas privadas, passando pelas agendas das ONGs e dos movimentos sociais. No campo acadêmico, o debate sobre a participação se adensou em torno das experiências endógenas de cada sociedade e dos diferentes espaços de deliberação com a atuação conjunta de grupos da esfera da sociedade civil e do Estado (RIBEIRO, 2012). O marco jurídico-institucional que configura essas instâncias de coparticipação data da Constituição Brasileira de 1988, na qual são estabelecidas diversas formas de participação, como os Conselhos Gestores, os Orçamentos Participativos, Planos Diretores Municipais, Planos Plurianuais, entre outras.

Se inicialmente foi construída uma ideia positiva sobre essas práticas, ao longo dos anos, divergências e críticas foram apontadas à imposição do sentido dado aos modelos institucionalizados de participação, descolados dos contextos em que se desenvolviam as experiências. A literatura especializada (TATAGIBA, 2005; DAGNINO, 2002; ABERS, 2003), tratando em especial dos conselhos, tem apontado diversas imperfeições no funcionamento desses arranjos participativos, configurando teoricamente o que se tem chamado do "problema da efetividade" (AVRITZER, 2011, p. 15). Questiona-se a eficácia da participação em vários pontos: o "baixo empoderamento e controle social da população", "o controle das elites locais sobre o processo", "a desigualdade nas relações de poder e demais questões" (FONSECA; BURSZTYN; MOURA, 2012, p. 185).

Voltando-se o foco da discussão para a implantação de instâncias participativas nas UCs, constroem-se indagações sobre os procedimentos pelos quais as populações locais participam e podem influenciar nas tomadas de decisão na gestão do território e nas definições de políticas, segundo seus saberes e práticas. No caso em tela, busca-se perceber questões decorrentes da implantação e da atuação do Conselho na RESEX e de seus *instrumentos de gestão* (ICMbio) – como o Plano de Manejo, Plano de Uso e o próprio Conselho Deliberativo. Por se tratar de processos sociais realizados entre diferentes atores e lógicas, conforme já foram caracterizadas nos itens acima, nota-se que as distintas estratégias de luta geram divergências em vários níveis.

Na literatura e nas experiências em diferentes contextos, tem se observado que o papel dos conflitos é fundamental na definição das políticas ambientais (ZHOURI, 2008; BREDARIOL, 2001), podendo variar de obstáculos a instigador dos processos de mudança. Cabe, no entanto, analisar as estratégias e o peso dos diversos grupos envolvidos, pois, o que está em luta são a criação e a imposição de modelos que garantam a reprodução simbólica e material dos agentes (BOURDIEU, 2004). Na questão sobre a qual se debruça, é estabelecido um campo de luta no qual a *ambientalização* dos discursos, particularmente pelos grupos populares (LEITE LOPES, 2006, p. 48), é uma das chaves para o equilíbrio da disputa.

As diversas questões traduzidas em conflitos no território da RESEX desenham as perspectivas de ribeirinhos, pescadores, pequenos agricultores, empresas, associações de classe, organizações não governamentais, instituições religiosas, diferentes *experts* (cientistas sociais, biólogos, técnicos ambientais entre outros) e gestores municipais, estaduais e federais. Ressaltando que as tensões não se restringem aos oponentes externos aos grupos de pertencimento, mas ocorrem também nas próprias comunidades de interesse, conforme será identificado mais adiante.

O Conselho Deliberativo da Reserva foi instituído em 2007 (BRASIL, 2007)[7] e, atualmente, conta com 21 representantes institucionais que tomaram posse em outubro de 2012. Nove são representantes das populações tradicionais[8] (ASSUREMACATA e conselheiros dos polos comunitários); quatro representam as organizações sociais que atuam no município de Bragança, um representa a comunidade científica e sete conselheiros procedem dos órgãos públicos, incluindo-se o ICMbio, cujo gestor exerce a presidência do CD, conforme determina o SNUC (BRASIL, 2000). No que concerne ao seu perfil, segundo sexo, esco-

7. Em sua origem, o CD possuía 23 conselheiros; em 2011 foram excluídas as instituições que não participavam das reuniões e foram convidados outros representantes, aprovados em assembleia. Até 2012, o Conselho contava com 22 membros, com os quais se iniciou a pesquisa, sendo complementada até ao momento com os novos conselheiros, quando era o caso.

8. Conforme já foi justificado no texto, no que pese as distinções teóricas e políticas que se fazem ao termo População Tradicional, aqui será utilizada a categoria para caracterizar os representantes dos polos e da Associação-Mãe, dentro do Conselho da RESEX .

laridade e idade, em 2012, os conselheiros em sua maioria eram do sexo masculino - 64% - e o restante feminino. Quanto à escolaridade, a minoria possui nível superior - 36% - e o restante alcançou o ensino fundamental e médio (RODRIGUES JUNIOR, 2012). A maioria dos conselheiros situa-se entre 34 e 50 anos. Os dados apontam ainda que a participação das mulheres e jovens é restrita nesse espaço, podendo estar ligada a fatores culturais inibidores que se repetem em outros Conselhos (IPEA, 2012) e estruturas de representação no Brasil. No entanto, a sub-representação numérica, na Reserva, não deve ser tomada como falta de ativismo das mulheres que tomam parte do CD. Lá estão presentes, o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), assim como um dos membros mais atuantes, é uma liderança feminina.

"Tem que respeitar a voz do outro..."[9] A definição de participação expressa por um conselheiro dos polos comunitários é reforçada por outros representantes. Afirmam que é necessário: "expressar opinião"; ter "voz", "comprometimento" e "conhecimento"; é sinônimo de "mobilização", "coletividade", "trabalho em grupo" e se traduz em "cidadania". O teor positivo das falas pode ser visto como um ideal de atuação no Conselho e fora dele, porque reconhecem as contradições inerentes à efetivação dos projetos socioambientais que equilibrem as diferenças socioeconômicas e políticas características do território da UC. Quando definem o *conflito,* termos, como "enfraquecimento", "desunião", "briga pelo poder", aparecem com a ressalva de que também são "necessários" e "comuns", reforçando os achados da pesquisa. "A relação entre as esferas técnica e política está no centro do debate sobre a deliberação em arenas participativas compostas de atores do Estado e da sociedade civil." (FONSECA; BURSZTYN; MOURA, 2012). Essa constatação se traduz na oposição entre os representantes das populações tradicionais e os *experts* e atores estatais dentro do Conselho.

Queixas sobre a linguagem técnico-burocrática utilizada pelos técnicos e até pesquisadores são relatadas como inibidoras do diálogo entre essas representações, visíveis em discussão como a da elaboração do

9. Dados extraídos de entrevistas semiestruturadas realizadas com os Conselheiros da RESEX Caeté-Taperaçu, por Sebastião Rodrigues Junior, em 2013.

CCDRU e do Plano de Manejo. O discurso preservacionista dos técnicos é outro motivo de divergência, ao se chocar com as pautas propostas pelos comunitários que tratam da distribuição de benefícios sociais e de obra de infraestrutura sanitária e de pavimentação, construção de portos, mas que também demandam por política de proteção à pesca artesanal, turismo ecológico, entre outras. Assim são desenhadas oposições aos representantes das instituições oficiais, ao ICMbio, e principalmente à Prefeitura. É visível o confronto entre os interesses da RESEX e o do poder local, no que diz respeito às diferenças entre territorialidade e gestão territorial. Se na primeira definição, viu-se que se fundamenta na identidade e é sustentada "pela presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial" (BECKER, 2010, p. 20), no que concerne à gestão territorial, abre-se outra perspectiva. Esta "segue um princípio de finalidade econômica – expressa em múltiplas finalidades específicas – e um princípio de realidade das relações de poder, isto é, de absorção de conflitos, necessária à consecução de suas finalidades." (BECKER, 2010, p. 20).

E, por mais que os representantes das PT não sejam tão propositivos nas assembleias do CD, conforme observações das atas e reuniões, não se pode invalidar a participação substantiva de algumas lideranças. Estas, por vezes, são vozes que se repetem no confronto com as instituições oficiais. Vale ressaltar que, por ser um processo dinâmico, os representantes das PT apontaram como fundamentais, em suas estratégias, as alianças com as instituições oficiais e menos com os grupos comunitários (RODRIGUES JUNIOR, 2012).

As oposições entre os próprios *experts* formam um grupo de tensões que também são visualizadas na atuação no Conselho, não só entre representantes formais, mas também entre aqueles que atuam nesse espaço como assessor voluntário ou pesquisador. Apesar de não ter sido o foco principal do trabalho, foi possível perceber a diferença de interesses entre as visões de pesquisadores das áreas das ciências naturais e sociais quanto às questões sociais no território. Foram relatados pelos representantes do ICMbio também descontentamentos com dirigentes da Prefeitura Local e agentes do mercado por atuações que contrariavam o acordo estabelecido no Plano de Atividades da Reserva (falta de construção de portos, saneamento, comercialização irregular

de recursos naturais da Resex). Outra questão deve-se às dificuldades administrativas apontadas pelo gestor na relação com a sede do ICMbio. Em seus relatos, apontava a falta de celeridade no repasse de recursos e providências para melhor gerir a UC. O aspecto técnico-científico dessas questões pode ser visto como um elemento que dificulta a construção do diálogo com as populações-alvo desse território, concorrendo para a despolitização da sua participação.

Um terceiro conjunto de conflitos identificados é fruto das relações entre os representantes da população tradicional atuando dentro do CD, nos comitês comunitários, os quais devem ser ouvidos e ser fonte de informações nas comunidades, ao se relacionar com os líderes e associações locais, sindicatos e demais organizações sociais. Questionados sobre as causas dos conflitos, os conselheiros os reconhecem e atribuem à "desunião" e à "briga pelo poder" seus motivos centrais. Em entrevista, um pescador e representante da ASSUREMACATA afirma as diferenças políticas partidárias como elemento decisivo na geração dos conflitos nas relações com a Associação. Visão que se repetiu nas reuniões do Conselho e nas de elaboração do Plano de Manejo, mas analisado por outros agentes. Esses, em sua crítica, enumeram vários pontos que dificultam o exercício para o qual a associação foi criada, que era o de potencializar a participação de moradores e usuários, como denúncias de inadimplência na prestação de contas para o ICMbio e comunidade; falta de repasse de informações; não realização de assembleias; atuação pífia no CD e em outras instâncias de participação local, falta de transparência na distribuição de benefícios (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012b, p. 137, 140, 156). Tais questões são vistas como empecilhos para o fortalecimento da organização comunitária e o exercício da participação a fim de garantir a proteção do território. Inclusive, para contornar os conflitos com agentes sociais de fora da Resex, como no conflito insistentemente relatado entre os pescadores artesanais locais e as "geleiras" que utilizam grandes embarcações e técnicas de pesca predatórias[10].

10. Em várias ocasiões, os pescadores artesanais se referiam aos efeitos danosos das "geleiras" ou "cearenses" - como nomeiam os pescadores que veem de fora da região e pescam com grandes barcos com frigorífico, que processam o pescado

No entanto, as dificuldades são remetidas também para as relações entre os representantes dos polos no CD e as comunidades, relatando-se o distanciamento e a falta de comunicação, inclusive dos comitês em relação aos moradores e usuários das comunidades nos polos[11]. Nas oficinas do PM e em atividades de interação realizadas na posse do CD (2012), foram apontadas questões, em tom de denúncia, sobre o uso de interesses pessoais acima dos coletivos, gerando momentos de tensão. A "desunião entre os comitês", a "desarticulação política", a falta de "interesses comuns" (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012b, p. 113) são impressões que sintetizam visões dos agentes comunitários sobre os problemas e conflitos decorrentes do esforço de participação nesse formato institucionalizado da cogestão.

4. Desafios e Limites da Participação na Resex Caeté-Taperaçu

A literatura tem destacado a necessidade de ampliar os horizontes socioculturais para se lidar com a complexidade inerente aos processos ambientais e às relações sociedade e ambiente (LEFF, 2006; DIEGUES, 1994). A experiência aqui discutida indagou sobre os desafios da construção dos acordos. A participação envolve conflitos, custos, riscos, assim como vantagens relativas. Buscou-se, nesse artigo, explorar a formação dos conflitos da participação no Conselho Deliberativo a partir de pesquisa realizada na Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

Há várias novidades nessa formação. Por um lado, com a Reserva, os moradores e usuários tradicionais têm assegurado, como princípio, o direito de acesso privilegiado à base de recursos, através da concessão de uso que lhes é atribuída legalmente. Por outro lado, as comunidades locais passam a dividir o poder de decisão e de con-

---

extraído em mar aberto. Em suas atividades, as "geleiras" derramam óleo nos rios, reduzindo também a variedade de peixes, além de inibir a oferta dos peixes do mar no mercado local.

11. Os comitês são as instâncias de participação que devem contar com 5 representantes das comunidades que constituem um polo. Esses representantes, escolhidos pelas comunidades, devem atuar como catalisadores das demandas locais e repassá-las aos conselheiros, assim como devem servir de multiplicadores das informações e questões discutidas e decididas nas assembleias do Conselho Deliberativo.

dução com diferentes agências do Estado, de pesquisa, da sociedade civil, prefeituras e agentes do mercado. Após 10 anos de existência legal, a RESEX somente recentemente aprovou seu Plano de Manejo (em 2013), complementando os demais instrumentos de gestão requeridos pelo SNUC.

Apesar de se trabalhar com conselheiros de todos os grupos sociais representados, deu-se maior ênfase às questões apresentadas pelas populações tradicionais. Assim, visou-se a confrontar a experiência em tela com os argumentos de parcela da literatura sobre conselhos e participação no Brasil que têm questionado as virtudes democratizantes desses arranjos institucionais. São apontadas as diferenças de saberes com a prevalência da linguagem técnica, a dominação dos *experts* sobre os agentes comunitários, a despolitização da participação, o refluxo do associativismo, entre outros.

Os achados da pesquisa permitem demonstrar alguns desses problemas no que concerne à relação entre os representantes das populações tradicionais e os *experts* e técnicos das instituições públicas. Mas também são verificados importantes conflitos entre os usuários e moradores e seus conselheiros que podem servir à reflexão sobre os dilemas da participação nessas arenas. As denúncias sobre o uso de práticas viciadas (clientelistas) na relação entre os agentes sociais comunitários e suas representações no CD, associadas à falta de transparência e até a ausência nos espaços de participação podem contribuir para desnaturalizar a visão idealizada sobre a sociedade civil, na qual se incluem as populações tradicionais. Por outro lado, cabe destacar que, enquanto uma experiência empírica contextualizada, tais questões não devem responsabilizar esses agentes como meros reprodutores de práticas viciadas, visto que estão explicitados no estudo outros elementos limitantes para a plena participação.

Mesmo porque, nesse grupo *comunitário*, convive a diversidade de agentes em contínuo processo de construção, reprodução e transformação que agora se deparam com as novas formas de participação, nas quais devem adotar a função de cogestores. No entanto, as experiências comunitárias e associativas não *preparam* a todos para o encargo de gestores. Conforme foi demonstrado, o estranhamento a essa estrutura é inibidora por apoiar-se numa rede de agentes que mobiliza

recursos desiguais, percebidos na utilização da linguagem técnica que, enquanto fator de dominação, dificulta a plena participação. Mas alguns desses representantes das PT assumiram postos no legislativo municipal, em organização social representativa das populações tradicionais em âmbito nacional, outros constituíram cooperativas para venda de produtos artesanais; fatos que demonstram o seu ativismo dentro do território e o habilitam para a defesa de seus projetos no fórum participativo.

Na consulta feita aos agentes comunitários, apesar de apontar as dificuldades para tomar parte dos fóruns de discussão, vários deles conseguiram identificar os desafios a serem superados. As falas apontadas no item anterior são complementadas por observações no sentido de contribuir para a superação dos entraves. Aponta-se a necessidade de se reforçar o trabalho comunitário, de aproximação dos representantes com suas comunidades, de recursos educativos para habilitar os conselheiros para atuar no campo ambiental na Reserva, sobre a importância de envolver mulheres e jovens. E também se dá destaque à necessidade de reconstituição das organizações associativas, o que pode significar a percepção da fragilidade das bases de sustentação da Associação-Mãe e ser indicativo de um processo - que requer apuro de investigação - de refluxo das associações no Município de Bragança, com impacto negativo na capacidade de mobilização.

Na prática, e em outra direção, vão-se construindo algumas alianças, mesmo que passageiras, entre os representantes das PT e da esfera estatal e com *experts,* caracterizando um processo que a literatura especializada chama de *mútua construção*. Essa ação pode indicar a constituição de redes de sustentação, visando a aliar a conservação da sócio e biodiversidade do território, e também garantir o reconhecimento da identidade tradicional, com todas as suas peculiaridades. É preciso também refletir sobre as práticas dos conselheiros das instituições estatais que, por vezes, ancoradas em discursos técnico-científicos contribuem para a imposição de sentidos e se fecham ao diálogo de saberes, contrariando as expectativas da participação. A *ambientalização* é parte da estratégia de construção de um discurso que apropria questões e categorias "ambientais" e "externas" ao seu universo habitual para obter ganhos – bolsa verde, seguro defeso, *casas do INCRA* - que requer,

portanto, mobilizar recursos de participação, não somente aos moldes clássicos, mas compatíveis com os canais disponíveis. O que não se traduz na desvalorização das formas de mobilização social fora dos canais institucionais, mas, ao contrário, se aposta na conjugação de esforços e meios para que se ampliem os ganhos para a efetiva justiça social.

Em suma, o Conselho Deliberativo da RESEX representa uma ferramenta de inclusão participativa que em cada sociedade se ajusta ao movimento dos agentes sociais envolvidos. Se tantas são as dimensões e os sentidos atribuídos à categoria participação, tantos serão os processos conflituosos e as possibilidades de transposição.

Assim, a aproximação que aqui se chegou não serve a generalizações, mas intenta contribuir para a reflexão sobre as várias formas de analisar esses espaços de participação que devem ir além da visão homogeneizadora e normativa.

Referências

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu** - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio, 2012a.

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu** - VOLUME II - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio, 2012b.

ABERS, Rebecca. Interesses e ideias em políticas participativas: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográficas e os orçamentos participativos. **Sociedade e Estado,** Brasília, v. 18, n.1/2, p.257-290, jan./dez. 2003.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, V. 24, n.68, p. 103-119, 2010.

ALLEGRETTI, M. H. **O Destino da Floresta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Konrad Adenauer, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre"**, "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. – 2.ª Ed. PGSCA–UFAM: Manaus, 2008.

ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **RBCS** Vol. 19, n. 55, p. 33-53, jun. 2004.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. IN. PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011. v. 7 (Coleção Diálogos para o desenvolvimento). P. 13-28.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humunas.** Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAGANÇA, P. M. D. **Inventário da oferta turística do município de Bragança.** Texto provisório em arquivo digital. BRAGANÇA, P. M. D. 2012.

BRASIL. Decreto 45.113, de 05 de junho de 2009. Brasília, 2009 (Regulamenta Lei 17.727, de 13 de agosto de 2008).

BRASIL. Decreto Federal S/N de 20 de maio de 2005, Brasília, 2005.

BRASIL. Instrução Normativa n. 03, de 18 de setembro de 2007 (Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidades de Conservação Federal das Categorias de Reservas Extrativistas e Reserva de Desenvolvimento sustentável). Brasília, 2007.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000 (Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação). Brasília, 2000.

BREDARIOL, Celso Simões. **Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente.** Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: **Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities**. The Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property, Oaxaca, Mexico, August, 2004.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro (2001). Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In; Costa, M. J. J. (Org.) **Sociologia na Amazônia**. Belém, UFPA.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. **Políticas e colonos na Bragantina**, Estado do Pará: Um trem, a terra e a mandioca. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Campinas, SP, 1991. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000028888 &fd=y. Acessado em 13/02/2014.

CUNHA, Cláudia Conceição. Reservas **Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990**. Rio de Janeiro, 2010. Tese (doutorado em Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, EICOS.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade civil e espaços públicos. São Paulo, Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel; MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: O caso do conselho nacional do meio ambiente. **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, v. 20, n. 42, p. 183-198, jun. 2012.

GOHN, M.G.M. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**.1a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001, v.01.

GOMES, Manoel E FELIPPE, Luis. Tutela jurídica sobre as reservas extrativistas. In: ALLEGRETTI, M. H. **O Destino da Floresta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Konrad Adenauer, 1994. p. 73-90.

IBGE. 2008. CIDADES. **Pará**. **Bragança**. Produto Interno Bruto dos Municípios - 2008 – Gráfico. Acessado em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&t codmun=150170&tidtema=14&tsearch=para|braganca|produto-interno-bruto-dos-municipios-2008. Consultado em 13 de outubro de 2014.

IBGE. 2014. **Pará**. **Bragança**. Infográficos: Dados gerais do município. Acessado em:http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&tcodmun=150170&tsearch=||infogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio. Consultado em 10 de outubro de 2014.

ICMbio. **Documentos Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu**. Bragança, PA, 1999. (Coletânea de documentos)

IPEA. **Relatório de Pesquisa, projeto Conselhos Nacionais**: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília, DF, 2012.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE LOPES, J. S. sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**, in Série antropologia, Brasília: UnB, 2002.

PARÁ. **Decreto n° 1.066, de 19 de junho de 2008**. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. 2008.

PERES, Ariadne da Costa. **Estudo antropológico de uma comunidade na abrangência da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)**. Belém, PA, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará.

PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011. V. 7 (Coleção Diálogos para o desenvolvimento).

RIBEIRO, Tânia Guimarães. A participação no desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia. **Revista Pós Ciências Sociais**.v. 8, n. 18,, jul/dez. 2012.

RIBEIRO, Tânia Guimarães. **O Conceito de Desenvolvimento Participativo nas Ações do Estado – uma proposta para a Amazônia.** Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; MIRANDA, Ana Caroline Pires. Conflitos ambientais na Amazônia e a construção de categorias sociológicas jurídicas: análise da expressão "povos e comunidades tradicionais". **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 10, n. 20, jul/dez. São Luiz, 2013.

SANTOS, Leonardo Bis dos. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, V. XII, N. 1, p. 133-150, jan.-jun. 2009.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da. **Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. Belém, PA, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Pará.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da; SIQUEIRA, Deis; MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães. Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [Em línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de mayo de 2014, vol. XVIII, nº 477. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-477.htm>. ISSN: 1138-9788.

SIQUEIRA, Deis Elucy. Biodiversidade, Estado brasileiro e Religião na Amazônia. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p.56-78, abr./jun. 2010.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos Gestores de políticas públicas e democracia participativa: Aprofundando o debate. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 25, p. 209-213, 2005.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 153-179, 2º Sem. 2010.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*. Desafios para a governança ambiental. **RBCS**, vol. 23 n. 68, p. 97-107, out. 2008.

CAPÍTULO 10

DISPUTA PELA NATUREZA E A NATUREZA DA DISPUTA: O PROBLEMA DA GOVERNANÇA NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS

Roseane Gomes Dias
Benedito Souza Filho

Introdução

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, criado em 1981, possui uma área de 155 mil hectares e abrange os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. As populações tradicionais, cujo histórico de ocupação em alguns casos remonta ao século XIX, vivem e trabalham nessa área, desenvolvendo atividades agrícolas, extrativas, artesanais, de pesca e de pequena criação de animais.

O fato de não ser admitida a presença humana residindo na área do Parque, por se tratar de uma unidade de proteção integral, tem propiciado conflitos das famílias com o ICMBio em decorrência das práticas dos agentes envolvidos serem pautadas em concepções de natureza diamentralmente opostas. Os grupos familiares que historicamente vivem e trabalham no interior do Parque disputam, assim, com o Estado brasileiro, o direito de permanecer nos seus territórios e continuar reproduzindo o seu modo de vida.

Tomando como universo empírico o município de Barreirinhas, o presente artigo, além de refletir sobre o que orienta as posições e práticas dos agentes envolvidos, busca compreender como as multas, proibições e restrições impostas pelos agentes do órgão ambiental do Estado

às famílias de distintas localidades do Parque podem contribuir para a imposição da *terra nullius*, ou seja, restringir a reprodução do seu modo de vida e assegurar, de forma gradual, o esvaziamento do Parque da presença das famílias.

A presença de famílias na área hoje definida como Parque Nacional é, inclusive, anterior à criação oficial dessa unidade de conservação, sendo reconhecida por pesquisas acadêmicas e pelo próprio Estado brasileiro, por meio dos órgãos ambientais que historicamente vêm se ocupando do monitoramento dessa unidade de conservação.

O desenvolvimento de "atividades privadas" no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é considerado incompatível com o objetivo dessa unidade de conservação, cuja preocupação é a de "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais" (IBAMA, 2002). Porém, não são todas as atividades que são consideradas incompatíveis com os objetivos do Parque. De acordo com o SNUC, é admitida a "realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico" (SNUC, 2000).

Ainda que as permissões estejam condicionadas ao que estabelece o SNUC, as populações tradicionais que historicamente vivem e trabalham em diferentes localidades do Parque, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Colônia de pescadores, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Barreirinhas, têm resistido às investidas do órgão ambiental no sentido de permanecer em seus lugares de residência e trabalho.

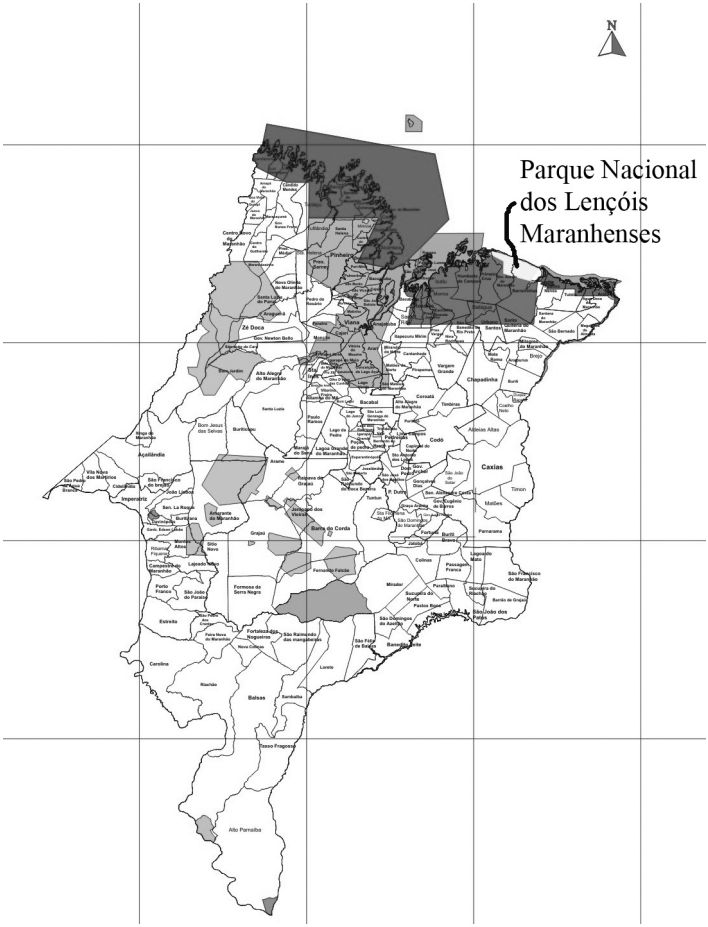
1. Aspectos históricos da presença de grupos familiares e o contexto político de criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

César Marques (1970) menciona que a presença de famílias na área definida como Parque Nacional remonta ao século XIX. Afirma este autor que, em 1860, na Freguesia de Barreirinhas, a população era de 7.474 almas, sendo 6.843 livres e 631 escravas.

Em pesquisa realizada nos Lençóis Maranhenses, entre 1996 e 1997, D'Antona (2002, p.114) identificou 53 localidades, com uma população

de 3.646 residentes no interior da área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e 46 localidades (zona rural e bairros e sedes municipais), na área do entorno do Parque, com 13.441 residentes.

Figura 1 – Localização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses



Fonte: IBAMA, 2002

Em 2002, foi realizado o primeiro cadastro fundiário pelo Instituto de Pesquisa Educação e Meio Ambiente (IPEMA)[1], que identificou 41

1. Esse levantamento foi feito através de convênio IBAMA/CHESF/IPEMA, com

localidades em um total de 681 núcleos residenciais inseridos na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Em 2003, quando ocorreu a homologação do Plano de Manejo do PARNA Lençóis Maranhenses, com base nos dados de 1977[2], o IBAMA registrou um contingente aproximado de 215 famílias residentes na área do Parque, na condição de posseiros e mais uma área correspondente a 29% do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, composta por propriedades com registro definitivo de posse (ICMBio, 2009).

Entre setembro de 2007 e abril de 2008, o ICMBio realizou o diagnóstico socioambiental de 13 localidades presentes no Parque, que tinha como objetivo "caracterizar o modo de vida da população residente, identificar as pressões existentes, o grau de ocupação e consolidação dos povoados e possíveis defasagens no cadastro realizado em 2002" (ICMBio, 2009, p. 4). Identificaram 2.048 pessoas e 488 residências.

Em 2009, técnicos do ICMBio produziram um documento, denominado Relatório Técnico PARNA Lençóis Maranhenses n. 01/2009, em que consideram "urgente a realização de um amplo cadastramento que marque um referencial mais preciso com relação a quem, quantos são e quais as residências ocupadas por famílias que já habitavam a região antes da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses".

---

fonte de recursos de compensação ambiental da linha de transmissão 500kV – Presidente Dutra/MA – Fortaleza II/CE. A maioria das localidades é formada por menos de 10 casas (54%). Cerca de 27% das localidades possuem menos de 05 casas e apenas uma possui mais de 50 estabelecimentos (Travosa, Município de Santo Amaro). Número de habitantes residentes nos limites do PARNA – representam cerca de 22,5% da população total do município de Santo Amaro (9.663) e 3,7% do município de Primeira Cruz (10.668) e 3,2% de Barreirinhas (39.260). A maior parte das famílias declarou residir no local entre 20 e 29 anos (21%) e entre 40 a 49 anos (18%) – esse tempo de residência está diretamente relacionado com a idade dos moradores, não sendo referencial para inferir há quanto tempo as localidades existem. A área total ocupada pelos estabelecimentos cadastrados foi de 9.767ha. Desta, 62% está no município de Barreirinhas, 34% em Santo Amaro e 4% em Primeira Cruz. O que corresponde a 6,3% da área total do PARNA.

2. Em 1977, foi elaborado o documento Levantamento Fundiário do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (levantamento cartorário, questionários e plantas baixas das propriedades e posses), pela empresa AGRITOPO, através do convênio com o IBDF.

Para além das divergências de informações quanto à quantidade de famílias na área do perímetro do Parque Nacional, inclusive anterior ao seu decreto de criação, todos os levantamentos dão conta da presença de grupos familiares numa área que, de acordo com a legislação brasileira sobre Parques Nacionais, não admite a presença humana de modo permanente.

Em 1981, quando o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado, o Brasil vivia ainda o regime militar, período em que o Estado brasileiro restringia direitos civis e políticos e tinha na sua agenda política "preocupações de ordem geopolítica e estratégica" (BARRETO FILHO, 2001, p. 57). Tais preocupações, traduzidas na defesa estratégica do território nacional, interferiram no processo de criação de unidades de conservação de proteção integral no país.

Segundo Barreto Filho (2001, p. 59), "a partir de 1979 deu-se um grande impulso à criação de novas UCs de Proteção Integral no país como um todo – e na Amazônia em particular". Ainda segundo este autor (2001, p. 59), "essa relativa facilidade em se estabelecerem UCs de Proteção Integral nos regimes militares" não pode ser atribuída a "mais do que o resultado de um mero concurso favorável de circunstâncias", mas "a um conjunto complexo de fatores, entre os quais se destaca a gestão estratégica do território". Assim, a decretação de unidades de conservação, a exemplo dos parques nacionais, tinha um sentido "estratégico" e de "defesa nacional".

A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses se insere nesse contexto. Segundo o IBAMA, a sua criação se deu a partir de uma "proposta apresentada pelo projeto Radam Brasil para preencher lacunas existentes no então sistema de unidades de conservação, bem como atendendo às reivindicações da comunidade científica e instituições que atuam na área ambiental do Estado do Maranhão" (IBAMA, 2002, p. 5).

Outro aspecto importante nesse contexto e que, possivelmente, está associado a preocupações estratégicas diz respeito à chegada da Petrobrás a Barreirinhas. Segundo Ramos (2008, p. 275), "na década de 1960 a Petrobrás chegou a Barreirinhas a procura de petróleo. A área de estudo e trabalho foi preferencialmente a região das areias" (RAMOS, 2008, p. 275). Ainda segundo Ramos,

> os trabalhadores da Petrobrás e os gringos – (...) – foram as primeiras pessoas de fora a conhecerem os Lençóis Mara-

> nhenses. Naquela época, não havia estrada para São Luís e, portanto, todo o pessoal técnico e de função administrativa da Petrobrás viajava de avião (RAMOS, 2008, p. 275).

A criação do Parque Nacional ocorre sem que os grupos familiares soubessem o que estava ocorrendo. Não foram informados e nem participaram do processo de criação do Parque. Além de não ser considerada a presença das famílias, a decretação dessa unidade de conservação não teve na proteção da fauna e flora daquela região a sua principal justificativa, mas, sim, razões estratégicas já que fora identificada pelo Estado a existência de gás e petróleo nessa ampla região.

Embora prevista em marcos legais[3], a participação das *populações tradicionais* residentes em unidades de conservação na definição de novas regras de uso dos recursos só passa a ser regulamentada pelo Estado brasileiro a partir de 2010. Até esse ano, é essa organização estatal que estabelece unilateralmente as novas regras de uso dos recursos em unidades de conservação e, de modo particular, em unidades de proteção integral. Nesses termos, a governança ambiental e territorial nos Parques Nacionais é exercida pelo Estado brasileiro por meio de um conjunto de dispositivos jurídicos (decretos, leis, planos, políticas públicas).

A partir de 2010, o Estado brasileiro regulamenta os mecanismos provisórios de "governança" em Parques Nacionais, isto é, Conselho Consultivo e Termos de Compromisso que prevêem a definição de no-

3. Convenção sobre a Diversidade Biológica, ratificada pelo Decreto n. 2.519, de 16 de março de 1988, que reconhece a pertinência da plena e eficaz participação de comunidades locais e setores interessados na implantação e gestão de unidades de conservação; Lei 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que prevê diretrizes e dispõe sobre a questão da relação das populações tradicionais com os recursos existentes no interior das Unidades de Conservação (UC); Decreto 4340/02 que regulamenta a Lei 9985/00, e que regulamenta o processo de reassentamento das populações tradicionais; Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2003); Decreto n. 5.758, de 13 de Abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas; Decreto 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPTC), que trata da presença de populações tradicionais no interior de UCs de Proteção Integral.

vas regras de uso dos recursos por *populações tradicionais* residentes em unidades de conservação e ICMBio, até que aconteça a remoção das famílias das áreas dos Parques.

2. Dinâmicas territoriais e a produção da natureza

Em Barreirinhas, esses grupos familiares estavam distribuídos em áreas que denominam como *região das praias* e *região das areias* – termos que designam as zonas do parque de acordo com os ecossistemas que apresentam, por conta dos quais distintas atividades econômicas podem ser realizadas, a partir de formas específicas de manejo. São aproximadamente 25 localidades, onde seus moradores realizam, de forma combinada, atividades como agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, criação de animais, dentre outras. Dependendo de qual região estejam situados (se na *região das praias* ou *região das areias*) e dos recursos disponíveis nessas zonas, algumas dessas atividades são mais realizadas que outras.

Essa forma de classificação em duas grandes regiões, não é apenas geográfica. Há nelas um conjunto de práticas operadas pelas famílias que orientam o uso e manejo dos recursos de distintos ambientes ancoradas nas relações sociais estabelecidas com pessoas de suas próprias localidades e com aquelas de outras.

O uso dos recursos encontrados em distintos ambientes é realizado de forma comum pelas famílias, o que não significa dizer que são abertos a qualquer pessoa, mas àquelas que fazem parte de um conjunto de relações estabelecidas por um determinado grupo de famílias, a exemplo das relações de parentesco e compadrio. Com regras estabelecidas pelas próprias famílias, manejam os recursos disponíveis em ambientes como, lagoas, rios, *praias*, *lavados* e áreas de extrativismo e de agricultura, sendo que a apropriação da produção oriunda dessas atividades é familiar.

Essa forma de uso dos recursos, ancorada nos vínculos de parentesco, tem relação com os processos de territorialização (LITTLE, 2002) operados pelas famílias a partir da dispersão de parentes por diferentes localidades no interior do Parque. Esse aspecto confere certa especificidade ao tipo de ocupação dessa região, que se deu a partir dos vínculos

de parentesco e compadrio estabelecidos entre grupos familiares, conforme os relatos abaixo:

> Nasci no Coqueiro, morei mais ou menos 01 ano com minha sogra, aqui na Tratada dos Carlos, quando me casei com o Bibiu; minha sogra foi morar no Atins; ela não sabia e construiu a casa dela dentro da área do Parque (Gisele, de Tratada dos Carlos).

> Meus pais me deram para ser afilhada do pai do cunhado do Alberico [seu marido], que convidaram os meus pais, que moravam no Braço, para morar em Tratada dos Carlos" (Priscilia, de Tratada dos Carlos).

> Nasci na Tratada dos Carlos, me casei, tive três filhos; depois fui pro Atins e lá tive 01 filho, voltei pra Tratada dos Carlos e tive mais 02 filhos; fui pra Ponta do Mangue e tive mais 02 filhos e em 2001 voltei pra Tratada dos Carlos" (Maria Antonia, de Tratada dos Carlos).

Os relatos acima ajudam a entender os constantes deslocamentos das famílias de um lugar para o outro, que também podem ocorrer por necessidade de educação formal para os filhos, nem sempre existente em suas localidades; a realização de atividades como a pesca, o extrativismo, a agricultura; e a vinculação à administração pública, que transfere servidores públicos para diversas localidades.

Nesse contexto se produz outro elemento da organização social desses grupos: as históricas relações com os diferentes ambientes e com as pessoas de outras localidades dentro e fora do perímetro do Parque, não se deram (e nem se dão) obedecendo aos limites legais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, isso porque, contrariamente à perspectiva do Estado, não estabelecem uma descontinuidade arbitrária na continuidade natural (BOURDIEU, 2008).

Essa descontinuidade arbitrária na continuidade natural de que trata Bourdieu está associada ao poder do Estado em instituir, nomear e criar realidades.

> Este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento,

> o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (...). O autor, mesmo quando só diz com autoridade, quer dizer, a vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes a natureza das coisas, "naturais" (BOURDIEU, 2008, p. 114).

Nessa perspectiva, a delimitação de limites legais estabelecidos pelo Estado brasileiro, quando da criação do Parque Nacional, por meio de um decreto, pode ser compreendido como

> ato que consiste em "traçar as fronteiras em linhas retas", em separar "o interior do exterior", o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro", é um ato religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o rex, encarregado de regere sacra, de fixar as regras que trazem a existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pre-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado (BOURDIEU, 2008, p.114).

Foi exercendo o ato de "traçar as fronteiras em linhas retas" que o Estado brasileiro definiu arbitrariamente o perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, dividindo lagoas, rios, localidades, áreas de cultivo de produtos agrícolas e extrativos, assim como áreas de criação de animais, definindo o que está "dentro" e o que está "fora" ou no "entorno" desses limites arbitrariamente constituídos.

Esses limites não reconhecem as fronteiras construídas historicamente por grupos familiares que desenvolvem a agricultura, pesca, extrativismo, criação de animais, ou seja, não reconhece as condutas territoriais (LITTLE, 2002) desses grupos, que definiram as suas próprias fronteiras, conforme argumenta seu Alberico, de Tratada dos Carlos: "Tinha divisão do que cada um considerava suas terras; todos sabiam onde começava e terminava as terras de cada um; quando precisavam pediam ao dono".

Essa dinâmica está associada à própria reprodução dos grupos que historicamente residem e trabalham na área do Parque. Esse tipo de

conduta territorial pode ser associado ao que Little define como territorialidade: "esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu "território" (2002, p. 3).

Nessa perspectiva, as distintas zonas do Parque historicamente ocupadas pelas famílias convertem-se em seus territórios como produto da ação de seus integrantes ao longo de sucessivas gerações. Essa característica de ocupação histórica de determinados espaços e a reprodução de um modo de vida ancorado em formas específicas de uso e manejo de recursos encontrados em diferentes ambientes definem as características que Diegues denomina como sendo de cultura e sociedades tradicionais:

> a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais renováveis a partir do qual se constrói um (modo de vida); b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de (território) ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse (território) por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de (mercadorias) possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica, ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta (1999, p. 80-81).

Esses aspectos que constituem o modo de vida desses grupos sociais, podem ser melhor compreendidos segundo as bases explicativas do paradigma da ecologia política, que reconhece as interrelações entre os homens e a natureza, e não a separação entre essas duas dimensões como incomunicáveis. Paul Little (2006, p. 88) enfatiza que, entre o mundo biofísico (a natureza) e o mundo social (a cultura), há um "relacionamento dinâmico e interdependente", o que, para ele, implica dentre outras tarefas a de "eliminar de vez a distinção entre natureza e cultura".

Nesses termos, só é possível pensar o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses relacionando aspectos biofísicos e sociais, considerando a relação de interdependência entre o que Little chamou de "principais forças biofísicas", relacionadas à geologia, fauna, flora, recursos e fluxos hídricos da região, junto com as "principais atividades humanas", referidas ao conjunto de atividades produtivas, a infraestrutura de transporte e comunicação instalada na região. É da interação entre "forças biofísicas e atividades humanas", afirma Little (2006, p. 90), que resultam as realidades socioambientais. Portanto, as relações sociais, culturais, ambientais e territoriais existentes no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses devem ser compreendidas como resultantes desse processo de interação historicamente determinado.

Ter essa perspectiva como referência implica também em pensar a concepção de natureza como algo construído a partir de elementos ditos *naturais*, a exemplo da ação dos ventos e marés sobre os deslocamentos de dunas, como da intervenção da cultura, por meio de processos de produção dos meios de reprodução social dos grupos que residem e trabalham dentro dos limites do Parque, a partir da relação que estabelecem com o meio biofísico (BALÉE, 2008).

Nesse contexto, é possível acionar a noção de paisagem cultural como produto da interação de forças humanas com seus ambientes biofísicos; como construções sociais e culturais. Para Balée, a construção de paisagens está relacionada a processos de ocupação de ambientes que podem resultar em melhorias ambientais, ou em degradação. Para ele, "paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, incluindo matérias vivas" (2008, p.11), ou seja, paisagens são produtos da intervenção humana, paisagens humanizadas.

Essa noção de paisagem, como produto da intervenção da cultura, ajuda na compreensão de que no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, onde o processo de ocupação humana remonta ao século XIX, não há como falar em paisagens naturais, ou seja, de uma natureza em estado natural, onde não houvesse intervenção humana.

Os ambientes existentes nos limites do Parque não devem ser vistos rigorosamente como produto espontâneo da natureza, mas como resultados da ação dos agentes que utilizam e manejam os diferentes ambientes existentes no seu interior a partir de princípios próprios de sustentabilidade ecológica (LIMA e POZZOBON, 2005). Relatos como o que segue abaixo sinalizam para essa perspectiva: "José jogava caroço de buriti na beira do rio Achuí e hoje já tem buriti que pariu daqueles que foram jogados lá" (Maria José, de Tratada dos Carlos).

O relato de dona Maria José serve para contradizer dois discursos dos agentes do órgão ambiental do Estado: o primeiro é o de que existe uma natureza natural, no sentido de reproduzir-se espontaneamente a partir da ideia de espécies nativas; o segundo refere-se ao caráter predador das famílias. Contrariamente a essa perspectiva, o depoimento mostra que a natureza é produzida pela ação da cultura e, segundo, que, subjacente a essa prática, existe um princípio de sustentabilidade, traduzido no que ela denomina de "buriti que pariu daqueles que foram jogados lá".

3. Natureza natural e os resquícios do velho mito da natureza intocada

Diferentemente da ideologia preservacionista que vê a natureza como objeto de contemplação para os turistas e de lucro para os empresários do turismo, as paisagens do Parque são ambientes construídos e não podem ser pensadas sem ter como referência a presença das famílias que, por gerações sucessivas, vivem e trabalham nessa região onde a possibilidade de proteção dos recursos existentes está referida à presença histórica dessas famílias. Porém, não é essa a compreensão que rege a atuação do Estado brasileiro ao criar parques nacionais.

Segundo Diegues, a noção de conservação da natureza, que orienta o processo de criação de parques nacionais, foi importada dos Estados Unidos e tem origem no que denominou de uma "concepção específica

de relação homem/natureza própria de um tipo de naturalismo" (2001, p. 13). Ainda segundo Diegues, os conservacionistas adeptos dessa corrente de pensamento defendem a proteção da natureza sem a presença humana e para quem

> [...] a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono (...). Esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica etc. (2001, p. 13).

É a partir dessa noção de conservação do mundo natural que os agentes do órgão ambiental do Estado, responsáveis pelo monitoramento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, têm pautado as suas ações. Associam a presença desses grupos a problemas e processos de destruição da natureza. As interferências no cotidiano das famílias por parte desses agentes assentam-se na ideia de que as práticas econômicas das famílias podem contribuir para a destruição da natureza. A partir dessa perspectiva, intervenção humana é vista negativamente, e, por conta disso, justificadora de políticas de proteção ambiental que se chocam frontalmente com as práticas das famílias.

A presença de unidades familiares na área do Parque é vista pelo ICMBio como associada a "irregularidades e invasões" (2009). Segundo os princípios que norteiam os dispositivos normativos que fundamentam a ação de funcionários do órgão ambiental, as famílias provocam impactos negativos ao conjunto de recursos naturais aí existentes, que devem ser integralmente protegidos.

Orientados por essa ideologia preservacionista, os elaboradores do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2003, p. 146) identificaram como "principais conflitos: questões fundiárias; residentes na área; presença de animais domésticos; existência de espécies exóticas/domésticas; desmatamento e caça; atividades agrícolas; atividade agropecuária extensiva". O mesmo Plano de Manejo prevê que, enquanto não forem reassentados os grupos de famílias do Parque

(2003, p. 166), serão erradicadas espécies de plantas exóticas à região, será impedido o estabelecimento de novos moradores, assim como de novas edificações (2003, p.143;145; 156;162; 165).

Esse quadro de restrições impostas às famílias do Parque pelos agentes do órgão ambiental do Estado acaba colocando em evidência situações de antagonismos com as famílias de diferentes localidades. Esses contextos possibilitam a emergência do dissenso, da ruptura e da mudança como constitutivos do que se pode definir como conflito.

O conflito, nesse caso, expressa um tipo de relação social reveladora de posições convergentes e antitéticas (SIMMEL, 1983). Segundo Simmel (1983, p. 127), essas posições são constituídas de elementos de repulsa e também por elementos de cooperação e de convergência de interesses. Em decorrência disso, o conflito acaba tornando evidente a posição dos oponentes assim como os interesses em jogo.

Além dessas restrições impostas às famílias, a instituição de uma lei municipal de Barreirinhas, em 2006, determina a criação de animais presos em algumas localidades do município; dentre elas, algumas situadas no perímetro do Parque. Essa norma legal tem alterado consideravelmente a organização econômica e modificado outras atividades associadas à criação de animais, conforme relatos abaixo:

> Antes, se criava bode, gado, porco; criei meus filhos com leite de cabras; hoje, não se cria mais, ou se criar, tem que ser presos (Maria José, de Tratada dos Carlos);
>
> Estou largando o plantio do caju; antes, o bode comia a rama, a massaranduba; hoje, sem os bodes, o cajual fica sujo e precisa de despesa para limpar; a limpa, está muito puxada. A produção da castanha caiu; antes, apanhava até 3 mil kilos de castanha (José Alves, de Tratada dos Carlos).
>
> Hoje, aqui na Baixa da Onça, eu tenho mais ou menos 25 cabeças de bode; estamos teimando em criar, porque agora tem uma lei que proíbe a criação dos animais soltos (Maria Antonia, de Tratada dos Carlos).
>
> Em janeiro a gente botava a roça e ao mesmo tempo plantava o caju nela; quando tirava a mandioca, ia zelando o caju;

> quando a terra era boa, plantava mais uma vez o caju. Hoje, nos lugares dos cajueiros velhos a gente faz a roça de novo (D. Marli, de Tratada dos Carlos).

Para além desse conjunto de restrições à atividade de criação de animais, a organização econômica das famílias é também comprometida pela pesca de arrastão[4] e pelo desenvolvimento da atividade turística autorizada pela legislação ambiental em unidades de proteção integral.

> Hoje, na praia da Capivara, não pescamos mais; o trânsito de pessoas [turista que pratica Kite Surf] é grande; os pontos de pescaria se acabaram; o peixe é afugentado (Zé Pulu, de Tratada dos Carlos).

> Hoje, não se tem mais a fartura de peixe; tem os arrastão, que estragam muito peixe; às vezes, se vende na semana 10 kilos e tem semana que não se vende nenhum; só se come (José Ribamar, de Tratada dos Carlos).

4. Mecanismos provisórios de governançano Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Com a criação do Parque, outras formas de uso dos distintos ambientes da área historicamente ocupada por grupos familiares foram gradativamente estabelecidas. Por serem orientadas por uma concepção de natureza, que a pretende intocada, colide com aquela operada pelos grupos familiares, resultando em conflitos.

É nesse contexto de relações conflituosas produzidos pela imposição de novas regras de uso de áreas historicamente manejadas por grupos familiares que as questões atinentes à governança territorial e ambiental ganham sentido.

Convém lembrar que foi somente com a pressão das famílias, dos órgãos de representação dos pescadores e trabalhadores rurais, e de outras

4. Arrastão é um tipo de pesca praticada por pescadores vinculados à pesca industrial, que utilizam grandes redes de arrasto, destinadas à captura principalmente do camarão. Os pequenos peixes que são capturados nesse processo são descartados, provocando enorme desequilíbrio na reprodução de diferentes espécies e comprometendo a pesca artesanal praticada pelas famílias.

instituições que lhes prestam apoio que o conselho consultivo do Parque foi criado. Somente em julho de 2014 que ele passou a funcionar como espaço de discussão das questões relativas ao Parque, envolvendo as famílias e o órgão ambiental. Essa medida foi tomada no sentido de romper com a prática até então vigente, de tratamento dos problemas exclusivamente pela ação pessoal dos agentes do órgão ambiental.

A criação do Conselho Consultivo foi uma alternativa pensada para discutir questões atinentes à governança territorial, já que ela

> se expressa na capacidade dos atores sociais dos territórios, de realizar a gestão social, ou seja, na capacidade das pessoas e de elas, em ação social, gerarem resultados políticos e sociais para os territórios, compartilhando o poder de decisão entre o Estado e a sociedade civil (COREZOLA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010, p. 90).

Essa noção de governança implica a participação de moradores de Parques Nacionais, agentes públicos e privados vinculados à atividade turística, e do próprio Estado nos mecanismos legalmente criados, a exemplo de Plano de Manejo, de Conselho Consultivo e Termos de Compromissos. Apesar da pressão para criação do Conselho Consultivo como alternativa para discussão dos problemas envolvendo os grupos familiares e o Estado, na prática, ela tem funcionado como um instrumento normativo, ou seja, destinado a atender ao que estabelece o SNUC, sem que isso represente um espaço de discussão coletiva destinada a buscar alternativas para superação dos problemas atualmente enfrentados pelas famílias.

Cabe destacar que essa alternativa de constituição de mecanismos de governança é bastante recente e que pode ensejar novas formas de conflito, pois implica em levar em consideração as concepções em jogo: aquela definida pelas famílias das distintas localidades e a sustentada pelo órgão gestor dessa unidade de conservação.

Até a primeira década dos anos 2000, o Estado estabeleceu unilateralmente as novas regras de uso dos recursos em unidades de conservação e, de modo particular, em unidades de proteção integral, por meio de um conjunto de dispositivos jurídicos (decretos, leis, planos, políticas públicas).

No Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, foi apenas em 2002 que se elaborou o Plano de Manejo. Desde sua criação, em 1981, a sua gestão foi assumida por três órgãos ambientais. Em contextos político-institucionais, e assumindo competências específicas, esses órgãos estabeleceram diferentes relações com grupos de famílias que já residiam nessa área.

Até 1989, a gestão do Parque foi de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Em 1989, esse órgão foi extinto e, no mesmo ano, criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que assumiu a gestão do Parque.

Segundo Graça, passaram-se 17 anos entre a data da criação do Parque e a chegada de representantes do órgão ambiental em Barreirinhas.

> De acordo com informações obtidas junto ao referido órgão [IBAMA], percebe-se que houve uma lacuna no intervalo de tempo entre o marco de criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o período da chegada do órgão gestor na área. O fato é justificado por deficiências na própria estrutura do IBAMA, no que se refere ao quadro de pessoal. Assim, de fato, a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem início a partir de 1998, período em que o gestor passou a residir em Barreirinhas (2010, p. 58).

Embora a presença do IBAMA já fosse efetiva no Parque, a partir de 1998 – construção da sede do Parque, em 2000; elaboração do Plano de Manejo e demarcação do perímetro do Parque, no período de 2000 a 2003; e chegada de técnicos concursados em Barreirinhas – relatos dos moradores informam que, até 2007, não havia qualquer tipo de proibição relativa à permanência das famílias, nem restrições em relação ao uso e manejo de recursos ambientais no perímetro do Parque. Em 2007, com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) também vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a gestão de todas as áreas de proteção ambiental passou a ser assumida por este órgão ambiental.

A presença de fiscais do ICMBio em Barreirinhas é associada a um conjunto de conflitos manifestos em situações como:

> O IBAMA não quer que se cave um poço para ter água para os bichos beberem. Por isso, tenho que trazer de 02 em 02 dias o gado para beber" (Zé Domingos, de Tratada dos Carlos).
>
> Outro dia apareceram aqui na minha casa Riba e Adriano [fiscais do ICMBio]; perguntaram pelo meu filho; disseram que receberam uma denúncia de que ele tinha roçado uma roça grande. Pediram para eu mostrar a roça; fui com eles e disseram que a roça não era grande, mas que para roçar a gente tinha de pedir a licença; depois multaram meu filho em R$ 600,00 e me disseram que a gente tinha 20 dias para se virar (José Alves, de Tratada dos Carlos).

A coerção tem sido a maneira mais empregada pelos agentes do Estado. Intimações, multas, visitas *in loco* com ameaças de uso da força legal, entre outros mecanismos, têm sido mobilizados pelos funcionários do ICMBio.

Nesse contexto de intervenção do órgão ambiental, via fiscalização, é possível que sintam-se ofendidos moralmente com a presença de guardas armados circulando nos povoados, perseguidos porque não podem ter luz elétrica e outras políticas públicas e punidos como se fossem criminosos; apontam a deterioração dos recursos naturais pelos turistas, a exemplo de aterramento e contaminação de lagoas; sentem a desigualdade de tratamento dado aos empresários que realizam pesca de arrastões, quase nunca punidos pelos crimes ambientais, e aos turistas que poluem, devastam; e não identificam nenhum reconhecimento do conhecimento deles.

Na perspectiva de resolução de conflitos como esses, o Estado brasileiro instituiu mecanismos por meio dos quais haveria a participação de representantes das famílias residentes em áreas de proteção integral nos processos de gestão dessas unidades de conservação. Embora prevista em marcos legais[5], a participação das *populações tradicionais*

5. Convenção sobre a Diversidade Biológica, ratificada pelo Decreto n. 2.519, de 16 de março de 1988, que reconhece a pertinência da plena e eficaz participação de comunidades locais e setores interessados na implantação e gestão de unidades de conservação; Lei 9985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que prevê diretrizes e dispõe sobre a questão da relação das populações tradicionais com os recursos existentes no interior das Unidades de Conser-

residentes em unidades de conservação na definição de novas regras de uso dos recursos só passa a ser regulamentada pelo Estado brasileiro a partir de 2010.

Examinando os documentos que regulamentam esses mecanismos, é possível afirmar que a participação das famílias residentes na gestão de Parques Nacionais, pode ser uma mera formalidade, pois, para o Estado brasileiro, o princípio de que não pode haver grupos humanos residindo nessas unidades é o fundamento desse processo.

É exemplificador os usos permitidos em diferentes "zonas" do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses definidos no Plano de Manejo (IBAMA, 2003), que, inclusive, registra a participação de alguns moradores: a) Zona Primitiva: pesquisa científica, proteção e uso público restrito; b) Zona de Uso Extensivo: pesquisa científica, proteção e uso público controlado; c) Zona de Uso Intensivo: instalação de equipamentos para uso público e pesquisa, estacionamento, administração e proteção; e d) Zona de Uso Especial: proteção, pesquisa científica, trânsito dos moradores.

Outros mecanismos provisórios de governança em Parques Nacionais tiveram sua regulamentação a partir de 2010. Conselhos Consultivos e Termos de Compromisso prevêem a definição de novas regras de uso dos recursos por *populações tradicionais* residentes em unidades de conservação, até que aconteça a remoção das famílias das áreas dos Parques.

Em 08 de Junho de 2010, o ICMBio editou a Instrução Normativa n. 11, "*que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento dos Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais*". Dois anos depois, em 4 de julho de 2012, esse órgão ambiental editou a Instrução Normativa n. 26,

> *que estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto e populações tradi-*

---

vação (UC); Decreto 4340/02, que regulamenta a Lei 9985/00, e que regulamenta o processo de reassentamento das populações tradicionais; Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2003); Decreto n. 5.758, de 13 de Abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas; Decreto 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPTC), que trata da presença de populações tradicionais no interior de UCs de Proteção Integral.

> *cionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida, ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.*

No Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, apenas em junho de 2014, o Conselho Consultivo foi criado, como resultado do acionamento de Ministério Público Federal por organizações de representação de trabalhadores rurais e pescadores. Na sua composição, além de moradores do Parque dos três municípios abrangidos pelo perímetro do Parque, dirigentes sindicais de representação desses grupos, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, operadores de turismo e o próprio ICMBio na presidência do Conselho. Em mais de um ano de existência foram realizadas duas reuniões convocadas pelo Presidente do Conselho e atual gestor do Parque.

Examinando o Plano de Manejo, o funcionamento do Conselho e a própria atuação dos fiscais do ICMBio, é possível afirmar que os moradores disputam com o Estado brasileiro a continuidade do uso que fazem da área definida como área natural de proteção integral. Trata-se de uma disputa territorial na qual estão em jogo distintos interesses, pautados em concepções de natureza igualmente distintas.

Nesse jogo, distinguem-se duas posições: uma que defende o direito de permanecer nos espaços historicamente ocupados nos quais reproduzem o seu modo de vida; e, outra, mantida pelo Estado, que vê no modo de vida dessas famílias uma ameaça à conservação da natureza, que deve ser preservada para fins de contemplação.

5. A imposição da *Terra Nullius*

Para compreendermos os problemas atuais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, temos que levar em consideração a formação histórica e sociológica dessa ampla região e as particularidades do modo de vida das famílias. A ecologia histórica nos ajuda a entender o processo de territorialização realizado pelas famílias articulado com as formas de uso e manejo de recursos encontrados em distintos lugares.

O termo paisagem sugere distintos entendimentos, mas o que tem sido adotado pelos agentes ambientais do Estado é o de ser compreen-

dido como espaço de contemplação. Essa ideia de contemplação carrega um princípio que sugere a separação entre homem e natureza. Mas, o sentido de paisagem que melhor se aplica às famílias que vivem no Parque Nacional do Lençóis Maranhenses é o que nos ajuda a entender a forma como se relacionam com os diferentes ambientes.

A constituição dessas paisagens tem relação com o surgimento de muitos povoados, como Mocambo e Santo Antônio, por exemplo, que remontam ao século XIX. Essas histórias de longa duração revelam formas de relação entre gentes, plantas e animais. Mostram também os processos de circulação de pessoas a partir dos vínculos de parentesco, casamento e compadrio.

Esses aspectos da organização social e econômica das famílias possibilitaram a constituição de um fino conhecimento relacionado com essas atividades agrícolas, extrativas, de pesca e de criação de animais. Em relação aos animais, sobretudo à criação de caprinos e bovinos, observa-se uma economia que envolve aspectos de um sistema jurídico cruzado com relações de parentesco, casamento e uso comum de recursos naturais. O mesmo se aplica às atividades agrícolas e extrativas. O conhecimento mobilizado pelas famílias revela princípios de sustentabilidade, sobretudo no que se refere à cultura de espécies como buriti e caju. Nesse caso, a nutereza acaba sendo produzida pelas famílias em consonância com as suas atividades econômicas.

Não dá para pensar os diferentes povoados do Parque como unidades independentes e separadas, como se fossem ilhas. Podemos dizer que são porções de indivíduos cercados por relações de todos os lados: são relações de parentesco, econômicas, de compadrio, de amizade, de vizinhança, de reciprocidade. Essas famílias que constituíram, ao longo do tempo, um modo de vida em distintos lugares do Parque Nacional dos Lençóis acabaram sendo alcançadas pelo Estado e experimentado uma situação de ameaça que William Balée (2008) denomina de *terra nullius*.

Ao longo do século XIV e boa parte do século XV, os europeus se consideraram como os habitantes da ilha Terra, o *Orbis Terrarum*, porque se imaginavam cercados por um grande Oceano. Como uma ilha, se viam como o centro do mundo. A partir da expansão colonial, o encontro dos europeus com outros lugares e pessoas introduziram um novo conceito, aquele da *terra nullius*, ou seja, territórios desabitados da Terra.

A forma negativa como esses povos eram vistos justificou o entendimento por parte dos europeus de que ocupavam territórios de maneira não efetiva, anulando qualquer direito legalmente reconhecido à sua soberania. Esse princípio que não reconhece direitos territoriais a determinados grupos acabou sendo atualizado e utilizado para perpetuar a negação de direitos territoriais.

Um exemplo disso se refere à decisão da Suprema Corte Americana, que estabeleceu que duas irmãs índias Shoshone não tinham direito ao território que seus ancestrais tinham usado desde "tempos imemoriais". O argumento da Suprema Corte foi o de que o título de propriedade das terras reivindicadas pelas índias Shoshone, tinha-se "extinguido" por "ocupação gradual". Ou seja, a presença de outros grupos distintos dos índios Soshone eliminava os seus direitos territoriais.

Esse conceito de *terra nullius ou domicilium vacuum* sustentado pela Suprema Corte americana, no início do século XIX, ajudou a pavimentar o caminho para a desagregação e destruição de sociedades indígenas em muitos lugares do continente americano.

A transformação de paisagens produzidas pelas populações tradicionais do Parque Nacional em *terra nullius* tem sido em alguns casos dramáticos, mas sutil em outros. Diferentemente do caso dos índios Soshone, o território das famílias foi sendo garantido por ocupação gradual e pela dispersão de parentes para diferentes zonas do Parque. Essa territorialização realizada pelas famílias ao longo do tempo começa agora a ser atacada por uma série de restrições e proibições impostas pelo ICMBio.

A proibição da pesca em determinados lugares e a apreensão dos apetrechos de pesca têm sido intensificadas de modo a dificultar sobremaneira a vida dos pescadores. O mesmo se aplica aos animais. As famílias são proibidas de criá-los soltos, o que os obriga a desfazer-se dos mesmos pelo alto custo de manutenção.

A proibição de construção de novas casas, ou mesmo de repará-las quando apresentam problemas, acaba criando problemas para a reprodução social das famílias. Esse conjunto de restrições e proibições funcionam como uma forma de pressão de modo a fazer com que desistam de viver nos seus lugares. Para o caso dos Lençóis, e segundo a estratégia adotada pelo órgão ambiental do Estado, o sentido de *terra nullius*,

pode ser assegurado não por processos de "ocupação gradual", mas por mecanismos de poder para a desocupação gradual.

Referências

BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, 21, n.2: 09-23, 2008.

BARRETO FILHO, Henyo T. **Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil**, 2001.

BOURDIEU. Pierre. A força da representação. In: BOURDIEU. Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Prefácio de Sérgio Miceli. 2ª ed., 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

COREZOLA, Fernanda; OLIVEIRA, Carlos Douglas; ALMEIDA, Maria Graça. Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2; v. 29, n. 1, p. 87 - 96, 2010.

DÁNTONA, Álvaro de Oliveira. Tempo e lugares nos Lençóis Maranhenses: considerações sobre o modo de vida de comunidades residentes junto a um Parque Nacional. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **A imagem das águas**. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: NUPAUB/USP. Editora HUCITEC. 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos; NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou Parque**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

GRAÇA, Irlene Menezes. **Barreirinhas em tempo de mudança**: reconstrução de identidades nas rotas do turismo. Tese (Doutorado) - Departamento de Línguas e Culturas - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.

IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhense**. 2003. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2014.

ICMBio. Diagnóstico sócio-ambiental de 13 povoados inseridos nos limites do PARNA Lençóis Maranhenses, 2008.

ICMBio. Relatório Técnico PARNA Lençóis Maranhenses n. 01/2009.

LIMA, Deborah e POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados** 19 (54), p. 45-76, 2005.

LITLLE, Paul E. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan-jun. 2006.

LITLLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. 2002. Disponível em: <www.unb.br/ics/dan/serieantro.htm>. Acesso em: 21 nov. 2012.

MARQUES, César. 1970. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. 3. Ed. Rio de Janeiro, Fon-Fon e Seleta. (Coleção São Luís).

RAMOS, Baial. **História de Barreirinhas**: Portal dos Lençóis Maranhenses. São Luís, 2008.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CAPÍTULO 11

SOCIOAMBIENTALISMO, MERCADOS ECOLÓGICOS E MUDANÇAS SOCIAIS EM PEQUENOS AGRUPAMENTOS POPULACIONAIS DA VÁRZEA AMAZÔNICA [1]

Edila Arnaud Ferreira Moura
Ana Claudeise do Nascimento
Dávila Suelen Souza Corrêa

Introdução

Os movimentos socioambientais que ocorreram na Amazônia a partir da década de 1980 colocaram em evidência o etnoconhecimento das populações tradicionais e as condições de reprodução social de sistemas de propriedade comum dos recursos naturais, que coexistem mesmo com a intensificação das formas de ocupação capitalista dos espaços amazônicos (MOURA; CASTRO, 2012). Na continuidade das questões apresentadas no transcorrer dos diversos enfrentamentos socioambientais, ficou registrado o reconhecimento político de que as populações tradicionais amazônicas, protagonistas de projetos próprios, tornaram-se importantes agentes aliados à causa da conservação ambiental. Pela forma como fazem uso dos recursos da natureza, respeitando os ciclos

1. A primeira versão deste artigo foi publicada nos anais do XXIX Congreso de la Asociación Latino Americana de Sociologia, ALAS 2013. Diponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/ Nesta versão revisamos e ampliamos a análise incluindo dados relativos ao ano de 2011>.

da vida e valorizando os processos reprodutivos (GEERTZ, 1986; CASTRO, 1997), essas populações, no contexto de novas situações (BOURDIEU, 2004), foram promovidas à condição de importantes agentes de uma nova forma de desenvolvimento social que confronta a sociedade moderna em diferentes dimensões (MOURA; CASTRO, 2012).

Ao longo das últimas três décadas, pequenos agrupamentos populacionais no interior da floresta amazônica – que, ao longo de sua história, tiveram relações com o mercado onde prevalecia o sistema de exploração pelo aviamento/patrão – foram envolvidos em projetos que renovaram as suas utopias sociais na medida em que acenavam com possibilidades de maior reconhecimento político e com oportunidades de continuarem vivendo com mais conforto e bem estar no ambiente da floresta protegida. As recentes mudanças são parte de um processo estruturante (BOURDIEU, 2004) e complexo, por redefinir lugares, identidades, relações e processos (MOURA e CASTRO, 2012). Nesse contexto, evidenciam-se o confrontamento com outras racionalidades políticas e econômicas e a oportunidade de usufruir das facilidades das modernas tecnologias, como também se intensificam novas formas de mobilidade, no espaço e tempo (ESCOBAR, 1997; ÁLVARES, DAGNINO e ESCOBAR, 1998; MOURA e CASTRO, 2012). Esta modernização está associada também à ampliação do reconhecimento dos seus direitos sociais (CASTRO, 1997). Esse processo transcorre em um campo de disputas sociais e de redefinição de relações com o mercado que passa a valorizar os cuidados com a preservação dos recursos naturais, com as simbologias do mercado ecológico e reúne os elementos característicos do que tem sido identificado por alguns autores como um processo de modernização ecológica (LENSL, 2006; ACSERALD, 2004; BLOWERS, 1997; SPAARGAREN e MOL, 1992). As dinâmicas sociais decorrentes desses processos evidenciam a construção de várias formas de reorganização de significados sociais e de condições de participação e autoexclusão nos sistemas de distinções sociais (MOURA, 2007).

Neste estudo, apresentamos uma análise dos diversos processos em curso relativos à participação de pequenos agrupamentos populacionais em projetos de desenvolvimento sustentável. Esses agrupamentos populacionais estão localizados em um território redefinido como unidade de conservação de uso sustentável situado na região do Médio Soli-

mões, estado do Amazonas. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, RDSM, criada em 1990, por decreto estadual, tornou-se referência mundial entre os projetos de conservação ambiental com envolvimento dos moradores locais em processos de gestão coletiva desde sua criação, seja pela extensão de sua área ser caracterizada como a maior área de proteção de várzea do mundo e assim reconhecida pelas entidades internacionais de conservação da biodiversidade; seja pelo volume expressivo de estudos produzidos sobre as dinâmicas biológicas e sociais desse ambiente ainda pouco conhecido cientificamente; seja pelos resultados considerados até o presente como relevantes à proteção ambiental com aumento da renda monetária familiar dos habitantes desses lugares. A RDSM está situada em uma região de reduzida integração aos programas desenvolvimentistas para a Amazônia desencadeados a partir da década de 1970 e que privilegiaram a ocupação das terras por empreendimentos agropecuários e de exploração madeireira. Esse território é marcante pela exuberância da floresta alagada amazônica, com características de impressionante diversidade de recursos pesqueiros, madeireiros e não madeireiros, sendo que alguns desses recursos já se encontravam ameaçados de extinção na época da criação dessa unidade de conservação (MOURA, 2007).

Ao longo desses anos até o presente, os moradores das 200 pequenas localidades distribuídas na área de 1.124.000 hectares de floresta alagada têm experimentado formas diferenciadas de negociações com o mercado, de participação política, de acesso às inovações tecnológicas nos processos produtivos e de ampliação de oportunidades de obtenção de renda monetária. Em 2011, a população de moradores da área interna e de seu entorno correspondia a cerca de 10.000 mil moradores distribuídos em pequenos agrupamentos populacionais que variam de 1 a 36 domicílios, localizados sempre em frente a um rio, paraná ou lago, que compõem a variedade dos corpos d`água desse ecossistema de várzea. Esses pequenos agrupamentos populacionais apresentam uma organização social com características camponesas, com um sistema de uso comum dos recursos naturais, tendo a pesca como sua principal atividade econômica e são fortemente influenciados pela sazonalidade do ambiente de várzea – pelos períodos de enchente, cheia, vazante e seca - que afetam diferenciadamente suas atividades produtivas, sua

comunicação com outras localidades e, principalmente, que interferem no tempo de sua permanência nesses lugares (MOURA,2007; MOURA, NASCIMENTO E CORRÊA, 2013).

Neste estudo, identificamos as principais características dos projetos de desenvolvimento sustentável e suas influências sobre as condições socioeconômicas dessas famílias camponesas, com o recurso a várias fontes de informação para situar a análise. Em primeiro lugar, é apresentada a configuração do campo de forças socioambientais composto por atores locais, agências governamentais e não governamentais, conforme analisado por Moura (2007). Com base em dados de levantamentos sociopopulacionais, são apresentados indicadores de escolaridade, de renda e de formas de organização social que contribuíram para identificar as mudanças sociais ocorridas nesse período com o recurso da composição do índice de desenvolvimento social (IDS) que mensura as diferenças sociais entre os agrupamentos populacionais. Dados socioeconômicos coletados em domicílios para os anos de 2001 (79 famílias), 2006 (90 famílias) e 2011 (263 famílias) possibilitaram a análise das variações nas fontes de renda, na renda média familiar, no poder de compra e nos itens de consumo doméstico dessas populações ao longo desses anos. A análise é construída de forma a identificar as mudanças sociais ocorridas nessas populações de uma unidade de conservação de uso sustentável ao longo dos anos de 2001 a 2011.

1. As estratégias para o desenvolvimento sustentável e o campo social das intervenções socioambientais.

O termo desenvolvimento sustentável foi incorporado progressivamente às políticas sociais a partir do final do século XX para qualificar formas de intervenção social que teriam por objetivo minimizar os efeitos perversos das políticas desenvolvimentistas que priorizaram o crescimento econômico e que desconsideraram a possibilidade de exaustão dos recursos naturais e suas consequências para o futuro da humanidade. A despeito de sua fragilidade conceitual, essa denominação enfatiza a preocupação com as gerações futuras, os compromissos sociais com dimensões planetárias e componentes éticos de justiça social. Com o *slogan* de promover a eficiência econômica com justiça social e prudência

ecológica, o ideal de um "desenvolvimento sustentável" acena favoravelmente à institucionalização de ciências multiculturais alternativas à ciência moderna e à reinvenção de propostas de desenvolvimento com emancipação social (SANTOS, 2002), com a configuração de um amplo campo de novos desafios aos produtores de conhecimento científico e aos gestores de ações de desenvolvimento social (MOURA, 2007).

A proposta do desenvolvimento sustentável, onde se situam as alternativas do mercado ecológico, acarreta novas questões para as análises sociológicas. Se por um lado, a construção desse modelo pode ser interpretada como uma forma de dar continuidade aos projetos desenvolvimentistas, com um formato mais humanizado, como ironiza Rist (2001), podendo ser na realidade uma reestruturação dos propósitos hegemônicos das estruturas do mercado capitalista, como defendem Fernandes e Guerra (2003) entre outros, por outro lado, esse modelo também impulsionou a participação social com ampliação dos canais sociais de manifestação a favor dos direitos sociais trazendo uma nova dinâmica aos processos sociais (MOURA; CASTRO, 2012). Trata-se, portanto, de um modelo que provoca grandes inquietações ao pensamento sociológico com demandas por análises a partir de estudos etnográficos e reflexões sobre as dinâmicas socioambientais em suas interfaces interdisciplinares. Neste artigo, apresentamos algumas contribuições a esse debate.

No conjunto das ações direcionadas à conservação ambiental e à promoção da qualidade de vida, os moradores da RDSM foram envolvidos em um campo de forças socioambientais que se formou orientado pelos modernos modelos de intervencionismo negociado, com tutela administrativa por ocuparem uma área de domínio público na condição de área de várzea de uma unidade de conservação de uso sustentável (MOURA; CASTRO, 2012). Esses campos e seus respectivos agentes podem ser representados na figura, a seguir, conforme análise desenvolvida por Moura (2007). Desse quadro inter-relacional destacamos as relações do campo do mercado ecológico antes de passarmos a analisar as principais mudanças ocorridas nesses agrupamentos populacionais ao longo dos anos de 2001 a 2011.

Figura 1 – Campos sociais e respectivos agentes sociais na composição do conjunto de intervenções socioambientais relativas ao projeto de desenvolvimento sustentável para as localidades da RDSM. 2006.



Fonte: MOURA, 2007, p.269.

2. O campo social do mercado ecológico

Conforme estudo feito por Moura (2007) muitas das situações que são criadas com a denominada modernização ecológica referem-se à formulação de novos processos estruturantes de relação com o mercado, em especial com o "mercado ecológico". Esse "mercado ecológico" se caracteriza por relações comerciais onde ocorre uma agregação de valor aos produtos originados de áreas protegidas e que foram produzidos mediante o acatamento de normas de proteção ambiental, com formas mais sofisticadas de controle da produção e que, no caso da produção camponesa na RDSM, são externos aos sistemas locais. Nessas condições, as organizações produtivas são orientadas por novos códigos de conduta individual e coletiva em relação ao uso dos recursos naturais (LOPES, 2004). Como essas trocas acontecem em um campo de relações sociais bastante assimétricas, a participação nesse mercado

tende a impulsionar novos processos de intensa diferenciação social entre esses produtores rurais (MOURA, 2007).

A participação dos "camponeses da várzea" da RDSM nesse mercado ecológico se processa com: a) a formulação de novas normas de organização da produção e comercialização nos planos formais das associações comunitárias; b) o aumento do ritmo de trabalho, dos tipos de ocupação e da diversidade dos produtos apresentados ao mercado; c) a incorporação de novos conhecimentos aos processos produtivos, principalmente a gestão contábil; d) a ampliação das redes de comercialização dos produtos; e) as negociações com as instituições governamentais ambientais para adequar as exigências legais na emissão das licenças ambientais para a comercialização dos produtos às características ambientais da várzea; f) tentativas de conciliação das inovações produtivas e mercantis com as formas tradicionais de produção e comercialização nas diversas situações apresentadas (MOURA, 2007).

Usualmente, as atividades econômicas predominantes dessas populações são realizadas com acesso direto aos recursos naturais pesqueiros e florestais e são desenvolvidas em sistema de produção familiar com uso de tecnologias de trabalho rudimentares, sem acesso continuado à energia elétrica e com relações de troca no mercado variando em intensidade e valor conforme o distanciamento dos principais centros urbanos.

No conjunto de inovações sociais decorrentes dos esforços institucionais, governamentais e não governamentais, para favorecer práticas de conservação ambiental e de promoção social, destacam-se os investimentos feitos nas ações para o manejo sustentado dos recursos naturais, com grande destaque para o manejo da pesca, em especial do pirarucu que tem grande valor comercial na região e no mercado nacional, ecoturismo de base comunitária, exploração da madeira e de produtos não madeireiros. As ações foram implementadas em projetos de natureza experimental, em agrupamentos populacionais selecionados por apresentarem características de boas respostas ao investimento e em uma área delimitada, correspondendo a 23% da extensão total da RDSM, concebida como área experimental para os projetos iniciais. Essa estratégia interferiu de diferentes formas nos processos de participação social no decorrer dos anos. Essas inovações se iniciaram em 1998 e foram em grande parte subsidiadas por recursos de agências go-

vernamentais e não governamentais. A estratégia utilizada foi concentrar os esforços, considerados experimentais, em uma área para depois estender as ações, com as devidas adaptações à área restante. Somente a partir de 2005, a área restante passou a ser objeto de investimentos semelhantes, com outras metodologias de acompanhamento. Para efeito deste estudo, consideramos apenas as populações envolvidas nas ações da área experimental, a que denominamos de área de Uarini.

Conforme observado por Bezerra (2012), os benefícios econômicos advindos dos produtos da biodiversidade negociados no mercado são parte do paradigma do manejo participativo, como expresso na experiência da RDSM. Sejam eles pesqueiros, florestais ou mesmo a experiência "ecoturística", tais produtos resultaram em ganhos econômicos, e tais ganhos, de certa forma, ajudam a promover uma associação entre a economia e a conservação da biodiversidade. Os sistemas de manejo participativo, resultados e resultantes de normas de uso, controle social, conflitos e negociações, só se estabeleceram porque ganharam valor na economia de mercado (2012, p. 34).

3. Mudanças nas fontes de renda, poder de compra, padrões de consumo e nos níveis de escolaridade

A participação no mercado ecológico, conforme relatada acima, garantiu novas fontes de renda às famílias locais, com destaque para formas assalariadas de trabalho e de prestação de serviços, como auxiliares dos cientistas de diversas partes do país e do mundo em suas pesquisas de campo e de diaristas nas áreas que passaram a atender ao programa de ecoturismo de base comunitária. Os produtos que passaram a circular no mercado ecológico, oriundos de processos de manejo sustentado dos recursos foram em grande parte subsidiados pelos investimentos institucionais, governamentais e não governamentais, que garantiram a compra de equipamentos (barcos, motosserra, instalações completas do hotel para o ecoturismo, entre outros) assim como as capacitações da equipe, os custos das negociações com agentes de comercialização de mercados mais distantes e as resoluções nos trâmites burocráticos para obtenção das licenças ambientais, entre muitas outras situações novas. Essas mudanças ocorreram a partir de 1998, com mais intensidade a

partir de 2000. Nessas condições de trabalho, se por um lado contribuíram com um considerável aumento na renda média familiar, por outro lado os produtores locais precisaram despender muito mais tempo no desenvolvimento das tarefas produtivas, nos processos de negociação para a comercialização dos produtos como também nas atividades de fiscalização e gestão dos interesses individuais e coletivos.

É, no entanto, com a implementação de programas nacionais de transferência de renda, que ocorreu a partir de 2004, e de outros programas de benefícios sociais – como o reconhecimento do direito à aposentadoria rural para esses trabalhadores e de benefícios ambientais como o Bolsa Floresta, maior extensão das políticas do defeso às populações ribeirinhas, entre outros – que ocorre uma reversão na composição da renda familiar, conforme constatam os dados apresentados na tabela 1. Esses dados mostram que, em 2011, dentre os domicílios pesquisados, 68% da renda familiar era decorrente desses benefícios sociais, com grande redução proporcional da renda proveniente de salários e prestação de serviços.

Na tabela 2, estão discriminados os valores da renda média familiar em dados comparativos referentes aos anos de 2001, 2006 e 2011, com base em coleta feita em domicílios amostrais em localidades que foram diretamente afetadas pelos programas de manejo dos recursos naturais e envolvidas mais diretamente com o mercado ecológico. Os dados são apresentados comparando com os valores do salário mínimo nacional para os respectivos anos. Os dados mostram que os valores da renda média dessas famílias estiveram sempre superiores aos valores do salário mínimo nesse período. É importante ressaltar que, nessas condições de produção camponesa, a renda não monetária, infelizmente de difícil registro nessas análises de longo alcance temporal, acrescenta elementos importantes principalmente às demandas de alimentação e habitação dessas populações.

Tabela 1 - Distribuição percentual (%) das fontes de renda familiar, em domicílios amostrais, para os anos de 2001, 2006 e 2011.

Fontes de renda	2001 N = 79 domicílios (%)	2006 N = 90 domicílios (%)	2011 (*) N = 239 domicílios (%)
Produção (agricultura, extrativismo da pesca, madeira e produtos não madeireiros)	49	63	34
Salários e prestação de serviços	41	23	21
Benefícios Sociais (Bolsa Família, Bolsa Floresta e outros)	10	13	42

Fonte: Banco de dados socioeconômicos, Instituto de Desenvolvimento Sustentável IDSM; (*) conforme apresentados por PERALTA et al (2011)

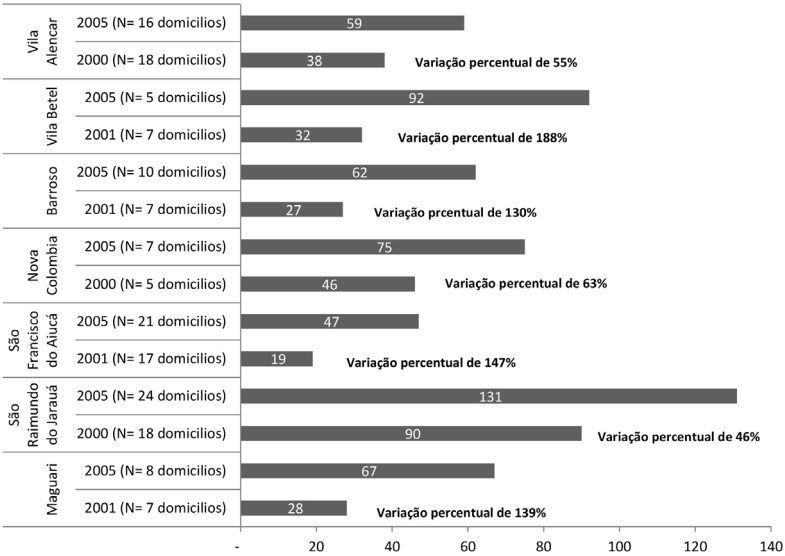
Tabela 2 - Valores da renda média familiar mensal em comparação aos valores do salário mínimo nacional, em domicílios amostrais da RDSM, anos de 2001, 2006, 2011 (R$1,00)

Valores (R$1,00)	2001 N=79 domicílios	2006 N= 90 domicílios	% de variação da renda 2001-2006	2011 (*) N=263 domicílios	% de variação da renda 2006-2011
Renda média familiar ao mês	180	506	181	728	44
Salário Mínimo	180	300	67	510	70

Fonte: Banco de Dados Socioeconômicos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
(*) Dados (2011) desta coluna conforme apresentados por Peralta, N. (2011)

Nos gráficos 1 e 2 a seguir, são apresentadas informações sobre o poder de compra dessas famílias e a distribuição dos gastos mensais por itens mais consumidos ao longo do ano. O poder de compra das famílias foi mensurado a partir da relação entre os valores da renda média anual e os valores dos 10 itens mais frequentemente adquiridos no mercado por esses moradores, registrados a partir de uma coleta mensal em domicílios amostrais ao longo de cinco anos de pesquisa, identificados como os valores do "*rancho*" - denominação local para os principais itens das compras domésticas no mercado, o que poderia ser associado à noção de "cesta básica" dessas populações (MOURA et al 2007). Os valores apresentados correspondem a uma medida hipotética que dimensiona quantas "cestas básicas" (*ranchos*) a renda média anual dessas famílias permitiria adquirir nos respectivos anos. O gráfico ressalta o elevado aumento no poder de compra em todas as localidades, variando de 51 a 190% no período de cinco anos. O gráfico também destaca o elevado poder de compra da localidade de Jarauá em relação às demais localidades, já desde o ano inicial. Esse destaque está diretamente associado ao fato de que é nesta localidade, dentre as localidades desta área experimental da RDSM, que se centralizam as atividades de comercialização do pirarucu peixe de maior valor comercial na região e principal produto do manejo sustentado da pesca. Essa localidade é favorecida pela proximidade à maior quantidade de lagos onde é possível a captura desse pescado, mediante a liberação das cotas de comercialização pelas agências de controle ambiental.

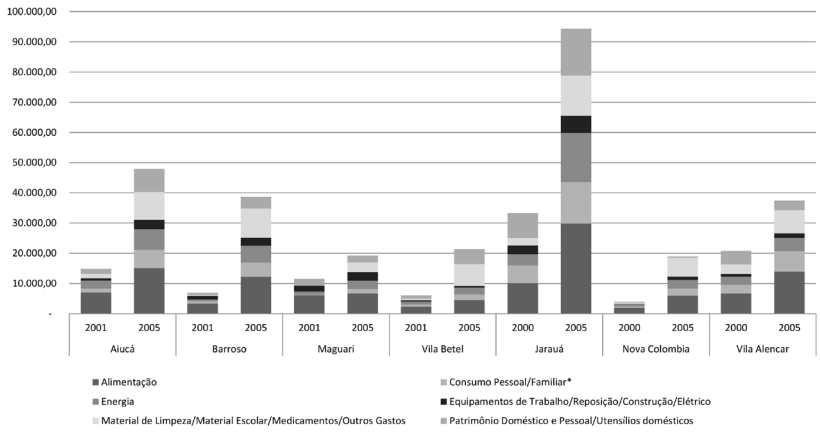
Gráfico 1 – Variação percentual do poder de compra das famílias em domicílios amostrais para os anos de 2000 e 2006. Unidade de medida= número de *ranchos* que poderiam ser adquiridos ao ano, por localidade.



Fonte: Banco de dados socioeconômicos, Instituto de Desenvolvimento Sustentável IDSM

No gráfico 2, a seguir, estão distribuídos os itens de despesa familiar, em sete localidades amostrais, comprados em maior frequência, relativos aos anos de 2001 e 2005. Os dados evidenciam o aumento da variação dos itens de despesa familiar em todas as localidades amostrais, com destaque para o crescimento nos itens de consumo relacionados ao patrimônio doméstico, equipamentos de trabalho e itens de consumo pessoal. Os dados assim apresentados seguem as categorias estabelecidas para essa análise nos estudos realizados por Lima (2006). No gráfico, fica novamente evidenciada a localidade de Jarauá, que, dentre as localidades que foram beneficiadas diretamente com os projetos de manejo sustentado dos recursos naturais, é a que apresenta o maior volume de despesas anuais, em ambos os períodos, sendo que os itens proporcionais dessas despesas que mais cresceram entre os anos de 2000 e 2005 foram em relação à alimentação e ao consumo de energia.

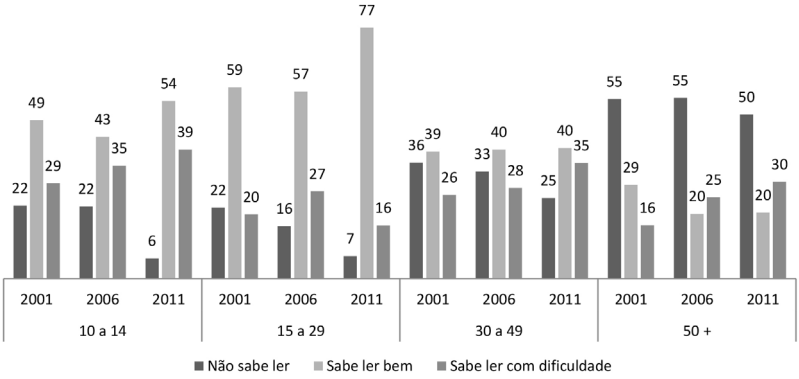
Gráfico 2 – Distribuição dos gastos mensais por itens de despesa familiar ao ano. Valores em R$1,00



Fonte: Banco de dados socioeconômicos, Instituto de Desenvolvimento Sustentável IDSM

No conjunto de dados sociodemográficos, destacamos para análise aqueles relativos aos níveis de escolaridade da população por grupos de idade. A aferição do nível de escolaridade foi feita com aplicação de teste de leitura em população voluntária em todas as localidades da RDSM nos anos de 2001, 2006 e 2011. Os resultados estão apresentados no gráfico 3, a seguir, que evidencia a acentuada redução proporcional (19 p.p) daqueles que ainda não sabem ler na faixa de 10 a 14 anos de idade, referentes aos anos de 2001 e 2011. No grupo etário de 15 a 29 anos, essa redução também ocorreu de forma expressiva, reduzindo de 17% para 7% a proporção de jovens que ainda não sabem ler. No entanto, 49% da população com 50 anos e mais ainda não sabe ler. Esses dados evidenciam um processo de maior acesso à escolarização para a população jovem, o que foi resultado de maior atenção das ações governamentais em relação às politicas educacionais para esses agrupamentos populacionais.

Gráfico 3 - Distribuição percentual (%) da população de várzea da RDSM -área de Uarini, por grupos de idade, que sabe ler, sabe ler com dificuldade e não sabe ler, para os anos de 2001 (N= 1664), 2006 (N= 2026) e 2011 (N=1646).



Fonte: Levantamentos sociodemográficos IDSM para os anos de 2001, 2006 e 2011.

Consideramos também como relevantes os dados sociodemográficos que destacam a reduzida migração populacional, no período 2001-2011, quando os dados censitários registraram aumento expressivo nos deslocamentos rurais-urbanos no conjunto dos municípios dessa região, como analisados por Moura et al (2014). Os dados apresentados na tabela 3 mostram também a inversão na composição das localidades em sítios e comunidades. Em 2001, 32% das localidades eram referenciadas como sítios e esse número foi reduzido para 7% no ano de 2011. O predomínio das comunidades (91%) em relação aos sítios pode ser resultado das políticas sociais desenvolvidas pelos municípios que estimulam a concentração populacional, nesses casos, para que as comunidades se beneficiem dos programas educacionais e de acesso à energia elétrica.

Tabela 3 – Distribuição da população das localidades da RDSM, área de Uarini, em comunidades e sítios, nos anos de 2001 e 2011.

Distribuição	2001	%	2011	%
Localidades	78	100	64	100
Comunidades	53	68	58	91
Sítios	25	32	6	9
População	5237	100	4966	100
Comunidades	4929	94	4929	99
Sítios	308	6	37	1

Fonte: Levantamentos sociodemográficos /IDSM 2001 e 2011.

4. Indicadores de desenvolvimento social

A construção do Índice de Desenvolvimento Social - IDS foi feita com a preocupação de mensurar as características de cada localidade com o propósito de identificar as diversidades sociais entre elas e possibilitar o acompanhamento quinquenal das mudanças sociais a partir do ano de 2006 e, assim, contribuir para as avaliações críticas sobre as propostas do desenvolvimento sustentável (MOURA et al, 2012). Os dados usados para a construção desse índice foram obtidos nos levantamentos sociodemográficos realizados com financiamento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-IDSM.

O índice compreende três dimensões, escolhidas pela sua implicância com as condições necessárias à promoção do desenvolvimento social, considerando as características das populações em foco. Essas dimensões são a dimensão econômica, a dimensão da escolaridade e a dimensão da organização social. O índice não contempla diretamente a dimensão saúde, mediante a impossibilidade de obtenção de dados

fidedignos sobre as condições de saúde da população, em nível local, para que fossem considerados indicadores dessa situação. Cada dimensão agrega os respectivos indicadores convertidos em índices. O IDS corresponde à média aritmética desses índices. Descrevemos a seguir as características de cada dimensão com seus respectivos indicadores.

4.1. A dimensão econômica

Usualmente é a renda, per capita, ou familiar, o principal indicador da situação econômica das famílias. No entanto, é difícil o registro da renda domiciliar em condições econômicas onde a sobrevivência do grupo é resultado da obtenção, em sua grande parte, de uma renda não monetária e onde as relações monetárias não são registradas com o propósito de uma racionalidade contábil da economia doméstica. Diante dessas limitações, optamos pelo recurso de *proxies* que pudessem traduzir o padrão de consumo desses grupos domésticos tomando, nessa condição, o consumo de bens duráveis como um indicador econômico que retrata tanto as prioridades dos investimentos em equipamentos domésticos e/ou de trabalho como as diferenciações na relação com o mercado de consumo.

Essa metodologia foi definida com base nas seguintes constatações, resultantes das observações do comportamento econômico em todas as localidades estudadas ao longo de nossos vários anos de trabalho de campo: a) a obtenção de uma renda não monetária na quase totalidade dos domicílios, resultante da possibilidade de acesso livre aos recursos naturais que garantem o alimento básico, a construção de equipamentos de trabalho e a moradia para o grupo familiar, entre outros bens; b) há uma grande variabilidade anual na obtenção da renda monetária, decorrente da alta sazonalidade da produção para o mercado, chegando, em alguns casos, a 75%, o que dificulta bastante o registro da informação sobre renda média familiar anual com o recurso de uma coleta de dados de natureza transversal, como é o caso do levantamento sociodemográfico. Os informantes sempre manifestaram muita dificuldade, como não poderia deixar de ser, em precisar os ganhos monetários médios anuais; c) em todas as localidades, há uma crescen-

te circulação de dinheiro, decorrente dos programas de aposentadoria rural, dos programas de transferência de renda e da ampliação das relações com o mercado local com a inclusão dos denominados produtos sustentáveis no mercado nacional, entre outros. Essa maior circulação monetária está impulsionando o consumo dos chamados *bens duráveis* relacionados ao trabalho, lazer, conforto doméstico e cocção dos alimentos. Ao fazermos a opção pela identificação de *proxies* que retratam o acesso à renda monetária sem que, no entanto, possamos claramente identificar sua origem, estamos apostando na possibilidade de analisar as diferenciações sociais relacionadas às diferentes formas de obtenção da renda familiar.

A unidade de análise, neste caso, é o domicílio. Para a construção do índice econômico, foram selecionados os seguintes indicadores de consumo relacionados por itens: a) equipamentos de trabalho: motor c/ rabeta, motosserra, forno de farinha, máquina de costura; b) lazer: televisão, DVD, rádio; c) conforto doméstico: cama, mesa com cadeiras, sofá, geladeira; d) cocção: fogão a gás. Esses indicadores foram selecionados tomando por base a nossa observação empírica no acompanhamento das prioridades de consumo das famílias em estudo na medida em que ocorre o aumento da renda doméstica. É importante ressaltarmos que um indicador relevante é a melhoria na habitação, mas, por dificuldades em operacionalizar esse indicador de forma objetiva, ele foi excluído da análise. É possível, no entanto, inferir a partir dos dados de maior número de equipamentos domésticos que essa aquisição é acompanhada de melhorias na moradia, como cômodos a mais para abrigar a cama, o sofá, a mesa com as cadeiras. O índice está relacionado à média de domicílios por localidade que apresentam uma combinação desses equipamentos. Assim, aquelas localidades que apresentam um índice igual ou próximo a 0 são aquelas cujos domicílios apresentam, em média, o menor número desses equipamentos. E, aquelas que apresentam índices próximos ou igual a 1 são aquelas cujos domicílios apresentam, em média, a quase totalidade desses bens. O cálculo foi feito com base em análise multivariada.

4.2. A dimensão escolaridade

O direito de acesso ao conhecimento e à informação é uma das principais conquistas da sociedade democrática na medida em que é a principal via para o exercício da capacidade humana de tomada de decisões e de expressão das diversas possibilidades em solucionar seus problemas. A escolarização das pessoas, compreendendo os vários processos de desenvolvimento de habilidades da leitura e da escrita, é etapa fundamental para assegurar esse direito e condição essencial de promoção do desenvolvimento humano e social. De uma forma geral, esse processo ocorre no espaço das escolas e é regulamentado por um conjunto de medidas de políticas públicas que apresentam uma limitada presença nos pequenos agrupamentos populacionais rurais na região Amazônica.

Usualmente, os indicadores da dimensão da escolaridade estão relacionados às taxas de analfabetismo e taxas brutas e líquidas de escolaridade que mensuram a capacidade de absorção da população em idade escolar pelo sistema de ensino, considerando as variações por idade das pessoas em relação às séries da formação escolar. Esses indicadores são construídos tomando-se por base os sistemas estaduais de informação escolar, que consolidam as informações sem considerar a desagregação em relação aos pequenos agrupamentos populacionais onde tem escola, o que impossibilita, portanto, uma análise nesse nível.

Ao longo dos vários levantamentos sociodemográficos que realizamos nessas localidades, constatamos a precariedade e irregularidade das informações sobre a escolaridade da população, tanto em nível da localidade quanto em nível municipal. Por outro lado, era constante a referência dos informantes sobre o fato de que os filhos vão à escola, mas ainda não sabem ler, o que nos indica que os dados de taxa bruta de escolaridade são imprecisos como indicadores neste caso. Mediante essas constatações, optamos como indicadores para a construção do índice da dimensão escolaridade a capacidade de leitura da população maior de 10 anos de idade e, especificamente, o indicador da população na faixa de 10-14 anos. Para isso, tomamos por base os testes de leitura aplicados voluntariamente em populações presentes no decorrer das visitas domiciliares para registro dos dados sociodemográficos nos

anos de 2006 e 2011. Com base nos dados coletados, foram obtidos os percentuais por grupos de idade e construído o índice, conforme especificado abaixo.

Na construção do índice, decidimos dar maior peso à condição da escolaridade para o grupo de jovens. As razões para isso foram, em primeiro lugar, o fato de que o nível de escolaridade dos jovens reflete, com maior precisão, a situação geral do sistema de ensino nos últimos anos. Em segundo lugar, esses dados expressam as alterações na formação educacional da futura população adulta e suas possibilidades de inserção em outras atividades de trabalho, considerando que as novas oportunidades são crescentemente seletivas de acordo com o nível de escolaridade das pessoas.

Índice de escolaridade: 2/3 (Índice da capacidade de leitura do grupo de 10-14 anos de idade) + 1/3 (Índice da capacidade de leitura do grupo de mais de 15 anos de idade). Neste caso, a unidade de análise utilizada para o estudo foi o indivíduo com mais de 10 anos de idade.

4.3. A dimensão organização social

Uma das principais características dos processos de desenvolvimento social está relacionada à capacidade das populações se organizarem socialmente, o que significa um conjunto de esforços individuais para a celebração do bem-estar coletivo. Nos pequenos agrupamentos populacionais, esses esforços ganham uma dimensão específica na medida em que, por questões em grande parte de natureza demográfica, poucas pessoas assumem grande parte das responsabilidades na condução de resolução de problemas da coletividade. Outro fato importante a destacar é a crescente dependência de rearranjos dessas populações diante das demandas criadas pelas recentes políticas públicas para acesso aos recursos institucionais e financeiros no atendimento às demandas educacionais, de saúde, de representação política e de participação no mercado na comercialização de produtos originários de uma unidade de conservação. Essas demandas ganham especial destaque quando associadas às formas de participação nos projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável.

De uma forma geral, o que está fortemente associado à construção de um ideal de população organizada é seu reconhecimento como enti-

dade jurídica, o que é feito mediante a constituição de sua associação, com a definição de regimentos, estatutos e formas de representatividade e o exercício dessa representatividade, o que significa, também, seu reconhecimento em relação à sua territorialidade nos limites da jurisdição municipal, sendo esta a unidade base de sua identidade jurídica. Essa é uma exigência para que os produtores possam comercializar os produtos manejados e terem participação ativa no mercado ecológico. É também a partir dessa condição, na configuração dos direitos constitucionais, que as demandas por educação, saúde, segurança social, redução da pobreza, entre outros, são dimensionadas.

Ao definirmos a dimensão da organização social dos pequenos agrupamentos populacionais como um dos elementos para construção do índice de desenvolvimento social, tomou-se por referência as diferenciações sociais em relação a essa condição social.

Selecionamos como indicadores da organização social de cada localidade ter associação comunitária, ter escola, ter centro comunitário e ter agente de saúde. Essa escolha se justifica pelas seguintes constatações: a) ter associação comunitária é uma condição para que essa população possa ser reconhecida juridicamente e assim reivindicar a construção e manutenção de uma escola, instalação e manutenção de usina para fornecimento de energia elétrica para a localidade, participarem de transações comerciais, entre outras ações; b) ter uma escola pública significa o resultado de um conjunto de negociações com a prefeitura para garantir a construção e funcionalidade da escola, atendendo ao ensino fundamental e, em alguns casos, para oferecer cursos a jovens e adultos; c) ter um centro comunitário indica o esforço coletivo para a construção de um espaço onde as expressões políticas e culturais da localidade possam acontecer; d) ter um agente de saúde significa que a localidade está inserida formalmente na rede de atendimento básico dos programas sociais de saúde, veiculados através das secretarias municipais de saúde.

Nesta dimensão, a unidade de análise é a localidade. A construção do índice foi composta dando o mesmo peso a cada um dos indicadores, sendo assim distribuída a pontuação na distribuição de valores de 0 a 1, por localidade, para manter a comparabilidade com os outros índices.

Com base na distribuição dos índices específicos e índice de desen-

volvimento social, que é a média dos índices específicos, é possível fazer uma diferenciação por categorias de menor a maior índice, possibilitando assim melhores medidas comparativas. Assim, estabelecemos categorias de acordo com as respectivas pontuações, sendo o nível 1 o mais elevado e o nível 5 o mais baixo.

Os gráficos 4 e 5 apresentam a distribuição proporcional desses índices no conjunto das localidades estudadas, comparando as mudanças ocorridas no período de 2006 a 2011 para a área de Uarini, onde, como esclarecido anteriormente, se concentraram os projetos experimentais e as ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável. O gráfico 4, assinala a elevação dos melhores índices (1 e 2) de desenvolvimento social, sendo que em 2006, 36% das localidades estavam nesses níveis e, em 2011, essa proporção se elevou para 50% das localidades dessa área da RDSM. No gráfico 5, estão distribuídas proporcionalmente as localidades por níveis dos índices econômico, educacional e de organização social. Nesta distribuição, destaca-se que os níveis mais elevados estão concentrados no índice econômico. Em 2006, eram 53% das localidades que se situavam no nível 1, e essa proporção se elevou para 77% das localidades em 2011. Nos outros índices, ocorreram pequenas elevações nos melhores níveis, sendo que, no índice de escolaridade, foi registrado um declínio no melhor nível; e, no índice de organização social, elevação nos índices mais baixos. Esses dados são reveladores de que os ganhos na renda monetária não foram acompanhados de aumento nos índices de escolaridade e de organização social dessas populações.

Gráfico 4 – Distribuição % das localidades de várzea, área de Uarini, segundo os níveis do índice de desenvolvimento social (1=melhor a 5=pior) para os anos de 2006 (38 localidades) e 2011 (44 localidades).

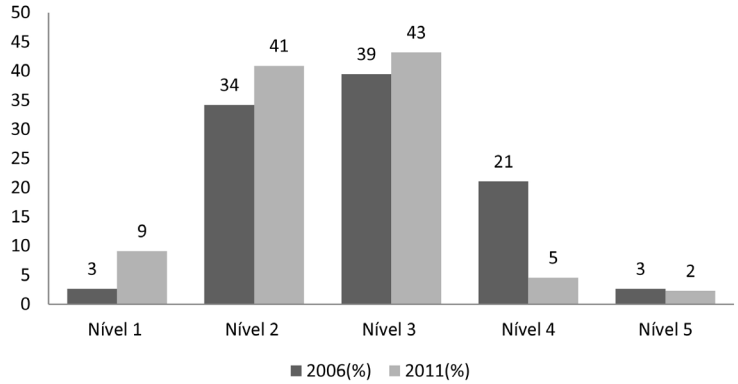
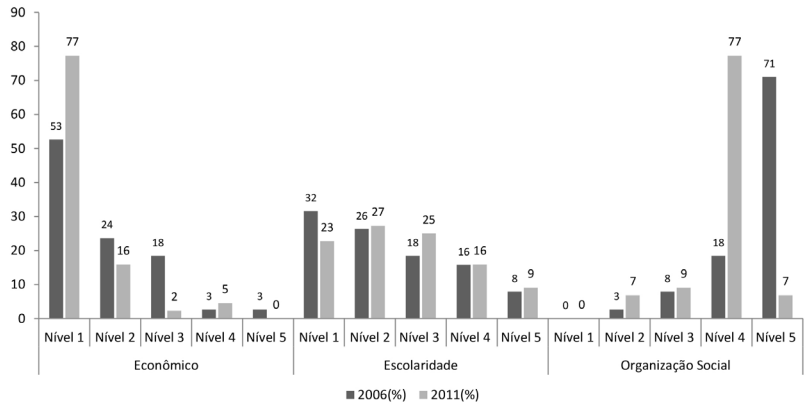


Gráfico 5 – Distribuições % das localidades de várzea, área de Uarini, segundo os níveis dos índices econômico, de escolaridade e de organização social (1=melhor a 5=pior) para os anos de 2006 (38 localidades) e 2011 (44 localidades).



Os gráficos 6 e 7 apresentam dados semelhantes, mas comparando as localidades situadas na área de Uarini com aquelas da área de Fonte Boa/Maraã, onde os programas de desenvolvimento sustentável foram

implantados mais recentemente. Os dados se referem ao ano de 2011 para ambas as áreas.

No gráfico 6, evidencia-se que as localidades da área de Uarini apresentam melhores índices em relação às localidades da outra área, que registra apenas 17% das localidades nos níveis 1 e 2 enquanto que são 50%, nessa condição, na área onde os investimentos para o desenvolvimento sustentável ocorrem de forma continuada há mais de 10 anos.

No gráfico 7, onde as localidades estão distribuídas proporcionalmente em relação aos índices econômico, de escolaridade e de organização social, observa-se que as localidades da área de Uarini apresentam os melhores níveis em todos os índices. Importante observar que, para as localidades da área de Fonte Boa/Maraã, os níveis mais elevados estão no índice econômico, embora esta proporção seja bem inferior aos registrados para a área de Uarini, e que os melhores níveis de escolaridade são bastante reduzidos. Apenas 17% das localidades da área de Fonte Boa/Maraã encontram-se nos níveis 1 e 2 de escolaridade. Esses dados são indicadores de que os melhores resultados apresentados pelas localidades de Uarini estão relacionados com o maior tempo de investimento social nas ações locais.

Gráfico 6 - Distribuição % das localidades de várzea segundo os níveis do índice de desenvolvimento social (1=melhor a 5=pior) para as áreas de Uarini e Fonte Boa/Maraã para o ano de 2011.

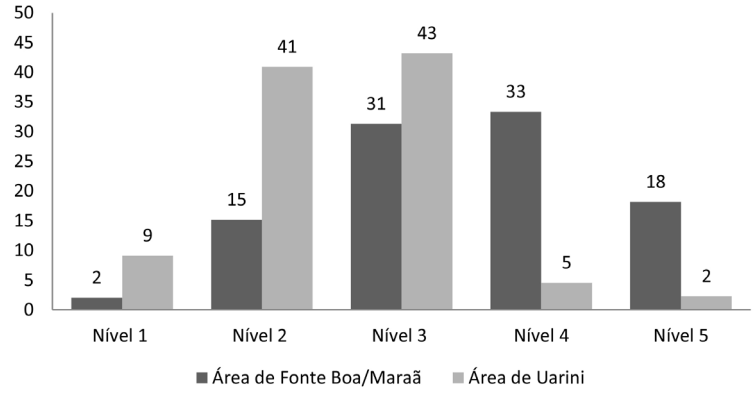
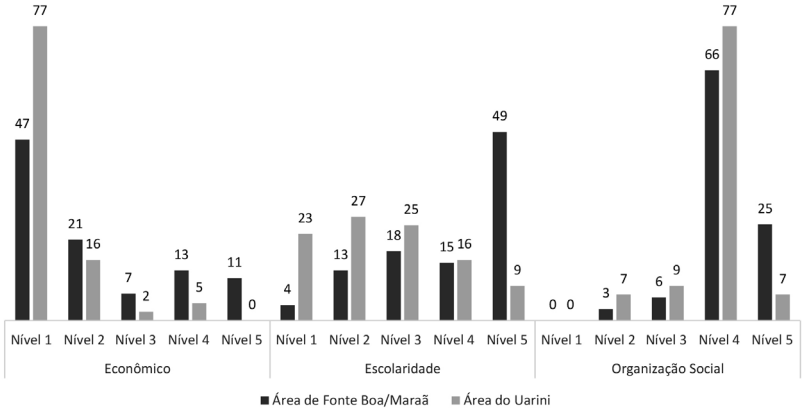


Gráfico 7 – Distribuição % das localidades de várzea segundo os níveis dos índices econômico, de escolaridade e de organização social (1=melhor a 5=pior) para as áreas Fonte Boa/Maraã e Uarini, ano 2011.



Conclusões

Os dados apresentados referentes às mudanças sociais em pequenos agrupamentos populacionais localizados em uma unidade de conservação de uso sustentado na floresta alagada amazônica possibilitam refletir sobre os resultados dos projetos de desenvolvimento sustentável envolvendo populações camponesas com acesso comum aos recursos naturais. Nesse contexto, as inovações no processo produtivo impulsionadas pelas dinâmicas do denominado mercado ecológico colocam novas situações às populações locais, favorecendo uma maior diferenciação social e econômica entre as famílias, na medida em que os investimentos, de alto custo, são restritivos aos produtos de maior rentabilidade, exigem habilidades específicas e ficam dependentes das oscilações e irregularidades do mercado. Os dados apresentados em relação à composição da renda evidenciaram o predomínio econômico de uma localidade em relação às demais, e, principalmente, que os maiores ganhos proporcionais da renda familiar estão relacionados mais aos programas sociais de transferência de renda e de concessão de benefícios sociais do que à venda dos produtos manejados. Os dados possibilitaram também

refletir sobre o fato de que as políticas orientadas pelo denominado desenvolvimento sustentável são, na realidade, mais orientadas às dinâmicas do mercado do que às demandas sociais por melhores condições de vida. Os dados apresentados nos índices econômico, de escolaridade e de organização social e sua síntese no índice de desenvolvimento econômico, referentes aos anos de 2006 e 2011 possibilitaram identificar que as principais mudanças, nesse período ocorreram nas condições econômicas com o aumento do consumo de bens de uso doméstico e de trabalho, e que, no contexto geral, ocorreram mudanças para os melhores níveis em 50% das localidades que estão sendo acompanhadas por programas de desenvolvimento sustentável há mais de 10 anos. No entanto, fica evidente que os índices de escolaridade e de organização social ainda apresentam níveis reduzidos, expressando situações de distanciamento do acesso dessas populações às políticas públicas. O estudo identificou como resultado positivo a reduzida migração das populações moradoras da RDSM para os centros urbanos, quando fenômeno inverso vem ocorrendo na maioria das áreas rurais dos municípios dessa região. Este registro merece destaque na medida em que indica que, longe de serem favorecidos pelas regras do mercado ecológico, a grande parte das localidades da RDSM encontra proteção com a criação dessa unidade de conservação, assegurados os direitos de sua permanência em seus territórios, reproduzindo suas condições de organização camponesa.

Referências

ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. IN: ACSERALD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

ÁLVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.) **Cultures of Politicso cultures**: Re-visioning Latin American Movements. Bpulder: Westview Press, NY, 1998.

ATRIA, Raul, SILES, Marcelo, ARRAIAGADA, Irmã, ROBISON, Lindon e WHITEFORD, Scott (Org.). **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. CEPAL, Comisión Económica para America Latina y el Caribe. Michigan State University. Naciones Unidas: Santiago del Chile, 2003.

BANERJEE, Subhabrata B. – Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (Org.) **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003, p.77-128.

BEZERRA, Nelissa Peralta. **"Toda Ação de Conservação Precisa ser Aceita pela Sociedade"**: manejo participativo em reserva de desenvolvimento sustentável. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BLOWERS, Andrew. **Environmental Policy:** Ecological Modernisation or the Risk Society? Urban Studies, Volume 34, (5&6) May, 1997: 845-871.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004

CASTRO, Edna. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira, Belém, **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 105-126 (ISSN 1516-6481), NAEA/UFPA, dez. 2007

CASTRO, Edna - Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia – Belém, **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5-39 (ISSN 1516-6481), Belém, NAEA/UFPA, dez. 2005

CASTRO, Edna Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, Edna, PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido**. Belém, CEJUP, 1997

ESCOBAR, Arturo. "Biodiversidad, naturaleza y cultura; Localidad Y globalidad em las estratégias de conservacion". **Coleccíon El mundo Actual**. México, D.F: Uman/Ciich, 1997.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel, (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

GEERTZ, Clifford. **Savoir local, savoir global. Les Lieux du Savoir.** Coll. Sociologie d'aujourd'hui. Paris, PUF, 1986.

LENSL, C. L. Modernização Ecológica e a política ambiental catarinense. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSP, 30: 117-139. Abril, 2006.

LIMA, D. M. **A economia doméstica na várzea de Mamirauá**. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. (Org.). Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 141-168.

LOPES, José Sérgio Leite (Coordenador). **A ambientalização dos conflitos sociais.** Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política / UFRJ, 2004.

McGRATH, David G; GAMA, Socorro P.; CARDOSO, Alcilene; BENATTI, José Heder. **Integrating Co-Management and Land Tenure policies for the sustainable management of the Lower Amazon Floodplain.** In: Simpósio Conservação e Desenvolvimento na Várzea: Aprendendo com o passado, construindo o futuro. Manaus, 2006.

MOL, A. P. J. **Ecological modernisation around the world. Perspectives and Critical Debates**. London: Frank Cass, 2000.

MOUNIER, Pierre. **Pierre Bourdieu, une introduction**. Paris: Pocket. 2008.

MOURA, Edila. A. F. **Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MOURA, Edila A. F e CASTRO, Edna. Mudanças Sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá. **Revista Ambiente & Sociedade, São Paulo** v. XV, n. 2; p. 23-50 mai.-ago. 2012

MOURA, Edila A. F., NASCIMENTO, Ana. C. S. DO, CORREA, Davila. S. S. "Cesta básica"(rancho) das populações ribeirinhas da Amazônia. **Cadernos Saúde Coletiva (UFRJ)**, v.4, p. 517 - 530, 2007.

MOURA, Edila A F; NASCIMENTO, Ana C. S. DO; CORREA, Dávila S. S; SOUSA, Isabel e ALENCAR, Edna. Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, IDSM 2014 (No prelo).

PERALTA, N.; LIMA, Deborah. **Desenvolvimento rural, economia doméstica e sustentabilidade na RDS Mamirauá**. In: Livro de resumos do VIII Seminário Anual de Pesquisa do IDSM - Tefé: IDSM, 2011. p.38-39.

RIST, Gilbert. **Le Développement: histoire d'une croyance occidentale**. 2. ed. Paris: Presses de Sciences Politiques, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SNUC, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza –** Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. ed. Brasília: MMA/SBF.

SPAARGAREN, G, e MOL, A. Sociology, Environment and Modernity as a Theory of Social Change. In: **Society and Natural Resources**, v. 5, p. 323-344, 1992.

CAPÍTULO 12

TURISMO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM RESEX MARINHAS DO PARÁ

Laércio Bezerra Falcão
Denise Machado Cardoso
Voyner Ravena-Cañete
Maria Regina Ribeiro Reis

Introdução

Na Amazônia brasileira, as novas configurações socioespaciais resultantes da criação das Unidades de Conservação (UC) têm sido tema de vários estudos acerca dessas realidades. As interfaces presentes nos estudos evidenciam a complexidade dos diferentes tipos de UC, em especial, das Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX). Na zona costeira do Norte do Brasil, precisamente no nordeste paraense e no arquipélago do Marajó, as RESEX Marinhas vêm ganhando destaque no que se refere às ações governamentais voltadas para o desenvolvimento. Sob o ponto de vista socioantropológico e em diálogo com outras referências teóricas e metodológicas, busca-se caracterizar e explicar de que maneira as atividades de Turismo vêm sendo realizadas nestas UCs, analisando-se as ações voltadas para essa atividade em duas RESEX Marinhas[1] do estado do Pará: A Mãe Grande de Curuçá e a Soure, na ilha do Marajó.

Nesse sentido, cabe mencionar que, na busca em garantir ecossistemas e ampliação da proteção a biomas importantes no Brasil, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As Unidades de Conservação (UC) abrangem várias formas de utilização, cada uma com as particularidades que se voltam ao ambiente a ser

1. Buscando não ser repetitivo, este texto usará apenas a denominação RESEX, para as RESEXs marinhas.

protegido, os recursos naturais disponíveis e a população tradicional[2] existente no local. As UCs, tratando-se das Reservas Extrativistas, ou RESEXs, são designadas ao uso sustentável dos recursos naturais por parte de populações tradicionais residentes no local a ser protegido e que possuem nas atividades de extrativismo pesqueiro, vegetal, mineral, madeireiro, etc., a base da sua economia (FALCÃO, 2013). No caso do Salgado Paraense e diante de sua importância ambiental, como já mencionado, RESEXs Marinhas vêm sendo discutidas e implementas.

Para a elaboração deste trabalho, foram utilizadas técnicas de pesquisa que deram suporte e conduziram a organização dos métodos e dos procedimentos aqui utilizados, dentre os quais está a aplicação do método qualitativo de pesquisa, figurando este como o balizador para os resultados esperados, dado que enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e suas realidades diferenciadas. O tipo de pesquisa qualitativa utilizado para este trabalho propicia um correto delineamento da investigação socioantropológica. O estudo de campo foi necessário para tal levantamento, fato que trouxe dados relevantes capazes de aprofundar as questões em torno do turismo nas localidades estudadas, se adequando de forma coesa com a pesquisa exploratória para uma investigação que trata de estudos sobre turismo.

Para a coleta de dados, foram utilizadas técnicas de entrevista com grupo focal que, segundo Powell e Single (1996, p. 449, apud Gatti, 2005), pode ser entendida como uma técnica que faz uso de "um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal"; da mesma forma entende Gatti (2005, p.17) "os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido,

2. A lei 9985 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC) não define o conceito de população tradicional. No entanto, este texto entende esse conceito como sinônimo de povos e comunidades tradicionais, assim definido pelo inciso primeiro, artigo terceiro do decreto 6040/2007: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". Para melhor precisão conceitual, consultar Ravena-Cañete e Ravena-Cañete (2012).

de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas". Sobre o aspecto da escolha vale observar que determinados indivíduos foram escolhidos para aplicação das entrevistas, baseado não em um questionário fechado, mas em uma informalidade encadeada por um tema específico, que foi a dimensão do turismo dentro das RESEXs. A partir dessa base, desenvolveu-se um diálogo espontâneo e livre, visando captar os fatos a respeito de temas correlatos que implicam direta ou indiretamente nas relações do turismo nas comunidades destas RESEXs.

1. As RESEXs Marinhas e o ecossistema de manguezal

A zona costeira brasileira é um dos biomas mais importantes do território nacional, sua abrangência de faixas terrestre e marinha compreendem ecossistemas que garantem a manutenção dos seres vivos e a cadeia trófica envolvida. Entre esses ecossistemas, destaca-se o ecossistema de manguezal, que assume uma excepcional importância como berçário natural para diversas espécies e um valor econômico fundamental a partir de seu uso por populações que vivem diretamente dos recursos extraídos dessas áreas costeiras.

Esses ecossistemas caracterizam-se por apresentar espécies vegetais e animais adaptados a um solo inundado pelas marés e com grandes variações de salinidade (DIEGUES, 2001). De acordo com Vanucci (2002), o termo mangue é utilizado para designar as árvores do manguezal. A autora define manguezal como um conjunto de árvores, um ecossistema de mangues, formado por fauna e flora que vivem na faixa entre marés das costas tropicais baixas, no transcurso de estuários, águas salobras interiores, lagoas e lagunas. Ainda sobre a definição desse ecossistema, Isaac et al (2003) e Alves (2004) destacam o conceito de manguezal como um ambiente de floresta, correspondendo a um ambiente de transição entre terra e mar, irrigada por uma infinidade de pequenos canais diariamente inundados pelas águas costeiras e resistentes a muitos períodos de inundação e alta salinidade.

A área de ecossistema de manguezal no litoral brasileiro figura como a segunda mais extensa do mundo. De acordo com Spalding et al. (1997), o Brasil apresenta aproximadamente 13.400 Km² de man-

guezais, ficando atrás apenas da Indonésia que possui uma área com 42.550 Km². Estudos realizados por Diegues (2001) mostram a importância desse ecossistema na manutenção da diversidade de espécies da zona costeira e alta relevância na economia das populações que vivem nessa área. O autor destaca a distribuição de manguezais no país, que correspondem a uma área que vai da região norte a sul do território nacional, compreendendo o estado do Amapá até Santa Catarina, sendo que a maior concentração se dá nos estados do Amapá, Pará e Maranhão. Os manguezais no Pará se destacam nesse cenário, apresentando cerca de 2.177 Km² (SOUZA FILHO, 2005) e vêm se constituindo em objeto de disputa territorial pelo uso de seu ecossistema.

Criado em 18 de julho de 2000 por meio da Lei nº. 9.985 (BRASIL, 2000), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabeleceu um conjunto doutrinário e oficial que iria embasar legalmente a criação e manutenção de Áreas Protegidas (AP) no Brasil. Nos termos de Silva (2007, p. 48), atribui-se a esse conjunto de normas o papel de "[...] constituição das Unidades de Conservação brasileiras". As RESEXs surgiram sob essas configurações recentes de áreas protegidas, tendo em vista que as circunstâncias que envolveram o surgimento dessa categoria de UC levantam as reivindicações dos seringueiros do estado do Acre na década de 1980, sob a liderança do então sindicalista Chico Mendes, por meio dos enfrentamentos pacíficos conhecidos por empate em face das expulsões que vinham ocorrendo, desalojando famílias em benefício de grandes fazendeiros vindos do sul do país (ALLEGRETTI, 1994; BECKER, 2008; SIMONIAN, 2000). O Decreto nº. 99.144 de 1990 (BRASIL, 1990) promulgou a primeira RESEX brasileira, a RESEX Chico Mendes, no Acre.

Esse fato consentiu na permanência dos seringueiros e suas famílias em seus locais de origem. Garantiu, ainda, a prática das atividades de extração dos recursos naturais, seguindo a proposta do projeto "RESEX na Amazônia Ocidental" do Ministério do Meio Ambiente (2006), onde a função consistia em "[...] dotar essas AP com acesso à saúde, educação, transporte e atividades geradoras de renda, criando condições para fixação da população no local" (BRASIL, 2006, *apud* SANTOS JUNIOR, 2006, p. 30). Gomes (2010) toma por base uma análise factual sobre os processos recentes que se estabelecem em relação à tríade humanos,

sistema e natureza, configurando-se em uma prospecção socioambiental incontestável às épocas futuras.

> [...] sabe-se que a sociedade contemporânea do final do século passado e do início deste, apresenta-se a partir de uma complexidade das relações estabelecidas pelos sujeitos entre si, e entre esses com a natureza. O mundo vive situações paradoxais que apontam, por um lado, para o desenfreado avanço científico e tecnológico e, por outro, à contínua degradação das condições da qualidade de vida de parte majoritária da população mundial. A ocupação da terra pelo ser humano, ampliada em larga escala como decorrência inevitável da expansão demográfica descontrolada e desse rápido desenvolvido científico, industrial e tecnológico, permite antever que, em futuro não distante, as derradeiras regiões realmente primitivas do planeta serão somente aquelas submetidas a regimes especiais de proteção e conservação [...] (GOMES, 2010, p. 232).

A institucionalização atual de áreas extensas destinadas à proteção e resguardo de recursos naturais, concebidos como patrimônio, centra-se sobremaneira em diretrizes à salvaguarda dos bens naturais e, muitas vezes, desconsidera os efeitos gerados na qualidade de vida dos que residem nesses espaços.

O caso ocorrido no Acre com a criação da RESEX Chico Mendes reflete o papel preponderante das comunidades em expor os descontentamentos com políticas que não observam a inserção social concomitantemente com a proteção ambiental. Suas intervenções vêm levando a redefinições de propostas que vinculem o desenvolvimento a essas áreas sem comprometer a utilização dos recursos por essas comunidades. Inclusive, vale salientar, que essas vivem há tempos junto ao ambiente e recursos naturais de seus *habitats*.

Mesmo em épocas remotas, quando as APs eram instituídas como reserva de caça destinada às famílias reais, ou a partir da segunda metade do século XX, quando se constituíram em importante mecanismo de preservação ambiental, as propostas de utilização com princípio de proteção e o manejo dos recursos naturais por populações que nelas habitavam passam a ser aventadas. Assim, as unidades de conservação na

modalidade de RESEX puderam elevar a importância da permanência de populações tradicionais em meio aos recursos naturais, atribuindo a elas importante protagonismo na manutenção equilibrada dos recursos e das trocas entre humanos, entre humanos e fauna, entre humanos e flora, existentes por séculos[3].

2. RESEX Marinha Soure: dilemas e propostas de políticas públicas

Na década de 1990, os caranguejeiros de Soure, município integrante do arquipélago do Marajó, enfrentavam uma concorrência desleal nos mangues da região, pois pescadores vindos da costa atlântica continental paraense passaram a invadir os manguezais do município e disputar os recursos com a população local. Diante da intensificação das invasões e da extração, a população de caranguejos reduziu drasticamente deixando de representar, a captura dessa espécie, o principal meio de vida das comunidades pescadoras desse município. Nesse cenário de insatisfação, a Associação dos Caranguejeiros de Soure lançou o "Manifesto Caranguejeiro", demonstrando o descontentamento da comunidade com a devastação dos recursos naturais diante da inércia dos órgãos públicos acerca de suas demandas.

A partir desse evento, as comunidades de Soure e algumas entidades públicas locais passaram a fomentar a ideia de criar uma unidade de conservação (UC), para que se mantivesse a proteção do ambiente e ainda o resguardo jurídico para a exploração moderada dos recursos naturais. Surgia, então, a RESEX Marinha de Soure no Marajó, congregando três comunidades de pescadores e catadores de caranguejo. Essa UC foi criada em 22 de novembro de 2001 pelo Decreto Lei nº. 98.897 / 9.985, Art. 18, de 18 de julho de 2000 (Constituição Federal, 2001) e localiza-se na parte nordeste da ilha do Marajó, abrangendo três vilas de pescadores, onde os residentes das comunidades do Pesqueiro, Céu e Cajuúna agregam-se na Associação dos Usuários das RESEX Marinha de Soure (ASSUREMAS), tendo como atividade econômica de subsistência a pesca artesanal e a extração de caranguejo e outros mariscos.

3. Vasta é a literatura nacional sobre tal temática. Para indicação de uma leitura compilatória ver Ravena-Cañete (2012).

3. RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá: políticas públicas e questões socioambientais

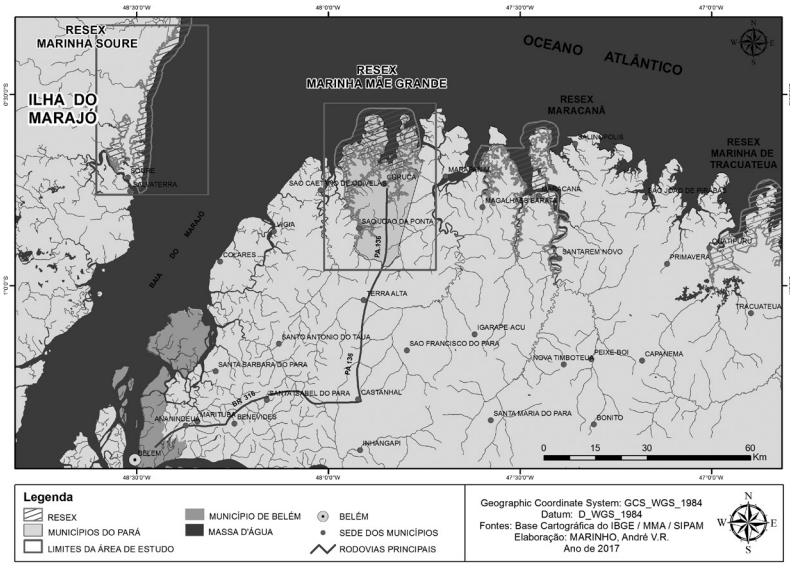
A RESEX Marinha "Mãe Grande", legalmente criada em 2002, é constituída e povoada por 52 comunidades de pescadores e agricultores, sendo que seu território abrange rios, manguezais e ilhas. A RESEX "Mãe Grande" é uma das mais importantes UCs de uso direto localizada na costa amazônica com o objetivo de preservação do ambiente e do modo de vida de seus moradores. Sua extensão soma aproximadamente 37 mil hectares de estuário (encontro das águas dos rios com o oceano), abrangendo quase a totalidade do Município de Curuçá.

Por via terrestre, pela rodovia estadual PA 136, Curuçá dista aproximadamente 130 Km da capital do estado do Pará, Belém. Essa rodovia cortou, em seu processo de construção, uma extensa faixa da vegetação. Iniciada na década de 1950, gerou à época um forte impacto na região, principalmente para as populações indígenas que lá viviam, visto que, historicamente, o acesso e transporte de produtos e pessoas eram realizados até então por via fluvial (FIGUEIREDO: 2007 p. 61).

Em 1997, iniciou-se a mobilização comunitária em Curuçá que deu origem ao decreto de 13 de dezembro de 2002, criando a Reserva Extrativista Marinha de Mãe Grande. Essa denominação, escolhida pelos próprios atores envolvidos no processo de demanda, tinha o objetivo de transmitir a ideia de que todos vieram de um mesmo lugar, trazendo alguma coisa do início: a mãe (Gaia). Existem cerca de 3.000 famílias nas 52 comunidades da RESEX, e calcula-se que o número de extrativistas e pescadores seja de aproximadamente 6000 pessoas (SOUZA, 2010).

A figura 1, com o corredor ecológico do litoral paraense (INSTITUTO PEABIRU, 2009), permite visualizar a localização das s Mãe Grande de Curuçá, assim como a RESEX Soure.

Figura1 – Localização das RESEXs Mãe Grande de Curuçá e Soure no Corredor Ecológico do Litoral Paraense.



Fonte: adaptado por Uriens Ravena Cañete de Instituto Peabiru(2009). Elaborado por André Marinho, 2016.

A figura 1 permite visualizar a riqueza hídrica que marca tanto a área da RESEX Mãe Grande como a RESEX Soure, além de situar ambas no espaço mais amplo do litoral paraense. A reserva surgiu principalmente pela percepção dos desgastes ambientais que a região vinha sofrendo, devido à realização predatória da pesca e coleta de mariscos. Como consequência, a sede de Curuçá sentiu os efeitos dessa pressão, dado que figurava como porta de entrada e circulação dos produtos-base das economias locais. Esse efeito sequencial incidia de forma massiva sobre as populações tradicionais que dependiam exclusivamente da comercialização dos produtos dessas atividades realizada no mercado municipal, localizado na sede do município (FALCÃO, 2013).

Mas, se a criação de RESEX permite proporcionar aos moradores dessas áreas de proteção a manutenção do ambiente tradicionalmente ocupado, um ponto de fragilidade desse processo repousa na necessidade de

elaboração de um plano de manejo para a UC. A população tradicional que ali vive carece de um planejamento que possa assegurar o seu modo de vida, na medida em que o principal objetivo da criação da RESEX é proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assim como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da UC. Nesse sentido, a elaboração e implementação do plano de manejo, previsto como obrigatório pelo SNUC, desenha-se como um desafio a ser superado.

2. RESEXs Marinhas e o Turismo

O turismo está relacionado diretamente aos níveis de crescimento econômico, fazendo do sistema capitalista o seu maior promotor. No atual contexto, ocorre o que se pode denominar como uma fase de maturidade dessa atividade em meio aos avanços da técnica relacionada aos transportes e meios de comunicação, promovendo uma notável progressão do turismo durante o último século.

> Ao mesmo tempo, o contínuo crescimento do turismo tem gerado, nas últimas décadas, um aumento econômico expressivo em níveis locais e regionais, contribuindo com o montante do Produto Interno Bruto em muitos países. Contudo, isso não representa necessariamente um maior incremento na melhoria das condições de vida de algumas sociedades inseridas nos meios onde o turismo se manifesta e dele se utiliza. Nesse sentido, cabe uma discussão acerca das ações que são realizadas em contextos de UC, na medida em que elas surgem como proposta de desenvolvimento[4] e não apenas uma intenção restrita ao crescimento econômico. Precisamente nas RESEX Marinhas há que se considerar o turismo como uma das possibilidades para se alcançar o desenvolvimento envolvendo a população local e suas demandas, bem como a conservação socioambiental, dentre outras coisas.

4. Para este texto, entende-se desenvolvimento a partir dos preceitos apresentados pela Economia Ecológica, onde os limites da natureza devem ser considerados para os processos econômicos, sendo o crescimento ilimitado uma condicionante da Economia Clássica, esta incapaz de se adequar aos impositivos ecológicos. Para ampliar a discussão sobre desenvolvimento e crescimento nos parâmetros da Economia Ecológica, ver Cavalcanti (2004, 2010, 2012).

Especificamente na zona costeira do Estado do Pará, os atrativos para as atividades do turismo nas vilas praianas são caracterizados pela diversidade dos recursos naturais e das manifestações culturais ricas e variadas que desenham o *ethos*[5] de sua população. Desse modo, do ponto de vista turístico, em Soure e em Curuçá, há realidades que passaram a ser tratadas não apenas como uma questão restrita à potencialidade de crescimento econômico, mas também como algo a ser considerado em termos socioambientais que se transformaram em atrativos turísticos.

Em Soure, a peculiaridade ambiental que marca o município permite a configuração de propostas que considerem o turismo como uma atividade econômica importante, exemplo disso é a preocupação na elaboração do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure" pela Secretaria Municipal de Turismo. A iniciativa pública para essa questão possui importância fundamental, pois, por meio de suportes legais e jurídicos, pode garantir bases consistentes para o crescimento dessa atividade.

O "Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure" elaborado pela Secretária de Turismo do município contém as propostas que preveem a utilização das margens praianas que ligam as várias localidades do município como, por exemplo, o Pesqueiro, Cajuuna e Céu. A proposta se baseia na utilização do caminho como um atrativo de grande valor paisagístico para a prática do ecoturismo, ligando as três comunidades. A ideia seria evitar as tensões que existem em torno do acesso pela rodovia PA-154, evitando possíveis desgastes com os proprietários da fazenda situada entre essas localidades. A esse objetivo, soma-se o aproveitamento dos atributos naturais para o turismo com os quilômetros de praias, rios, manguezais e florestas, margeando a baía do Marajó, que interliga as três localidades.

Contudo, o Pesqueiro é a única das três localidades que possui acesso facilitado e com vias pavimentadas e sinalizadas, o que consequentemente lhe proporciona melhor infraestrutura, tendendo a atrair um número maior de visitantes do que as vilas do Céu e Cajuúna. Como a

5. Para este texto entende-se *ethos* como um modo de ser capaz de diferenciar um grupo sócio cultural em um contexto mais amplo. Não figura como objetivo deste ensaio a discussão do conceito, para uma discussão mais refinada ver Geertz (1997).

maioria dos visitantes que chega ao município de Soure é proveniente da capital do estado, ou mesmo de outras cidades próximas, torna-se mais cômodo o deslocamento ao Pesqueiro, dado a facilidade e rapidez para o acesso, sendo que há transporte destinado a essa localidade circulando na sede do município, a exemplo de ônibus, mototáxis e outros modos de mobilidade.

A questão colocada por muitos residentes do Céu e Cajuúna, como ponto impeditivo para o êxito do plano proposto pelo município, reside na dificuldade de acesso, pois, o único meio de ingresso às duas comunidades se dá pela rodovia estadual PA-154 que começa no porto de Camará (porta de entrada do Marajó) e termina exatamente nas comunidades Céu e Cajuúna. O fato de estarem localizadas após os limites de extensas propriedades rurais tem trazido alguns transtornos às comunidades. A obstrução da rodovia pelas porteiras das propriedades, inviabiliza a oportunidade de desenvolvimento da atividade do turismo nas duas localidades que, assim como o Pesqueiro, possuem visitantes interessados em usufruir das praias e outros atrativos naturais da região. As discussões sobre o acesso ou não pela PA-154 se arrastam há anos, sem uma resolução que conceda benefícios às famílias das comunidades.

No entanto, o processo de turistificação das comunidades do Céu e do Cajuúna vai muito além da obstrução da estrada que impede o acesso de visitantes e limita a passagem dos moradores às duas comunidades. Observa-se que, no Céu e Cajuúna, há uma descaracterização sociocultural, pois, devido à proximidade com o Pesqueiro, muitos visitantes veem, nas duas comunidades, apenas um prolongamento de praia, implicando em descontentamento por parte de certos comunitários do Céu e Cajuúna que se afirmam sob suas características diferenciadas nos aspectos naturais e culturais.

O município de Curuçá apresenta um conjunto único de atrações naturais e, na área de RESEX, são evidentes os ambientes naturais preservados, manguezais mais biodiversos do planeta, cultura tradicional dos pescadores e catadores artesanais de mariscos. Nessas áreas, os manguezais e demais ecossistemas integrantes do bioma costeiro encontram-se com outros biomas amazônicos. É reconhecida a sua importância para a conservação da biodiversidade, reprodução de espécies, controle da erosão e manutenção do estoque pesqueiro, além de

garantir a sobrevivência e a cultura de comunidades tradicionais que retiram do mangue o seu sustento.

Com visível interesse no desenvolvimento do turismo, a Prefeitura Municipal de Curuçá instituiu a Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR), antes atrelada à outra secretaria na forma de uma subpasta, como mecanismo de maior ação e apoio ao planejamento ou propostas que visem trabalhar a questão do Turismo de Base Comunitária (TBC) junto às comunidades da RESEX. A criação dessa secretaria vem mobilizando algumas ações, com o apoio de ONGs, para promover discussões a respeito do tema e levando inicialmente a essas comunidades a possibilidade de se trabalhar com um turismo diferenciado que tende a trazer retorno econômico para as famílias do município como um todo, incluindo as pertencentes à RESEX Mãe Grande.

Sob o contexto de rico atrativo natural, o ecoturismo é, para essa região, uma oportunidade de desenvolvimento com bases sustentáveis, inserindo as comunidades tradicionais e proporcionando geração de emprego e renda local. Além disso, proporciona aumento da autoestima, estímulo à conservação de ambientes e recursos naturais e promove a recuperação de áreas degradadas. Nessa linha, observou-se a atuação de grupos sociais organizados que promovem oficinas sobre educação ambiental e estimulam o ecoturismo na área de RESEX. Dentre variados projetos executados na área, chama a atenção o projeto "Casa da Virada", desenvolvido pelo Instituto Peabiru, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que em conjunto com órgãos federais e associações locais atuou junto às comunidades tradicionais da RESEX com projetos de educação ambiental. Nestes, o ecoturismo de base comunitária foi uma estratégia de inserção socioeconômica formando grupos de monitores das próprias comunidades.

Como mencionado, a RESEX Mãe Grande compõe quase a totalidade do município de Curuçá, esse fato implica em algumas ações do poder público ou mesmo da iniciativa privada em relação ao fomento do turismo para o município. Tais ações acabam por incidir de forma direta ou indireta sobre a RESEX causando perturbações no modo de vida de algumas localidades.

Em 2009, por exemplo, o poder público municipal iniciou o projeto da nova orla de Curuçá, com intervenção na margem do rio Mãe

Grande (que dá nome à RESEX). Segundo informações de atores sociais e políticos locais, a primeira fase do projeto providenciou a limpeza da área que integra a RESEX, e localiza-se em frente à sede do município. A fase seguinte consistiu em empreitada de terraplenagem das laterais do rio Mãe Grande, incidindo diretamente na paisagem que havia anteriormente, alterando-a de forma permanente. O projeto arquitetônico objetivou transformar a orla localizada na frente da sede do município como forma de implementar melhorias consideráveis na paisagem frontal da cidade. Segundo alguns atores sociais, a obra viria embelezar o complexo de manguezal que ali existia, e que, de certa forma, tirava a beleza da cidade e seria um modo de reforçar a identidade turística de Curuçá.

> Uma das ações governamentais de grande repercussão e considerável valor para o turismo em Curuçá, e conseguintemente na área da RESEX, foi a criação do "Roteiro do Sol" pela SEMTUR. Tal roteiro consiste em uma proposta de turismo de sol e praia, oportunizando aos turistas e visitantes conhecer algumas das várias ilhas e praias que compõem a RESEX Mãe Grande de Curuçá. Para facilitar a locomoção dos turistas e visitantes, e também demonstrar de modo prático os variados atrativos turísticos existentes no município, a SEMTUR criou um mapa animado com os principais atrativos, serviços e pontos turísticos do município, como o Bosque Centenário, artesanato Muaruá e Caju, a ostreicultura em Lauro Sodré, Centro Histórico, igreja de Nossa Senhora do Rosário, praias, bancos, praças e a orla.

3. As ações governamentais voltadas para o Turismo em Soure e Curuçá

A relação estabelecida entre UC e turismo vem estreitando-se com o tempo, especialmente diante do grande leque de direções que essa atividade pode apresentar junto a espaços naturais. O ecoturismo, por exemplo, é uma opção viável para se trabalhar dentro de unidades de conservação.

Os levantamentos e observações sobre o turismo nas duas RESEXs, de Soure e Curuçá, evidenciaram as ações implementadas pelo poder público, por meio dos órgãos de fomento para criar condições favo-

ráveis e legais, buscando encaminhar o turismo de forma que este beneficie as comunidades das RESEXs, ao passo que contribui com o desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental dos municípios. São evidenciadas ainda as manifestações de interesses privado ou popular no desentrave do turismo em suas determinadas localidades, ainda que de forma forçosa, simplória e desestruturada, almejando estabelecer um retorno (econômico) com uma atividade promissora e com muitas evidências de realização nessas duas regiões.

Mas, se essas são as ações que marcam a gestão local, para a esfera regional, o Governo do Estado do Pará, por meio de sua Secretaria Estadual de Turismo (SECTUR), iniciou um projeto visando o aprimoramento na qualidade dos serviços que se prestavam aos turistas e visitantes em municípios com maior incidência para o turismo, entre estes, Soure e Curuçá, o "Programa Estadual de Qualificação do Turismo" (PEQTUR). O PEQTUR demonstra a busca do governo estadual, juntamente com os governos municipais, em promover e incentivar a qualidade de serviços básicos para o turismo nestas localidades. Cursos de capacitação para especialidades, como garçom, camareira, atendentes em geral (hotelaria, bares, restaurantes), foram prestigiados por membros da comunidade através da participação no programa. No caso da RESEX Soure, o projeto "Amazônia do Marajó" trabalhou o produto "Vila do Pesqueiro, muita história para contar", sendo que o projeto vislumbrava a contribuição das políticas públicas em turismo em direção às populações tradicionais habitantes dessa UC. Neste caso, RESEX, colocando primeiramente o trabalho de conscientização dos indivíduos integrantes das comunidades e, posteriormente, preparando esses indivíduos para bem receber e prestar um serviço que consistia simplesmente em demonstrar as práticas comuns do dia-a-dia de suas atividades.

No entanto, o projeto "Vila do Pesqueiro, muita história para contar" não teve continuidade, fato que afetou a crença da população das duas outras comunidades locais da RESEX em relação ao fomento do turismo pela condução pública e institucional. Por outro lado, relevando as grandes dificuldades existentes, o "Vem Encontrar o Marajó" (VEM) continuou na aplicabilidade do projeto, ainda que de forma tímida, mas tocando adiante o trabalho com os grupos que haviam sido formados e preparados pelas capacitações dos órgãos públicos, que se

apropriaram dos conhecimentos técnicos adquiridos para a condução do turismo sem que dele ficassem a mercê.

Bastante relevante é a ação do poder público em Curuçá, que demonstra muito empenho e desenvoltura na condução do turismo como forma de valorizar a cidade que notoriamente possui um arcabouço cultural e natural como matérias primas para o turismo. Não se percebeu em Curuçá, no entanto, uma política específica de turismo para trabalhar a questão das comunidades da RESEX Mãe Grande. Todavia, como a RESEX ocupa grande parte do município, as ações públicas de estímulo ao turismo vão em direção à UC, que está circunscrita às ilhas: as praias, o manguezal, os rios, os furos e as comunidades pesqueiras e marisqueiras.

Em Curuçá, conta-se com o projeto institucional "Casa da Virada", que privilegia a educação ambiental e o ecoturismo como forma de valorizar os bens naturais que possui a região e trabalhar a questão da inclusão social, conduzindo a própria comunidade na continuidade do processo. Essas propostas são de grande valor social, pois influem de modo positivo sobre o turismo e delimitam de forma responsável o papel desta atividade como transformadora no processo de desenvolvimento.

Por se tratar de Unidades de Conservação, há um contexto legal e de procedimentos técnicos para a execução de quaisquer projetos ou propostas que se voltem ao uso do espaço ou recursos naturais destinados à proteção. Foi sob esse viés que ocorreu a interdição da pousada levantada na Ilha da Romana na RESEX Mãe Grande, onde não houve por parte do proprietário a preocupação e comprometimento em observar o novo contexto ambiental em que está inserida grande parte das áreas do município curuçaense. Ações inoportunas como essa acontecem eventualmente no vasto espaço delimitado da RESEX, tendo em vista o crescente fluxo de turistas e visitantes que acabam por empolgar atores ávidos por participar dos efeitos positivos do turismo.

4. Notas conclusivas

As áreas protegidas figuram como mecanismos eficientes para a delimitação de espaços comuns, como forma de resguardar o espaço natural da exploração desmedida que indiscriminadamente nos últimos séculos fora motivada pela satisfação do momento presente, sem con-

siderar as possibilidades de escassez no futuro. Relevante é analisar a evolução do conceito, bem como a modificação dos parâmetros de utilização dessas áreas protegidas e os contextos que foram se desenhando sob as bases do sistema econômico que vigora.

Especificamente no Brasil, devido ao peculiar contexto social, econômico e ambiental, essas áreas foram requisitadas por movimentos sociais no campo, pretendendo garantir o espaço destinado à manutenção das tradições primordiais à existência de populações tradicionais, ao passo que eram reivindicadas novas configurações e direcionamentos que permitissem dar continuidade ao uso da terra e dos recursos naturais. Esses eventos trouxeram à tona a impossibilidade de se pensar em proteção exclusiva dos bens naturais, desconsiderando a participação das populações tradicionais habitantes desses espaços. Por esse motivo, as Unidades de Conservação representaram uma ruptura frente às antigas práticas de utilização indiscriminada desses espaços, ou mesmo a utilização exclusiva para fins privados, inserindo, com isso, novas propostas de utilização como forma de aproveitamento responsável e que pudessem contribuir com a qualidade de vida das populações tradicionais sem ameaçar a integridade de suas práticas centenárias e respaldando legalmente a proteção e utilização sustentável do meio ambiente.

Em face do visível avanço do turismo em direção a esses espaços naturais, que ora vêm sendo institucionalizados no Brasil, toma-se por analogia toda a dinâmica e volatilidade que sempre acompanharam o turismo desde suas épocas mais remotas, adaptando-se aos tempos, sociedades, situações e ao ambiente, e que, sem as devidas observações, diretrizes e manuseios, pode acabar traçando caminhos tortuosos e ocasionando prejuízos sociais e ambientais no âmbito brasileiro, resvalando negativamente sobre as populações tradicionais.

A institucionalização de muitas APs no Brasil abre um leque de possibilidade de utilização, uma vez que a legislação brasileira possui certa maleabilidade para a utilização desses espaços, não interrompendo processos sociais, econômicos e ambientais já instaurados. Dentre os vários tipos de APs, as Unidades de Conservação trazem essa versatilidade por meio de suas variadas categorias de utilização sem travar a convivência do indivíduo com os bens naturais, mas conduzir a sua utilização de forma mais adequada.

Considerando a grande virtude e diversidade dos atributos culturais e naturais existentes nas duas regiões de RESEX apresentadas neste texto, em Soure e Curuçá, é imprescindível destacar que o turismo, como expressiva atividade consumidora de paisagens e culturas, não se intensificaria de forma ordenada nas localidades sem uma intervenção de políticas públicas. A questão, portanto, recai em como pensar políticas públicas em que pese o crescimento do turismo de forma a não invadir as particularidades das UCs, ou mesmo pensar políticas ou propostas que incluam as UCs com o aproveitamento de seus espaços protegidos e íntegros, gerando um produto diferenciado com benefícios a turistas, visitantes e moradores das vilas que integram a área protegida.

A prefeitura de Curuçá por meio da SEMTUR tem apoiado propostas que buscam trabalhar a questão do Turismo de Base Comunitária (TBC) junto às comunidades da RESEX. Com isso, vem mobilizando algumas ações, com o apoio de ONGs, para promover discussões a respeito do tema e levando inicialmente a essas comunidades a possibilidade de se trabalhar com um turismo diferenciado que tende a trazer retorno econômico para as famílias que vivem na área protegida.

São visíveis também as ações públicas da prefeitura em Curuçá para a elevação do turismo como atividade relevante para o desenvolvimento do município, trabalhando questões de base, como a reestruturação da cidade e seus atributos culturais, como as manifestações folclóricas e religiosas, acentuando os aspectos históricos e renovando a autoestima da sociedade local, assegurando, assim, as qualidades naturais do município que lhe rendeu o privilégio de ter uma UC.

A SEMTUR Curuçá tem caracterizado suas ações sob a identidade pesqueira e marisqueira, que sempre identificou o município e delimitou o surgimento de uma RESEX Marinha para a localidade, além de trabalhar uma das matérias primas que a região possui em abundância que são as ilhas e praias localizadas em área de RESEX. Contudo, notou-se, nos últimos levantamentos de campo realizados em Curuçá, que tem sido frequente a descontinuidade de políticas públicas em turismo e o quanto esse fato vem retardando as articulações que antes vinham sendo implementadas no município e que já faziam deste uma grande fonte de atração turística no Estado. Em certos casos, em meio ao próprio poder público, faltam articulações que convirjam com os mesmos objetivos e

fundamentos, e esta ausência ocasiona algumas tensões socioambientais.

Na RESEX Soure, as ações públicas tiveram grande motivação com os programas federais de incentivo ao turismo, como o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), incidindo de forma contundente nos trabalhos que os órgãos públicos, como a então Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), dedicaram à causa da elevação do turismo dentro da RESEX em prol das comunidades, gerando com isso produtos turísticos como "Vila do Pesqueiro: muita história para contar". Esses acontecimentos na RESEX Soure oportunizaram algumas outras realizações com o turismo, evidenciando a capacidade de absorção das comunidades em lidar com esta atividade e o nível dos atrativos turísticos, naturais e culturais, que a localidade pode proporcionar.

A questão do município de Soure possuir um plano estratégico com políticas direcionadas ao turismo é de grande valor, tendo em vista que considerável número de municípios no Brasil não detenha tal documento de encaminhamento para o setor. Entretanto, somente a elaboração do plano não garante melhorias necessárias, pois, apesar do plano bem elaborado, não se observa a aplicabilidade do mesmo por parte do poder público. De certa forma, essa letargia do ente público em relação ao turismo causa desarticulação entre o público, o privado e o comunitário quando da realização de propostas para o turismo. Pelo fato dos atrativos naturais mais relevantes do município de Soure estarem localizados na área da RESEX, não é incomum que haja interferência de entes privados ou comunitários almejando colher algum benefício, devido à grande movimentação que o turismo proporciona na localidade.

A não atuação pública municipal, ainda que por meio do plano estratégico de turismo, ocasiona um desencontro de normas e legislações, propiciando um turismo incipiente, desorganizado e negligenciado, com possibilidade real de dano ao meio ambiente local, que pode vir a prejudicar as famílias residentes da RESEX, sendo estas os maiores dependentes desses recursos. Essas atitudes públicas no fomento do turismo acabam por enredar, também, outras atitudes de cunho privado e comunitário, como os resultados observados com a construção da pousada na vila do Céu na RESEX Soure e a continuidade do viés no projeto "Vila do Pesqueiro: muita história para contar" por parte do projeto VEM, que tor-

na a comunidade detentora do próprio processo de condução da atividade turística em seu ambiente. Apesar das dificuldades existentes entre a confluência de ideias e interesses dos próprios comunitários, o sentido do projeto VEM é uma realidade palpável para que o turismo chegue a integrar as atividades socioeconômicas das comunidades da RESEX Soure.

A partir das análises advindas das observações e levantamentos nas duas áreas de RESEX, bem como nas experiências vivenciadas com o turismo nos municípios sede de Soure e Curuçá, fica evidente que ainda há muito a avançar em termos de ações governamentais em ambos os municípios com vistas a um desenvolvimento e crescimento econômico, utilizando o turismo como instrumento, bem como a tomada de consciência por parte da sociedade sourense e curuçaense sobre a nova representatividade social, ambiental e econômica que as RESEXs trouxeram aos municípios, mais precisamente, às famílias que residem, fazem uso e são os protagonistas dessas áreas naturais.

Referências

ALEGRETTI, Maria Helena. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (Ed.). **O destino da floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALVES, André. **Os argonautas do mangue**. Precedido de Balinese character (re) visado por Etiene Saimain. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BRASIL. Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. Cria a reserva extrativista Chico Mendes. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília/DF, 1990.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de desenvolvimento humano. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2006.

BRASIL. Lei no. 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <www.planalato.gov.br>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 26, n. 74, 2012.0004.

CAVALCANTI, Clóvis. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica.**Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, jun. 2004.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. 2ª.ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em áreas úmidas Brasileira, USP, 2001.

FALCÃO, Laércio Bezerra. **Turismo em RESEX**: Perspectivas De Desenvolvimento, Participação Social e Políticas Públicas nas RESEX de Soure e de Curuçá no Pará. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo), UNB/DF, 2013.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Turismo e cultura: um estudo das modificações culturais no município de Soure em decorrência da exploração do turismo ecológico. In: Lemos, Amália G. de, (Org.). **Turismo:** Impactos Socioambientais. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 207-222.

GATTI, Bernadete. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília/DF: Liber Livros, 2005.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. o

GOMES, Eduardo Lima dos Santos. Turismo no Entorno do PARNA do Cabo Orange, Amapá: Desafios à sustentabilidade socioambiental. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). **Políticas Públicas, Desenvolvimento, Unidades de Conservação e Outras Questões Socioambientais no Amapá.** Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

INSTITUTO PEABIRU. **Casa da virada**: uma experiência de intervenção socioambiental no Salgado Paraense. Belém: Axel e Clarendon, Gráfica Supercores, Insitituo Peabiru, 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/institutopeabiru/casa-da-virada-uma-experincia-de-interveno-socioambiental-no-salgado-paraense>. Acesso em: 20 mar. 2015.

ISAAC, V. J.; PAUL, U. S.; SCHNEIDER, H. Programa MADAM: Cooperação internacional para a compreensão dos ecossistemas de manguezal do litoral paraense. In: ARAGÓN, Luis. E.(org.); **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém/PA: UFPA/NAEA. P. 109-123, 2003.

LIMA, Laíce Fernanda Gomes de et al. Melastomataceae los Formações costeiras de restingas no Pará, Brasil. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 44, n. 1 de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2014.

RAVENA-CAÑETE, Thales. **Direito e populações/povos e comunidades tradicionais no Brasil**: da revisão à crítica de aplicabilidades e definições acadêmicas/jurídicas/legais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação de Direito. Belém, 2012.

RAVENA-CAÑETE, Thales; RAVENA-CAÑETE, Voyner. De populações a povos e comunidades tradicionais: o debate se esgotou? Anais do **VI ENANPPAS**, Belém, 18-22 de setembro, 2012, GT10. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/gt10.html>Acesso em: 24 fev. 2015.

SANTOS JÚNIOR, Guilherme da Silva. **Ações e políticas públicas do Estado e sociedade acerca da geração de renda na RESEX de Soure/Marajó-PA**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Ligia; FENZL, Norbert. **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP: NAEA - Universidade Federal do Pará, 2000. p. 09 - 53.

SOUZA FILHO, Pedro Walfir M. Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. **Revista Brasileira de Geofia**, São Paulo, v. 23, n. 4, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-261X2005000400006&lng=en&tnrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2014.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A Gestão dos Recursos Naturais na Amazônia**: A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá-Pa. Revista Geografar. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 83 - 104, jan./jun. 2010

SPALDING, M. BLASCO, F. FIELD, C. **World mangrove atlas**. Okinawa: ISME, 1997.

VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós**: Uma síntese de Percepções; Versão em Português Denise Navas-Pereira- 2. Ed. Revista ampliada- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

CAPÍTULO 13

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA

Ana Caroline Pires Miranda
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Para compreender o processo de consolidação da legislação ambiental no Brasil, é necessário analisar o processo histórico de formação do país, considerando a heterogeneidade de situações verificadas no vasto território nacional, bem como, retomar alguns aspectos relativos ao padrão de relacionamento dominante entre as atividades produtivas e os assim chamados recursos naturais[1] observado no processo de colonização até os dias atuais.

Diante das discussões contemporâneas sobre a legislação ambiental e seus efeitos sobre processos produtivos e as constantes reivindicações de reformulação da mesma, em nome da eliminação de obstáculos legais à expansão econômica do país, o objetivo central do presente artigo é recuperar o processo de construção da legislação ambiental brasileira.

Tal objetivo é desenvolvido paralelamente à retomada do histórico da estrutura fundiária brasileira, problematizando o processo de formação da estrutura agrária do país e a manutenção de instituições econômicas, políticas e sociais que possibilitam a reprodução do padrão de concentração de terras e de conflitos agrários no Brasil. Assim, enfatiza-se o processo de colonização e exploração exaustiva dos recursos

1. Vandana Shiva (2000) coloca em questão o uso do termo "recurso natural", pois tenderia a reforçar a visão instrumental da natureza que a percebe como objeto de domínio e controle. Mesmo considerando esta posição, como o termo é recorrente na legislação ambiental brasileira, o manteremos nesse artigo.

ambientais no país no período da colonização e da pós-colonização, bem como o processo de flexibilização da legislação ambiental em curso nas últimas décadas. Cumpre ainda destacar que o trabalho é realizado a partir de pesquisa bibliográfica e de levantamento documental.

1. Trajeto histórico da problemática agrária no Brasil

De início, cumpre ressaltar que, a partir do século XVI durante todo o processo de colonização, os portugueses tentaram implantar e impor, de forma hegemônica, um processo de privatização e proteção das terras recém-descobertas. A forma encontrada para realizar esse intuito foi a de dividir as terras através do sistema de sesmarias[2], que já era largamente utilizado na Europa feudal[3].

Segundo Wainer (1993, p. 193), o sistema de sesmarias em Portugal fora criado através da Lei de 26 de junho de 1375, no reinado de D. Fernando I, em virtude da escassez de gêneros alimentícios em Portugal. O objetivo das sesmarias, neste contexto, era o de incrementar o cultivo do maior número possível de terras. Ao analisar o texto desta lei, afirma Wainer (1993, p. 193):

> O texto inicial do ordenamento se assemelha a uma exposição de motivos de uma lei atual. Sua redação começa por relatar a falta de mantimentos oriundos do trigo e da cevada, para determinar a todos que tenham terra que as lavrem e

2. Conforme Marcelo Dias Varella (1997, p. 59), "a palavra sesmaria deriva de sesma, que era uma medida de terra, como sesmo, que significa a sexta parte de qualquer coisa, ou do latim *caesina*, que quer dizer corte ou ainda dos sesmeiros, que eram funcionários públicos incumbidos de dividir e distribuir as terras dos conselhos. De qualquer forma, significa conceder legitimamente terras a pessoas que antes não tinham quaisquer direito sobre as mesmas, para que as melhorem e as cultivem".

3. Muito se discute se o sistema de produção implementado no Brasil – e que vigorou desde o início da colonização até o século XIX – possui caráter feudal, semi capitalista ou capitalista. Nesse sentido, filiamo-nos ao posicionamento de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983) que alerta para a dificuldade de periodização da história. Desse modo, afirma a autora, que se deve evitar o esquema escravismo-feudalismo-capitalismo nas interpretações históricas da sociedade brasileira. Trata-se, em verdade, de concebê-la como uma sociedade e uma economia mista: parcialmente primitiva, feudal, capitalista etc.

> semeem, sob pena de perder a dita terra. Caso o proprietário da terra "por alguma lidima razom" não pudesse lavrá-la, a lei ordenava que fosse dada ou aforada a pessoa "certa", de modo a possibilitar o cultivo de toda a sua extensão.

Posteriormente, devido à necessidade de manter a unidade e a defesa do território ante os ataques de estrangeiros, as sesmarias ganham um sentido de povoamento, para além daquele eminentemente ligado ao déficit alimentício de Portugal. Neste contexto, do quadro deficitário de abastecimento de alimentos em Portugal aliado ao processo de implementação da política marítima expansionista, que as esquadras portuguesas chegam ao continente que viria a ser chamado de América e gradativamente ocupam as terras que hoje são denominadas de Brasil.

Nesse processo de ocupação, há uma tentativa de transposição de institutos portugueses para as colônias que vão se constituindo e, dentre eles, é o que acontece com o sistema sesmarial. Como afirmamos antes, tal sistema já era conhecido e utilizado em Portugal, contudo, apesar da manutenção do mesmo nome pelo colonizador europeu, no caso do Brasil, as condições agrárias e territoriais eram bastante diferenciadas, de modo que o sistema aqui implantado sofreu algumas adaptações.

Sobre essas importações, Holanda (1995, p. 31) afirma que a tentativa de implantação da cultura europeia em um território dotado de condições naturais estranhas a sua tradição milenar é o fato mais rico de consequências para a formação histórica do Brasil, de modo que, "trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra".

Tal reflexão aponta para um processo – recorrente – de tentar adequar, na sociedade brasileira, institutos econômicos e políticos importados de outros países, sem atentar para as especificidades apresentadas e mesmo sem perceber a reconfiguração – por vezes tida por desvirtuamento dos institutos originais – que os mesmos sofrem no Brasil. Deve-se acrescentar ainda que, nessas transposições de institutos, praticamente se desconsiderava a existência de povos originários que, a seu modo e de formas

diferenciadas, em maior ou menor medida resistiam ou interferiam nos mecanismos de ocupação de seus territórios e de uso de seus recursos.

Nesse sentido, pensando especificamente no caso das sesmarias, afirma Varella (1997, p. 63) que, "Enquanto em Portugal o sistema visava a reforma agrária, o aumento da produção e a destinação da terra para as mãos de quem as tornasse produtiva, no Brasil os objetivos principais eram a garantia da propriedade nas mãos dos portugueses e o lucro com a exploração do pau-brasil e depois com a cana de açúcar".

Assim sendo, em Portugal as sesmarias visavam reformar a estrutura de terras abandonadas e transformá-las em terras produtivas. Já no Brasil, as terras eram abundantes e com várias possibilidades de ocupação com atividades lucrativas. No entanto, por um lado, se constituíam em territórios de diferentes povos nativos, com maior ou menor disposição para a negociação com o colonizador. De outro lado, estavam permanentemente ameaçadas de serem disputadas por outros povos europeus que chegaram tardiamente à expansão ultramarina, como os franceses, os ingleses e os holandeses. O sistema de sesmarias nas colônias portuguesas que iam se formando na América visava, então, fundamentalmente assegurar a ocupação produtiva das terras, gerar riquezas à metrópole portuguesa e impedir invasões de estrangeiros.

Acerca das riquezas a serem geradas, analisando o processo histórico de colonização das Américas e com vistas a traçar o processo de formação das "raízes" do Brasil, Holanda (1995, p. 52) afirma que desde os tempos mais remotos da colonização, o princípio norteador da produção de riquezas era o de extrair, ao máximo, os benefícios que o solo poderia oferecer, sem qualquer preocupação com a destruição advinda dessa extração.

Assim sendo, uma vez assegurado o controle sobre determinadas áreas, os métodos de aprimoramento do cultivo, com conservação e descanso da terra, por exigirem mais esforços, foram esquecidos no Brasil pelos portugueses, de modo que se preferia usar a terra da forma que lhe tirasse mais proveito no menor espaço de tempo possível.

Tal objetivo condicionava a grande lavoura no Brasil a ser realizada de forma itinerante, ou seja, em vez de serem empreendidos esforços para revigorar os solos já gastos, adentrava-se na mata em busca de novas terras, relegando-se a busca de melhoramentos do solo por meio de quaisquer

técnicas. Conforme destaca Holanda, "a lavoura entre nós, continuou a fazer-se das florestas e às custas dela" (HOLANDA, 1995, p. 70).

Nesse mesmo sentido, ressalta Varella (1997, p. 66) que:

> Talvez o ponto mais importante a se considerar sobre o período sesmarial seja a implementação e um sistema marcado pela monocultura extrativista e predatória, com a valorização do detentor de grandes extensões de terra ainda que improdutivas, da formação de uma cultura latifundiária, onde se cultua o senhor, o proprietário, que nunca poderia trabalhar manualmente e se discrimina o trabalho, paga-se pouco por ele, às vezes nada, mantendo um abismo social presente até os dias de hoje.

Sobre esse aspecto, Holanda (1995, p. 48) afirma que a abundância de terras férteis e mal desbravadas fez com que a propriedade rural se tornasse aqui a verdadeira unidade de produção. No entanto, embora seja inegável o caráter rural da colonização portuguesa em terras brasileiras, não se pode nomear de "agricultura" os processos introduzidos no país, sobretudo a partir da exploração da cana de açúcar. "Verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável" (HOLANDA, 1995, p. 49).

Tal afirmação decorre do caráter aventureiro, assistemático, e, conforme ressalta Holanda (1995, p. 43), da exploração praticada com certo abandono e desleixo pelo colonizador, que visava, fundamentalmente, a obtenção de riquezas combinada com o menor dispêndio de esforço possível. Isto posto, compreende-se que, uma vez assegurado o domínio sobre a terra, foi o trabalho do escravo africano e, sobretudo, os lucros decorrentes do tráfico negreiro, que proporcionaram a obtenção desta riqueza para o colonizador e, posteriormente, para o senhor rural.

Cumpre ainda destacar que a produção monocultora, baseada no trabalho do escravo africano – que representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento do latifúndio colonial – se fez orientada, sobretudo, para o consumo externo.

Novamente, conforme ressaltam os autores Holanda (1995) e Varella (1997), é importante destacar que as monoculturas não eram propria-

mente a base da economia colonial, mas sim o tráfico de escravos. Se essa situação se consolidara no período colonial, no entanto, no século XIX, com chegada da Família Real ao Brasil, em 1808,e, principalmente, no período imperial, a partir de 1822, começou a ser ameaçada com as constantes pressões exercidas pela Inglaterra – em virtude de seu crescente processo de industrialização[4] – para o término do tráfico negreiro não só na América, mas em todo o mundo.

No que concerne ao regime jurídico que orienta a relação do proprietário com as suas terras, destaque-se que, oficialmente, a vigência do sistema sesmarial perdurou até o ano de 1822, sendo extinto pela Resolução nº 76 no dia 17 de julho do referido ano, confirmada posteriormente pela provisão de 23 de outubro de 1823 (VARELLA, 1997, p. 71).

Logo após a extinção oficial desse sistema, houve um hiato legal no que concerne ao regime das terras. Tal período ficou conhecido como o regime das posses, muito embora, mesmo antes da decretação oficial do fim desse sistema, as posses, bem como o trabalho dos homens livres e pobres, já se faziam presentes na estrutura social e fundiária do Brasil.

Franco (1983), analisando a organização agrária do Brasil colonial, dá ênfase à formação desses homens pobres e livres, que, mesmo tendo permanecido apartados da produção para o mercado externo – ao contrário dos escravos – exerceram um importante papel na estrutura social e econômica brasileira.

Para autora, a exploração do açúcar no Brasil, voltado para atender às demandas externas da colônia, fazia crescer a demanda por braços, de modo que a mão de obra do negro africano se adequava a essa exigência e representava a possibilidade de fornecer os contingentes necessários para esse comércio.

---

4. A revolução industrial em curso passava a exigir a ampliação de mercados consumidores em todo o mundo, como forma de minorar as constantes crises de superprodução decorrentes da significativa ampliação produtiva provocada pelas novas tecnologias fabris e que foram estudadas por Marx (1985). Assim, a escravidão empregada nas colônias europeias passaram a ser vistas como entraves para a expansão de mercados consumidores, na medida em que as grandes massas de trabalhadores eram excluídas de quase todas as possibilidades de consumo de mercadorias de origem industrial.

Contudo, prossegue Franco (1983, p. 10), esse grande contingente de mão de obra terminou por levar a uma situação contraditória na estrutura fundiária do Brasil – baseado na monocultura e no latifúndio – vez que esses mesmos homens engajados na produção mercantil e especializada tinham que se suprir por seus próprios recursos.

Nesse sentido, em decorrência das próprias condições em que se desenvolveu a grande propriedade fundiária no Brasil, se fez necessário que esta conciliasse, em seu interior, duas modalidades de produção que, a despeito de serem constitutivas uma da outra, geravam uma contradição entre produção direta de meios de vida e produção para o mercado. Ainda segundo Franco (1983, p. 14):

> Esta situação deu origem a uma formação sui generis de homens livres e expropriados, que não foram integrados a produção mercantil. A constituição desse tipo humano prende-se à forma como se organizou a ocupação do solo, concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. Dada a amplitude das áreas apropriadas e os limites impostos à sua exploração pelo próprio custo das plantações, decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo, sem prejuízo econômico, serem cedidas para uso de outrem. Esta situação – a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos – possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos de propriedade e de meios de produção, mas não de sua posse, e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção, significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre os seus ombros.

Assim sendo, em praticamente toda a colônia permitia-se o trabalho em pequenos terrenos, para a subsistência, sendo este realizado, como dito acima, por homens livres, não incorporados à produção mercantil, portanto, não totalmente submetidos às pressões do mercado externo. Tal situação levou a configuração de realidades fundiárias extremamente diferenciadas e plurais em todo o país, que não se enquadravam nos regimes jurídicos únicos, emanados do poder central – colonial, imperial e, posteriormente, republicano.

Em meados do século XIX, em decorrência de pressões econômicas e com vistas a regularizar juridicamente a situação fundiária no país, foi editada a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (STEDILE, 2011), também conhecida como a Lei de Terras ou Lei de Terras e Imigração, conforme excerto abaixo:

> Lei nº 601, de 1850. LEI DE TERRAS
> Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.
> (...)
> Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.
> Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias e, demais, sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de cem mil réis, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréus confinantes.
> Parágrafo único. Os Juízes de Direito, nas correções que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delitos põem todo cuidado em processá-los e puni-los, e farão efetiva a sua responsabilidade e multa de 50$000 a 200$000.

Além das medidas acima expostas, houve ainda o estabelecimento da proibição da aquisição de terras devolutas que não por compra e venda, a criação do processo discriminatório, a concessão de terras para a criação de povoamento e para a abertura de estradas e servidões, além de outras medidas (VARELLA, 1997, p. 72). Houve, portanto, uma modificação radical no sistema de aquisição da propriedade, vez que

a Lei de Terras de 1850 introduziu o sistema de propriedade privada, transformando as terras em mercadorias.

Conforme Varella (1997), a alteração da legislação em vigor – assim como em toda a história – deveu-se, sobretudo, a aspectos econômicos processados no Brasil e no mundo, de modo que a edição da Lei de Terras deve ser analisada tendo como referencial as restrições impostas pela Inglaterra com o objetivo de criar obstáculos à manutenção do sistema escravista.

Sobre esse processo, necessário é frisar que essa lei é um marco-jurídico institucional que preparou a transição do modelo agroexportador, baseada no trabalho escravo e que se encontrava em crise, para um modelo econômico baseado no trabalho assalariado.

Este marco jurídico, constituído a partir de 1850 e sob pressão da burguesia industrial da Inglaterra, fez-se acompanhar de várias leis editadas no Brasil com vistas à eliminação do trabalho escravo – tais como a lei do ventre livre, do ancião liberto etc. Acresce-se a estas leis o crescente número de trabalhadores escravizados que tentavam se libertar pela fuga do sistema escravista, formando inúmeros quilombos em todo o país.

No entanto, "quando a escravidão acabou legalmente em 1888, permaneceu a condicionante econômica que impedia os ex-trabalhadores escravos de terem acesso a terra, pois não possuíam recursos – dinheiro – para pagar à Coroa" (STEDILE, 2011, p. 284), ou seja, a exclusão dessas populações a qualquer política fundiária prevaleceu.

Sobre este processo, Florestan Fernandes (1976), refletindo sobre as condições de desenvolvimento da ordem social capitalista no Brasil, afirma que as medidas tomadas pela Inglaterra para combater a escravidão e o tráfico de escravos (com já dissemos anteriormente, combate este que nada possui de humanitário, mas sim baseado em ampliar o mercado consumidor para produtos industrializados) se contrapunham diretamente aos interesses da aristocracia agrária brasileira. Conforme afirma:

> A ordem social escravocrata e senhorial não se abriu facilmente aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo. Mesmo quando eles se incorporaram aos fundamentos legais daquela ordem, eles estavam condenados à ineficácia ou a um atendimento parcial e flu-

> tuante, de acordo com as conveniências econômicas dos estamentos senhoriais (largamente condicionadas e calibradas pelas estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do mundo colonial) (FERNANDES, 1976, p. 151).

Contudo, ante a ofensiva bem sucedida da Inglaterra visando impedir a perpetuação da maior e mais lucrativa atividade econômica da colônia, os proprietários monocultores se vêm obrigados a substituir a mão de obra escrava pela dos imigrantes europeus que, por sua vez, são atraídos para o Brasil por meio de falsas condições propagandeadas na Europa.

Assim, a promessa de concessão de terras públicas a quem as tornassem produtivas exercia um grande atrativo sobre o imigrante europeu, contudo, deve-se destacar que tal atrativo se fez a partir da divulgação de uma propagando enganosa, pois, em verdade, as terras seriam vendidas, e não concedidas. Conforme Varella (1997, p. 78), "as terras vendidas pelo governo eram normalmente muito caras, com preços superiores aos do mercado, tornando inviável a aquisição pelos recém-chegados, que geralmente dispunham de pouco capital". Esse quadro inviabiliza a aquisição de terras por grande parte dos ex-escravos e dos migrantes europeus recém-chegados, mantendo a descomunal concentração de terras como uma das marcas do país.

Com a proclamação da República, em 1889, a situação pouco ou nada muda, permanecendo a estrutura agrária do Brasil concentrada nas mãos dos latifundiários e agravando-se a situação das grandes massas no meio rural, cada vez mais empobrecidas. Conforme Varella (1997, p. 81):

> Após a abolição da escravidão, e com o continuo estímulo à imigração, permanece o sistema de grandes fazendas, na maioria das vezes improdutivas, sob uma legislação que cada vez mais garante à propriedade um direito sagrado e inviolável, desprezando qualquer noção de cumprimento da função social da propriedade... A terra continua sendo um importante fator de status e poder, garantindo a formação de currais eleitorais e a própria manutenção dos grupos dominantes do governo.

A tentativa de inserir dispositivos legais que, do ponto de vista formal, contemplassem minimamente a função social da propriedade,

somente veio a ter alguns ensaios com a promulgação da Constituição Federal de 1946 e com o Estatuto da Terra de 1964, seguido, posteriormente, por outros diplomas legais voltados para a proteção do meio ambiente.

De forma a melhor compreender como se deu este processo de evolução da legislação ambiental brasileira, retomaremos alguns aspectos relacionados desde as origens da legislação ambiental até os dias atuais.

2. Legislação ambiental no Brasil

Conforme já ressaltado, a preocupação com os problemas ambientais é um fenômeno que presente em diversos momentos históricos[5], muito embora o reconhecimento da chamada crise ambiental seja frequentemente associado à década de 1960, período em que a questão ambiental passou a ocupar, progressivamente, mais espaço, visibilidade e poder de aglutinação nos debates políticos, acadêmicos e científicos.

Destaca Milaré (2007, p. 738), ao se referir à devastação ambiental e a edição de instrumentos jurídicos protetivos ao meio ambiente, que "apenas a percepção jurídica deste fenômeno – até como consequência de um bem jurídico novo denominado 'meio ambiente' – é de explicitação recente".

Para Wainer (1993, p. 192), as leis ambientais de proteção da natureza existem há séculos, cabendo destacar que o maior número de leis era produzido justamente nos períodos em que ocorriam ameaças ao abastecimento de gêneros alimentícios.

Assim, ao analisarmos o processo histórico de formação do Brasil, portanto, encontramos vários estudos que, a despeito de não se referirem exclusivamente às relações entre os processos produtivos humanos e os assim chamados recursos naturais, buscam descrever a forma de utilização predominantemente exploratória e agressiva, sobretudo a

5. Conforme destaca Milaré (2007, p. 739): "De fato, a proteção ambiental, desde os mais remotos tempos, vem sendo objeto de preocupação, em maior ou menor escala, de todos os povos. Vale lembrar, a título de ilustração, que noções precursoras sobre diversidade e conservação das espécies animais podem ser encontradas no Gênesis (Cap. VI e VII). O deuteronômio (Cap. XX: 19) já proibia o corte das árvores frutíferas, mesmo em caso de guerra, com pena de açoite para os infratores".

partir do modo de agir do colonizador europeu, com relação aos recursos ambientais na então colônia.

Assim sendo, no Brasil, as primeiras leis ambientais remontam ao período colonial, tendo surgido atreladas a legislação portuguesa, uma vez que fomos colônia deste país até o início do século XIX. Essas normas, ainda segundo Wainer (1993), visavam à proteção das riquezas com o intuito de suprir a metrópole, especialmente em madeiras empregadas para a impulsão da marinha mercante.

Neste sentido e visando a proteção dos recursos com vistas ao abastecimento da metrópole, também é possível encontrar referências às iniciativas legislativas que visavam coibir, através da imposição de multas e penalidades, as práticas até então vislumbradas como danosas à natureza.

Dessa forma, de acordo com estudos realizados por Milaré (2007), quando do descobrimento do Brasil, vigoravam em Portugal as Ordenações Afonsinas, editadas sob o reinado de Dom Afonso V. Tal instrumento, tido pelos estudiosos como o primeiro Código Legal europeu, teve seu processo de compilação concluído em 1446 e foi baseado no Direito Canônico e no Direito Romano.

A título de ilustração, conforme menciona Milaré (2007, p. 739), neste instrumento legal "já se encontravam algumas referências que denotavam a preocupação com o meio ambiente, como aquela, por exemplo, que tipificava o corte de árvores de fruto como crime de injúria ao rei (Título LVIII)". Tal preocupação, conforme destaca o próprio autor, deixa entrever que, acima dos interesses ambientais objetivos, havia maior preocupação com a propriedade da nobreza e da Coroa.

Na sequência de edição de instrumentos legislativos que, a despeito de revelarem uma preocupação com os recursos ambientais enquanto bens patrimoniais, mantinham algumas medidas eficazes de proteção, encontram-se referências à proteção ambiental nas "Ordenações do Senhor Rey Dom Manuel" de 1521, as chamadas Ordenações Manuelinas. Neste instrumento, conforme aponta Milaré (2007, p. 739), há um avanço na matéria ambiental, sobretudo dos recursos ambientais em Portugal, haja vista que:

> Proíbe-se, por exemplo, a caça de certos animais (perdizes, lebres e coelhos) com instrumentos capazes de causar-lhes a

> morte com dor e sofrimento (Livro V, Título LXXXIII), coíbe-se a comercialização de colmeias sem a preservação da vida das abelhas (Livro V, Título XCVII) e se mantém tipificado como crime o corte de árvores frutíferas, agora punindo o infrator com o degredo para o Brasil quando a árvore abatida tivesse valor superior a "trinta cruzados".

Ainda no que concerne as Ordenações Manuelinas, cumpre destacar que, apesar de revelar uma proteção mais detalhada em suas normas – pode-se mencionar, a título de exemplo, a introdução ao conceito de zoneamento ambiental, com a caça sendo liberada em determinados locais e vedada em outros – a mesma revelava um caráter classista e discriminatório. Segundo Wainer (1993, p. 195), "Ao lado deste avanço normativo, encontramos uma Justiça classista, a ponto de prever distintas penalidades físicas a serem aplicadas conforme posição social do infrator; se fosse peão, era açoitado, e se fosse pessoa a quem não cabia açoites, era degredado pelo período de dois anos".

A partir de 1580, o Brasil passa para domínio espanhol sob Felipe II, que reinou em Portugal com o nome Felipe I e ordenou mais uma compilação de leis portuguesas. Em 1603, morto Felipe I, seu filho de mesmo nome, aprova as chamadas Ordenações Filipinas.

Tais Ordenações tornaram-se obrigatórias no Reino e nas colônias portuguesas, tendo vigorado no Brasil, em parte, até o advento do Código Civil de 1916. Alguns dispositivos relativos à matéria ambiental, inclusive de matéria urbanística, conforme Wainer (1993, p. 196), podem ser assim sintetizados:

> - determinação de programas de obras públicas para a construção de calçadas, pontes, chafarizes, poços, bem como o incentivo do plantio de árvores em terrenos baldios;
> - a tipificação do corte de árvores de fruto, como crime, é mantida, prevendo a lei para o infrator o cumprimento de uma pena de degredo para sempre no Brasil;
> - proteção a determinados animais, cuja morte "por malícia" também acarretava ao infrator cumprimento de uma pena de degredo para sempre no Brasil;
> - proteção aos olivais e pomares do dano causado pelo pasto de animais de vizinhos, estabelecendo multas e penas que

> variavam desde o açoite (para os indivíduos escravos a lei era ainda mais dura, sendo pena de "dez açoites ao pé do pelourinho") ao pagamento de multa e perda de animais.

As Ordenações Filipinas também definem o conceito de poluição, o que é apontado como um pioneirismo desta legislação (WAINER, 1993), pois vedava que qualquer pessoa jogasse material que pudesse matar os peixes e sua criação ou sujar as águas dos rios e das lagoas. Ainda nessa legislação, existiam normas que previam recompensas para quem delatasse os infratores.

Cabe ainda assinalar que não foram apenas os portugueses que produziram uma legislação protetiva dos recursos naturais detentores de grande valor econômico. Ao menos do ponto de vista formal, durante o período de domínio holandês no Nordeste brasileiro, também foram editadas normas com este caráter.

Segundo estudos realizados por Wainer (1993, p. 200), "atesta Sérgio Buarque de Holanda que, em 05 de março de 1642, os holandeses não permitiam o lançamento do bagaço de cana nos rios e açudes, a fim de proteger a populações pobres que se alimentavam dos peixes de água doce".

O Governo Holandês, quando da ocupação de terras no que hoje é conhecido como o Nordeste brasileiro, também deliberou que propriedades desertas e não cultivadas seriam destinadas a colonos que a cultivariam e teriam direito sobre os seus frutos. Tal deliberação encontra grande semelhança com os institutos das sesmarias, instituídas oficialmente no território brasileiro a partir das Ordenações Filipinas.

Os holandeses tentaram combater a monocultura no nordeste brasileiro, tendo em vista que a falta de alimentos era um dos problemas diagnosticados pelos mesmos. Assim, várias normas impunham o plantio de mandioca aos donos dos engenhos, "diante de uma situação de 'calamidade pública' ocasionada pela fome, especialmente dos negros escravos da lavoura canavieira" (WAINER, 1993, p. 201).

Com a expulsão dos holandeses, os portugueses prosseguiram combatendo a fome e a monocultura, com edição de normas que obrigavam a plantação de milho, feijão e mandioca, contudo, os senhores de engenho continuavam destinando as terras para o cultivo de monoculturas, em especial a cana de açúcar, revelando a preocupação com o mercado externo.

No que se refere à legislação ambiental portuguesa, merece destaque o "Regimento sobre o pau-brasil", que continha penas severas para aqueles que cortassem a madeira sem licença real. Este regimento data de 12 de dezembro de 1605 e é considerada a primeira lei protecionista florestal brasileira (WAINER, 1993, p. 198).

Ainda com relação à legislação florestal, em maio de 1773, D. Maria I ordena ao Vice-Rei do Brasil, através de uma carta régia, a proteção para as madeiras nas matas. Esse ordenamento é reiterado de forma ampla, de modo que em março de 1797, o capitão do Rio Grande de São Pedro expediu outra carta para que se redobrasse o cuidado na conservação das matas e arvoredos, especialmente naquelas que tivessem árvores de pau-brasil (WAINER, 1993, p. 199).

Percebe-se, pois, a preocupação com a preservação florestal, em especial da madeira oriunda do pau brasil. No entanto, devido à grande extensão territorial do Brasil bem como a dificuldade de fiscalização, a veiculação e a eficácia da legislação ambiental eram reduzidas e insuficientes.

Várias normas foram sendo editadas, esparsamente, ao longo do século XVIII, para proteger as outras espécies de madeira, contudo, tal como afirma Wainer (1993, p. 204), a falta de conscientização coletiva impedia o seu cumprimento, e "mesmo após a independência do Brasil, as leis que visavam à conservação das florestas de nada valiam".

Deve-se destacar ainda, novamente, que as medidas não eram voltadas para a preservação e a manutenção da fauna e da flora nativa, mas sim para a dos recursos ambientais da colônia portuguesa. A punição de degredo para o Brasil é reveladora desta hierarquia na proteção dos recursos ambientais, bem como demonstra os problemas advindos desta prática para o Brasil. Sobre este aspecto, discorre Wainer (1993, p. 198):

> O Padre Antônio Vieira, em seus Sermões, apresentava essa denúncia, quando avisava ao rei que seus próprios ministros não vinham para as terras brasileiras buscar o bem, e sim, os bens. Anteriormente, da mesma forma, Duarte Coelho, a quem coube a capitania de Pernambuco, em carta datada de dezembro de 1546, rogava ao rei que o livrasse dos degredos, que "nenhum fruto nem bem faz a terra...". O Capitão não teve seu pedido atendido e os degredos não foram daqui afastados.

Nesse sentido, a crítica feita pelo autor Milaré (2007) a todos esses instrumentos legislativos antigos, esparsos, complexos e muitas vezes inadequados, refere-se ao fato de que a preocupação determinante deixava impune – se é que não incentivava – o esbulho do patrimônio natural, sobretudo das colônias.

Além disso, é perceptível o caráter patrimonialista e privatista com o qual são concebidos os recursos naturais. Os mesmos são tidos não como bens coletivos, mas como propriedade privada, gerido e explorado para atender aos interesses coloniais, e não para garantir a sua proteção e preservação.

A despeito dessas críticas, tais Ordenações poderiam até trazer embriões jurídicos que esboçariam caminhos a serem seguidos pelo Poder Público no trato com a questão ambiental. No entanto, tais instrumentos foram transpostos e por vezes adotados no Brasil colônia com a manutenção da hierarquia entre os interesses particulares se sobrepondo aos poderes públicos. Havia, portanto, um evidente descompasso entre a estrutura formal – leis, estruturação da Administração Pública – e a estrutura real – percepções e práticas acerca dos recursos ambientais.

A título de exemplo, e baseado em estudos de historiadores e pesquisadores do processo de formação do Brasil (Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Frei Vicente do Salvador, dentre outros), Milaré (2007) trouxe à tona relatos e depoimentos da época colonial com o objetivo de retratar a ganância ilimitada dos colonizadores, com destaque para a espantosa agressão à natureza do Brasil. Nesse sentido, ainda conforme Milaré (2007, p. 742):

> Nossa história, infelizmente, é de uma degradação ambiental impune. Na prática, somente eram punidos os delitos que atingissem a Coroa ou os interesses fundiários das classes dominantes. O patrimônio ambiental coletivo, como o conhecemos hoje, era inimaginável. Não por falta de doutrina que se encontrava alhures, mas por força do estreito e fechado círculo dos interesses familiares, feudais ou oligárquicos. Por outro lado, a abolição da escravatura, em suas etapas sucessivas, preocupava e acirrava os ânimos.

Assim, pois, podemos afirmar que a percepção dos recursos ambientais apenas como objetos e bens a serem utilizados nos processos

produtivos, se reproduziu ao longo da história do país. Além disso, a legislação, por mais avançada que fosse para época, se tornava ineficaz diante da falta de consciência dos destinatários das normas, que privatizavam bens que deveriam ser tomados como públicos e coletivos, e por falta de instrumentos efetivos de fiscalização e controle da aplicação das leis.

Fechando este ciclo de vigência das leis portuguesas no Brasil, em 25 de março de 1824, foi outorgada a Constituição Imperial do Brasil, a qual determinava a elaboração de um Código Civil e um Código Criminal, tendo em vista que as Ordenações Filipinas continuavam a vigorar por falta de dispositivos próprios.

2.1. Principais instrumentos da legislação ambiental brasileira do período republicano até os dias atuais

De modo geral, podemos afirmar que, da fase do descobrimento até o início do século XX, os objetivos da legislação ambiental aplicada ao Brasil eram comerciais e o enforque predominantemente patrimonial.

A edição do Código Civil Brasileiro, em 1916, deu início a uma nova fase no que concerne a edição de instrumentos legislativos nacionais, haja vista que, não só no período colonial, mas mesmo após à Independência do Brasil, por força da Lei de 20.10.1823, continuou a vigorar no Império a legislação do Reino (revogada pelo art. 1.807 do Código Civil de 1916).

Assim, em 1º de janeiro de 1916, foi promulgado o Código Civil que ordenou expressamente as ordenações, alvarás, leis, decretos, resoluções, usos e costumes concernentes às matérias de direito civil neles reguladas.

O Código Civil, até pela data de sua edição, quando a expressão "ecologia" – criada por E. Haeckael, em 1886 – tinha apenas algumas décadas, não trata de forma expressa as questões ambientais (WAINER, 1993, p. 204).

Contudo, os artigos 554 e 555, na seção relativa aos Direitos de Vizinhança, reprimem o uso nocivo da propriedade, dispondo que o proprietário ou inquilino de um prédio poderá impedir que o mau uso da propriedade vizinha prejudique a segurança, bem como exigir do dono do prédio vizinho a demolição ou reparação necessária, quando

a construção estiver ameaçada de ruir. No entanto, a despeito dessas normatizações, de maneira geral a noção de propriedade privada como direito absoluto e irrevogável sobressai nesta legislação.

Nas décadas seguintes à edição do Código Civil, tem início um período de florescimento legislativo no que se refere à temática ambiental, com o surgimento de diplomas legais com regras específicas direcionadas à questão fatores ambientais. De forma geral, pode-se mencionar que a legislação apresenta preocupações com bens ambientais específicos, micro bens, tratados de forma isolada.

Assim sendo, temos como exemplos os seguintes instrumentos:

Decreto 16.300, de 31.12.1923 – Regulamento do Departamento de Saúde Pública;

Decreto 23.793, de 23.01.1934 – Código Florestal;

Decreto 24.114, de 12.04.1934 – Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal;

Decreto 24.634, de 10.07.1934 – Código de Águas;

Decreto-lei 25, de 30.11.1937 – Patrimônio Cultural: organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

Decreto-lei 794, de 19.10.1938 – Código de Pesca;

Decreto-lei 1.985, de 29.01.1940 – Código de Minas;

Decreto-lei 2.848, de 07.12.1940 – Código Penal.

A partir de 1960, na esteira das mobilizações em prol da defesa do meio ambiente e, após a década de 1970, dos grandes eventos internacionais voltados para a discussão da temática ambiental, surgem normas mais diretamente dirigidas à prevenção e controle da degradação ambiental no Brasil ou que trazem sessões específicas sobre esse tema, dentre as quais se destacam:

Lei 4.504, de 30.11.1964 – Estatuto da Terra;

Lei 4.771, de 15.09.1965 – Código Florestal;

Lei 5.197, de 03.01.1967 – Proteção à Fauna;

Lei 221, de 28.02.1967 – Código de Pesca;

Lei 227, de 28.02.1967 – Código de Mineração;

Lei 248, de 28.02.1967 – Política Nacional de Saneamento Básico;

Decreto-lei 303, de 28.02.1967 – Criação Nacional de Controle da Poluição Ambiental;

Lei 5.318, de 26.09.1967 – Política Nacional de Saneamento, que revogou os Decretos-lei 248/1967 e 303/1967;
Lei 5.357, de 17.11.1967 – Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras;
Decreto-lei 73.030, de 30.10.1973 – Institui a Secretaria Especial de Meio Ambiente;
Lei 6.151, de 04.12.1974 – aprova o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND;
Decreto-lei 1.413, de 14.08.1975 – Controle da Poluição do Meio Ambiente causado por Atividades Industriais;
Lei 6.453, de 17.10.1977 – Responsabilidade civil por danos nucleares e responsabilidade criminal;
Lei 6.513, de 20.12.1977 – Criação de Áreas Especiais e Locais de Interesse Público;
Lei 6.766, de 19.12.1979 – Parcelamento do Solo Urbano.

A partir da década de 1980, outra fase é verificada na edição das normas de proteção ambiental no Brasil, vez que a legislação passou a desenvolver-se com maior celeridade e consistência, conforme atestam alguns estudiosos da temática (MILARÈ, 2007, SANTILLI, 2007). Atesta-se o surgimento de uma nova disciplina jurídica, o Direito Ambiental, que surgiu no final do século XX e ganhou progressivamente autonomia frente a outros ramos do Direito. O meio ambiente consolida-se como valor autônomo e passa a ser tratado como bem público "essencial à sadia qualidade de vida", conforme dispõe o artigo 225da Constituição Federal de 1988.

A título de ilustração, citem-se alguns dos instrumentos normativos editados na década de 1980 e nas décadas seguintes:

Lei 6.938, de 31.08.1981 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente;
Lei 7.347, de 24.07.1985 – Ação Civil Pública;
Lei 9.605, de 12.02.1998 – Lei de Crimes Ambientais;
Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988;
Lei 9.985, de 18.07.2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza;
Lei 11.105, de 24.03.2005 – Lei de Biossegurança;
Lei 11.284, de 02.03.2006 – Institui o Serviço Florestal Brasileiro e cria o Fundo
Nacional de Desenvolvimento Florestal;
Lei 11.428, de 22.12.2006 – Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma
Mata Atlântica;
Lei 11.516, de 28.08.2007 – Instituto Chico Mendes;
Lei 11.794, de 08.12.2008 – Procedimentos para uso científico de animais;
Lei 11.959, de 29.06.2009 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca;
Lei 12.187, de 29.12.2009 – Política Nacional sobre Mudanças do Clima;
Lei 12.305, de 02.08.2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
Lei 12.651, de 25.05.2012 – Proteção da Vegetação Nativa.

Contudo, tal profusão legislativa se deu de forma assistemática e por isso, de modo que não raro, há conflitos normativos no que se refere à legislação ambiental. Deve-se enfatizar ainda que as normas acima mencionadas, conforme se destacou, não possuem diferenças apenas de ordem cronológica, mas esboçam posicionamentos diferenciados – e por vezes contraditórios – no que se refere à noção de preservação e conservação ambiental.

Alguns destes instrumentos legislativos continuam vigorando paralelamente, ao mesmo tempo, levando a conflitos acerca da aplicação da norma jurídica. Além disso, as recentes modificações e alterações legislativas não se coadunam com os objetivos de preservação ambiental, processo este que se assemelha à edição dos primeiros instrumentos legais de proteção ambiental, ainda no período colonial, no qual os interesses de grupos particulares se sobrepõem aos interesses públicos.

A questão ambiental, que já atraiu grande repercussão midiática e mobilizou a ação de diferentes agentes, especialmente nas décadas finais do século passado, tem passado um processo de reconfiguração e

redimensionamento que, no Brasil, tem levado a um processo de flexibilização legislativa, ainda em curso.

Neste processo, ao mesmo tempo em que se verifica uma ampla difusão da preocupação ambiental – que passou a interessar parcelas significativas da sociedade, deixando, portanto, de ser exclusiva de grupos identificados com o movimento ambientalista –, se observa igualmente que, paulatinamente, há uma tendência à supressão de aspectos fundamentais da legislação protetiva dos recursos naturais.

Tal flexibilização legislativa, conforme destaca Almeida (2010), se insere nos processos denominados pelo autor de "agroestratégias", que visam remover obstáculos legais e burocráticos para a compra e venda de terras, exploração de recursos naturais e expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, com vistas a fazer triunfar os interesses do agronegócio. Neste processo, os direitos dos grupos tradicionais são redefinidos e áreas antes destinadas à preservação e proteção ambiental são disponibilizadas para serem incorporadas ao mercado.

Tal tendência pode ser verificada no recente processo de votação e aprovação da Lei 12.651/2012, que revoga o antigo Código Florestal, e no processo de discussão para a aprovação de modificações no Código de Mineração, Lei º 227, de 28.02.1967. As discussões desses dois instrumentos são emblemáticas, pois evidenciam que a lógica de privilegiar os investidores da iniciativa privada, o grande capital e o mercado externo se sobressai.

2.2. Código Florestal Brasileiro e interesses de setores ruralistas em sua reformulação

A Lei nº 12.651/2012 é considerada o terceiro Código Florestal editado no Brasil, sendo o primeiro instituído, conforme destacado, pelo Decreto 23.793, de 23.01.1934, no governo de Getúlio Vargas, e o segundo sancionado pelo presidente General Humberto de Alencar Castello Branco, como Lei nº 4.771/1965.

Especificamente com relação ao Código Florestal de 1965, pode-se afirmar que o mesmo fora, ao longo dos anos, reiteradamente desconsiderado pelos setores produtivos do país. Somente quando são inseridas modificações na Lei 4.771/1965 – via medidas provisórias, decretos e

leis em sentido estrito – com vistas a torna-lo efetivo é possível observar uma reação organizada destes grupos para que a lei seja revogada.

Dentre estes grupos, destacam-se a Frente Parlamentar da Agropecuária e a bancada ruralista no Congresso Nacional, grupos políticos que, dada a sua capacidade de mobilização e organização, conseguiram alterar o Código Florestal de modo a que este fosse mais adequado aos objetivos e interesses do setor agropecuário do país.

Tal processo legislativo tramitou por 13 anos no Congresso Nacional envolveu uma série de projetos de lei, discussões, audiências e reuniões, contando com a participação de agentes e grupos de diferentes espaços sociais (político, acadêmico, jurídico, econômico-empresarial, jornalístico, dentre outros).

Dentre os principais instrumentos modificados na lei florestal, destacam-se: as reduções nas áreas de preservação permanente e de reserva legal (áreas que, pela sua importância ecológica, devem ser objeto de especial proteção); instituição de mecanismo de compensação da reserva legal (que permite a averbação de espaços como reserva legal fora dos limites do imóvel dos proprietários) e a anistia de todos os crimes ambientais praticados até a data posterior a edição do Decreto 6.514/2008 (decreto que regulamenta a Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais e que estabelece as sanções penais e administrativas para punir condutas e atividades lesivas ao meio ambiente).

Assim sendo, percebe-se que as alterações processadas na lei florestal tiveram como objetivo legalizar situações irregulares e ilegais de devastação e desmatamento, ou seja, a lei foi readaptada para que os interesses de grupos ligados à produção agropecuária fossem alcançados.

Podemos afirmar, portanto, que as propostas de mudanças não foram motivadas fundamentalmente por questões relacionadas à preservação e conservação ambiental, mas sim, pautadas na noção de que as normas ambientais impedem o desenvolvimento, sobretudo, da agropecuária.

Nesse sentido, as alterações não tinham por objetivo garantir que o interesse público –no caso da lei florestal em análise, o estabelecimento de normas gerais de proteção da vegetação – fosse efetivamente alcançado, mas sim, possibilitar a ampliação de empreendimentos vinculados ao agronegócio.

Considerações Finais

A breve análise realizada sobre o trajeto histórico da problemática agrária e o processo de construção da legislação ambiental brasileira, revela a opção do legislador de privilegiar a proteção dos recursos naturais com vistas a reservá-los para o atendimento de demandas externas, voltadas para o atendimento de interesses econômicos e mercantis. Assim, no que concerne às questões relativas à regulação das relações do homem com o meio ambiente, predomina a visão privatista e economicista sobre os mesmos.

Neste sentido, a disputa pelo domínio dos recursos naturais privilegia a privatização dos mesmos, o que acarreta impactos negativos para aqueles que, historicamente, possuem formas de acesso coletivo aos mesmos e que foram e ainda estão sendo excluídos das possibilidades de acessá-los.

A análise sobre o processo de construção da legislação ambiental brasileira – tendo como caso emblemático o processo de votação e aprovação da Lei 12.651/2012, que revoga o Código Florestal de 1965, Lei nº 4.771/1965 – aponta para um processo de inflexão e enfraquecimento da legislação, que passa a ser reformulada para se adequar aos interesses vinculados a ações ditas empreendedoras, que, apesar de possuírem elevado poder de destruição dos recursos naturais, encontra respaldo no espaço legislativo para sofrer reformulações.

Assim, é possível afirmar que, de maneira geral, vigora no Brasil, em diferentes períodos históricos, um processo de desregulação ambiental e enfraquecimento das leis, numa tentativa constante de adaptá-las a opção estatal de promover o crescimento econômico a qualquer custo.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. et al. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 101-143, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. II.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Conflitos territoriais na Amazônia na "Era do Capital". In: Shiraishi Neto, Joaquim (org.). **Meio ambiente, território e práticas jurídicas**: enredos em conflitos. São Luís: EDUFMA, p. 53-84, 2011.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Elites dirigentes, engajamento político e retribuições do militantismo ambientalista. In: **Tomo**, Revista do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais / Universidade Federal de Sergipe. Nº 1 (1998). n. 13 jul./dez., p. 201-237, 2008.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: Sachs, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 300-316, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito da reforma agrária**. São Paulo: LED, 1997.

WAINER, Ann Helen. Legislação ambiental brasileira: evolução histórica do Direito Ambiental. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 30, nº 118, abr./jun., p. 191-206, 1993.

CAPÍTULO 14

MODALIDADES DE PRODUÇÃO DA CARNE BOVINA EM AÇAILÂNCIA – MA: OS CONFLITOS EM TORNO DA COEXISTÊNCIA DE UMA REDE GLOBAL E LOCAL DE PRODUÇÃO DA CARNE

Ana Paula Perrota

Introdução

Açailândia é uma cidade do interior do Maranhão, localizada na região sul do Estado e conta com uma população de 104.047 habitantes, conforme dados do IBGE, 2010. A cidade ganha notoriedade pelo desenvolvimento de diferentes atividades econômicas no campo industrial e agropecuário, possuindo o terceiro maior PIB do Maranhão. O município abriga o maior pólo guseiro do norte e nordeste e também é caracterizada por ter o maior rebanho bovino do Estado do Maranhão, com um efetivo de 437. 603 animais, de acordo com dados do IBGE de 2010. A bovinicultura na região serve tanto para a produção de leite, quanto para a produção de carne, fazendo com que a região tenha grande relevância sobre a atividade pecuária no Estado. Essas atividades se desenvolveram no âmbito do Programa Grande Carajás, que trouxe para a região uma dinamização, principalmente das atividades metalúrgica e agropecuária. Além de Açailândia, esse programa foi responsável pelo desenvolvimento de atividades econômicas em vários municípios do Estado, como Rosário, Santa Inês e Imperatriz, por exemplo[1].

1. Agradeço Marie-France Garcia-Parpet, pesquisadora do Institut National de la

A partir dessas informações, podemos assinalar o papel de destaque que Açailândia ocupa na economia do Maranhão, como forma de justificar a escolha desse local para o trabalho de campo. Mas, a despeito de números econômicos, Açailândia pode ser considerada também um campo fértil para o debate socioantropológico, levando em consideração, principalmente o contraste entre os processos de desenvolvimento global e local. O desenvolvimento de projetos de grande repercussão econômica, política e social fazem de Açailândia, especificamente, e da região em que está inserida, a Amazônia Oriental, em um sentido mais amplo, locus da atividade de diferentes pesquisadores. Nos últimos anos, foram produzidos diversos trabalhos sobre a região (BARBOSA, 2012; SANTOS, 2009; SAMPAIO, 2008). Fundamentalmente, esses autores discutem sobre como as transformações socioeconômicas em curso na região trazem impactos distintos sobre a sociedade e o território. De acordo com Rodrigo Santos (2009, p. 73):

> As estratégias corporativas transnacionais - mínero-metalúrgicas em particular, grandes projetos infra-estruturais capitaneados pelo Estado Nacional e dinâmicas sociais locais e regionais têm contribuído para acelerar suas transformações e agravar suas desigualdades internas nos últimos 40 anos.

As intervenções colocadas em prática em razão da implementação desses projetos têm desdobramentos complexos. Como discute Barbosa (2012), com a implantação desses megas projetos, o sistema produtivo antes existente no Estado sofreu um expressivo reordenamento econômico que traz impactos variados. A introdução de grandes projetos industriais e agropecuários, como parte dos processos de desenvolvimento implementados na região, criou, portanto, novas relações sociais, demonstrando que essas intervenções no território possuem:

> Desdobramentos complexos, com percepções e práticas que variam do apoio e da defesa das iniciativas, pela criação de mais empregos e de mais atividades econômicas; até sua contestação em razão dos seus efeitos, como a precarização

---

Recherche Agronomique e que foi minha orientadora no Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior. Esse trabalho é fruto do diálogo que constituímos durante esse período.

> das relações de trabalho, a degradação do meio ambiente, e o desrespeito aos direitos humanos (CARNEIRO; RAMALHO, 2013, p. 8).

No que se refere à bovinicultura de corte, foi observado durante o trabalho de campo a presença de uma estrutura de mercado caracterizada pelo regime industrial e fundado sobre regras e normas sanitárias comuns ao Brasil e que são, atualmente, vistas como práticas consideradas corretas nacionalmente e internacionalmente. Essas práticas, por sua vez, contrastam com uma estrutura produtiva local, baseada no saber e costume das populações locais e que são distintas do projeto industrial e cientificista de estruturação do mercado da carne. No ano de 2012, a planta frigorífica do município foi arrendada pela JBS-Friboi, que se caracteriza como a maior empresa mundial do setor. A presença da empresa na região, que também arrendou outras plantas em cidades próximas a Açailândia, em Altamira, Eldorado dos Carajás e Novo Repartimento, no estado do Pará, reafirma a inserção da região na esfera de uma economia global.

O trabalho de campo em Açailândia apresentou, portanto, um cenário caracterizado por concepções e práticas distintas sobre a produção, a venda e o consumo de carne, ou seja, sobre a existência de diferentes modos de organização das modalidades produtivas desse bem alimentício. Nesse sentido, parte do meu interesse de pesquisa foi direcionado para essa problemática, tendo em vista a perspectiva de discutir sobre a complexidade da transformação do bovino em carne. E sobre como a inserção da produção da carne no âmbito de uma economia global traz impactos sobre os saberes e práticas locais que também organizam uma rede produtiva e de saberes em torno da fabricação desse bem.

Além do frigorífico industrial, Açailândia conta com a existência do matadouro municipal que atende à demanda de abate bovino e suíno por partes dos agentes que se dedicam a produção agropecuária familiar. Como discutiremos, em contraste com o saber técnico e científico que orienta a lógica de produção da carne no frigorífico industrial, as técnicas empregadas no matadouro são entendidas e desqualificadas como uma "não-técnica", um "saber leigo" que colocaria em risco a qualidade da carne e a saúde da população. Considerando a produção

da carne como uma luta de classificações, discutiremos que o conhecimento e as técnicas produtivas do frigorífico, entendidos como um saber especializado, impõe-se como representações dominantes, que tendem a invisibilizar e desqualificar as atividades e os agentes que exercem essa prática econômica no matadouro.

Nesse caso, a presença de uma dualidade sobre a forma como se estrutura a produção e a venda da carne nos permite uma abordagem a respeito da coexistência de lógicas e regras diferentes para a sua produção e comercialização. As diferentes características que essa estrutura mercantil assume torna Açailândia um local privilegiado para pensarmos sobre os desdobramentos sociais existentes em razão dos processos de desenvolvimento da região. Portanto, esse artigo tem como objetivo discutir, a partir de uma abordagem comparativa, como os grupos se organizam e constituem práticas e pensamentos específicos sobre a produção, o consumo e a qualidade da carne. E, ao mesmo tempo, compreender como as representações locais são impactadas pelo projeto industrial e cientificista, considerando a maneira eficiente e que atende aos bons padrões de produção desse bem alimentício. Para tratar dessas questões, contarei com as informações obtidas durante o trabalho de campo realizado em Açailância no ano de 2012, ocasião em que pude visitar as instalações do frigorífico JBS-Friboi e do matadouro municipal e realizar conversas formais e informais com diferentes atores ligados a essa atividade econômica e com moradores do município.

1. Transformação do animal/sujeito em carne/objeto

Considerando, conforme Pierre Stassart (2005, p. 286), a qualidade da carne "como resultado da interação entre os atores, mais do que como resultado de uma definição que viria de acordo com sua natureza se impor", a produção da carne, como objeto de estudo socioantoprológico, permite-nos uma reflexão sobre os saberes e práticas sociais complexos que envolvem a transformação do animal em mercadoria e a atribuição de valor a esse bem. Por questões como essas, observamos que a carne diz respeito a um "objeto político trabalhado conforme preocupações higiênicas, econômicas e morais" (FERRIÈRE apud REMY, 2005, 2005, p. 192). Como afirma Noélie Vialles (1987), nem todo corpo

de um animal se torna carne comestível, do mesmo modo que nem todo tipo de morte do animal produz a carne como um alimento. Esta mercadoria não é mero artefato, mas como define Catherine Remy (2005), trata-se de um objeto situacional confuso e importante que envolve operações interacionais entre diversas categorias de atores.

A carne bovina, utilizada como um bem de consumo alimentício, é considerada um produto in natura. De acordo com as normas básicas sobre alimentos da Agências Nacional de Vigilância Sanitária, os alimentos in natura são todos os alimentos de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exige apenas a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação. Há também uma definição técnica da carne in natura, elaborada no meio acadêmico, que afirma que por "item natural quer-se dizer aquele que não foi mudado de nenhuma forma significativa pelo contato com humanos. Ele pode ser colhido e transportado, mas tem sua essência quimicamente idêntica ao mesmo item em seu lugar natural" (OLIVEIRA et all, 2007, p. 2). Levando em consideração essas definições, sabemos, no entanto, que o boi propriamente dito não é considerado um alimento in natura. Trata-se, antes, de um vivante. Sendo assim, a carne, enquanto produto destinado aos consumidores só passa a existir após a transformação do animal em carcaça e a sua divisão entre as partes a serem comercializadas. Há, portanto, uma rede de atividades desenvolvida pelos agentes econômicos necessárias tanto para a produção quanto para o consumo da carne.

Considerando a complexidade em torno da produção desse bem alimentício, observa-se que a criação dos animais e sua transformação em carne assumem diferentes características ao longo do tempo e conforme os lugares. Tais especificidades, permitem-nos colocar em questão as duas formas de produção e venda da carne observadas durante o trabalho de campo em Açailândia, como será feito a seguir.

2. Fabricação da carne bovina em um regime industrial e global de produção

O modelo de abate bovino industrial, tal como se organiza hoje nas sociedades contemporâneas, tem seu surgimento no início do século

XIX e se caracteriza como uma forma de organização inédita. Nesse contexto de mudanças, tanto os aspectos técnicos quanto ao modo e à concepção acerca da relação entre humanos e animais são transformados. Essas transformações ocorrem em meio a um processo mais amplo de urbanização e industrialização e seguem a dinâmica de reordenamento do espaço urbano das grandes cidades.

A reestruturação produtiva da carne é orientado por um modelo cientificista e um ideal de modernização e primor técnico, que buscam atender tanto a expectativa de aumento da rentabilidade, como as novas pressões existentes para o controle sanitário dos animais e da carne. A criação de um local específico para o abate e a criação de etapas distintas e separadas produziram uma extensa divisão do trabalho dentro do próprio frigorífico. O método de abate deixa de ser artesanal e se transforma num processo mecanizado e massivo, orientado predominantemente pela razão econômica, assumindo as características e condições gerais de toda indústria (PORCHER, 2002). Os frigoríficos são organizados a partir de normas estritas de produção, que garantem uma estrutura técnica capaz de atingir maior produtividade e controlar os riscos de doenças e contaminações dos animais e da carne. O trabalho se torna, portanto, racionalizado em sua busca por aperfeiçoar as relações artesanais, baseadas no vínculo afetivo entre as pessoas e os animais (PORCHER, 2002).

Para discutirmos melhor essas transformações, contaremos com a pesquisa realizada sobre as atividades no frigorífico JBS-Friboi. Sabendo que a visita desse estabelecimento não seria fácil, comecei a entrar em contato com a gerência da empresa ainda no Rio de Janeiro. As conversas com os funcionários, tanto por telefone como por e-mail, foram marcadas pela negativa em me receber, até mesmo para uma entrevista. Comecei então a pensar que as barreiras que foram colocadas para a permissão de minha entrada no local diziam respeito a uma preocupação em manter em sigilo para pessoas externas ao frigorífico o modo como as atividades ocorrem em seu interior. Tanto no Brasil como em outros países existem denúncias de violação das regras sanitárias e de maus tratos aos animais, a ponto de serem tratadas como uma "crise sanitária". A respeito disso, pensava que seria este o motivo para a resistência em ser recebida.

Apesar das negativas, em Açailância continuei realizando contatos para viabilizar a pesquisa. Para conseguir acesso ao local, contei com a mediação de Luciana, engenheira de alimentos e ex-funcionária do frigorífico, que atualmente trabalha como pesquisadora vinculada ao Instituto Federal Maranhão (IFMA). Através de um artigo científico sobre a qualidade da carne vendida no mercado municipal de Açailândia, foi possível conhecer e encontrar Luciana. Logo no dia seguinte a minha chegada à cidade, marcamos uma conversa no Instituto. Sem que eu pensasse na possibilidade de sua intercessão a favor da minha entrada no Frigorífico, Luciana se dispôs voluntariamente a viabilizar meu acesso ao local. Durante a entrevista realizada, ela concluiu, a partir das questões que eu colocava, que deveria conhecer o frigorífico para entender melhor o modo de produção da carne bovina. Ao responder que essa era minha intenção, Luciana prontamente fez uma ligação de seu telefone celular para Milton, médico veterinário e gerente de produção, perguntando se eu poderia ser recebida para uma visita ao local. Com a resposta positiva, agendamos para o dia seguinte, sem precisar de qualquer autorização do setor administrativo. Por assim dizer, se existiu então uma dificuldade formal, marcada por uma negociação impessoal, o vínculo de trabalho e amizade entre Luciana e Milton rompeu tal barreira.

O antigo frigorífico Equatorial, agora JBS-Friboi, fica distante de carro quinze minutos do centro de Açailândia. A entrada no local se dá por uma saída da BR 010km. Assim que cheguei observei primeiramente os escritórios, o estacionamento e o galpão em que há toda a produção da carne, desde o abate até o processo de embalagem. O local é bastante arborizado e não é possível ver qualquer sinal dos animais. O que nos faz saber que se trata de um frigorífico é o cheiro de carne que sai das chaminés do galpão. Essa fumaça é oriunda do cozimento de osso e vísceras não utilizáveis, para o preparo da chamada farinha de sangue e osso, aproveitada na fabricação de rações. Nesse local, fui apresentada e recebida por Milton, médico veterinário e gerente de produção do frigorífico. Após as apresentações iniciais, Milton me orientou a vestir as roupas adequadas para percorrer o espaço interno do frigorífico: calça, blusa, botas, touca e capacete brancos, mais um protetor auricular. Recebi também recomendações para tirar objetos como brincos,

relógio, pulseiras e anéis. Segundo ele, essas determinações eram regras do controle de qualidade. A visita durou aproximadamente duas horas. Percorremos juntos as instalações do frigorífico e pude ouvir e realizar perguntas sobre toda a organização produtiva do lugar.

A capacidade do frigorífico é de 450 abates por dia e cada boi utiliza 1800 litros de água. Mas, como pude observar nesse dia, havia cerca de 200 animais a espera. Milton me explicou que as atividades do frigorífico foram reduzidas temporariamente em razão das mudanças de trabalho existentes após a transferência de gestão para a JBS. Caminhamos então por alguns minutos até os currais, onde começa a primeira fase do processo de abate do gado e, finalmente, pude visualizar os bovinos. Os currais são espaços retangulares com chão e muros de cimento. O frigorífico visitado possui oito currais que devem comportar seis deles, cinquenta indivíduos, e os outros dois, sessenta. A separação dos bovinos entre os currais tem como objetivo a identificação do rebanho de cada criador. A separação por criadores é utilizada para garantir o controle sobre a pesagem futura da carcaça e o somatório do valor a ser pago aos criadores. Os animais são abatidos conforme a divisão de lotes dos diferentes fazendeiros e ainda são registrados pela identificação das fazendas, para efeito de fiscalização das agências governamentais.

A preocupação com a divisão e o espaço ocupado pelos bovinos é justificada também como uma estratégia ligada ao abate humanitário. A alocação do gado nos currais leva em conta a existência de um espaço que deve ser considerado adequado para os animais se locomoverem:

> O fazendeiro trouxe quarenta animais, mas se você colocar vinte e vinte vai ser melhor. O animal vai estressar menos. Não vai estar muito apertado, se batendo, não vai cair, aí não vai ter problema com o estresse. Então como eu te falo, a média é quarenta mas a gente coloca vinte animais e está bem mais folgado para eles.

Além disso, nos currais, os animais devem ter um tempo mínimo de "espera" de doze horas, conforme regulamentação do Estado. Nesse período o rebanho fica em jejum, seguindo uma dieta hídrica, ou seja, só é permitido beber água. Contudo, se o rebanho vem de uma distância de até 50 km, ele pode ser abatido com um tempo de seis horas, porque

os animais já teriam cumprido o jejum prescrito. O objetivo do tempo de "espera" é o de "esvaziar o estômago" para haver um processo mais fácil de limpeza das partes dos bovinos aproveitadas como subprodutos e evitar contaminações. Esse tempo de espera serve também para "acalmar" os bovinos, que presumivelmente se "agitaram" devido ao transporte e ao deslocamento, e porque foram instalados em um lugar desconhecido. A permanência durante o período indicado e nas condições descritas permitem que seu "estresse" e "adrenalina" diminuam:

> A espera é para o animal ficar melhor preparado para a hora do abate e além disso, tem a vida de prateleira do produto final. Se eu abato o animal sem estresse, a adrenalina dele está praticamente zero, a questão do ph, tudo isso influencia no produto final lá na frente. Se eu abato o animal que fez no mínimo 12h de jejum, de dieta, essa carne vai ter uma vida de prateleira muito maior. Hoje nossa média é de dois meses, de carne resfriada, desossada e resfriada.São dois meses o tempo de prateleira. Isso é exigência da própria empresa, do gq que é o controle de qualidade, mas até três meses é tranquilo, a carne não vai vencer, não vai ter problema nenhum. Desde de que seja dessa forma que eu estou te falando, no mínimo doze horas. E essa é a média que a gente trabalha,- com 12h a gente abate os animais, você pode ver que os animais estão calminhos, não tem correria, não tem euforia, estão totalmente descansados como a gente chama.

Nosso contato com os animais nesse local ocorre por passarelas suspensas. Conforme caminhamos sobre um nível mais alto que os animais, é possível ter um olhar amplo sobre eles. As passarelas suspensas atendem a necessidade de fiscalização sobre a existência de animais doentes ou lesionados. Nos currais, os animais são inspecionados antes do abate. Caso tenham machucados ou demonstrem comportamentos estranhos, como permanecer muito tempo deitados, são levados para o curral da Inspeção Federal para serem diagnosticados. As passarelas, no entanto, acabam sendo hostis aos animais. Embora em grandes espaços, os bovinos ficam amontoados em um canto, na parte dos fundos dos currais. Não há agitação nem mugidos, mas tive a impressão de que eles parecem assustados. Com o barulho de nossos passos nas passarelas de

madeira, assim como da nossa voz, os animais nos olham e se direcionam ainda mais para o fundo do curral, ficando mais distantes de nós e espremidos no canto.

Os currais, como Milton explicou, devem ser limpos diariamente para garantir um melhor ambiente para os animais, além de responder aos imperativos de higienização para o abate. O espaço onde estão os currais tem ligações com os corredores que os levam para o abate. Ao passarmos pelo corredor, Milton ressaltou o temperamento dos bovinos, como forma de mostrar a eficácia técnica do tempo de espera: "voce pode ver que os animais estão calminhos, não tem correria estão totalmente descansados, que a gente chama". E também chamou atenção para a qualidade dos bovinos: "boiada bem padrão, acabamento perfeito de gordura, boa mesmo".

Os corredores, em sua parte inicial têm mais ou menos dois metros de largura. Esses corredores conduzem os animais para um compartimento setorizado onde recebem banhos de água através de pequenos chuveiros suspensos. O banho serve para limpar o animal, tirar o excesso de fezes e diminuir o risco de contaminação da carne. Além disso, facilitará a retirada do couro. Como Milton explicou, "essa água é fria e os animais vêm quente, dá uma sucção, facilita no processo de escoreamento, que é tirar o couro". Depois do banho, os animais andam pelo corredor e são direcionados para outra parte setorizada. A última parte antes da rampa final que os leva para dentro do galpão. Nesse local, contei o número de oito bois. Foi a primeira vez que vi os animais "agitados". Eles andavam de um lado para o outro e, às vezes, escorregando no chão de cimento, às vezes caindo, talvez por estarem molhados. Havia também o movimento dos animais que presumivelmente identifiquei como uma tentativa de voltar, fazer o caminho contrário, sair daquele pequeno "cercado". Sem que eu fizesse qualquer menção à considerada agitação dos animais, Milton se antecipou em explicar porque os animais agiam daquela forma:

> Os bois sabem que vão morrer, quando ele desce nesse corredor é algo sem retorno, uma vez nesse corredor nunca mais retornará. E de fato eles sabem, sabia? Quando eles entram no boxe de atordoamento, quando eles entram lá, ele abaixa a cabeça para o cara não conseguir pistolar, eles já sabem que aquilo ali é a morte mesmo.

Depois desse trecho, o corredor se transforma em uma rampa estreita, com menos de um metro de largura. Os animais só conseguem se acomodar enfileirados. A rampa é o último caminho que percorrem até o abate. Eles ficam todos juntos e preenchem em fila toda a rampa. Não é possível qualquer movimento para frente, para trás ou para os lados (embora tenha ouvido nesse momento histórias contadas por Milton de animais que já pularam esse muro). Nesse setor, há um trabalho conjunto entre os funcionários. Quando um animal lá em cima é conduzido para o abate, outro animal em baixo é conduzido daquele segundo compartimento para a rampa. Em todo o corredor, os animais são conduzidos a partir de pequenos choques que recebem dos funcionários por meio de cumpridas barras. De acordo com Milton, os animais não sairiam do lugar se não houvesse esse choque.

No final da rampa, há uma porta que se abre para a entrada individual de cada animal, e o cenário muda, pois adentramos o interior do galpão. Para entrar no galpão, eu que já tinha vestido o uniforme branco, tive que lavar botas e mãos. No interior do galpão, há uma pessoa responsável pela qualidade, que faz a fiscalização desses itens com o objetivo de não comprometer o resultado final do produto por meio de contaminações. Ainda nessa entrada, enquanto lavava as mãos, vi pessoas transitando com roupas manchadas de sangue e isso me impactou. Pensei, por que lavar as mãos, se as pessoas estão "sujas" de sangue. Posteriormente compreendi que o sangue não é uma sujeira. Os funcionários não dizem: estou sujo de sangue. Eles falam: estou "melado". Mas, chegando propriamente no espaço em que ocorre o abate, havia tanto sangue nas roupas brancas dos funcionários e pelo chão e paredes igualmente brancos, que era impossível continuar impactada. Não era possível evitar o sangue, tanto do contato visual, quando de nossa própria roupa, embora no início eu tentasse desviar dos respingos. No transporte das partes dos bois de um lugar para outro, bem como na acomodação dessas partes em bacias e tanques, o sangue espirrava todo o tempo.

A entrada no galpão nos conduz inicialmente para o espaço onde ocorre a morte dos bovinos e a sua transformação em carcaça. Do corredor que observamos do lado de fora, os animais entram, um por um, no galpão e são alocados no box de atordoamento que os deixa imóveis ao prender sua cabeça. Esse compartimento fica num patamar mais

alto do que o chão e em um local onde não é possível vê-los. Existe um funcionário responsável pelo início do abate, que é feito através do acionamento da pistola de ar pneumático que atordoa os bovinos. Milton não quis me levar até lá por considerar a imagem forte e o lugar perigoso. A sua explicação foi a de que eu me chocaria, mas depois, em conversa com o encarregado do setor do abate, recebi explicações mais detalhadas sobre a falta de segurança daquele setor. Ele disse que o animal não fica totalmente imobilizado e, por isso, às vezes pula, podendo pressionar o funcionário contra a parede.

Desse lugar, o animal recebe então o impacto da pistola que libera um dardo capaz de penetrar sua caixa craniana. A pistola é retrátil, e o impacto sobre a cabeça do animal é tão forte, que quando o dardo sai, traz consigo parte do cérebro, que podemos ver caído no chão, junto ao de outros bois abatidos. O impacto da pistola não mata o animal, mas o insensibiliza. O bovino cai, vivo, mas inconsciente em uma esteira. Como disse Milton, a situação do animal nesse instante é comparada a um estado de coma. Conforme sua explicação, as "funções vitais, função respiratória e cardíaca estão normais. Normais entre aspas. Aí, depois da sangria que é o corte da jugular e da cartótida, aí sim". Quando o bovino cai na esteira, há um funcionário encarregado em içá-lo na nora, como é chamada a esteira suspensa que carrega o animal durante a linha de (des)montagem. A suspensão ocorre da seguinte maneira: uma corrente é presa em sua pata e então um botão é acionado para içar o animal. Milton me explicou que há uma marreta nesse local, a disposição do funcionário que está no chão, porque, às vezes, a pistola não funciona corretamente e o bovino cai em estado de consciência, ficando em pé. Nessa ocasião, o boi deve levar outro impacto com a marreta para poder ser insensibilizado e então suspenso para dar prosseguimento ao abate. O ato de suspensão, de acordo com Milton, deve ser rápido, não pode passar de um minuto, para evitar que o animal "acorde".

Uma vez suspenso, há um segundo funcionário responsável pela sangria. Através do corte dos grandes vasos é que o animal será "totalmente morto". Enquanto é suspenso e enquanto sangra, o animal faz movimentos com suas patas e cabeça. O que nos leva a questionar se está realmente desacordado ou insensibilizado naquele momento. Milton, assim como as leituras sobre esse assunto, indicam que tais

movimentos não são frutos de uma ação consciente dos animais, mas trata-se de espasmos. Nesse sentido, cabe enfatizar que a pistola pneumática é utilizada em lugar da marretada na cabeça, antiga forma de atordoamento. A ideia é que com a pistola, apenas um tiro seria suficiente e certeiro para "derrubar" o animal; além disso, haveria realmente um atordoamento eficaz do animal, que o impediria de "sentir" a morte através da sangria. Contrário, portanto, ao uso da marreta, quando era preciso acertar os animais repetidas vezes, resultando nem sempre no atordoamento efetivo, o uso da pistola visa atender também aos princípios do abate humanitário.

Durante o período da sangria, que deve durar em torno de três minutos, o animal fica intocável. Conforme a regulamentação humanitária determina, o bovino não pode ser manipulado durante esse período para haver a certeza de que está realmente morto. Como nos informa Milton, esse tempo: "não pode ser inferior a três minutos porque você tem a certeza que o animal estará totalmente morto. Porque até lá no mínimo 70% do seu volume sanguíneo já escoou, ou seja, o animal morreu, e você começa o processo, e ele já não sente mais nada ali". Após esse tempo, é possível dar continuidade ao processo de produção da carne. Milton fala em começar o processo, podemos entender que sua fala designa uma nova etapa produtiva que corresponde a condição do animal não mais como vivante, mas como objeto, já que se trata de um corpo morto. Agora começa a desmontagem do animal, que significa simultaneamente a montagem da carcaça. Os animais vão sendo desfigurados gradualmente, até virar uma carcaça, composta apenas de carne e osso. Cabe enfatizar então que essa etapa consiste em um processo de montagem (do corpo do animal em carcaça) mas a partir de uma desmontagem (retirada de certas partes do corpo, até que sobre apenas carne e osso).

Nesse momento da produção, há em torno de seis funcionários alinhados uns ao lado dos outros, como em uma linha de montagem. Os operadores, como são chamados, possuem tarefas específicas e repetitivas. Posicionados a frente desses funcionários existem outros, responsáveis por alocar as partes que vão sendo retiradas. Algumas são direcionadas para a produção de farinha de sangue e osso através de um sistema tubular. As outras partes são destinadas aos setores que

preparam os subprodutos para a venda. Esse setor é chamado de "toalete" e dividido em duas partes. Uma cuida da lavagem e limpeza do bucho, considerado "parte suja". E o outro setor cuida da parte "limpa", como rabo, vergalho, rins, fígado, etc. Depois desse tratamento os produtos são levar para o setor de refrigeração e embalamento, ficando pronto para as vendas.

O trabalho é feito de acordo com o ritmo da nora, em um legítimo sistema fordista. Da cabeça, são retirados olhos, chifres, língua, e a carne da face que é aproveitada para venda. Do corpo, são retiradas as patas, rabo, vísceras e, por último, o couro. Existem técnicas específicas para a operação de cada parte do bovino. Esse processo é feito sucessivamente através de movimentos rápidos e treinados. Os operadores, como Tiago, encarregado do abate, me explicou em entrevista, possuem 40 segundos para realizar sua tarefa até que o animal passe a ser manipulado por outro funcionário. Esse processo de desmontagem é chamado de "esfola". Nessa linha, trabalham "faqueiros A" e "faqueiros B". Os primeiros são funcionários mais especializados, que devem saber operar em todos os postos da linha, desde a pistolagem. Esses funcionários se responsabilizam também por operar sobre as partes mais importantes no que diz respeito ao rendimento, para não haver perdas econômicas. Tiago cita como exemplo de uma tarefa mais especializada, a retirada do couro. Como explicou, "se furar demais não dá rendimento, o preço vai lá para baixo". Ainda de acordo com Tiago, as técnicas nesse setor visam proteger tanto produto, quanto os funcionários, pois qualquer corte mal dado pode condenar partes do animal/carcaça ou ferir os operadores. Nesse instante, também há a preocupação com contaminações, por isso os funcionários devem manusear duas facas. Uma deve ser utilizada para o corte de partes que há couro. A outra, é utilizada para cortar a carne do animal.

O último passo dessa sessão consiste no corte vertical do animal\ carcaça que é então dividido em duas partes. Esse processo de (des) montagem é rápido. Como definiu Luciana, antiga gerente de qualidade do frigorífico: "em cinco minutos o boi não tem mais nada". Chama atenção, portanto, como os animais, que pesam em média 300 quilos, desaparecem em tão pouco tempo para dar lugar somente a carcaça, que pesa em média a metade do boi vivo, 150 quilos. O animal, agora

na forma de carne e osso, está pronto para ser novamente decomposto em costela, picanha, alcatra, etc.

No setor do abate, existe ainda um espaço destinado ao médico veterinário responsável pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), que garante o selo que será estampado na embalagem do produto e que é exigido para a comercialização da carne no país. O selo garante que a carne foi inspecionada, atestando a qualidade sanitária e a conformidade com a legislação. Portanto, além do setor de qualidade, próprio do frigorífico, existe a fiscalização governamental a fim de atestar a qualidade do produto sob o aspecto sanitário. Nesse espaço, o médico veterinário deve avaliar a carcaça dos animais, pois, através da observação, doenças como a tuberculose, por exemplo, podem ser identificadas. Transferidos do lugar do abate, os animais, agora carcaças, são destinados, pela nora a uma sala refrigerada. O novo processo de separação dos produtos não ocorre imediatamente. Segundo as normas sanitárias, é preciso que haja um período de resfriamento para evitar contaminações. A partir daí, todo o trabalho de corte, embalamento, estocagem e transporte é feito em ambientes refrigerados.

3. Fabricação da carne bovina em um regime artesanal e local de produção

Como já foi dito, além do frigorífico JBS-Friboi, existe em Açailândia o matadouro municipal, que responde também à demanda de produção da carne na cidade. A organização para a produção da carne e a avaliação da qualidade do produto são, em muitos elementos, diferentes do frigorífico. A partir das pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, soube da existência do matadouro, mas, principalmente através de denúncias sobre as condições sanitárias do lugar, consideradas precárias, pois não atenderiam às normas que garantem a produção da "carne de qualidade". Em resposta à essas condições, obtive notícias, através de reportagens jornalísticas, de que a cidade está por concluir a obra de outro ambiente produtivo, em conformidade com as normas e padrões dos frigoríficos industriais, desativando o antigo. A justificativa é a de que, com a construção do matadouro que ofereça condições necessárias para atendimento da demanda de abatimento de animais, os governos

federal e municipal estão proporcionando melhores condições de segurança alimentar e nutricional. Como discutiremos, a questão sanitária se impõe sobre esses dois modelos produtivos, e o matadouro é pensado por contraste ao frigorífico como um lugar de ausência de quaisquer regras sanitárias.

Quando cheguei à cidade e explicava o objetivo dessa pesquisa, todos diziam que deveria conhecer o matadouro; mas sempre havia comentários que me alertavam para o que seria visto no local. As pessoas buscavam me prevenir, afirmando que as condições do matadouro iriam me chocar a ponto de fazer com que tirasse a carne da minha dieta. Tanto com relação à forma como os animais são abatidos em termos de "crueldade", quanto com relação às "más" condições de higiene, todos tinham alguma consideração a fazer; embora a maioria, como eu perguntava, nunca tivesse visitado o lugar. Embora localizado na região central da cidade, constatei por meio de conversas com moradores que residem há décadas em Açailândia, que poucas foram as pessoas que havia visitado o matadouro. Mas, ao mesmo tempo, eu me questionava sobre esses comentários, uma vez que grande parte das pessoas com quem conversei, consumiam a carne vinda de lá. Em face dessa situação, eu questionava o porquê de a situação do matadouro, que para mim servia como alerta, não afetar o consumo nem o seu funcionamento. Nesse sentido, eu me perguntava também porque as instâncias governamentais não interditavam o local tão "precário", como foi invariavelmente descrito.

Em termos de localização, o matadouro está situado a poucos minutos da parte central da cidade. Açailândia é cortada pela rodovia BR010km, e o acesso ao matadouro ocorre por uma estrada de chão de poucos metros, que começa em uma saída lateral da rodovia. Cheguei ao local de mototáxi. Sem muros que o cerquem, e situado em um bairro residencial, que possui algumas dezenas de moradias no seu entorno, as atividades do matadouro são abertas a qualquer observador interessado. Não há quaisquer restrições para olhar, fotografar e gravar. O espaço é acessível a qualquer pessoa que chegue ao local, ou que transite pela região. No dia em que fui ao matadouro pela primeira vez, não vi qualquer movimentação de pessoas e animais. Caminhei pelo entorno a procura de alguém que pudesse me informar sobre as atividades do lo-

cal e encontrei um casal que lavava com água a extensão fora do prédio do abate. Durante o pequeno percurso em torno do matadouro, observei pedaços de carne pelo chão, a presença de moscas e cachorros, e uma caçamba com uma centena de cabeças de bovino inteiras; ou seja, com pêlo, chifres, olhos, e, ao lado da caçamba, uma pilha de ossos.

Depois de abordar o casal, fui informada de que as atividades de abate no matadouro não são diárias: ocorrem segunda-feira, quarta-feira, sexta-feira e sábado. Os dias são alternados para haver limpeza do local sem a "matança". Retornei então uma segunda vez, na sexta-feira, chegando novamente mais cedo para observar todo o processo do abate, inclusive a chegada dos animais. Já informada de que as atividades aconteciam no começo da tarde, fui para o local durante a manhã, e obtive outra surpresa. Na sexta-feira, o abate ocorre mais tarde, para haver um tempo maior para a chegada dos bovinos, já que a "matança" nesse dia é mais intensa. No final de semana, há um crescimento na venda da carne, e, portanto, um número maior de bovinos é abatido.

Nessa segunda visita, quando cheguei, havia animais no curral e cerca de cinco ou seis pessoas, em sua maioria homens, conversando em cima das cercas de madeira que formam o curral. Caminhei em direção às pessoas e me apresentei como pesquisadora. Mas eles questionaram ou queriam confirmar se eu era de alguma agência de fiscalização. Respondia negativamente, mas percebia que mesmo assim alguma desconfiança permanecia.

Os currais no matadouro são de terra, bem como a rua de acesso e o entorno do local. A estrutura do frigorífico é composta pelo curral – o prédio onde ocorre o abate e o armazenamento da carne – e, ao lado do espaço de abate, há uma extensão onde são descartadas as partes não utilizáveis dos bovinos e onde é feita a limpeza dos subprodutos. Para aquele que chega ao matadouro, o primeiro local possível de observar é o curral. O curral do matadouro é dividido em três partes com corredores que dão acesso à entrada para o abate. O espaço para a acomodação dos animais é restrito, e todo o tempo ocorrem movimentos que indicam uma tendência às brigas entre os bovinos. Os animais são heterogêneos, possuindo diferentes cores, tamanho e idade. Fato que contrasta com a maior homogeneidade do padrão dos bovinos no frigorífico, uma vez que são todos da raça nelore. Não há, portanto,

no matadouro, a exigência de um padrão em termos de idade, peso ou raça e, além disso, alguns animais que estavam no curral possuíam lesões no corpo. Os bovinos são transportados em diferentes quantidades, havendo casos de criadores que levam apenas um animal para ser abatido. Então, se no frigorífico há preferência por "boi e carrada[2]", no matadouro o padrão dos bovinos e a quantidade negociada são mais difusos, havendo ainda a predominância de vacas.

Embora haja produtores que criam gado exclusivamente para o corte, o matadouro é um local de abate que recebe animais de criadores que desenvolvem atividades produtivas variadas e fazem da venda do gado uma de suas estratégias econômicas para obtenção de renda. Nesse caso, parte da situação de abate dos bovinos no matadouro ocorre quando as vacas, utilizadas como produtoras de leite, se tornam "velhas", e, portanto, "menos produtivas" ou quando há a necessidade da obtenção de renda em caráter de urgência. Sobre essa necessidade de obtenção de renda em caráter emergencial, é interessante dizer ainda que havia, no curral, vacas em fase de gestação. Sobre o meu questionamento se não valeria esperar o bovino ter a cria, já que o novo animal seria "desperdiçado", obtive a resposta de que há situações em que, a despeito do animal que deixará de nascer, tornando-se outro bem, os criadores se encontram sob o imperativo da venda devido à necessidade urgente de obtenção de renda.

Os animais que chegam são alocados nas três repartições, sem considerações sobre a mistura dos rebanhos de diferentes produtores. Nos currais, existem recipientes com água ofertados para o consumo dos bovinos. O processo de abate e (re) construção da carcaça é praticamente manual, não há mecanização. Para conduzir o animal até o abate é utilizada barra de choque, assim como no frigorífico, mas o atordoamento dos bovinos é feito com marreta. O funcionário fica em uma estrutura acima do chão e acerta os animais à medida que entram. Os animais caem uns sobre os outros, ainda conscientes, e vão se acumulando. A sangria é realizada no chão e os animais vão se amontoando até que os outros funcionários façam a sua suspensão. A suspensão do

2. Carrada é o nome que se dá aos caminhões de transporte de gado, com capacidade de transporte de vinte bovinos.

animal é feita através de uma roldana manual. E, para a transformação do bovino em carcaça, são utilizados facas e machados. Como no frigorífico, há nesse processo também uma divisão do trabalho. O animal é decomposto e transformado em carcaça através de etapas diferentes, realizadas por trabalhadores específicos. Uma vez produzida a carcaça, ela é alocada em uma sala ao lado do setor do abate. A carcaça é dividida ao meio e, posteriormente, subdivida em partes dianteiras e traseiras. Após esses cortes, a carne é destinada aos compradores "fresca", ou seja, sem refrigeração.

O espaço do matadouro, mais do que um ambiente técnico e padronizado, conforme o frigorífico, é um espaço ocupado pelos negociantes e moradores vizinhos que ficam próximos, observando e participando das conversas no local. Durante a permanência dos animais no curral, o que chamou atenção foram as negociações entre criadores de gado e vendedores de carne. Durante a permanência no matadouro, compreendi que as pessoas no local se tratavam de criadores e donos de açougue e barracas no interior do mercado municipal, que vão ao local não só para abater o gado, mas para vender e comprar a mercadoria que será revendida para o consumidor final. Além disso, havia também a presença de compradores eventuais, que tinham o interesse de adquirir grandes quantidades de carne para ser consumida em festas.

As negociações entre criadores e vendedores ocorrem de maneira informal e pública. Todos que estão próximos aos negociantes podem ouvir a disputa em torno da qualidade do boi/carne e da fixação do preço. As negociações adquirem o tom de uma animada conversa, permeada por piadas e narrativas de histórias passadas, sendo possível, então, que pessoas externas possam interagir, realizando comentários sobre a negociação/conversa. Desse modo, as transações mercantis ocorridas no matadouro fazem desse local um ambiente de sociabilidade, que permite ainda a existência de um pequeno comércio ao redor para atender aos vendedores e criadores. Como garantia de que o bovino negociado não será destinado a outro comprador, os negociantes esperam até o final da produção para confirmar que a carne comprada seja efetivamente a carne do bovino que foi negociado. Assim, há bares e alguns vendedores ambulantes que se tornam atrativos aos negociadores, que se entretêm durante a espera da matança.

As vendas e negociações dos bovinos ocorrem, portanto, no curral, numa relação direta entre as partes envolvidas. A avaliação da qualidade da carne leva em consideração os aspectos físicos dos animais que são observados por compradores e vendedores das passarelas sob as cercas dos currais. A partir da observação dos animais ainda vivos, define-se então se o bovino "dará carne boa", ou seja, macia, ou se dará uma boa quantidade de carne. A avaliação se a carne seria dura ou macia, saborosa ou com muita gordura leva em conta a idade do animal e o peso. E, nesse sentido, a preocupação com a idade se constitui como elemento principal. O termo "vaca velha" era frequentemente utilizado com o intuito de baixar o preço dado pelo criador, sendo então um fator desqualificante do produto. Outro critério de avaliação determinante do preço é se o bovino estaria mojando ou não, pois caso a suposição fosse positiva, o tamanho e o peso do animal não equivaleriam à quantidade de carne, mas à estrutura física do animal, em fase de gestação.

Observamos então que a avaliação visual, composta por uma intensa negociação entre compradores e vendedores, determina a qualidade e o preço da carne, que é, portanto, flutuante. A negociação tal como ocorre corresponde à heterogeneidade bem como à particularidade dos animais que são abatidos. Não há cotações ou padronização do preço, mas uma negociação individualizada entre os agentes a partir de uma avaliação visual dos animais. Nesses termos, o bom negócio entre vendedores e compradores consiste na disputa, por parte de ambas as partes, pela fixação de um preço que seja rentável para ambos, mas também diz respeito a uma carne com boa qualidade. Não só o menor preço é almejado pelos compradores, mas eles também vão ao matadouro em busca de uma boa mercadoria que poderá ser vendida para o consumidor final por um valor mais alto. Nesse caso, é preciso uma carne de qualidade, com um bom preço, pois os consumidores farão também sua avaliação de qualidade na hora da escolha. Portanto, outra estratégia por parte dos compradores é a de se antecipar na chegada ao matadouro a fim de negociar os melhores bovinos. Como foi possível observar, é importante chegar cedo para ter a possibilidade de negociar os bovinos considerados de boa qualidade. Cabe dizer ainda que há negociações que são privilegiadas, como por exemplo, quando o criador telefona para um determinado vendedor, dizendo que haveria um produto bom para ele.

Como parte das regulamentações sanitárias, existe um médico veterinário, funcionário da prefeitura de Imperatriz, encarregado de fiscalizar os bovinos que serão abatidos, e posteriormente, a carne, liberando ou condenando o produto para a venda. O médico veterinário é de outro município para garantir a isenção da fiscalização. O veterinário chega ao local instantes antes do abate e sua atividade consiste em observar, de cima da cerca, os animais que estão no curral. Através dessa visualização, o veterinário avalia a existência de animais lesionados, com comportamentos que indicariam alguma doença, bem como animais considerados muito magros ou muitos velhos. Se houver animais em condições como essas, o veterinário tem o dever de condená-los, impedindo que sejam destinados para o abate. A mesma avaliação é feita, posteriormente, para atestar a adequação da carne que será vendida aos consumidores finais.

A presença desse profissional pode ser entendida como uma ponte que faz essas duas modalidades de produção da carne se comunicarem. O veterinário representa o universo em torno da produção da carne, pautado pelo discurso médico, pela preocupação com a segurança sanitária dos alimentos e com a racionalização científica dessa rede produtiva. Contudo, tanto a presença física do veterinário no matadouro, bem como sua atividade no local, parecem destoar do ambiente. De fato, a avaliação e a negociação por parte de vendedores e criadores é que revelam para os agentes dessa rede produtiva a qualidade da mercadoria. A participação do médico veterinário não tem muita significância nesse processo. Na maior parte do tempo, ele permanece ausente e distante do lugar onde o gado, vendedores e compradores interagem. E cabe ressaltar que o veterinário chegou após os animais terem sido negociados e terem a avaliação por parte desses atores sobre a qualidade da carne. Mas a matança só pode começar após sua chegada e avaliação dos bovinos.

4. Segurança sanitária como fator de determinação da qualidade da carne

A produção de carne tal como está organizada no frigorífico JBS condiz com o processo institucionalizado e que corresponde a uma de-

manda internacional sobre a segurança sanitária. As operações técnicas com relação à manipulação dos rebanhos para criação e abate não são orientadas somente para garantir o bom sabor e aspecto do produto, mas são orientadas também e em grande parte para garantir a sua seguridade sanitária. A noção de "qualidade" do produto que permeia a produção da carne pode ser definida então tanto pela preocupação com as características do alimento, como sabor, cor, textura, quanto pela ausência de contaminações. Nesse contexto, a "carne fiscalizada" se torna sinônimo de "carne de qualidade".

Nas últimas décadas observamos que doenças como a febre aftosa e o mal da vaca louca, que trazem impactos para a saúde dos rebanhos e consumidores, pautaram uma série de normatizações com relação à produção da carne. Contudo, esses eventos que dizem respeito às contaminações infecciosas dos rebanhos não são recentes. No século XVIII, na Europa, a chamada peste bovina, uma doença viral infecciosa, provocou grande mortalidade nos rebanhos, demonstrando as dificuldades presentes em torno dessa rede produtiva, no que diz respeito à seguridade sanitária. Sobre essa questão, Bourdieu (2004) afirma que "o mercado da carne é atravessado por uma tensão entre saúde pública e os objetivos da regulação econômica" (2004, p. 122). Tendo em vista os considerados perigos dessa rede de produção alimentar, normas de segurança sanitária internacionais são criadas desde o começo do século XVIII, e os animais passam a ser examinados pelos profissionais do abate e pelos inspetores.

Em meio ao processo de criação dos frigoríficos industriais, o Estado se tornou responsável pela inspeção desses estabelecimentos através de um corpo de inspetores que fiscalizam a higiene e as instalações desses estabelecimentos. Esse processo foi acompanhado da entrada e legitimação da medicina veterinária e de suas práticas, que fizeram do frigorífico um lugar considerado decisivo para a segurança sanitária dos alimentos (BONNAUD; COPPALE, 2008). Compondo o quadro técnico dos frigoríficos, os inspetores são responsáveis por examinar os animais quando chegam, o abate e a sua carcaça, em busca de alguma doença ou lesão (BONNAUD; COPPALE, 2011). São esses profissionais que atestam a qualidade do produto, ou seja, se o alimento está apropriado ou não para o consumo humano.

Nos frigoríficos industriais, todos os procedimentos, desde a chegada do animal, até o transporte da carne são realizados conforme inúmeras regulamentações. Nesse caso, como o próprio Milton explica, "tudo é muito minuncioso: o toalete, lugar onde faz a lavagem e limpeza dos subprodutos do boi, há precisão com relação à temperatura para a refrigeração, transporte". No que diz respeito às atribuições do frigorífico, o controle a fim de que seja garantida a qualidade do produto final deve começar com o animal ainda vivo, no curral. O tempo de espera nos currais, como parte das normas para o processamento da carne, importa porque permite visualizar o comportamento dos animais e, a partir daí, obter conclusões sobre seu estado de saúde, como explica Luciana:

> Porque quando você mexe com animal na área de alimentos, tem que ter muito cuidado, mesmo sabendo que é para você comer, porque além de afetar a qualidade, pode afetar algo que pode influenciar no seu organismo. Não pode ser só matar e pronto, tem que ter outros cuidados, como a questão da doença. No abate humanitário, que tem o horário de descanso, que a gente vai observar se o bovino tem algum problema, se está com doença, por exemplo, se está muito tempo deitado tem alguma coisa errada. Então tem que analisar o que esta acontecendo.

As regras sanitárias, mais do que uma demanda dos consumidores ou uma preocupação do frigorífico com a qualidade do produto, caracterizam-se também em medidas fiscalizatórias por parte das agências governamentais. Essas medidas são consideradas legítimas e se impõem como uma forma de organização do mercado a partir de um critério de cientificidade, que possui pretensões generalizantes. Além dos órgãos nacionais, o "Codex Alimentarius", organismo vinculado à Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas pela alimentação e agricultura (FAO), buscam estabelecer critérios a ser seguidos por todos os países produtores, para evitar os perigos específicos da carne. Os procedimentos atuais para abate e processamento desse produto são estabelecidos e implantados sob a égide da ciência, considerada então um campo autorizado a impor sobre outras modalidades de produção da carne os processos que julga adequados.

Contudo, se há por parte do frigorífico uma dupla preocupação com a qualidade do produto e a produtividade, não é possível dizer que essas duas dimensões sejam desconectadas. A inspeção atesta que os cuidados considerados necessários foram tomados, conferindo ao produto a permissão para sua circulação em diferentes territórios e a legalidade da venda. Através do Sistema de Inspeção Federal (SIF), o governo federal confere à mercadoria um selo que garante a sua circulação no mercado interno e externo de forma legalizada. As regras em jogo impõem um tipo específico de comercialização, já que a carne deverá ser exposta aos consumidores embalada e em ambientes refrigerados.

Mas, mesmo portando o selo do SIF, a carne ainda enfrenta outras barreiras sanitárias. A produção do frigorífico JBS, bem como os subprodutos, são vendidos em sua maior parte para outros Estados e cidades do Maranhão, e não para Açailândia, além de serem também exportados para a China; mas, sobre a destino da produção do frigorífico, Milton explicou que existem barreiras sanitárias que impedem a livre circulação dos produtos, relacionadas ao controle da febre aftosa. O governo brasileiro possui o "Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa" que visa controlar e erradicar essa doença no território nacional. Para tanto, esse programa do Governo Federal opera com uma classificação da situação de risco de contaminação dessa doença em todos os estados do país. Através de sorologia feita nos rebanhos de cada estado, existem as seguintes classificações: risco desconhecido, alto risco, médio risco, livre com vacinação e totalmente livre. Como forma de evitar a contaminação dos rebanhos entre os estados que possuem classificação diferente, a carne, bem como os rebanhos, só podem ser exportados para os lugares que estão na mesma categoria de risco.

O Estado do Maranhão é classificado como "médio risco"; nesse sentido, além de sofrer restrições aos estados da região sul e sudeste que são classificados como "livre com vacinação" e "totalmente livre", sofre restrições aos mercados exteriores, pois como Milton explicou, alguns países só compram carnes classificadas como "totalmente livre". O controle em torno da febre aftosa se torna então uma barreira sanitária. Os Estados Unidos e a União Europeia, principalmente, colocam embargos às regiões que não são classificadas como "totalmente livre", de modo

que, em 2012, somente o Estado de Santa Catarina podia exportar carne para esses lugares, de acordo com as explicações do médico veterinário

.

5. A desqualificação carne produzida e consumida do matadouro

Como foi descrito acima, a carne produzida no frigorífico JBS é predominantemente vendida para outros locais. De acordo com a engenheira de alimentos, Luciana, apenas um mercado localizado em Açailândia recebe a carne do frigorífico JBS-Friboi. A carne produzida no matadouro e vendida em supermercados, açougues e no mercado municipal é a que de fato abastece a cidade. Entretanto, o produto que vem do matadouro recebe o título depreciativo de "carne não fiscalizada", ainda que haja um médico veterinário no local, que fiscaliza tanto os animais quanto a carne.

Embora o matadouro não siga as regras conforme é feito nos frigoríficos industriais, o lugar é um espaço reconhecido institucionalmente, o que garantiria a legalidade da carne. Nesse sentido, é importante mencionar que o abate no matadouro municipal se constitui como uma atividade produtiva regulamentada por parte das instâncias governamentais. Ao lado das atividades de abate no frigorífico e no matadouro, existe uma terceira modalidade que são o abate e a produção da carne realizados autonomamente pelos criadores em suas fazendas. Esse produto, que é revendido para os açougues ou vendido em estabelecimentos próprios, é chamado de "carne clandestina" porque não passa por qualquer notificação dos órgãos públicos. No matadouro municipal, pude participar de uma conversa em que um dos vendedores de gado me contava sobre o seu pai que realizava esse tipo de abate, a despeito dos seus apelos para que parasse, em razão da fiscalização e da multa que poderia recair sobre ele. Durante a conversa com Milton, ele também me contou sobre essa prática, atribuindo a definição "abate moitel". Durante a conversa com o médico veterinário, essa foi a primeira vez que ouvi a expressão e, ao questionar do que se tratava, o gerente explicou que nesse abate "o cara vai atrás da moita, mata ali, destrincha e manda para os açougues".

O abate de animais fora dos estabelecimentos regulamentados e aprovados pelo estado é proibido por lei, inclusive para o próprio consumo.

Mas, em diferentes ocasiões , ouvi a menção sobre essa prática durante as conversas e entrevistas realizadas em Açailândia. A Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED) trabalha para coibir essa modalidade de abate. Os fiscais da AGED da sede de Açailândia se preocupam em controlar esse tipo de prática e realizar as ações punitivas cabíveis contra aqueles que a praticam no município. Em conformidade a esse esforço, na sede da agência havia um mural com fotografias das apreensões feitas. Como foi possível observar nas imagens, a carne é transportada nas carrocerias de camionetes, sendo tampada apenas por um plástico preto. A publicação dessas imagens no mural visa constranger moralmente os "infratores", como foi dito pelos fiscais, servindo como uma forma de coibir e prevenir a existência dessa modalidade de abate.

Tanto a carne "não fiscalizada" do matadouro quanto a "carne clandestina" não são consideradas próprias para o consumo ao considerarmos o universo em torno da preocupação com a segurança sanitária dos animais e dos alimentos porque não teriam o rigor técnico e a fiscalização existentes no frigorífico. Considerando a produção do matadouro, esse panorama faz dessa modalidade produtiva uma atividade que não desempenha as regras reconhecidas como fundamentais para a boa produção e qualidade da carne, ainda que seja uma produção legalizada, pois, como foi dito, esse ambiente torna-se um lugar de ausências. Essa perspectiva fica clara a partir da explicação de Luciana sobre o modo como são realizadas as atividades no matadouro:

> Como é abatido o boi? Sem uniforme adequados, short, sem nenhum tipo de boné, sem nada que prenda o cabelo, descalço. O boi não tem nenhuma condição sanitária adequada, sem a questão de cuidados humanitários, nada. O boi do jeito que chega mesmo, seco, sem água, sem nenhum tipo de relaxamento, ele é levado e morto com um machado na cabeça e daqui em diante o único momento que eles lavam é quando retiram as vísceras que caem no chão, é uma situação precária mesmo e você pensa como as pessoas daqui sobrevivem.

Podemos observar que, da perspectiva dos agentes que encarnam os saberes e valores em torno do conhecimento técnico e especializado sobre a produção da carne, o trabalho realizado no matadouro é desqua-

lificado, pois, como afirma Luciana "não tem o conhecimento do que é uma carne saudável, quais os cuidados que devem ter, porquê tem que ser, o que pode ocasionar". A chamada "carne fiscalizada" é pensada pela engenheira de alimentos como uma realidade recente na região, inclusive dentro dos frigoríficos industriais e para os funcionários que atuam nesses ambientes:

> No nordeste, é muito novo. Se você for ao frigorífico, dependendo do profissional que está no controle de qualidade não segue 100%. A gente sabe o que é a inspeção federal e o que que acontece. Eles marcam a auditoria e é obvio que quando eles vão todo mundo tenta fazer a maior arrumação. Então depende muito do profissional que está lá dentro.

A inserção da prática agropecuária de Açailândia no âmbito de uma economia global nos permite observar não só a imposição e dominação do capital nas relações estabelecidas entre os agentes, mas a imposição de um discurso técnico relacionados à eficiência produtiva da carne e à sua segurança sanitária. A consideração sobre as formas de produção agropecuária baseada nas estratégias familiares dos pequenos produtores, como vimos, contrastam com as finalidades e o tipo de racionalidade industrial.

Todavia, em comparação com esses critérios e normatizações, a forma como a carne é produzida no matadouro municipal é avaliada por vendedores e consumidores de uma maneira distinta, com relação às normas vigentes que classificam o que seria uma "carne de qualidade". Além disso, o modo como o produto é exposto para o comprador final também seguem critérios diferentes dos padrões em torno da produção da carne no frigorífico. A carne é levada do matadouro e disposta para a venda sem embalagem e sem refrigeração. Não por falha técnica ou desconhecimento científico, mas porque a "carne fresca", não congelada, diz respeito a um aspecto que corresponde à demanda dos compradores.

O critério de escolha por parte dos consumidores finais é feito a partir de uma avaliação sensorial. Conforme pude observar a partir de conversas com compradores de carne "não fiscalizada", o fato de ser oferecida nos ambientes sem refrigeração permite de fato a avaliação sobre sua qualidade porque é "fresca", "está quente", "pode sentir o

cheiro", "pode tocar". O produto embalado e congelado não permitiria que fosse identificado a textura, o cheiro e a cor do produto. O modo como a chamada carne fiscalizada é exposta nos locais de venda impossibilita essas avaliações e priva os consumidores de exercerem seus critérios de escolhas no momento da compra. E, além disso, na perspectiva dos consumidores, é uma carne menos saborosa, que não possui gosto em razão do congelamento. Conforme conversas com os moradores da cidade, essas noções foram descritas para explicar suas preferências e gostos, e como avaliam a qualidade da carne.

A engenheira de alimentos analisa esse panorama, explicando inicialmente que a opção por essa carne seria em razão do preço, que é menor do que a carne vendida no supermercado. Nos primeiros dias em que estive em Açailândia, essa hipótese também me pareceu ser explicativa do que garantiria o consumo da carne do matadouro. No entanto, a partir das conversas com os moradores e de acordo com Luciana, essa escolha pôde ser compreendida como um desejo dos consumidores. Para corroborar essa hipótese, Luciana mencionou a estratégia de venda de um supermercado que dispôs carne sem congelamento e sem embalagem para a venda em uma bancada similar ao do mercado municipal, como forma de atrair comercialmente os consumidores do município. Essa ação econômica foi entendida como uma estratégia do supermercado para a atender às preferências dos consumidores, que, de acordo com Luciana, é constituída através de aspectos culturais:

> O interior tem uma cultura que meu Deus do céu, é difícil tirar isso da cabeça das pessoas. É cultura comprar, de não querer saber. É quem nem o leite, tem gente que acha que o leite vendido in natura é mais saudável, é mais gordo, que o outro é aguado, que colocam água. É cultura do interior. É capaz deles falarem que a carne que vem do mercado municipal é melhor que a do frigorífico ou do supermercado porque dá para escolher melhor, tem que pegar, não dá para comprar sem pegar, porque no supermercado já está tudo cortadinho, embaladinho numa bandejinha.

A rede produtiva na qual o matadouro municipal está inserido se torna ainda atrativa em termos econômicos, pois os pequenos produtores só podem ter acesso para a obtenção de renda através da venda

da carne por meio desse estabelecimento. Como foi dito, enquanto no frigorífico industrial é primordialmente aceito "carrada", ou seja, lotes de produtores com cerca de 20 animais, e animais com um padrão específico de idade e peso, o matadouro abrange os produtores, independentemente da quantidade ou qualidade do bovino que possuem. O gado levado para o abate no matadouro não atende aos critérios estabelecidos pelo frigorífico JBS-Friboi, e, sendo impedidos por lei de abatê-los autonomamente, essa estratégia econômica seria inviabilizada para os pequenos produtores caso não houvesse o matadouro municipal. Portanto, seja em termos de qualidade presumida dos bovinos, seja em termos de quantidade, os produtores que levam o gado para o matadouro não seriam capazes de participar dessa atividade produtiva sem o seu funcionamento. E, para além da viabilidade de acesso a essa atividade econômica, os pequenos produtores observam outras vantagens, como um melhor preço do quilo da carne em comparação com a cotação em que essa mercadoria é negociada no frigorífico e o fato de que os subprodutos também são remunerados. Por exemplo, no frigorífico, o produtor ganha somente com o peso da carcaça, enquanto que, no matadouro, o valor econômico de produtos como o couro são repassados para os produtores.

As questões em torno segurança sanitária da carne é incorporada pelos consumidores, que dão respostas a essa tensão em torno da preocupação com a saúde pública. De acordo com as conversas obtidas, os moradores afirmam, por exemplo, que "na panela, com óleo quente, se tiver alguma bactéria, elas morrem". Tal lógica de avaliação sobre a segurança sanitária da carne contrasta com a avaliação científica sobre esse assunto. Entretanto, há um processo de criticidade sobre as práticas do matadouro, considerando que a "ciência já demonstrou que há modos adequados para a produção da carne". Observamos a existência de um saber perito e de profissionais que desempenham suas atividades e fazem suas escolhas a partir desse saber. Para justificar que só compra "carne inspecionada", Milton utiliza como base sua formação profissional: "eu, particularmente, primeiro por ser veterinário, por saber dos problemas, das patologias, só como carne se for sifada, tem que ter um carimbo do sif, e geralmente é carne de supermercado, carne de açougue já é mais complicada".

6. Considerações finais

A despeito dessas noções que norteiam as estratégias de produção e consumo por parte dos produtores e consumidores, a carne do matadouro é considerada um produto manipulado por pessoas leigas, já que não teriam conhecimento especializado das condições e dos procedimentos considerados corretos para a produção de uma "carne de qualidade". Embora essas duas modalidades de mercado não tenham competição entre si, uma vez que os criadores de gado, a empresa responsável pelo abate, os revendedores e os consumidores finais são constituídos por atores distintos, há um processo que tende a suprimir a "carne não inspecionada", devido à consideração de que é uma carne sem qualidade. Produtores, comerciantes e consumidores envolvidos com a carne do matadouro não são questionados apenas pelos funcionários e pesquisadores que compartilham do conhecimento técnico empregado no frigorífico industrial. Mas seus critérios são questionados conforme parâmetros do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), fazendo do matadouro alvo de denúncias levadas ao Ministério Público e de interdições.

No mês de Dezembro de 2014, o matadouro foi interditado, trazendo uma situação de conflito em Açailândia. Conforme matéria jornalística veiculada no dia 19 de Dezembro3, foi realizada uma manifestação por parte de trabalhadores e moradores do município que fecharam com pneus queimados a BR010km para protestarem contra a interdição do matadouro. Para além das denúncias de que o matadouro é "um atentando contra a saúde pública", sua interdição desestabiliza uma rede produtiva que envolve diferentes agentes econômicos e abastece as feiras, açougues e supermercados da cidade. Como discutimos, esses estabelecimentos recebem exclusivamente a carne do matadouro e, diante do seu fechamento, jornais locais noticiaram, por exemplo, que Açailândia ficaria sem carne para o Natal.

Observamos, então, que a ação pública contra o matadouro repousa sobre a hegemonia de um discurso cientificista sobre saúde que traz

3. Acessado em: http://www.gilbertofreire.com.br/2014/12/justica-manda-interditar-matadouro.html

impactos em diversas áreas da vida social. De acordo com Maria Clélia Lustosa Costa, "o saber médico não elabora uma teoria sobre a vida urbana, mas fornece elementos para que se possa pensar o modo de organização ideal das cidades" (2002, p. 61). Parte das denúncias feitas pelo Ministério Público, no caso de Açailândia, consistiu em afirmar que o matadouro fica em uma área residencial. Como discutimos, a industrialização do abate diz respeito a uma série de reordenamentos acerca do modo como os animais são manipulados, e o primeiro desses reordenamentos resultou na construção de um espaço centralizador das atividades para a produção da carne. Os animais, antes abatidos nas ruas, em meio às casas e pessoas, passaram a ser abatidos em um espaço delimitado e destinado para esse fim. Como afirma Catherine Remy (2005), no começo do século XIX, foram criados os frigoríficos como espaços fechados e sob vigilância. A partir de então, tornou-se obrigatório que os animais fossem abatidos nesses estabelecimentos municipais, construídos longe dos centros urbanos.

Tais discursos e justificativas são, portanto, normatizadoras e estabelecem "códigos de posturas que vão disciplinar o modo de vida da população, organizar o espaço urbano e normatizar as edificações" (COSTA, 2002, p. 67). A interdição do matadouro, mais do que uma norma higiênica que visa garantir o bem-estar dos cidadãos produz impactos sobre os critérios e preferências de produtores e consumidores, que levam em consideração outros fatores que não a seguridade sanitária da carne, mas, por exemplo, a possibilidade de comprar um produto que não é congelado, de poder escolhê-lo através de uma avaliação pelo cheiro ou pela textura. E, além disso, a paralisação das atividades no matadouro impede a realização de uma rede produtiva, que envolve produtores, vendedores e consumidores, que são portadores de uma representação sobre a carne que contrasta com a classificação dominante e institucionalizada e possuem condições socioeconômicas desiguais que inviabilizam o acesso aos critérios e padrões do frigorífico industrial.

Referências

BARBOSA, Zulene Muniz. **O Global e o Regional: A Experiência do Maranhão.** In: **I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro, 2012.

BONNAUD, Laure; COPPALE. **Qui contrôle ce que nous mangeons? La sécurité sanitaire des aliments**. Paris : Ellipses, La France de demain, 2008.

BOURDIEU, Jérôme. "Crise sanitaire et stabilisation du marché de la viande en France, XVIIIe-XXe siècles" In: **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, n. 51-3, p. 121-156, 2004.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Crítica Social e Responsabilização Empresarial. Análise das Estratégias para a Legitimação da Produção Siderúrgica na Amazônia Oriental. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 323-336, mai./ago. 2008.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; RAMALHO, José Ricardo. Ação Sindical, Contestação Política e Siderurgia na Amazônia Brasileira. In: **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n.1, p. 7- 28, jun. 2013.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A Cidade e o Pensamento Médico: Uma Leitura do Espaço Urbano. In: **XIII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa, 2002.

OLIVEIRA, Vivian Ribeiro; MALTA, Maria Claudia Mancuelho. FILHO, Dario de Oliveira Lima. Conceito de Alimento Natural e Alimento Industrializado: Uma abordagem comportamental. In: **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Paraná, 2007.

PORCHER, Jocelyne. **Eleveurs et animaux: réinventer le lien**. Presses Universitaires de France, 2002.

RÉMY, Catherine. Une Denrée Trouble: **La Viande Dans L'Abattoir**. Jeux Interactionnels autour d'un "objet" instable. In: **Terrains & Travaux**, n.9, p. 192-210, 2005.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos Santos. Estado Nacional e Desenvolvimento Econômico na Amazônia Oriental: Modelos de Ação Estatal e Representações da Modernização Induzida nos Últimos 40 Anos. In: FERRETTI, Sergio Figueiredo e RAMALHO, José Ricado (Org.). **Amazônia, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Diversidade Sociocultural**. EDUFMA, São Luiz, 2009.

STASSART, Pierre. Construction d'un marché alternatif de viande bovine fermière. In: **Économie rurale**, p. 286-287, 2005.

VIALLES, Noelie. **Le sang et la chair**. Ed. De la Maison des sciences de l´homme. Paris: 1987.

CAPÍTULO 15

TERRITÓRIO-REDE DE AGROECOLOGIA: CIÊNCIA(S) E SABERES LOCAIS NA AMBIENTALIZAÇÃO DE LUTAS NA ZONA OESTE E REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Annelise Caetano Fraga Fernandez
Silvia Regina Nunes Baptista

Introdução

A perspectiva agroecológica tem posto em xeque a fragmentação de políticas que incidem sobre territórios, a partir de uma abordagem sistêmica dos processos que vão da produção à mesa, relaciona conhecimento científico e saberes locais e questiona as consequências sociais e ambientais do modelo de desenvolvimento vigente e suas externalidades. O presente artigo descreve o processo de articulação em rede de movimentos e organizações em torno da temática agroecológica na zona oeste e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. São grupos que, embora mobilizados em temáticas e agendas específicas ao longo de sua trajetória, têm produzido uma convergência de lutas em defesa do território, de acesso a mercados, a políticas públicas e de reclassificação desses espaços da cidade, subvertendo representações, usos dominantes e relações de poder que permitem ou não acessá-los, a partir de valores da agroecologia. O conceito de território (RAFFESTIN, 1983) e território -rede (HAESBAERT, 2004) nos oferece um referencial capaz de dar conta das multiterritorialidades que resultam da conjugação, em diferentes

escalas, dessas lutas sociais. Pretende-se delinear a configuração de um território-rede de agroecologia que articula zona oeste e munícipios da Região Metropolitana, na luta por fazer ver a existência da agricultura nessas áreas e os diversos atores vinculados a esta atividade. Pretende-se descrever os aspectos que tornaram possível a convergência de valores, repertórios e metodologias de ação, assim como as conquistas recentes deste processo. De igual maneira, pretende-se apresentar os conflitos, dimensões de poder e desafios da articulação de movimentos em rede.

1. Região, território e processos globais

A zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e os demais municípios da sua Região Metropolitana[1] eram, no passado, classificados como zonas rurais e com usos agrícolas destinados a abastecer a capital. A história de ocupação desta região registra, desde a década de 1930 até os dias atuais, uma luta de classificações sobre suas características rurais e ou urbanas e que, portanto, permitem definir os usos sociais ali estabelecidos.

Pode-se citar como marco dessas disputas o saneamento e obras de dragagem nas Baixadas de Jacarepaguá e Fluminense[2] na década de 1930, que, inicialmente orientadas ao desenvolvimento de um cinturão agrícola para a capital, criou, ao contrário do que se previa, áreas de fronteira abertas à ocupação urbana e ao capital imobiliário. Data da

1. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta pela capital e pelos municípios de Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Paracambi, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaguaí e Seropédica, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Niterói e São Gonçalo, Tanguá, Itaboraí e Maricá. Embora a zona oeste faça parte da Região Metropolitana, a apresentação destacada desta área da cidade busca evidenciar a construção de vínculos com os demais municípios da região.

2. A primeira localiza-se na zona oeste e a segunda abarca treze municípios da Região Metropolitana. Embora ambas digam respeito a uma definição geomorfológica de áreas limítrofes ao mar (ROCHA, 2013, p. 5), a Baixada Fluminense incorpora um conjunto de sentidos que se estendem ou se confundem com aqueles atribuídos à Região Metropolitana. Segundo Rocha (2013, p. 5), as representações associadas à Baixada Fluminense produzem uma verdadeira geopolítica de inclusão-exclusão.

década de 40 a existência de ligas camponesas nessas áreas procurando resistir ao processo de expropriação realizado por grileiros, posseiros e proprietários. Na década de 60, refletindo esses processos e a inter-relação entre as transformações econômicas e as ações políticas, na qual muitas vezes o Estado atua como ator estratégico, há um novo zoneamento da cidade e a antiga zona rural passa a ser nomeada como zona oeste e são inaugurados novos usos urbanos e industriais para esta área.

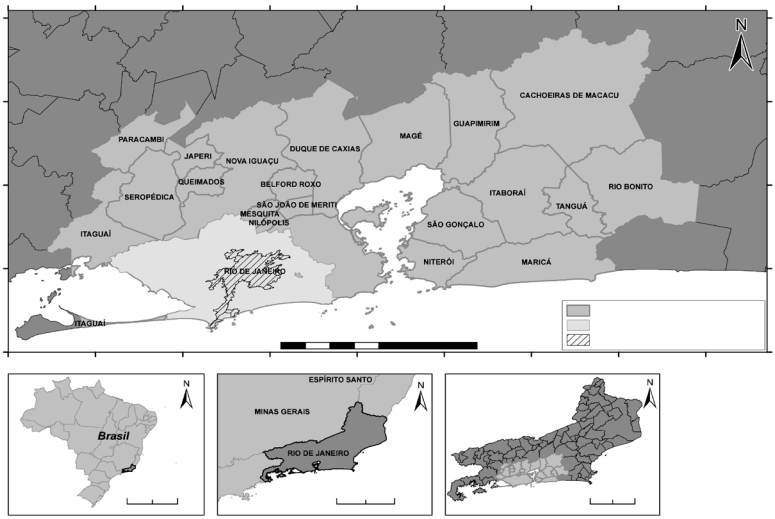
A Região Metropolitana, por sua vez, em grande parte composta por municípios que são classificados como pertencentes à Baixada Fluminense, incorpora também representações vinculadas a este território que, segundo Rocha (2013, p. 5), versam sobre: miséria e violência e incorporação à malha urbana na condição de periferia, combinadas com representações sobre a falta de infraestrutura urbana. Ainda, de acordo com Rocha (2013, p. 11), esta visão, no entanto, necessita ser refutada por parte dos grupos econômicos, na tentativa de expressar os dinamismos econômicos oriundos da exploração do território em duas vias: especulação no uso do solo e legitimidade na redefinição de espaços de produção industrial.

Deste modo, as representações dominantes sobre os usos urbanos e industriais têm resultado na consolidação de ações governamentais e empresariais orientadas à construção de grandes projetos de desenvolvimento, megaeventos e empreendimentos imobiliários, com elevados custos ambientais e sociais, que implicam em diferentes modalidades de desterritorialização de populações nativas, de descampesinamento, dados pela impossibilidade de reprodução das condições de subsistência, de valorização do solo urbano, de não reconhecimento de direitos territoriais e de moradia, etc.

Considerando, portanto, o conceito de região em seu papel político -administrativo (*regere*), e que atende a questões da ordem das práticas de diferenciação do espaço, importa destacar que as características que em geral são vinculadas às regiões - relacionadas a sua geografia, atividade econômica principal, clima, tipo de ocupação, etc, e que ganham um caráter objetivo - são em geral fruto de um processo de disputas pelo poder de fazer ver e crer (BOURDIEU, 2006) de grupos por legitimar e afirmar usos dominantes e que tendem a invisibilizar outras atividades e os atores que a exercem.

Neste contexto regional, desenvolveram-se por décadas movimentos de resistência às contradições e formas de expropriação geradas por este modelo de desenvolvimento e pela ocupação urbana, tais como: movimentos de luta pela terra e ou da agricultura, pela moradia, pela saúde entre outros, evidenciando suas formas específicas de apropriação material e simbólica com seus espaços de vida ou territórios e que desejam imprimir suas identidades e reivindicações em escalas políticas mais amplas.

Figura 1 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro



O mapa situa a Região Metropolitana e municipal do Rio de Janeiro e apresenta o Parque Estadual da Pedra Branca (território sobre o qual falaremos na próxima seção). Elaborado por Joana Stingel Fraga.

Concordamos com Haesbaert (2010, 157, p. 178) sobre a necessidade de articular os conceitos de espaço, região e território de modo relacional e em uma constelação de conceitos. Em outras palavras, a produção desses conceitos foi forjada em debates específicos, em realidades históricas, teórico-conceituais que devem ser consideradas, além de vestirem de modo adequado a problemática que se pretende abordar.

Ambos os conceitos expressam processos de di-visão social (BOURDIEU, 2006); são relacionais, têm características performáticas e marcadoras de diferenças, a partir de identidades, sistemas produtivos, carac-

terísticas fisicomorfológicas, etc, e que articulam no espaço a parte em um todo. Além disso, deve-se observar que ambos os conceitos podem ser utilizados como categorias de análise ou da prática, podem ser portadores de definições substantivas ou metodológicas.

Tanto o conceito de região quanto o de território são marcados pela ideia de fronteiras (*fines*) ou pelo ato de traçar fronteiras (*regere fines*), que determina uma ruptura decisória sobre a continuidade natural, estabelecendo sobre ela as visões e divisões do mundo social: através de representações sociais e sistemas classificatórios separa-se o interior do exterior, definem-se usos e grupos sociais que podem ou não se apropriar deste espaço (BOURDIEU, 2006, p. 107).

A trajetória desses conceitos demonstra que podemos analisar os territórios, inseridos em uma região, ou regiões como partes de um território e ambos articulados de forma distinta com o conceito de espaço. Giuliani (1998, p. 66) assim define sua opção pelo estudo da região como sinônimo de local, analisa sua relação com outras regiões e destas com a unidade maior da qual fazem parte (nação e processos globais):

> Isto nos obriga a refletir sobre velhas e novas questões que dizem respeito às relações entre o sistema e suas partes, entre as regiões e a 'nação', entre o local e o global, entre a identidade cultural e a homogeneização. Pedimos ao leitor paciência e compreensão a respeito da maneira sociológico -ilustrativa como utilizamos a história do uso indiferenciado dos conceitos regional e local, e também da forma com que associamos os conceitos de região, estado (do Rio), nação (Brasil), sociedade mais ampla ao de partes, sistema e todo.

Na atualidade, podemos destacar a ênfase crescente na utilização do conceito de território para o estudo das dimensões locais e do lugar, destacando os laços econômicos, políticos e simbólicos que vinculam grupos sociais a um espaço determinado. Em grande medida, as escolhas analíticas caminham em correspondência com as transformações impostas por mobilizações sociais e seus efeitos sobre as políticas.

Becker (2010, p.17), sinalizando a reflexividade entre a produção científica e as políticas de regionalização e de ordenamento territorial, defende o conceito de territorialidade e gestão do território como escala geográfica adequada para a formulação de políticas públicas. A auto-

ra questiona o planejamento governamental com base no conceito de macrorregião e propõe estudos que aprofundem o conhecimento sobre o processo de transformação territorial contemporâneo na Amazônia.

Podemos dizer, portanto, que o dinamismo recente do conceito de território tem acompanhado ou exercido influência sobrea difusão de políticas de desenvolvimento territorial ou parte da constatação de alguns autores de que território tem se tornado a referência mais adequada à ação pública; "a gestão de problemas públicos, estes ao mesmo tempo resultantes dos efeitos da globalização e das exigências ambientais" (TEISSERENC; TEISSERENC, 2013, p. 97).

Especificamente na Amazônia, a escala regional, como delimitação de atuação político-administrativa do Estado, além de ter sido historicamente marcada por uma lógica centralizadora e socialmente excludente, mostrou-se insuficiente para dar conta da diversidade de modos de vida e apropriação da terra e dos recursos naturais.

> No Brasil, especialmente na Amazônia, a evocação do conceito de território, seja como instrumento de políticas públicas, acionado por planejadores e legisladores, seja como objeto de reivindicação de direitos por parte de povos e grupos sociais, tem sido tão frequente que a região se tornou um complexo mosaico de muitos territórios regidos por diferentes estatutos, muitas vezes em disputa ou mesmo sobrepostos. (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010, p. 59).

Teisserenc & Teisserenc (2014, p. 105) acrescentam a este debate a importante constatação de que a ambientalização dos conflitos locais caminha junto com a reivindicação do território por parte de populações nativas, uma vez que este é o espaço que permite aos saberes locais mostrarem sua pertinência e possibilidade de um modo de produção alternativo.

Queremos chamar atenção que, no caso dos movimentos de agroecologia, a mobilização territorial tem sido importante estratégia de ressignificação e redelimitação de regiões. Este fenômeno fica particularmente claro nas formas de nomeação dos territórios de agroecologia no Encontro Nacional de Agroecologia, como veremos a seguir. Neste evento, os territórios foram apresentados como regiões. Suas formas de nomeação podem coincidir com as nomeações oficiais das regiões, mas os critérios para suas definições di-

zem respeito a princípios identitários construídos pelos movimentos sociais de base territorial. São, neste sentido, dinâmicos e performáticos.

Com base nessas justificativas, adotamos o território como unidade analítica. Consideramos que as organizações populares envolvidas em agroecologia produzem um território. Realizam uma produção sobre o espaço e têm uma dimensão física na forma de cultivo de alimentos tanto em pequenas proporções como em uma escala comercial. Ao mesmo tempo, é feita de valores que vinculam esses atores em rede, como agricultores, consumidores organizados, instituições, trabalhadores de políticas públicas. É, portanto, um amplo leque de ações e serviços que podem convergir com o pensamento crítico da população organizada. Em cada um dos pontos dessa rede ou desses nichos de poder, há cidadãos tentando fazer valer seu direito à participação. Esses cidadãos se conectam a outros movimentos sociais em uma ampla rede de resistência política e cultural.

Fazemos uso de Raffestin (1983) como autor referencial que possibilita estudar o território como espaço de apropriação humana, de relações de poder (situacionais e comunicacionais) articulado a outras escalas, mas também como espaço de pertencimento. Para este autor (1993, p.2), "o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder." Essas relações de poder se manifestam nas estruturas concretas, tais como rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais, e também nas representações sobre o espaço que, por si só, são uma forma de apropriação, à medida que revelam um projeto, uma empresa, um território desejado e que contribuem para produzir aquilo que foi descrito ou designado (BOURDIEU, 2006, p. 112).

Os territórios se constroem permanentemente por meio de malhas, tessituras e nós e por meio de fronteiras, limites, pertencimentos. Por isso, são, ao mesmo tempo, formados por fluxos e fixidez. A ideia, portanto, de territórios-rede que se constituem a partir de múltiplas escalas e que estão conectados a diferentes áreas, a fluxos globais e estruturas políticas e de poder é uma perspectiva que permite entender os territórios de forma mais integrada e elaborada, porque rompe com a dicotomia entre território (como pertencimento, enraizamento) e rede (como desterritorialização apenas).

Se, por um lado, as redes fazem parte da condição de qualquer território, de acordo com Haesbaert (2004), estamos vivendo um momento de intensificação desses fluxos, dados pelo desenvolvimento de sistemas informacionais e de transporte. Como ele define: "antes vivíamos sob o domínio dos territórios-zona que mais dificilmente admitiam sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos territórios-rede, espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si" (2004, p.79).

A contemporaneidade desses processos é bastante destacada por estudos de redes de produção global[3] que enfatizam os efeitos de desterritorialização e desenraizamento de grupos que sofrem efeitos das relações de produção capitalistas ou, como define Escobar (2005), de esvaziamento do lugar. Por outro lado, a produção sobre movimentos sociais também tem destacado a capacidade de contestação de grupos locais em defesa de seus territórios e de articulação em rede, produzindo visibilidade e formas de dessingularização de suas lutas e reivindicações. Na perspectiva de Scherer-Warren (2006, p.109), trata-se de uma nova configuração da sociedade civil organizada, marcada pela diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos.

O termo cunhado por Teisserenc e Teisserenc (2014, p. 98) - território em recomposição – parece-nos apropriado para estudar o que aqui definimos como território-rede de agroecologia, pela ênfase dada ao seu caráter dinâmico e pelo fato de que estes não correspondem aos territórios formais e oficiais, mas cuja definição de limites é objeto que acompanha sua própria constituição.

De acordo com Castells (apud ANDRADE, 2005, p.151), a chegada da era informacional gerou condições propícias para a ampliação da sociabilidade e surgimento de novas formas de participação no século XXI; ao mesmo tempo, o desenvolvimento de tecnologias, objetos e processos inovativos, ou nós e tessituras, das quais fala Raffestin (1983), implicou em maior complexidade e multissetorialidade e da interação entre as dimensões técnico-científicas e sociais.

Neste sentido, a articulação em rede dos movimentos torna-se uma necessidade crescente à medida que as desigualdades a que

3. Para uma leitura crítica sobre as relações entre redes de produção global e territórios, ver Santos (2011).

diversos grupos sociais são submetidos implicam intervenções em questões complexas e multissetoriais, nos quais diferentes responsáveis pela execução de partes importantes de políticas públicas têm visões e meios materiais diferenciados para implantar sua parte na resolução dessas demandas. Neste artigo, portanto, queremos enfatizar a dimensão do poder discursivo como aspecto relevante da mobilização em rede.

Os atores individuais ou coletivos criam vínculos entre si para produzir este território e estabelecem malhas ou tessituras de redes sustentadas por "um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e comportamentos que supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos" (RAFFESTIN, 1983, p. 2). Por intermédio desses sistemas, ocorre a comunicação entre os atores na produção de seu território-rede.

2. A configuração do território-rede de agroecologia: da zona oeste aos demais municípios da Região Metropolitana

Em um espaço pré-existente, podem coexistir tantos territórios quantas análises e intenções houver por parte de atores, programas e institucionalidades. A visão do território pode ser analisada a partir de um ponto como expressão do ego do ator que o delimita, seja individual ou coletivo. A observação do espaço em busca desse território implica acesso a um conjunto de signos, trajetos, ideologias e projetos (BAPTISTA, 2014, p. 58).

As autoras descrevem esta rede a partir de sua atuação no território com o Projeto Profito que se iniciou em 2006. Vinculado ao Laboratório de Biodiversidade de Farmanguinhos/Fiocruz, o projeto tinha como objetivo estimular a formação de modelos socioprodutivos de plantas medicinais com os agricultores que habitam o entorno do Campus Fiocruz da Mata Atlântica[4].

Neste mesmo ano, foi lançada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (2006) e que deixava claro o seu perfil inter-setorial, a partir de suas diretrizes transversais. Para citar algumas delas: a) Regulamentar o cultivo, o manejo sustentável, a produção, a distribuição, e o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, considerando as experiências da sociedade civil

4. Situado na zona oeste da cidade e no entorno do PEPB.

nas suas diferentes formas de organização; b) Promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos; c) Promover a formação técnico-científica e capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos.

A compreensão articulada da temática de plantas medicinais e sua inter-setorialidade por parte da equipe do Laboratório foi combinada à preocupação sobre as contradições a que esses agricultores estavam submetidos: a grande maioria deles habitava o território do Parque Estadual da Pedra Branca (doravante PEPB) e sofriam impedimentos para o desenvolvimento de suas práticas agrícolas e ameaças de remoção devido às legislações ambientais. Igualmente, tinham dificuldades para a reprodução da atividade agrícola e inserção no mercado, além dos impactos da urbanização enfrentados na zona oeste.

A matriz do socioambientalismo e as questões que este tema apresenta sobre o da permanência humana em unidades de conservação (UCs) e sobre o uso sustentável dos recursos naturais orientaram a estruturação do projeto e suas justificativas. De forma interdependente, reflexões sobre participação e mobilização política deste grupo, aliadas ao estudo sobre campesinato e agricultura familiar foram amadurecidas, à medida que avançava a elaboração de um diagnóstico socioeconômico realizado no período de 2007 a 2009.

Entre vários temas abordados, os resultados do diagnóstico apontaram para um processo de ambientalização de valores por parte dos produtores, ressignificando suas práticas agrícolas[5] e suas relações de pertencimento ao território transformado em um parque. Ao serem perguntados se tinham alguma preocupação com a natureza quando cultivavam, uma série de respostas indicaram a modificação de comportamentos: "não uso agrotóxicos", "não faço queimadas", "não poluo", etc. Algumas respostas também expressavam princípios da agrobiodiversidade, ao afirmarem: "a agricultura trata da natureza" ou "a agricultura é natureza", valorizando portanto o manejo agrícola para a manutenção, adaptação e variedade de espécies da fauna e da flora. As respostas revelaram tam-

5. Uma ação importante que marcou o processo de ambientalização de valores foi o Projeto de conversão orgânica de vinte e dois produtores do Rio da Prata e que resultou na criação de uma nova associação de agricultores, a AGROPRATA, em 2003.

bém uma compreensão articulada sobre o conflito de interesses entre a atividade agrícola e o meio ambiente e a possibilidade de conciliação entre ambos. É o que fica evidente nas respostas: "a legislação ambiental dificulta a agricultura" e "só é possível plantar onde não tem árvore, já que a plantação é dentro de um parque", justificaram os entrevistados. Esta última resposta é particularmente interessante, porque retrata um momento específico de interpretação das práticas consideradas ambientalmente corretas, sobretudo em uma unidade de conservação. É possível que, se este questionário fosse aplicado na atualidade, a demarcação territorial clara entre mata e cultivo não fosse mais tão destacada, já que o Projeto Profito, por exemplo, tem trabalhado o conceito de sistemas agroflorestais e a ONG AS-PTA[6] desenvolve com alguns produtores do maciço o Projeto *Árvores na Agricultura*.

O desenvolvimento do Projeto Profito dependia do aceite formal do Instituto Estadual do Ambiente (INEA – órgão ambiental responsável pela administração do PEPB) por meio de mecanismos que oferecessem segurança jurídica para ambas as instituições. Apesar da manifestação positiva dos dirigentes do INEA, o termo de cooperação técnica (elaborado e revisado) não foi assinado por este órgão, gerando expectativas entre os produtores e técnicos por mais de sete anos. O silêncio da instituição ambiental, por si só, expressa o seu posicionamento de não reconhecimento de direitos dos agricultores – dado pela sua anterioridade no território que, posteriormente, foi nomeado como PEPB – e, também, oculta seu papel na conservação da natureza e dos limites do Parque.

Esta indefinição alimentada pela esperança de conquista da assinatura do documento resultou no atraso de várias ações[7] e de descompasso entre algumas atividades práticas e de conhecimento e, no fato de que Farmanguinhos, materializado pela identidade do projeto Profito, tornou-se um interlocutor privilegiado entre os agricultores e a administração do Parque e dos dirigentes do INEA.

Além do impedimento jurídico-institucional em face do órgão ambiental, constatou-se que todos os produtos e novidades gerados pelo

6. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

7. Em especial, a instalação de sistemas agroflorestais nas propriedades dos agricultores que estivessem no território do PEPB.

Profito em conjunto com os agricultores: mudas e seus viveiros residenciais, os sistemas agroflorestais medicinais, as plantas *in natura*, as plantas secas e rasuradas na forma de sachês, a cúrcuma, o sabonete líquido e os sabonetes artesanais em barra esbarravam em legislações restritivas (BAPTISTA, 2014), a começar pela própria permanência dos agricultores em uma unidade de conservação, cujo tema consta no SNUC[8] (2000) e Lei Estadual de Populações Nativas (1995).

Diante de tantas barreiras, revelava-se de forma clara a dimensão do conflito e imposição de relações de poder em face das quais lutam os movimentos sociais. Essa dimensão relaciona-se ao embate sociotécnico que confirma a desigualdade socioeconômica e de recursos de atores e grupos sociais de fazer valer direitos, a partir de sua capacidade de classificar a realidade e intervir sobre o mundo.

Na priorização das demandas apresentadas pelos produtores, foram apontadas necessidades relacionadas à conquista de direitos: "como ser reconhecido como agricultor pelo governo?" Já o tema das plantas medicinais articulava-se a questões de mercado: produção, construção do conhecimento e organização associativa.

A complexidade de questões políticas e econômicas trazidas pelos produtores estimulou a equipe do Projeto a trabalhar de modo articulado a outros coletivos e a incentivar a participação dos produtores em fóruns, conselhos e redes.

O Profito mapeou organizações e instituições com atuação neste território[9] e promoveu a construção de laços de sociabilidade e mobilização política, por meio de visitas às duas associações de agricultores[10], da realização de seminários e do estímulo à criação de uma nova associação de agricultores na localidade de Vargem Grande[11], assim como estimulou a representação dessas associações no Conselho Consultivo do PEPB que foi organizado em 2009.

---

8. Lei 9.985, de 18 jul. 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

9. Em seminário de apresentação das propostas do Profito, além dos agricultores, as seguintes organizações estiveram presentes: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, IEF, ONG AS-PTA, ONG Naup/Enda Brasil, Instituto *Kinder*, Sindicato Rural

10 Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (ALCRI) e Associação de Produtores Orgânicos do Rio da Prata (AGROPRATA).

11. Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM).

Baptista (2014, p. 18), em balanço sobre o Projeto, avalia que a proposta de comunicação em rede pensada a partir de 2009 rendeu amplos resultados para os agricultores da Pedra Branca:

> Eles aumentaram sua participação no Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Banca; alcançaram representação nas Conferências locais, municipais, estadual e nacional de segurança alimentar; conquistaram assento no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-Rio). Esse conselho é fundamental para acesso da agricultura da cidade do Rio de Janeiro a determinados direitos. Atualmente é presidido por um agricultor que iniciou sua participação política no Profito.

O ano de 2010 marcou a aproximação do Profito e os agricultores do Maciço da Pedra Branca com a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), que, neste período, estava se constituindo como tal. Após alguns contatos e participação conjunta em alguns eventos, houve uma crescente aproximação pela afinidade de valores, metodologias para a participação e agenda de lutas. Em novembro deste ano (2010), realizase uma reunião da Rede pela primeira vez no bairro de Vargem Grande, na sede da Associação de Moradores de mesmo nome, contando com a participação de membros do Profito e agricultores de Vargem Grande e do Rio da Prata. Realizada em dois dias, seus participantes contaram com a hospedagem de agricultores locais. De acordo com Prado (2012, p.12), estiveram reunidas cerca de quarenta pessoas, entre representantes de organizações não governamentais, órgãos de assistência, secretarias municipais, universidades, associações de agricultores, grupos organizados a partir de igrejas, das pastorais, todos vindos de diversas localidades da cidade[12], mas predominantemente da zona oeste e norte da cidade e, segundo o autor,

12. Os seguintes grupos se identificaram na reunião: o grupo A Paz e o Bem Maria Luiza Torres; um grupo do Pró-Jovem Adolescente do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cecília Meireles, de Campo Grande; a Pastoral da Criança, com grupos organizados na Praia da Brisa, no Jardim Guaratiba, em Campo Grande e Santa Cruz; a Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste e as ONGs ASPTA e PACS. Também estava presente a ONG Verdejar, com atuação Na Serra da Misericórdia (nota localização), o grupo Casa Saúde pela Natureza representando a Rede Fitovida, a Rede Ecológica e o Profito (PRADO, 2012, p. 12).

> Nas falas ali registradas pareciam aflorar: a preocupação com a alimentação e a saúde quando apresentavam suas experiências de hortas caseiras ou comunitárias, a produção de alimentos saudáveis, a relevância de suas iniciativas para divulgação da agroecologia, sempre buscando situar, enquanto falavam, a prática da agricultura em espaços da cidade (PRADO, 2012, p. 12).

Ainda de acordo com o relato de Prado (2012, p. 12), na apresentação dos agricultores do Maciço da Pedra Branca, foram destacados temas relacionados ao acesso a mercados e à importância da agroecologia e da agricultura orgânica como meio para a garantia desses mercados. A luta por pontos de venda próprios, a elaboração de novos produtos medicinais e alimentares, a afirmação de seus principais produtos: a banana, o aipim e o caqui e a importância do Profito para o fortalecimento do associativismo.

Uma participante da Rede CAU avalia que esta adquiriu um perfil diferenciado com a inserção dos agricultores participantes do Profito (BAPTISTA, 2014, p. 113). Antes, mais restrita aos quintais e relacionadas ao princípio de sociabilidade, reciprocidade e preservação de saberes, o conceito de agricultura urbana foi ressignificado e passou a abarcar o tema de acesso a mercados, das feiras, da certificação orgânica, do acesso a políticas públicas, das compras públicas, legislação urbana e ambiental e seu impacto sobre a agricultura (BAPTISTA, 2014, p. 113).

Confirmando esta trajetória, um membro da ONG AS-PTA (organização atuante na Rede CAU) descreveu em 2006, em reunião inaugural do Profito para a apresentação de parceiros, a ênfase na agricultura de quintais em sua dimensão de solidariedade e vínculos de vizinhança, pertencimento e aproveitamento de pequenos espaços na cidade do Rio de Janeiro.

Já em 2014, outro membro da AS-PTA, delineia a construção do território-rede de agroecologia, a partir de sua trajetória no estado do Rio de Janeiro. Ele descreve como uma série de iniciativas e organizações que militavam sobre o tema da agroecologia, anteriormente definidas como agricultura alternativa, eram experiências isoladas e que não conversavam entre si. Foi no II Encontro Nacional de Agroecologia

(ENA)[13] que cerca de quarenta pessoas, representantes dessas experiências no estado perceberam como essas iniciativas conformavam um fórum de resistência, que lançava luz sobre essas experiências e que, ao mesmo tempo, possibilitava monitorar políticas públicas. Então, decidiram sistematizar tais experiências e formar um coletivo que resultou na Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Essas experiências foram registradas em Seropédica, Nova Iguaçu, Barra do Piraí, Magé, Campos, Maricá, Parati, Região Serrana, Vale do Paraíba e na cidade do Rio de Janeiro. Este ator, então conclui: "graças a esta articulação em rede que a gente descobriu os agricultores do Maciço da Pedra Branca: em Vargem Grande, em Campo Grande e na Taquara"[14].

A conquista pela AS-PTA do edital do Programa *Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, com o Projeto Semeando Agroecologia* em fevereiro de 2011, marca, segundo o site oficial desta ONG: "uma nova ação de agricultura periurbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro", com atuação nos municípios de Nova Iguaçu, Queimados e Magé e em parceria com as associações de agricultores Univerde, Coopagé, a Comissão Pastoral da Terra, a Rede CAU e instituições de ensino e pesquisa (Embrapa, UFRRJ e UFF).

A crescente aproximação com a Rede CAU marca também a aproximação do Profito e as associações de agricultores com a ONG AS-PTA. Uma das agendas mobilizadoras desta articulação e aprofundamento do debate sobre o tema da agricultura familiar e sua possibilidade de reprodução social em um contexto urbano foi a luta pela DAP ou declaração de aptidão ao Pronaf. Esta pauta foi organizada inicialmente pela equipe do Profito e, com a atuação desses parceiros, além da Rede Ecológica[15], foram conquistadas, em 2012, duas DAPs no Maciço da Pedra Branca[16].

---

13. Realizado em Recife, de 02 a 06 de junho de 2006 e contou com a participação de 1730 pessoas.

14. Nome de bairros localizados na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

15. A Rede Ecológica é uma rede de consumidores de produtos orgânicos do Rio de Janeiro que realiza compras coletivas de produtos da agricultura familiar e movimentos sociais.

16. Na atualidade, já foram conquistadas seis DAPs para agricultores do Maciço da Pedra Branca.

Após ter sido sistematicamente negada aos produtores[17], a aquisição da DAP foi comemorada como um reconhecimento oficial da agricultura familiar no maciço e como possibilidade de acesso a mercados e políticas públicas garantidas pelo Pronaf. De fato, a posse deste documento permitiu à associação AGROVARGEM fazer a primeira venda para o Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE) ao colégio estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, no bairro de Vargem Grande, que, simbolicamente, foi inaugurado, na primeira metade do século passado, como uma escola rural.

Desde 2012, projetos de extensão vinculados à Universidade Rural do Rio de Janeiro buscaram consolidar objetivos relacionados a mercados e ao associativismo, complementando as ações do Profito e, assim, este projeto intensificou a atuação em rede desses atores, a fim de explorar de modo mais específico o tema plantas medicinais. E, na atualidade, o Profito avança no sentido de materializar-se a partir das experiências concretas dos agricultores, mediadores e parceiros em torno de práticas, políticas e pesquisas interdisciplinares (nas áreas da biologia, farmácia, ciências sociais, comunicação, direito e agronomia) como uma rede sociotécnica em torno de plantas medicinais, inseridas nos sistemas agroalimentares.

O ano de 2013 marca a mobilização desses coletivos para a organização de uma nova feira agroecológica na zona oeste, vinculada ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Além de uma exaustiva agenda de reuniões na Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) para acompanhar a publicação de decreto autorizando a feira e aspectos de regulamentação, os agricultores da zona oeste e Região Metropolitana se reuniram semanalmente e discutiram temas

17. (PRADO, 2012, p. 69). A lei 11.326/2006 definiu quatro critérios que o agricultor deve cumprir para ser categorizado como familiar. No caso específico dos agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca, as dificuldades para a obtenção da DAP foram agravadas por se considerar o município do Rio de Janeiro como não tendo área agrícola. Como o Manual do Crédito Rural estipula que o financiamento da produção agrícola se destina a ser aplicado em imóvel rural, logo agricultores em imóveis na área urbana não teriam direito à DAP. Soma-se a isto, a delicada relação que se estabelece entre órgãos estatais de ATER e os agricultores que em diversos casos não têm reconhecida a atividade agrícola familiar.

tais como: economia solidária, formação de preços, conformação, estatuto da feira e organizaram visitas a outras feiras orgânicas. Em agosto de 2013, a FAFRE ou Feira da Freguesia é inaugurada e comemorada como espaço de formação continuada e de interação entre produtores e consumidores, como expressão de um circuito curto de comercialização. A mobilização em torno da FAFRE marca a atuação destacada de mais duas organizações: as ONGs CAPINA e o PACS[18].

Assim, pode-se dizer que, sem abrir mão das políticas orientadas à agricultura familiar e a ruralidades muitas vezes evocadas ao território do maciço, os produtores, por meio de sua atuação na Rede Carioca de Agricultura Urbana e parceiros, têm incorporado o debate sobre as especificidades da agricultura praticada nas cidades e novas agendas que incluem temas como: relocalização de alimentos; segurança alimentar e nutricional; circuitos curtos de produção e o reconhecimento de territórios agrícolas no plano diretor da cidade.

Em agosto de 2014, duas comunidades do Maciço da Pedra Branca foram reconhecidas pela Fundação Palmares, como comunidades quilombolas, o que representa uma importante conquista na luta de populações que se afirmam tradicionais pela permanência no território do PEPB. Uma das lideranças responsáveis por esta conquista é egressa do movimento de luta por moradia na Baixada de Jacarepaguá. Com participação ativa no Conselho Consultivo do PEPB, no Profito e Rede CAU tem se empenhado em mostrar aos moradores do PEPB que as contradições vividas neste território protegido são também resultado das disputas pelo uso do solo urbano na cidade e que influenciam as políticas ambientais.

Assim, os diversos grupos e movimentos que resistem na zona oeste e na Região Metropolitana têm aos poucos se reunido em torno do movimento agroecológico, pela possibilidade de articulação de uma ampla agenda de contestação e de alianças com atores, movimentos e produção de territórios-rede que articulam as demandas locais em escala regional e nacional, por meio da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

18. CAPINA: Cooperação e apoio a projetos de inspiração alternativa e PACS: Instituto Políticas alternativas para o Cone Sul.

O processo de mobilização que resultou no III Encontro Nacional de Agroecologia em maio de 2014, na cidade de Juazeiro – BA é expressão da capacidade de articulação dos territórios de ação local em dessingularizar suas lutas e pautar políticas públicas. Estavam representados ali não regiões ou estados oficialmente delimitados, mas territórios de ação local[19]. A delegação do Rio de Janeiro formada por 69 pessoas, entre agricultores, técnicos, professores e estudantes, se auto representou no Encontro como Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nas atividades preparatórias do ENA, realizou seminários e caravanas agroecológicas. Sua atuação no evento, em conjunto com representantes de Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo, foi responsável por pautar o tema da agricultura urbana (A.U.) e a formação de um coletivo nacional de A.U.

Os temas debatidos e a construção da carta política do Encontro, informados pelas dinâmicas e conflitos dos territórios presentes, demonstram a capacidade de abordagem sistêmica da agroecologia e crítica ao modo de produção capitalista, relacionando sociedade, economia e ambiente. Os seguintes temas foram abordados em seminários temáticos: reforma agrária e reconhecimento dos povos e populações tradicionais; agroecologia, abastecimento e construção social de mercados; agricultura urbana; comunicando um Brasil agroecológico; conflitos e injustiças ambientais; construção do conhecimento agroecológico: ATER, pesquisa e ensino e educação no campo; normas sanitárias para quê e para quem; plantas medicinais; financiamento e agroecologia; saúde e agrotóxicos; sementes e agrobiodiversidade; sociodiversidade.

Como tema transversal durante todo o Encontro, esteve presente a questão de gênero e a centralidade das mulheres na produção familiar, a valorização dos saberes tradicionais e locais, muitos deles baseados no cuidado feminino. Com o lema "sem feminismo, não há agroecologia", afirmou-se o direito das mulheres à participação, à cidadania e à distribuição igualitária dos recursos produtivos.

---

19. Os seguintes territórios se auto representaram no III ENA: Baixo Amazonas (AM); Sertão do Araripe (PE); Leste Paulista e Região Sorocabana(SP); Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha (MG); Bico do Papagaio (TO); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ); Extremo Sul da Bahia (BA); Chapada do Apodi (RN/CE); Oeste de Santa Catarina (SC); Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia (BA); Região Sul (RS/PR/SC); Zona da Mata de Minas Gerais (MG); Sertão do São Francisco (BA).

O III ENA, neste sentido, confirmou a centralidade do território como lócus de produção de novos modelos produtivos e de ação pública. É por isso que na leitura inicial da carta política do encontro é afirmada a prioridade da reforma agrária no século XXI e o reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Trata-se de um modelo econômico socialmente enraizado, no qual a terra e o território (com sua diversidade sociocultural e ambiental) são valorados não como recursos econômicos, mas como produtores de vida. Jean Pierre Leroy (2012) assim descreve como as atividades econômicas capitalistas expropriam e esvaziam o território:

> Falamos acima da desterritorialização da agricultura. Talvez fosse melhor falar de projetos antagônicos de territórios, levando a conflitos em torno a sua posse. (...) Há uma estratégia de ocupação e de regularização fundiária do território posta em prática pelas forças econômicas e políticas dominantes que buscam a apropriação massiva de terras pelo agronegócio para fins de produção de commodities. (...) Vale notar que o capital não necessita exercitar o domínio administrativo sobre o território. O território é território para ele quando lhe é útil demarcar suas posses. Mas é espaço indefinido quando ele o vê como mero suporte para suas atividades, fonte de extração de riqueza e local de rejeito do que não lhe dá lucro e do refugo humano (Bauman, 2005) que não lhe serve. Espaço sem limites quando limites poderiam tolher seu avanço sobre novas terras e sobre a população local (LEROY, 2012, p. 4).

Assim os agricultores do Maciço da Pedra Branca estiveram juntos a outros coletivos e puderam afirmar seu território em escala nacional. Um deles, ao refletir sobre a experiência do ENA, conclui: "a gente se viu, o Brasil, juntos".

Tomamos a beleza desta frase como expressão de alguns dos questionamentos que aqui buscamos realizar ao refletir sobre participação e a capacidade de êxito de movimentos sociais de ação local: como garantir que, em uma crescente democracia técnica (SILVA, 2009), a participação de atores e sua expressão eminentemente oral e vinculada a saberes locais possa se tornar legítima? Ao mesmo tempo, como garantir aos grupos locais o acesso a direitos e à informação técnico-científica?

Acreditamos que uma dimensão significativa das relações de poder e desigualdades socioeconômicas estão vinculadas à dimensão comunicacional ou ao poder discursivo. Raffestin (1983) confirma esta perspectiva ao nos informar que a produção do território se realiza por práticas e representações que pressupõem um sistema sêmico e, por meio deste, realizam-se as objetivações do espaço.

Araújo (2004), inspirada em Bourdieu, entende a comunicação como um mercado simbólico, um modelo conflitual onde os interlocutores têm acesso desigual. Por isto, questionamos "a possibilidade de se mudar as regras do jogo, a partir da periferia do poder; possibilidade dos mais fracos intervirem na construção de um mundo cujo princípio de ordem seja o reconhecimento recíproco" (ARAUJO, 2002, apud BAPTISTA, 2014, p. 145).

Ao levarmos essas reflexões para a agroecologia e suas redes em escala nacional, podemos afirmar que seu êxito de mobilização e transformação social, em grande medida, está relacionado à metodologia de construção do conhecimento agroecológico que se apoia na troca e sistematização de experiências entre técnicos e grupos populares. De clara inspiração freireana[20], é estabelecida uma *práxis* nos quais os conhecimentos técnico-científicos interagem[21] com saberes locais, e estes, por sua vez, se qualificam e reelaboram princípios fornecidos pelas ciências.

A despeito dessas conquistas, é preciso dizer que a produção de uma comunicação dialógica, descentralizada e entre atores com diferentes recursos sociais e culturais é um desafio permanente e comum a todos os fóruns de participação, aos movimentos sociais e mesmo aos movimentos agroecológicos.

A despeito dessas conquistas, é preciso dizer que a produção de uma comunicação dialógica, descentralizada e em rede é um desafio per-

20. De acordo com Baptista (2014, p. 53), em 1969, Paulo Freire lançou o livro "Extensão ou Comunicação", na qual questiona o modelo de imposição de valores de uma cultura sobre a outra. Falando sobre os métodos da extensão rural na época, qualifica-os de domesticação e invasão cultural e ratifica sua proposta de comunicação dialógica já implícita no livro Pedagogia do Oprimido.

21. A interação entre conhecimentos em um plano verdadeiramente horizontal se estabelece em relações de consideração, tal como trabalhadas por Oliveira (2008, p. 136), envolvendo respeito, atenção e reciprocidade pelas pessoas portadoras desses saberes.

manente e comum a todos os fóruns de participação, aos movimentos sociais e mesmo aos movimentos agroecológicos.

3. Desafios e questões das mobilizações em rede

De acordo com Baptista (2014, p. 60), nos contextos informados pela ciência, o pensamento objetivado, expresso nas conversas, segue o formato da escrita. Já nos contextos informados pela tradição, o formato das narrativas não tem a mesma organização da escrita, dando origem a distinções de linguagem, pronúncia e prosódia. Ao observar essas interlocuções com duplos parâmetros, mesmo dentro da mesma comunicação informal, aprendemos com Maurizzio Gnerre (1991) que a linguagem é o arame farpado das relações de poder. Nessas interlocuções, haverá sempre distinções originadas no lugar de fala de cada ator. Isso se manifestará no vocabulário empregado, na prosódia, mas também na organização interna da narrativa (BAPTISTA, 2014, p. 60). Então, ao se colocar em interação, os diferentes modos de comunicar irão conformar uma ou outra rede de sentido.

Esta é uma questão relevante a ser tratada, posto que é condição essencial de reversão de desigualdades e capacidade de interferir sobre políticas públicas por parte dos movimentos sociais. Vivemos em um mundo com crescente complexidade sociotécnica que envolve a interação muitas vezes conflituosa entre as ciências e conhecimento leigo, entre diferentes conhecimentos científicos e a burocratização crescente da vida, gerando uma agenda não administrável e resultados reduzidos pela incapacidade de ação sobre questões complexas e intersetoriais.

A defesa de direitos e acesso a políticas públicas passou a exigir de modo crescente a atuação de expertos, do acionamento de princípios de formalização jurídica e de participação em instâncias cada vez mais tecnificadas. Sobretudo nas temáticas que envolvem o ambiente ou temas ligados à relação homem-natureza, uma série de informações não pode ser percebida pelos órgãos de sentido, mas pela intervenção de técnicos, seus instrumentos de verificação e leis "que organizam os argumentos gerados nas instituições públicas" (FUKS, 2001, p. 64).

Em contrapartida, os processos de ambientalização de conflitos tem resultado na conquista de reconhecimento formal e patrimonialização

de saberes locais, conhecimento associado e modos de vida tradicionais, mas que, na prática, encontram muitas dificuldades de se fazer valer em sua plenitude. Muitas vezes, precisam ser validados ou certificados por agentes externos.

Neste sentido, a conquista de fóruns formais de participação tais como os conselhos, conferências e projetos de plano de manejo tornaram-se espaços importantes de luta e representação; mas, na prática, essas instâncias podem contribuir apenas para a produção de falsos consensos e a legitimação de velhas formas de dominação, caso não sejam revertidas as posições de poder discursivo.

Assim é que, por ocasião da elaboração do plano de manejo do PEPB, quando o tema tratado em um diagnóstico rápido participativo (DRP) foi a regularização fundiária, os habitantes do Parque se manifestaram favoravelmente à realização do plano e à elaboração de um cadastro. Os moradores também apontaram a falta de diálogo por parte dos agentes da administração da UC. Sob a perspectiva dos moradores, entendia-se pelo termo regularização fundiária o reconhecimento do direito ao território, à moradia. Ao apoiarem a necessidade de um cadastro, referiam-se à diferenciação entre aqueles que anteriormente ali residiam, daqueles recém-chegados e, por fim, ao falarem da falta de diálogo, expressavam seu desejo de serem tratados com consideração[22] pelo Estado. Entretanto, para a Instituição Ambiental, regularização fundiária em uma UC de proteção integral tem outro universo semântico: significa desapropriação amigável ou judicial. Como resultado do DRP (veementemente questionado pelos participantes) lia-se, de acordo com os sentidos legais e oficiais do termo, que os moradores do PEPB desejavam ser cadastrados, removidos e ainda receber educação ambiental.

A partir de grande mobilização entre moradores, associações, ONGs e instituições participantes do Conselho Consultivo do PEPB, foram esgotadas todas as possibilidades de modificação do documento final

22. Avaliamos como pertinente a análise desenvolvida por Oliveira (2008, p. 136) a respeito de insulto moral, a partir da ideia-valor no Brasil do termo consideração/desconsideração. O autor procura compreender os atos ou eventos de desrespeito à cidadania que não são captados pelo judiciário, ou pela linguagem do Direito. Tais fenômenos têm duas características fundamentais: não têm evidências materiais e implicam em uma desvalorização ou negação da identidade do outro.

do plano de manejo. Restou aos conselheiros posicionarem-se de forma plena no documento *Posicionamento do Conselho do PEPB sobre o plano de manejo* (2012).

Outro exemplo de desconsideração (OLIVEIRA, 2008) e de desprezo pelas instâncias formais de participação (conselho, plano de manejo), por parte dos agentes públicos, deu-se por ocasião da apresentação de um projeto da Emater denominado *Rio Rural* em reunião do Conselho Consultivo do PEPB. O representante da administração do Parque deu o aval institucional para a realização do projeto com os agricultores residentes no território do PEPB, mas frisou: "até que eles sejam removidos".

Ora, como se pode afirmar que eles serão removidos? Como é possível convidar à participação atores que não são reconhecidos como sujeitos de direitos, a despeito de legislações que versam sobre o tema? Consta no plano de manejo que após levantamento de ocupações no Parque, há a necessidade de estudos de zoneamento, de levantamento socioeconômico e de reconhecimento de populações tradicionais para a realização da regularização fundiária. Não afirma textualmente que os moradores serão removidos, embora se deva reconhecer que a metodologia de pesquisa imposta pela instituição ambiental, as terminologias e legislações apresentadas ofereçam um enquadramento da questão que favoreça esta construção.

As instâncias de participação para os agentes ambientais são assim uma espécie de teatro da participação, que deve ser cumprido apenas por exigência legal; uma formalidade necessária para fazer valer princípios conservacionistas, sem a necessidade de leitura das orientações propostas pelo plano de manejo. É o que confirma o coordenador de crimes ambientais do INEA ao referir-se a este documento, mesmo antes de sua finalização: "Existe um projeto, o projeto vai terminar no final do ano e a secretaria vai indenizar essas pessoas que estão lá, e vai acabar com a banana, com essa plantação de banana, e plantar mudas de Mata Atlântica nativa daquela região".

Citamos esses exemplos como casos que revelam as formas cotidianas de violência simbólica enfrentadas pelos agricultores e demais habitantes do Maciço da Pedra Branca. Na maioria dos episódios, não são situações de conflito aberto, não são ainda casos concretos de remoção, mas sim de produção de uma arena argumentativa reforçada pelo poder de produção de versões legítimas pelas autoridades, de desconsideração

e que desqualificam as falas e reivindicações desses atores. Ainda que sejam convidados à participação, estes já são previamente criminalizados e classificados como desprovidos de direitos.

Em contrapartida, os movimentos sociais procuram tirar vantagem dos recursos e ambientes de participação disponibilizados pelo poder público; e seu êxito, por menor que seja, pode se refletir em inovações institucionais e assim como a produção de novos territórios ou territórios de mobilização, como se refere Teisserenc & Teisserenc (2014). Além das instâncias formais e certificações oficiais, as novas feiras, os encontros políticos, as festas, as caravanas agroecológicas, o acompanhamento técnico-político de mediadores de diferentes áreas do conhecimento produzem novas tessituras e sistemas sêmicos neste território.

Assim, devemos considerar que a possibilidade de empoderamento das ações e das formas de conhecimento enraizadas no território são oriundas não de uma expertise que informa o conhecimento leigo, mas de um processo de tradução e negociação entre diferentes racionalidades e que busca subverter relações de poder consolidadas em legislações, protocolos e políticas públicas.

A construção efetiva deste processo de tradução não ocorre de modo fácil. Araújo (2004, p. 170), inspirada em Bourdieu, ao tratar do tema da comunicação orientado às políticas públicas, descreve-a como um mercado simbólico:

> A comunicação opera ao modo de um mercado, onde os sentidos sociais – bens simbólicos – são produzidos, circulam e são consumidos. As pessoas e comunidades discursivas que participam desse mercado negociam sua mercadoria – seu próprio modo de perceber, classificar e intervir sobre o mundo e a sociedade – em busca de poder simbólico, o poder de constituir a realidade.

Segundo a autora, trata-se de um mercado de desiguais, no qual tem o caráter de luta por posições de poder discursivo e que dependem: 1) dos sentidos sociais, que formam uma rede semiótica e que é mediada pelos 2) interlocutores que estão por sua vez inseridos em um contexto situacional, um contexto existencial, textual e intertextual e 3) pelas posições discursivas de centro ou periferia de produção dos discursos.

Nesta perspectiva, interlocução é feita a partir de um lugar, de uma posição, ora mais periférica, ora central, a depender dos contextos em que se apresentam. A partir desse duplo entendimento, a posição do ator nas redes está também relacionada à sua conformação à escrita ou a uma tradição da cultura oral. A desigualdade do poder discursivo embora seja flagrante em ambientes formais de participação, manifestam-se também na vida cotidiana. Por exemplo, no ato de comercialização de um agricultor de suas plantas medicinais, mudas, geleias, queijos e outros produtos, incidem sobre suas práticas e saberes uma série de normas sanitárias e de ordem pública, noções dominantes de risco, impedimentos para produzir, etc que o colocam em uma condição de marginalidade. De acordo com a representação gráfica de Araújo em forma de espiral centro-periferia, podemos supor que este agricultor e seus saberes se encontram na periferia, dada por sua condição econômica, social e institucional, e relacionado a esses condicionantes, na sua dificuldade de fazer circular sentidos sociais. E pergunta a autora, quem consegue circular seus sentidos? Quem consegue ser ouvido?

As questões apontadas até aqui não dizem respeito apenas à face externa dos movimentos e sua capacidade de mobilização e à produção de repertórios de contestação, mas também a sua capacidade de reverter as desigualdades de recursos e de poder discursivo em sua dimensão interna, nas interações entre atores e organizações nos movimentos e redes. Um dos maiores desafios diz respeito ao equilíbrio entre ações no território e escalas mais amplas das políticas públicas. A formação de lideranças territoriais muitas vezes implica uma agenda exaustiva de participação em reuniões e fóruns, deixando as ações de base local desassistidas e a fragilização das conexões necessárias para o exercício da representação, que, segundo Young (2006, p. 150) envolvem antecipação, autorização e prestação de contas.

Outro aspecto a ser considerado é que a participação e o grau de envolvimento nas redes são mais variáveis e fluidos do que nas organizações ou grupos, implicando um grau maior de dissenso e de menor capacidade dos indivíduos apreenderem a totalidade dos processos em curso. Ocorre que também as representações são produzidas em relação aos objetivos de um ator e sua inserção na rede. Neste sentido, a produ-

ção de narrativas legítimas também está em disputa e varia conforme a posição de poder discursivo de seus participantes.

A própria configuração de uma rede de movimentos sociais implica em uma grande diversidade de pautas e transversalidade de temas como nos referimos em relação às articulações de agroecologia. Scherer-Warren (2006, p. 113), nesta perspectiva, afirma que as redes "abrem-se para a articulação da diversidade, mas com limites quanto à capacidade de absorção de posturas ideológicas ou politicas conflitivas".

Deste modo, um mesmo ator transita por diferentes organizações, redes ou esferas de representação e assume identidades e múltiplas formas de pertencimento. Para Hall (2006), esta variedade de identidades pode, sob certas circunstâncias, ser articulada, mas esta articulação é sempre parcial, já que a estrutura da identidade permanece aberta.

Para exemplificar a complexidade identitária e desafios de coordenação de tarefas no território-rede de agroecologia que estamos descrevendo, citamos aqui um ator que é simultaneamente membro de uma das associações de agricultores, participa de diferentes projetos no território, é presidente do CONSEA municipal do Rio de Janeiro, participa da Rede CAU e do Conselho Consultivo do PEPB como representante de sua associação, além disso, é possuidor de determinados vínculos e pertencimentos comunitários. Essas identidades coletivas estão por sua vez, em permanente negociação com sua trajetória na rede, sua experiência de vida, seus interesses e valores.

De acordo com o contexto de interação, algumas pertenças ou vínculos, por razões subjetivas ou por disputas organizacionais, ganham mais destaque do que outras, produzindo de um lado, reconhecimento e projeção para atores e organizações, invisibilizações e ressentimentos, por outro. Manter a unidade do movimento e, na mesma proporção, preservar identidades de atores e organizações, atribuir crédito a ações especificas de atores e organizações é um desafio da articulação em rede.

A definição da rede[23] e reconstituição dos seus processos por si só

23. Recentemente, o Banco do Brasil lançou o edital Rede Eco-Forte. Este edital, assim como outros criados pelo CNPQ com o tema da agroecologia, são resultados de demandas induzidas ao Estado pela ANA. Citamos este caso como um exemplo em que os proponentes, ao se candidatarem, têm o poder de nomear uma rede (quem somos, metas e agendas). É também um reconhecimento institucional da rede como

já é um ato de di-visão social (BOURDIEU, 2006) que implica pôr em evidência alguns atores em detrimento de outros. Se, por um lado, há a disputa pela definição do que é a rede por atores que assumem papéis e posições estratégicas, de outro, qualquer ator, a qualquer tempo, pode desenhar novas articulações, fazer leituras diferenciadas do jogo e produzir novos cenários de interação e representação, alterando a configuração da rede.

Manter a comunicação polifônica e a capacidade de escuta das demandas e conflitos que nascem no território significa, em outras palavras, reverter as posições de poder discursivo e produzir inovações institucionais e possibilidades de interferência nos modos de ação pública. Este é o grande desafio dos movimentos em rede e enfrentados adequadamente pelo movimento agroecológico a partir de sua proposta de construção de conhecimento sociotécnico, como procuramos mostrar ao longo do texto.

Conclusão

Os territórios como espaços de apropriação e trabalho humano expressam uma totalidade dinâmica. São, ao mesmo tempo, fluxo e fixidez; produtos de múltiplas trocas e espaços de construção política. Se, por um lado, neles podem ser encontradas as dinâmicas, as contradições entre processos econômicos globais, as políticas e projetos de diferentes esferas federativas e suas múltiplas interações e significações com o lugar, por outro, são também nos territórios que nascem os movimentos de transformação social, de produção de novidades e inovações, de resistência e contestação das práticas econômicas e culturais dominantes.

O delineamento da configuração de um território-rede de agroecologia que nasce no Maciço da Pedra Branca revela novas formas de territorialização a partir de projetos de ressignificação dos laços pré-existentes, de subversão de tessituras de poder e expropriação que incidem sobre a condição dos agricultores em face da cidade e nos limites de um território oficialmente definido como parque. Produz-se, assim, um território em recomposição e de ação local, no qual esses confli-

formato de mobilização política e ator específico frente a políticas públicas.

tos ganham novos sentidos à medida que são percebidos como efeitos de contradições socioeconômicas mais amplas e se articulam a outros territórios e grupos, exercendo sua capacidade de produzir políticas públicas. O território de agroecologia que procuramos descrever, além de estar articulado nacionalmente a outros territórios, procura reverter as representações dominantes e oficiais atribuídas à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Referências

ANDRADE, T. de. Inovação e ciências sociais: em busca de novos referenciais. **RBCS**, v. 20 n. 58, jun.2005.

ARAÚJO, I. S. de. O Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. Interface - **Comunic., Saúde, Educ.**, v.8, n.14, p.165-77, set.2003-fev.2004.

BAPTISTA, S. R. N. **Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais**: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde). Fiocruz. Rio de Janeiro, 2014.

BAPTISTA, S. R. N. **Práticas de comunicação na produção e consumo de plantas medicinais:** a relação entre informação científica e conhecimento tradicional. Apresentação em slide. Disponível em: <http://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Praticas%20de%20Comunic acao%20na%20producao%20e%20consumo%20de%20Plantas%20Medicinais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. humanas.** 2010, v.5, n.1, p. 17-23, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARTA política do II ENA. 2. Encontro Nacional de Agroecologia, Recife, 06-10 jun. 2006.

CARTA política do III ENA. 3. Encontro Nacional de Agroecologia, Juazeiro, 16-19 maio, 2014. Rio de Janeiro: ANA, 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo

e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.

FUKS, M. Arenas públicas e definição dos problemas sociais. In: _____. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.p. 46-68.

GIULIANI, G. M. A problemática da regionalização agrária do Rio de Janeiro: observações metodológicas. In: CARNEIRO, Maria José et al (Org.). **Campo Aberto**: o rural no Estado do Rio de Janeiro. 1ed.Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 65-78.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Região numa "constelação de conceitos": espaço, território e região. In: HAESBAERT, R. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 157-179.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.

LEROY, J. P. Territórios e bens comuns. **Revista Agriculturas**, v.8, n.3, p.4-8, abr. 2012.

OLIVEIRA, L. R. C. de. Existe violência sem insulto moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n.67, p. 135-193, jun. 2008.

POSICIONAMENTO do Conselho Consultivo do PEPB sobre o Plano de Manejo. Rio de Janeiro: Conselho Consultivo do PEPB, 06 de jun. 2012 (mimeo).

PRADO, B.; MATTOS, C.; FERNANDEZ, A. C. F. **A Construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro**: agricultores do Maciço da Pedra Branca. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

PRADO, B.; MATTOS, C.; FERNANDEZ, A. C. F. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca do reconhecimento dos seus espaços de vida. **Revista Agriculturas**, v. 9, n.2. Set. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1983.

ROCHA, A. S. da. Geografia política das representações: projetos e jogos de poder na apropriação da Baixada fluminense. In.: Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais do 14. EGAL**. Peru, 2013. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Andr%C3%A9-Santos-da-Rocha.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SANTOS, R. S. dos. Redes de produção globais (RPGs): contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.8, n. 15, p. 127-142 , 2011.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, jan/abr. 2006.

SILVA, G. Expertise e participação da população em contexto de risco nuclear: democracia e licenciamento ambiental de Angra 3. **Revista Dados**, v.52 no.3, p. 770-805, 2009.

TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. da S. A. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. **Revista de Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.97-125, jun./ago. 2013.

YOUNG, I. Representação política, identidades e minoria. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

Ana Caroline Pires Miranda - graduada em Ciências Sociais e Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre e doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão - PPGCSoc/UFMA. É professora de Direito Público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Em coautoria com Horácio Antunes, publicou o artigo Conflitos ambientais na Amazônia e a construção de categorias sociológicas e jurídicas: análise da expressão "povos e comunidades tradicionais", na Revista Pós Ciências Sociais.

Ana Claudeise Silva do Nascimento - socióloga, doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / PPGSA/UFPA/2011, pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM/OS/MCT) desde 2004, ligada ao Grupo de Pesquisas sobre Populações ribeirinhas, modos de vida e políticas públicas na Amazônia, IDSM. Experiência na área de Sociologia Rural, nos principais temas: Estudos socioeconômicos e demográficos em áreas rurais; Tecnologias Sociais, com enfoque nos usos sociais da energia solar fotovoltaica na várzea amazônica.

Ana Paula Perrota - professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Três Rios. Doutora em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como pesquisador anos seguintes temas: relações humano e animal, conflitos socioambientais, formas de participação e organização política. Autora dos seguintes trabalhos: "Ações e críticas socioambientalistas dos moradores das áreas de várzea e construção de modelos descentralizados de gestão dos recursos pesqueiros no amazonas"; "Emergência de noções e práticas ambientalistas ribeirinhas face à pesca comercial".

Annelise Caetano Fraga Fernandez - professora adjunta (II) do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui mestrado

em Antropologia e Sociologia e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus principais temas de pesquisa são: natureza, espaço e sociedade, participação e campesinato. Atualmente desenvolve trabalho relacionado a dinâmicas territoriais, conflitos ambientais, participação em conselhos, redes sociotécnicas e sistemas agroalimentares.

Bartolomeu Rodrigues Mendonça - sociólogo, Professor de Sociologia do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA), Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA), especialista em Educação do Campo, mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas e doutorando em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

Benedito Souza Filho - doutor em Antropologia pela Universidad Autónoma de Barcelona. É professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Antropologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: campesinato, remanescentes de quilombos, conflito agrário, agronegócio, unidades de conservação, relações étnicas e raciais, violência, patrimônio imaterial e cultura popular.

Dávila Suelen Souza Corrêa - socióloga, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia /PPGSA/UFPA/2010, é pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM-OS/MCT) e coordenadora de ações de extensão relacionadas à saúde comunitária e tecnologias sociais no ecossistema de várzea, desde 2011. Experiência na área de Sociologia Rural e do Desenvolvimento, nos principais temas: Estudos sociodemográficos em áreas rurais; Mudanças sociais e Políticas de desenvolvimento social e ambiental.

Denise Machado Cardoso - doutora em Desenvolvimento Socioambiental (PDTU/ NAEA) pela UFPA (2006). É mestre em Antropologia Social pela UFPA (2000) e graduada em História também nesta universidade (1987). Atualmente, é docente do PPGSA/UFPA e do Laboratório de Antropologia

e como membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA. Coordena o Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (Visagem) e o Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI). É vice-coordenadora do Grupo de pesquisa NOSMULHERES.

Edila Arnaud Ferreira Moura - socióloga, Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, NAEA/UFPA/2007, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia /PPGSA/ UFPA, pesquisadora associada do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM/OS/MCT) desde 1994, tendo participado também como consultora dos programas de extensão para a promoção da qualidade de vida da população ribeirinha. Coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Populações ribeirinhas, modos de vida e políticas públicas na Amazônia, IDSM, desde 2005. Experiência na área de Sociologia Rural e do Desenvolvimento, nos principais temas: Estudos sociodemográficos em áreas rurais; Tecnologias Sociais , Mudanças sociais e Políticas de desenvolvimento socioambiental.

Elizabeth Maria Beserra Coelho - doutora em Sociologia (1999) e mestre em Antropologia Social (1989). Professora associado IV da Universidade Federal do Maranhão. Atua na área de Antropologia, nos seguintes temas: políticas indigenistas de saúde, terra e educação, relações interétnicas e etnologia indígena. Coordena o grupo de pesquisa Estado Multicultural e Políticas Públicas. É autora de seis livros, sendo cinco sobre a questão indígena.

Gercilene Teixeira da Costa - doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Realizou estágio doutoral na França na Ecole Doctoral Erasme, Université Paris 13, através do Programa Colégio Doutoral Franco Brasileiro- CDFB/Capes, tendo apresentado seminário e comunicações de pesquisa sobre Reservas Extrativistas e Ação Pública no Centre d'Etudes sur l'Action Locale – CERAL e Institut des Amériques - GIS. É Graduada em Ciências Sociais com Mestrado em Antropologia Social pela UFPA e Professora Assistente Mestre da Faculdade do Pará desde 2003.

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior - doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo PPGSA/UFRJ; Professor dos Programas de Pós-graduação

em Ciências Sociais e Políticas Públicas da UFMA; Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente. Publicou o livro Florestania: A saga acreana e os Povos da Floresta. Participou da organização dos livros: Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim; Trabalho Escravo Contemporâneo: um debate transdisciplinar; Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira.

Jadeylson Ferreira Moreira - mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPPGSoc/UFMA) e membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). E tem feito pesquisa acerca dos conflitos socioambientais no estado do Maranhão desde 2011, com ênfases nas áreas de Sociologia e Antropologia.

Laércio Bezerra Falcão - mestre em Turismo pela Universidade de Brasilia - UNB (2013). Possui Especialização em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA (2010) e Especialização em Estudos Culturais da Amazônia pelo Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/UFPA (2009). É Bacharel em Turismo pela UFPA (2006). Atua como Professor Assiste na Faculdade de Turismo da UFPA.

Madian de Jesus Frazão Pereira - professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Sociologia pela UFPB, Mestre em Antropologia Social pela UFPA, Graduada em Ciências Sociais pela UFMA. Antropóloga afiliada da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Tem realizado estudos sobre pescadores artesanais, reservas extrativistas, patrimônio intangível, encantaria sebastianista, albinismo. Publicou, em coautoria, *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim* (EDUFMA, 2009).

Maria José da Silva Aquino Teisserenc - doutorado em Ciências Humanas (Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (2003). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA. Publicou, entre outros, “Le Socio-environnementalism en question – ONGs et groupes traditionnels dans les Unités de Conservation dans l’Amazonie brésilienne”,

in: *La question autochtonesur le plateau des Guyanes*. Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2013; com Vanderlúcia da Silva Ponte, "Para ser mulher verdadeira!" - os Tenetehara-Tembé: relações entre ritual, direitos e estratégias de afirmação cultural em ações locais", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Questões do tempo presente, 2013; com Horácio Antunes de Sant'Ana Jr, "Novos arranjos territoriais e ação pública em territórios franceses e na Amazônia brasileira". Revista Pós-Ciências Sociais, 2012; com Pierre Teisserenc, publicou em 2014, "Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: da reivindicação socioambiental ao debate acadêmico". Revista Sociologia & Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, V. 4, p. 97-125, 2014.

Maria Regina Ribeiro Reis - doutora em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia, pela UFPA (2015), é Mestre em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, também pela UFPA (2007). Especialista em Educação superior pela Faculdades do Pará (FAP) e graduada em Ciências Sociais pela UFPA(1997). Atua como colaboradora no LAMAQ/MPEG. Desenvolve pesquisa sobre populações haliêuticas do nordeste do Estado do Pará. Atualmente, pesquisa a organização social da produção dos agricultores que criam ostras na Resex Marinha "Mãe Grande" de Curuçá.

Neide Esterci - mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ e doutora em Ciência Política pela USP. Professora titular aposentada do Departamento de Antroplogia Cultural da UFRJ. Autora de Conflito no Araguaia e Escravos da Desigualdade. Organizadora (com outros) de Fazendo Antropologia no Brasil e Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira.

Pierre Teisserenc - doutorado em Sociologia pela Université Paris-Descartes, Sorbonne e École des Hautes Études en Sciences Sociales (1973). Professor Emérito desde 2011 da Universidade Paris 13, onde fundou o Centre de Recherchessurl'Action Locale. Professor visitante desde 2008 do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local (UFPA). Publicou, entre outros, "Les RESEXs: Um instrumental service des politiques de développement durable em Amazonie brésilienne". Revista Pós-Ciências So-

ciais UFMA, 2009; "Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira". Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, 2010; Les politiques de développement local. 2. ed. Paris: Econômica, 2002 e; L'Action publique dans ses nouveaux territoires en France e au Brésil. Paris: L'Harmattan, 2013. Com Maria José da Silva Aquino Teisserenc, publicou em 2014 "Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: da reivindicação socioambiental ao debate acadêmico". Revista Sociologia & Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, V. 4, p. 97-125.

Rodrigo Folhes - doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCSoc e Mestre em Antropologia e Sociologia pela PPGSA/IFCS/UFRJ (2004). Atua na área de Antropologia e gestão ambiental e territorial indígena. Assessor da Presidência da Funai entre 2009 e 2012, na gestão Marcio Meira. Atualmente dedica-se a entender o aparelhamento do governo federal para lidar com a agenda ambiental do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as relações de poder que subjazem nos procedimentos administrativos de licenciamento ambiental.

Roseane Gomes Dias – graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mestrado em Ciências Sociais pela UFMA (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFMA) e trabalha na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), desde 1997, junto a comunidades tradicionais em processos de luta pela garantia de seus territórios.

Silvia Regina Nunes Baptista - pedagoga e Mestra em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ). Sua origem na comunidade quilombola do Maciço da Pedra Branca conduz sua linha de pesquisa tanto na direção de uma autoetnografia como a pensar a confluência entre ciência e tradição.

Tânia Guimarães Ribeiro - professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Doutora em Sociologia pelo Programa de Pos-gra-

duação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ). Desenvolve estudos com os temas: Desenvolvimento e Participação, Sociologia do Desenvolvimento; Sociologia e Meio Ambiente; Ação Pública e Territorialização.

Vanderlúcia da Silva Ponte - doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2014) e pelo Centre de La Recherche Sur Laction Locale - Université Paris 13 (Paris-Nord) - Campus de Villetaneuse (2014). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (2006). Graduada em Bacharelado em Psicologia (1990) e em Psicologia (1991) ambos pela Universidade Federal do Pará. Atualmente atua como Professora Adjunto I na Universidade Federal do Pará/campus Bragança e desenvolve pesquisa no campo da saúde indígena, território/etnicidade e ação pública local, coordenando a linha de pesquisa de saúde indígena, interdisciplinaridade e políticas públicas do Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas Eneida Corrêa de Assis - GEPI.

Viviane Vazzi Pedro - advogada ambiental, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, mestre em desenvolvimento sustentável dos Trópicos Úmidos, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Assessora jurídica da Comissão Pastoral da Terra – Coordenação do Maranhão, membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA) e bolsista FAPEMA.

Voyner Ravena Cañete - antropóloga, vinculada ao Instituto de Ciências Biológicas e atuando nos Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Possui Bacharelado em História (1991), mestrado em Antropologia (2000) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2005) pela UFPA. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão universitária voltados especialmente às questões ambientais, envolvendo populações tradicionais em cenários rurais amazônicos. Atualmente, é vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA).

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
AGED - Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGITARGMA - Associação dos Grupos Tembé do Alto Rio Guamá
AGITASY - Associação do Grupo Indígena Tembé das Aldeias Sede e Ytwuaçú
AGROPRATA - Associação de Produtores Orgânicos do Rio da Prata
AGROVARGEM - Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande
AIS - Agente de Saúde Indígena
AISAN - Agente Indígena de Saneamento
ALCRI - Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá
ALEM - Associação Linguística Evangélica Missionária
AMREMC - Associação de Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu
AMZA – Amazônia Mireração S.A.
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ANPOCS - Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais
ANTAQ - Agência Nacional dos Transportes Aquaviários
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AP - Áreas Protegidas
APA - Área de Proteção Ambiental
APP - Área de Proteção Permanente
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
AS-PTA - Assessoria e serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSUREMACATA - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu
ASSUREMAS - Associação dos Usuários das RESEX Marinha de Soure
ASV - Autorização para Supressão de Vegetação
ATER - assistência técnica e extensão rural
CADIN - Cadastro Informativo
CAPINA - Cooperação e apoio a projetos de inspiração alternativa
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão
CD - Conselho Deliberativo
CERES - (Centre d'Etudes et de Recherches Economiques et Sociales
CF - Constitiução Federal
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CLSI - Conselho Local de Saúde Indígena
CMMAD - Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
COLIC - Coordenação de Licenciamento
CONDISI - Conselho Distrital de Saúde Indígena
CONSEA-RIO - Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Município do Rio de Janeiro
COOPAGÉ - Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Município de Magé
CPDS - Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DAP - declaração de aptidão ao Pronaf
DEM - Democratas
DOU - Diário Oficial da União
DRP - Diagnóstico Rápido Participativo
EA/PBA - Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental
ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EFC - Estrada de Ferro Carajás
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa na Agricultura
EMSI - Equipes multiprofissionais de Saúde Indígena
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
FAFRE - Feira Agroecológica da Freguesia
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FARMANGUINHOS - Instituto de Tecnologia em Fármacos
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FLOTA - Floresta Estadual Amazônia
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GEDMMA - Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GEPI - Grupo de Pesquisa sobre Povos Indígenas
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMBio - Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade
ICP - Inquérito Civil Público
IDS - Índice de Desenvolvimento Social
IEF - Instituto Estadual de Florestas

IFMA - Instituto Federal do Maranhão
IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
INTERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
IPEMA - Instituto de Pesquisa, Educação e Meio Ambiente
MA - Maranhão
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MMNEPA - Movimento das Mulheres do Nordeste do Pará
MOCAJUIM - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta
MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF - Ministério Público Federal
MST - Movimento dos Sem Terra
NAUP - Núcleo de Agricultura Urbana e Periurbana
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA – Pará
PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul
PARATUR - Companhia Paraense de Turismo
PARNA - Parque Nacional
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PEPB - Parque Estadual da Pedra Branca
PEQTUR - Programa Estadual de Qualificação do Turismo
PFL - Partido da Frente Liberal
PGC - Programa Grande Carajás
PI - Posto Indígena
PM - Plano de Manejo
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSI - Política Nacional de Saúde Indígena
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POEMA - Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
PP/G-7 - Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais
PPA - Plano Plurianual
PPGCSoc/UFMA - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão

PPGSA/UFPA – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará
PPGSA/UFRJ – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
PROCAD-NF - Programa de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras
PRODETUR - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
PT - Partido dos Trabalhadores
PV - Partido Verde
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDE CAU - Rede Carioca de Agricultura Urbana
RESEX - Reserva Extrativista
RIARG - Reserva Indígena do Alto Rio Guamá
RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEDES - Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis no Estado do Maranhão
SEMTUR - Secretaria Municipal de Turismo de Curuçá-PA
SETUR - Secretaria Estadual de Turismo do Governo do Estado do Pará
SIF - Serviço de Inspeção Federal
SINPAC - Sindicato de Pescadores de Cururupu
SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI - Serviço de Proteção ao Índio
STR - Sindicato de trabalhadores Rurais
TBC - Turismo de Base Comunitária
TI - Terra Indígena
TIARG - Terra Indígena do Alto Rio Guamá
UC - Unidade de Conservação
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIVERDE - Cooperativa de Agricultura Familiar e Produtos Orgânicos
VEM - Projeto “Vem Encontrar o Marajó”

Esta publicação foi composta nas
famílias tipográficas HP Simplified
e Rotis Serif, impressa
em off-set 75g pela
Gráfica Universitária.